

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CESAR LUIZ JERCE DA COSTA JUNIOR

O IMPÉRIO ROMANO E SUAS ELITES: CÍRCULOS ARISTOCRÁTICOS E
COMPETIÇÃO POLÍTICA NO PRINCIPADO DE NERO (54-68 d.C.)

CURITIBA

2022

CESAR LUIZ JERCE DA COSTA JUNIOR

O IMPÉRIO ROMANO E SUAS ELITES: CÍRCULOS ARISTOCRÁTICOS E
COMPETIÇÃO POLÍTICA NO PRINCIPADO DE NERO (54-68 d.C.)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, no Setor de Ciências Humanas, na Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Costa Junior, Cesar Luiz Jerce da

O império romano e suas elites: círculos aristocráticos e competição política no Principado de Nero (54-68 d.C.). / Cesar Luiz Jerce da Costa Junior. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto.

1. Nero, Imperador de Roma, 37-68. 2. Roma – Civilização. 3. Aristocracia – Roma. 4. Elites (Ciências Sociais) - Atitudes. I. Frighetto, Renan, 1974-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CESAR LUIZ JERCE DA COSTA JUNIOR** intitulada: **O IMPÉRIO ROMANO E SUAS ELITES: CÍRCULOS ARISTOCRÁTICOS E COMPETIÇÃO POLÍTICA NO PRINCIPADO DE NERO (54-68 d.C.)**, sob orientação do Prof. Dr. RENAN FRIGHETTO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

02/09/2022 18:47:47.0

RENAN FRIGHETTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/09/2022 18:28:20.0

JANIRA FELICIANO POHLMANN CAVALCANTI

Avaliador Externo (SEM VÍNCULO)

Assinatura Eletrônica

04/09/2022 19:10:25.0

GILVAN VENTURA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO)

Assinatura Eletrônica

02/09/2022 21:00:05.0

ANDRE LUIZ LEME

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/09/2022 10:55:04.0

MARCOS LUIS EHRHARDT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ)

Parentibus et magistris optimis

AGRADECIMENTOS

Após a conclusão deste trabalho, o mais importante fruto de minha trajetória acadêmica iniciada no longínquo ano de 2006, com a graduação em História, não se torna um exercício fácil elencar todas as pessoas cujo afeto e pronta ajuda foram determinantes, de uma forma ou de outra, na construção desta tese e na minha formação como um todo.

Em primeiro lugar, aos meus pais, cujo amor e dedicação permitiram que tudo tivesse seu início. A Claudiele Carus, a companheira mais maravilhosa que poderia haver, devo muito por seu amor incondicional e encorajamento quando tudo parecia tão difícil de tocar adiante. Aos meus amigos, tantos que seria injusto nomear a todos, agradeço imensamente pelos momentos incríveis ao longo de quase duas décadas, conversas agradáveis, aulas interessantes, ideias trocadas e muita animação na formulação dos primeiros passos do projeto que resultou neste trabalho. Estendo, igualmente, meus agradecimentos a todos os professores e professoras, da História (URI/UFPR/NEMED) e da Filosofia (UFFS) que tiveram papel fundamental em minha formação acadêmica, igualmente um caso impossível de nomear individualmente sem riscos de cometer injustiças.

Ao meu orientador, professor Renan Frighetto, sou grato por sua generosa disposição de apontar caminhos, além de sua notória *tranquilidade* na superação dos muitos problemas que se apresentaram durante a fase mais trabalhosa de redação desta tese. Por fim, deixo aqui registrado minha dívida de gratidão para com os membros da banca avaliadora pelas excelentes considerações que engrandeceram ainda mais meu trabalho. Aos professores Gilvan Ventura, Marcos Ehrhardt, André Leme e Janira Pohlmann meus profundos agradecimentos. O mesmo é válido para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo apoio financeiro foi decisivo para a conclusão deste trabalho.

“Quem não sonha com a história diante dos documentos não pode ser historiador”

Fernand Braudel, *Une vie pour l’histoire*, **Magazine Littéraire**, 212, 1984, p. 18.

RESUMO

Nesta tese abordamos o tema da constituição de círculos aristocráticos entre as elites romanas no período de Nero (54-68 d.C.) e o processo competitivo que se estabeleceu entre elas e com o próprio príncipe naquele contexto. A partir de tal objetivo, procuramos demonstrar como o conceito de aristocracia pensado para a Antiguidade romana deve guardar particularidades intrínsecas ao universo cultural e jurídico romano, elementos que colaboravam para a heterogeneidade daquelas elites. Ao mesmo tempo, procuramos mostrar de que maneira a gênese do Principado não representou o fim do protagonismo das aristocracias, cuja cultura política ainda fundamentada no republicanismo, na qual emergia a competitividade, punha grande pressão sobre os imperadores. Por fim, mostraremos que, no período de Nero, o processo competitivo entre as elites permitia que variados círculos aristocráticos assumissem posição hegemônica na corte, determinando, assim, os rumos políticos do Império Romano. A competitividade daqueles círculos originava instabilidades que, não raro, se convertiam em explosões de violência, o que incluía instrumentalizar os poderes repressivos do príncipe na supressão de adversários ou desafetos pessoais, lógica que não excluía o próprio imperador, por via conspiratória.

Palavras-chave: Principado, Nero, elites, círculos aristocráticos, competição

ABSTRACT

In this thesis we address the subject of the constitution of aristocratic circles among the roman elites in the period of Nero (AD 54-68) and the competitive process that was established between them and with the prince himself in that context. From such objective, we seek to demonstrate how the concept of aristocracy thought for Roman Antiquity must keep intrinsic particularities to the Roman culture and law, elements that contributed to the heterogeneity of those elites. At the same time, we try to show how the genesis of the Principate did not represent the end of the social role of the aristocracies, whose political culture still based on republicanism, in which competitiveness emerged, put great pressure on the emperors. Finally, we show that, in the time of Nero, the competitive process among the elites allowed different aristocratic circles to assume a hegemonic position in the court, deciding, therefore, the political course of the Roman Empire. The competitiveness of those circles gave rise to instabilities that often turned into violent outbursts, which included using the prince's repressive powers to suppress adversaries or personal enemies, a logic that did not exclude the emperor himself, by way of conspiracy.

Keywords: Principate, Nero, elites, aristocratic circles, competition

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - <i>Togatus Barberini</i>	54
FIGURA 2 - <i>Semis</i> de Nero e <i>Certamen</i>	72
FIGURA 3 - <i>Sestertius</i> de Tibério e templo da <i>Concordia</i> (35-36 d.C.).....	93
FIGURA 4 - <i>Aureus</i> de Nero e <i>Concordia Augusta</i>	93
FIGURA 5 - <i>AE/As</i> de Tibério e Altar da <i>Providentia</i> (22-30 d.C.).....	96
FIGURA 6 - <i>AE</i> de Britânico César e Nero César.....	154
FIGURA 7 - <i>Sestertius</i> de Nero e <i>Adlocutio</i>	155
FIGURA 8 - <i>Aureus</i> de Nero e Agripina.....	160
FIGURA 9 - <i>AE</i> de Agripina.....	160
FIGURA 10 - <i>Sebasteion</i> de Afrodísias.....	161
FIGURA 11 - <i>AE/As</i> de Nero como Apolo Citaredo.....	204
FIGURA 12 – O incêndio de Roma (64 d.C.).....	241
FIGURA 13 – <i>Dupondius</i> de Nero e o <i>Macellum Magnum</i>	246
FIGURA 14 – <i>Dupondius</i> de Nero e <i>corona radiata</i>	248
FIGURA 15 – <i>Dupondius</i> de Nero e <i>corona radiata</i>	249
FIGURA 16 – Monumento de Eumolpo (século I da Era Cristã).....	250
FIGURA 17 – <i>Sestertius</i> de Nero e Arco do Triunfo.....	253
FIGURA 18 – <i>Aureus</i> de Nero e templo de Jano.....	253
FIGURA 19 – As delações dos conjurados.....	260
FIGURA 20 – <i>Aureus</i> de Nero e Júpiter Custos.....	265
FIGURA 21 – <i>Aureus</i> de Nero e <i>Salus</i>	265
FIGURA 22 – <i>AE</i> de Nero e Popeia.....	267
FIGURA 23 – <i>AE</i> de Diva Cláudia e Diva Popeia.....	268
FIGURA 24 - <i>AE</i> de Nero e Estatília Messalina.....	268

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Príncipes romanos e suas mortes (séc. I-III da Era Cristã).....	125

LISTA DE SIGLAS

AC	<i>Acta Classica</i>
AJAH	<i>American Journal of Ancient History</i>
AJP	<i>The American Journal of Philology</i>
CIL	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i>
CQ	<i>Classical Quarterly</i>
HSCP	<i>Harvard Studies in Classical Philology</i>
HZAG	<i>Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte</i>
ICS	<i>Illinois Classical Studies</i>
ILS	<i>Inscriptiones Latinae Selectae</i>
JRS	<i>Journal of Roman Studies</i>
OCD	<i>Oxford Classical Dictionary</i>
PIR ²	<i>Prosopographia Imperii Romani</i> (2ª Edição)
RIC P	<i>Roman Imperial Coinage – Vol. I</i> (2ª Edição)
RG	<i>Res Gestae Divi Augusti</i>
RPC I	<i>Roman Provincial Coinage – Vol. I</i>
SCPP	<i>Senatus Consultum de Cn. Pisone Patre</i>
SIG	<i>Sylloge Inscriptionum Graecarum</i>
Syd.	<i>Edward Sydenham (The Coinage of Nero)</i>
TAB	<i>The Art Bulletin</i>
TCQ	<i>The Classical Quartely</i>
ZPE	<i>Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – <i>SENATUS POPULUSQUE ROMANUS</i>.....	28
1.1 Aristocracias entre o passado e o presente.....	28
1.2 Aristocracia e seus sentidos.....	40
1.3 Aristocracia e competição.....	60
1.4 Círculos aristocráticos.....	75
CAPÍTULO II - ARISTOCRACIAS E A GÊNESE DO PRINCIPADO.....	81
2.1 O modelo político de Augusto.....	81
2.2 <i>Concordia</i> e simbolismos helenísticos.....	92
2.3 O Principado sob a ótica antiga.....	99
2.4 Imperadores e concepções modernas.....	112
2.5 Política e Principado.....	120
CAPÍTULO III – OS ANOS INICIAIS DE NERO (54-62).....	129
3.1 Os círculos aristocráticos do período neroniano.....	129
3.2 A construção do círculo de Agripina: a corte, a competição e o patronato.....	134
3.3 O círculo Sêneca-Burro e o declínio do poder de Agripina.....	156
3.3.1 Círculos aristocráticos e historiografia: <i>Quinquennium Neronis</i> e bom governo.....	182
3.4 Elites, favorecimentos e acusações.....	187
3.5 O assassinato de Agripina e a fragilização dos Aneus.....	200
CAPÍTULO IV – O ANOS FINAIS DE NERO (62-68).....	208
4.1 Vitélios, Flávios e o círculo de Tigelino.....	208
4.2 <i>Maiestas</i> e instrumentalização competitiva das <i>leges</i>	226
4.3 Uma monarquia faraônica?.....	243
4.4 Conjuracionismo e competitividade aristocrática.....	254
4.5 Oposição estoica?.....	271
4.6 O fim do Principado de Nero.....	276
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	285
APÊNDICE I.....	301
APÊNDICE II.....	325
ANEXOS.....	335

INTRODUÇÃO

A história do Império Romano se caracteriza como um universo inesgotável de possibilidades de compreensão não somente acerca dos próprios romanos, mas igualmente sobre nós mesmos, contemporâneos ávidos por saber, num sentido de origem, sobre o que deu e ainda dá sentido a uma atividade que, não raro, banalmente chamamos de *política*. Roma e o drama histórico de seus imperadores e diversos grupos sociais têm servido como espelho para nossas próprias inseguranças ou temores, desde que, há pelo menos dois séculos, o pensamento liberal emergiu como orientação supostamente inequívoca sobre como deveríamos pensar a esfera do *público*: a representatividade do povo legitimamente reunido num grande Fórum, não mais restrito, como em Roma, a um espaço circunscrito, mas através de instituições democráticas que devem ser guardadas zelosamente contra os desígnios autocráticos, sempre à espreita, de um possível ditador aventureiro que se lance à sorte. Do passado pensamos o presente e, do presente, pensamos o passado. A História é, nesse sentido, uma via de mão dupla, um exercício dialético de perspectivas. Desse modo, Roma é um palco que nos convida a pensarmos nossos próprios valores políticos, assim como a ação dos agentes políticos no âmbito do Estado e naquilo que evocamos sob o nome de democracia. As práticas políticas romanas sempre tiveram o mérito de alimentar nosso próprio debate político, acerca daquilo que consideramos importante quando pensamos nossa própria condição democrática e republicana, noções que, sem dúvida, devem sua gênese ao mundo antigo. A frustrada conspiração de Catilina (diríamos hoje um golpe de Estado?) ou a ditadura perpétua de César (que, contudo, se revelou tão efêmera) são bons exemplos de como temáticas e homens da Antiguidade são capazes de criar discursos políticos no presente. E os discursos políticos são especialmente mais relevantes em tempos de crise e conflito, quando as divisões sociais tendem a se exacerbar ainda mais e cuja virulência pode comprometer a própria integridade do tecido social. Se a história é filha de seu tempo, nada mais justo e compreensível que busquemos no passado referências para compreender o nosso próprio tempo. É sintomático desse processo vermos novas publicações, a cada ano, que enfatizem o problema da *crise democrática-republicana* em suas facetas antigas e modernas.

É o que observamos num trabalho recente do acadêmico norte-americano Dean Hammer, especialista no pensamento político romano, cujo título não poderia ser mais completo: *The Roman Republic and the Crisis of American Democracy: Echoes of the Past*. A despeito das possíveis objeções que tal abordagem comparativa pode receber, Hammer observa

similaridades entre a Roma do século I a.C. e o seu próprio país na última década: crescimento das dissidências com inclinação à violência; polarização que vai além da discordância política e que se transforma num quadro de virulência social; visão maniqueísta de que adversários políticos são a causa da destruição do país; tentativas de grupos políticos não eleitos de barrarem toda e qualquer medida legislativa não por discordarem dela, mas com o único propósito de inviabilizar politicamente o grupo eleito, fenômenos que, de certo modo, acabam por se assemelhar ao período que se iniciou com a crise centrada nos projetos políticos dos irmãos Graco, no ano de 133 a.C.¹. Não é necessário muito esforço pra perceber que as observações de Hammer servem, igualmente, para a hesitante democracia brasileira. Como uma possível objeção às ideias do autor, poderíamos elencar que, formalmente, o republicanismo romano era muito distinto da democracia norte-americana ou brasileira, um regime oligárquico e aristocratizado em essência, mas nada impede que uma democracia, mesmo aquela em que existe voto universal, seja também de natureza oligárquica. O Brasil, nesse sentido, é exemplar.

As observações de Hammer são úteis para pensarmos que, tanto na Antiguidade como nos dias atuais, parece haver algo a mais do que uma oposição binária entre democracia e ditadura. Tanto nos regimes democráticos quanto nos tempos de César e Augusto parece haver uma *zona cinza* entre uma e outra, um republicanismo frágil ou autoritarismo insinuante, de forma que se torna ainda mais complexo o exercício de compreensão de como tais formas de governo surgem e quais seus limites reais. Essas nuances são, a nosso ver, conforme abordaremos mais adiante, a essência daquilo que chamamos de Principado, o regime político que gerou a figura controversa de Nero, herdeiro de Augusto, um autocrata de origem aristocrática que era aquilo que não deveria ser diante de uma estrutura que se propunha republicana. A historiografia, diante de tal desafio, seguiu ao sabor do próprio curso dos tempos: se, nos séculos XVIII, a gênese do poder imperial romano era discutida no contexto da crise das monarquias europeias, numa ótica de otimismo liberal frente às concepções absolutistas, tom que encontramos em Gibbon, no XX o eixo se modifica e historiadores como Ronald Syme viam no poder dos príncipes um espelho (de notável pessimismo) para os emergentes regimes fascistas que triunfavam no Velho Continente. Hoje, num tempo de incertezas quanto ao destino das democracias, o mesmo acontece. O *espelho da história* parece nunca falhar e dá razão a Fernand Braudel quando este afirmou que o historiador sonha em

¹ HAMMER, D. The Roman Republic and the Crisis of American Democracy: Echoes of the Past. In: **Polis** (Brill), nº 95, 2020, p. 109-110.

escapar ao tempo da história, mas nunca o consegue, pois o tempo adere ao seu pensamento como a poeira à pá de um jardineiro².

Mas não devemos apenas observar o poder político central como o único horizonte de questionamentos. Nessa ideia de crise, devemos igualmente pensar o papel das próprias elites na condução dos assuntos políticos. E isso vale, igualmente, para os romanos na mesma medida. Qual foi o papel da aristocracia equestre e senatorial na era dos imperadores? Seriam elas apenas observadoras passivas do “absolutismo” imperial? Ou também vítimas da tirania de homens dotados de poder ilimitado? Acreditamos que não. E não só as elites entram em jogo, já que elas nunca estão sozinhas, não existem de modo desconexo em relação aos demais segmentos sociais, já que uma história das elites não deve, jamais, esquecer da importância daqueles que não se inseriam nelas. De que modo a plebe urbana também definiu os rumos políticos que resultaram no Principado? Em primeiro lugar, é preciso compreender que o poder nunca é exercido de forma dissociada à hegemonia de certo grupo social: qualquer regime, seja antigo ou moderno, só se torna viável a partir de uma determinada hierarquia e deposita sua segurança sobre um conjunto nada desprezível de indivíduos que, por uma série de razões, escolhem conceder ao príncipe (ou ao seu inverso, o tirano) seu apoio e consideração. Mesmo nas democracias há uma elite política mandatária que se mantém independentemente do peso do voto popular, a exemplo do caso ateniense em sua época dourada, com a família dos Alcmeônidas, de perfil aristocrático, mas que produziu lideranças populares como Clístenes e Péricles. Nesse sentido, temos muito a aprender com os antigos: desde o período clássico grego, o pensamento político tem se debruçado sobre o papel ativo das elites na condução e na consolidação de Estados.

O tema recebeu tratamento privilegiado em Platão e Aristóteles, sobretudo no caso do primeiro. Na *República*, o filósofo estabeleceu uma influente teoria política, exposta pelo personagem Sócrates, na qual a justiça da *polis* ideal repousa sobre a segurança fornecida por uma elite dotada de *sapientia*, os filósofos, aqueles com a prerrogativa intelectual de governar todos os demais indivíduos da comunidade cidadã. Uma elite, portanto, *construída especialmente para governar*, não aquelas que realmente existiam em Atenas ou em qualquer outro lugar da Hélade. A figura do rei-filósofo emergiria desse grupo cujo direito ao poder era filosoficamente avalizado³. As teorias platônicas tiveram tanto sucesso na Antiguidade que condicionaram, de uma maneira ou de outra ou em variados graus, todos os demais autores que

² BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982, p. 33.

³ PLATÃO, **República**, 473D-E.

se seguiram e que pensaram o papel de uma elite governante. Sêneca, grande protagonista dos tempos que aqui analisamos, foi um herdeiro entusiástico dessa tradição e sua atuação política mirou transformar Nero em legítimo rei-filósofo, com resultados muito aquém daquilo que almejou.

Para além das construções teóricas e retóricas, o mundo romano nos apresenta, do mesmo modo, suas próprias elites e seus modos de praticar a política, culturalmente condicionadas por valores nem sempre convergentes com o nossos. As oligarquias romanas, ao longo de mais de quatrocentos anos, formularam, não sem contestação, uma noção de Estado republicano que, desde a nossa ótica contemporânea de democracia liberal, aparentaria ser pouquíssimo republicana. No caso romano, as elites políticas, desde as origens da Urbe, no universo lendário do mito, transitaram entre uma fé otimista no poder da lei como maior reguladora da vida entre os cidadãos, a exemplo de Cícero, e a violência brutal onde a intriga e o assassinato eram meios para o alcance de variados fins políticos, como nos mostram inúmeros casos: dos irmãos Graco até o próprio Cícero, executado em uma proscrição sem qualquer chance de recorrer à lei para se defender. Enfim, paradoxos do elástico republicanismo romano.

A despeito de haver uma tradição bem estabelecida no sentido de uma *história social das elites*, há outro elemento que, talvez, ainda não esteja devidamente evidenciado nas pesquisas sobre o assunto: o papel da *competição* no processo de elaboração de uma identidade e de discursos no âmbito das classes hegemônicas. Aqui, voltamos às ideias anteriores de Dean Hammer. Há, no nosso tempo, uma inequívoca constatação de que, nas atividades políticas onde são necessários *esforços coletivos*, parece existir uma tendência natural à *fragmentação* e ao *divisionismo*, manifestada até de modo violento e dentro de um mesmo grupo social que, teoricamente, deveria saber quais são seus objetivos enquanto *grupo socialmente hegemônico*, ou mesmo entre aqueles que se supõem opositores a todo custo do *status quo* vigente. Desde as teses de Marx, no século XIX, os historiadores tendem a observar a ideia de *classe* como uma categorização totalizante, capaz de englobar diferentes sujeitos históricos numa mesma unidade social, em oposição a outras unidades sociais igualmente fundamentadas em princípios econômicos, domínio sobre os meios de produção ou venda de força de trabalho. Numa perspectiva marxista, as elites são um bloco único com um propósito político igualmente único, o de manter sua hegemonia frente aos oprimidos no campo da *luta de classes*. Logo, as elites (assim como os proletários) são entendidas como uma coisa só, um grupo homogêneo e definido por um claro fim político, na qual não há espaço para dissensões ou contrariedades intraclasses. No caso das realidades pretéritas, isso se torna um sério problema. É preciso, pois, repensar a

constituição de uma noção de *classe social* no âmbito da Antiguidade, assim como conceitos igualmente homogeneizantes, a exemplo de *aristocracia*. É um exercício valioso, pois, no dizer de Bárbara Tuchman, historiadora norte-americana, é preferível aos que se dedicam ao ofício da história chegar à teoria através das evidências do que fazer o caminho contrário. São as fontes e as informações que elas dispõem que permitirão ao historiador construir generalizações seguras⁴. Foi aquilo que tentamos realizar, com todo o empenho, na redação deste trabalho, em especial no exercício de conceituação do primeiro capítulo.

Nessa perspectiva de uma aristocracia mais plural e menos homogênea, de um divisionismo social e político intrínseco, de conflitos no seio de uma elite oligárquica que desconhecia por completo qualquer noção de *consciência de classe*, a *competição* enquanto *fenômeno social* se torna uma noção importante quando pensamos, sobretudo no contexto da Antiguidade, o papel do acesso ao poder e o entendimento da política como uma atividade participativa, que pressupunha o direito de estabelecer aquilo que fosse o melhor rumo político para a *polis/civitas*, porém sempre a partir de *consensos frágeis* e, como vimos antes, sob intensa pressão de grupos que apostam deliberadamente na divisão ou no facciosismo. E a competição, nesse sentido, não existe apenas fora ou entre blocos sociais *supostamente unitários*, mas sobretudo no interior deles. Partimos do pressuposto de que, no âmbito do Império Romano, as elites não podem ser entendidas fora da ideia de uma permanente competição social entre seus membros, algo intrínseco ao seu comportamento e horizonte de atuação. Conforme abordamos nos primeiros capítulos, podemos ver em Roma a manutenção de uma *cultura de cidade-estado*, uma *cultura política republicana* que sobreviveu ao processo expansionista e que condicionou a formação do Principado em todas as suas ambiguidades intrínsecas. Dessa cultura política, dessa relação entre cultura e poder, um *princeps* inseguro emerge como um tipo de liderança cuja *auctoritas*, baseada na pessoalidade, coexiste com as antigas estruturas republicanas, alimentando um processo competitivo no conjunto daquelas relações intra-aristocráticas que, não raro, pendia para a violência como linguagem política.

Do grande tema das relações entre elites, competição e poder político, outra questão é digna de esclarecimentos. O recorte que escolhemos para análise, que compreende o Principado neroniano (54 a 68), se dá por inúmeras razões. Nero é uma figura que se tornou um ícone da cultura popular contemporânea e, mais ainda, é lembrado com grande antagonista dos cristãos martirizados em Roma após o grande incêndio de 64. Nesse sentido, Nero e sua época possuem

⁴ TUCHMAN, B. **A prática da história**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 27.

um enorme poder de atração sobre o imaginário popular, mesmo entre aqueles que pouco conhecem a história do Império Romano, portanto imensamente convidativo ao ofício do historiador. O tirano louco, que fora discípulo de um dos maiores nomes da filosofia romana, Sêneca, e que tocou cítara enquanto Roma ardia, a exemplo do que vemos no clássico *Quo Vadis?* (1951), no qual o ator inglês Peter Ustinov, do cômico ao grotesco, deu vida aos maiores estereótipos associados à figura de Nero. No panorama do imaginário contemporâneo, a Roma de Nero se reduzia aos escândalos de seu louco imperador e nada mais. Temos, assim, um Império reduzido à figura de um único homem. Aliás, não seria exagero dizer que o cinema épico hollywoodiano teve mais impacto no imaginário do público do que os inúmeros livros de História sobre o tema que são lançados anualmente por autores do mundo. Algo comparável pode ser elencado nos grandes clássicos dos anos 50 e 60 sobre César e Cleópatra, figuras que ganharam destaque na cultura popular justamente por essas grandes produções que, muito mais do que livros, tiveram um poder de difusão muito maior ao alcançar um número inimaginável de pessoas. Porém, a figura de Nero nunca deixou de despertar diferentes paixões ao longo do tempo, imagens que transitam do incendiário perseguidor de cristãos ao gênio político incompreendido. Neste último caso podemos incluir o famoso *Encomium Neronis*, publicado em 1572 pelo humanista e polímata italiano Girolamo Cardano, que se propôs a uma enfática defesa de Nero e seu legado, como se houvesse a necessidade de uma “reabilitação” do imperador, alguém *injustiçado* pela tradição historiográfica e merecedor de uma ampla defesa pública. Nero se tornou, dessa maneira, objeto de polêmica, uma figura anedótica que serve a diferentes retóricas políticas, seja no passado ou no presente.

Mas a popularidade de Nero como um controverso imperador numa Roma de profundas mudanças políticas e sociais de forma alguma se esvaneceu em tempos mais recentes. No alvorecer do século XX, Bernard W. Herderson escreveria aquela que seria uma das obras mais influentes sobre aquele príncipe, já num contexto de uma *historiografia profissional*, o *The Life and Principate of the Emperor Nero*, publicado em 1903. Longe de apaziguar as polêmicas e contradições de Nero, Herderson apenas as alimentou ainda mais: o príncipe permanecia na categoria dos tiranos da história, um homem cruel e degenerado, mas, ao mesmo tempo, foi um eficiente governante que estimulou a grandeza do Império⁵. Estava criada, assim, uma cisão entre o *Nero moral* e o *Nero administrador*. Desde a obra de Herderson, uma verdadeira profusão de biografias foi escrita sobre o imperador ao longo do século XX, o que demonstra a

⁵ HENDERSON, B. W. *The Life and Principate of the Emperor Nero*. Londres: Methuen e Co, 1903, p. 15, 422-423.

permanência de Nero como um tema de grande popularidade mesmo entre o público não acadêmico e a existência de um mercado editorial sempre ávido por novas publicações. Nestas obras, o Nero tirano foi sendo deixado de lado, quando não abandonado completamente em benefício de entendimentos mais equilibrados não só de sua personalidade, mas também de seu entorno social. Emergiu, assim, um príncipe mais complexo e cheio de nuances, trabalhos com um alto grau de refinamento e crítica documental⁶. É o que vemos nos trabalhos de Miriam Griffin, biógrafa tanto de Nero (1984) quanto de Sêneca (1970), obras publicadas nos anos de 1970 e 80 e que usamos extensivamente nesta tese. O mesmo é válido para os trabalhos de Eugen Cizek, outro autor fundamental em nossa pesquisa, por razões que discutiremos mais adiante, cuja ênfase nas reformas sociais e artísticas de Nero igualmente se afastaram do modelo binário de retrato político.

Nos anos de 1990 novas biografias fizeram sua aparição, com especial destaque para as de David Shotter (1997) e Jürgen Malitz (1999). A partir dos anos 2000, foi a vez das biografias de Edward Champlin (2003) e, mais recentemente, de John Drinkwater (2019), isso para mencionarmos apenas algumas, já que muitas outras foram dedicadas a Agripina e Cláudio, lista que também não inclui os incontáveis artigos científicos publicados durante o mesmo período. No Brasil, com a expansão dos Estudos Clássicos que se verificou a partir dos anos 80 e 90, o interesse pelo contexto neroniano veio na esteira dos trabalhos sobre Sêneca e o estoicismo, em particular nos influentes artigos de Norberto Guarinello (1997) e Maria Luiza Corassin (1999). A partir das últimas duas décadas, foram especialmente importantes os trabalhos de Fábio Faversani, Fábio Duarte Joly e Ygor Klain Belchior, particularmente interessados na conjuntura social do período neroniano, o que incluiu, naturalmente, o papel das elites junto ao príncipe e seu protagonismo nos conflitos políticos daquele contexto, profícuos caminhos interpretativos que, uma vez abertos, forneceram lições valiosas e que igualmente optamos por trilhar em nosso trabalho. Mas aproximar-se de um Nero mais plausível historicamente não foi a única linha de entendimento dos especialistas. A título de exemplo, em 2021, a tese de Ana Lucia Santos Coelho tratou da construção literária da figura de Nero e dos repertórios discursivos sobre seu governo ao longo do tempo, de suas *metamorfoses imagéticas* a cada novo contexto político e social, de um Nero que se apresentou diferente a cada novo tempo⁷.

⁶ Para o conjunto das obras a seguir, cf. as referências bibliográficas (p. 285).

⁷ COELHO, A. L. S. As metamorfoses de Nero: Um estudo da construção literária sobre o último Júlio-Cláudio e seu Principado (I-III d.C.). Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFOP), 2021.

Ainda em 2021, quando o Reino Unido recém saía dos rigorosos *lockdowns* decretados por razão da pandemia do coronavírus, o Museu Britânico lançou a grande exposição *Nero: the man behind the myth*, que permaneceu em cartaz de maio a outubro daquele ano, seguindo o salutar espírito de um *questionamento da tradição* historiográfica estabelecida. Da exposição nasceu uma belíssima publicação de mesmo título, sob a autoria do curador, Thorsten Oppen, que se propôs a analisar as evidências documentais disponíveis e o que elas dizem sobre a suposta *tiranía* de Nero. De imediato, antes mesmo de se entrar em seu conteúdo, na sobrecapa externa do livro, lê-se que Nero foi um *líder populista*, outro bom exemplo de como não só a história, mas também o próprio Nero, estão sempre às voltas com as condições políticas que se apresentam a cada novo tempo e com a consequente linguagem do presente. No mais, se trata de uma publicação exemplar voltada claramente ao que podemos chamar de *divulgação científica*, que preza pelo cuidado na apresentação de fontes literárias, numismáticas, epigráficas, artísticas e imagéticas, estas últimas de exuberante beleza. Não só isso, as mesmas noções que vimos com Dean Hammer, a fragmentação e o profundo divisionismo social que afligem os tempos presentes, encontram igualmente eco na publicação do Museu Britânico. Com efeito, Oppen reiterou o papel ativo das aristocracias e sua capacidade de também produzirem, por si próprias, instabilidades políticas graves, quando não violentas, ao buscar a preferência do imperador, quando não o próprio poder imperial, por vias conspiratórias, comportamento culturalmente intrínseco à política romana. De uma elite passiva diante de um príncipe todo-poderoso, emerge outro quadro, muito mais verossímil, o de um príncipe jovem, impulsivo e inovador, transitando entre posturas de discórdia e conciliação social⁸. Outra lição de extrema importância que convergiu grandemente com nossos objetivos.

A exposição do Museu Britânico e a posterior publicação da obra de Oppen sem dúvida renovou o debate sobre Nero e sua época, sempre um exercício árduo, mas necessário na medida em que as fontes são capazes de nos permitir ver novos detalhes, nuances e complexidades em relação a um príncipe que não é nem vilão ou herói, assim como sua época, que como qualquer outra, não pode ser simplesmente reduzida ao rótulo da pura e simples *decadência moral*, outro elemento que nem mesmo a própria historiografia pode evitar de alguma maneira, conforme veremos nos capítulos subsequentes. Expandir o contexto para além de Nero também é uma necessidade que se impôs em nosso caminho: o Império Romano do século I da Era Cristã não se reduzia a seu príncipe, não era um simples palco à disposição de um homem louco, mas um espaço social composto por um verdadeiro mosaico de indivíduos, senadores, cavaleiros,

⁸ OPPEN, T. *Nero: the man behind the myth*. Londres: The British Museum Press, 2021, p. 130.

plebeus, mulheres, libertos e escravos que atuavam politicamente em consonância ou não com os desígnios do *imperator*.

Mas as imagens populares do período neroniano representam apenas uma parcela das razões para a escolha da temática que aqui apresentamos como tese doutoral, muito embora não tenha sido nosso objetivo central trabalhar com as imagens de Nero projetadas pelo próprio príncipe ou pela historiografia, a não ser quando tal esforço se mostrou interessante na perspectiva de ilustrar suas tentativas de construir um modelo próprio de governo. É preciso reconhecer, no estabelecimento do recorte, outro importante elemento definidor, o da trajetória acadêmica, algo que se iniciou ainda antes do mestrado através de nosso interesse particular pelo estoicismo de Sêneca. Da relação interdisciplinar entre a história política do Principado romano com as ideias filosóficas de Sêneca, nasceu nosso trabalho prévio de dissertação, “*Princeps clemens et sapiens: estoicismo e teoria política nos tempos de Nero a partir do tratado De clementia de Sêneca*”, defendido em fevereiro de 2018 no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Neste trabalho, analisamos a formulação de uma concepção de *clementia* como parte de uma *teoria geral de poder* centrada nas cosmovisões estoicas, conselhos endereçados a um Nero adolescente como forma de direcionar seu principado rumo à construção de um consenso político que reunisse as elites aristocráticas romanas, de modo a pacificar aquelas relações entre aristocracia e poder imperial. Ou seja, já estava lá o *problema da competição*, muito embora isso ainda não fosse visível para nós. Do trabalho de análise teórica de um texto senequiano ímpar, nos sentimos motivados a observar, numa evolução natural, as relações concretas de poder que se desenhavam enquanto Sêneca pensava uma virtuosidade imperial centrada na *clementia*. Podemos dizer, nesse sentido, que nossa trajetória acadêmica partiu da construção *discursiva e teórica* sobre as relações de poder durante o principado de Nero para a análise dessas mesmas relações em *nível concreto*, no modo como elas se deram historicamente. A partir das questões oriundas do mestrado, da teoria política de Sêneca, foi nosso desejo entrar nas estruturas mais profundas das relações sociais das elites neronianas, aquelas que produziram o próprio Sêneca, e estudar seus modos de articular projetos ou *vias de atuação* política para o Império Romano para além dos discursos teóricos da filosofia política. Nessa perspectiva, observamos um Sêneca, o *político*, muito mais contraditório e instigante nas artes da hegemonia cortesã do que aquele comumente visto como *filósofo*.

Se o papel primordial do historiador é o de ser um investigador do tempo pretérito, num sentido que ainda devemos tanto a Heródoto, devemos, igualmente, pensar numa linguagem

que exprima adequadamente esse passado, pois o papel do historiador não é somente a investigação *per se*, já que, como nos lembra o historiador Henry Marrou, isso é meio, não o fim da História⁹. Explicar o passado é uma tarefa tão nobre e desafiadora quanto investigá-lo, e escolher as palavras certas para abordá-lo é uma atividade que requer máxima atenção e respeito com o leitor que terá o trabalho do historiador em suas mãos. Nesse sentido, nosso principal desafio foi pensar a existência de facções aristocráticas ou grupos de interesses e objetivos comuns (e competidoras por espaço) sem, contudo, projetar neles nossas próprias instituições. É sempre um exercício de refinamento linguístico, pois o especialista investigador precisa ter, ao menos, alguma clareza de como suas palavras poderão ser interpretadas pelo leitor, quais os equívocos poderão ocorrer e como tentar evitá-los. Por exemplo: se usarmos a palavra *partido* para descrever os grupos de indivíduos unidos por laços de amizade ou interesses comuns no período de Nero, o leitor não especializado poderá tomar esta palavra no seu sentido atual, ou seja, a existência de agremiações institucionais regulamentadas pelo Estado segundo a lei vigente. Teremos aqui, portanto, uma compreensão anacrônica de uma época muito diferente da nossa. É necessário, portanto, que o estudioso seja cauteloso com os termos que opta por empregar e, não menos importante, saiba definir o que deseja comunicar ao seu leitor. Este é, em nosso ponto de vista, uma das mais necessárias obrigаторiedades de quem escreve sobre um determinado tempo ou época.

Para falarmos das divisões aristocráticas e grupos competidores, não fazia sentido, assim, usar o termo *partido* ou qualquer correlato com potencialidade anacrônica. Ao invés disso, optamos por tomar como referência o termo latino *circulus(i)*, usado por autores romanos e, particularmente, pelo historiador romeno Eugen Cizek para definir diferentes grupos políticos e culturais que floresceram durante o período neroniano¹⁰. O termo tem a virtude de não remeter a qualquer forma de agremiação contemporânea, ao mesmo tempo preservando o vocabulário próprio do período romano. Outra vantagem da ideia de círculo aristocrático é a possibilidade de ser pensado de modo inclusivo e cuja natureza era o movimento: não eram círculos fixados no tempo, nem existiam por tempo indefinido, pelo contrário, tinham uma tendência de surgir ou desaparecer por razões endógenas ou exógenas, conforme as circunstâncias políticas se apresentavam. De certa forma, eram *organismos sociais vivos*, que nasciam, cresciam e desapareciam. Nosso objetivo com o uso conceitual da ideia de círculo aristocrático foi, igualmente, mostrar que Nero nunca governou sozinho mesmo em seus anos finais, marcados

⁹ MARROU, H. I. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Aster, sem data, p. 29.

¹⁰ CISEK, E. **Nerón**. Paris: Fayard, 1982, p. 219-246.

por sua maturidade política (62-68) e que a ideia de um absolutismo neroniano, no sentido de que somente o imperador exercia poderes políticos, descolado de qualquer outra instância de poderes, é falsa e precisa ser revista. A corte imperial de Nero era um ambiente de trânsito de grupos e indivíduos com suas próprias *finalidades políticas*, atuantes de forma autônoma em relação ao *princeps*, condicionantes de sua política e, ao mesmo tempo, condicionados por ela.

Nesse processo, de saber apresentar definições que esclareçam e expliquem um determinado período estudado, o uso de conceitos parece ser particularmente profícuo. Pensar a História conceitualmente pode ser de grande valia na compreensão de fenômenos sociais de outros tempos, ou motivados por razões que seriam, num primeiro momento, estranhas a nós, que vivemos e olhamos para o passado imersos a partir de nosso tempo presente. Criar caminhos explicativos requer um alto grau de atenção aos detalhes não só à historiografia já consolidada, mas igualmente ao que as fontes podem nos oferecer se prestarmos atenção no que passou despercebido, aos detalhes que, aparentemente, não possuem nenhuma importância, a raiz do paradigma indiciário de que Carlo Ginzburg falou com tanta propriedade, a partir dos métodos de observação oferecidos, dentre tantos, pela identificação de pinturas falsas por meio de pequenos detalhes que passariam despercebidos¹¹, algo que é parte intrínseca do ofício do historiador, de certo modo transformado em detetive, ainda mais no caso da Antiguidade, onde a escassez de fontes e as lacunas tornam as informações disponíveis ainda mais valiosas. Escrever uma tese, de certo modo, não é reinventar o que já foi inventado, mas um exercício de justamente notar aquilo que outros não notaram, ou se notaram, ignoraram, a análise das limitações e potencialidades do que outros já escreveram. Eis o caminho, sempre em renovação, da produção historiográfica.

E a *importância do detalhe*, do elemento indiciário, é fundamental na identificação desses círculos aristocráticos, já que as relações de proximidade e afastamento nem sempre estão postas de modo claro nas fontes, sobretudo em Tácito, Suetônio e Dião Cássio. Passagens breves, menções casuais, relações fortuitas entre aristocratas, tudo isso oferece ao historiador um manancial inesgotável de informações. Nesse processo exploratório das fontes romanas, a relação entre aqueles três autores é um tanto assimétrica: muito embora não tenham sido contemporâneos aos eventos narrados em sua obra, Tácito ocupa papel primordial numa narrativa mais coerente e detalhada, ainda que certos aspectos de sua textualidade possam ser relativizados por sua intrínseca implausibilidade ou preocupação com exortações morais,

¹¹ GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

questão que, não raro, põem em xeque sua promessa de um relato *sine ira et studio*. Aquilo que costumamos chamar de *historiografia romana* teve origens tanto nas tradições próprias dos romanos quanto em sua interação com as vertentes da historiografia grega, o que forneceu aos romanos diversificados modelos de uma *escrita da história*. Mas, de qualquer modo, sempre houve entre os romanos uma clara associação entre *história* e *retórica*, entre a arte de narrar acontecimentos e modo como tal narrativa impactaria o público leitor ou ouvinte e com Tácito isso não é diferente, ainda mais quando observamos seus juízos a respeito de Nero e dos aristocratas que o cercavam. Porém, seria enganoso considerar Tácito apenas um retórico, desprovido de profundidade histórica ou de veracidade. O estilo de sua narrativa é considerado sóbrio por Zélia de Almeida Cardoso¹². Ao mesmo tempo, concordamos com Arnaldo Momigliano no sentido de que não se pode tomar o autor romano como um pesquisador de documentos profissional, método que se estabeleceu no século XX, mas, ainda assim, seu trabalho (e sua autoridade) não podem ser facilmente questionados, pois suas narrativas são, no geral, coerentes com o de outros autores (Suetônio, Dião Cássio etc.) e fontes epigráficas disponíveis. Os problemas do relato taciteano estariam, assim, segundo o historiador italiano, ao nível dos detalhes, o que reduziria o problema de sua confiabilidade a limites bem estreitos¹³. Dessa maneira, para além dos elementos retóricos que podem ser *trabalhados criticamente*, a factualidade de sua obra é de fundamental importância para a análise das relações de poder no século I da Era Cristã.

No conjunto da narrativa acerca do período neroniano, Dião Cássio e Suetônio também são importantes, mas apresentam algumas limitações. Acompanhamos o juízo de Syme no sentido de pontuar que o primeiro estava temporalmente muito distante dos acontecimentos para recapturar adequadamente as cores e a textura da sociedade imperial sob os primeiros Césares, não raro recorrendo excessivamente a episódios anedóticos. O segundo, pelas imposições do *gênero biográfico*, também omitiu informações importantes sobre indivíduos senatoriais ou, também, relativos à família imperial¹⁴, algo compreensível já que seu estilo de escrita privilegiou, justamente, a *individualidade* dos príncipes. Ainda assim, são autores necessários para a obtenção de informações complementares, aspecto metodológico importante para a criação de um quadro coerente dos movimentos aristocráticos do período neroniano. Outras fontes também perfilam de modo complementar. Plínio, o Velho, embora tenha sido contemporâneo a Nero, ofereceu apenas alguns vislumbres políticos sobre o governo daquele

¹² CARDOSO, Z. A. **A literatura latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 136.

¹³ MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia**. São Paulo: Edusc, 1990, p. 158-162.

¹⁴ SYME, R. **Tacitus**. Vol. 1. 1958, p. 388.

príncipe, algo que se explica por seu interesse por um tipo particular de história, que privilegiou as pequenas coisas, os *pequenos feitos* dos romanos, conforme demonstrou recentemente Thiago Stadler¹⁵. Juvenal, Sêneca, Josefo e outros autores do período também contribuem, em suas respectivas preocupações satíricas, filosóficas e diplomáticas, na coleta de informações para estabelecermos, assim, correlações de fontes, exercício por excelência do historiador, de certa maneira um artista que, a exemplo dos mosaicistas, constroem imagens a partir de pequenos fragmentos coloridos, mas desconexos.

No interior dessas inúmeras fontes, é preciso ver, por exemplo, a existência de uma linguagem política ou filosófica comum, compartilhamento de espaços, seja o ambiente doméstico ou em banquetes e festins, breves passagens nas fontes acerca de episódios supostamente isolados ou de indivíduos que nos levariam a pensar, apressadamente, numa mera casualidade, mas que têm o potencial de indicar alguma forma de coordenação política mais profunda. Competição, patronato, favorecimentos e articulações de poder eram parte de uma estratégia de conquista e manutenção de espaço na corte, posições que poderiam ser obtidas por prestígio ou pela criação de animosidades. A existência de uma relativa abundância documental, quando comparada a outras épocas da história romana, também torna esse período bastante convidativo à análise de movimentos aristocráticos.

Pensando na relação entre os príncipes, as elites e os processos competitivos, seguiremos o seguinte plano expositivo. No primeiro capítulo, trataremos brevemente da formação da oligarquia romana e suas grandes famílias, um *conceito de aristocracia* a ser pensado para aquele contexto, as práticas sociais mais comuns no estabelecimento de um perfil elitizante e os horizontes ideológicos daqueles grupos aristocráticos. Em resumo, a *cultura política republicana* que pressupunha o direito à *competição* pelos rumos políticos da cidade. No segundo capítulo, fruto de ideias que amadurecemos desde a escrita de nossa dissertação, abordaremos o problema sempre renovado do Principado romano e de suas origens, igualmente oriundo da competição social da República Tardia, tema que mobilizou historiadores desde a época de Edward Gibbon na busca por um entendimento mais claro acerca do regime criado por Augusto e herdado por Nero (54 d.C.). Quatro décadas separam ambos, o que nos conduz ao seguinte questionamento: qual era a natureza daquele regime político e de que modo o regime personalista de Otaviano se assentou sobre a cultura política das elites? O que mudou dentro desse período cronológico de quarenta anos? Podemos falar de Principado ou de

¹⁵ Cf. STADLER, T. **Por uma noção de história em Plínio, o velho (Séc. I d.C.)**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFPR), 2015, p. 197.

Principados, no plural? Podemos equalizar Principado com monarquia ou realza? Teríamos um modelo unitário ou acabado de poder ou um regime em permanente construção e mutação conforme o perfil do príncipe governante e das condições que encontrava para reafirmar seu poder? Tais questões são fundamentais para compreendermos as típicas vicissitudes dos governantes imperiais de Roma. Juntos, os dois capítulos são um exercício teórico inicial para a compreensão tanto da lógica social romana, o perfil das suas *gentes* e modos de mobilidade social, que permitiam aos sujeitos emergir como competidores aristocráticos, quanto do regime político que condicionou essa competição, sua natureza e características gerais.

Nos terceiro e quarto capítulos, abordaremos cronologicamente os quase quatorze anos de Nero a partir da perspectiva das relações de poder entre os círculos aristocráticos em disputa e estes, por sua vez, com o príncipe. O propósito é entrar nas estruturas mais profundas do tecido social romano para observar grupos em ascensão ou declínio e como esses movimentos aristocráticos tinham seu papel na estabilidade política de Roma. Este é um ponto importante, já que a perspectiva popularmente mais difundida, sobretudo entre o público em geral, é a de que somente o perfil dos imperadores, divididos de modo maniqueísta entre “bons” e “maus”, era o que fomentava a prosperidade ou a decadência do Império, uma perspectiva individualizante, portanto, limitada por considerações moralizadoras geralmente tomadas literalmente das fontes. Aliás, no relato de historiadores como Tácito, não só os imperadores são entendidos por esse meio binário, mas também as próprias aristocracias são divididas entre sua virtuosidade ou viciosidade. É preciso, pois, rever essas noções e submetê-las a uma análise mais rigorosa. Para isso, optamos por privilegiar o método narrativo, de forma a oferecer ao leitor um panorama vívido daquele período tão interessante, alternando a cronologia dos eventos com digressões conceituais ou analíticas sempre que necessário. O terceiro capítulo lidará com o período compreendido entre 54 a 62, fase em que predominam dois grandes círculos aristocráticos capitaneados por Agripina e Sêneca, respectivamente, círculos com diferentes objetivos políticos e ideológicos numa fase em que Nero ainda era um jovem adolescente dependente das decisões de seus regentes. O quarto abordará os anos finais (62 a 68) e a transformação da corte de Nero conforme um novo grupo político foi capaz de assentar seu poder e pautar as políticas de Nero, o grupo de Ofônio Tigelino, marcadamente mais agressivo na busca por hegemonia política. Ao longo do texto, todos os trechos diretamente citados das obras latinas são de nossa autoria, salvo quando houver indicação em contrário. Por fim, nos apêndices, o leitor poderá encontrar um catálogo das emissões monetárias do período neroniano, muito útil no sentido de indicar variações na política imperial, e outro composto por

árvores genealógicas e aristocratas vinculados aos círculos familiares ou de *amicitia*, um para cada grupo elencado, de forma a auxiliar a visualização de tantos indivíduos mencionados ao longo do texto.

CAPÍTULO I – *SENATUS POPULUSQUE ROMANUS*

1.1 Aristocracias entre o passado e o presente

A origem das elites aristocráticas romanas se confunde com o da própria cidade de Roma, desde os mitos fundadores de Eneias e de seus descendentes, os gêmeos amamentados pela loba, Rômulo e Remo. Notória e muito reveladora é a versão de Tito Lívio, um autor imperial (e escrevendo já sob o principado de Augusto), sobre o reinado do primeiro rei de Roma, um dos gêmeos do mito, o herói Rômulo. Após matar seu irmão (o fratricídio como elemento permanente na política romana, de certa maneira o caso de Nero e Britânico, ou Caracala e Geta) e realizar ousadas ações para assegurar a permanência da nova Cidade, Rômulo criou também as leis fundamentais, na melhor tradição antiga do legislador sábio, que deveriam unificar um “gênero rude de homens”¹⁶, ou seja, torná-los legítimos *cidadãos* sob uma única *autoridade*. Nesse processo organizacional primevo, nesses mitos fundadores do pensamento político romano, a legalidade se tornou o marco da *civitas* e o critério supostamente máximo de condução de uma verdadeira atividade cidadã.

Mas Rômulo, embora poderoso, pode igualmente ser exemplo que os cidadãos também possuem suas próprias vontades e horizontes políticos e que estes nem sempre são guiados por ações que levassem a lei em consideração, mas ao contrário, pautavam-se na violência e na ilegalidade como meio para a obtenção de seus fins políticos, como muitos outros episódios da história romana também revelam inescapavelmente. As elites entram em cena, no relato de Lívio, como contestadoras da autoridade régia do herói fundador, que convenientemente sai de cena em um pomposo espetáculo de suspeito desaparecimento num eclipse solar, segundo a narrativa de Cícero¹⁷, termos floreados para rumores de *assassinato*, como Lívio bem o reconhece, pois o velho monarca perdeu o apoio dos senadores, embora fosse popular entre os soldados e plebeus¹⁸, um padrão que se repete igualmente durante o Principado de Nero. As palavras de Lívio não descrevem apenas mitos de um passado remoto de Roma, mas igualmente as condições de seu próprio tempo, na qual o imperador, Augusto, debelava conspirações, sem dúvida testemunhadas pelo autor, prova incontestável de que o *princeps* poderia ser Rômulo não

¹⁶ LÍVIO, *História de Roma*, 1, 8. “[...] *generi hominum agresti...*”.

¹⁷ CÍCERO, *Da República*, 2, 10.

¹⁸ LÍVIO, *História de Roma*, 1, 16.

só em nome¹⁹, mas igualmente em destino. A narrativa da subida de Rômulo aos céus, modelo para a *consecratio* imperial, foi um artifício para acalmar a fúria do povo comum, situação que atemorizava os aristocratas²⁰, sempre numericamente inferiores no conjunto do corpo social. Contudo, há algo a mais no seu relato sobre as origens políticas de Roma. Lívio não esconde o fato de que o domínio das elites não poderia ser entendido adequadamente se desconsiderasse o elemento de *disputa* entre seus membros, que visavam acesso ao poder e assim definir os rumos da cidade: “Naquele momento, a competição e o desejo por reinar agitaram o espírito dos senadores. Mas não havia nenhum indivíduo de grande projeção entre aquele povo ainda tão novo. Entre as ordens, havia disputa entre facções”²¹.

O trecho acima é revelador por nos indicar um princípio fundamental que será o cerne do grande campo das *relações de poder* na Antiguidade: os indivíduos pertencentes à cidade, seus *cidadãos*, e sobretudo as *elites* da cidade estavam em franco processo de busca por proeminência e poder pessoal, de magnificência, de destaque perante os demais indivíduos. A busca por *prestígio social*, nesse sentido, sempre foi um dos elementos mais essenciais da vida aristocrática romana²². Não é possível pensar a constituição de uma aristocracia, seja entre gregos ou romanos, sem a devida ênfase naquilo que dava sentido à sua existência, algo que estabelecia um elo de mútuo reconhecimento: a *competição*. Não é por acaso que o termo *certamen* (e o seu verbo correlacionado, *certabatur*), que comumente se traduz como “competição”, está ao lado de *factionibus*, “facções” ou “grupos”. Nesse caso, a competição é um processo que requer obrigatoriamente a *alteridade*. A ideia expressa na passagem de Lívio nos mostra que a competição entre os senadores, após a morte de Rômulo, era o *simile de uma luta*, de uma *guerra*, já que *certamen* pode também ganhar conotação de conflito, mas sem necessariamente haver derramamento de sangue ou luta fratricida, nada daquilo que vemos nas guerras civis dos tempos de César e Augusto. No processo interrelacional que é a competição, os fundamentos mais expressivos de uma *ideologia*²³ aristocrática no mundo greco-romano

¹⁹ Dio Cássio afirma que Augusto desejava tomar para si o nome do fundador de Roma, mas percebeu que aquele nome o aproximaria da realeza, algo que o fez desistir da ideia. Cf. DIÃO CÁSSIO, **História Romana**, 53, 16; SUETÔNIO, **Vida de Augusto**, 7.

²⁰ LÍVIO, **História de Roma**, 1, 16.

²¹ LÍVIO, **História de Roma**, 1, 17. “*Patrum interim animos certamen regni ac cupido versabat; necdum ad singulos, quia nemo magnopere eminebat in novo populo, pervenerat: factionibus inter ordines certabatur*”.

²² VEYNE, P. **Sexo e Poder em Roma**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 87.

²³ Veyne ainda nos fornece uma excelente definição conceitual do que é ideologia, palavra carregada de polêmicas e variável em significados. Para o autor francês, ideologia é “o uso de ideias políticas para fins justificadores, essas ideias sendo verdadeiras ou falsas”. VEYNE, P. **Pão e Circo**. São Paulo: Unesp, 2014, p. 689. Sobre a relação entre ideologia e sociedade em sentido mais amplo, há o ensaio particularmente profícuo de DUBY, G. *História social e ideologias das sociedades*. In: LE GOFF, J; NORA, P. (Orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 130-145.

podem ser encontrados ainda em Homero, no passado arcaico, quando a ética dos heróis guerreiros era orientada pelo sentido de “que primasse em meio aos outros, superando-os sempre”²⁴. O princípio central na ideologia aristocrática é a manutenção de um *pressuposto de superioridade*, uma justificação hierárquica (por isso ideológica) não somente sobre os demais grupos sociais, mas também sobre outros aristocratas. Desde as mais remotas origens do passado arcaico, ser um aristocrata era estar em constante processo de reiterar reputação e honras.

Se Rômulo, o legislador primordial, tinha o poder de representar, centrado em si mesmo, o *heroísmo* dos primeiros tempos de uma árdua luta pela sobrevivência, na melhor tradição homérica, seu desaparecimento (ou assassinato) demarcou um novo estágio na formação das tradições políticas de Roma, na qual outros seis reis governaram. O republicanismo dos séculos subsequentes, a marca romana mais admirada pela posteridade não só pelo seu aparente sucesso, mas como aquele regime inequívoco que deveria construir o futuro da humanidade, segundo autores do iluminismo²⁵, trouxe consigo um novo conjunto de relações de poder: as elites exerciam seu domínio político sobre os demais grupos sociais de modo colegiado, pressupondo um reconhecimento mútuo ao direito de participação nas decisões da cidade. Estabeleceu-se, assim, uma dicotomia entre essa colegialidade e o mando pessoal, restrito a poucos, arbitrário, a *tiranía*. Em contraposição a isso, o republicanismo deu origem às magistraturas e à liderança senatorial, instituições que tinham como propósito congregar as elites e fornecer a legitimidade ao exercício político de um grupo restrito de famílias oligárquicas, as *gentes maiores*, os membros mais tradicionais do *patriciado*, grupo altamente exclusivo e dotado de um profundo senso de hierarquia social. Estava consolidado, portanto, o direito à competição, mas apenas entre os aristocratas de alta linhagem, pois não participavam dela a grande maioria dos romanos que, a despeito de sua condição cidadã, permaneciam excluídos desse processo. Os plebeus, nesse sentido, tinham árdua luta pela frente para ascender política e socialmente e participarem da competição até então monopolizada pelas *gentes* mais tradicionais.

A longa trajetória da República romana foi moldada pelos incontáveis movimentos das elites, seja entre suas próprias fileiras ou em interação com os demais segmentos da sociedade, já que nenhum grupo social ou coletividade pode estabelecer sua identidade fora desse processo

²⁴ HOMERO, *Ilíada*, 6, 206-208. Tradução de Haroldo de Campos.

²⁵ NICOLET, C. O cidadão e o político. In: GIARDINA, A. **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 21.

de interação, do contato com o outro, com aqueles que, a rigor, não pertencem àquele grupo. Embora possamos falar de *elite* ou *aristocracia* romana, precisamos, em primeiro lugar, notar que certas noções que hoje abraçamos em termos teóricos ou historiográficos não seriam compreensíveis aos romanos, já que as configurações dos poderes políticos num determinado contexto também obedecem a uma linguagem específica, própria de cada época ou cultura. É preciso, portanto, refinar a ideia de *elites aristocráticas*, termos que aparentam, num primeiro momento, dotadas de grande simplicidade, mas que carregam consigo muitos problemas de natureza interpretativa.

Para além dos sentidos das palavras que empregamos, o tema acerca das elites políticas e seu papel dirigente são parte de uma grande área de estudos historiográficos e sociológicos que recebe comumente o nome de *história das elites*. Esse campo, que não se propõe laudatório ou glorificador, parte do pressuposto fundamental de que a existência de uma elite social, seja ela de natureza econômica, intelectual ou política, é um fenômeno a ser explorado metodologicamente e compreendido segundo as exigências do contexto histórico em que se enquadram²⁶. Assim, a história das elites, dos grupos sociais hegemônicos, deixa de ser uma narrativa heroica ou heroicizante, centrada em figuras de excepcionalidade, segundo um viés tradicional, e passa a ser um esforço sociológico de compreensão de regularidades, dos sinais comuns e dos condicionantes sociais e culturais de uma coletividade, segundo Heinz em seu *Por outra história das elites*, obra que se tornou um marco no estudo do campo das elites a partir das ciências sociais²⁷. Se a noção de elite se tornou um objeto de estudo consolidado, um conceito a ser trabalhado com pretensões científicas tanto na contemporaneidade quanto em tempos pretéritos, tal perspectiva não deixou de influenciar o olhar dos acadêmicos que se voltaram ao mundo antigo, cujas sociedades igualmente se caracterizavam pela existência de elites políticas reconhecíveis enquanto tal, num quadro específico de cidades-estados e grandes impérios. Nos estudos sobre a Antiguidade, em particular, as elites recebem comumente por parte dos historiadores o nome de *aristocracias*, e aqui os problemas interpretativos se aprofundam um pouco mais, pois aristocracia é uma noção que carrega consigo condicionantes históricos para muito além do Mundo Antigo.

Num estudo amplo sobre o tema, os helenistas Hans van Wees e Nick Fischer apontam que a noção de “aristocracia” com a qual operam os historiadores possui diferentes conotações

²⁶ MONTEIRO, L. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da sociologia e da história. In: **Sociedade e Cultura**, vol. 12, nº 1, 2009, p. 26.

²⁷ HEINZ, F. Introdução. In: HEINZ, F. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 10.

a depender de suas origens. Os especialistas europeus comumente trabalham com a ideia de aristocracia herdada das monarquias europeias modernas que, por sua vez, formaram-se a partir do medievo. Na tradição do velho continente, marcada pelo chamado *Antigo Regime*, aristocracia indicava indivíduos de *nascimento elevado*, que possuíam títulos, honrarias e posições hereditárias, que conjugavam poder econômico (sobretudo riqueza oriunda da terra), e *status* social, tudo isso fundamentado num *princípio de desigualdade* devidamente institucionalizado. Já nos Estados Unidos, onde o sistema político era diferente daquele da Europa, marcado por uma tradição republicana de rejeição aos títulos e privilégios hereditários, o termo aristocracia foi tomado num sentido mais fluido e aberto que comportava indivíduos dotados de grandes fortunas, oriundas da terra ou da atividade industrial, mas sem a ênfase em honras e privilégios institucionalizados²⁸. Seriam essas duas noções adequadas para explicar a formação e a configuração das elites antigas greco-romanas?

A resposta dos autores é positiva, havia efetivamente elites aristocráticas no sentido *hereditário* do termo, num nível mais restrito de fechamento de suas fileiras, mas em número bem menor do que se poderia pensar, a exemplo do patriciado romano, que se orgulhava profundamente de seus ilustres ancestrais, fundadores originários de Roma, segundo aquele que era, naturalmente, seu próprio discurso. Porém, as elites do Império Romano, sobretudo na época do Principado, poderiam ser bem menos estáveis e menos exclusivistas, não só aquelas da capital, mas também as elites regionais ou locais²⁹. A posição dos autores é eloquentemente ilustrada pela figura de Trimalquião, o liberto rico mais famoso da literatura imperial romana, a perfeita antítese do patrício romano. Por sua imensa riqueza, ninguém questionaria o fato de o liberto pertencer efetivamente à elite, por critério econômico, mas não hereditário. A origem humilde e condição anterior de escravo, porém, não eram barreiras à ascensão social: em sua lápide, fez questão de enfatizar que era um *ninguém*, que “veio do nada” e deixou uma fortuna de trinta milhões de sestércios³⁰. O tom de ridículo de seu retrato, a afetação e as tentativas de mostrar uma parca cultura literária também eram o indicativo de que as elites tradicionais, aquelas que enfatizavam sua antiguidade e hereditariedade, não viam com bons olhos novos ricos como Trimalquião, aqueles sem o devido refinamento, desprovidos de *paideia*, aspecto que se fazia de extrema importância para indivíduos que dirigiam suas carreiras ao exercício de

²⁸ WEES, H; FISCHER, N. The Trouble with Aristocracy. In: WEES, H; FISCHER, N. (Orgs.). **Aristocracy in Antiquity**: Redefining Greek and Roman Elites. Swansea: The Classical Press of Wales, 2015, p. 1-2.

²⁹ *Ibid.* p. 2-3.

³⁰ PETRÔNIO, *Satíricon*, 6, 71, 12. Tradução de Cláudio Aquati.

cargos públicos e que se propunham distintos dos demais grupos sociais³¹. Na época de Nero, Palas, liberto associado ao grupo político de Agripina, possuía uma fortuna de trezentos milhões de serstércios³², demonstração inequívoca de que a realidade poderia ser ainda mais impressionante do que a ficção.

A própria literatura senatorial romana, a exemplo de Tácito, via com desprezo o fato das posições administrativas do Império estarem nas mãos de libertos, prova de que a sociedade romana também tinha seus preconceitos ligados à condição social. Se o patriciado tradicional, as velhas *gentes* oligárquicas, estavam mais próximas do modelo europeu de aristocracia, tomando como referência as ideias de Wees e Fischer, os ricos libertos romanos estariam mais próximos daquele norte-americano, legítimos *self-made man*. Os ainda existentes túmulos romanos no centro de Roma nos permitem compreender como a ideia do *mérito pessoal*, obtido por meio do trabalho árduo, está longe de ser um fenômeno contemporâneo: o mausoléu do padeiro Marco Vergílio Eurísace, localizado em um dos limites da muralha Aureliana (*Porta Maggiore*), é um bom exemplo de orgulho profissional de um indivíduo que, pelo patrimônio obtido e o luxo que ostentou na construção de um monumento funerário, pode muito bem ser considerado como membro da elite. Pela grandeza de seu mausoléu, a competição social prolongava-se até mesmo *post-mortem*, já que a perpetuação de sua memória seria disputada com os outros túmulos situados nas redondezas que igualmente buscavam a atenção dos passantes³³. Assim, temos outro aspecto ideológico de como as elites justificavam sua própria existência, de como se tornavam *merecedoras* de seu *status*. Ainda que tenhamos tantos exemplos de libertos ricos e poderosos, não devemos pressupor que essa fosse uma regra generalizável a todos os libertos, que viviam naquilo que Paul Veyne chamou de um *inferno social*, por sua incerteza quanto ao lugar que ocupavam no conjunto da sociedade romana³⁴, numa condição contraditória entre liberdade e dependência. Em suma, podemos claramente dizer que as *elites aristocráticas antigas*, no plural, eram constituídas de modo heterogêneo

³¹ VENDRAMINI, D. S. Paideia y poder imperial en Amiano Marcelino. In: **Espaço Plural**. Ano 15, nº 30, 2014, p. 54.

³² TÁCITO, *Annales*, 13, 53.

³³ PETERSEN, L. H. The Baker, His Tomb, His Wife, and Her Breadbasket: The Monument of Eurysaces in Rome. In: *TAB*. Vol. 85, nº 2, 2003, p. 241.

³⁴ VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÉS, P; DUBY, G. **História da vida privada**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 94. O tema da condição dos libertos produziu um amplo e profícuo debate historiográfico, tanto no Brasil quanto em outros países. Sobre o assunto, cf. ANDREAU, J. O liberto. In: GIARDINA, A. (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 149-165. Cf. também GUARINELLO, N. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 26, nº 52, p. 227-246. Destacamos também a tese de JOLY, F. **Libertate opus est. escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero** (54-68 d.C.). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), 2006.

tanto por setores tradicionais, que foram visivelmente declinando ao longo do período republicano, quanto por emergentes, sem origens ou ancestralidades de grande notoriedade, algo que também servia a propósitos justificadores.

Se as elites compunham um grupo numericamente pequeno, mas economicamente poderoso, podemos então dizer que a aristocracia antiga era uma *classe social*, uma *classe alta*? Há um amplo debate historiográfico sobre o tema, e muitas possibilidades de resposta. No esforço sociológico de compreender as estruturas basilares de funcionamento das sociedades humanas, foi Marx quem, no século XIX, lançou a tese, hoje consagrada (e também criticada), de que a história das sociedades humanas era uma história de *luta permanente entre classes sociais*, uma relação dialética (ou seja, uma forma de competição) entre duas forças sociais fundamentais que produziriam ou uma ruptura do *status quo*, portanto uma revolução, ou a destruição de ambas as classes. É a teleologia marxiana e sua proposta de um devir necessário à história humana, através de um percurso que levou os seres humanos da escravidão ao capitalismo e, por consequência, à luta entre burgueses e proletários. E há menções breves à Antiguidade logo nas primeiras linhas do *Manifesto* de 1848, indicando justamente a oposição entre homem livre e escravo, patrícios e plebeus³⁵. Da tradição marxista, podemos concluir que sim, havia classes sociais na Antiguidade e a aristocracia era uma delas, em oposição à dos escravos, ou dos plebeus. Desse modo, *classe social* seria uma categorização fixa no tempo, o que muda são os agentes históricos em oposição, embora não tenha escapado às observações de Marx e Engels que houvessem gradações específicas, grupos sociais particulares, mas todos eles, de qualquer modo, estavam subordinados à noção de classe. Classe social seria, dessa maneira, uma noção universalizante, oriunda das estruturas produtivas da sociedade, o *modo de produção*³⁶, e capaz de aglutinar indivíduos das mais variadas origens e explicar adequadamente toda e qualquer manifestação de conflitos sociais desde tempos imemoriais.

Marx e Engels não estavam sozinhos nesse modo de compreensão da história da Antiguidade, por meio do uso de conceitos e terminologias contemporâneas para caracterizar e descrever um passado tão longínquo. Alguns foram até mais radicais. Para os historiadores da geração atual, treinados a evitar todo o tipo de anacronismos, parece bastante curioso e até surpreendente aquilo que vemos, por exemplo, no *The Social and Economic History of the Roman Empire*, do historiador russo M. Rostovtzeff, lançado nos anos 20 e que se tornou um clássico da economia antiga. Quando o autor aborda a transformação da aristocracia romana no

³⁵ MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 40.

³⁶ BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998, p. 171.

contexto das guerras civis republicanas, sobretudo a consolidação dos *latifundia* senatoriais no interior da Itália, afirmou que as elites de Roma obtiveram suas riquezas no oriente e, portanto, se familiarizaram com o *sistema capitalista* que lá imperava, introduzindo-o na agricultura e na indústria italiana. Mas o autor vai além. Para ele, a implantação de uma economia capitalista no solo italiano, além de envolver os setores tradicionais da aristocracia, também foi obra de uma *burguesia*³⁷. Em resumo, Rostovtzeff fez o mesmo uso de noções contemporâneas, aceitou igualmente a noção de classes sociais, mas de modo ainda mais radical, chocando-se diretamente com as teses de Marx: trasladou para a Antiguidade todo o arcabouço econômico que, a rigor, caracterizaria a economia capitalista industrial dos séculos XIX e XX, em contrariedade à ideia de etapas históricas lineares bem definidas (os modos de produção), além de lançar ao passado a ideia de uma *burguesia romana e itálica* que enriqueceu com a expansão territorial. Se a história é filha do seu tempo, também não deixa de ser filha de diferentes linguagens e tradições intelectuais.

O conceito de *classe social* é um dos mais abrangentes a ser utilizado nas ciências humanas. Podemos dizer que se trata de um conceito com potencial generalizador (pode agrupar um número incontável de indivíduos) tanto de forma *sincrônica* (que pode ser aplicado a sociedades diferentes no mesmo espaço de tempo) quanto de forma *diacrônica* (que pode ser aplicado para sociedades em tempos distintos)³⁸. Embora tenhamos um *conceito sociológico* de classe social elaborado na modernidade, o termo não é estranho à Antiguidade, pois tem origem no latim e uso nas fontes romanas. *Classis(is)*, substantivo feminino de terceira declinação, é um termo polissêmico que poderia ser empregado para designar, de forma geral, agrupamentos de indivíduos. Num primeiro sentido, militar, pode designar um contingente naval armado para a guerra, uma frota marítima. Num outro sentido, indica a distribuição do povo romano em uma hierarquia censitária³⁹.

Nas narrativas fundacionais de Roma, foi creditada ao rei Sêrvio Túlio, o sexto rei da Urbe, uma completa reorganização, altamente racionalizada, da sociedade romana, juntamente com outras supostas reformas sociais, militares e econômicas. Uma dessas reformas, em especial, foi centrada na *ideia de classe*: uma divisão em cinco grandes classes da população romana, segundo o critério de riqueza, a partir do que podemos ler em Lívio e Dionísio de

³⁷ ROSTOVITZEFF, M. *The Social and Economic History of the Roman Empire*. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1957, p. 18-19.

³⁸ BARROS, J. A. *Os conceitos*: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 165-166.

³⁹ SARAIVA, F. R. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Garnier, 2006, p. 231.

Halicarnasso⁴⁰. Nesses autores, que se propuseram a narrar reformas tão longínquas no passado romano, cercada de elementos míticos, temos uma perspectiva de sociedade perfeitamente ordenada, hierarquizada, racionalizada e constituída por partes funcionais que fecham uma totalidade, o *Populus Romanus*, uma ideia que tinha apelo por sua ênfase numa *unidade romana*, a despeito da profunda heterogeneidade daqueles tantos indivíduos agrupados por um critério, sempre arbitrário, de renda.

Essa retórica do perfeito ordenamento social certamente serviu aos propósitos dos aristocratas patrícios nos difíceis tempos iniciais da República: no contexto do conflito das *ordines*, momento em que se deu a secessão da Plebe para o Monte Sacro, o embaixador enviado pelos patrícios, Menênio Agripa, convenceu os plebeus a retornarem à Cidade através de uma interessante metáfora: os cidadãos de Roma constituíam um organismo vivo e não era sábio que os membros do corpo, pernas e braços, se revoltassem contra o estômago por este receber todos os alimentos. Sem ele, não haveria digestão e todos pereceriam⁴¹. A mensagem é clara e não é difícil supor quem compunha os membros revoltados do corpo e quem compunha o estômago ocioso acusado de receber melhor alimentação. Embora tenha posto fim à revolta, a intervenção de Menênio não reduziu a disposição dos plebeus em lutar por seus direitos políticos. A despeito da retórica de uma unidade de fins, a tendência à desunião e aos conflitos de forma alguma desapareceu. Quanto a Lívio e às reformas de Sêrvio Túlio, nos parece claro a ênfase na descrição de cada classe a idade dos cidadãos, as armas específicas que cada uma delas devia portar e a atividade desempenhada na cidade ou fora dela. Aqueles que não tinham posses mínimas, estavam eximidos do serviço militar⁴². Daí deriva a conclusão de que classe, nesse sentido censitário, é muito mais uma noção *militar* do que *social*, já que o propósito daquele rei era, possivelmente, fortalecer o exército romano, a instituição que assegurava a permanência de Roma numa época de guerra endêmica.

Em suma, as teses de Marx, Engels e Rostovtzeff possuem seus méritos e problemas, já criticados há muito pelos historiadores, a exemplo de Fernand Braudel, que justamente

⁴⁰ LÍVIO, *História de Roma*, 1, 43. A primeira classe era constituída por cidadãos com posses acima de 100.000 asses e organizada em oitenta centúrias. A segunda classe era formada por cidadãos com riqueza entre 100.000 e 75.000 asses, organizados entre vinte centúrias. A terceira classe tinha por critério a posse de 50.000 asses, também em vinte centúrias. A quarta classe tinha por riqueza 25.000 asses e, também vinte centúrias. Por fim, a quinta classe, a que englobava o maior número de pessoas (trinta centúrias), formada por cidadãos com riqueza mínima de 11.000 asses. Dionísio de Halicarnasso apresenta outros valores que não fecham com os de Lívio. Cf. *Antiguidades Romanas*, 4, 16-19.

⁴¹ LÍVIO, *História de Roma*, 2, 32.

⁴² Ou seja, formavam os *proletarii*, outro termo latino que foi ressignificado nos textos de Marx, passando a definir não mais aqueles que, pelos critérios censitários romanos, tinham somente sua *prole*, mas a totalidade da classe dos trabalhadores fabris que não detinham os meios de produção no sistema capitalista.

ênfatiou uma tendência ao imobilismo das posições marxistas, que acabaram por ganhar *força de lei*, de explicação prévia e *automatizada* para todos os tempos e espaços, crítica que, ainda assim, não invalidaria os méritos de Marx⁴³. No que diz respeito ao estudo da Antiguidade, tais posições merecem ser repensadas e refinadas. Em primeiro lugar, é preciso compreender que as aristocracias de Roma não se reconheciam enquanto uma *classe unificada*, nem é possível afirmar que sua composição fosse homogênea, nem que, ao longo do tempo, suas fileiras tenham permanecido as mesmas. Tampouco existia, segundo Modanez, ao falar da aristocracia senatorial republicana, uma *consciência de classe*, nem era um grupo socialmente coeso. Para o historiador, o que a tornava distinta dos demais grupos sociais era a rivalidade entre as famílias e a produção de *indivíduos competitivos* que visavam concorrer às magistraturas⁴⁴. Tais considerações são valiosas, pois, como veremos nos próximos capítulos, esses pressupostos permanecerão válidos, igualmente, para a aristocracia do período imperial, porém com um elemento novo, a existência de um autocrata no topo da hierarquia social, capaz de estabelecer complexas relações de poder com esses grupos distintos no seio das elites.

Assim, mesmo que a palavra classe tenha origem latina e designe agrupamentos de diferentes indivíduos, que de certo modo converge para o sentido que usamos atualmente, pois também se fundamenta no critério capitalista de posse de riqueza, seu uso era muito mais restrito a âmbitos específicos, a exemplo do militar, do que como categorização geral para definir as hierarquizações sociais. Com efeito, ela não é utilizada nas fontes antigas para agrupar as grandes famílias oligárquicas de Roma, nem para designar a plebe como um todo. A linguagem cultural da Antiguidade, nesse sentido, estabelecia terminologias muito próprias para apontar distinções sociais, sobretudo aquelas de ordem jurídica⁴⁵, ou de nascimento, tão importantes quanto as hierarquias baseadas em posse de riqueza, de modo que dificilmente tamanha complexidade pode ser encaixada em uma categorização tão ampla e homogeneizante quanto a noção atual de classe.

O uso do conceito de classe social não se torna problemático ou anacrônico quando somos capazes de adotar uma definição mais matizada, aberta às nuances de uma sociedade que valorizava de tal modo a igualdade dentro de uma profunda desigualdade: a condição jurídica do indivíduo importava tanto quanto ou mais do que a mera posse de riquezas. Embora seja uma noção passível de *refinamento conceitual*, e uma opção disponível ao historiador judicioso,

⁴³ BRAUDEL, F. 1982, *op. cit.* p. 37-38.

⁴⁴ MODANEZ, H. S. **História da República Romana**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 91.

⁴⁵ FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 47-48.

evitaremos seu uso neste trabalho, justamente por suas inadequações. Não só classe social, mas também a própria ideia de uma *societate romana*, noção que nos induz a pensar um unitarismo enganoso, é, segundo as palavras de Norberto Guarinello, uma forma de abstração, uma generalização, dada a diversidade de sistemas sociais existentes não só em Roma, mas em todas as cidades do Império⁴⁶. A cidadania, nesse sentido, era uma ideia bastante concreta e multifacetada, porque englobava tanto a aristocracia quanto a plebe de Roma, grupos sociais que, pela lógica marxista, por exemplo, deveriam constituir classes em oposição, e que de fato estiveram, por um longo tempo, quando da busca por participação e representação política. Os libertos, nesse sentido, voltam a ser para nós modelos paradigmáticos: poderiam, na época imperial, deter imensa fortuna e poder, mas ainda assim nunca deixariam de estar vinculados, de alguma forma, ao seu antigo senhor, o seu *patronus*. Até podemos definir os libertos enquanto uma classe, contanto que sejamos capazes de esclarecer esses elementos próprios da sociedade em que se inseriam, sua linguagem cultural e idiossincrasias.

A partir desses pressupostos, devemos também ter em mente que as cidades antigas, da Grécia ou a própria Roma, não eram entidades reunidas monoliticamente, mas constituídas por agrupamentos sociais capazes de não apenas se antagonizar pela defesa de diferentes interesses, mas igualmente criar redes de alianças entre si para defender um determinado *status quo*, algo mais próximo da tese marxista de oposições sociais. Contudo, seria equivocado crer que as elites aristocráticas, que formavam o topo da hierarquia social, também eram corpos unificados exercendo pacificamente sua hegemonia política sobre os demais membros da sociedade cidadã. Mesmo entre aristocratas os interesses políticos poderiam ser diversos, suas identidades poderiam ser distintas e haver, conforme a necessidade, facções ou círculos de causa comum, assim como campos antagônicos, circunstâncias que produziam competição e, mais importante ainda, *mutabilidade*. Nesse sentido, o exemplo da deposição do rei Tarquínio, cognominado pelos pósteros como *o soberbo*, mostra que certos setores da aristocracia poderiam ser mobilizados a suspender temporariamente suas discordâncias a fim de se reunir em torno uma causa comum, no caso, vingar os ultrajes de Sexto Tarquínio, filho do rei, a uma mulher da elite, Lucrécia⁴⁷. Isso é especialmente valioso para compreendermos um dos aspectos constituintes do Principado, a possibilidade de uma aliança temporária, *conjuratória*, para estabelecer uma nova ordem política. Se a *superbia* de Tarquínio foi a razão do ocaso de sua monarquia, será também um argumento de contrariedade aristocrática ao comportamento

⁴⁶ GUARINELLO, N. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, P. P.; SILVA, M. A. (Orgs.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume, 2009.

⁴⁷ LÍVIO, *História de Roma*, 1, 58-60.

monarquizante dos imperadores romanos, aqueles cujo perfil de mando mais autocrático excluía, oprimia ou desrespeitava a *dignitas* da aristocracia, medidas tomadas ou comportamentos que de alguma maneira tornassem o grupo governante excessivamente *assimétrico* em relação aos demais aristocratas. Ainda assim, a derrubada de um governante não era tarefa simples. Isso se explica pelo fato de que esse mesmo poder central nunca existiu por si, mas sempre sustentado por outros grupos aristocráticos colaboradores, que tinham, logicamente, muito a ganhar com a manutenção daquele poder, a despeito de qualquer consideração moral de *tiranía*. A união absoluta dos grupos aristocráticos, um *consenso universal e total*, aspecto tão frisado nas fontes antigas em relação a Augusto, Trajano e outros príncipes, elemento tão explorado na retórica imperial, era algo verdadeiramente impossível na prática.

A partir dessa ideia de pluralidade de todos os grupos sociais antigos, da profunda diferença entre sujeitos históricos, da plebe às elites, é preciso operacionalizar conceitos que nos auxiliem na compreensão de realidades pretéritas. Conceitos, desse modo, são instrumentos à serviço do historiador em sua arte de explicar o passado na linguagem de hoje e dentro de parâmetros de cientificidade. Henri Marrou, erudito da tardo-antiguidade, já havia notado a importância de se pensar a história por meio de um processo de conceituação. O historiador, diz Marrou, substitui os dados brutos que encontra nas fontes, que por si só carecem de coerência, e os transforma num sistema elaborado de conceitos. Trata-se de um processo de qualificação do conhecimento do passado que impõe ao especialista determinar em que medida o conceito elaborado é realmente válido, qual sua adequação à realidade, seu grau de veracidade⁴⁸. Além de Marrou, seu contemporâneo, Paul Veyne, foi outro ilustre proponente de uma escrita da história baseada na ideia de conceituação, no espírito de uma *história analítica* mais do que de uma *história narrativa*, de forma que são os conceitos e seu emprego que distinguem a história do *romance histórico*, algo capaz de aperfeiçoar o discurso histórico⁴⁹. Mais recentemente, José d'Assunção Barros nos explica justamente tal importância no âmbito das ciências humanas:

O conceito pode ser entendido, de modo mais geral, como a bem delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo do saber ou de práticas específicas. [...] Embora o conceito possa se valer de uma palavra comum, empregada

⁴⁸ MARROU, H. I. *op. cit.*, p. 133-135.

⁴⁹ VEYNE, P. A história conceitual. In: LE GOFF, J; NORA, P. (Orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 70-71.

na vida cotidiana para fins corriqueiros e cotidianos, é preciso compreender que há uma diferença entre os conceitos e as palavras comuns [...]. Os conceitos que circulam nos diversos campos de saber sempre implicam discussões entre seus praticantes [...] ou possibilitam perspectivas teóricas, [...] passando a integrar certo repertório conceitual. Os conceitos são pontos de apoio sistemáticos para um tipo de conhecimento a ser produzido, no interior de um campo específico de reflexões.⁵⁰

A partir das reflexões acima propostas por Barros, como pensar as elites sociais, a aristocracia ou os grupos dominantes sem recorrer às terminologias generalizantes ou que nos conduzam a confusões e anacronismos? Devemos, num primeiro momento, escolher as palavras com mais clareza e realizar as devidas distinções e detalhamentos conceituais para os termos *elite* e *aristocracia* no contexto do mundo antigo e o que/quem elas descrevem.

1.2 Aristocracia e seus sentidos

Elites é uma palavra que exprime melhor a natureza diversa dos grupos aristocráticos do que o homogeneizante termo *classe social*, mas sua origem também requer atenção. No *Dicionário de Política* de Bobbio, *elite* é uma noção que está atrelada a uma vertente teórica sociológica intitulada *teoria das elites*⁵¹, uma tentativa de sistematizar e caracterizar o papel dos grupos sociais hegemônicos a partir de um entendimento que se propunha científica. Foi nos princípios do século XX que Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Roberto Michels estabeleceram esse modelo teórico, partindo do pressuposto de que todas as sociedades, no passado e no presente, contavam com um grupo dirigente distinto dos demais grupos sociais. De todos eles, Gaetano Mosca é, talvez, o que exprimiu com mais clareza essa proposta também chamada de elitista, questão que foi trabalhada em seu *Elementi di Scienza Politica*. Para o autor, todos os organismos políticos, desde as origens da civilização, comportam duas classes de indivíduos, aqueles que são os governantes e aqueles que são os governados; a primeira com uma alta capacidade de organização e monopolizadora de todas as funções e cargos públicos, embora menos numerosa, a segunda, numericamente superior, é regulada pelos governantes de forma tanto legal quanto arbitrária, a depender do contexto, e fornece às elites meios de subsistência⁵². Não entraremos no mérito dessa corrente de pensamento, nem cabe aqui explorá-la à exaustão, mas nos limitaremos a pensar de que modo Mosca caracterizou esses dois grupos:

⁵⁰ BARROS, J. A., *op. cit.*, 2016, p. 26-27.

⁵¹ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *op. cit.*, 1998, p. 385.

⁵² MOSCA, G. *Elementi di Scienza Politica*. Turim: Fratelli Bocca Editori, 1923, p. 91. Cf. também PARETO, W. *Les Systèmes Socialistes*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1902.

a elite minoritária seria, supostamente, organizada e articulada, *capaz de obedecer a um único impulso*, nas palavras do autor. A maioria, o povo governado, formaria uma *maggioranza disorganizzata*, incapaz de fazer frente àquela minoria consolidada⁵³.

A tese de Gaetano Mosca, porém, parte de um pressuposto problemático no sentido de homogeneizar as elites e entender que elas são regidas por um único fim político, *um único impulso*, o de simplesmente exercer seu poder e perpetuar-se, de forma que não há discordâncias internas ou lutas intestinas na condição hegemônica que exercem, ou seja, Mosca se aproxima de Marx na caracterização de uma elite compreendida de modo unitário. Para explicar suas teses, o sociólogo italiano recorre frequentemente aos exemplos fornecidos pela História, incluso aí o Império Romano, mas sua leitura faz aproximações perigosas com base em elementos particulares: através de sua ótica, há pouca ou nenhuma diferença entre a exclusividade social do patriciado romano e a da aristocracia inglesa de seu tempo⁵⁴. Ao mesmo tempo, subestima a capacidade dos grupos populares em se articular na obtenção de seus objetivos políticos. Com efeito, observamos nas fontes romanas que as elites não formavam um bloco unitário, assim como os grupos populares não eram desprovidos de senso político ou organização articulada. Neste último caso, Mosca faz parte de uma geração de intelectuais, típicas daquela passagem do século XIX para o XX, que compartilhava certo olhar de descrédito para com populares e subalternos, aqueles que supostamente não tinham nenhum *protagonismo social*. No caso romano, a máxima do “pão e circo”, tomada literalmente das sátiras de Juvenal, permeadas de um juízo de valor tipicamente aristocrático, levou historiadores, a exemplo de Mommsen, contemporâneo e influenciador de Mosca, a desconsiderarem completamente o papel dos populares na vida pública de Roma, tomadas como ociosas e corruptas⁵⁵. Uma manifesta forma de preconceito, portanto.

As elites, porém, mesmo minoritárias do ponto de vista numérico, ou poderosas economicamente, não podem ser vistas necessariamente como imutáveis, isoladas ou inalcançáveis aos demais grupos que não a compõem, muito pelo contrário: estabelecem suas identidades e interesses justamente no processo de interação com os demais grupos sociais, os emergentes e populares, que os pressionam e os instigam a manter sua posição hegemônica⁵⁶,

⁵³ *Ibid.*, p. 96.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 111-112.

⁵⁵ GARRAFFONI, R. **Gladiadores na Roma Antiga**: dos combates às paixões cotidianas. São Paulo: Annablume, 2005, p. 66-68.

⁵⁶ É o pressuposto da atual corrente de pesquisa comumente chamada de “história vista de baixo”, ou seja, pesquisas que tomam o ponto de vista dos grupos populares ou subalternizados. Sobre essa corrente, há a excelente e hoje clássica discussão de SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**:

num processo que pode ser pacífico ou violento. Essa interação pode se dar em várias vias, tanto por meio de antagonismos quanto por alianças de interesses comuns. No processo de reiteração social de sua posição, tanto a ancestralidade mais nobre e remota no tempo como a mais nova e obscura podem ser ambas razões de orgulho: a primeira por indicar *antiguidade*, a segunda por apontar a ideia do *fazer a si próprio*, aspectos que vimos anteriormente a partir de Wees e Fischer.

Em ambos os casos, no plano geral das elites, há uma *ideologia do melhor*: as elites sempre verão a si mesmas como os melhores e mais aptos indivíduos do corpo social, eticamente superiores, seja por nascimento, cultura ou riqueza e, portanto, no direito de exercer o poder em nome de sua excelência moral sobre todos os demais grupos sociais. É o cerne da noção de *aristocracia*, como vimos acima, com Homero e depois levada adiante pela filosofia política grega: *ἄριστοι* (*aristoi*) indicava aqueles cujo nascimento ou excelência moral/virtude (*ἀρετή*, *areté*, raiz de *aristoi*) os tornava melhores do que outros indivíduos, daí a origem do termo aristocracia (*ἀριστοκρατία*, literalmente o domínio dos mais excelentes) e suas derivações. Primitivamente, tal noção não englobava a posse de riquezas como critério, aspecto que podemos observar na ética guerreira da *Iliada* e na *Odisseia*. O uso generalizado do termo aristocracia levou a um progressivo embaralhamento de sentido entre aqueles mais excelentes do ponto de vista ético e os mais ricos, confusão que frequentemente ocorre por associarmos imediatamente *status* social com posse de riquezas e propriedades. O mundo romano, devemos salientar, possuía uma enorme diversidade terminológica para apontar hierarquizações sociais, enriquecidas ainda mais ao longo do processo de expansão, conforme as dinâmicas de interação entre os setores da sociedade romana interagiam entre si e com outras sociedades do Mediterrâneo.

Aristocracia é um termo que possui raízes gregas e que se desenvolveu no pensamento político greco-romano não como designação para um grupo social em particular, ou para as elites da *pólis*, mas como *forma de governo*: para Políbio, no século II a.C., um governo aristocrático nada mais era do que o exercício do poder por parte dos melhores indivíduos do corpo social, ainda no sentido dos moralmente excelentes ou virtuosos. Aristocracia, dessa maneira, tinha sentido político muito mais do que social, pois designava uma forma saudável

novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1991. Sobre a utilização desse conceito historiográfico nos estudos da Antiguidade, em particular, Cf. OLIVEIRA, J. C. M. **Sociedade e cultura na África romana**. São Paulo: Intermeios, 2020. Há, também, um amplo estudo sobre populares na Roma Antiga na ótica de Sêneca, de autoria de Luciane Munhoz de Omena. Cf. OMENA, L. M. **Pequenos poderes na Roma Imperial**: os setores subalternos na ótica de Sêneca. Vitória: Flor & Cultura, 2009.

de governo com uma contrapartida corrupta, uma derivação viciosa, a *oligarquia* (*ὀλιγαρχία*), aí sim o governo de poucos, de um grupo restrito de famílias de condição abastada⁵⁷. Ao lado de monarquia/tiranía e democracia/oclocracia, aristocracia/oligarquia constituíam um processo de formas de governo que se alternavam ciclicamente, sempre a forma saudável dando origem a uma forma corrupta. Desse modo, *aristocracia* é muito mais um elemento *discursivo* ou *retórico* atrelado ao modo como as elites viam a si mesmas no contexto do pensamento político antigo. No *discurso teórico* da política, temos um conceito idealizado de aristocracia, uma construção intelectual que propunha de que modo o governo *deveria* ser conduzido, a partir da virtuosidade dos melhores, não como ele era *de fato*. Em termos reais e concretos, essa noção calcada na excelência moral se tornava um princípio de identidade social geralmente acompanhado por certa aversão à alteridade: embutido no discurso da elite, estavam os típicos preconceitos relativos às atividades como o comércio, artesanato ou outras na qual havia trabalho laboral (na prática, a despeito dos preconceitos, as elites poderiam se dedicar a elas, igualmente). Em termos práticos, fora do nível dos discursos teóricos, o que existia em cidades gregas ou romanas, concretamente, eram *oligarquias*, mas aqui sem a atribuição negativa, *degenerativa*, que lhes deu Políbio.

Diferentemente de outras terminologias gregas, aristocracia é uma palavra que nunca entrou ou foi absorvida pelo latim. O substantivo latino *nobilitas* e suas derivações (o adjetivo *nobilis*, o advérbio *nobiliter*, dentre outras) eram usados para indicar indivíduos socialmente distintos por variadas razões⁵⁸, daí a origem, nas línguas ocidentais, do termo *nobreza*. Porém, o uso daquelas palavras poderia se dar em diferentes contextos laudatórios, não necessariamente para exprimir uma noção de grupo social coeso, ou uma unidade social. Nobreza, que será amplamente usada no medievo, carrega consigo a tradição latina, enquanto aristocracia está relacionada à tradição helênica desde os remotos tempos homéricos. A despeito de ser um termo amplo e flexível, *nobilitas*, efetivamente, teve papel primordial durante os tempos da República para designar certos indivíduos emergentes nos quadros das elites romanas. Matthias Gelzer, em seu clássico *Die Nobilität der römischen Republik*, de 1912, estabeleceu uma visão bastante influente até os dias atuais, embora questionada pela historiografia mais recente, de que os *nobiles* romanos eram aqueles que pertenciam a uma *família consular*, ou seja, a uma *gens* que, no passado, forneceu à República um cônsul, embora reconheça não haver uma definição na

⁵⁷ POLÍBIO, *História*, VI, 7-8.

⁵⁸ SARAIVA, F. R. *op. cit.*, 2006, p. 783.

própria Antiguidade para aquele grupo, mas segue autores como Cícero e Salústio⁵⁹. Assim, para Gelzer, o exercício do consulado seria o critério de atribuição de *nobilitas* para uma *gens* emergente.

Em tempos mais recentes, houve um alargamento dessa definição. Segundo Modanez, os *nobiles* compunham uma *nova elite* que, a partir do século III a.C., ascendeu politicamente, um novo grupo *não aristocrático*, ou seja, *não patrício*, sem vínculos de nascimento e hábil na competição por magistraturas públicas⁶⁰. A partir dessa última perspectiva, os *nobiles* representariam uma grande manifestação de mudanças no perfil aristocrático romano ainda em tempos republicanos. Desde processo nasceu a híbrida aristocracia patrício-plebeia da República Tardia e do Principado. O termo *nobilitas* permaneceu em uso no período imperial, mas com igual amplitude de sentidos, o que torna sua caracterização algo complexo e matéria de disputa. Syme observou que o termo não possuía qualquer definição legal, ou seja, não estava baseada em nenhum *estatuto jurídico*, mas carregava consigo *conotação social e prestígio político*, já que a ancestralidade consular era entendida como “*summa nobilitas*”⁶¹. A partir de Tácito e Plínio, o Jovem, Syme, que anuiu parcialmente com as teses de Gelzer⁶², também afirmou que o adjetivo *nobilis* caracterizava um grupo seletivo de famílias, *aqueles que eram descendentes da antiga aristocracia republicana*,⁶³ ou seja, famílias cuja ancestralidade era possível de remontar ao exercício do consulado ainda antes do advento de Augusto. A matéria, então, se tornou objeto de acalorada discussão. No final dos anos de 1960, H. Hill, contrariando Syme, afirmou que a *nobilitas* do período imperial de forma alguma se limitava às famílias republicanas, mas poderia incluir, igualmente, indivíduos que *alcançaram o consulado durante e após Augusto*, no decurso das décadas subsequentes⁶⁴. Dessa maneira, Hill concluiu que a ascensão ao consulado permanecia *enobrecendo famílias*, a continuidade, portanto, de uma prática republicana em tempos imperiais⁶⁵. As teses de Hill também receberam críticas por parte de Oliver, que questionou sua leitura das fontes e defendeu a ideia de que Tácito, de fato,

⁵⁹ GELZER, M. **The Roman Nobility**. Oxford: Oxford/Blackwell, 1969, p. 27-31. Utilizamos aqui a tradução para o inglês disponível da obra de Gelzer, originalmente redigida em alemão. Cf. GELZER, M. **Die Nobilität der römischen Republik**. Leipzig: Teubner, 1912.

⁶⁰ MODANEZ, H. S. *op. cit.*, 2015, p. 44. Seguimos aqui a definição de Modanez a respeito dos *nobiles*, mas é preciso reconhecer que se trata de um assunto na qual não há consenso geral. Para um balanço das perspectivas clássicas, cf. BRUNT, P. A. *Nobilitas and novitas*. In: **JRS**. Vol. 72, 1982, p. 1-17. Cf. também BURCKHARDT, L. The Political Elite of the Roman Republic: Comments on Recent Discussion of the Concepts "Nobilitas and Homo Novus". In: **HZAG**. Vol. 39, H. 1, 1990, p. 77-99.

⁶¹ SYME, R. **The Augustan Aristocracy**. Oxford: Clarendon Press, 1989, p. 50-51.

⁶² SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 21-22.

⁶³ SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 51.

⁶⁴ HILL, H. *Nobilitas in the Imperial Period*. In: **HZAG**. Bd. 18, H. 2, 1969, p. 235-236.

⁶⁵ *Ibid.*, 1969, p. 250.

aparentou enfatizar certa exclusividade no uso do termo *nobilitas*, usado, portanto, de *modo especializado* para exprimir o *status* de um pequeno conjunto de famílias de origem republicana cujos membros foram eleitos cônsules pelo voto livre, mas reconhece que a ausência de registros genealógicos completos das famílias mencionadas nas fontes imperiais permitem ao historiador formular apenas *probabilidades*⁶⁶. Quanto a nós, acreditamos que as posições defendidas por Syme sobre os *nobiles* são fortes e nos alinhamos a elas. Assim, mantemos a ideia de *nobilitas* vinculada à aristocracia de origem republicana, aspecto que voltaremos a mencionar quando abordarmos a formação dos círculos aristocráticos neronianos.

Para além da questão dos *nobiles*, no vocabulário latino, encontramos o termo *patricius* (oriundo de *pater*, pai) para exprimir uma origem social elevada, pois indicava, desde os tempos mais remotos da Roma monárquica, os indivíduos pertencentes às famílias governantes mais antigas (*gentes maiores*) e que estavam reunidas num espaço deliberativo comum, o Senado. Tito Lívio nos mostra que os mitos fundadores da cidade também eram os mitos fundadores das elites: Rômulo escolheu cem homens para compor o seu conselho senatorial. Os cem senadores eram, dessa maneira, os *patres conscripti* e seus descendentes se tornaram os patrícios⁶⁷. Numa sociedade profundamente patriarcal, a ideia de que a pátria possui seus pais, aqueles com autoridade para comandar (*auctoritas*), não nasceu de forma alguma com Augusto e seu título de *Pater Patriae*, mas remete a essa tradição mais ampla e antiga. *Patricius* demarcava, acima de tudo, uma *identidade social*, além de designar um grupo extremamente minoritário da sociedade romana, o patriciado, que durante muitos séculos monopolizou o direito de exercer as magistraturas e de efetivamente governar a *Res Publica*, mas que foi perdendo seu espaço ao longo do tempo com a inevitável ascensão social de plebeus enriquecidos. A fluidez na composição e na recomposição dessas elites são notavelmente exemplificadas por Tácito, que nos indica que tanto César quanto Augusto, através de determinações legais (*lex Cassia* e *lex Saenia*, respectivamente) elevaram plebeus à categoria de patrícios⁶⁸. Syme notou que as seletas e minoritárias *gentes* patrícias remanescentes no período imperial também poderiam ser designadas enquanto *nobiles*⁶⁹, algo verificável em Tácito em relação a certas famílias extremamente antigas e prestigiosas, a exemplo dos *Aemilii*, *Cornelii*, *Valerii* e *Iunii Silani*⁷⁰, estes últimos exemplos de plebeus elevados ao patriciado por

⁶⁶ OLIVER, R. Tacitean “*Nobilitas*”. In: *ICS*. Vol. 3, 1978, p. 261.

⁶⁷ LÍVIO, *História de Roma*, 1, 8; CÍCERO, *Da República*, 2, 13.

⁶⁸ TÁCITO, *Annales*, 11, 25.

⁶⁹ SYME, R. *op. cit.* 1989, p. 50.

⁷⁰ TÁCITO, *Annales*, 2, 48; 3, 31; 13, 43; 3, 24, respectivamente, a título de exemplo.

decisão de Augusto⁷¹. No século IV, Constantino tornaria *patrício* uma titulação meramente honorífica.

Todas essas questões nos mostram que as dificuldades de estabelecer um vocabulário para definir as elites romanas de modo generalista se dá justamente por sua fluidez e heterogeneidade. No contexto do período imperial, não só restrita à capital, mas também abrangendo as províncias, Laurens Tacoma observou que o diversificado quadro das elites romanas pode ser compreendido a partir de três níveis, em uma relação de simbiose umas com as outras: havia uma *elite local*, cuja riqueza e influência se limitava a uma única cidade, geralmente centrada nos conselhos deliberativos urbanos (cúria, *ordo* ou *boulé*) e politicamente engajada nas magistraturas; uma *elite regional*, de posse de um grau muito maior de riqueza e cuja influência se estendia por mais de uma cidade, constituindo assim uma elite beneficiada pela existência de uma unidade política superior às das cidades locais, ou seja, uma *elite provincial*, com o potencial de ingressar no último nível das elites romanas, as imperiais, aquelas centradas na capital e cuja institucionalização era demarcada pela admissão em duas grandes ordens aristocráticas, a *ordo equester* e a *ordo senatorius*, ambas por caráter censitário e do qual detalharemos mais adiante. A entrada na ordem equestre dependia da admissão imperial, além da posse de riqueza mínima, o que pressupõe um grande número de indivíduos que eram aptos, mas não efetivamente admitidos, pois as elites provinciais eram, certamente, muito mais abrangentes do que a ordem equestre⁷². Tais informações são importantes, pois nos revelam a existência de vias de mobilidade das províncias para a capital, caso particularmente emblemático quando pensamos em Sêneca, oriundo da Hispânia, cuja família pode muito bem ser entendida como parte de uma elite regional, mas que, com o tempo, também se converteu em elite imperial. O afunilamento representado pelas ordens equestre e senatorial tornava o ingresso nas fileiras imperiais um processo certamente bastante competitivo, porém com um alto grau de exclusividade.

No âmbito dessas elites imperiais, divididas entre equestres e senadores, o termo *ordo* cumpria papel chave, sobretudo pela gradual perda de importância do patriciado e pela emergência dos *nobiles* plebeus. No período tardio da República, a palavra *ordo* (ordem) já era utilizada para designar diferentes tipos de estatutos sociais no interior da aristocracia e tal tendência foi amplamente mantida durante o Principado. Em primeiro lugar, *ordo* é mais um

⁷¹ SYME, *op. cit.* 2011, p. 467.

⁷² TACOMA, L. Roman Elite Mobility Under the Principate. In: WEES, H; FISCHER, N. (Orgs.). **Aristocracy in Antiquity**: Redefining Greek and Roman Elites. Swansea: The Classical Press of Wales, 2015, p. 129-130.

termo com grande polissemia, cujo uso poderia variar entre noções abstratas ou genéricas e padrões ou ordenamentos de objetos concretos. Poderia indicar desde a disposição espacial no plantio de árvores até a forma como se organizava um acampamento militar ou organização de tropas em campo de batalha⁷³. Em sentido lato, pode significar *status* social: os historiadores chamam, por exemplo, de *conflito das ordens* a luta entre patrícios e plebeus nos anos que se seguiram à fundação da República, evento que mencionamos anteriormente.

Assim, a partir das considerações prévias, mencionamos que as elites imperiais estavam distribuídas entre duas grandes *ordines* aristocráticas, a *ordo senatorius* e a *ordo equester*. A primeira, logicamente, designava aqueles que pertenciam às fileiras senatoriais e bem menos numerosa em relação aos segundos. Já a constituição da ordem equestre, segundo Cícero, remontava ao rei Anco Márcio⁷⁴ e recebeu este nome pelo fato de ser composta por homens que recebiam um cavalo às custas do erário público. A entrada na *ordo equester* dependia da intercessão do imperador e de um patrimônio mínimo de 400.000 sestércios⁷⁵, quantia nada desprezível quando se pensava nos ganhos paupérrimos da maioria esmagadora da população pobre de Roma. Pelo fato de senadores não estarem autorizados, por lei, a se engajarem em atividades comerciais ou outras do mesmo gênero, coube aos equestres, além de funções militares, o comércio e a cobrança de impostos. Já a *ordo senatorius* compreendia aquelas elites capazes de deter um patrimônio muito superior ao requerido pelos equestres, entre 1.000.000⁷⁶ a 1.200.000 sestércios⁷⁷, quantia estabelecida por Augusto após a reformulação das fileiras senatoriais no contexto posterior às guerras civis, processo de foi descrito por Dião Cássio⁷⁸. O aspecto mais evidente do pertencimento à ordem senatorial estava no direito de acesso ao maior e mais venerável órgão deliberativo romano, o Senado, o que tornava as famílias senatoriais o cume da hierarquia social romana, a elite entre as elites. Ambas *ordines* representavam, no período imperial, uma nova tendência hierarquizante quando comparada à República, *status* hereditário que enquadrava não apenas o direito privado e penal, mas também trazia consigo privilégios diversos, especialmente centrados dos âmbitos matrimonial e testamentário, além do direito de julgamento pelo Senado e de não sofrer tortura, aspectos que, segundo Nicolet, fizeram ruir a ideia de um *edifício unitário da cidadania*⁷⁹, pois consolidavam a *desigualdade*

⁷³ SARAIVA, F. R. *op. cit.*, 2006, p. 826.

⁷⁴ CÍCERO, *Da República*, 2, 20.

⁷⁵ TACOMA, L. *op. cit.*, 2015, p. 130.

⁷⁶ *Ibid.*, 2015, p. 130-131.

⁷⁷ TALBERT, R. *The Senate of Imperial Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1984, p. 11.

⁷⁸ Quando o Senado chegou a possuir em torno de mil senadores, alguns sem qualquer *status* reconhecível. Cf. DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 52. 42.

⁷⁹ NICOLET, C. *op. cit.*, 1992, p. 25.

jurídica entre os cidadãos romanos. No mesmo vocabulário das *ordines*, as estratificações sociais da grande capital refletiam nas pequenas cidades provinciais, onde *ordo decuriorum* designava, *grosso modo*, os membros das elites locais com participação nos conselhos urbanos e na governança local, na qual os *honestiores*, os oligarcas locais, tomavam as decisões, igualmente amparados por uma cidadania que juridicamente se estabelecia acima da dos demais cidadãos provinciais⁸⁰.

A posse de riqueza era notavelmente desigual entre os romanos e os valores acima elencados como requisito de ingresso nas *ordines* podem ser comparados com outros ainda maiores, o que indica, numa questão de perspectiva, que os senadores que detivessem em torno de um milhão de sestércios (soma que poderia ser simplesmente inimaginável para as elites locais, segundo Tacoma⁸¹) poderiam ser relativamente humildes quando comparados a outros indivíduos, socialmente inferiores ou não, com riquezas muito maiores. Vimos que Trimalquião, o liberto do *Satiricon*, detinha 30 milhões de sestércios. Palas, o liberto de Cláudio, 300 milhões, valores estonteantes diante dos altíssimos valores censitários exigidos para a entrada em suas respectivas ordens. Narciso, rival de Palas e Agripina, possuía ainda mais posses, em torno de 400 milhões de sestércios, segundo Dião Cássio⁸². Sêneca, o eminente provincial que se tornou regente de Nero, também exemplifica a existência de verdadeiros super ricos no mundo romano, cujas atividades financeiras e proximidade com o príncipe o tornaram um homem de extrema riqueza: assim como Palas, detinha uma fortuna também na casa dos 300 milhões de sestércios⁸³. Sozinho, o filósofo pode emprestar a líderes bretões, numa província recém conquistada e ainda militarmente insegura, valores na casa dos 40 milhões de sestércios, cuja cobrança antecipada foi um dos gatilhos para a revolta da rainha Boudica, em 60-61⁸⁴. Em suma, eram os super ricos do Império Romano, Sêneca *praedives*, na linguagem jocosa de Juvenal sobre a riqueza do filósofo⁸⁵, indivíduos sem origem distinta ou ancestralidade, mas com um poder econômico extraordinário mesmo perante as próprias elites tradicionais. Mas esses super ricos não se limitavam a provinciais e libertos. A despeito do declínio social do antigo patriciado, alguns de seus membros ainda poderiam ser poderosos e extremamente ricos, a exemplo de Cneu Cornélio Lentulo Augur, pertencente à tradicionalíssima *gens Cornelia*, que detinha, assim como Narciso, uma fortuna de 400 milhões

⁸⁰ *Ibid.*, p. 25.

⁸¹ TACOMA, L. *op. cit.*, 2015, p. 130-131.

⁸² DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 34.

⁸³ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 9.

⁸⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 2.

⁸⁵ JUVENAL, *Sátiras*, 10, 16.

de sestércios⁸⁶, símbolo de uma velha ordem que se recusava a desaparecer. A junção entre *ancestralidade*, ainda mais se pertencente a algum ramo colateral da família imperial, e *grandes riquezas* produziam, não sem justificativa, grandes preocupações para os imperadores.

As grandes famílias da elite romana, as *gentes*, podem ser tomadas como exemplares no sentido de exprimir enorme complexidade social, na qual a definição moderna de *classe* encontra pouco ou nenhum respaldo. Entidade de grande porte, a *gens* tinha na tradição de seu *nomen* (*nomen gentilicium*) e na sua ancestralidade grandes pontos de referência identitária, muito mais do que os elos de sangue⁸⁷, embora este também pudesse ter seu valor, a depender das circunstâncias. Somado a isso, o trânsito de indivíduos entre famílias diferentes era algo relativamente comum pela prática generalizada da *adoptio*. Uma *gens* poderia ser composta por centenas ou até milhares de indivíduos, a exemplo dos Fábios, que foram capazes, no século V a.C., de pôr em campo na luta contra Veios um pequeno exército familiar de trezentos e seis patrícios⁸⁸. Já a *gens* Claudia, proeminente tanto nos mais remotos tempos da República quanto na época do Principado, por ser a *gens* de Lúvia e Tibério, era composta por aproximadamente cinco mil pessoas, incluindo a extensa clientela e um número notável de escravos⁸⁹. Ao mesmo tempo, uma mesma *gens* poderia apresentar variadas ramificações internas, tanto patrícias quanto plebeias, geralmente identificadas por meio de um *cognomen* em particular. A grande *gens* *Iunia* é um exemplo interessante nesse sentido, pois se tratava de um clã familiar de alta linhagem (patrícia), que remontava sua origem aos fugitivos de Troia, na companhia de Eneias e na qual se destacou Lúcio Júnio Bruto, aquele que encabeçou o movimento de deposição do rei Tarquínio Soberbo. Bruto era filho de Tarquínia, irmã de Tarquínio Soberbo, o que fazia do último rei de Roma seu tio⁹⁰. Isso é importante por mostrar como a deposição do rei também foi um assunto familiar, uma dissidência interna entre famílias consorciadas ao poder. Ao longo dos séculos, porém, as linhagens patrícias foram se extinguindo e permaneceram apenas as de origem plebeia. A linhagem dos *Iunii Brutii* produziu muitos descendentes, incluindo um dos assassinos de César, Marco Júnio Bruto. Nos tempos de Nero, duas linhagens dessa *gens* ainda estavam relativamente próximas ao poder e muito será comentado sobre elas nos capítulos 3 e 4, os *Iunii Silani*, que estavam atrelados à família imperial por casamentos, e os *Iunii Rustici*.

⁸⁶ SÊNECA, *Dos Benefícios*, 2, 27.

⁸⁷ VEYNE, *op. cit.*, 2007, p. 25.

⁸⁸ LÍVIO, *História de Roma*, 2, 49

⁸⁹ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Antiguidades Romanas*, 5, 40. Cf. também APIANO, *História de Roma*, 1, 12.

⁹⁰ DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Antiguidades Romanas*, 4, 68.

Adoções e matrimônios tinham o poder de transformar essas relações familiares em algo bastante intrincado.

Mas as especificidades das tradições gentilícias romanas não param por aí. Marco Licínio Crasso, triúmviro ao lado de César e Pompeu, pertencia à grande *gens Licinia* e à linhagem dos *Crassi*, de origens plebeias, mas que, por antiguidade, poderia igualmente ostentar uma ancestralidade ilustre tanto quanto as linhagens patrícias. Os *Crassi* ainda estavam atuantes no período imperial e foram, em diversos momentos, cônsules. Desse modo, o conceito de família entre os romanos tinha grandes particularidades e elas foram, patrícias ou plebeias, durante séculos, as protagonistas das lutas e competições por prestígio e poder conforme se desenrolou o dramático processo de expansão territorial e transformação política da República. A despeito da violência das guerras civis e numerosas proscricções, algumas das linhagens dessas grandes *gentes* foram capazes de se manter até a época do Principado e desempenharam papéis fundamentais nos conflitos políticos do período neroniano. São elas que constituem, patrícias ou plebeias, a *nobilitas* do período imperial, conforme a discussão que abordamos anteriormente.

Já comentamos também que, no caso dos libertos, observamos com muita clareza o papel dos *emergentes*, esses indivíduos que buscavam incessantemente demonstrar suas próprias capacidades diante de outros grupos sociais, a despeito de sua obscuridade ou, até mesmo, *infâmia*, caso específico da origem servil. Mas não se reduz apenas aos libertos. Aliás, a permanência de um *discurso de mérito pessoal* está longe de ser apenas uma característica de nossa contemporaneidade, um traço do mundo liberal e capitalista que vingou a partir do século XIX. Em franco contraste com a *nobilitas*, já nos tempos mais remotos da República, um número expressivo de romanos se orgulhava da sua condição de *homo novus* (homem novo), termo cunhado na própria Antiguidade para indicar alguém que, por seu prestígio pessoal e dedicação às artes, retórica e, não menos importante, ao sucesso no *cursus honorum*, obteve prestígio social e poder político, ou seja, indivíduos que constituiriam uma verdadeira *novitas*. De origens incertas, sem ancestrais dignos de nota, aqueles homens fizeram de sua obscuridade uma virtude, sobretudo no profícuo campo da *retórica*. Cícero é o caso mais famoso, embora não tenha sido, de forma alguma, o único a ostentar com orgulho o fato de que a *virtus* de um homem poderia ser superior a qualquer ancestralidade. Cícero também não deixou de notar que ancestralidade poderia muito bem ser forjada e que a existência de nomes compartilhados por patrícios e plebeus justamente dava margem a algo que bem podemos chamar de *genealogias criativas*, distorções ou até mesmo falsidades sobre origens ancestrais como prática corriqueira

numa sociedade pautada pelo prestígio social, exemplo que ele mesmo fornece com *Tullius*, *nomen* gentilício que poderia associá-lo ao antigo cônsul patrício Mânio Túlio, no início do século V a.C.⁹¹ O conceito positivo de *homo novus* permaneceu durante o período das guerras civis e alcançou autores e poetas do período augustano, a exemplo de Horácio, que proponham a projeção de homens de talento que constituiriam um novo tipo de elite⁹². Podemos, a partir disso, dizer que o *fazer a si próprio* é uma concepção ideológica típica dos emergentes, pois “cada um é o artífice de sua própria fortuna”, eloquente máxima de Ápio Cláudio, o cego, e endereçada por Pseudo-Salústio a ninguém menos do que Júlio César⁹³. Ao falar de Catão, o censor, Plutarco não deixou de notar que a ascensão de um emergente causava visível consternação: “Os patrícios, roídos de inveja, temiam que a nobreza fosse ofuscada se homens obscuros galgassem os mais altos degraus da honra e do poder”⁹⁴.

A tradição de se autodeclarar homem novo não desapareceu com o início do Principado de Augusto. Pelo contrário, vemos essa ideia ainda presente nos escritos de autores imperiais, algo que se justifica sobretudo por um fenômeno ainda mais profundo que aquele da época republicana: a ascensão de famílias provinciais que, a partir do século I da Era Cristã, passaram a se dirigir à Roma num fluxo constante e numa proporção nunca vista na história do Império Romano, oriundas de famílias que descendiam de colonizadores romanos estabelecidos décadas antes em cidades espalhadas por diferentes regiões, da África, Hispânia e Gália, apenas para mencionar alguns. No contexto neroniano, Sêneca é nosso maior exemplo de *homem novo* a galgar altas posições sociais, a despeito de pertencer a uma *gens* da distante *Baetica*. No ano de 62, quando o filósofo deixou a corte de Nero para se retirar da vida pública⁹⁵, reconheceu a si próprio como um homem novo em meio a uma elite que constantemente reiterava seu tradicionalismo, num discurso transcrito por Tácito: “Posso eu, equestre e nascido em província, ser contado entre os próceres da Cidade? Um homem novo eminente entre nobres que ostentam antigas glórias?”⁹⁶. Nos anos subsequentes, a partir de 62, enquanto desfrutava de seu *otium* para estudos filosóficos, voltou à questão, mas sob uma nova ótica, a do homem cuja

⁹¹ CÍCERO, *Brutus*, 16, 62.

⁹² SILVA, C. F. P.; LEITE, L. R. Reinventing the concept of *homo novus* in Rome: Cicero as Horace’s role model. In: *Tópoi*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 45, 2020 p. 616.

⁹³ PSEUDO-SALÚSTIO, *Cartas a Cesar*, 1, 2.

⁹⁴ PLUTARCO, *Vida de Catão*, 16. Tradução de Gilson César Cardoso.

⁹⁵ Aspecto que abordaremos com mais detalhes no capítulo 4.

⁹⁶ TÁCITO, *Annales*, 14, 53. “[...] *egone, equestri et provinciali loco ortus, proceribus civitatis adnumeror? inter nobiles et longa [de]cora praeferentes novitas mea enituit?*”.

virtude é filosoficamente direcionada, aquilo que efetivamente faz de alguém um *verdadeiro nobre*, questão que desenvolveu nas *Epístolas a Lucílio*:

Se outras vantagens, além de si mesma, a filosofia possui, entre elas se contará a indiferença pelas árvores genealógicas: se buscarmos as mais remotas origens, veremos que todo o homem descende dos deuses [...]. Qual é o homem de natureza nobre? Aquele que pela natureza foi dotado de virtude. Apenas este ponto importa ter em consideração [...]. Um átrio cheio de bustos enegrecidos pelo fumo não faz de ninguém um nobre [...], nada do que nos precedeu no tempo nos pertence.⁹⁷

Certamente que as considerações de Sêneca sobre a ancestralidade dos seres humanos pendiam à visão estoica de *cidadão cosmopolita*, tema recorrente nos escritos filosóficos daquela corrente de pensamento. Nesse sentido, a crítica aos aristocratas que enfatizavam suas origens ancestrais se tornou, no período do Principado, num verdadeiro *tópos* literário que não se restringiu à filosofia. Juvenal, outro ilustre autor romano, igualmente imbuído de valores estoicos típicos de seu tempo, igualmente considerou a ancestralidade uma futilidade:

Da vã nobreza, os títulos vaidosos servem de nada, ó Pôntico, no Mundo! Que importa origem de uma estirpe antiga tenhas? De teus maiores as estátuas mostres; nos carros triunfais sentados os Emílios; dos Cúrios fratos bustos; Corvino sem nariz, feito em pedaços; desnarigado, e sem orelhas, Galba?⁹⁸

As palavras de Sêneca e Juvenal ecoam as de Cícero, mas certamente de forma muito mais incisiva no sentido de desprezar completamente a lógica das elites tradicionais em exibir sua ancestralidade tanto pública quanto privadamente, hábito comum nos bustos ancestrais mantidos nos interiores das casas. Sêneca, em particular, via na virtude pessoal a única nobreza possível, mérito pautado pela dedicação à *sapientia* e por uma condição de progresso espiritual, um modo de vida, portanto, oriunda de um processo que envolvia uma conversão, uma

⁹⁷ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 5, 44, 2-6. “*Si quid est aliud in philosophia boni, hoc est, quod stemma non inspicit: omnes, si ad originem primam revocantur, a dis sunt. [...] Quis est generosus? ad virtutem bene a natura compositus. Hoc unum intuendum est: alioquin si ad vetera revocas, nemo non inde est ante quod nihil est. [...] Non facit nobilem atrium plenum fumosis imaginibus; nemo in nostram gloriam vixit nec quod ante nos fuit nostrum est...*”. Tradução de J. A. Segurado e Campos.

⁹⁸ JUVENAL, *Sátiras*, 7. 1-5. “*Stemmata quid faciunt? quid prodest, Pontice, longo sanguine censer, pictos ostendere uultus maiorum et stantis in curribus Aemilianos et Curios iam dimidios umeroque minorem Coruinum et Galbam auriculis nasoque carentem*”. Tradução de Francisco Antônio Martins Bastos.

reinvenção de si mesmo, um giro existencial⁹⁹. No debate anterior relativo aos *nobiles*, um aspecto que Hill pontuou em suas críticas a Gelzer e Syme foi o fato do termo *nobilitas* ter um significado muito mais amplo e fluido do que apenas um grupo restrito de famílias, cujo uso poderia ser empregado também para sentidos morais, filosóficos e até mesmo para designar não romanos¹⁰⁰. Como nos mostra Sêneca, trata-se de um argumento válido, já que *animus facit nobilem*. Nesse sentido, podemos dizer que há uma espécie de interiorização da noção de *nobilitas* no período imperial, uma compreensão individualizante atrelada não ao nascimento ou ao *nomen* familiar, mas à constituição de virtudes morais associados à *sapientia*. Esse é um fenômeno que não pode ser dissociado do fato inegável de que as elites imperiais eram, elas próprias, fruto de um mundo em constante transformação.

Em contrariedade a essas afirmações filosoficamente fundamentadas, permanecia entre os *nobiles* um profundo apego pela imagética de seus ilustres ancestrais. Muito eloquente dessa postura tradicionalista é a estátua de mármore hoje pertencente à coleção do museu da *Centrale Montemartini* intitulada *Togatus Barberini*. Nela, vemos um aristocrata romano, em tamanho natural, a exibir dois bustos que, muito provavelmente, seriam de familiares já falecidos, numa postura que justamente enfatiza sua *gravitas* enquanto aristocrata e senador. A interpretação de qual seria o local de origem da obra, de quem seria o homem em questão ou a natureza dos dois bustos é controversa entre os especialistas. A princípio, a estátua pode ser datada do período augustano e os bustos em questão, produzidos com materiais leves, a exemplo de cera, explicaria a aparente leveza da *imago* mantida pela mão direita do senador, já que a esquerda se encontra sobre um pedestal¹⁰¹. A estátua está de acordo com a prática aristocrática comum de manter *imagines* de ancestrais nos *atria* das grandes casas, aspecto evidenciado por Sêneca na passagem que mencionamos mais acima, ou seja, os visitantes ou clientes das grandes famílias tradicionais veriam, num amplo espaço, um conjunto de bustos e rostos de figuras notáveis de um passado honroso e virtuoso, algo intrínseco ao pressuposto do *mos maiorum*.

⁹⁹ HADOT, P. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. São Paulo: É Realizações, 2014, p. 203.

¹⁰⁰ HILL, H. *op. cit.*, 1969, p. 243.

¹⁰¹ FLOWER, H. **Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture**. Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 5-6.



Figura 1: *Togatus Barberini*

Créditos: *Centrale Montemartini*

Todos esses elementos nos mostram, à luz das considerações anteriores de Wees e Fischer sobre diferentes concepções de aristocracia, que no jogo da competição política romana cada indivíduo jogava com aquilo que considerava uma *possível vantagem* sobre seus concorrentes. Assim, coexistiam duas posições altamente contraditórias, mas que se revelaram bastante funcionais no processo competitivo: ter ancestrais ilustres e, ao mesmo tempo, carecer completamente de ancestralidade reconhecida e ambas as posições serem tomadas como elogiáveis, a depender das circunstâncias e da imagem pública que aqueles aristocratas buscavam construir perante seus concorrentes e demais cidadãos. Ambas serviam muito bem

de justificativa social para as qualidades morais ou políticas que reputariam um indivíduo no palco do jogo da competição aristocrática, que, naturalmente, punha em choque certos grupos contra outros.

Uma vez realizadas essas considerações conceituais sobre o termo aristocracia e seus desdobramentos, convém deixar exposto que optamos por usar o termo *aristocracia* e sua forma plural para designar as *elites oligárquicas de Roma*, nobres ou emergentes, não no sentido usado pelos gregos antigos para indicar uma *suposta excelência moral com posterior atribuição de direito ao exercício do poder*. Devemos notar que o termo deve carregar consigo todas as nuances que pontuamos acima: engloba tanto critérios de *hereditariedade* e *ancestralidade*, aspetos que Wees e Fischer apontaram, quanto a posse de *grandes riquezas*, por atividades diversas, de comércio, agricultura ou, até mesmo, empréstimos a juros, atividade tomada como *negotium* privado, nem sempre bem visto, a qual até mesmo um estoico como Sêneca se dedicava¹⁰², independentemente de qualquer relação com hereditariedade ou ancestralidade. Ou seja, aristocracia, na época do Principado, pode designar tanto velhos aristocratas de origem republicana (de origem patrícia e plebeia, ricos ou pobres) orgulhosos de suas origens quanto indivíduos ricos em geral, estes, por sua vez, com ou sem ancestralidade reconhecida. Ou também figuras de origem relativamente obscura, de origem itálica, ou provinciais enriquecidos e elevados por favorecimento imperial à categoria de equestres ou patrícios. Em suma, não um único perfil de aristocracia, mas vários. Nesse sentido, até mesmo libertos milionários como Narciso e Palas, não somente pela fortuna acumulada, mas por grande influência política e decisória junto aos príncipes, podem muito bem ser enquadrados como *aristocratas*, a despeito das restrições que sofriam por parte dos demais membros das elites tradicionais, ou mesmo de outros emergentes, a exemplo das impressões que vemos nos autores senatoriais. Tácito é um caso irônico nesse sentido, um emergente provincial, nascido na *Gallia Narbonensis*¹⁰³ que desprezava libertos emergentes, alvos constantes de suas invectivas morais, conforme lemos em suas obras.

Este é um aspecto fundamental da sociedade romana durante a época imperial: o firme estabelecimento de gerações de homens ricos e poderosos cujos ancestrais foram escravos e libertos. Foi justamente durante o governo de Nero que se discutiu no Senado o que fazer em relação aos libertos *ingratos*, ou seja, aqueles que violavam a relação de dependência que

¹⁰² VEYNE, P. **Sêneca e o estoicismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 20-21.

¹⁰³ O lugar de nascimento de Tácito é matéria de disputa. Syme defende que sua província de origem tenha sido a Narbonense, argumento fortalecido por sua relação familiar com Cneu Júlio Agrícola, seu sogro, oriundo daquela região. SYME, R. **Tacitus**. Vol. 2. Oxford: Clarendon Press, 1958.

mantinham com seu patrono e se estes, por sua vez, poderiam revogar a liberdade concedida. Nas divergentes opiniões travadas na Cúria no ano de 56, a favor ou contra a medida, uma delas é notável:

[que] não convinha derogar nenhum direito; os libertos formavam um grande corpo e dele se constituíam as tribos e decúrias, os empregados, magistrados e sacerdotes, além das coortes conscritas na Cidade; muitos cavaleiros e outros tantos senadores não tinham outra origem...”¹⁰⁴

A passagem é reveladora não só por mostrar a força dos libertos ricos enquanto *corpo social* diante de seus indignados patronos como, ao mesmo tempo, indica sua notável capacidade de ascensão social por meio de inúmeros ofícios e atividades, o que explica, certamente, o desprezo de elites tradicionais diante de emergentes plenamente dispostos a competir por riqueza, poder e influência. Reitera-se, igualmente, a importância das ordens equestre e senatorial. Por sua importância social, os libertos acabaram por triunfar e não tiveram seu direito à liberdade retirada em favorecimento de seus patronos. Não apenas isso, tal passagem nos mostra que a transformação dos libertos em um grupo social altamente competitivo, a despeito de suas origens, está no âmago das hostilidades que vemos na literatura senatorial romana.

A partir de mais considerações, nos parece bastante claro que as aristocracias romanas foram construídas e moldadas pelas condições dos tempos e pelas mudanças sócio-políticas. O perfil dos grupos da aristocracia permitiu que, ao longo do tempo, as velhas dessem lugares a novas, processo que se manteve em curso durante o Principado com a integração dos provinciais no seio da elite da capital. Voltamos aqui às ideias de Tacoma no sentido de que as elites aristocráticas romanas eram marcadas por verdadeiras *redes hierárquicas* que, a rigor, reuniam os três níveis das elites (locais, regionais e imperiais) numa estrutura aberta, permeável e marcada pela *mobilidade*, pois índices de mortalidade infantil e as partilhas de heranças poderiam conduzir a processos tanto de fragmentação quanto reconstituição de propriedades, além de garantir níveis variados de riqueza intergeracional. O resultado prático dessa mobilidade cíclica era a rápida ascensão e declínio de grandes famílias, algumas com maior capacidade de permanecerem no topo social do que outras, a despeito de possuírem

¹⁰⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 27. “[...] nihil universorum iuri derogandum; quippe late fusum id corpus. hinc plerumque tribus decurias, ministeria magistratibus et sacerdotibus, cohortes etiam in urbe conscriptas; et plurimis equitum, plerisque senatoribus non aliunde originem trahi...”.

ancestralidade ilustre¹⁰⁵. Os argumentos de Tacoma são confirmados por meio de outro caso ilustrativo, o dos *Valerii Messallae*, *gens* de antiga estirpe patricia e de destacada trajetória política na República. Em 58, Nero exerceu o consulado ao lado de Marco Valério Messala, descendente direto de Marco Valério Messala Corvino, um dos grandes patronos da literatura latina nos tempos de Augusto, homem rico e influente que fora amigo e protetor de figuras como o poeta Ovídio. Em situação financeira difícil, seu descendente, Messala, de uma *nobili familiae*, como diz Tácito, passou a receber de Nero uma pensão anual de quinhentos mil sestércios, de forma a viver em “pobreza honrosa”, outro aspecto que encontrou alta receptividade nos escritos filosóficos do século I da Era Cristã¹⁰⁶. Outros dois senadores, Aurélio Cota e Quinto Hatério Antonino, receberam igual tratamento¹⁰⁷, pois tinham decaído financeiramente.

A despeito da importância do papel econômico na consolidação de famílias poderosas, o argumento de linhagem resistia como princípio ideológico durante a época do Principado e tinha um peso considerável entre aquelas famílias com algum vínculo colateral à casa imperial, particularmente se fossem descendentes de Augusto ou estivessem atrelados por relações matrimoniais com os Júlio-Claudianos. A família do primeiro príncipe romano possuía uma relação altamente intrincada com outras *gentes*, o que abria precedentes legitimatórios para o exercício do poder político e que catapultou muitos aristocratas como possíveis candidatos ao poder nas décadas subsequentes, mas que não pertenciam aos Júlio-Claudianos. Neste quadro de conexões com a família imperial, entram alguns membros da *gens Rubelia* e dos *Iunii Silani*, dois casos particularmente dramáticos no contexto do período neroniano dos quais trataremos com mais detalhes nos capítulos 3 e 4.

Mas os movimentos de renovação das elites romanas durante o Principado não se limitaram somente aos grupos itálicos, já que com o passar dos séculos I e II, vemos a emergência dos provinciais que afluíam à Roma em quantidade considerável, a ponto de ganharem eles próprios o controle do Principado, como vemos a partir de Trajano. Ronald Syme considerou, inclusive, esse afluxo de emergentes provinciais como o grande fenômeno do período imperial, conforme lemos seu clássico *Tacitus*, de 1958, na qual os “novos romanos”, como Syme os chamou, tiveram papel chave numa profunda inflexão no perfil das elites

¹⁰⁵ TACOMA, L. *op. cit.*, p. 132-133.

¹⁰⁶ Sêneca é um proponente de uma vida de pobreza honrosa, quando pensamos em suas epístolas e na proposta de uma vida frugal, sem requintes ou luxos, na melhor tradição catonista, algo que se associa à prática da virtude. Cf. SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 11-13, 87.

¹⁰⁷ TÁCITO, *Annales*, 13, 34.

governantes do Império Romano, fenômeno que pode ser identificado desde as épocas mais remotas da história romana, quando as grandes famílias de povos submetidos ou aliados foram gradativamente trazidas ao sistema político da Urbe¹⁰⁸. Sob os Césares, o mesmo se verificou, já que os notáveis de muitas *nationes* passaram a entrar no Senado, algo que poderia ser explicado não só pela geografia da Itália e pela dispersão romana pelas províncias, mas também pela natureza da cidadania romana¹⁰⁹, este último, em nosso ponto de vista, o fator mais relevante de todos. No período que vai de Calígula a Nero, há um especial destaque para provinciais hispanos, a exemplo de Sêneca, e narbonensianos, algo patente na figura de Sexto Afrânio Burro, o prefeito do Pretório de Nero¹¹⁰. Mas, ao mesmo tempo, essa ascensão não se deu necessariamente de forma pacífica, pois há evidências de que a chegada dos *novos romanos* foi acompanhada de um acirramento competitivo.

Nos tempos de Cláudio, a discussão sobre integrar as elites provinciais ao Senado romano se tornou particularmente acalorada, medida tomada pelo príncipe e que resultou em sonoros protestos da aristocracia senatorial itálica. Permanece como um importante testemunho da ascensão desses novos romanos a chamada *Tábua de Lyon*, uma grande placa de bronze, oriunda de *Lugdunum*, importante capital provincial da Gália, contendo o discurso proferido pelo príncipe quando da admissão de aristocratas gauleses ao Senado, no ano de 48¹¹¹. O documento, mesmo incompleto, é revelador no sentido não só de nos mostrar a disposição pessoal de Cláudio em tal medida, mas a forma como ela foi legitimada perante as elites tradicionais de Roma. Historiador e polímata que era, o príncipe faz uso da história para mostrar que a grandeza de Roma se fez a partir da diversidade: não só aristocratas de povos itálicos como sabinos e etruscos foram importantes na consolidação do Estado, mas até mesmo muitos estrangeiros, desde a época dos reis. Isso, segundo o príncipe, não era nenhuma ideia revolucionária. Cláudio lançou uma questão fundamental: “um senador itálico, então, não é mais capaz do que um provincial?”¹¹² Na resposta do príncipe subjaz a *questão do mérito*. As florescentes colônias romanas da Gália Narbonense já haviam oferecido senadores de grande valia para a *Res Publica*¹¹³. Fiéis à história de Roma, outros indivíduos distintos da aristocracia gaulesa igualmente seriam de grande valor na obtenção de honras e cargos públicos no mesmo

¹⁰⁸ SYME, R. **Tacitus**. Vol. II. Oxford: Clarendon Press, 1958, p. 585.

¹⁰⁹ *Ibid.*, 1958, p. 585.

¹¹⁰ *Ibid.*, 1958, p. 591-592.

¹¹¹ CIL XIII, 1668. Há uma versão online, da qual fizemos uso, no site *The Latin Library*. Está estruturado em duas colunas e apresenta grandes lacunas. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/clauid.inscr.html>. A placa de bronze encontra-se, atualmente, no *Musée & Théâtres Romains* de Lyon.

¹¹² “*Non Italicus senator provinciali potior est?*”

¹¹³ Informação respaldada por Tácito (*Annales*, 11, 24).

nível dos itálicos. O uso de uma ampla digressão histórica em um documento oficial, longe de ser uma demonstração de pedantismo¹¹⁴ por parte de Cláudio, foi uma *estratégia retórica* muito bem pensada para vencer resistências excessivamente conservadoras, além de ser um fato absolutamente indiscutível.

O discurso de Cláudio foi preservado por Tácito em suas linhas argumentativas, mas com outras palavras, também enfatizando o uso da digressão histórica como meio legitimador para a entrada de homens da Gália ao Senado. Ao mesmo tempo, Tácito nos oferece valiosas informações sobre as objeções que tal medida sofreu¹¹⁵. O protesto dos senadores de origem itálica igualmente apelou à história na tentativa de dissuadir Cláudio em sua política de abertura das fileiras senatoriais. Afirmou-se que os itálicos por si só bastavam, que os cargos públicos seriam todos ocupados por poderosos de origem estrangeira cujos antepassados foram inimigos dos romanos, que ofereceram combate a Júlio César em Alésia, que seus antepassados ainda mais antigos haviam saqueado Roma séculos antes. Somado a isso, nada restaria para os velhos aristocratas de linhagem (os *nobiles*) ou senadores empobrecidos que tinham sua origem no próprio Lácio¹¹⁶. Os argumentos são representativos não só por apelarem a um espírito cívico romano, contraposto aos *outros*, os *estrangeiros*, como também revelam o temor de que a chegada dos novos romanos tornaria a construção de carreiras políticas algo mais difícil. Era, assim, uma disputa por *espaço político*, uma marca da competitividade que se abria a um novo patamar entre elites já estabelecidas e outras, em processo de emergência. Nesse campo de conflitos, de *construção de novas elites*, a própria história de Roma também se tornava objeto de disputas ideológicas.

Sêneca, um provincial emergente, nos mostra como as facetas de um certo preconceito elitista poderiam ganhar tons irônicos. Em sua *Apocoloquintose*, Sêneca, entre muitas outras sátiras virulentas, ridicularizou Cláudio por querer beneficiar a todos, gregos, gauleses, hispanos e britanos, todos eles, agora, devidamente togados¹¹⁷, ou seja, uma mensagem de que o príncipe fizera pouco caso da cidadania romana. Sêneca representa, assim, um grande paradoxo, um provincial alinhado, pelo menos em termos discursivos, aos interesses de uma elite itálica, mas, em sua atuação patronal da corte de Nero, também deu sequência às políticas

¹¹⁴ Pedantismo e outros adjetivos pouco lisonjeiros usados pelos historiadores, alinhados à imagética oriunda dos textos antigos que retratam Cláudio como um homem tolo. M. Griffin, por exemplo, definiu a Tábua de Lyon como “a *miscellaneous collection of precedents for change, bad jokes personal reminiscences and pedantic learning*” GRIFFIN, M. Claudius in Tacitus. In: *CQ*. Vol. 40, nº 2, 1990, p. 484.

¹¹⁵ TÁCITO, *Annales*, 11, 23-25.

¹¹⁶ TÁCITO, *Annales*, 11, 23.

¹¹⁷ SÊNECA, *Apocoloquintose*, 3, 3.

de Cláudio de promover provinciais, como veremos no capítulo 3. Isso é, em nosso ponto de vista, um efeito de como a competição aristocrática poderia estabelecer posições inusitadas entre grupos aristocráticos divergentes. Não é possível saber com absoluta certeza, mas é possível que Caio Júlio Vindex, o governador que se ergueu em rebelião contra Nero, em 68, tenha sido parte dessa leva de novos romanos elevados por Cláudio. Uma vez estabelecidas tais questões, é sobre a *competição aristocrática* que devemos falar com mais detalhes a partir de agora.

1.3 Aristocracia e competição

O processo competitivo entre membros da aristocracia poderia ser tanto um fator de estabilidade quanto de profunda instabilidade. Ela poderia tanto equilibrar o processo político, evitando a concentração de poderes, no contexto republicano, quanto poderia justamente ser a origem desse processo de concentração, no caso do Principado. No pensamento político da Antiguidade, a competição entre facções aristocráticas (ou entre aristocratas e outros grupos sociais) poderia se transformar em *stásis* (στάσις), termo cunhado no âmbito das cidades gregas, sobretudo no contexto da democracia ateniense, para designar as lutas e conflitos no interior do corpo cidadão, as agitações e guerras civis que resultavam, não raro, na morte e no exílio de muitos indivíduos para longe de sua pátria. *Stásis* e competição estavam intimamente atreladas, como Aristóteles reconheceu na *Política*:

Aqueles que desejam igualdade se engajam na luta entre facções se pensam que têm muito pouco, apesar de serem iguais aos que têm mais, enquanto os que desejam desigualdade ou superioridade fazem o mesmo se supõem que, apesar de serem desiguais, não têm senão uma participação igual ou menor que a dos que lhes são inferiores; estas pretensões às vezes são justas, mas às vezes são injustas porque os que estão em situação de inferioridade se revoltam para obter igualdade, e os que já desfrutam da igualdade lutam para chegar à superioridade. [...] Os objetivos pelos quais os homens se revoltam são o desejo de ganho e honrarias, ou o contrário disso, pois os homens também se engajam em revoluções¹¹⁸ nas cidades para livrar-se a si mesmos e a seus amigos de desonra e de perdas¹¹⁹.

¹¹⁸ Mário da Gama Kury escolher o termo *revolução* como tradução para *stásis*. Revolução não é a melhor das traduções para um termo amplo, já que pode facilmente nos induzir a anacronismos dado à importância de processos revolucionários no mundo contemporâneo com pouca ou nenhuma similaridade às rupturas político-sociais que observamos no Mundo Antigo. *Stásis*, segundo Breno Battistin Sabastiani, possui um sentido literal de “tomada de posição”, significado também compartilhado pelo OCD, “standing”. Cf. SEBASTIANI, B. Lideranças e crises da democracia antiga em Heródoto, Tucídides, Xenofonte e Políbio. In: *Ágora*. Vol. 23, 2021, p. 12. Cf. também HORNBLOWER, S; SPAWFORTH, A; EIDINOW, E. *OCD*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 1396.

¹¹⁹ ARISTÓTELES. *Política*, 1302b. Tradução de Mário da Gama Kury.

As palavras de Aristóteles nos trazem a constatação de que forças de antagonismo social são intrínsecas à estrutura política das antigas *poleis* gregas. No caso das aristocracias, vemos que a ideologia do melhor justamente se manifestava no sentido de que seus membros se mantinham sempre ativos na permanente busca por superioridade. Aristóteles reconheceu esse fato ao afirmar que “[...] nas oligarquias, com efeito, ocorrem dois tipos de discórdia: um entre os próprios membros da oligarquia e outro entre os oligarcas e o povo...”¹²⁰. A partir dessa ideia, percebemos que nem sempre um grupo socialmente hegemônico se comportava de modo coeso no exercício de seu domínio, ideia que verificamos anteriormente no sentido clássico do termo *classe*, mas o tempo e as interações sociais eram capazes de produzir rupturas e novos arranjos de poder.

Porém, a *stásis* não necessariamente precisava se manifestar de modo violento, por meio de uma guerra civil ou expurgos internos de facções. Essa era sua forma mais extrema e violenta. Moses Finley, ao falar das cidades gregas e de suas dissensões internas, fez uma afirmação interessante e que igualmente se torna válida para o universo romano: no âmbito de uma sociedade cidadã, o indivíduo tinha o direito e o privilégio de se engajar na *stásis*, pois esta noção também exprimia a existência de grupos políticos plenamente dotados de legalidade, na qual oposições e tensões não eclodiam de forma espetacular. Segundo Finley, a própria liberdade cidadã pressupunha justamente o direito de advogar mudanças de rumo para a *pólis*, mudanças estas que punham em choque grupos distintos e na qual um deles, eventualmente, poderia perder suas prerrogativas e construir formas de resistência¹²¹. Desse modo, a *stásis* seria um fenômeno intrínseco ao jogo político da cidade antiga, diríamos até que intrínseca a qualquer relação de poder, de modo permanente, com diferentes gradações, que poderiam ir da disputa retórica numa assembleia até sua modalidade mais violenta, a guerra civil. As dissensões entre grupos poderiam se dar em vários níveis, tanto *verticalmente*, entre grupos sociais distintos, quanto *horizontalmente*, dentro da paridade de um mesmo grupo social. *Stásis* e competição são conceitos, portanto, intimamente relacionados e que nos permitem ver as dinâmicas sociais para além da retórica, como vimos antes, de uma unidade coletiva harmoniosa centrada em supostos fins políticos unívocos.

¹²⁰ ARISTÓTELES, **Política**, 1302a. Tradução de Mário da Gama Kury.

¹²¹ FINLEY, M. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 91-92.

Nessa perspectiva, as disputas internas no seio das elites deixam de ser entendidas como desvios ou excepcionalidades, mas como a própria regra no processo de domínio político por parte daqueles grupos sociais. Ao mesmo tempo, *stásis* perde, por consequência, sua conotação negativa, algo que podemos derivar da leitura de Aristóteles. A proliferação de discursos de unidade ou concórdia sócio-política, cuja existência justamente se torna essencial quando pensada a ideia de que o conflito é a regra, corrobora com o princípio de que existia uma necessidade imperativa de evitar formas graves ou violentas de confronto social. A *stásis*, nesse sentido, é uma condição que, embora variada em graus distintos, é uma norma social inescapável na medida em que se torna impossível a existência de consensos sociais absolutos, mesmo no interior de um mesmo grupo social ou político. Mas o conceito de *stásis* é apenas uma forma de se pensar a existência do conflito no interior dos grupos sociais e sua importância na construção de uma determinada ordem política e social. Há outras possibilidades igualmente frutíferas de se compreender o mesmo fenômeno. Podemos, por exemplo, pensar na ideia de um *estado permanente de conflito*, conforme concepção de Renan Frighetto para os reinos bárbaros que sucederam ao Império Romano nos territórios do ocidente europeu, na qual as lideranças régias germânicas mantinham uma constante postura bélica como meio de reforçar seu poder pessoal¹²², ou seja, havia um uso *consciente e objetivo* para o conflito, seja ele instigado *externamente* (por meio de guerras de conquista) ou internamente (contra outros grupos políticos), na qual o enfrentamento era *instrumentalizado* a serviço de um grupo social ou político específico.

Se pensarmos essa noção para o período do Principado, veremos que há muito desse *estado permanente de conflito* nas relações de poder intra-aristocráticas do período neroniano, já que o processo competitivo naturalmente inclinava imperadores e facções das elites imperiais a criarem animosidades uns contra os outros. Ou seja, era um fenômeno que não se limitava apenas aos príncipes. Nesse sentido, recorrer ao conflito (quando não à violência pura e simples) poderia ser, até mesmo, uma estratégia vantajosa na competição por hegemonia política, nas quais o enfrentamento é insuflado como meio de manutenção de um poder alcançado e que deveria ser mantido às custas do rebaixamento ou da simples eliminação do adversário. Vemos, nessa perspectiva, a atuação de um grupo específico, o de Tigelino, politicamente atuante sob os auspícios de Nero, seguir tal forma de conduta, sobretudo em relação aos círculos políticos centrados num estoicismo difuso, reprimidos particularmente com grande força entre os anos

¹²² FRIGHETTO, R. Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). In: **Anos 90**. v. 22, nº 42, p. 244.

65 e 68, questão que analisaremos com mais detalhes no capítulo 4. Porém, a lógica do conflito, da *stásis* ou do *estado permanente de conflito* como manifestação de relações de competição não se reduzem apenas ao Principado, pois são marcas de uma longa duração na história romana, presentes em qualquer época do desenvolvimento histórico de Roma. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma ideia de *stásis* ou de *conflito permanente* nos permite uma leitura mais instigante daquela realidade política romana no sentido de não reiterar concepções amplamente difundidas de que um poder imperial “tirânico” era o único promotor de medidas violentas que, supostamente, oprimiam as aristocracias senatoriais. Pelo contrário, estas últimas participavam ativamente na proliferação de relações violentas de poder. Eram, elas próprias, além do príncipe, protagonistas da violência que se manifestava durante o Principado.

A narrativa dos primeiros anos da República romana exemplifica a veracidade dessas constatações. Após a expulsão de Tarquínio, Lívio apresenta os seguintes comentários: jovens patrícios conspiraram para reconduzir o rei Tarquínio de volta à Roma, pois consideravam que, por sua antiga proximidade com a realeza, tinham perdido privilégios e *status* no novo regime republicano. Descobertos, acabaram todos executados por traição¹²³. A passagem é reveladora justamente por nos indicar que, no seio das elites romanas, sobretudo entre as mais tradicionalistas, a ação de depor o rei até pode ter surgido de um relativo consenso de fins, de uma união temporária que foi capaz de superar as divergências mais imediatas, como já dissemos anteriormente, mas que jamais foi absoluta ou universal, pois a *stásis* e a competitividade por interesses particulares ainda cumpriam seu papel: no jogo político, nas mudanças de ordem, nos embates de interesses, alguns setores ou grupos sempre tinham de perder para que outros ganhassem, ou seja, o grupo aristocrático que antagonizava o rei foi capaz de ganhar força suficiente para se sobrepor ao grupo que o apoiava. Outro aspecto fundamental que essa passagem de Lívio nos mostra é que o recurso ao *conspiracionismo*, às ações discretas, visando a destruição do poder vigente por meio da força e do assassinato, nunca foi apenas uma realidade do Principado sob Augusto, Cláudio ou mesmo Nero: era um instrumento de competição aristocrática existente desde os tempos remotos de Roma, que se tornou notória com Catilina e cuja condução partia para o *tudo ou nada*, já que implicava numa ação decisiva, e portanto altamente arriscada, por parte dos conspiradores na busca por seus interesses políticos particulares. Dessa maneira, os episódios conspiracionistas ou conjuratórios partiam da discrição necessária (que visavam seu fomento) ao espetáculo da brutalidade pública (o clímax da ação), episódios que nos remetem aos casos de Júlio César e Calígula. Nesse

¹²³ LÍVIO, *História de Roma*, 2, 3-5.

sentido, a sociedade romana era pautada por uma ênfase no espetáculo, do que devia ser visto por todos, parte essencial dada à vida pública, política e militar, na busca de honrarias e *dignitates*, algo relacionado, segundo Modanez, justamente ao *estilo de vida competitivo* daquelas elites¹²⁴.

Ao mesmo tempo, implica na contrariedade de toda e qualquer generalização que afirma, algo que geralmente observamos em manuais didáticos, de modo apressado, que “*a aristocracia depôs o rei*”. É tarefa do historiador pôr as generalizações em perspectiva e apontar as particularidades de um fenômeno histórico em suas nuances, já que esse tipo de entendimento se encontra na raiz do sentido monolítico de classe social, como vimos anteriormente. Desse modo, a República poderia ser vantajosa para certos setores da oligarquia romana, para um grupo expressivo do patriciado, mas não para todos. É a essência da competição aristocrática em funcionamento e, igualmente, uma lição política importante: os *alegados tiranos* (acusação imputada tanto a Tarquínio quanto a Nero) geralmente atraíam colaboradores; a tirania era benéfica para muitos além do próprio tirano e era, portanto, sustentada por tais grupos. Ao mesmo tempo, a competição social dos primórdios da República não deixou de produzir diferentes influxos no interior das elites: no contexto do chamado *conflito das ordens*, algumas famílias patrícias, a exemplo dos *Aemilii* e dos *Servilii*, aliaram-se aos plebeus ascendentes quando estes foram admitidos ao consulado¹²⁵, outra demonstração da fragilidade de uma ideia da *classe* aplicada ao mundo antigo e, ao mesmo tempo, um importante exemplo de que a competição social era pautada por movimentos de oportunidade, de interesses que poderiam ser reorganizados.

Quando tomamos essa linha de compreensão, podemos dizer sem hesitação que a história das elites é também a história permanente de colaboração, oposição e disputa, tanto em relação ao poder estabelecido (que nada mais é do que um determinado grupo aristocrático hegemônico que foi bem sucedido no processo competitivo) quanto em relação aos demais grupos aristocráticos e populares. Dessa maneira, a fase republicana de Roma, sobretudo o século I a.C., é a história de uma *stásis* mais extremada, mais virulenta, de choque direto entre forças que propunham diferentes destinos políticos para uma cidade que lidava com graves conflitos sociais e os efeitos de uma expansão territorial sem precedentes para uma cidade-estado do Mediterrâneo, agravadas pela formação de uma instituição militar permanentemente mobilizada. O próprio Senado nunca deixou de ser um palco privilegiado para muitas das

¹²⁴ MODANEZ, H. S. *op. cit.*, 2015, p. 45.

¹²⁵ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 95.

controvérsias políticas romanas, um cenário onde os artifícios da retórica e a preocupação com a *performance* oratória coexistam com agressões físicas e assassinatos. O Senado era, nesse sentido, um reflexo da própria heterogeneidade das elites, um local onde reinava um processo contínuo de alianças e antagonismos de poder entre grupos rivais, de lideranças destacadas com voz ativa que atuavam como *polos de atração*, dentre outras características que podem ser enquadradas num princípio de *stásis* de variados graus.

Há, ainda, um outro aspecto que precisa ser melhor delineado, ainda segundo a lógica da conceituação, quando pensamos na relação entre política, aristocracia e competitividade. É a ideia de *cultura política* como linha de argumentação com grande potencial explicativo, sobretudo quando pensamos a ideia de competição como uma atividade idiossincrática da política e da sociedade romana, aquilo que permitia sua emergência como horizonte social entre as elites. *Cultura* é uma noção ampla, oriunda de campos diversos, da Antropologia às Ciências Sociais. Tem sua origem nas terminologias agrícolas romanas ao designar a prática do cultivo, algo relativo ao que Catão e Columela desenvolveram em seus tratados sobre agricultura. O termo *kultur*, porém, recebeu uma nova conceituação a partir do século XVIII para designar uma abstração, ou seja, as atividades e questões que envolviam o espírito humano e, posteriormente, ganhou espaço no nascente pensamento antropológico com as primeiras tentativas de definições sistemáticas do termo¹²⁶. Os estudos antropológicos foram valiosos no sentido de mostrar que uma das características mais fundamentais dos seres humanos, quando comparados com outros animais, é a produção de todo um *aparato material e imaterial* que condiciona suas vidas e visões de mundo, aos quais chamamos, em sentido *lato*, cultura. Com o tempo, porém, tornou-se uma noção tão recorrente que poderia designar, a rigor, qualquer aspecto de uma sociedade no tempo e no espaço, seja ela complexa ou tribal.

A História não permaneceu alheia ao movimento de aproximação (e apropriação) em relação ao conceito de cultura, sobretudo se pensarmos nos desdobramentos ainda vigentes da tradição da Escola dos *Annales*. Mais ainda, desenvolveu um campo justamente chamado de *História Cultural*, particularmente focado no papel das crenças e práticas sociais, aspectos que a historiografia política e econômica deixava a desejar, ou que simplesmente ignorou, o que levou obrigatoriamente a uma fragmentação dessa linha a vários campos diferentes, das artes à guerra¹²⁷. Mas a preocupação com elementos culturais por parte dos historiadores não é exatamente nova: Heródoto, nesse sentido, é um exemplo singular de historiador que nos mostra

¹²⁶ LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. São Paulo: Zahar, 1986, p. 25.

¹²⁷ BURKE, P. *O que é história cultural?* São Paulo: Zahar, 2004, p. 8.

a preocupação da tradição grega em aliar a narrativa explicativa dos acontecimentos de seu tempo com uma descrição antropológica (ou etnográfica) de costumes e hábitos (*ethos*) de gregos e outros povos.

Não demorou para que, dentre tantos campos que sofreram uma virada rumo à *culturalização*, a política tenha ganhado o seu espaço, deixando de ser uma área dedicada apenas às narrativas de ações de poderosas figuras de governo, imperadores e reis. A história política entendida sob o conceito de cultura permitiu aos historiadores contemplar modos particulares de relações políticas não segundo normas universalizadas, mas algo condicionado por elementos próprios de uma sociedade, naquilo que a torna única, sua linguagem, identidade coletiva, cosmologia, tradições, religiosidade, educação, princípios éticos, conflitos sociais. O prisma da cultura nos permite ver as sociedades humanas em dimensões mais profundas nas atividades que as fundamentam, pois pode haver uma cultura política, jurídica, militar, religiosa, filosófica, do trabalho, dentre outras tantas possibilidades. Tomado de maneira mais ampla, para se abarcar tamanha diversidade, Greg Woolf, em seu trabalho sobre a formação da Gália romana, definiu *cultura romana* como uma “variedade de objetos, crenças e práticas que eram características do povo que considerava a si mesmo e era amplamente conhecido como romano”¹²⁸, ou seja, pode haver, no processo de elaboração cultural uma vinculação com a própria ideia de *identidade romana*. Do mesmo modo, podemos associar à cultura romana uma natureza *aberta e maleável*, diferente daquela proposta pelos atuais estados-nações do mundo, fechadas em tradições nacionais, no sentido de uma entidade monolítica, mas uma espécie de “cultura internacional” formada pela integração de diferentes sociedades nativas no conjunto do Império Romano, cultura esta que se tornou um prêmio para as elites locais na construção de suas próprias identidades¹²⁹, aspecto nada desprezível se pensarmos na transitoriedade das elites locais e regionais para o conjunto das elites imperiais romanas, temática particularmente debatida na construção de um conceito de *romanização* comumente empregado, de maneira polissêmica, pelos historiadores¹³⁰.

¹²⁸ WOOLF, G. **Becoming Roman**: The Origins of Provincial Civilization in Gaul. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 11.

¹²⁹ HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture**: Unity, diversity and Empire. Abingdon: Routledge, 2005, p. 50-51.

¹³⁰ O debate acerca da romanização das províncias romanas é uma discussão longa e que se estabeleceu segundo múltiplas bases teóricas, mas que, de modo geral, partem de uma crítica à ideia de *aculturação* pura e simples ao modo de vida romano, medida planejada enquanto *imposição civilizacional*, visão tradicional defendida por autores como Theodor Mommsen e Francis Haverfield. Para uma apreciação crítica do conceito de romanização, suas origens no contexto do colonialismo europeu e seus embates teóricos recentes, cf. HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture**: Unity, diversity and Empire. Abingdon: Routledge, 2005. Cf. também MENDES, N. Romanização: cultural imperial. In: **Phoînix**. Vol. 5, 1999, p. 307-324 e FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. A

Assim, cultura é uma noção que ganha tamanho alcance que permite aos indivíduos participarem sempre de modo diferente em sua cultura e jamais de modo total, pois são limitados por normas de idade, sexo e especialização¹³¹, de forma que, dentro de uma mesma cultura, deve haver espaço para heterogeneidades. Nesse sentido, a condição senatorial romana é um belo exemplo de expressão cultural que se distinguia de outras no seio da sociedade romana: homens pertencentes a uma faixa etária específica, imbuídos de uma visão de mundo que os ligava à terra e à agricultura como únicas atividades econômicas legítimas, dotados de um senso de moralidade que enfatizava o tradicionalismo e a antiguidade de sua origem, ideário de uma aristocracia que se supunha superior aos demais indivíduos do corpo social. A cultura, embora compartilhada, era capaz de estabelecer profundas diferenças entre os membros de uma mesma sociedade. Também deve ser entendida de modo volúvel e flexível, pois o desenvolvimento da sociedade romana se deu em um processo de séculos e cobrindo muitas regiões diferentes, o que implica em um processo de construção permanente¹³². Giacomo Sani, no *Dicionário de Política* organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino, estabeleceu um verbete especialmente dedicado ao conceito de *cultura política*. Na definição do especialista italiano, vários elementos são agregados. Ele envolve, no âmbito de uma sociedade, todo um conjunto de práticas, a saber: as diferentes *forças políticas* que operam num determinado contexto; os *comportamentos* dos grupos políticos, que podem ser pautados por dogmatismo, rigidez, confiança; a existência ou não de *tolerância* para com forças opostas; *normas* de participação na vida política; a exclusão do *uso da violência* como instrumento de ação; a *linguagem e símbolos*¹³³. Serge Berstein nos lembra ainda que o conceito de cultura política possui méritos justamente por não ser uma espécie de chave universal para compreensões totalizantes, unívocas, mas por adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos¹³⁴, sempre muito diversificados. Nesse sentido, cabe mesmo internamente a uma mesma sociedade pensarmos *diversas culturas políticas*, no plural, mas que são capazes de interagir entre si por meio de uma zona de valores partilhados¹³⁵, o que daria, também, um caráter sempre móvel à cultura política, exatamente como um corpo vivo que evolui, se alimenta e se enriquece com múltiplas contribuições¹³⁶. Embora tanto Sani quanto Berstein tenham em mente a política

aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. In: **Heródoto**. Vol. 3, nº 2, 2018, p. 246–255.

¹³¹ LARAIA, R. B. *op. cit.*, 1986, p. 80.

¹³² FARIAS JÚNIOR, J. P. Cultura Política na Antiguidade. In: **Espaço Acadêmico**, nº 97, 2009, p. 62-63.

¹³³ SANI, G. Cultura Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *op. cit.*, 1998, p. 306.

¹³⁴ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J; SIRINELLI, J. F. (Orgs.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

¹³⁵ *Ibid.*, 1998, p. 354.

¹³⁶ *Ibid.*, 1998, p. 357.

contemporânea, todos esses elementos também são passíveis de serem pensados, com grande potencial, para a Antiguidade.

A questão de uma *cultura política romana* vem se tornado central nos debates sobre o Império Romano nos últimos anos, assim como os esforços em definir melhor seu conceito, já que tal noção também sofre, assim como a noção geral de cultura, de uma grande abrangência de sentidos. Laurens Tacoma pontua que *cultura política*, enquanto termo acadêmico, fez sua aparição nos anos 60 entre cientistas políticos para estudos contemporâneos, mas logo foi repensada pelos historiadores para abordar sociedades pretéritas e suas particularidades. No contexto do Império Romano, *cultura política* passou a ser entendida, dentre outras formas, como um *estilo de fazer política*, particularmente adequada para o estudo do Senado e dos conselhos municipais itálicos entre os séculos I e VI da Era Cristã, assim como as formas de interação entre os membros dessas instituições uns com os outros e com as esferas externas a elas¹³⁷. Nesse sentido, temos uma noção de cultura política sobretudo atrelada a uma ideia de *instituição* (no senso tradicional, enquanto corpo político), mas é possível, ainda assim, pensar cultura política no mundo romano para além do campo das institucionalidades senatoriais, envolvendo, de modo mais profundo, as elites, sua posição (e participação) no quadro de um regime que se configurava de *modo autocrático* e suas dinâmicas sociais particulares¹³⁸.

A partir de tal posição, chamou nossa atenção o fato de Tacoma elencar sete aspectos importantes que podem caracterizar, de forma mais concreta, a chamada cultura política romana, todas elas carregadas por tensões, ambiguidades e conflitos que, na sociedade imperial, eram as marcas típicas do comportamento das elites. Elas guiaram os estudos do autor e, a partir de nossa própria temática, guardam uma enorme potencialidade explicativa. Em primeiro lugar, o *papel da fala e da liberdade de discurso*, pois espaços como o Senado pressupunham, justamente, o debate aberto de questões importantes da governança, mas que, sob a regência dos príncipes, tornou-se limitada em variados graus. Em segundo lugar, o papel das *hierarquias de patronato* e a inserção dos indivíduos em redes e conexões sociais que, embora almejassem reiterar hegemonias, também eram marcadas por fluidez e instabilidades, algo que consideramos de grande valor quando pensamos na formação (e na reformação) de *círculos aristocráticos* razoavelmente alinhados para certos fins políticos, conforme abordaremos mais adiante, no item 1.4. Em terceiro, o comportamento aristocrático pautado pela *auto-*

¹³⁷ TACOMA, L. **Roman Political Culture: Seven Studies of the Senate and City Councils of Italy from the first to the Sixth Century AD.** Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 14-15.

¹³⁸ *Ibid.*, 2020, p. 17-18.

reflexividade (enquanto ações espontâneas) e a *solenidade*, sobretudo naqueles espaços, como o senatorial, onde era exigido um alto grau de *decorum* e um comportamento adequado ao que era esperado de um membro da elite.

Em quarto lugar, as tensões latentes que emergiam quando membros de determinadas instituições, a exemplo do Senado, tentavam *exercer poder real* (aquele que cabia, a rigor, aos príncipes) e para isso elaboravam estratégias para forçar a tomada de decisões, questão que, a nosso ver, nos permite ver o Senado da época imperial como algo a mais do que um conjunto submisso de aristocratas frente ao poder dos imperadores, ou como uma instituição fossilizada ou anacrônica. A atuação do senador Traseia Peto durante o período neroniano, conforme veremos nos próximos capítulos, é exemplar nesse sentido. Em quinto lugar, Tacoma justamente elenca aquilo que mais nos interessa, a própria *competição* por honras, pautada pela *interação entre indivíduos da elite e entre elites, coletivamente*. Em sexto lugar, a prática de concessões de favorecimentos ou *beneficia*, seja de forma voluntária ou por meio de coerção, na qual o governante tornou-se um ponto de referência, ainda mais quando pensamos na importância da *evergesia* na obtenção de prestígio social. Em sétimo e último lugar, a noção de centralidade exercida pelas instituições políticas na vida comunitária romana, seja na Capital ou nas demais cidades itálicas (ou mesmo as provinciais), na importância que seu funcionamento e os diversos posicionamentos das elites perante elas¹³⁹. Em nosso recorte temático, veremos que todas essas sete características são fundamentais, em maior ou menor grau, nas configurações de poder entre as elites (inclusive o próprio príncipe) no período neroniano.

Dessa maneira, é possível concluir que estamos diante do cerne da relação entre *cultura* e *poder*: podemos dizer que as *práticas culturais* de uma sociedade não só *condicionam o exercício do poder* como também *a percepção que se tem dele*, aspectos que precisamos levar em consideração quando analisamos uma sociedade antiga, no caso, a romana. As tradições culturais das *poleis* gregas e de suas correlatas, as *civitates* romanas, pressupunham justamente uma linguagem própria no sentido de protagonismo social, deveres para com as instituições e prática militar, direito à voto, cidadania e cidadão, o uso de meios de convencimento político (a retórica), a ênfase na formação do quadro dirigente da cidade, uma ética da virtuosidade, noções que indicam uma *cultura de participação* ou, também, uma “cultura de cidade-estado”, usando as palavras de Mogens Herman Hansen no seu estudo sobre as *poleis* gregas antigas¹⁴⁰,

¹³⁹ *Ibid.*, 2020, p. 21-22.

¹⁴⁰ HANSEN, M. **Polis: An Introduction to the Ancient City-States**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 9.

definição que, certamente, pode englobar igualmente Roma e as cidades que esta estabeleceu em seus amplos domínios, uma cidade-estado original que se converteu em cidade-império, porém foi capaz de conservar certas instituições e elementos cívicos de sua condição original mesmo nos tempos do Principado, ou, nas palavras de Millar, um tipo *estranho e anômalo* de cidade-estado que estendia sua cidadania para os territórios itálicos, que controlava um grande império e era, por sua vez, governada por um imperador que foi capaz de transformar todas as estruturas político-sociais vigentes, mas ainda assim uma cidade que guardou um sentido de *communitas* que de forma alguma se limitava ao Senado¹⁴¹. Todos esses elementos são calcados numa cultura política específica do Mediterrâneo Antigo. Ao mesmo tempo, não era a única naquele mar tão diverso: as tradições da cidade-estado (heterogêneas entre si) coexistiam com grandes impérios e reinos, a exemplo dos egípcios e persas, com seus respectivos modos de configuração do poder monárquico e sistemas culturais nas quais os monarcas poderiam exercer poderes teocráticos ou não, elementos que fariam parte de uma outra tradição posterior, sincrética, o helenismo. Em todas elas, as elites guardam grandes particularidades em seus modos de agir politicamente.

Acreditamos que, nesse contexto cultural, o *elemento da competição* é uma chave de leitura das mais promissoras com base num processo de longa duração: ela permeou as lutas políticas romanas desde os tempos republicanos e permaneceu assim durante o Principado, inclusive, como veremos no próximo capítulo, foi uma das maiores razões de sua gênese. É fato que a competição entre facções aristocráticas (ou entre grupos sociais distintos) em si mesma não é uma particularidade cultural apenas do Império Romano ou das *poleis* gregas. É um conceito com potencial tanto sincrônico quanto diacrônico de explicar movimentos aristocráticos ou sociais de modo geral, em variados tempos ou espaços, além de possuir uma dimensão filosófica, pois está associada à condição de universalidade humana na luta por sua sobrevivência e busca por interesses. Porém, sua expressão e concretização em ações é culturalmente determinada por valores éticos particulares e por práticas políticas diferentes de sociedade para sociedade. No caso dos romanos, as características mais visíveis são aquelas pontuadas anteriormente por Tacoma e que condicionam a visão e mundo e as ações sociais das elites.

¹⁴¹ MILLAR, F. The Roman City-State under the Emperors, 29 B.C.-69 A.D.. In: COTTON, H. M; ROGERS, G. M. (Orgs.). **Rome, the Greek World, and the East: the Roman Republic and the Augustan Revolution**. Vol. 1. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, p. 367-368.

O termo *competitio(onis)*, de terceira declinação, fez tardiamente sua aparição no latim, por volta do século V, ou seja, surgiu entre os autores da Antiguidade Tardia e exprimia um sentido razoavelmente próximo aos dos correlatos atuais, de rivalidade ou pretensão de rivalidade, muito embora também pudesse significar coisas diferentes, como acordos ou competências¹⁴². Estamos, assim, diante de mais um conceito *construído e instrumentalizado* para interpretarmos um fenômeno histórico, aspecto que vimos acima a partir das ideias de José d'Assunção Barros, algo que fornece ao historiador meios para explicar fenômenos sociais. Entretanto, no mundo greco-romano, esforços conscientes ou inconscientes nessa direção nos indicam que ela era, efetivamente, uma prática real e concreta, definida por Hans van Wees, como um tipo de atividade ou condição de lutar para vencer ou estabelecer hegemonia sobre alguém engajado nos mesmos esforços, sobretudo numa situação de escassez, em que não há espaço ou recursos para todos, de forma que competição por superioridade raramente encontra seus limites¹⁴³. Entre os gregos, a cultura política das disputas retóricas e filosóficas, marca dos chamados *sofistas*, além dos famosos jogos atléticos olímpicos, a nível micro, ou a rivalidade militar autodestrutiva das *poleis* em nível macro, nos mostram a existência de um *ethos* competitivo. Em Roma, a cultura política também se mostrou permeada pela competitividade em vários níveis da vida social e política, o que incluía, assim como na Grécia, todo um aspecto lúdico, centrado nas competições circenses e gladiatórias. No período imperial, o termo *certamen* era utilizado para designar competições atléticas ou literárias de todo o tipo, mas também poderia ser empregado para relações políticas entre grupos políticos rivais, a exemplo do que vimos nas primeiras páginas deste capítulo na passagem relativa a Tito Lívio¹⁴⁴. No período de Nero, a palavra *certamen* fez sua aparição nas emissões monetárias (abreviado em *CER.*) para celebrar aquilo que foi uma das marcas do período daquele príncipe, as competições poéticas e musicais, os chamados jogos quinquenais (*QVINQ.*):

¹⁴² O termo aparece em autores como o poeta Sidônio Apolinário e, também, no *Codex Theodosianus*. Cf. SARAIVA, F. R. *op. cit.*, p. 260.

¹⁴³ WEES, H. Rivalry in history: an introduction. In: FISHER, N; WEES, H. **Competition in the Ancient World**. (Orgs.) Swansea: The Classical Press of Wales, 2011, p. 2.

¹⁴⁴ Cf. p. 29.



Figura 2: *Semis* de Nero e *Certamen* (Tipo 11 – ver apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

O tema da competitividade entre as elites romanas tem raízes mais antigas na historiografia, sobretudo quando pensamos o período republicano. Nathan Rosenstein, no início dos anos 90, já pontuava que a competição aristocrática foi justamente a base do governo que conduziu Roma à condição de potência global, pois a *Res Publica* era uma arena na qual os indivíduos competiam por vantagens pessoais e, ao mesmo tempo, a própria República dependia dessa mesma competição para sobreviver e florescer¹⁴⁵. Porém, em relação ao período do Principado, o problema da competição aristocrática só ganhou destaque nos últimos anos, já que, não raro, o tema acabou largamente desconsiderado pela historiografia, mais interessada no poder central, no patronato e numa visão unitária das elites. Ronald Syme, por exemplo, foi enfático no sentido de afirmar que a partir de Augusto, “a competição política foi esterilizada e regulada por um sistema de patronato e de nepotismo que a tudo penetrava”¹⁴⁶. Entre os historiadores brasileiros, Norma Mendes consentiu com essa tese¹⁴⁷, da qual discordamos grandemente, conforme voltaremos a comentar em momento posterior.

Em tempos mais recentes, o tema das divisões intra-aristocráticas, sua heterogeneidade e competitividades sociais durante o Principado vem ganhando notoriedade tanto no nível das aristocracias imperiais quanto nas províncias, a partir das especificidades das realidades locais.

¹⁴⁵ ROSENSTEIN, N. **Imperatores Victi**: Military Defeat and Aristocratic Competition in the Middle and Late Republic. Los Angeles: University of California Press, 1990, p. 1-3.

¹⁴⁶ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 471.

¹⁴⁷ MENDES, N. *op. cit.*, 2006. p. 39.

Dois exemplos dessa natureza são bem explicativos. Fábio Favversani e Fábio Duarte Joly mostraram de que modo a competição entre aristocratas se manifesta no discurso taciteano, no *Vida de Agrícola*. Favversani e Joly apontaram que, a partir das obras do autor romano, podemos observar uma aristocracia dividida e permeada por rivalidades diversas e conflitos abertos, seja entre aquelas a serviço de imperadores, mesmo dos ditos *tirânicos*, outros grupos fazendo oposição ativa a eles ou, também, aqueles que se puseram à serviço do Estado apesar dos alegados maus príncipes, posições estas sempre variáveis, num Principado que se mostra socialmente dinâmico¹⁴⁸. Ana Teresa Marques Gonçalves igualmente enfatizou a ideia de *transitoriedade social* entre grupos aristocráticos, sobretudo no contexto dos imperadores Severos. Para ela, a *ideia de oposição* está ligada a um certo dinamismo social na qual os grupos políticos são plenamente autônomos para tanto se aliarem quanto se afastarem do poder estabelecido, mudando suas posições quando seus interesses são contrariados¹⁴⁹. A mesma perspectiva pode ser apreendida nos estudos relativos às elites provinciais, lugares onde igualmente prevalecia um perfil heterogêneo de elites competitivas, segundo trabalho de Belchior Monteiro Lima Neto sobre as elites da África Proconsular. A partir dos escritos de Apuleio e de documentos epigráficos oriundos de Oea, Lima Neto também enfatizou as divisões e os conflitos a nível micro entre as elites daquela cidade, sobretudo entre duas poderosas famílias, os *Sicinii* e os *Aemilii*, a respeito de alianças políticas, relações matrimoniais, disposições testamentárias, dentre outros elementos. Cada uma daquelas duas famílias tinha perfis culturais divergentes, relativos à *paideia*, como também diferentes estratégias de patronato e patrocínio de monumentos públicos com vistas à ascensão social entre as elites imperiais¹⁵⁰. Todos esses elementos nos mostram, seja a nível imperial ou provincial, que a competição, a divisão e o conflito, a *stásis* de que falamos anteriormente, não era uma *anomia*, uma ruptura ou quebra de uma suposta ordem estável, mas um processo *permanente* no interior da sociedade política. Dessa maneira, podemos dizer que a competitividade era um *fenômeno social*, não necessariamente restrita a uma formalidade jurídico-institucional, às magistraturas eletivas. Pode muito bem abarcá-las, mas também está para além delas. Emerge da própria *identidade social* romana, é parte de uma ética consolidada e que se manifesta em variados âmbitos da vida pública e privada dos romanos.

¹⁴⁸ JOLY, F. D.; FAVERSANI, F. Tácito, sua Vida de Agrícola, e a competição aristocrática no Alto Império Romano. In: **Mnemosine**. Vol. 4, nº 1, 2013, p. 141-142.

¹⁴⁹ GONÇALVES, A. T. M. **Formas de oposição aos imperadores romanos durante os governos dos Severos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 23.

¹⁵⁰ LIMA NETO, B. M. Ascensão social e conflitos políticos na África Proconsular: o caso dos *Aemilii* e os *Sicinii* em Oea (séc. II d.C.). In: **De Rebus Antiquis**. Nº 7, Ano VII, 2017, p. 73-78.

A partir dessas considerações, vemos a competição emergir em todos os lugares onde predominava uma cultura política dessa natureza, não só em Roma, entre as elites imperiais, mas também nas províncias, entre os notáveis locais, os oligarcas citadinos. Os *honestiores*, engajavam-se na *evergesia* com o propósito de obter prestígio e popularidade no oferecimento de espetáculos suntuosos e beneficências, a exemplo dos jogos de gladiadores. Neste último caso, vemos que competição por reputação e prestígio conduziam a comparações de quem era capaz de exercitar com mais liberalidade a oferta de espetáculos. Aqui, novamente, voltamos ao liberto Trimalquião e seu banquete, na qual dois outros libertos comentam a luta por prestígio entre dois magnatas, Maméia e Norbano¹⁵¹. Este último perdeu a competição por oferecer espetáculos de gladiadores de má qualidade. Ser percebido e prestigiado por todos os demais membros da sociedade era o combustível do processo competitivo nas mais variadas cidades do Império Romano. O próprio termo *munera*, inclusive, usado para designar jogos gladiatórios, carregava consigo grande polissemia, incluindo noções de obrigações ou gratificações que os cidadãos deviam para com a cidade e seus concidadãos¹⁵².

No caso das elites imperiais, a competição poderia se manifestar num nível institucional através da busca por magistraturas, ou seja, na construção de carreiras públicas, já que o antigo sistema político herdado do período republicano havia permanecido. A despeito do poder imperial deter uma posição hegemônica, as elites, sobretudo aquelas de nível senatorial, mantinham-se firmes na ambição por cargos e honrarias que estivessem disponíveis, inclusive aquelas de tradição militar, numa estrutura piramidal de carreiras que fazia os senadores competirem entre si em torno de quinze anos, desde a juventude, dos vinte e cinco aos quarenta anos, segundo Hopkins e Burton¹⁵³. Nesse sentido, o *cursus honorum* moldava um certo tipo de competição estratificada, pois estava configurado do seguinte modo, conforme modelo esquemático de Richard Talbert: após receber do príncipe o *latus clavus*¹⁵⁴, que justamente indicava a entrada na *ordo senatorius*, o indivíduo poderia ter acesso ao quadro dos magistrados menores, o *vigintiviratus*, os primeiros passos na carreira senatorial, que apresentava vinte postos anuais. A próxima etapa envolvia o acesso à questura, que também permitia acesso ao Senado, através de vinte postos anuais e com idade necessária de 25 anos. Logo após, o

¹⁵¹ PETRÔNIO, *Satíricon*, 45.

¹⁵² GARRAFFONI, R. *op. cit.*, 2005, p. 20-21.

¹⁵³ HOPKINS, K; BURTON, G. Ambition and Withdrawal: the Senatorial Aristocracy under the Emperors. In: **Death and Renewal: Sociological Studies in Roman History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 150-151.

¹⁵⁴ Túnica com uma faixa larga de púrpura usada como vestimenta pelos senadores como símbolo de seu *status*. Havia também a *augusticlavus*, que indicava pertencimento à ordem equestre através de uma faixa púrpura mais estreita do que aquela da *latus clavus*.

tribunato da plebe (dez postos) ou a edilidade (seis postos), o primeiro com dez postos e o segundo com 6. A pretura vinha logo em seguida, com número de postos variados e com requisito de idade de pelos menos 30 anos. Por fim, na escala mais alta, o consulado, sendo dois cônsules em exercício simultaneamente¹⁵⁵. Segundo W. Eck, a competição se tornava mais intensa nos postos superiores, sobretudo a partir da pretura, quando se abria a possibilidade de magistraturas nos governos das províncias, nas prefeituras de Roma ou em relação ao próprio consulado. Contudo, nesse intrincado sistema expandido por Augusto quando comparado ao período republicano, poderosos patronos na corte também poderiam garantir acesso às esferas mais altas da administração imperial¹⁵⁶, aspecto central na consolidação de círculos aristocráticos na corte dos príncipes, incluindo a de Nero.

1.4 Círculos aristocráticos

Apesar da importância da competição no *ethos* das aristocracias romanas, neste trabalho, porém, enfatizaremos outra forma de competição aristocrática, não necessariamente fundamentada em instituições, magistraturas ou cargos, como vimos antes, mas na proximidade, no acesso ao imperador e, não raro, em sua própria substituição, no campo das *relações de poder* que se estabeleceram ao redor *domus* imperial, seja na elaboração de estratégias de acesso à corte ou, também, de manutenção de uma posição hegemônica em redor do príncipe, no caso, do jovem Nero. Tal competição se dava através dos chamados *círculos aristocráticos*, conjuntos razoavelmente articulados de indivíduos que compartilhavam dos mesmos fins políticos ou visões de mundo. Tais grupos transitavam pela corte, buscando estabelecer sua influência sobre as decisões do príncipe, o que incluía, naturalmente, a patronização de indivíduos para que ocupassem aqueles postos administrativos que vimos anteriormente. Partimos do pressuposto de que a centralidade do imperador na tomada de decisões não acarretava num exercício de poder individualizante, mas ao contrário, dependente em grande medida de grupos aristocráticos que lutavam não só por acesso à corte, como também influência sobre a tomada de decisões, de *cursos de ação* para a política imperial. Abordaremos, aqui, a noção de *círculo aristocrático* como conceito igualmente operacional para pensar a heterogeneidade das elites e sua competição.

¹⁵⁵ TALBERT, R. *op. cit.*, 1984, p. 522.

¹⁵⁶ ECK, W. Imperial Administration and Epigraphy: In Defense of Prosopography. In: BOWMAN, A, et al. (Orgs.). **Representations of Empire: Rome and the Mediterranean World**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 137.

O historiador romeno Eugen Cizek enfatizou, nos anos 80, a importância desses círculos políticos e culturais constituídos por aristocratas na vida pública do Império Romano nos tempos de Nero, o que o levou a construir um conjunto sistemático de círculos aristocráticos e sua detalhada catalogação, não sem a existência de problemas ou, em nosso ponto de vista, anacronismos. Ao tomar o termo *circulus(i)* das fontes antigas, Cizek observou que os aristocratas romanos poderiam se reunir em grupos e constituir vínculos através de interesses comuns, por elos de *amicitia*, convicções filosóficas, afinidades literárias ou de linhagem familiar¹⁵⁷. *Circulus*, em latim, poderia ser empregado para inúmeras situações, desde questões de geometria até descrever uma reunião, assembleia e ajuntamento qualquer, incluso aí estar rodeado por um grupo de ouvintes em audiência¹⁵⁸. Esta última acepção, em especial, direcionou os esforços historiográficos no sentido de exprimir grupos reunidos em torno de um patrono literário, ou seja, um termo voltado ao campo das letras, poesia e cultura. Assim, o uso do termo *circulus* não se limitou de forma alguma a Cizek, mas foi amplamente empregado pelos historiadores para identificar *pequenas coletividades* ao longo de muitos séculos da história romana, muitas vezes para simplesmente qualificar grupos relativamente coesos, porém nem sempre com os devidos rigores necessários. Os vínculos literários, filosóficos e, em geral, helenísticos numa Roma republicana e expansionista, centradas na figura de um jovem general de sucesso, levou os historiadores do século XIX a falarem de um *círculo de Públio Cornélio Cipião Emiliano*, formado não só por outros aristocratas romanos, mas igualmente por intelectuais e poetas gregos, a exemplo do historiador Políbio, do filósofo estoico Panécio de Rodes e do poeta Caio Lucílio, muito embora, passadas muitas décadas, a existência de tal círculo seja posta em dúvida por depender grandemente dos escritos de Cícero, o que poderia representar muito mais uma construção ficcional ou idealizada do que uma realidade¹⁵⁹.

Mas o sucesso (assim como os riscos) na criação de uma metodologia estabelecida em torno de *círculos de indivíduos* prosperou entre os historiadores e foi amplamente utilizada para compreender os movimentos das elites em distintas épocas do Império Romano, mas, ainda assim, passíveis de muitas críticas por sua natureza arbitrária ou quanto ao grau de evidência documental disponível para tal. Dessa maneira, um possível círculo de intelectuais e retores, autores comumente agrupados pelo nome de *segundos sofistas*, centrados na figura da imperatriz Júlia Domna, foi elencado e reavaliado criticamente por G. W. Bowersock no final

¹⁵⁷ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 220-221.

¹⁵⁸ SARAIVA, F. R. *op. cit.*, p. 220.

¹⁵⁹ ESKIRNE, A. Scipionic Circle. In: HORNBLLOWER, S; SPAWFORTH, A; EIDINOW, E. In: **OCD**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 1330. ZETZEL, J. E. G. Cicero and the Scipionic Circle. In: **HSCP**. Vol. 76, 1972, p. 173-174.

dos anos 60¹⁶⁰. Ainda naquela década, Alan Cameron, no campo dos estudos tardo-antigos, igualmente se propôs a avaliar a possibilidade de um autor como Macróbio, o redator da *Saturnária*, estar incluído num círculo constituído por Quinto Aurélio Símaco e Vétio Agorio Praetextato, aristocratas senatoriais pagãos de grande influência em Roma entre os séculos IV e V da Era Cristã¹⁶¹. Em ambos os casos, os autores em questão demonstraram que incluir indivíduos em círculos aristocráticos pode partir muito mais de um desejo subjetivo do historiador, que acaba por forçar elos ou conexões problemáticas, para além do que as fontes efetivamente permitem. Bowersock, em especial, afirmou que “[...] até recentemente, não foi hábito dos especialistas fazer o escrutínio dos alegados círculos culturais. Pelo contrário, o costume foi preenchê-los com pessoas não explicitamente atestadas de pertencerem a eles”¹⁶². J. E. G. Zetzel, ao tratar do círculo de Cipião, fez advertência semelhante no sentido de que a ideia de círculos pode parecer bastante sedutora ao historiador, mas que sua atratividade pode acabar sendo maior do que as evidências¹⁶³. A obra de Cizek não escapou de receber críticas similares, senão ainda mais duras. H. L. Hijmans pontuou que os círculos do historiador romeno são “muito mais rígidos do que as fontes permitem” e que Cizek igualmente se equivocou em não oferecer qualquer evidência para alguns dos círculos que indicou existir durante o período neroniano¹⁶⁴. A crítica feita ao trabalho de Cizek procede e analisaremos com mais detalhes cada um dos círculos indicados, assim como nossa proposta de reformulação desses grupos, no início do capítulo 3.

Quais são os limites desses círculos? A partir da crítica historiográfica, um dos grandes problemas metodológicos de estabelecer tais grupos é saber em que medida podemos ou não vincular indivíduos num universo de documentação tão escasso e lacunoso, sem cair no desejo pessoal de ver conexões sociais que, a rigor, podem não existir. Essa questão não parece ter produzido grandes incômodos para Cizek, já que o historiador romeno em nenhum momento se propôs a pensar as bases metodológicas desses círculos, a despeito de ter identificado dez agrupamentos aristocráticos para o período neroniano, cada um deles com um perfil ideológico, familiar, filosófico-político, estético e sobretudo retórico-literário, esta última questão a mais enfatizada na construção desses agrupamentos¹⁶⁵. Em nossa fundamentação metodológica, optamos por utilizar o conceito de círculo aristocrático criado por Cizek e seguir, em parte, sua

¹⁶⁰ BOWERSOCK, G. W. **Greek Sophists in the Roman Empire**. Oxford: Clarendon Press, 1969, p. 101.

¹⁶¹ CAMERON, A. The Date and Identity of Macrobius. In: **JRS**. Vol. 56, Pts. 1-2, 1966, p. 33.

¹⁶² BOWERSOCK, G. W. *op. cit.*, 1969, p. 101.

¹⁶³ ZETZEL, J. E. G. Cicero and the Scipionic Circle. In: **HSCP**. Vol. 76, 1972, p. 173.

¹⁶⁴ HIJMANS JR. B. L. Review. In: **Mnemosyne**. Fourth Series, Vol. 31, Fasc. 1, 1978, p. 104.

¹⁶⁵ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 416-417.

tabulação, porém modificando-a conforme nosso entendimento das fontes disponíveis, reconhecendo, ao mesmo tempo, que nossa visão desses círculos sempre será incompleta pelo estado da documentação existente. Em alguns casos, podemos identificar seguramente apenas alguns poucos membros, mas com indícios de que, provavelmente, alguns daqueles círculos eram muito maiores e congregavam mais pessoas. Em outros, temos um número considerável de indivíduos interligados por vínculos de todos os tipos, familiares, ideológicos, patronais ou por *amicitia*.

Embora o uso metódico do conceito de círculo aristocrático tenha recebido tantas críticas, acreditamos que ele ainda é extremamente válido para o estudo das elites romanas, pois se trata de um conceito útil para pensarmos aquele grupo social de forma não *totalizante ou homogênea*, uma aristocracia *monolítica ou unitária*, nem, ao mesmo tempo, como um *conjunto desconexo de aristocratas* sem nenhuma relação entre si. É um dos pontos altos do trabalho de Cizek, a ênfase no que o historiador romeno chamou de *micro solidariedades*, uma tendência de todos os grupos sociais romanos¹⁶⁶, uma forma eficaz de entender uma ideia de *união* num contexto de profunda *divisão*. A partir das ideias de Cizek, Maria José Hidalgo de La Vega enfatizou que os círculos políticos e culturais foram determinantes na formação de códigos socioculturais e de ideologias, que aproximavam a cultura filosófica com a ação político-ideológica¹⁶⁷, algo que vemos destacadamente no círculo centrado nos Aneus, a *gens* de Sêneca, um dos círculos mais engajados intelectualmente na construção de rumos políticos para o príncipe e para o Império. Tais círculos, assim, dinâmicos o suficiente para se agregarem ou desagregarem conforme as circunstâncias, podem ser chamados, igualmente, de “forças sociais”, conforme vocabulário de Ana Teresa Gonçalves Marques, uniões de indivíduos reunidos por objetivos comuns, pautadas para um determinado curso de ação¹⁶⁸. Assim, nossa proposta é pensar metodologicamente a noção de círculo aristocrático não só em sentido cultural, mas sobretudo *político*, enquanto grupos proponentes de *vias de atuação* para a corte e para todo o conjunto do Império Romano, capazes de *patronizar indivíduos* a cargos e posições de poder, de forma a consolidar *posições de hegemonia* político-social. Numa sociedade que prezava pelas relações de pessoalidade, a constituição de círculos nos parece, inclusive, um processo inevitável. No esforço de identificação desses círculos com maior grau de segurança, nos foi particularmente útil as

¹⁶⁶ *Ibid.*, 1992, p. 215-217. Micro solidariedades enraizadas não apenas na corte ou entre aristocratas, mas também em outros pequenos espaços ou instituições que abarcavam dos senadores aos plebeus de Roma, passando pelos diversos *collegia* até o convívio em espaços populares como tavernas, *popinae* e áreas residenciais, as *insulae*.

¹⁶⁷ LA VEGA, M. J. H. *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p. 21.

¹⁶⁸ GONÇALVES, A. T. M. *op. cit.*, 2020, p. 24.

informações compiladas na *Prosopographia Imperii Romani* (*PIR*), vasto e exaustivo estudo de trajetórias coletivas (para o período de Augusto até o séc. III) concebida por acadêmicos ligados à Academia Real da Prússia, Theodor Mommsen, Elimar Klebs, Herman Dessau, Paul von Rohden. Edmund Groag e Arthur Stein deram prosseguimento ao trabalho que apresenta informações tanto de origem literária quanto epigráficas. Desde suas origens a *PIR* se tornou, na definição de W. Eck, uma verdadeira *enciclopédia de indivíduos*, inicialmente restrita à elite senatorial, posteriormente abrangendo indivíduos de todas as categorias sociais¹⁶⁹. Não só a *PIR*, mas a ampla literatura de Ronald Syme, que fez uso extensivo do método prosopográfico, também se tornou uma fonte valiosa de informações sociais sobre os indivíduos que compunham aqueles círculos aristocráticos em trânsito ao redor do poder imperial.

Em nosso recorte, as informações elencadas nesses grandes compêndios foram de grande valia, já que muitos dos grupos da elite neroniana estavam interligados por razões tanto pragmático-políticas, a exemplo do patronato, quanto por razões ideológicas, afinidades ético-filosóficas, caso particular dos grupos ditos “estoicos”, na qual a *amicitia* e outros laços de pessoalidade, a exemplo do de mestre-discípulo, tinham seu papel, visão de mundo compartilhada que criava, sem sombra de dúvidas, uma rede de mútua solidariedade. No caso das grandes famílias da *nobilitas*, observar o contexto familiar dessas grandes *gentes* nos foi útil no sentido de permitir um olhar mais amplo em sua interação com outras elites e com o próprio poder imperial romano, caso especialmente relevante para os *Iunii Silani* e *Calpurnii Pisones*, círculos familiares que despontaram como grandes competidoras pelo principado entre a época de Nero e Trajano, grupos que viam si próprios ou eram vistos por seus apoiadores como merecedores do poder imperial, em franco processo competitivo com os Júlio-Claudianos. Pensar a estrutura das aristocracias em termos de círculos nos permite ver a construção de pequenas coletividades que, reunidas por afinidades diversas, engajavam-se na competição por influência política junto ao príncipe (ou para se projetarem ao principado), quebrando, como já afirmamos anteriormente, a noção de uma elite monolítica e estática no tempo e no espaço, uniforme em seus interesses e ações políticas. Ao mesmo tempo, eram agrupamentos de grande *heterogeneidade interna*, pois poderiam agregar em suas fileiras senadores, equestres e também libertos, reunidos por laços de diversas naturezas.

¹⁶⁹ ECK, W. The *Prosopographia Imperii Romani* and the Prosopographical Method. In: CAMERON, A. **Fifty Years of Prosopography: The Later Roman Empire, Byzantium and Beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 15-16.

Nos alinhamos parcialmente a Cizek e tomamos sua tabulação como ponto de partida, embora tenhamos feito amplas modificações em sua proposta original e rejeitamos outras de suas conclusões. É certo que os grupos e círculos aristocráticos produziam discursos e se pautavam por certas ideias que tinham o poder de conjugar indivíduos e seus respectivos grupos de patronato, vinculados por afinidade identitária. Enfatizamos também que, quando comparados, alguns círculos aparentam ter sido intelectualmente mais engajados do que outros, ou seja, formaram uma verdadeira elite dentro das elites no sentido de que produziram uma gama variada de escritos filosóficos ou literários que, sem dúvida, acabaram por criar imagens bastante duradouras daquele período na memória histórica dos romanos. É o caso dos Aneus, a família de Sêneca, composta por filósofos e poetas. Imperava, igualmente, diferentes proporcionalidades inerentes a esses círculos, alguns muito maiores e mais abrangentes do que outros. Ao mesmo tempo, pensamos que esses círculos não podem ser entendidos como fechados em si mesmos, pois eram pautados por movimentos de abertura, aproximação ou até sobreposição, caso no qual alguns indivíduos bem poderiam transitar entre círculos diferentes. Sêneca é, novamente, um bom exemplo disso, pois além do pertencimento a sua *gens*, também constituiu e encabeçou outro círculo de poder ao lado de seu parceiro de regência, o prefeito Sexto Afrânio Burro.

Outro aspecto que nos faz reiterar a importância de uma ideia de círculo aristocrático é o fato de que o processo competitivo social e político entre as elites romanas nunca foi algo *individualizante*, mas sempre dependeu da constituição de *redes de apoio*, já que indivíduos isolados ou desprovidos de *amici* se tornavam alvos preferenciais de ataques de rivais, pois, além de ambições políticas, ódios e rancores pessoais também eram forças que incentivavam animosidades. É preciso considerar, também, o fato de que não foram, de forma alguma, grupos estáticos ao longo dos quatorze anos de governo neroniano, mas círculos com um grande poder de reformulação conforme as circunstâncias políticas mudavam. Alguns desapareceram inteiramente, outros prevaleceram hegemônicos na corte por algum tempo e, depois, acabaram afastados pela ascensão de outros círculos. Isso produzia um círculo hegemônico diante dos demais, aquele mais próximo do imperador, capaz de ditar os rumos políticos do principado. O fato de Nero ser extremamente jovem o tornava naturalmente dependente de apoiadores e regentes, fator este que certamente deu ainda mais protagonismo aos círculos aristocráticos já naturalmente inclinados a competir por acesso aos príncipes. Voltaremos a essas questões no devido tempo, na primeira parte do capítulo 3.

CAPÍTULO II – ARISTOCRACIAS E A GÊNESE DO PRINCIPADO

2.1 O modelo político de Augusto

As guerras civis do século I a.C. foram determinantes como momento em que a *Res Publica* encontrou seu ponto de maior inflexão com a ascensão de Otaviano como *princeps* romano. Com efeito, o vasto debate sobre as origens do Império, chamado pela historiografia recente de *Principado*, alcançou enorme profundidade e produziu amplos resultados que, longe de esgotarem a temática, sempre tornaram possível sua renovação. Nosso objetivo com este capítulo é explorar um pouco mais a historiografia do Principado e suas características constituintes, aliado à noção de competição aristocrática, o que nos permite compreender melhor o contexto particular do principado de Nero, herdeiro político do primeiro imperador romano. É uma discussão contextual importante no sentido de nos mostrar que o príncipe não pode ser entendido de forma apartada das aristocracias, pois dependia delas em larga medida para inúmeras atividades políticas e militares. E, para isso, argumentamos que a posição de Nero naqueles decênios de 50 e 60 era muito mais frágil e instável do que se pressupõe, pois há um incremento na competição e na projeção de grandes famílias *nobiles* capazes de desafiar os Júlio-Claudianos pelo exercício do poder, além de uma disputa particularmente acirrada para ocupar espaços de poder ao lado de Nero. Temos que considerar, com efeito, o príncipe não como um *monarca absoluto* ou dotado de *poderes ilimitados*, modo como geralmente se entende esse período, mas como uma figura *dependente* de certos círculos aristocráticos e, ao mesmo tempo, competidora contra esses mesmos grupos que buscavam ascensão política, o que explica os reiterados esforços de legitimação política por parte daquele *princeps* tão jovem.

Quando observamos o mundo greco-romano em sentido diacrônico, podemos notar permanências ou tendências de pouca modificação em certos aspectos da relação soberano-aristocracia. O desenvolvimento de uma noção de *cidadania* no interior da *polis* tornou problemática a existência de um poder pessoal *centralizador* ou autocrático conforme se desenvolveram noções de *isonomia* e *autonomia*, características que, desde muito cedo no mundo grego, passariam a ser, igualmente, uma tradição romana. Veja-se, novamente, o caso de Homero. Na *Iliada*, a tensão latente entre uma forte liderança régia e a autonomia do corpo dos guerreiros aristocratas (e igualmente reis) pode ser notada ao longo de diferentes passagens da narrativa. De um lado, Odisseu conclama a seus companheiros: “Que um rei, um só, nos

comande e encabece, a quem Zeus sinuoso outorgou cetro e lei”¹⁷⁰. Por outro lado, guerreiros da envergadura de Aquiles se mostravam reticentes diante do poder de Agamemnon, dada suas ações arbitrárias: “Mas este quer estar acima de outros, sobre todos impor-se, dominar a todos, imperar e dar ordens”¹⁷¹. Nas palavras do maior guerreiro dos aqueus ecoa uma longa tradição aristocrática, uma ética política profundamente influente nos séculos subsequentes.

O fortalecimento do poder do rei implicava, nesse sentido, na relativa perda do protagonismo aristocrático e sua maior obediência a esse poder superior, a despeito das próprias origens aristocráticas do *basileu*. A autonomia da aristocracia, por outro lado, levava invariavelmente à redução substancial da capacidade do poder régio de exercer domínio sobre o corpo social. Fustel de Coulanges, no século XIX, em seu monumental estudo da religião e da família no mundo clássico, identificou um traço em comum nas sociedades greco-romanas: seja em Esparta, Atenas ou Roma, as aristocracias conseguiram, a despeito de sua intrínseca competitividade e tendência ao facciosismo, realizar uma revolução de modo a suprimir as realidades políticas (ou seja, aquelas de caráter despótico). Os governos das cidades caíram, por vias diversas e em tempos diferentes, nas mãos dos aristocratas¹⁷². No caso de Roma, a revolução promovida pelas elites não necessariamente alterou a ordem social vigente, mas as antigas atribuições militares, jurídicas e sacerdotais dos reis etruscos foram partilhadas pela aristocracia¹⁷³. A saída de cena dos reis permitiu que o processo competitivo se concentrasse entre os próprios grupos aristocráticos, elevados à categoria de oligarquia governante.

A República romana, como vimos no capítulo anterior, nasceu de uma reação relativamente unificada dos grupos aristocráticos imposta ao poder pessoal dos reis etruscos, poder que não deveria excluir a participação das aristocracias no seu funcionamento. Tito Lívio exprimiu com a maior clareza o espírito dos novos tempos: uma vez expulso Tarquínio e sua família, os romanos estavam, a partir daquele momento, “sob a autoridade de leis superiores à autoridade dos homens. Essa liberdade foi recebida com alegria...”¹⁷⁴. Nascia a retórica da *libertas* em seu sentido oligárquico, o contraponto da noção romana de *tiranía*, pois Tarquínio havia estabelecido um governo de estilo restritivo, que excluía a participação colegiada exigida pelos aristocratas, reduzindo o número de senadores, não submetia os assuntos de interesse

¹⁷⁰ HOMERO, *Iliada*, 2, 205-206. Tradução de Haroldo de Campos.

¹⁷¹ HOMERO, *Iliada*, 1, 287-289. Tradução de Haroldo de Campos.

¹⁷² COULANGES, F. A *Cidade Antiga*. Curitiba: Hemus, 2000, p. 205.

¹⁷³ ALFÖLDY, G. *Historia Social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1987, p. 21.

¹⁷⁴ LÍVIO, *História de Roma*, II, 1. Tradução de Gilson César Cardoso.

público à deliberação destes, desprestigiava-os, administrava os negócios importantes da cidade apenas com o conselho de seu círculo de familiares¹⁷⁵.

A ética da competitividade aristocrática tinha características paradoxais, pois tanto fomentava o personalismo quanto sua rejeição no universo da cultura política romana: ao mesmo tempo em que a competição estabelecia uma noção de relativa paridade entre as elites no controle dos assuntos da *Res Publica*, estabelecida, portanto, na regra de colegialidade das magistraturas, também dela poderiam emergir aqueles que, por vias diversas, eram capazes de se sobrepor aos demais, criando assim uma situação de hegemonia política de durabilidade variável, conforme o grau de consenso que fosse possível angariar. Isso se explica pelo fato de a competição entre grupos aristocráticos não durar equilibradamente *ad infinitum*. Aquilo que a historiografia consagrou de *crise do sistema republicano*, expressão que geralmente caracteriza século I a.C., preconiza que homens como Caio Mário, Sula, Pompeu ou César seriam representantes de um processo de ruptura política com o passado, expoentes de uma “crise” terminal que pôs fim à estabilidade da República e que conduziu ao surgimento do Principado de Otaviano¹⁷⁶. Contudo, essa narrativa pode ser vista, em alguns de seus aspectos, de um outro ângulo.

Em primeiro lugar, nunca existiu uma República romana perfeitamente estável, como pensam muitos dos admiradores desse sistema político na contemporaneidade, justamente porque o próprio perfil das elites que a sustentavam também mudou com o tempo. É um equívoco acreditar que as perturbações e guerras civis dos tempos de Sula e César sejam os únicos exemplos de uma crise republicana. Como já enunciamos, foram apenas expressão de uma *stásis* mais extremada. O personalismo político, em maior ou menor grau, foi uma tendência que *sempre esteve presente* no sistema republicano, desde suas origens, de modo latente, pois justamente a competitividade aristocrática fomentava a busca por glória e prestígio. Os exemplos são recorrentes: Cneu Márcio Coriolano, no início do século V a.C., foi exilado e até mesmo uniu-se aos adversários volscos da nascente República recém instaurada¹⁷⁷. A *gens* Fábia, da qual já mencionamos, alguns anos depois, mobilizou suas próprias fileiras para lutar contra os etruscos de Veios, levando Lívio a afirmar, jocosamente, que eles haviam transformado uma guerra em assunto particular¹⁷⁸. Marco Fúrio Camilo, por sua vez, nos

¹⁷⁵ LÍVIO, *História de Roma*, I, 49.

¹⁷⁶ Influente tese estabelecida por Mommsen, que o opunha o período tardio da República aos seus séculos anteriores de “grandeza e glória sem precedentes”. Cf. MOMMSEN, T. *History of Rome*. Vol. 4, Parte 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 187-188.

¹⁷⁷ TITO LÍVIO. *História de Roma*, 2, 39-40.

¹⁷⁸ TITO LÍVIO. *História de Roma*, 2, 49

primeiros anos do século IV a.C., militar destacado nas guerras que ainda prosseguiram contra Veios, foi ditador cinco vezes, exilado e restituído após as invasões gaulesas de 390 a.C.¹⁷⁹. Outro caso emblemático é o de Cipião, cujo *agnomen Africano* lhe foi dado por suas vitórias contra Aníbal, em Zama. De origem patricia, da tradicional *gens Cornelia*, Cipião se envolveu em uma feroz luta política contra Catão, o Velho, foi acusado por seus adversários de promover supostos desvios de fundos públicos e terminou sua vida exilado, embora detivesse imensa popularidade entre a plebe. Aliás, os *Cornelii Scipiones* são um exemplo de círculo aristocrático hegemônico na condução dos assuntos de Estado muito tempo antes dos Júlio-Claudianos, domínio esse que já era associado a uma condição semidivina, um lógico precedente do futuro culto imperial¹⁸⁰. Tanto Catão e seu influente círculo de apoiadores quanto Cipião e seu grupo estavam em plena competição pela hegemonia política sobre os assuntos do Estado romano nos princípios do século II a.C..

Nesse sentido, temos ainda os irmãos Graco assassinados no contexto das controvérsias agrárias, a guerra civil entre Mário e Sula, a ditadura deste último e a famosa conspiração de Catilina para derrubar a República, tentativa debelada por Cícero em 63 a.C.. Capital político angariado na guerra, uma imensa riqueza patrimonial, prestígio e popularidade entre os plebeus eram fatores que exacerbavam ainda mais a competição aristocrática, terreno fértil para o desenvolvimento do personalismo. Nessa equação, deve ser somado o papel do exército, remodelado por Caio Mário, que se tornou uma força profissional e permanente, com expressivo peso no cenário político. O novo exército constituído e a marcha sobre Roma de Sula em 88 a.C. foram pontos cruciais na politização do exército romano, que trouxe a presença dos soldados para o interior dos assuntos de ordem civil¹⁸¹. Ao considerarmos todos esses aspectos, não podemos deixar de concordar com o historiador britânico Perry Anderson quando este afirmou que a expansão territorial deu à Roma seu Império, mas este tornou a própria existência da República anacrônica¹⁸². O século I a.C. testemunha o incremento do poder pessoal através da retomada da ditadura, mas agora sem limites de termos, a exemplo de Sula e, mais tarde, César, num regime de competitividade que se tornou autofágica. Ao mesmo tempo, tais poderes extraordinários transformaram a competição aristocrática por prestígio e hegemonia em repressão aberta a grupos rivais, por meio de violentas proscricções, através de execuções sumárias num grau de brutalidade sem precedentes na história da República. As

¹⁷⁹ TITO LÍVIO. *História de Roma*, 5, 32-55.

¹⁸⁰ TITO LÍVIO. *História de Roma*, 26, 19.

¹⁸¹ KEAVENEY, A. *The Army in the Roman Revolution*. Nova York: Routledge, 2007, p. 37.

¹⁸² ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 64-65.

guerras civis do século I a.C. se repetiam num padrão reconhecível: o ciclo de competidores ao poder supremo, chancelados por seus respectivos círculos de apoio, começava com vários concorrentes, que poderiam, temporariamente, alcançar frágeis arranjos de poder, a exemplo dos dois Triunviratos, mas terminavam em guerra civil e com apenas um único vencedor. Júlio César e Otaviano foram esses vencedores, o primeiro de forma efêmera, o segundo de forma decisiva.

E assim chegamos ao Principado romano. As guerras civis inauguraram uma fase ambígua e contraditória na política de Roma: manteve-se não uma *fachada republicana*, mas a própria estruturação da República nos seus elementos funcionais, sobretudo as magistraturas e a consciência de uma *vida pública* que orientava todo o sistema político. Ao mesmo tempo, o processo decisório migrou decisivamente do corpo aristocrático para se concentrar gradualmente nas mãos de único homem e de sua família, que passou a confundir sua governança doméstica com a governança pública: a *domus* de Otaviano Augusto se tornou igualmente um espaço administrativo comparável à Cúria, aos Comícios e aos demais espaços prévios de deliberação. A constatação mais imediata é a de que Roma não era mais uma República no sentido do que havia sido anteriormente, mas igualmente não poderia ser uma monarquia em sentido formal, plenamente desenvolvida. O Principado, nesse sentido, é um regime político paradoxal e completamente *sui generis* na Antiguidade: não seguia nenhum exemplo daqueles que foram sistematizados, por exemplo, por Aristóteles ou Políbio, pois transita entre o republicanismo e a monarquia, mas, essencialmente, não é nenhum dos dois. É um regime político único, difícil de ser enquadrado em categorias generalizantes, pois se o fizermos sem o devido cuidado, corremos o risco de suprimir suas nuances e detalhes que o tornam uma verdadeira singularidade. O Principado pode ser descrito como um tipo de *personalismo político* oriundo de um processo amplo e profundo de competição intra-aristocrática, centrada não só em grandes e poderosos indivíduos, mas que permeava toda a sociedade romana, enquanto característica social. A projeção de certos círculos das elites na República era um traço inevitável do sistema republicano, ou seja, surgiu de seu próprio sucesso enquanto regime político.

O Principado era, por consequência, uma monarquia? Estamos falando de uma ruptura histórica ou de uma continuidade? Todas estas questões se tornam presentes ao indagarmos qual a natureza daquele regime. Com efeito, muitos historiadores utilizam o termo *monarquia* para caracterizar o regime de Augusto e seus sucessores, implicando, naturalmente, numa ideia de ruptura com o passado republicano, um *retorno da monarquia*, como chamou Greg Woolf

em um de seus livros recentes de divulgação destinado ao grande público¹⁸³. Desde já enunciamos nossa posição contrária a uma rápida e acrítica associação do Principado com um regime monárquico, pois estruturalmente as instituições republicanas permaneceram e houve um esforço consciente da parte de Augusto em evitar qualquer referência monárquica, nem a utilização de uma titulação régia formal. A lógica do poder imperial permaneceu centrada no princípio da concessão cidadã, necessitando a devida chancela do Senado, não no direito pessoal de Augusto de governar o Império como se este fosse uma extensão de seu patrimônio particular. Nesse sentido, está ausente uma ideia de *patrimonialismo* no poder imperial romano¹⁸⁴, daí a permanência de um senso de *Res Publica* que se manteve durante todo o período do Principado. O *imperium* ao qual o príncipe foi investido em 23 a.C. era a base do sistema republicano. Augusto tinha amplos poderes autocráticos, mas não eram poderes totais, pois coexistiam com outros poderes ainda atuantes, com os cônsules e as demais magistraturas e, sobretudo, o Senado. A permanência de uma estrutura republicana conjugada com a autocracia fez do Principado um *regime de ambiguidades*. Wallace-Hadrill, ao observar essas contradições intrínsecas ao sistema imperial, definiu o Principado como um modelo de *ambivalência*: a autocracia romana oscilava entre a conduta cidadã, a posição do *primus inter pares* (*civilitas*) e o comportamento monárquico ou despótico (*superbia*). A ambivalência compreendia diversos níveis, simbólicos e espaciais: as moedas emitidas ostentavam virtudes republicanas, mas também a efígie do próprio imperador. O espaço do Fórum coexistia com os palácios imperiais no monte Palatino¹⁸⁵. Longe de serem meras casualidades, tais ambiguidades eram a essência do poder político de Augusto, incapaz de superar as estruturas políticas vigentes e, ao mesmo tempo, introduzindo inovações que se assentaram com dificuldades sobre aquelas mesmas estruturas. A linguagem do poder se adequou a essas ambiguidades, pois se evitava a todo o custo (embora não impedisse) certos tabus que se mantinham vivos, a exemplo do uso de termos como *rex*, *regnum*, *dominus*¹⁸⁶, exemplos de uma sensibilidade política ainda republicana em sua essência.

¹⁸³ WOOLF, G. **Roma**: a história de um império. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 215.

¹⁸⁴ Veyne observa: “a primeira dinastia de imperadores romanos fará funcionar a máquina do Estado em parte graças a uma imensa fortuna pessoal que ela distingue claramente do Tesouro público. Não estamos diante do “patrimonialismo”, essa conduta não consiste em tratar o Estado como uma propriedade privada; é o inverso: estamos diante do mecenato de Estado”. VEYNE, P. *op. cit.*, 2014, p. 517.

¹⁸⁵ WALLACE-HADRILL, A. *Civilis Princeps*: Between Citizen and King. In: **JRS**, vol. 72, 1982, p. 32.

¹⁸⁶ Augusto e Tibério recusavam ser chamados de *dominus* em público, algo que remetia à relação escravo-senhor. Cf. SUETÔNIO, **Vida de Augusto**, 53; **Vida de Tibério**, 28. Todos esses tabus vieram abaixo no século IV com o advento do Dominato, algo exemplificado nas emissões monetárias que portavam a abreviatura *D. N.*, *dominus noster*.

Ao invés de pensarmos na ideia de um *retorno monárquico*, precisamos considerar o Principado como um regime político que não nasceu pronto ou acabado, mas se construiu e consolidou com o tempo e a partir de muitos estilos diferentes de governo. No mais, ao chamarmos o Principado de monarquia, produzimos automaticamente uma *generalização* que *apaga as ambiguidades intrínsecas* àquele regime pautado justamente pelas sutilezas no exercício do poder, numa margem de manobra que precisava sempre contar com outros protagonistas que não apenas o próprio imperador. Os príncipes eram homens que exerciam seus poderes dentro de um conjunto mais amplo de relações que envolviam diferentes grupos políticos no seio das elites e fora delas. Contudo, podemos dizer que o Principado, na longa duração, a depender do estilo pessoal de governo de um imperador, poderia apresentar *tendências monarquizantes* e esse foi o curso geral com o passar dos séculos, algo que culminou no estabelecimento do *Dominato* de Diocleciano¹⁸⁷. Acreditamos que estas são reflexões importantes e necessárias, já que não podemos, de forma alguma, desvincular o papel atuante do poder imperial com sua base aristocrática de sustentação. As elites, nesse sentido, foram determinantes na manutenção do Principado, ao mesmo tempo em que impunham sobre esse regime uma enorme pressão e, mais importante ainda, contestação.

Quanto à questão de representar uma ruptura ou uma permanência, podemos afirmar que se trata de ambos, pois não existem permanências ou rupturas absolutas. O Principado carregava consigo o peso das tradições políticas romanas e, ao mesmo tempo, produziu uma inflexão nessas mesmas tradições. Era uma imbricação entre a inovação e o antigo, nas palavras de Carlos Eduardo Campos¹⁸⁸. Adcock pontua que o Principado era um sistema composto (senão paradoxal) entre práticas republicanas e monárquicas: Em Roma, na Itália e em províncias senatoriais, o modelo político era republicano na teoria e na prática. Nas províncias imperiais, era republicano em teoria e monárquico na prática, mas, com o passar do tempo a força motriz do conjunto passou a depender do *princeps*¹⁸⁹. Na mesma linha de raciocínio, Fergus Millar diz que a vitória de Augusto e a estabilização da política romana de fato marcaram passos rumo a uma monarquia¹⁹⁰. São ideias valiosas por nos indicarem que o sistema criado por Augusto não

¹⁸⁷ Mesmo durante a Antiguidade Tardia houveram aqueles que se puseram em posição contrária à construção da *basileia* romana que se iniciou com Diocleciano. É o caso do bispo Sinésio de Cirene, cujas críticas ao modelo político de seu tempo, no século V, ainda ecoavam as ambiguidades do Principado. Cf. COSTA JUNIOR, C. L. J. Império e imagem do poder na Antiguidade Tardia: o 'De regno', de Sinésio de Cirene, entre o 'Dominato' e o Principado. In: **Romanitas**. nº 17, p. 79-86.

¹⁸⁸ CAMPOS, C. E. C. O *princeps* Otávio Augusto e a sua trajetória no poder romano: considerações sobre suas funções no consulado e no senado (I AEC – I EC). In: **Diálogos Mediterrânicos**, nº 16, 2019, p. 6.

¹⁸⁹ ADCOCK, F. E. **Roman Political Ideas and Practice**. Michigan: Michigan University Press, 1972, p. 85.

¹⁹⁰ MILLAR, F. Triunvirate and Principate. In: **JRS**, vol. 63, 1973, p. 67.

nasceu pronto ou acabado, nem fixado no tempo, mas que *se construiu com o tempo*, pautado por uma série de fatores, dentre eles a *competição*. Num sistema político de ambivalências e indefinições quanto ao real papel do príncipe romano, abria-se um campo fértil à competitividade dos círculos aristocráticos em busca não só de prestígio, mas de proximidade com o poder ou, também, de tomada desse mesmo poder. O Principado, nesse sentido, exigia do príncipe um permanente esforço de legitimação para justificar sua existência perante uma elite politicamente ativa e disposta a competir por honras, espaço e pela própria condição imperial. Ao mesmo tempo, também se mostrou um regime multidimensional desde suas origens, pois podemos observá-lo de variadas maneiras e os próprios imperadores realizaram conscientemente esforços nesse sentido, conforme as necessidades. Há uma dimensão militar no *imperium* dos príncipes, mas também esforços de adequação à legitimidade cidadã que era a marca da República, assim como o desenvolvimento de formas simbólicas e religiosas que revestiam aquele poder autocrático. A depender das fontes, observamos diferentes concepções de poder imperial, entendidos de maneira distinta conforme o tempo do autor ou do contexto de produção de determinada fonte, sempre prontas a enfatizar diferentes aspectos ideológicos do poder imperial.

E quais foram os poderes legais ou constitucionais de Augusto no momento em que se tornou o líder máximo do mundo romano? O próprio uso do termo *constituição* no âmbito da Roma Antiga é problemático do nosso ponto de vista, pois ela nos conduz a um imediato anacronismo: tendemos a pensar na existência de uma *carta de leis escritas* e, portanto, definidoras do que era a devida *legalidade* do processo político, mas tal carta escrita nunca existiu entre os romanos assim como existem nos Estados modernos, nem era algo estático¹⁹¹, embora houvessem mecanismos e regras instituídas para limitar os possíveis abusos de autoridade da parte de magistrados, do povo e do Senado. Assim, a vida política dos romanos estava mais vinculada ao âmbito do *direito consuetudinário*, ou seja, normas estabelecidas pela antiguidade das tradições, o *mos maiorum* (o que lhe garantia legitimidade) e pelos costumes no contexto cultural daquela sociedade. Por serem normas práticas, a fluidez nas mudanças era absolutamente natural e isso também é um dos fatores que explicam as raízes de longa duração na formação do Principado, pois as conjunturas históricas poderiam facilitar a concentração de poderes¹⁹². Isso nos mostra com clareza que as formalidades do direito, embora importantes,

¹⁹¹ GALINSKY, K. **Augustan Culture: An Interpretative Introduction**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 6.

¹⁹² MENDES, N. M. Política e Identidade em Roma Republicana. In: FUNARI, P. P; SILVA, M. A. (Orgs.). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 94.

não são fixadas e nem explicam tudo: as circunstâncias históricas e sociais também exercem sobre elas uma enorme influência.

As raízes do Principado enquanto modalidade de governo, como veremos adiante, precediam Otaviano Augusto e já se encontravam nas inovações políticas do século I a.C., justamente provenientes da competitividade aristocrática exacerbada daquele período. Aliás, podemos afirmar com toda certeza que o regime criado por Augusto foi uma evolução dos poderes extraordinários do período tardo-republicano. A titulação de *Princeps Senatus* (concedida pelo Senado em 27 a.C.), o de primeiro entre o corpo dos senadores, não era exatamente uma novidade, pois sua atribuição remetia ao período republicano anterior¹⁹³. Em termos mais precisos, *princeps senatus* era o homem posto à frente na lista dos membros do Senado, tarefa que cabia aos censores. Tal título, portanto, indicava apenas uma proeminência colegiada e restrita, inicialmente, ao âmbito senatorial. Já o título de *Augustus* realmente representou uma novidade em relação ao passado, mesmo sem a existência de *imperium* em sua atribuição. Porém, seus desdobramentos foram consideráveis no desenvolvimento posterior do chamado *culto imperial*, já que esse termo passava justamente a enfatizar a *natureza sobre-humana* do imperador, um indivíduo reverenciável, segundo Dião Cássio¹⁹⁴. Tal culto ao *gênio* do *princeps*, ou a linha tênue que separava a pessoa do imperador da divindade, essência do culto imperial, ganhou especial relevância na construção de elos com as aristocracias provinciais, o que permitiu a difusão da imagem dos príncipes nos mais remotos confins do Império. Assim, do ponto de vista formal, jurídico, tanto o título de *princeps* quanto o de *Augustus* não são capazes, por si só, de explicar a formação de um poder autocrático ou personalista. Tudo que Otaviano fez entre os anos de 27 e 23 a.C. foi exercer o consulado¹⁹⁵, cargo que efetivamente atribuía *imperium* ao seu detentor e legitimamente exercido sobre o corpo cidadão de Roma.

Em 23 a.C., após Otaviano renunciar ao consulado, o Senado lhe conferiu o *imperium proconsulare maius* e, ao mesmo tempo, a *tribunicia potestas*. A primeira concessão, de longe, é das mais expressivas e nela reside um dos fundamentos maiores dos poderes obtidos por Augusto. A segunda, associada ao *imperium proconsulare maius*, permitiu a Augusto acumular poderes extraordinários frente às magistraturas tradicionais, muito além do poder consular, algo

¹⁹³ Brandão faz uma distinção formal entre o título de *princeps senatus* e *princeps civitatis*, cabendo a Augusto este último, honorífico e sem poderes formais, salvo a *auctoritas* pessoal. BRANDÃO, J. F.; LEÃO, D. O Principado de Augusto. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (Orgs.). **História de Roma Antiga**. Vol. II. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 20, nota 44.

¹⁹⁴ DIÃO CÁSSIO, **História Romana**, 53, 16.

¹⁹⁵ PETIT, P. **Pax Romana**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1976, p. 129.

que só era equiparável à condição de *dictator* republicana, o que também foi oferecido a Augusto e ele, com a devida precaução que lhe era característica, dado o exemplo de Júlio César, rejeitou. O *imperium proconsulare maius* também não foi uma novidade criada especialmente para Augusto, mas remontava igualmente ao século I a.C. e sua origem foi a *Lex Gabinia* promulgada em 67 a.C., quando foi concedido a Pompeu plenos poderes, acima das atribuições dos demais governadores romanos, para combater a pirataria que grassava no Mediterrâneo oriental, somada à *Lex Manilia*, de 66 a.C., que aumentou ainda mais seu poder autocrático com a justificativa de combater outro poderoso inimigo romano, Mitrídates VI. Temos, aqui, uma nova relação com um precedente relativo a Pompeu, o que levou Greg Woolf corretamente a apontar que Augusto era, no quesito de títulos e atribuições, herdeiro muito mais dele do que de César¹⁹⁶. Fergus Millar, de modo semelhante, pontua que as ações de Pompeu já carregavam consigo a mesma natureza do poder imperial no sentido de ter sido aclamado, nas províncias, como salvador, benfeitor e fundador de cidades, numa típica tradição helenística¹⁹⁷. Em suma, o *imperium proconsulare maius*, recebido por Augusto, nada mais era do que o fruto mais duradouro da competitividade aristocrática tardo-republicana, na qual travar guerras e promover benfeitorias eram as expressões máximas da obtenção não só de riquezas, mas de prestígio e capital político.

A *tribunicia potestas* forneceu a Augusto todas as prerrogativas da representação plebeia e o antigo poder de veto que servia de contraponto às medidas senatoriais, o que alargou ainda mais suas atribuições políticas. Em 12 a.C., Augusto obtém outra grande atribuição, o pontificado (*Pontifex Maximus*), que significava poder sobre os todos os colégios sacerdotais e, por extensão, a liderança daquilo que era a *res sacra* de Roma. Em 2 a.C., uma última titulação concedida pelo Senado fechou o ciclo de generosas honrarias dedicadas a Augusto, o de *Pater Patriae*, outra atribuição sem *imperium*, mas que, ao enfatizar a paternalização das relações políticas, indicava, simbolicamente, a figura do príncipe como um *pater* cujos filhos, os cidadãos, deveriam reverenciar e respeitar. Em suma, a partir de 23 a.C., observamos um verdadeiro processo de centralização política na figura de Augusto, que passava a deter prerrogativas que antes eram atribuições separadas e exercidas de forma colegiada por um

¹⁹⁶ WOOLF, G. *op. cit.*, 2017, p. 219.

¹⁹⁷ MILLAR, F. **The Emperor in the Roman World**. Londres: Duckworth, 1977, p. 611-612. Sobre os poderes formais de Augusto e para um quadro geral do sistema administrativo subordinado ao imperador, sob o ponto de vista jurídico, é especialmente relevante o texto de ECK, W. The Emperor, the law and the imperial administration. In: DU PLESSIS, P; ANDO, C; TUORI, K. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Roman Law and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 98-110.

grupo maior de indivíduos. Tais poderes, em conjunto, deram a Augusto uma condição política ímpar: projetaram-no da esfera formal do poder, constituída por magistraturas concretas, para uma condição de *ordenador supralegal* da República cujas atribuições não tinha nenhum tipo de delimitação precisa ou segura, coexistindo com os poderes formais. O acúmulo de tantos poderes legais pôs o príncipe acima da regularidade das magistraturas republicanas e concretizou a *auctoritas* do imperador como fonte legítima de poder, ou seja, permitiu que a autoridade dos cargos também emanasse da própria pessoa do príncipe, de forma que não podemos falar de um *cargo imperial*, pois nunca existiu uma formalização dessa posição nas estruturas do sistema político romano, e provavelmente essa nunca foi uma das preocupações de Augusto, o de estabelecer, *a priori*, alguma delimitação para suas atribuições¹⁹⁸.

Sêneca bem observou essa ligação estreita entre a permanência do Estado com a da própria figura do príncipe: “Com efeito, outrora César se investiu do poder estatal de tal modo que nenhum poder seria suprimido sem a destruição do outro”¹⁹⁹. Mas a hegemonia de Augusto não eliminou a *disposição competitiva* dos grupos aristocráticos, oriunda de uma *cultura política republicana*, aspecto que acreditamos fundamental para explicar o comportamento das elites romanas sob o Principado. O advento desse sistema político pôs essas elites numa verdadeira encruzilhada, no sentido de que estavam agora numa posição difícil entre sua própria autonomia social e a condição de dependência em relação ao príncipe. Segundo Darío Sanchez Vendramini, a formação do Principado promoveu uma transformação no perfil da aristocracia romana, que de elite dirigente se converteu em uma burocracia funcionária a serviço dos príncipes, sobretudo em relação aos equestres²⁰⁰. E essa foi, de fato, a tendência nos termos de uma *longa duração*, processo que culminaria nas elites romanas estratificadas do período tardo-antigo. Porém, tal processo se deu de modo conflituoso e é preciso reconhecer que, durante o século I da Era Cristã, certos grupos aristocráticos ainda se mostravam bastante resistentes a essa transformação. As grandes e tradicionais elites republicanas, os *nobiles*, a exemplo dos *Iunii Silani* e *Calpurni Pisones*, ainda viam a si próprios no período de Nero como elite dirigente e lutaram com todo o vigor para manter seu *status* justamente imbuídos desse senso tradicionalista. Como veremos nos capítulos seguintes, foram, justamente, os maiores alvos da

¹⁹⁸ GRIMAL, P. *El Siglo de Augusto*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 54.

¹⁹⁹ SÊNECA. *Da clemência*, III, 2, 3. Tradução de Ingenborg Braren.

²⁰⁰ VENDRAMINI, D. S. Movilidad Social en el Imperio Romano Tardío. In: RODRIGUEZ, G. (Org.). *Cuestiones de Historia Medieval*. Vol. 1. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – Universidad Católica Argentina, 2011, p. 59. Dião Cássio nos diz que os equestres tinham papel de destaque nas reformas administrativas de Augusto, imbuídos até mesmo de postos remunerados, além de exclusividade de nomeação para o governo do Egito. Cf. DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 52, 25; 53, 15. Sobre a relação entre os imperadores e os equestres durante o principado, cf. BRUNT, P. A. *Princesps and equites*. In: *JRS*. Vol. 73, 1983, p. 42-75.

repressão imperial, pois se tratavam de competidores políticos de grande envergadura em relação a um príncipe jovem e politicamente inexperiente.

2.2 *Concordia* e simbolismos helenísticos

O triunfo político de Augusto sobre seus adversários e o reestabelecimento de uma *Pax* interna duradoura trouxe consigo também a retórica da *concordia publica* como ideário central no governo dos príncipes, oriunda da necessidade de se refrear os ímpetos mais destrutivos da competição social e política, aspecto de suma importância numa cidade-estado que esteve à beira da autodestruição e que necessitava de um profundo senso de unidade após anos de guerra civil, uma das bases ideológicas mais expressivas do projeto político de Augusto. E, com efeito, aquele príncipe foi muito bem sucedido no sentido de refrear a competitividade que resultou no banho de sangue das lutas civis. Assim como a *Homonoia* grega, que se opunha a *Eris*, ao conflito, a *Concordia* romana recebeu *status* de divindade hipostatizada e frequentemente associada à imagem das imperatrizes, sobretudo nas emissões monetárias. Nero seguiu a tradição de Augusto e associou a imagem de sua terceira esposa, Estatília Messalina, àquela virtude em suas emissões monetárias tardias²⁰¹. A retórica da *Concordia* foi especialmente relevante entre os anos de 65-68, momento em que Nero reprimiu duas conjurações aristocráticas, a de Pisão e a de Viniciano, do qual trataremos no capítulo 4, o que explica a existência daquelas emissões num contexto altamente conflituoso.

No Fórum, um grande templo à *Concordia* foi construído ainda em tempos republicanos e reconsagrado à *Concordia Augusta* por Tibério entre os anos 10 e 12²⁰². A *Concordia* tinha variados sentidos dentro do sistema imperial, abarcando não só a harmonia conjugal dos príncipes com suas esposas como também o apoio oferecido pelos soldados numa aclamação imperial, a *Concordia Exercituum* ou *Concordia Militum*²⁰³. Porém, mais importante ainda, se tratava de um conceito político fundamental que dizia respeito aos assuntos de Estado²⁰⁴ e, por consequência, de sua estabilidade. Assim, no seio da sociedade romana, os ímpetos competitivos que movimentavam as aristocracias coexistiam com discursos de unidade e preservação, muito embora tais discursos não fossem capazes de, por si só, impedir os

²⁰¹ SYDENHAM, E. **The Coinage of Nero**. Nova York: Sanford J. Durst, 1982, p. 116. Também não pode ser descartada a possibilidade de a figura feminina ser Popeia Sabina, a segunda esposa de Nero, morta em 65.

²⁰² NOREÑA, C. F. **Imperial Ideals in the Roman West: Representation, Circulation, Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 133.

²⁰³ *Ibid.*, 2011, p. 133-134

²⁰⁴ *Ibid.*, 2011, p. 146

tensionamentos mais agressivos por parte de aristocratas buscando se alçar ao poder ou imperadores tentando manter a posição que detinham. É exatamente esse o contexto das emissões neronianas, conforme vimos acima. Com efeito, o repertório da *Concordia* foi explorado de forma diversa nas emissões monetárias, a exemplo das moedas abaixo. A primeira traz a única representação que dispomos da aparência externa do templo da *Concordia* que estava localizado no espaço do Fórum e que havia sido reconsagrado por Tibério. A segunda, um *aureus* de Nero, exemplifica a imagética das Augustas como símbolos de *pacificação* e *abundância*.



Figura 3: *Sestertius* de Tibério e templo da *Concordia* (35-36 d.C.)

Créditos: wildwinds.com



Figura 4: *Aureus* de Nero e *Concordia Augusta* (Tipo 28 – ver apêndice I)

Créditos: wildwinds.com

Não menos importante do que os elementos jurídicos que deram a Augusto tamanho poder sobre a sociedade romana de seu tempo e do ideário de unidade exprimida pela *concordia publica*, permanecem fundamentais os elementos ideológicos mais amplos do pensamento político e filosófico da Antiguidade. O início da era dos imperadores romanos convergiu com a difusão especialmente destacada das correntes filosóficas helenísticas entre as elites romanas, sobretudo a partir dos contatos travados com a Grécia, fruto da expansão militar pelo Mediterrâneo oriental. A despeito das resistências tradicionalistas de homens como Catão, o Velho, hostil à adoção de práticas culturais estrangeiras, o curso dos tempos foi inevitável: seu bisneto, Catão, o Jovem, foi um dedicado estoico. Os filósofos ganharam espaço nos círculos aristocráticos imperiais como conselheiros do *princeps* e passaram a elaborar modelos teóricos de monarcas por meio dos *specula principis*²⁰⁵. Sêneca foi justamente o primeiro a redigir uma obra dessa natureza, justamente endereçado ao jovem Nero em seus primeiros meses de governo. Nesse sentido, o estoicismo ganhou dimensões variadas no seio da sociedade romana: ao mesmo tempo em que forneceu aos príncipes romanos fundamentação política e ideológica para o governo que exerciam, também possibilitava a formação de uma identidade filosófica comum aos círculos aristocráticos que desaprovavam a política dos imperadores romanos, ou seja, que reprovavam o perfil moral ou as ações praticadas pelo governante²⁰⁶, muito embora essa ideia de *oposição filosófica*, como veremos no capítulo 4, tinha suas nuances e não pode, de forma alguma, ser pensada de modo absoluto.

As noções filosóficas de virtuosidade foram projetadas politicamente na figura de Augusto e seus sucessores como os benfeitores públicos e detentores de um corolário de qualidades morais prezadas pelo estoicismo, como a piedade, a justiça e a clemência²⁰⁷. Numa visão de longa duração, podemos afirmar que toda a simbologia da *basileia* greco-oriental se tornou especialmente atrativa para certos príncipes romanos, por caminhos muito diversificados: da estética filosófica de Adriano à grandiloquência heroica de Nero e Cômodo, vemos um processo gradual de helenização do Principado, que ganhou contornos cada vez mais híbridos com a noção republicana de *imperium*²⁰⁸. Esse processo de monarquização progressiva conheceu avanços e recuos, até que veio a ser consolidado com o Dominato de Diocleciano, na passagem para o quarto século da Era Cristã. As concepções cosmológicas do

²⁰⁵ DE LA VEGA, M. J. H. *op. cit.*, 1995, p. 22.

²⁰⁶ GILL, C. A Escola no período imperial romano. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estoicos**. São Paulo: Odisseus, 2006, p. 37.

²⁰⁷ MENDES, N. M. *op. cit.*, 2006, p. 39.

²⁰⁸ FRIGHETTO, R. **Antiguidade tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras. Curitiba: Juruá, 2012, p. 35-36.

estoicismo foram determinantes na convergência de uma legitimação filosófica para Principado de Augusto e seus sucessores, ou seja, como uma *força ideológica* que punha a posição dos príncipes em uma condição toda especial. Destacamos aqui, por exemplo, o papel de Marco Manílio e de seu poema didático *Astronômicas*, a contrapartida estoica menos famosa do *De rerum natura* do epicurista Lucrécio, como uma das primeiras manifestações de justificação filosófica do poder imperial, escrito entre o final do governo de Augusto e os primeiros anos de Tibério. Pouco conhecido do público moderno e, mesmo na Antiguidade, pouco comentado, Manílio se torna valioso por nos mostrar como o Principado foi, em certo sentido, um regime político teorizado em algum grau, mesmo que pequeno, para muito além das questões de formalidades jurídicas concretas dos poderes que foram concedidos a Augusto, mesmo que tal teorização tenha sido realizada indiretamente, já que o propósito de sua obra não era político, mas sim ser um estudo dos signos zodiacais, das constelações e do movimento dos corpos celestes. Contudo, a linguagem dos céus permite, igualmente, falar sobre as coisas humanas. Manílio escreveu os seguintes versos, cujo conteúdo é uma metáfora do papel do príncipe como regente de um mundo *racionalmente ordenado*:

Pois cantarei o deus senhor da natureza, de mente silenciosa, espalhado pelo céu, pela terra e o mar, a governar com igual lei a ingente máquina; e cantarei que o universo inteiro vive por um consenso recíproco e é guiado pelo movimento da razão, já que um só espírito habita em todas as suas partes e irriga o mundo, [...] e lhe dá a forma de um corpo animado. Mas se a máquina toda não permanecesse firme, compacta pelos membros de mesma espécie, e não obedecesse ao mestre a ela imposto, e a providência não regesse tamanha riqueza do céu, não haveria morada firme para a terra, nem órbitas para os astros; e o céu erraria, indeciso, [...] nem suas constelações manteriam seus cursos ordenados [...]. Assim por todo universo repartidas as coisas todas permanecem e obedecem ao seu senhor [que é] Este deus [...] razão que a tudo governa”²⁰⁹

As palavras de Manílio evocam muitos elementos interessantes sobre como, no pensamento estoico, a centralidade do imperador convergia para uma concepção monista de cosmo. O *deus* ali exposto não tem sentido monoteísta como no cristianismo ou no judaísmo,

²⁰⁹ MANÍLIO, *Astronômicas*, 2, 75-100. “[...] *hic igitur deus et ratio, quae cuncta gubernat, ducit ab aetheriis terrena animalia signis, quae, quamquam longo, cogit, summota recessu, sentiri tamen, ut vitas ac fata ministrent gentibus ac proprios per singula corpora mores. nec nimis est quaerenda fides: sic temperat arva caelum, sic varias fruges redditque rapitque, sic pontum movet ac terris immittit et aufert, atque haec seditio pelagus nunc sidere lunae mota tenet, nunc diverso stimulata recessu, nunc anni spatio Phoebum comitata volantem; sic summersa fretis, concharum et carcere clausaad lunae motum variant animalia corpus et tua damna, tuas imitantur, Delia, vires; tu quoque fraternis sic reddis curribus ora atque iterum ex isdem repetis, quantumque reliqu: aut dedit ille, refers et sidus sidere constas; denique sic pecudes et muta animalia terris, cum maneant ignara sui legisque per aevum...*”. Tradução de Marcelo Vieira Fernandes.

mas está associado ao *lógos supremo*, à pura racionalidade da *Providentia* que governa o universo, dá coesão ao firmamento e aos astros na regularidade de suas trajetórias. É uma teologia filosófica com sérias implicações políticas. Nesses termos, Augusto e seus sucessores se tornaram os regentes que, na terra, exerciam a mesma função ordenadora, um *cosmocrátor* guiado pelos deuses, cujo papel era manter a unidade e a estabilidade do Império Romano²¹⁰. Nesse sentido, a astrologia estoica de Manílio legitimava o poder de Augusto no sentido de indicar que seu poder era fruto até mesmo da cooperação dos astros, através de seu signo²¹¹. Herdeiro das ideias de Manílio foi Sêneca, o representante muito mais famoso do estoicismo imperial romano, questão que abordamos em nosso trabalho prévio de mestrado, a clemência como uma virtude estoica do príncipe que se torna, igualmente, um *sapiens*. Como frisamos naquela ocasião, as ideias cosmológicas de Sêneca sobre a *Providentia* e seu papel de regulação cósmica igualmente consolidaram o princípio de que a sobrevivência do Estado romano dependia exclusivamente do príncipe, pois a massa viciosa destruiria a si mesma²¹². A importância da *Providentia Augusti*, da associação entre essa teologia filosófica de um deus providencial e a figura dos príncipes romanos pode ser melhor entendida na seguinte emissão de Tibério, que apresenta a efígie de Augusto divinizado e o altar da *Providentia*.



Figura 5: AE/As de Tibério e Altar da *Providentia* (22-30 d.C.)

Créditos da Imagem: *Arete Coins*

²¹⁰ FRIGHETTO, R. *op. cit.*, 2012, p. 36.

²¹¹ GONÇALVES, A. T. M; OLIVEIRA, R. S. A ordem astral: a ação do princeps Otávio Augusto pela legitimidade do seu poder. In: *Hélade*. Vol. 3, nº 1, 2017, p. 16-17.

²¹² COSTA JUNIOR, C. L. J. *Princeps sapiens et clemens*: estoicismo e teoria política nos tempos de Nero a partir do tratado *De clementia* de Sêneca (54-68 d.C.). Dissertação de mestrado, UFPR, 2018, p. 86-87. SÊNECA, *Da Providência*, I, 1, *Da clemência*, III, 1, 5.

Embora não haja nenhuma defesa de um poder teocrático em Manílio ou Sêneca, o desenvolvimento do culto imperial e a deificação póstuma dos príncipes estabeleceu uma linha tênue entre Augusto, mesmo vivo, e a própria divindade, pois, nas primeiras linhas do poema de Manílio, por exemplo, ambos são equiparados²¹³. Na estatuária, há claras associações entre Augusto e Apolo, representado através de uma postura idealizadora, ao modo grego²¹⁴, teomorfismo que Nero também seguirá em sua imagética, conforme analisaremos mais adiante. Na literatura augustana, há uma profusão de discursos laudatórios destinados a Augusto e a linguagem empregada por Ovídio, por exemplo, ao pedir a revogação de seu exílio na distante Tomis, não hesita em tomar o príncipe por um deus²¹⁵, aspecto que não pode ser considerado uma simples forma de bajulação, mas como sintoma das ambiguidades intrínsecas do Principado. Augusto manteve-se no âmbito dessas ambiguidades, Calígula, posteriormente, proclamou-se um deus vivo e estabeleceu, pela primeira vez, um plano teocrático bastante concreto que, logicamente, acabou sendo uma das razões para seu assassinato.

As titulações, tanto conservadoras quanto inovadoras, além da construção gradual de todo um simbolismo helenístico, aliado ao culto imperial, podem nos fazer crer que os poderes imperiais eram ilimitados e que, uma vez vitorioso, Augusto estava, agora, acima da competição aristocrática, que esta última, como vimos a partir da perspectiva de Syme, no capítulo anterior, estava definitivamente encerrada²¹⁶. De fato, o Principado efetivamente significou a projeção das casas *Iulia* e *Claudia* a um patamar de hegemonia política, mas, com efeito, o processo competitivo no seio da aristocracia romana permaneceu ativo. A imagem tradicional do Principado de Augusto, de um regime estável e consensual, também pode ser enganosa quando olhamos com mais atenção para a documentação existente: a partir daquele momento, a competitividade natural das elites romanas ganhou novas formas de manifestação, novos caminhos para além daqueles do período republicano, sobretudo através do *conjuracionismo*, de subterfúgios e manobras palacianas ou, também, com ações autônomas que se chocavam com o interesse imediato dos príncipes. Em suma, o poder do imperador, embora hegemônico, nunca estava plenamente consolidado, pois as forças competitivas emergentes entre as elites punham grande pressão sobre sua atuação. A cultura política daquelas aristocracias, que ainda

²¹³ MANÍLIO, *Astronômicas*, 1, 10.

²¹⁴ MARTINS, P. **Imagem e poder**: considerações sobre a representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011, p. 70-73.

²¹⁵ OVÍDIO, *Cartas pônticas*, I, 2, 70.

²¹⁶ Cf. p. 72.

permanecia calcada no republicanismo, a exemplo do que vimos no capítulo anterior, impunha *limites não ditos* ao poder dos príncipes.

Por não haver um direito natural ao poder imperial²¹⁷, característica de uma monarquia plena, o príncipe romano era ele mesmo um aristocrata na busca permanente por legitimação de sua posição, sempre frágil e questionável perante os círculos aristocráticos, em contínua competição com as elites que viam o acesso ao poder como natural por seu apreço à ideia de *valor pessoal*, aspecto que emergia da própria cultura política republicana. A despeito da retórica da *concordia publica*, permaneciam tensões latentes de ordem competitiva sob o manto de um suposto consenso total em torno do príncipe. A própria sucessão era um aspecto crítico na manutenção do Principado, pois era necessário *construir um sucessor* e, com toda a razão, Paul Veyne pontua que naquele regime instável sempre permanecia a possibilidade de guerra civil nas transições sucessórias²¹⁸, o que efetivamente ocorreu após a morte de Nero, no ano de 69. Enquanto no oriente as dinastias helenísticas foram capazes de perdurar por séculos, o domínio dos Júlio-Claudianos chegou ao fim após meros cinquenta e quatro anos, a partir da morte de Augusto (14 d.C.). Pela lógica competitiva, sempre haveria candidatos hábeis ao sumo poder, tanto por *vínculos de sangue* quanto por *mérito pessoal*, tensões latentes entre as prerrogativas do príncipe (ambíguas) e o desejo por hegemonia dos antigos generais²¹⁹. Nesse sentido, é de particular relevância o exemplo de Caio Cornélio Galo, governador do Egito sob Augusto, que erigiu estátuas suas por toda a província para celebrar sua administração. Ao atuar de forma a buscar projeção pessoal, no mais representativo comportamento competitivo republicano, acabou processado e cometeu suicídio²²⁰. O mesmo se repete com Licínio Crasso, descendente do antigo triúviro, que reclama triunfo e espólio por suas ações militares, o que Augusto negou²²¹. Décadas depois, sob Cláudio, a trajetória de Domício Corbulão segue os mesmos padrões de Galo. Corbulão, antes de se destacar nas guerras romano-partas de 58-63, foi barrado por Cláudio quando pretendia fazer guerra contra as tribos germânicas sem o consentimento do príncipe²²². Mas o processo competitivo não era somente externo à casa imperial, em relação aos bons comandantes ou *nobiles* de origem republicana, mas um

²¹⁷ Ou seja, um direito condicionado *por nascimento* de herdar a *Res Publica* enquanto *patrimônio familiar*, muito embora os príncipes tenham tentado instituir dinastias familiares e, no processo, passaram a confundir sua *res privata* com a *res publica*. O discurso inaugural de Nero no Senado em 54, ao prometer não confundir as duas esferas, algo jamais cumprido, é significativa nesse sentido. TÁCITO, *Annales*, 13, 4.

²¹⁸ VEYNE, P. *O Império greco-romano*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009, p. 2.

²¹⁹ BRANDÃO, J. L.; LEÃO, D. 2020, *op. cit.* p. 22-23.

²²⁰ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 53, 23.

²²¹ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 51, 23.

²²² TÁCITO, *Annales*, 11, 20.

fenômeno interno, já que ela poderia se manifestar entre os próprios membros da casa Júlio-Claudiana. Neste último caso, a ascensão de Tibério foi posta sob intensa pressão pelo renome militar de Germânico, avô de Nero, candidato mais do que meritório não só pelos seus sucessos militares, mas também pela noção de *grandeza pessoal* tão cara aos romanos.

Mas não foi somente a projeção pública de certos aristocratas que gerou tensões. Outro bom exemplo da permanência do processo competitivo entre círculos aristocráticos é o recurso ao conspiracionismo, uma marca indelével do Principado. Embora a historiografia tenha enfatizado o *sucesso político* de Augusto, sua retórica do *consenso universal*, argumento presente na *Res Gestae*, as fontes são claras no sentido de que as oposições aristocráticas continuavam e Augusto precisou reprimi-las enfaticamente. As conspirações que foram registradas pelos historiadores no período de 30 a.C. a 10 d.C., embora confusas pelas lacunas documentais, são um sintoma de que o processo de competição pelo poder ainda permanecia latente²²³. Se tais conspirações não foram capazes de ameaçar grandemente o poder alcançado por Augusto, que tinha consigo o peso de sua trajetória nas guerras civis e um pressuposto de legitimidade forte, o mesmo não pode ser dito de seus sucessores, algo que nos mostra que o *questionamento aristocrático* foi se avantajando com o tempo: Tibério debelou os planos de poder de seu prefeito Sejano; Calígula foi assassinado numa conspiração de grandes dimensões; Cláudio foi contestado permanentemente durante seu principado; Nero reprimiu uma conjura tão ampla quanto aquela que vitimou Calígula. Todos esses elementos nos mostram que o consenso universal nada mais é do que um *apelo retórico*, mas jamais um *fato concreto*, pois a lógica da competitividade não permite direcionamentos políticos unívocos ou totalizantes.

2.3 O Principado sob a ótica antiga

De que modo essa forma de governo é apresentada nas fontes antigas? O termo *Principatus* não é uma criação da moderna historiografia, mas uma palavra que encontramos

²²³ Dião Cássio é a melhor fonte sobre os adversários de Augusto, muito embora algumas conspirações tenham sido registradas igualmente por Veleio Patérculo, Sêneca e Suetônio. Três exemplos bastam para ilustrar as contestações ao poder do *princeps*, já que foram consideravelmente numerosas: a primeira delas, articulada por Emílio Lépidio, filho do antigo triúmviro, foi descoberta em 30 a.C. e resultou na execução de Lépidio e de outros cujas identidades não são mencionadas (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 54, 15; VELEIO PATÉRCULO, *História Romana*, 2, 88, SÊNECA, *Da clemência*, 3, 7, 6); além do caso envolvendo Cornélio Galo, que mencionamos anteriormente, outra conspiração é desbaratada em 23/22 a.C. liderada por Fânio Cepião e Lúcio Murena, todos executados (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 54, 3; SÊNECA, *Da clemência*, 3, 7, 6); há o caso envolvendo Cina Magno, em data impossível de estabelecer, perdoado por Augusto (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 55, 14; SÊNECA, *Da clemência*, 3, 7, 1-2); Suetônio registrou essas e ainda outras não mencionadas por Dião Cássio. SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 19.

nas próprias fontes latinas, o que nos indica justamente a formulação de um juízo político acerca do poder exercido pelos imperadores romanos conforme a *condição de origem* do autor e seu *tempo de vida*. Podemos afirmar que, nas fontes, *Principatus* é algo equiparável à monarquia? Não há, de maneira alguma, uma resposta uniforme para essa questão, pois nem mesmo os próprios romanos entrariam em um consenso sobre o assunto. Nossa posição em relação a esse tópico é a de que os romanos foram, com o passar das décadas e com os diferentes estilos de governo dos sucessores de Augusto, mudando progressivamente suas percepções acerca da natureza desse regime político, sobretudo a partir do século II d.C.. As diferenças de concepção são compreensíveis justamente porque o que prevaleceu na instituição do Principado foi o *movimento*: não um Principado uniforme e estático, tornado um modelo cristalizado com Augusto e apenas levado adiante pelos seus sucessores, mas uma forma de governo em *constante reformulação*, que foi se construindo conforme novos príncipes criavam seu próprio *modo de governar* e de lidar com problemas políticos que a ambígua condição imperial fazia emergir no seio das relações de poder entre os diferentes grupos sociais romanos. Nos parece mais interessante, nesse sentido, pensar numa *pluralidade de modelos de principados*.

Augusto deixou, nesse sentido, seu próprio testemunho sobre o modelo político que havia criado após o término das guerras civis. A *Res Gestae* é um documento ímpar e, de certa maneira, a certidão de nascimento da autocracia imperial logo após sua gênese. É especialmente notável o cuidado com a escolha das palavras para designar seus poderes e a condição como um restaurador efetivo de uma República abalada pela *stásis* mais brutal. O *Monumentum Ancyranum* foi um achado arqueológico único justamente por ser a versão do próprio criador do Principado a falar sobre sua criação. O texto é bilíngue e tem um tom hierático, na qual Augusto enfatiza as magistraturas que exerceu, os exércitos que recrutou, de que modo restaurou a liberdade romana (*libertas, eleutheria*)²²⁴, os títulos que lhe foram oferecidos e recusados, incluindo a ditadura²²⁵, os benefícios que realizou na construção de templos e monumentos²²⁶, a expansão das fronteiras que levou adiante²²⁷. Na linguagem da *Res Gestae*, Augusto sempre *recebe concessões*, na tradicional lógica cidadã, nunca as exige ou demanda, ao mesmo tempo em que suas ações sempre servem à *res pública*, nunca a si mesmo. Prevalece, como mencionamos anteriormente, a ideia de um *consenso absoluto* em torno de sua figura²²⁸, embora nenhuma das muitas conspirações debeladas durante seu principado, contidas nas

²²⁴ AUGUSTO, *RG*, 1, 1.

²²⁵ AUGUSTO, *RG*, 1, 5, 1, 7

²²⁶ AUGUSTO, *RG*, 4, 19-21.

²²⁷ AUGUSTO, *RG*, 5, 25-31.

²²⁸ AUGUSTO, *RG*, 2, 9.

fontes literárias, sejam mencionadas. O fechamento do documento oferece alguns vislumbres interessantes:

Em meus sexto e sétimo consulados [28-27 a.C.], quando pus fim às guerras civis, após receber por consenso universal o absoluto controle sobre todas as matérias, transferi a República do meu próprio controle ao arbítrio do Senado e do Povo de Roma. Pelo mérito de minha parte, recebi por decreto do Senado o título de Augusto [...]. [a coroa cívica e o escudo dourado] testemunham que o Senado e o Povo romano os concederam a mim por meu valor, clemência, justiça e piedade²²⁹

O discurso da *pax* ecoou em toda a literatura augustana, a exemplo de Lívio, que escreveu sua grande *Ab Urbe Condita* nos tempos do primeiro imperador²³⁰. Além do fato do consenso universal ser retomando novamente, além do corolário da virtuosidade como linguagem do poder imperial, do qual já tratamos anteriormente, há um elemento curioso: Augusto reconhece que, pelo menos durante uma parcela de tempo, deteve um poder em tudo monárquico, o *absoluto controle sobre todos os assuntos*, mas toma o cuidado de enfatizar que, prontamente, as coisas deixaram de ser assim por sua própria vontade. Aqui nos deparamos com uma conclusão realmente importante: somente os aspectos formais do direito, conforme vimos previamente nos poderes concedidos a Augusto, não explicam o Principado. Dessa maneira, há um tom de permanência e continuidade, não de ruptura. Nesse sentido, ocorre uma inversão de sentidos: *ruptura eram as guerras civis*, não o principado de Augusto. Em nenhum momento os termos *rex*, *regnum* ou *basileia* são empregados para retratar realidades romanas, somente como referência à condição de reis estrangeiros submetidos pelo príncipe ou clientes dos romanos.

Veleio Patérculo, o autor mais próximo cronologicamente de Augusto que dispomos, pois escreveu suas histórias nos tempos de Tibério, igualmente não entendeu o poder do *princeps* como uma ruptura da velha tradição republicana. As vitórias de Otaviano e a pacificação do

²²⁹ AUGUSTO, *RG* 6, 34. “*In consulatu sexto et septimo, postquam bella civilia oxstinxeram, perconsensum universorum potitus rerum omnium, rem publicam ex pea potestate ~ in senatus populiue Romani arbitrium transtuli. Quo pro merito meo senatus consulto Augustus appellatus sum et laureis postes aedium mearum vestiti publice coronaue civica super ianuam meam fixa est ~ et clupeus aureus in curia Iulia positus, quem mihi senatum populumque Romanum dare virtutis clementiaeque iustitiae et pietatis caussa testatum est per eius clupe iinscriptionem*”.

²³⁰ O historiador enalteceu Augusto por fechar os portões do templo de Janus, símbolo da restauração da paz. LÍVIO, *História de Roma*, 1, 19. Nero irá, igualmente, repetir essa simbologia da *Pax* e dos portões do templo de Janus após o fim das guerras contra os partos no oriente entre 65-66 e torná-la repertório temático de suas emissões monetárias. Cf. **apêndice I, Tipo 18a-e**.

Mediterrâneo foram retomadas num tom entusiástico e *restauracionista*, na qual se retomou a devida ordem constitucional, a *Res Publica Restituta*. Novamente a guerra civil é tomada como ruptura, não os poderes de Augusto:

[Otaviano] pôs fim às guerras civis depois de vinte anos, e também às campanhas externas, a paz retornou e se apaziguou o furor das armas; se reestabeleceram as leis em seu antigo vigor, os juizes voltaram a recobrar sua autoridade e o Senado sua dignidade suprema. [...] A antiga constituição do estado foi recuperada...²³¹

Em primeiro lugar, é certo que estamos lidando com alguém comprometido com o projeto político de Tibério, pois ecoam as mesmas palavras da *Res Gestae* de Augusto. Porém, devemos ter em mente de que as impressões do autor certamente não exprimiam uma opinião política compartilhada por todos os agentes sociais e políticos daquele período. As manifestações de oposição e as conspirações são prova disso. Era a voz dos grupos aristocráticos que *apoiavam o imperador*. Ainda assim, observamos que Veleio Patérculo não entendia o poder político do primeiro príncipe como monárquico, mas como o de um primeiro cidadão, ilustre por suas realizações, um *primus inter pares*. Veleio também se preocupa em destacar a restauração do prestígio senatorial que fora abalado com as guerras civis. Embora nós, contemporâneos, vejamos um regime de ambiguidades, a imagem do Principado construída por Veleio Patérculo não guarda espaço para nenhuma ambiguidade: o regime de Augusto era o fundamento da manutenção da ordem republicana romana. É, pois, uma perspectiva que também transmite uma noção de continuidade, não de ruptura.

Há um outro documento, do tempo de Tibério, igualmente relevante no retrato dos poderes imperiais. Trata-se do *Senatus Consultum de Cn. Pisone Patre*, um conjunto de placas fragmentárias encontradas na Espanha contendo as sentenças senatoriais do julgamento por *maiestas* de Cneu Calpúrnio Pisão, um *nobilis* proeminente, acusado de ter participação na morte suspeita de Germânico, ocorrida na Síria, episódio relatado também por Tácito. Primeiramente, o *SCPP* põe em evidência o papel do Senado como tribunal de justiça, atribuição que a Cúria passa a ter a partir do Principado. No documento, exprime-se outra dimensão do poder imperial, seu *caráter militar*. Na linguagem política empregada no

²³¹ VELEIO PATÉRCULO, *História de Roma*, 2, 89. “*Finita vicesimo anno bella civilia, sepulta externa, revocata pax, sopitus ubique armorum furor, restituta vis legibus, iudiciis auctoritas, senatui maiestas, imperium magistratum ad pristinum redactum modum, tantummodo octo praetoribus adlecti duo. Prisca illa et antiqua rei publicae forma revocata*”.

documento, Tibério e seus filhos são os “guardiões do Estado”²³². Ao mesmo tempo, Patrick Le Roux observa que a passagem acima, centrada no termo *statio*, traduz a ideia de que o imperador era um homem que estava em seu *posto* enquanto *guardião militar* do bem-estar da República²³³. A imagética do Principado corrobora com essa linguagem, como bem demonstra a estatuária imperial, na qual os imperadores portam trajes militares, com o uso da *lorica musculata* e do *padulamentum*, a exemplo da célebre estátua de Augusto de Prima Porta. Porém, conforme nos mostra Gilvan Ventura, não devemos ver no militarismo a única fonte de legitimidade do imperador, pois nenhum regime político se sustenta apenas pelo uso indiscriminado da repressão militar²³⁴.

Ainda no século I da Era Cristã, Plínio, o Velho, e Sêneca, o filósofo, se apresentam como autores com visões distintas acerca do poder imperial, o que indica que o distanciamento temporal em relação ao período de Augusto e os principados subsequentes já haviam alterado as percepções políticas dos romanos e acentuado as ambiguidades que nasceram com o regime augustano, ou seja, uma mudança de impressão já estava em curso. Plínio dedicou sua *História Natural* ao imperador Tito e manteve os mesmos termos republicanos que vemos nos textos anteriores. Frederico Lourenço, por outro lado, notou que o termo *Principatus* nunca aparece isoladamente nos textos de Plínio, como uma caracterização *per se* do sistema imperial, diferentemente do que faz seu sobrinho, Plínio, o Jovem²³⁵. Isso nos faz pensar que a linguagem e a terminologia próprias do Principado ainda estavam em processo de construção. Sêneca, porém, se mostrou bem menos republicano em suas impressões: no *De clementia*, tratado político destinado a Nero, o filósofo usou abertamente os termos *rex* e *regnum* para explicar a condição imperial e desprezou a preocupação excessiva com o que seria apenas *jogo de palavras*²³⁶. Sêneca e sua proposta de uma monarquia filosófica é, assim, o primeiro reconhecimento de que o imperador era um verdadeiro *basileu*, aspectos que serão retomados mais adiante.

No período de vida de Plínio, o Velho, temos outro documento notável por ser uma verdadeira tentativa de estabelecer claros marcos legais para o exercício do poder imperial. Trata-se da *Lex de Imperio Vespasiani*, datada entre fins de 69 e inícios de 70 d.C., quando do

²³² SCPP, 130 “*pro r(e) p(ublica) stationis*”

²³³ LE ROUX, P. **Império Romano**. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 30.

²³⁴ SILVA, G. V. Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado. In: **Politeia**. Vol. 1, nº 1, 2001, p. 33.

²³⁵ LOURENÇO, F. **Les idées politiques et morales de Pline l’Ancien**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 89.

²³⁶ SÊNECA, **Da clemência**, III, 2, 3.

final da breve guerra civil que se seguiu após o suicídio de Nero. Por ter sido o único exemplar encontrado dessa natureza, até o momento, podemos presumir que se trate de um caso único, ou, talvez, muito raro. A mudança de uma família governante para outra, a Flávia, que obteve sua hegemonia por meio de uma guerra civil, em 69, certamente deve ter produzido a necessidade de estabelecer legitimidade cidadã perante as demais instituições romanas. Se o documento existe, é porque obviamente havia uma necessidade de segurança jurídica, conforme Suetônio reconhece, ao dizer que o vitorioso imperador carecia de *auctoritas* e *maiestas*²³⁷ e que sofreu *inúmeras conspirações*²³⁸. As placas de bronze²³⁹ trazem o seguinte conteúdo, uma lista das atribuições políticas de Vespasiano: permitia a ele firmar tratados de aliança (ou seja, liberdade de ação externa); convocar o Senado e propor decretos; que os indivíduos apontados pelo imperador para qualquer magistratura receberiam atenção especial; autorização para estender o *pomerium* da cidade de Roma; liberdade de ação para realizar tudo o que estivesse de acordo com o interesse público e privado; que todas as leis e plebiscitos aos quais os príncipes anteriores estavam eximidos de obedecer, Vespasiano também o estaria; que tudo o que Vespasiano havia decretado ou ordenado antes da existência desta *lex* seria considerado válido²⁴⁰. Aqui, o contraste com a *SCPP* é notável: ao invés de enfatizar o aspecto militar do Principado, Vespasiano buscava apresentar-se como um governante constitucional, republicanamente respaldado em suas atribuições. A despeito desse estatuto esboçar uma ordem jurídica para o principado, as ambiguidades apenas se renovavam. P. A. Brunt observa, a partir de tal documento, o paradoxo desse republicanismo imperial: Vespasiano não tinha *iguais*, quesito importante no exercício colegiado, portanto efetivamente republicano, das magistraturas. Os poderes discricionários tão amplos desse *imperium* não permitiam que o imperador fosse trazido à juízo ou deposto, a não ser por via de assassinato ou insurreição²⁴¹. E esses foram, justamente, os meios empregados para canalizar o processo competitivo da aristocracia romana, ou seja, a *Lex* não produziu nenhuma alteração significativa nas estruturas do regime imperial.

O sentido do termo *Principatus* ganha novas conotações nos autores do século II d.C., sobretudo nos textos de Tácito e Suetônio. Plínio, o Jovem, manteve um expressivo epistolário com Trajano, o *Optimus Princeps* que sucedeu o idoso Nerva após seu breve governo (96-98).

²³⁷ SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 8-7.

²³⁸ SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 25.

²³⁹ *CIL* VI, 930, *ILS*, 244.

²⁴⁰ JOHNSON, A; COLEMAN-NORTON, P. R; BOURNE, F. *Ancient Roman Statutes*. Austin: University of Texas Press, 1961, p. 149-150.

²⁴¹ BRUNT, P. A. *Lex de Imperio Vespasiani*. In: *JRS*, vol. 67, 1977, p. 116.

Em suas cartas e, sobretudo, em seu *Panegírico a Trajano*, o jovem Plínio enfatizou a *civilitas* do imperador, afirmando que o apreço dos romanos por aquele príncipe orientava-se por seu senso de *equidade cidadã*, amado por todos (novamente a retórica do consenso universal) não como um deus ou divindade (aquilo que Calígula havia tentado), por seu afastamento de qualquer viés tirânico de exercício de poder, não como déspota, mas um cidadão a governar outros cidadãos²⁴². A despeito dos elogios de Plínio, Trajano manteve uma política tão autocrática quando Domiciano²⁴³, o que demonstra que a ideia de um bom ou mau governo depende grandemente da ótica do autor e de seu grau de proximidade com o poder imperial, de seu círculo aristocrático estar ou não na base de apoio ao príncipe governante, a exemplo do que vimos com Veleio Patérculo. E, dessa maneira, mesmo aquilo que chamamos genericamente de *literatura senatorial* pode ser entendida de maneira matizada, fruto da pluralidade dos círculos aristocráticos, não só como uma expressão de oposição aos príncipes, mas também de *colaboração e legitimação*. Ainda assim, o quadro de mudança na percepção do poder imperial é ainda mais notável em Tácito e Suetônio.

Em ambos, o poder imperial também não é entendido como monarquia, pois há um esforço em diferenciar *Principatus* de *Regnum*. No caso de Tácito, vemos nas primeiras linhas introdutórias dos *Annales* uma narrativa extremamente concisa das origens de Roma até o seu próprio tempo:

No princípio os reis governaram a cidade de Roma. Lúcio Júnio Bruto instituiu o consulado e a liberdade. As ditaduras tinham tempo determinado; [...] o poder de Pompeu e Crasso foi transferido a César, as forças de Lépido e Antônio passaram para Augusto que, ao tomar o título de príncipe, passou a governar a república, exausta de discórdias civis²⁴⁴.

Ao analisar a passagem acima, Mary Beard bem observa que Tácito não entendia seu próprio tempo como uma retomada da velha monarquia romana e que as palavras do autor romano soam como um desafio direto à ideologia imperial no sentido de lembrar os príncipes de que eles não eram reis no sentido antigo²⁴⁵. E isso se comprova em outra passagem, contida

²⁴² STADLER, T. **O Império Romano em Cartas**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 105.

²⁴³ WATERS, K. H. Traianus Domitiani Continuator. In: **AJP**. Vol. 90, nº 4, 1969, p. 385-386.

²⁴⁴ TÁCITO, **Annales**, 1, 1. “*Urbem Romam a principio reges habuere; libertatem et consulatum L. Brutus instituit. dictaturae ad tempus sumebantur [...]. et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub imperium accepit*”.

²⁴⁵ BEARD, M. **SPQR: Uma história da Roma Antiga**. São Paulo: Crítica, 2017, p. 394.

nas *Histórias*, no discurso do recém aclamado Galba sobre como o mundo romano era governado: “pois entre nós não há, como entre povos onde existem reis, uma única casa de governantes enquanto todos os outros são servos...”²⁴⁶. Assim, a retórica das virtudes morais validava o *mérito individual* de um pretendente ao *imperium*, elemento que poderia ser uma via de acesso ao governo do Império e um testemunho da competitividade política ainda muito viva daquelas elites. Tácito, assim como a *Res Gestae* de Augusto, não fez uso da palavra *rex* ou *regnum* em nenhum momento para definir os príncipes ou seu regime, empregando-os somente para governantes estrangeiros. Contudo, tal distinção está bem longe do otimismo restauracionista de Veleio Patérculo. A constatação óbvia era de que República não era mais a mesma sob Augusto e seus sucessores, nem a vida pública romana. O termo *res publica* ganha um tom mais ambíguo, uma referência ao passado distante, um esboço que aceita, implicitamente, a ideia de ruptura com a antiga tradição:

Os jovens nasceram depois da vitória de Ácio e a maioria dos mais velhos entre as guerras civis. Quem, de todos os indivíduos remanescentes, havia visto a República? Após tais mudanças no estado da Cidade, nada permaneceu dos velhos costumes: uma vez encerrada a igualdade, todos observavam as ordens do príncipe...²⁴⁷.

É uma passagem reveladora por nos indicar que, a rigor, a visão romana sobre Augusto havia se alterado significativamente, certamente acrescida pelo papel de seus sucessores na construção de uma forma de governo que agora era posta na devida perspectiva histórica. Tácito não tece elogios ou panegiriza o imperador, assim como fez Veleio Patérculo, não há repertório de virtuosidade na conduta do *princeps*. Roma ainda era uma república, mas uma república já muito diferente daquela dos tempos antigos. Tácito também nos mostra que o personalismo era um fenômeno irreversível: as demandas da paz (ou seja, o temor da continuidade das lutas civis) exigiam que todo o poder estivesse nas mãos de um único homem²⁴⁸, o que tornou Augusto mais cidadão do que o demais, já que estava, concretamente, acima da paridade romana, pois o príncipe ditava ordens autocraticamente, daí sua crítica constante à subserviência das

²⁴⁶ TÁCITO. *Histórias*, 1, 16. “[...] *neque enim hic, ut gentibus quae regnantur, certa dominorum domus et ceteri servi...*”.

²⁴⁷ TÁCITO. *Annales*, 1, 3-4. “[...] *iuniores post Actiacam victoriam, etiam senes plerique inter bella civium nati: quotus quisque reliquus qui rem publicam vidisset? Igitur verso civitatis statu nihil usquam prisci et integri moris: omnes exuta aequalitate iussa principis aspectare*”.

²⁴⁸ TÁCITO. *Histórias*, 1, 1.

aristocracias²⁴⁹, a perspectiva do seu *declínio moral*, da ausência de virtuosidade e da promoção da bajulação. O medo de lutas civis emergiu novamente quando da morte de Augusto, quando a sucessão se tornou questão central: “[...] alguns poucos falavam em vão dos benefícios da liberdade, muitos temiam uma guerra civil, outros a desejavam...”²⁵⁰. Temer e desejar um conflito civil eram os dois lados de uma mesma moeda: os traumas das proscrições que vitimaram milhares de ilustres aristocratas ainda permaneciam latentes na memória romana. Ao mesmo tempo, o espírito de competição pelo poder certamente era um poderoso indutor ao conflito e um convite à *stásis*. Porém, outro aspecto que ganha evidência na passagem acima é o conceito de liberdade (*libertas*), noção complexa, que precisa de atenção especial, pois ela é posta como algo incompatível com o Principado. Porém, as coisas não são exatamente assim.

Libertas, enquanto conceito no mundo romano, foi objeto de inúmeras polêmicas historiográficas justamente por ser uma ideia difícil de definir, pois nem os romanos atribuíam a essa palavra um sentido uniforme e Tácito esteve no centro dessas discussões. Nos anos 50, Wirszubski apresentou um robusto estudo sobre os variados significados dessa palavra, sobretudo em suas acepções políticas. A *libertas* era para os romanos, segundo ele, um direito cívico em primeiro lugar, uma condição jurídica concreta de alguém que não é escravo, a ausência de uma *sujeição*. Ao mesmo tempo, um princípio relativo à condição de se viver numa cidade enquanto comunidade política e cidadã dotada de *autonomia*. Mas o estudioso também associou *libertas* à instituição do governo republicano romano, portanto uma noção diametralmente oposta à monarquia, tomada como *sujeição política*²⁵¹, ideia que vimos em Lívio²⁵² e nos escritos de Cícero. Na tradição republicana, o conceito de *libertas* estava associado a um discurso que propunha uma existência racionalmente ordenada por força da lei, não por vontades políticas arbitrárias²⁵³. Teoricamente, e apenas teoricamente, a estabilidade da lei seria uma garantia contra a instabilidade da vontade dos homens.

Na época do Principado, o poder autocrático de Augusto matizou a noção de *libertas* herdada dos séculos anteriores: o *princeps* reclamou para si o papel de restaurador tanto da República quanto da liberdade na *RG*²⁵⁴. Veleio Patérculo, como vimos antes, também assentiu

²⁴⁹ TÁCITO. *Annales*, 1, 2.

²⁵⁰ TÁCITO. *Annales*, 1, 4. “[...] pauci bona libertatis in cassum disserere, plures bellum pavescere, alii cupere”.

²⁵¹ WIRSZUBSKI, C. *Libertas as a Political idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 1-5.

²⁵² Cf. p. 82.

²⁵³ HAMMOND, M. Res olim dissociabiles: Principatus ac libertas: Liberty under the Early Roman Empire. In: *HSCP*, vol. 67, 1963, p. 93.

²⁵⁴ AUGUSTO, *RG*, 1, 1.

com a ideia de que liberdade republicana não havia cessado de modo algum, era perfeitamente compatível com o Principado. Tácito, porém, apresentou uma versão diferente: denunciou a repressão imperial aos grupos senatoriais, as ações violentas de homens como Calígula, Nero e Domiciano, a *servidão* aristocrática, a criminalização dos discursos senatoriais oposicionistas, a repressão que “conduziu ao silêncio”²⁵⁵. Em suma, aquilo que seria a supressão completa da *libertas*. Porém, Tácito deixou claro que possuía uma posição política definida: Nerva e Trajano alcançaram o que parecia impossível, a *conciliação entre o Principado e a liberdade*²⁵⁶. Essa breve passagem contida no *Agrícola*, uma biografia de seu sogro, aliada às notórias restrições do autor romano ao despotismo dos príncipes anteriores, levou Ronald Syme a afirmar que Tácito era republicano enquanto autor, mas um monarquista em sua vida e ação política²⁵⁷. Um grande exagero, sem dúvida. Tácito foi, no máximo, aderente a *um estilo de Principado*, dos muitos que se sucederam, os de Nerva e Trajano, mas jamais um monarquista. A partir da narrativa taciteana, é impossível não concluir que, no fim das contas, a liberdade deixou de existir apenas entre o tempo de vida de Augusto e o de Nerva, uma suspensão temporária, portanto. A República antiga poderia não ser mais uma realidade concreta, porém estes últimos príncipes foram, nesse sentido, os continuadores daquela tradição, a despeito de exercerem um *Principatus*. Em um único autor imperial, temos a coexistência difícil tanto do senso de permanência como do de ruptura. Em suma, podemos afirmar que *libertas* na época do Principado era um campo de disputa, um repertório aberto a todos, um *tópos* literário e discursivo que poderia servir aos propósitos políticos ou morais dos mais contraditórios: poderia ser tanto uma bandeira erguida pela aristocracia opositora ao príncipe, retomando velhas noções republicanas, numa postura saudosista do passado, trabalhando numa dualidade *libertas*-tirania, quanto por aquelas facções que apoiavam ou colaboravam com o príncipe. Era, portanto, matéria a ser *retoricamente disputada*.

Em Suetônio, nas doze biografias imperiais escritas nos tempos de Adriano, vemos outro elemento fundamental para compreender a noção romana de Principado. Ao falar sobre o perfil e as ações de Calígula, Suetônio também é muito claro em sua distinção entre *Principatus* e *regnum*: “Não foi por muito que tomou o diadema, assim convertendo a imagem do principado pela forma da realeza”²⁵⁸. Não só há diferença entre ambos, pois o autor insiste na já conhecida

²⁵⁵ TÁCITO. *Agrícola*, 2.

²⁵⁶ TÁCITO. *Agrícola*, 3. “*res olim dissociabilis miscuerit, principatum ac libertatem*”.

²⁵⁷ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 633.

²⁵⁸ SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 22. “*Nec multum afuit quin statim diadema sumeret speciemque principatus in regni formam converteret*”.

distinção formal entre príncipes (romanos) e reis (não romanos)²⁵⁹, como ainda podemos admitir que existe uma relação de degenerescência: o principado bem poderia, segundo o perfil vicioso do príncipe em exercício, se corromper em despotismo monárquico, a *superbia*. No texto latino, o biógrafo usa o termo *species* para caracterizar o Principado, palavra com muitos significados, mas que pode ser traduzida em sentido imagético, algo que guarda uma determinada *aparência própria* ou *forma externa*²⁶⁰. O *Principatus*, pela ação autoritária e violenta do príncipe, se convertia (*converteret*) em *regnum*. Nesse sentido, vemos que a escrita biográfica de Suetônio também partia de uma posição política atuante: em todas as doze biografias, emerge o problema recorrente do poder desmedido, exercido autoritariamente, elemento que se tornava, segundo André Leme, o fator determinante na imagem positiva ou negativa do príncipe retratado²⁶¹. Mais ainda, a abordagem de Suetônio remete aos conflitos dos anos iniciais de Adriano, quando vários membros da aristocracia foram executados sumariamente, episódios condizentes com o comportamento autoritário contido nas biografias e, na perspectiva de Leme, uma forma de advertência a Adriano²⁶². Aqui, o exemplo deste príncipe nos faz retomar, novamente, o problema da retórica tradicional dos *bons imperadores*: um tipo de discurso permeado de contradições que, em grande medida, são pautados pelo grau de aderência pessoal dos autores que escreveram sobre um determinado principado. As categorizações binárias de *bom* e *mau* serviam, assim, aos propósitos moralizadores romanos, pois tinham seu papel no sentido de orientar as ações imperiais e indicar condutas virtuosas, eram instrumentos éticos que usavam o passado para construir um modelo de *Principatus* tanto no presente quanto no futuro.

É somente com Apiano e Dio Cássio que existe uma equiparação clara entre *principatus* e *regnum*, isso num ambiente já muito diferente daqueles de Plínio, o Jovem, Tácito e Suetônio. Apiano, natural de Alexandria, ao escrever sobre o passado republicano e as guerras civis, em fins do século II d.C., descreveu a ascensão de Augusto como a de um verdadeiro rei, com poderes totais, nem com preocupações de sequer disfarçá-lo, e que legou sua autoridade entre os membros de sua linhagem²⁶³. E assim, disse Apiano, “o Estado romano foi levado à harmonia e à monarquia²⁶⁴. Apiano, nesse sentido, utilizava o termo *basileus* tanto para os imperadores

²⁵⁹ SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 22.

²⁶⁰ SARAIVA, F. R. *op. cit.*, 2006, p. 1117.

²⁶¹ LEME, A. L. *O pensamento político de Suetônio em “A vida dos doze Césares” (séc. II D.C.): a crítica ao poder absoluto do príncipe romano*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFPR), 2015, p. 230.

²⁶² *Ibid.*, p. 240-241.

²⁶³ APIANO, *As Guerras Civis*, 1, 5.

²⁶⁴ APIANO, *As Guerras Civis*, 1, 6.

romanos quanto para designar os antigos reis Ptolomeus²⁶⁵. Nos tempos de Dião Cássio, o Principado já esboçava características que viriam a amadurecer no Dominato de Diocleciano, pois o período áureo dos Antoninos havia dado lugar à época férrea (utilizando a metáfora do próprio autor) de Cômodo e depois de Septímio Severo, criador de uma forma de governo ainda mais autocrática e militarista, momento dramático nas relações entre os príncipes e o Senado. Eis o que Dião afirma:

E tais coisas fizeram e sofreram os romanos, sob o Reinado, sob a República e sob as dominações, durante 725 anos. Depois disso eles voltaram àquilo que era, em verdade, uma monarquia, ainda que César planejasse depor suas armas e entregar a administração ao senado e ao povo²⁶⁶.

Vemos, aqui, uma perspectiva em nada parecida com aquela de Veleio Patérculo. Não existe nenhuma ideia de restauração republicana, mas sim de restauração monárquica²⁶⁷. Uma notável inversão, produzida por novas circunstâncias históricas. Nessa passagem, observamos o uso do termo *basileia*, que também era utilizado para descrever a condição régia ancestral de Roma, para designar o poder personalista de Augusto, assim como seu próprio principado. Mas Dião Cássio, senador romano consciente dos tabus antimonárquicos romanos, foi perfeitamente capaz de perceber os problemas que aquela afirmação implicava mesmo em sua época: mais adiante, fez Mecenas, amigo do príncipe, aconselhar o vitorioso Augusto a exercer o poder por meio de outros títulos, a exemplo de *imperator*, governando da mesma forma como um rei governa, mas sem associar-se à odiosidade que o termo *rex* carregava. Dião voltava, assim, a empregar a expressão *autokrator* para referir-se ao *princeps*, mas, a despeito disso, Dião entendia que a monarquia era, de fato, a melhor forma de governo para o Império Romano²⁶⁸. No mesmo círculo aristocrático de Dião Cássio, a serviço de Alexandre Severo, o jurista Ulpiano, conforme tradição preservada no *Digesto*, afirmava que o que agradava aos príncipes tinha, efetivamente, força de lei²⁶⁹, uma afirmação indubitavelmente monárquica em sua essência.

²⁶⁵ MILLAR, F. *op. cit.*, 1977, p. 614.

²⁶⁶ DIÃO CÁSSIO, **História Romana**, 52, 1. Tradução de Anderson Martins Esteves.

²⁶⁷ MILLAR, F. *op. cit.*, 1973, p. 65.

²⁶⁸ ESTEVES, A. Dión Cássio: um Historiador no Reino de Ferro. In: SEBASTIANI, B; RODRIGUES JUNIOR, F; COSTA E SILVA, B. **Problemas de Historiografia Helenística**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 204-205.

²⁶⁹ ULPIANO. **Digesto**, 1, 4, 1.

Se a própria percepção romana acerca da natureza do Principado é complexa por esboçar múltiplos sentidos conforme o tempo e as condições históricas, a mesma regra é válida para outras regiões do Império Romano. Na província da Paflagônia, na Ásia Menor, algumas comunidades juraram lealdade absoluta e incondicional à casa de Augusto e a seus descendentes, enfatizando não só sua dinastia, mas também seu papel como “filho de um deus”, características que se enquadram nas antigas tradições régias helenístico-orientais daquela região, documento epigráfico intitulado “juramento da Paflagônia” e datado de 3 a.C.²⁷⁰. O conteúdo do juramento traduz um completo sentimento monárquico em relação a Augusto, uma perspectiva completamente distinta daquela das elites de Roma. A diversidade cultural daquele vasto império nos permite afirmar que cada região entendia o poder imperial *conforme a linguagem de sua própria cultura política*. Um dos mais belos exemplos de como esse processo ocorre é o Egito, onde existia, previamente, um antiquíssimo modelo monárquico teocrático, a tradição faraônica mantida pelos reis greco-macedônicos da dinastia ptolomaica e herdada, igualmente, pelos romanos. Naquela província não havia espaço para nenhuma ambiguidade simbólica de exercício de poder: de fato, os príncipes romanos eram entendidos como faraós e recebiam as devidas homenagens enquanto tal, de forma que houve uma fusão do culto imperial romano com as tradições faraônicas, práticas que começaram com Augusto e se estenderam até o início do século IV da Era Cristã. O templo de Hathor em Dendera, alguns quilômetros ao norte de Luxor e Tebas, apresenta em suas paredes representações de Augusto, Tibério, Cláudio e Nero em estilo tradicional hierático, com típicos trajes e cerimoniais faraônicos²⁷¹. Vespasiano é outro exemplo dessa elasticidade cultural pelo qual transitavam os príncipes romanos. No oriente (Alexandria), quando declarado imperador por suas legiões, teria realizado uma série de prodígios de natureza taumatúrgica em Alexandria, curando pessoas de certas enfermidades²⁷². Em Roma, comportava-se de modo republicano, mostrando-se moderado em relação aos demais aristocratas e senadores²⁷³.

Assim, reiteramos a multidimensionalidade do poder imperial romano não só em relação aos próprios romanos, mas também para além deles. Até mesmo determinados espaços também tinham seu peso em como esse poder autocrático se comportava ou deveria se comportar. Se em Roma a relação de proximidade com o imperador impunha um caráter cidadão, magistrático,

²⁷⁰ SHERK, R. K. **The Roman Empire: Augustus to Hadrian**. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 31.

²⁷¹ PEACOCK, D. The Roman Period. In: SHAW, I. (Org.) **The Oxford History of Ancient Roman Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 430.

²⁷² SUETÔNIO. **Vida de Vespasiano**, 7.

²⁷³ SUETÔNIO. **Vida de Vespasiano**, 13-15.

de contato direto com os demais cidadãos, alimentando assim aquelas ambiguidades intrínsecas do sistema político, a distância geográfica e a linguagem cultural de cada uma das províncias punham diferentes modos de retrato e entendimento do poder político dos príncipes. E não foi só na Antiguidade que Augusto, Nero ou Trajano foram vistos de modo diverso, senão de forma contraditória. A historiografia dos últimos trezentos anos pluralizou ainda mais essa ideia.

2.4 Imperadores e concepções modernas

Edward Gibbon, ao escrever seu clássico *Declínio e queda do Império Romano*, no século XVIII, lançou os fundamentos de uma discussão que, a rigor, segue até o presente. Para o autor inglês, o Principado se caracterizava como uma *monarquia absoluta* disfarçada em trajes republicanos, na qual os príncipes, a partir de Augusto, “rodeavam seu trono de trevas, ocultavam sua força irresistível e professavam humildemente ser os ministros responsáveis do Senado, cujos decretos supremos ditavam e obedeciam”²⁷⁴. A caracterização monárquica de Gibbon enfatizando o absolutismo dos Césares não surpreende por razões óbvias em seu contexto: a Roma dos príncipes, controlada sem quaisquer mecanismos de contenção de poder, era um espelho das próprias monarquias europeias que, naquele século, observavam seu modelo ser contestado por autores iluministas da mesma estirpe de Gibbon, sobretudo dentro de uma tradição inglesa calcada no parlamentarismo. A tese do absolutismo imperial nunca perdeu espaço historiográfico: Wallace-Hadrill, que justamente pontuou as nuances e ambiguidades do sistema imperial, retomou pura e simplesmente o juízo de Gibbon e afirmou sem hesitar que “o poder dos imperadores romanos era absoluto e autocrático”²⁷⁵. Paul Veyne, na mesma linha do autor inglês, afirmou que os príncipes romanos eram todo-poderosos, dotados de poder absoluto, completo e ilimitado, não compartilhado com ninguém²⁷⁶. Nessa perspectiva, não há espaço para qualquer forma de competitividade aristocrática, nem de questionamentos aristocráticos ao poder vigente, nem qualquer outro processo social interrelacional.

Mas há outro elemento que merece a devida atenção em Gibbon, a ideia de dissimulação do poder, ou a manutenção de uma fachada republicana na qual os príncipes, ardilosamente, ocultavam do público seu poder total. Nesse sentido, o poder imperial teria exercido domínio

²⁷⁴ GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. Ed. Abreviada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.78.

²⁷⁵ WALLACE-HADRILL, A. *Civilis Princeps: Between Citizen and King*. In: **JRS**, vol. 72, 1982, p. 35. Tradução nossa.

²⁷⁶ VEYNE, P. *op. cit.*, 2009, p. 9.

completo sobre todos os grupos sociais romanos, incluindo aí as elites, incapazes de agir autonomamente e submetidas a um controle absoluto e despótico, sem qualquer disposição competitiva efetiva, *politicamente passivas* diante de tamanho poder. Dessa maneira, vemos na narrativa de Tácito as origens desse entendimento que, certamente, não escapou à percepção de Gibbon e de muitos outros historiadores. Os exemplos são variados na tradição taciteana, como se vê a seguir, quando do advento de Tibério ao poder:

Entretanto em Roma cônsules, senadores, cavaleiros investiam para a escravidão, e quanto mais ilustres tanto mais fingidos e pressurosos; compondo a fisionomia, para não parecerem alegres pela morte de um nem tristes pelo advento de outro príncipe, misturavam risos e lágrimas, queixumes e lisonjas²⁷⁷.

A leitura literal da passagem acima, desde Gibbon, ajudou a consolidar uma tradição historiográfica que compreendeu o Principado como uma grande *mise-en-scène*, um jogo de aparências e hipocrisia na qual o príncipe escondia seu verdadeiro poder, total e absoluto²⁷⁸, diante de uma elite disposta à submissão e bajulação. A interpretação dessa e outras passagens de Tácito, com essa ênfase no fingimento, tanto por Gibbon quanto por outros autores, desconsiderou os elementos retóricos e historiográficos intrínsecos à escrita taciteana, sua posição social enquanto senador, sua parcialidade e, também, conforme nos indica Fábio Duarte Joly, o uso metafórico da ideia de *escravidão* como uma crítica às elites e sua disposição de aderir voluntariamente ao regime autocrático²⁷⁹. Uma *construção retórica* e um *juízo pessoal* do autor romano que devem ser levados em consideração, não um fato dado objetivamente.

A passagem acima citada de Tácito nos leva a outra questão importante: a ideia de *dissimulatio* e a dissidência como princípios fundamentais das relações sociais e de poder, tese levada adiante pelo historiador russo Vasily Rudich nos anos 90 sobre o período de Nero, ele próprio um admirador de Tácito e um dissidente político soviético. Rudich enfatizou em seus trabalhos o papel da psicologia no modo como os indivíduos da sociedade imperial romana moldavam suas ações e pensamentos. A noção de *dissimulatio* agora migrava do príncipe para as elites, seria um processo interno ao indivíduo originado numa espécie de dissociação

²⁷⁷ TÁCITO, *Annales*. 1, 7. “*At Romae ruere in servitium consules, patres, eques. quanto quis inlustrior, tanto magis falsi ac festinantes, vultuque composito, ne laeti excessu principis neu tristiores primordio, lacrimas gaudium, questus adulationem miscebant*”. Tradução de Leopoldo Pereira.

²⁷⁸ GUARINELLO, N. JOLY, F. Ética e ambiguidade no Principado de Nero. In: BENOIT, H; FUNARI, P. *Ética e política no mundo antigo*. São Paulo: FAPESP-UNICAMP, 2001, p. 135-136.

²⁷⁹ JOLY, F. D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 117.

psicológica entre sua reputação social perante a opinião pública e suas verdadeiras intenções e sentimentos, aspecto que estaria intimamente ligado à ideia de dissidência. Segundo Rudich, o jogo da *dissimulatio* se tornou regra na política romana sob os Júlio-Claudianos como meio para o sucesso político e, inclusive, sobrevivência²⁸⁰ dos membros das elites que orbitavam o poder imperial. Para tal, Rudich enfatizou o *psicologismo* e o uso de todo um arcabouço teórico alheio à História, a exemplo de *entropia mental* e *subconsciente*, apenas para mencionar alguns, noções com raízes no campo da psicanálise que não podem ser aferidas adequadamente em fontes antigas. A ênfase de Rudich numa *dissimulatio psicologizada* nos faz parecer que aqueles indivíduos que compunham as elites imperiais nada mais eram do que meros atores, *personae* num palco cênico, num processo de *fingimento* sem fim. Não só isso, a psicologia histórica de Rudich se torna um problema pois, segundo Winterling, leituras dessa natureza, que de forma alguma são novas na historiografia, presumem uma *invariabilidade meta-histórica* dos fenômenos psicopatológicos, independentemente do contexto social e cultural do período em questão²⁸¹.

Não apenas isso, Rudich observou o desenvolvimento da sociedade imperial e da *dissimulatio* enquanto norma social numa questionável ótica de declínio da moralidade pública, uma *crise de valores*. No âmago dessa crise, estava justamente o processo competitivo, já que, segundo o autor russo, a expansão militar promoveu o *individualismo inveterado* e a busca por auto engrandecimento, posições contrárias ao pressuposto do *mos maiorum* enquanto sacrifício do indivíduo ao Estado romano²⁸². No período Júlio-Claudio, esse declínio se tornou insustentável, pois qualquer senso de uma austera moralidade ancestral era absolutamente incompatível com governos tirânicos²⁸³. Acreditamos que não só uma noção de *dissimulatio* permanente é equivocada, mas também todo o juízo de valor decadentista em relação à sociedade imperial. Em relação a ideia de *dissimulatio*, concordamos com Drinkwater no sentido de que era certamente existia, mas que o Principado, ainda assim, funcionava em seus próprios termos²⁸⁴. A dissimulação e o fingimento tinham seus usos, mas não podemos superestimá-los como valores absolutos no funcionamento das relações sociais. Ao contrário de Rudich, entendemos que a sociedade romana da época do Principado não era melhor ou pior do que a do período republicano, nem a moralidade antiga melhor do que aquela que existia no

²⁸⁰ RUDICH, V. **Political Dissidence under Nero: The Price of Dissimulation**. Nova York: Routledge, 1993, p. 19-20.

²⁸¹ WINTERLING, A. Loucura imperial na Roma Antiga. In: **História (São Paulo)**. Vol. 31, nº1, 2012, p. 9.

²⁸² RUDICH, V. *op. cit.* 1993, p. xvi.

²⁸³ RUDICH, V. *op. cit.* 1993, p. xvii.

²⁸⁴ DRINKWATER, J. **Nero: Emperor and Court**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 93.

período imperial. O *mos maiorum*, em nosso ponto de vista, deve ser entendido como uma *forma retórica*, um *tópos* importante no discurso tradicionalista romano, sempre insatisfeito com as circunstâncias do presente, uma forma de buscar legitimidade num passado ancestral entendido como melhor e mais virtuoso, não como algo concreto. A emergência da competição aristocrática deixa de ser, nesse sentido, uma expressão da *decadência de um senso antigo de comunidade*, mas como um fenômeno social para além de qualquer moralidade, um mecanismo intrínseco aos valores culturais romanos.

Já o erudito alemão Theodor Mommsen, na segunda metade do século XIX, deu início a uma linha interpretativa do Principado chamada de comumente de *constitucionalista*, justamente por ter sido um estudioso das leis e da tradição jurídica romana²⁸⁵. Para o estudioso alemão, a ditadura vitoriosa de Júlio César sobre seus adversários republicanos já marcava, como fato consumado, o início de uma monarquia²⁸⁶. Após o triunfo de Otaviano em Ácio, o contexto político não se alteraria substancialmente daquele anterior herdado de César: Mommsen define a nova ordem política após o ano de 31 a.C. como o de uma República encabeçada por um monarca, uma condição que seria, inicialmente, impossível, já que ambas as possibilidades, em si próprias, eram radicalmente opostas, mas cujo arranjo de coexistência não só se concretizou como ainda permaneceu pelos trezentos anos seguintes²⁸⁷. O advento da figura do príncipe, segundo o estudioso alemão, criou um modelo de jurisdição política em forma dual na qual permaneceram o Senado e os cônsules, de um lado, e o *princeps* do outro²⁸⁸. Essa dualidade, que foi chamada de *diarquia*, criaria uma área restrita de recíproca atuação política entre esses dois grupos apenas, já que os poderes do *Populus* acabaram absorvidos, em última instância, pelo Senado, que recebeu as atribuições dos Comícios por medida de Tibério. Porém, tal entendimento essencialmente legalista excluiu os condicionantes históricos e as interações dos agentes sociais para além da letra formal da lei²⁸⁹. Apesar de sua influente leitura diárquica para o Principado, Mommsen, um admirador da Roma republicana, desprezou o período imperial também em termos decadentistas: a aristocracia havia desaparecido com as

²⁸⁵ Sobre a carreira de Mommsen no direito e sua passagem pelas universidades alemãs, o caráter de sua obra e balanço historiográfico, cf. o texto de MARTINS, E. R. Theodor Mommsen. In: MARTINS, E. R. (Org.). História Pensada. São Paulo: Contexto, 2010, p. 101-110.

²⁸⁶ MOMMSEN, T; DEMANDT, B; DEMANDT, A. **A History of Rome under the Emperors**. Nova York: Routledge, 1992, p. 58.

²⁸⁷ *Ibid.*, 1992, p. 73.

²⁸⁸ *Ibid.*, 1992, p. 74.

²⁸⁹ FAVERSANI, F. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. In: **Mare Nostrum**, vol. 4, nº 4, 2013, p. 101-102.

guerras civis e seu domínio político “degenerado”, encerrando assim aquele “grande sistema” que fora a República²⁹⁰.

A despeito desse rigoroso juízo, a linha de *Diarquia imperial* criou raízes duradouras na historiografia. Vemos o eco dessa leitura nos textos do romanista francês Pierre Grimal, que apenas deu outro nome ao mesmo princípio: o de uma *duplicação do Estado romano*, a coexistência das atribuições do Senado ao lado do aparato administrativo centrado na casa e nos recursos do príncipe²⁹¹. Mommsen pensou o Principado e os poderes do imperador nos termos de uma distinção problemática entre o *de iure* e o *de facto*: permaneceram as formalidades republicanas, o *populus* como fonte de autoridade política, o domínio das leis e a existência do Senado como instituição de representação política máxima da oligarquia romana (*de iure*). Ao mesmo tempo, coexiste com essa formalidade o estabelecimento de um poder central que criava novas leis e interferia nos processos eleitorais, que abrangia todas as magistraturas da antiga República enquanto prática concreta (*de facto*). Essa contradição aparentemente insolúvel levou Mommsen a pensar que os poderes imperais estavam, em última instância, fora do âmbito do *de iure*: não havia continuidade legal (sucessória) no regime e também uma impossibilidade de legitimar a si próprio, daí a necessidade de buscar apoio em outras instituições, no exército, no Senado e no povo, uma construção de relações de poder entre esferas contraditórias, mas interdependentes²⁹².

O juízo de Mommsen de uma divisão entre o *de iure* e o *de facto* também levou à produção de outros tipos de entendimento igualmente problemáticos, a exemplo da ideia de *ficção republicana*, que propunha a existência de uma propaganda imperial de restauração da legalidade e da liberdade²⁹³, um esforço consciente e calculado de afirmar publicamente uma linguagem republicana, calcada em valores que ainda permaneciam, quando na realidade isso não se verificava, ou seja, uma distinção entre discurso e realidade. Esse entendimento ficcional do poder imperial produziu frutos ainda mais radicais em tempos recentes, na ótica pós-moderna do *linguistic turn*, a exemplo de Holly Haynes em relação aos textos de Tácito, na qual essa dissociação epistemológica entre linguagem e realidade é levada ao extremo. Ao analisar a *persona* dos imperadores romanos e sua relação com a sociedade imperial, a autora

²⁹⁰ MOMMSEN, T. **History of Rome**. Vol. 4, Parte 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 418-419.

²⁹¹ GRIMAL, P. **História de Roma**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 130.

²⁹² DIAS, M. Q. Entre *senatores* e *principes*: formas historiográficas e atuação política no Principado. In: **Romanitas**, nº 7, 2016, p. 105-107.

²⁹³ CORASSIN, M. L. Sêneca entre a colaboração e a oposição. In: **Letras Clássicas**, nº 3, 1999, p. 276. MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V; MENDES, N. M. (Orgs.). **Repensando o Império Romano**: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Vitória: Mauad, 2006, p. 43.

afirma que “Tácito não escreveu sobre a realidade da política e da cultura imperial, mas sobre a imagem imaginária que a sociedade imperial fez de sua relação com [...] as condições concretas de existência”²⁹⁴.

A partir desse princípio, a ficção estaria operacionalizada já no seio da própria compreensão taciteana acerca dos tempos em que viveu e narrou, um exercício de *fazer acreditar* (*make believe*), de natureza retórica, na qual há, segundo Favversani e Joly, a predominância da forma sobre o conteúdo. Se a República era uma ficção criada por Augusto, os competidores ao poder no ano de 69 nada mais seriam do que ficções internas a uma ficção ainda maior²⁹⁵. O problema de tal entendimento é que, em nosso ponto de vista, essa operacionalização da ficção como ética política, da separação entre discurso e realidade, nada mais é do que a retomada da tese de *disfarce republicano* travestida com outro nome, uma releitura pós-moderna de uma noção já antiga. A rigor, falar em ficção republicana e outras formas *in extremis* de ficção é negar aos sujeitos históricos do Império Romano uma consciência política que fosse capaz de pensar sua realidade em termos concretos, a partir dos problemas e vicissitudes que os paradoxos e ambiguidades do exercício do poder imperial naturalmente acarretavam. Nem as virtudes e discursos republicanos que permaneceram no Principado constituem uma peça de teatro, um arcaísmo discursivo, mas eram, efetivamente, parte de uma sensibilidade política real, calcada numa tradição republicana em choque com as novas realidades do Principado.

A perspectiva de um poder autocrático em condição de coexistência com poderes prévios levou a outra leitura, de certo modo uma reinterpretação daquela de Gibbon, mas que renovou a necessidade de repensar o âmbito das relações de poder no Mundo Antigo. Ronald Syme tem lugar de destaque nesse processo com seu clássico *The Roman Revolution*, publicado em 1939. O contexto político de Syme, que publicou seu texto no mesmo ano que marcou o início da Segunda Guerra, ajudou a estabelecer um tom crítico a Augusto, um modelo de autocrata analisado pelo autor à luz dos regimes totalitários fascistas de seu tempo. Syme sintetizou suas impressões sobre Augusto e seu período na célebre formulação *Pax et Princeps*, que sucedeu as guerras civis, aquela que havia sido a fase *revolucionária* de Roma. Há um perceptível sentido de rompimento com o passado da Republicano, uma crítica às teses de continuidade

²⁹⁴ HAYNES, H. **The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome**. Los Angeles: University of California Press, 2003, p. 30.

²⁹⁵ FAVERSANI, F; JOLY, F. Tácito, sua Vida de Agrícola, e a competição aristocrática no Alto Império Romano. In: **Mnemosine**, vol. 4, nº 1, 2013, p. 137.

constitucional de Mommsen²⁹⁶, na qual o *princeps* triunfante estabeleceu sua autoridade como o preço a ser pago pela paz, o que implicou na perda da *libertas* e, mesmo que esta existisse para poucos oligarcas, a elite governante de Roma não mais estava encorajada a lutar e aceitou participar da nova ordem, necessária sob o despotismo de Augusto²⁹⁷. As palavras de Syme ecoam aquelas de Tácito, as primeiras linhas que abrem o *Annales*: Augusto fez valer sua vontade aliciando os soldados e o *populus*, além de contar com a subserviência das elites, cuja altivez para a luta morreu com aqueles que pereceram nos campos de batalha²⁹⁸. E não é de se surpreender essa literalidade: Syme foi um grande estudioso do autor romano e publicou, nos anos 50, um profundo estudo sobre a obra taciteana. Syme, embora tenha implicitamente aceitado a ideia de um *retorno monárquico*, deu pouca importância a essa questão, pois sua atenção estava, sobretudo, dirigida às elites imperiais romanas. Aliás, é importante salientar que, para o historiador neozelandês, havia um elemento de continuidade que não passava por considerações constitucionais, mas sociais: as oligarquias permaneciam como grupo dirigente²⁹⁹. Para Syme, “sempre há uma oligarquia, pública ou oculta”³⁰⁰. Em relação às elites, concordamos com o autor e acreditamos que seu trabalho no campo da história política das elites romanas possuiu méritos inquestionáveis, embora muitos de seus juízos (oriundos de sua visão pessoal de mundo) possam ser postos em perspectiva.

Ronald Syme também foi o responsável por colocar um dos mais celebrados autores senatoriais sob um novo olhar. As motivações de Tácito eram, acima de tudo, morais e o propósito da escrita da história era o de celebrar a virtude e condenar a iniquidade³⁰¹, além de evocar alertas para os perigos do despotismo, lições que seriam úteis à posteridade³⁰². Em suma, era imperativo *dualizar* o comportamento humano em esferas reconhecíveis e exemplares, aquilo que era um dos fundamentos do modelo celebrado da *historia magistra vitae*. Syme, em seu trabalho, percebeu que o discurso taciteano não pode ser entendido fora dos próprios *círculos aristocráticos* dos quais falamos anteriormente, agrupamentos aristocráticos que orbitavam o poder imperial na época de Nerva e Trajano. As acusações de Tácito contra o despotismo dos primeiros Césares representavam, dessa maneira, uma *tomada de posição* acerca do poder, a perspectiva de um grupo específico frente a outros círculos aristocráticos no

²⁹⁶ FAVERSANI, F. *op. cit.*, 2013, p. 102-103.

²⁹⁷ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 10.

²⁹⁸ TÁCITO, *Annales*, 1, 2.

²⁹⁹ SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 585.

³⁰⁰ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 423.

³⁰¹ SYME, R. Who was Tacitus? In: SYME, R; BIRLEY, A. (Orgs.). **Roman Papers**. Vol. VI. Oxford: Clarendon Press, 1991, p. 44.

³⁰² FAVERSANI, F; JOLY, F. *op. cit.* 2013, p. 134.

complexo jogo da competição. Tácito, provincial elevado aos maiores círculos de poder em Roma, pertencia a uma facção da aristocracia particularmente engajada intelectualmente, pois estava composta também pelos Plínios, amigos de longa data da família de Tácito³⁰³. Estamos falando, portanto, de um grupo aristocrático coeso politicamente e que compartilhava, assim como os estoicos no tempo de Nero, se uma *visão comum* de sociedade e de política.

Nessa perspectiva, círculos aristocráticos competidores produziam, igualmente, discursos políticos igualmente conflitantes. O discurso taciteano, nesse sentido, competia com discursos que se proliferavam a partir de outros setores das elites e, não menos importante, do próprio poder imperial. Nesse caso, sua biografia sobre seu sogro, Agrícola, cumpre papel exemplar no sentido de ser uma forma de competição autoral com discursos produzidos pelo próprio poder imperial, no caso, por Domiciano, conforme nos diz Dylan Sailor³⁰⁴. Se há uma divisão clara na narrativa de Tácito no sentido de pontuar bons ou maus príncipes, também isso é verdadeiro para as elites: havia uma *elite virtuosa*, como aquela representada pelo próprio Tácito e seu sogro, fiel ao *mos maiorum*, e uma *elite má*, adepta do luxo, da viciosidade e da adulação. Nessa lógica acusatória, aqueles que se mostrassem bem sucedidos em perseguir objetivos políticos sob a autoridade dos príncipes frequentemente eram acusados de oportunismo e ganharam má reputação³⁰⁵. Assim, Tácito não foi apenas um observador alheio ao processo político romano, pelo contrário, beneficiou-se dele na ascensão de sua própria carreira e foi, igualmente, um competidor aristocrático durante os Flávios, a despeito de suas invectivas contra Domiciano, pois progrediu em sua trajetória pessoal no exercício de variados cargos e funções, incluindo o próprio consulado, ainda sob a alegada tirania daquele príncipe³⁰⁶. Podemos extrapolar as mesmas questões para outros autores da aristocracia senatorial, a exemplo também de Suetônio, igualmente pertencente aos mesmos ambientes de Plínio e Tácito, indivíduos que transitavam por espaços compartilhados na corte de Trajano e no Senado. Dião Cássio, no século III, oriundo de uma *gens* de nome ilustre, os *Cassii*, mas que provinha do oriente grego, da Bitínia, esteve associado às poderosas regentes de Alexandre Severo, Júlia Mesa e Júlia Mamae que, assim como Agripina havia feito com Nero, tutelaram um príncipe jovem trazendo à corte figuras destacadas das letras e da jurisprudência, a exemplo de Ulpiano. Dião Cássio esteve entre os conselheiros mais próximos do jovem Alexandre, portanto igualmente comprometido a um círculo aristocrático que, naquele momento, era hegemônico sobre todos os demais.

³⁰³ SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 60.

³⁰⁴ SAILOR, D. **Writing and Empire in Tacitus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 183.

³⁰⁵ WINTERLING, A. **Caligula**. Berkeley e Los Angeles: California University Press, 2011, sem página.

³⁰⁶ SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 70.

Além dos trabalhos de Syme, foram particularmente marcantes as ideias de Moses Finley sobre a economia e a política nas sociedades gregas e romana. Mais marcante ainda foi seu juízo sobre a Roma dos príncipes. Para ele, o período pós Augusto estaria completamente excluído ou dissociado de qualquer tipo de atividade política, já que o processo de tomada de decisões, naquele contexto, estaria restrito apenas aos desígnios de um único homem, não na disposição de um corpo de cidadãos votantes³⁰⁷. Vimos anteriormente que, para as cidades gregas, Finley pensou, no *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*, a ideia de *stásis* permanente como a essência do processo político deliberativo das *poleis*³⁰⁸. Mas, curiosamente, o autor negou essa definição ao Principado romano, pois seu *conceito de política* é restritivo: está enraizado no princípio de que somente uma assembleia votante era digna dessa atividade. Aqui vemos, de modo claro, não somente uma aceitação tácita da tese do absolutismo gibboniano, mas a consideração de não havia nenhuma instância alternativa ao poder dos príncipes que pudesse coexistir ou influenciá-lo, mais radical do que a ideia de acerto diárquico de poder, como vimos em Mommsen, que admitia algum grau de existência de relações políticas no seio do Império³⁰⁹. Não somente isso, Finley ainda estabeleceu que o estudo da época romana imperial estaria mais próximo da análise da *psicologia social da elite* sob domínio autocrático”. E, de certa maneira, foi justamente isso o que Vasily Rudich acabou por fazer sete anos após a morte de Finley (falecido em 1987), conforme vimos nas páginas anteriores.

2.5 Política e Principado

Em contrariedade a essa noção limitadora de política, vemos nas ideias de Hannah Arendt uma definição mais apropriada para pensarmos o contexto do Principado: *política é a pluralidade dos homens, é a convivência entre os diferentes. Política é uma forma de relação entre os seres humanos*. Na contramão do conceito aristotélico de *zoon politikon*, de caráter essencialista por pressupor que a política já está *no* ser humano, enquanto uma substância original, Arendt defende que, em si mesmo, o homem é um ser *apolítico* e que a política surge *no entre-os-homens*, portanto fora destes, *no intra-espço* como uma forma de *relação*³¹⁰. É uma definição apropriada para os nossos objetivos, pois converge no sentido de que o poder imperial e as elites aristocráticas pautavam-se por um *conjunto de relações* de competição,

³⁰⁷ FINLEY, M. *Politics in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 52.

³⁰⁸ Cf. p. 61.

³⁰⁹ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p. 27.

³¹⁰ ARENDT, H. *O que é política?* São Paulo: Bertrand Brasil, 2021, p. 21-23.

colaboração, conflito e consenso, conforme as mudanças de circunstâncias e a reorganização de interesses comuns, ou seja, uma complexa teia de relações entre indivíduos e círculos aristocráticos diferentes. Se tomarmos esse viés de entendimento, devemos considerar que a política não se limitava apenas às instituições, aos magistrados eleitos ou às assembleias, todas elas formalmente estabelecidas. A política no período imperial tampouco envolvia só os senadores, mas também equestres, militares, a plebe de Roma, libertos, provinciais, homens e mulheres em variados graus de participação. A partir das considerações de Guarinello e Joly, temos um excelente ponto de partida para fundamentar nossa análise:

Esta visão do poder sob os imperadores [absolutismo, farsa republicana, etc.] é, a nosso ver, simplista e inaceitável. As fontes disponíveis, e até mesmo Tácito, deixam entrever a existência de um espaço público efetivo, ao qual se apresentavam demandas concretas e coletivas, através de um jogo político complexo, do qual participavam, com diferente intensidade, grupos diversos, cada qual com seus próprios objetivos e meios, sua própria definição dos fins desejáveis, suas éticas políticas mais ou menos sistematizadas. Por mais centralizado que fosse o poder imperial, não era absoluto mas, em grande medida, delegado e compartilhado. O próprio Senado era um parceiro importante, que detinha poder, mesmo que subordinado, tanto como instituição, com suas atribuições específicas, quanto como poder individual de seus membros, que monopolizavam as principais magistraturas civis e militares do Império³¹¹.

A partir de tais considerações, tomamos posição de que a compreensão do Principado romano não pode ser restrita a uma divisão binária entre permanência e ruptura, pois todos os processos de transformação histórica podem comportar ambas simultaneamente. A passagem do tempo histórico impõe mudanças necessárias a certos aspectos, mas, também, há elementos que tendem a permanecer numa longa duração. Os valores do republicanismo oligárquico romano não desapareceram com a autocracia imperial porque não se reduziam somente ao âmbito das instituições formais ou às magistraturas: era também algo calcado nas tradições, na linguagem, na mentalidade e na *prática política* de todos os grupos que compunham aquela sociedade dita *imperial*. A despeito da autocracia, o comportamento dos indivíduos manteve uma postura ativa e não somente reativa diante do poder dos príncipes. Fábio Favarsani propôs, nesse sentido, uma leitura instigante a partir de uma noção de *fronteiras* que ora se aproximam, ora se afastam: “múltiplas repúblicas e múltiplos impérios, onde nem sempre a república é sucedida pelo império, mas temos momentos imperiais em meio à república e momentos

³¹¹ GUARINELLO, N. JOLY, F. Ética e ambiguidade no Principado de Nero. In: BENOIT, H; FUNARI, P. *Ética e política no mundo antigo*. São Paulo: FAPESP-UNICAMP, 2001, p. 137.

republicanos em meio ao império”³¹². A longa duração da história romana, as lutas políticas por hegemonia, os movimentos oligárquicos, a transformação do perfil das elites, a política pautada tanto pela *lex* como pela violência nos mostra que império e república nunca precisaram ser, necessariamente, oposições absolutas. Na ótica que adotamos aqui, república e império não são períodos estanques, pois há republicanismo no império assim como havia consideráveis personalismos de império na República.

Embora a *ditadura* tenha caído no esquecimento após a morte de César, acreditamos que o Principado estava mais próximo dela do que de uma *basileia* efetiva, pois os imperadores, de certa maneira, exerciam uma espécie de *ditadura vitalícia* que projetava uma *imagem de magistratura*, porém buscando, ao mesmo tempo, novas bases legitimatórias não só no tradicional campo militar, perante o corpo legionário, mas também em aspectos ideológico-filosóficos, simbólicos, discursivos, imagéticos e também religiosos. A associação entre ditadura e Principado faz sentido quando pensamos que a primeira se tornou mais autocrática e temporalmente ilimitada a partir de Sula e César³¹³, aspectos que estão no âmago do próprio regime imperial, uma evolução daquele poder de origem republicana, embora sem carregar seu título, pois projetava o poder pessoal de um único indivíduo, sem, contudo, lhe atribuir caráter régio. Assim, do ponto de vista das elites, o Principado permaneceu, da mesma forma como a República havia sido, como um regime oligárquico que jamais concebeu a ideia de destruir toda a estrutura prévia do Estado, nem jamais o desejou, mas também incapaz de estabelecer um regime monárquico pleno, amadurecido. O modelo político que Augusto criou nada mais foi do que uma saída pragmática de uma *stásis* extremada, cuja aristocracia senatorial foi incapaz de solucionar por si mesma para garantir a estabilidade interna³¹⁴, a partir do que as realidades políticas do Império lhe permitiram, um sistema de governança que se assentou com dificuldades sobre uma cultura política republicana que primava pelo tradicionalismo do passado, da retórica do *mos maiorum*, forças que não poderiam ser suprimidas simplesmente pela vontade individual do *princeps*. Tem razão Galinsky ao afirmar que o republicanismo romano não estava assentado em aspectos legalísticos ou constitucionais, mas sim em valores, princípios e concepções tradicionais que nem sempre seguiam os mesmos passos das realidades

³¹² FAVERSANI, F. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. In: **Mare Nostrum**, nº 4, 2013, p. 109-110.

³¹³ LINTOTT, A. **The Constitution of the Roman Republic**. Oxford: Clarendon Press, 1999, p. 107.

³¹⁴ GALINSKY, K. *op. cit.*, 1996, p. 8.

políticas³¹⁵, algo essencial para compreendermos a natureza das ações políticas sob o principado.

Ao mesmo tempo, não temos apenas um único Principado, mas um regime em permanente construção, de grande pluralidade, capaz de se reformular e ganhar novos traços, novos estilos que dependiam do perfil pessoal de cada príncipe no modo como exerciam o poder, cada um deles agregando novos elementos políticos e simbólicos à autocracia imperial. O caso de Nero, nesse sentido, é exemplar. Com efeito, Cizek utiliza o termo “neronismo” para designar um amplo espectro de elementos próprios do governo de Nero, a estética, os gostos imagéticos helenístico-orientais, os símbolos, o governo dos espetáculos públicos e das medidas políticas reformadoras³¹⁶. É uma atribuição nominal justa: o Principado foi construído por elementos augustanos, neronianos, flavianos, adriânicos, apenas a título de exemplo. Mas, em todos eles, também há elementos comuns, a busca por legitimidade, o processo relacional, o jogo de competição, o protagonismo de grupos sociais diversos condicionados e condicionantes do poder imperial, sobretudo as elites que, dialeticamente, moldaram as características do principado e, ao mesmo tempo, foram transformadas no processo. Eis outro aspecto que reiteramos em nossa análise: considerar o Principado uma monarquia efetiva, plena, desconsideraria completamente seu processo permanente de construção e reconstrução entre os séculos I e III da Era Cristã e o papel ativo das elites em sua manutenção. Nero, com efeito, esteve sempre às voltas com círculos aristocráticos dos quais dependia efetivamente não só por sua extrema juventude, mas porque compartilhar e delegar atribuições era uma necessidade imperativa: não só de forma oficial, por meio dos cargos da administração, pois as carreiras públicas se mantinham no horizonte ainda republicano das aristocracias, mas também de maneira informal: Agripina, Sêneca, Afrânio Burro ou Tigelino constituíram círculos de poder com propostas efetivas para direcionar os esforços de Nero a diferentes projetos políticos para o Império Romano.

A despeito dos príncipes romanos jamais se desvincularem das aristocracias e dependerem delas em grande medida para a provisão dos altos cargos do Estado romano, é preciso também reiterar que as elites nunca deixaram de contestar o poder dos imperadores enquanto regra geral, o que, em nosso ponto de vista, torna o exercício de observar esses grupos em sentidos absolutos ou uniformizantes uma impossibilidade. Nesse complexo conjunto de relações fluidas, variáveis entre posições de colaboração, neutralidade ou oposição, havia

³¹⁵ *Ibid.*, 1996, p. 6.

³¹⁶ CIZEK, E. **Nerón**. Paris: Fayard, 1982, p. 121.

espaço para as mais contraditórias formas de conduta em diferentes tempos ou circunstâncias. Favversani e Joly, ao abordarem a obra de Tácito e sua inserção nesse quadro, comentam que:

[...] não havia simplesmente um tirano que oprimia a aristocracia e que a ascensão de Trajano veio trazer uma nova época de liberdade. O quadro é mais complexo. Sob os tiranos, a aristocracia se divide e adota posturas diversas – e predominantemente deletérias. Sob um príncipe como Trajano, esta elite ainda se manterá dividida e, se não havia mais o que temer da parte deste, as ameaças vindas da aristocracia permaneciam intactas. [...] Trata-se de uma aristocracia dividida e competindo agressivamente por espaço essa em que Tácito se insere”³¹⁷

Desse modo, longe de uma pretensa unidade ou fixação, o comportamento político e competitivo das elites era pautado pelo *movimento*: produzia o trânsito permanente de indivíduos entre grupos aristocráticos distintos conforme as circunstâncias se apresentavam ou as mudanças de regime político aconteciam. A trajetória prévia de certos príncipes é bastante reveladora nesse sentido. Vespasiano e Nerva, por exemplo. O primeiro, segundo Suetônio, permaneceu ao lado de Calígula, buscando sua própria projeção política, mesmo quando o príncipe se encontrava numa relação hostil com o Senado³¹⁸. Já Nerva, o idoso campeão senatorial que substituiu o alegado tirano Domiciano, em 96, permaneceu ao lado de Nero durante a conspiração de Pisão (em 65), recebendo, inclusive, honras triunfais ao lado do prefeito Tigelino, o que indica sua participação efetiva na severa repressão que se seguiu e que atingiu de forma especialmente dura os próprios grupos senatoriais³¹⁹. Apenas dois casos que nos revelam um ambiente político pautado por um tipo de movimento que compromete qualquer ideia pré-concebida de uma aristocracia unificada sob supostos *tiranos*, ou igualmente adequada de outros supostos *consensos universais*, simplesmente impossíveis de serem alcançados.

As tendências monarquizantes de certos príncipes poderiam fornecer uma espécie de *argumento justificador* para seu assassinato, o *tiranicídio*, um *tópos* literário clássico na literatura senatorial, aspecto particularmente lembrado nos casos de “maus imperadores”, a exemplo de Calígula. Ainda assim, não era necessária a existência de um viés monarquizante para tal: a pressão competitiva poderia manifestar disposições conspiratórias mesmo em principados de “bons” imperadores: Nerva debelou, logo de início, uma conspiração liderada

³¹⁷ JOLY, F, D; FAVERSANI, F. *op. cit.*, 2013, p. 143-144.

³¹⁸ SUETÔNIO. *Vida de Vespasiano*, 2.

³¹⁹ TÁCITO. *Annales*, 15, 72.

por Calpúrnio Crasso³²⁰, Adriano executou aristocratas que alegadamente planejavam matá-lo durante uma caçada³²¹, Marco Aurélio reprimiu a rebelião de Avidio Cássio³²². Num quadro geral, até o século III, somente Tito e Antonino Pio não sofreram com a organização de conjurações, o que faz daqueles principados verdadeiras exceções à regra. O quadro abaixo nos mostra como a violência foi uma constante no processo de ascensão e queda de imperadores romanos:

Príncipe governante	Tipo de morte
Tibério	Natural
Calígula	Assassinado
Cláudio	Assassinado
Nero	Suicídio
Galba	Assassinado
Otão	Executado
Vitélcio	Executado
Vespasiano	Natural
Tito	Natural
Domiciano	Assassinado
Nerva	Natural
Trajano	Natural
Adriano	Natural
Antonino Pio	Natural
Lúcio Vero	Natural
Marco Aurélio	Natural
Cômodo	Assassinado
Pertinax	Assassinado
Dídio Juliano	Executado
Pescênio Niger	Executado
Clódio Albino	Executado
Sétimo Severo	Natural
Geta	Executado
Caracala	Assassinado

³²⁰ DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 68, 3.

³²¹ DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 69, 3.

³²² DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 72, 17-22.

Macrino	Executado
Heliogábalo	Assassinado
Alexandre Severo	Assassinado

Tabela 1: Príncipes romanos e suas mortes (séc. I-III da Era Cristã)

A partir dos dados acima, podemos realizar um cálculo simples sobre o grau geral de letalidade do poder imperial romano. As mortes violentas foram divididas entre assassinato, quando o príncipe era morto em tempos de paz, e execução, quando isso ocorria em tempos de guerra civil (Nero, embora tenha se suicidado, entra para esta última categoria). Os números são eloquentes: se considerados na proporção total, a probabilidade de um príncipe romano morrer violentamente no exercício do poder era de 62,96%, o que nos leva a concluir que a competição aristocrática fez até mesmo os próprios imperadores vítimas do sistema político que os criou. Aloys Winterling observou que os conflitos e violências que caracterizaram o regime imperial, longe de se limitarem a uma “loucura imperial”, marca tradicional associada a príncipes como Calígula, Nero ou Domiciano, tinham raízes nas próprias estruturas constituintes do Principado, nos seus paradoxos e contradições, na mesma linha de entendimento que vimos acima, a partir da latência entre *superbia* e *civilitas* proposta por Wallace-Hadrill³²³. Além da permanente contestação dos príncipes por parte das elites, que poucas barreiras encontravam para assassiná-los, havia também a instabilidade provocada por aquilo que Winterling chama de *consequências inesperadas e contrárias às intenções* dos atores políticos: estando os imperadores numa condição essencialmente *usurpadora*, precisavam se legitimar por meio de poderes oficiais e recebimento de honras, todas oriundas do direito constitucional republicano e concedidas por decretos senatoriais. Nesse processo, a despeito do esvaziamento dessas honrarias, os príncipes reiteravam a velha ordem hierárquica que não previa um monarca como a única possível³²⁴. Nesse conjunto paradoxal de relações, as elites senatoriais e os magistrados agiam como se não houvesse imperador e, ao mesmo tempo, todos atuavam em conformidade com a vontade imperial³²⁵. Ao observarmos esse conjunto de elementos, podemos notar que, se qualquer governante poderia ser aprovado pelo Senado e pelo Povo através de suas concessões de poder, então, a rigor, nenhum *princeps* precisaria ser

³²³ Cf. p. 86.

³²⁴ WINTERLING, A. *op. cit.*, 2012, p. 10-11.

³²⁵ *Ibid.*, 2012, p. 12.

tolerado por muito tempo, segundo Griffin³²⁶, e novos candidatos ao poder, mobilizados pela competição, poderiam se lançar conforme suas redes de apoio e obter o mesmo respaldo.

Tamanha letalidade no exercício do poder não é observável nas mesmas proporções nas monarquias helenísticas do oriente, justamente porque nelas nunca houve uma base republicana de governo. É, de fato, uma característica singular romana, pautada justamente pela natureza *sui generis* do Principado. Daí a conclusão de que a cultura política das elites se mostrava, na prática, uma barreira bastante concreta ao suposto *poder ilimitado* dos imperadores. Tal forma de cultura determinava uma percepção do poder entre as elites, que tomavam *posição ativa* frente à autocracia, tanto a seu favor quanto contra, de maneira que as ideias de *monarquia absolutista*, *farsa ou ficção republicana* e outras afins tratadas nos tópicos anteriores perdem seu sentido. Príncipes, senadores e outros grupos sociais conviviam e atuavam dentro dos dilemas políticos e sociais desse regime ambíguo, que impunha grande pressão sobre todos eles. Nessa lógica contraditória, os príncipes eram polos de atração ou vias de ascensão para novas elites e, ao mesmo tempo, polos de repulsão a serem permanentemente questionados. De qualquer forma, a competitividade promoveu não só instabilidades, mas também assegurou a permanência do Principado a despeito de suas contradições, pois o horizonte político daqueles indivíduos poderia vislumbrar a substituição de um príncipe específico, mas dificilmente do sistema em si³²⁷.

Diante dessas conclusões, é preciso compreender que a competição aristocrática se tornava um terreno fértil em meio a essas ambiguidades e paradoxos, um elemento capaz de mobilizar parcelas significativas dessas elites que, ao buscarem sua ascensão, empregavam estratégias diversas para tal, não raro por meio da violência. As casas aristocráticas, a exemplo dos *Calpurnii Pisones*, no tempo de Nero, do qual trataremos com mais detalhes ao longo dos próximos capítulos, eram plenamente capazes de se *articular independentemente do poder imperial*, segundo Ygor Klain Belchior, buscando, inclusive, a tomada desse mesmo poder, o que, logicamente, instigava o príncipe governante a também desenvolver estratégias de manutenção de seu *status* político³²⁸. Essa competitividade aristocrática que emergia da cultura política romana tornava o exercício do principado uma atividade complexa, na qual a manutenção do poder era uma tarefa extremamente difícil por conta da própria instabilidade e

³²⁶ GRIFFIN, M. *Nero: The End of a Dynasty*. Nova York: Routledge, 1984, p. 190.

³²⁷ Suetônio menciona uma fracassada tentativa de restauração republicana após o assassinato de Calígula. Os cônsules convocaram o Senado no monte Capitolino, mas não chegaram a uma conclusão satisfatória entre a escolha de um sucessor ou a abolição definitiva do Principado (SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 60). Entrementes, Cláudio foi aclamado príncipe pelos pretorianos.

³²⁸ BELCHIOR, Y. K. *Tácito e o principado de Nero*. Dissertação de mestrado (UFOP), 2012, p. 133.

volatilidade inerentes aos círculos e famílias aristocráticas. Nesse contexto, *explosões de violência* tanto da parte de príncipes quanto da parte da elite eram a norma, não exceção. As aristocracias, porém, não competiam apenas com o príncipe governante, aspecto expresso através do *conjuracionismo*, mas entre elas também e, não raro, recorriam aos poderes do príncipe para reprimir seus adversários. A proliferação do *denuncismo* por atividade de *delatores*, a instrumentalização de acusações de *maiestas* ou o assassinato puro e simples eram meios aos quais as elites eram capazes de atuar violentamente contra si próprias numa *stásis* mais agressiva, não raro movidas por rancores e ódios pessoais, combustíveis poderosos da competição. Eram, desse modo, partícipes na consolidação da violência, de maneira nenhuma um monopólio exclusivo dos imperadores. A *dissimulatio* até poderia ser uma arma útil nessas lutas políticas, sobretudo em relação àqueles que dispunham a ser conjurados, mas de forma alguma era única, pois convivia com enfrentamentos diretos de grande virulência, acusações públicas e, também, assassinato. Tais questões serão abordadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III – OS ANOS INICIAIS DE NERO (54-62)

3.1 Os círculos aristocráticos do período neroniano

O historiador romeno Eugen Cizek, ao abordar os movimentos aristocráticos sob o governo de Nero entre as décadas de 1970-80, traçou o perfil de dez grandes círculos aristocráticos com uma identidade política própria, lançando mão de uma tabulação para ordená-las e que pode ser encontrada nos anexos de seu *Nerón*, publicado na França pela editora Fayard em 1982. Os círculos são os seguintes: I) Rubélio Plauto; II) Silanos; III) Agripina; IV) Corbulão; V) Vestino; VI) Probo; VII) Pisão; VIII) Traseia Peto; IX) Aneus; X) Corte de Nero. A partir dessa estrutura e do pressuposto de liderança desses indivíduos, Cizek estabeleceu um perfil político, ideológico, filosófico e até mesmo estético para cada um desses grupos, de forma que cada um deles ganhou uma identidade distinta, um perfil aristocrático reconhecido perante os demais³²⁹, segundo os princípios teóricos que abordamos, as críticas e as vantagens dessa metodologia, no item 1.4 do capítulo 1.

O primeiro compreenderia um grupo construído por mestres e discípulos estoicos, particularmente o aristocrata Rubélio Plauto e seu mestre, Musônio Rufo. Pertencente a *gens Rubelia*, relativamente obscura, mas que ganhou destaque a partir de Augusto justamente por suas conexões com a família imperial, o que o tornava, naturalmente, um *nobilis*, Rubélio Plauto foi um dos mais destacados desafetos de Nero; o segundo círculo foi constituído pelos *Iunii Silani*, outra família *nobilis* com conexões com os Júlio-Claudianos. Assim como no caso anterior, os Silanos estiveram em conflito direto tanto com Cláudio quanto com Nero, mas com desdobramentos políticos ainda mais dramáticos; o terceiro seria formado por Agripina e seus apoiadores, um conjunto muito mais heterogêneo socialmente do que os dois círculos anteriores e uma demonstração de que as mulheres da família imperial eram igualmente ativas na busca por influência e participação política; o quarto círculo compreendia Cneu Domício Corbulão e seus familiares, general renomado por campanhas militares na Germânia e na Armênia, um exemplo de indivíduo dotado de *mérito pessoal* e definido enquanto um *capax imperii*, alguém habilitado por suas virtudes ao poder imperial na velha tradição tardo-republicana; o quinto círculo foi constituído pelo senador Marco Júlio Ático Vestino; o sexto seria formado por Marco Valério Probo, gramático e comentador das obras do grande poeta romano, originário de Berito (Síria-Fenícia), destacada colônia romana criada nos tempos de Augusto; o sétimo

³²⁹ Cf. anexo “Les groupes de pression et les cercles”. CIZEK, E. *Nerón*. Paris: Fayard, 1982, p. 416-417.

círculo era constituído por Caio Calpúrnio Pisão, membro de uma *gens* de origens tradicionais, igualmente *nobilis*, os *Calpurnii Pisones*, competidores políticos particularmente ativos não só em relação a Nero, mas também nas décadas subsequentes; o oitavo, pelos amigos e familiares de Públio Clódio Traseia Peto, senador estoico que se tornou uma liderança senatorial particularmente engajada naqueles anos, membro de uma discutível *oposição estoica* a Nero, conforme abordaremos no capítulo 4; o nono círculo compreendia Sêneca e os membros da *gens Annaea*. No interior desse grupo, estava um subgrupo liderado por Aneu Cornuto, um liberto de Sêneca que se tornou mestre estoico e líder de uma escola de filosofia particularmente reputada em Roma e que Cizek considerou como possível autor da tragédia *praetexta* Otávia, um dos primeiros textos anti-neronianos escritos durante a época dos Flávios³³⁰; por último, a corte de Nero, seus inúmeros amigos (*amici principis*) e libertos da administração imperial.

Do ponto de vista de um perfil ideológico, Cizek afirmou que os círculos de Plauto (I), dos Silanos (II), de Corbulão (IV), de Pisão (VII) e Vestino (V) seriam mais próximos de um modelo de “monarquia augustana”, enquanto que os Aneus (IX) e Traseia (VIII) estariam mais inclinados a aceitar um outro tipo de monarquia, uma espécie de “despotismo filosófico”, algo expresso com mais clareza na ideia de *clementia* defendida por Sêneca. Agripina (III), por outro lado, representaria uma defesa de um modelo mais agressivo de despotismo, aos modos de seu marido Cláudio, assim como Nero (X). Probo (V), por fim, representaria a rejeição completa do despotismo de Nero. Na perspectiva de uma *atuação política*, resumidamente, Plauto (I) e os Silanos (II) transitariam entre a oposição passiva e a colaboração limitada, enquanto que o grupo de Pisão (VII) e Corbulão (IV) teriam como característica certa inclinação ao conjuracionismo. O perfil de Agripina (III) seria caracterizado pela firmeza de ação e pelo uso de intrigas e subterfúgios. Traseia (VIII) e os Aneus também teriam como marca política um trânsito de posições, da colaboração à oposição, esta última posição representada, de certa maneira, pelo abandono das atividades políticas. Por último, Nero, cujas ações seriam caracterizadas pelo autoritarismo e pelo esforço de instituir reformas políticas e sociais em Roma, aspecto que trataremos com mais detalhe no capítulo 4. Cizek se limitou a definir a postura de Vestino (V) como de crítica ao governo de Nero e não reconheceu qualquer fórmula política específica para Probo (VI).

São considerações interessantes, pois o mérito de Cizek em estabelecer esses círculos se encontra justamente na afirmação de que não eram aristocracias imobilizadas ou fixas em

³³⁰ CIZEK, E. op. cit., 1982, p. 237.

posições políticas pré-determinadas, não estavam condicionadas em *bloco unitário* a lugares de oposição ou colaboração *apenas*, mas que eram ditadas pelo *movimento*, assumindo diferentes posturas conforme as disputas e a competição mudavam o perfil da corte. Mais problemáticas, porém, são as considerações filosóficas e estéticas que o historiador romeno deu a esses agrupamentos. Todos eles, com exceção do de Pisão (VII) e Agripina (III), são identificados de alguma forma com o estoicismo, seja de forma ortodoxa ou moderada, em graus variados. No caso de Pisão, Cizek fala de epicurismo. Acreditamos que aí reside uma limitação na leitura do autor. De fato, observamos nas fontes que apenas três círculos, de todos esses, têm efetiva ligação com doutrinas estoicas, praticaram ou teorizaram ideias estoicas: Rubélio Plauto (I), discípulo de Musônio Rufo, Traseia Peto (VIII) e, logicamente, os Aneus (IX). Quanto aos demais, não observamos nenhuma evidência concreta que ligue os demais a qualquer vínculo ou conversão a um estilo de vida filosoficamente engajado. É um equívoco, em nossa perspectiva, considerar que o estoicismo fosse parte integrante de todos ou quase todos os grupos aristocráticos, sobretudo porque ainda existiam certas restrições à ideia de uma adesão à filosofia, considerada incompatível com as obrigações senatoriais romanas, questão que também discutiremos mais adiante. A adequação às doutrinas do estoicismo, nesse sentido, não era algo plenamente consensual entre as elites romanas, muito embora tenha encontrado receptividade em muitos espaços aristocráticos.

Outro aspecto, ainda mais problemático, são as categorizações estéticas que Cizek emprega a cada grupo específico, em geral oriundas da história da arte e considerando diferentes formas de gostos artísticos. Com a exceção dos Aneus (IX), inclinados a um “neoasianismo”, os demais grupos estariam vinculados a expressões “classicistas” em variados graus, mesclados com caracteres “barrocos”, “aticistas”, “arcaizantes” ou ao “estilo novo”. A categorização de diferentes estilos artísticos associados a esses círculos aristocráticos é um traço comum em outras obras de Cizek e podemos encontrá-las, por exemplo, em sua *História da literatura latina*, que não recebeu tradução para o francês. Nesse sentido, o historiador romeno pouco define o que realmente quer exprimir com eles. Existem nas fontes antigas, de fato, referências a certos estilos retóricos chamados de “asianistas” ou aticistas”, sobretudo comentadas por autores como Cícero e Quintiliano, mas se restringem apenas à retórica. Naturalmente, Cizek foi criticado pelo uso arbitrário dessas terminologias justamente pelas confusões conceituais ao qual implicam³³¹. Acreditamos que classicismo, estilo novo, barroco e outras ideias semelhantes não são apenas conceitos estranhos à Antiguidade, mas também anacrônicos em

³³¹ HIJMANS JR. B. L. *op. cit.*, 1978, p. 106.

sua essência e não devem ser utilizados, já que são extrapolações do que a documentação antiga permite ao historiador.

Não só tais considerações estéticas são indevidas, mas alguns dos grupos que Cizek identificou carecem de evidência concreta, questão que abordamos no capítulo 1³³². De nossa parte, acreditamos que alguns desses grupos não tem consistência para serem considerados círculos aristocráticos efetivos, sobretudo o de Vestino (V), ao qual Cizek não apresenta qualquer evidência. Probo (VI), por sua vez, enquanto gramático, construiu de fato um círculo intelectual, pois tinha um número considerável de discípulos, mas não possuía nenhum perfil político discernível, algo que o próprio Cizek reconhece ao não atribuir qualquer fórmula política a Probo, que parece ter permanecido à margem dos conflitos políticos do período neroniano. Acreditamos que a corte de Nero também não se enquadra de modo satisfatório na categoria de “círculo aristocrático”, já que se tratava de um espaço político-social com características próprias, muito mais um *local de atuação* para os demais círculos aristocráticos elencados por Cizek. Voltaremos à problemática da corte em momento oportuno. Quanto aos demais, sua existência é fato indiscutível, mas devemos considerar que eram círculos muito permeáveis e abertos, propensos ao trânsito fluído de indivíduos, de forma que dar a eles fronteiras rígidas se torna algo limitante. Sêneca é um exemplo disso. Embora pertencesse ao grande grupo dos Aneus, sua família hispânica (IX), também fez parte do círculo de Agripina (III) quando da transição de Cláudio para Nero, ou seja, transitou entre dois círculos simultaneamente. Ao mesmo tempo, Cizek ignorou outros indivíduos que, a nosso ver, são mais adequados a constituírem círculos aristocráticos politicamente atuantes, a exemplo dos Vitélios e seus correligionários Flávios, estes últimos clientes dos primeiros, participantes de grande importância na competição política daquele período e tomados como *factio* política por Griffin e Syme³³³. Devemos, igualmente, considerar outros círculos que Cizek não considerou em sua análise. Há indícios nas fontes de que houve, efetivamente, um círculo de aristocratas centrados na figura de *Britânico*, filho natural de Cláudio, ao menos até sua morte, em 55. Nos anos finais de Nero (62-68), amparados pelo príncipe, a ascensão de aristocratas altamente competitivos e de contexto relativamente obscuro se concretizou no domínio político de Ofônio Tigelino, o Prefeito Pretoriano de Nero, um dos agentes mais ativos naquele contexto e que resultou numa

³³² Cf. p. 77.

³³³ GRIFFIN, M. *Seneca: a Philosopher in Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1976, p. 453-454; SYME, R. *Partisans of Galba*. In: BIRLEY, A. (Org.). *Roman Papers*. Vol. IV. Oxford: Clarendon Press, 1988, p. 116-117.

drástica mudança de forças, cujo pertencimento a um grupo maior foi apenas mencionado, ainda que sem grandes pretensões, por Pierre Grimal³³⁴.

Assim, a partir de uma releitura dos círculos estabelecidos por Cizek, restringiremos nossa análise, neste e no próximo capítulo, a esses grupos especificamente, já que o conjunto total das aristocracias romanas do período era, naturalmente, muito mais amplo, estudo que exigiria um trabalho de maiores dimensões. Assim, limitaremos nossa análise a esses grupos estabelecidos por Cizek e expandido por nós por serem *representativos*, dentro do escopo desta tese, dos movimentos aristocráticos em processo competitivo por espaço político na corte de Nero. A partir dessas considerações, apresentamos o seguinte conjunto de círculos que serão analisados com mais detalhes: Rubélio Plauto (I); Silanos (II); Agripina (III); Corbulão (IV); Vitélios-Flávios (V); Britânico (VI); Pisões (VII); Traseia Peto (VIII); Aneus (IX) e, por fim, Tigelino (X). De todos eles, efetivamente, *três foram politicamente dominantes no espaço da corte*, o de Agripina (III, de 54-55), o dos Aneus, que também integrou o prefeito Sexto Afrânio Burro (IX, de 55-62) e, por fim, o de Tigelino (X, de 62-68). Os demais orbitaram esses grupos e, em diferentes momentos, estiveram mais próximos ou distantes do centro do poder conforme suas relações de afinidade social, filosófica ou política. Entre eles, se estabeleceu uma considerável competição que resultou nas instabilidades características do período tardio de Nero, questão que sempre foi compreendida como simples fruto de sua *tiranía*, de seus vícios enquanto indivíduo dotado de *crudelitas*, aspectos que alimentaram, como vimos no capítulo anterior, uma concepção limitadora de monarquia despótica ou absolutista. Em cada um desses três grandes círculos dominantes, embora diferentes entre si, prevaleciam práticas comuns: o poder de apontar ocupantes de confiança para posições ou cargos importantes e estratégicos da governança imperial, ou seja, estabelecer uma primazia política por meio do favorecimento de *amici*, termo amplo no contexto social imperial que, como veremos adiante, bem poderia indicar elos patronais e trocas de favores diversos. Agripina procedeu dessa maneira antes da morte de Cláudio e durante os primeiros meses de Nero, Sêneca e Burro, aliados e adversários da imperatriz, igualmente o fizeram até 62. Tigelino, mais tarde, seguiu as mesmas linhas de atuação até a morte de Nero, em 68.

³³⁴GRIMAL, P. *Sénèque ou la conscience de l'empire*. Paris: Fayard, 1991, p. 205.

3.2 A construção do círculo de Agripina: a corte, a competição e o patronato

Os anos que antecederam a morte de Cláudio e a ascensão de Nero foram marcados por um acentuado uso da violência como instrumento de reafirmação do poder imperial diante dos demais grupos aristocráticos que contestavam o poder do *princeps*. Suetônio registra um balanço daqueles anos 41-54: trinta e cinco senadores e mais de trezentos cavaleiros executados³³⁵. Tais números são importantes por duas razões. A primeira, por indicar que, num total de seiscentos senadores, segundo as estimativas de Talbert para todo o conjunto do Senado na época imperial³³⁶, trinta e cinco representam, portanto, 5,8% do Senado, um número relativamente baixo em termos totais, mas, ainda assim, a execução de senadores tinha um peso e um custo político muito grande perante a opinião pública de Roma. O segundo aspecto é mais revelador em relação aos equestres: foram proporcionalmente muito mais visados nos episódios de aberta repressão, o que prontamente nos mostra que, a despeito de sua progressiva conversão em elite funcionária, sua capacidade de mobilização competitiva para apoiar adversários políticos dos príncipes era um traço ainda remanescente de sua cultura política republicana. Cláudio, que havia sido aclamado após o assassinato de Calígula, em 41, esteve sempre às voltas com uma profunda antipatia senatorial e seu relacionamento com os demais grupos aristocráticos foi marcado tanto por tentativas de apaziguamento quanto por repressão, que envolveram membros tradicionais das grandes e prestigiadas famílias romanas.

Por outro lado, inicialmente, a relação com os equestres era consideravelmente cordial. Porém, a inclinação de Cláudio em favorecer libertos³³⁷, que se tornaram poderosos competidores sociais, sobretudo de origem grega, certamente deve ter cumprido seu papel no desgaste das relações entre o príncipe e a *ordo equester*, pois estes, também altamente competitivos na busca por reconhecimento, não hesitaram, por exemplo, a se unir a um senador dissidente, Caio Sílio, por ocasião de seu casamento (ou de um *simulacro de casamento*) com Messalina, no ano de 48³³⁸, ato que incluía o posterior assassinato de Cláudio e a construção de um novo governo, possivelmente uma regência para Britânico. O governo de Cláudio foi, em grande medida, caracterizado pelas contestações violentas ao poder do príncipe, aclamado pelos pretorianos à revelia do Senado. A partir de uma condição política precária, o espírito competitivo das elites se manifestou em inúmeras conjurações que eram, naturalmente,

³³⁵ SUETÔNIO, *Vida de Cláudio*, 29.

³³⁶ TALBERT, R. *op. cit.*, 1984, p. 29.

³³⁷ CORRÊA, L. P. Da Apoteose à *Damnatio Memoriae*: as virtudes e os vícios do imperador Cláudio segundo “A Apocoloquintose do Divino Cláudio” de Sêneca (século I d.C.). Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – UFPR), 2011, p. 48-49.

³³⁸ LEVICK, B. *Claudius*. Londres: Bastford, 1990, p. 103.

severamente reprimidas pelo poder imperial, o que explica os números apresentados por Suetônio. E, assim, se desenhavam as lutas políticas no interior da casa imperial, tornada progressivamente de *domus privada* em um *espaço cortesão*.

Nesse sentido, ao falarmos de círculos aristocráticos e agrupamentos políticos, também é preciso entender o espaço da corte como *palco de disputa*. A tradução do termo latino *aula* comumente ganha o sentido de *corte*³³⁹, ou seja, o espaço em que estão o príncipe, sua família e seu corpo de administradores e secretários imediatos, local que se torna um centro decisório privilegiado na era dos imperadores, o que não exclui, logicamente, outros espaços, como o do Senado. A *aula* nada mais foi do que uma evolução da *domus* de Augusto que se localizava no Palatino, uma tendência que começou ainda na República, pois as casas dos *nobiles* já se configuravam como pequenas cortes, tornando-se, porém, prerrogativa apenas dos imperadores, institucionalização que distinguiu a *domus* do príncipe das demais casas aristocráticas³⁴⁰. Ali, o termo *corte*, pouquíssimo usado na literatura republicana, ganha espaço entre os autores imperiais e um de seus maiores promotores foi justamente Sêneca³⁴¹. Wallace-Hadrill, num esforço conceitual, definiu a corte romana como um *espaço ao redor do governante na qual o acesso aos favores imperiais são negociados*, não um edifício específico, o *Palatium*, embora este seja sua expressão monumental, ao mesmo tempo um espaço para ver e ser visto³⁴². A definição é adequada, muito embora sua leitura da corte romana frequentemente seja comparada à corte de Luís XIV, já que Hadrill é tributário das ideias de Norbert Elias de uma sociedade de corte, algo que se torna problemático pelo simples fato de que a *aula* de Nero e as aristocracias imperiais romanas não eram aquelas do Antigo Regime, ainda que certos aspectos possam ser compartilhados.

Nessa linha de raciocínio, o historiador justamente enfatizou a necessidade de se observar a corte para além da individualidade do *princeps*, um potencial local de *sociabilidade*, aberto aos *convivia et circuli* que moldavam a opinião pública de Roma³⁴³, aspecto ao qual concordamos grandemente. De início, a *domus Caesaris* continha os típicos elementos de uma tradicional casa aristocrática romana, sobretudo três: os membros da família, os escravos e os

³³⁹ SARAIVA, F. R. *op. cit.*, 2006, p. 129.

³⁴⁰ JOLY, F. D; FAVERSANI, F. Os Júlio-Cláudios. In: In: BRANDÃO, J. L; OLIVEIRA, F. (Orgs.). **História de Roma Antiga**. Vol. II. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 79-80.

³⁴¹ WALLACE-HADRILL, A. The Imperial Court. In: BOWMAN, A; CHAMPLIN, E; LINTOTT, A. (Orgs.). **The Cambridge Ancient History**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 283.

³⁴² WALLACE-HADRILL, A. The Roman Imperial Court: Seen and Unseen in the Performance of Power. In: DUINDAM, J; TULAY, A; KUNT, M. (Orgs.). **Royal Courts in Dynastic States and Empires: A Global Perspective**. Vol I. Leiden: Brill, 2001, p. 97-99.

³⁴³ WALLACE-HADRILL, A. *op. cit.*, 1996, p. 295.

amici, estes últimos os que constituiriam o elemento externo da casa. Os libertos também entram nessa descrição, ainda dependentes de seus antigos senhores³⁴⁴. Aos poucos, novas estruturas internas foram desenvolvendo conforme o regime do principado amadurecia: a partir dos *amici principis*, começou a se desenhar, ainda que com *posição informal*, o prestigiado *consilium principis*, conselheiros que orientavam politicamente os imperadores, também uma tradição de origem republicana³⁴⁵. Sob Cláudio, os libertos ocupam outras posições que se tornam cada vez mais especializadas, tornando-se, assim, um *corpo administrativo* constituindo postos com nomes e atribuições específicas, *ab epistulis* (correspondência), *a libellis* (petições), *a rationibus* (erário), dentre outros ofícios que se tornaram exclusividade da casa imperial³⁴⁶. Não só isso, a hibridização da corte romana, republicana em origem, com elementos helenísticos também permitiu a circulação de intelectuais, para além de senadores e equestres, sobretudo filósofos e astrólogos de origem grega, indivíduos que viviam na própria corte³⁴⁷.

A partir das caracterizações elencadas por Hadrill, podemos dizer que a *Domus* privada do príncipe efetivamente se tornou um espaço de *negociação de poder*, um local onde a tradicional divisão entre *res publica* e *res privata* se tornou ambígua e a concessão de favorecimentos uma regra sócio-política. Mas a ideia de *espaço* precisa ser repensada, já que, em nosso ponto de vista, podemos dizer que a corte é constituída por *espaços*, no plural, e consideravelmente *difusos*, pois não necessariamente se resume ao palácio do príncipe, mas abrange também as casas de Sêneca, Burro, Tigelino, Agripina ou os quarteis da Guarda, pois também naqueles lugares muitas decisões de grande impacto político eram tomadas. Ao mesmo tempo, a corte era também *relação interpessoal*, já que implicava tanto na aproximação ou no afastamento não só em relação ao próprio príncipe, mas também aos poderosos que estivessem em condição hegemônica de controlar os assuntos da administração imperial. A corte também poderia apresentar certa duplicidade e se estabelecer em outros lugares que não somente a Capital: entre 66-67, durante a estadia de Nero na Grécia, tanto a *Domus Aurea* em Roma, sob os cuidados de seu liberto Hélio, quanto o círculo em torno do imperador em terras gregas, podem ser entendidos como *cortes*. Ao mesmo tempo, a *aula* imperial romana não deve ser entendida como um ambiente uniforme ou imobilizado, mas, pelo contrário, como lugar de trânsito permanente de indivíduos e círculos de poder, que abrem ou cedem seu espaço a outros

³⁴⁴ *Ibid.*, 1996, p. 288.

³⁴⁵ *Ibid.*, 1996, p. 289-290.

³⁴⁶ *Ibid.*, 1996, p. 297.

³⁴⁷ *Ibid.*, 1996, p. 292.

conforme o jogo político se desenhava. A corte, assim, também ganha uma *dimensão interrelacional* no sentido de ser um *polo de atração* de círculos aristocráticos competitivos, que ao interagirem entre si estabeleciam, pois, *relações políticas*. Nos anos finais de Cláudio, a corte foi sendo ocupada com aliados políticos de Agripina, que progressivamente construiu seu grande círculo de apoiadores influentes e a estruturou de modo a garantir que seus planos políticos frutificassem: o principado de seu filho Nero e, ao mesmo tempo, a consolidação de seu poder pessoal.

Júlia Agripina, ou Agripina, a Jovem (ou Menor)³⁴⁸, nascida na *Germania Inferior*, em *Oppidum Ubiorum*, cidade que mais tarde carregaria seu nome³⁴⁹, provinha de uma linhagem ilustre e era, sobretudo, reconhecida como a filha mais notável de Germânico, chefe militar de maior prestígio da casa Júlio-Claudiana. Germânico, por sua vez, fora irmão mais velho do imperador Cláudio, ambos filhos de Nero Cláudio Druso Germânico e, portanto, netos de Lívía, esposa de Augusto. Por parte de mãe, era filha de Agripina, a Velha (ou Maior) que, por sua vez, era filha de Júlia *Caesaris* (a única filha de Augusto) com Marco Agripa, ancestralidade esta que a vinculava à *gens Iulia*. Agripina fez parte de uma prole considerável: Calígula era seu irmão, assim como Júlia Drusila e Júlia Livila. Tácito não deixou de exprimir certa admiração pela impecável linhagem de Agripina, a despeito de retratá-la negativamente, uma mulher “única entre nós até hoje que tenha sido filha, irmã, esposa e mãe de imperadores”³⁵⁰. Agripina, assim, representava uma convergência linhagística valiosa entre os Júlios (descendentes de Augusto via Júlia *Caesaris*) e os Cláudios (através dos filhos de Lívía).

Antes de sua união com o imperador Cláudio, Agripina foi casada com Cneu Domício Enobarbo (em 28), um aristocrata de notória má fama, segundo Suetônio³⁵¹, membro dos *Domitii Ahenobarbi*, família de origem plebeia, porém dotada de *nobilitas*, destacada durante a República. Dessa união anterior nasceu Lúcio Domínio Enobarbo, posteriormente chamado de *Nero Cláudio César Augusto Germânico*³⁵², o futuro príncipe romano, em 15 de dezembro de 37. Agripina veio de um contexto familiar pautado pela alta competitividade no *interior* da própria casa imperial, competição essa que vitimou sua irmã, Júlia Livila, articulada por Messalina, uma adversária feroz dos Germânicos, sob a alegação de uma relação adúltera com Sêneca. Ela própria havia sido exilada por ordem de Calígula e separada de seu filho recém-

³⁴⁸ PIR² J 641. Jovem ou menor são termos empregados para distinguir mãe de filha.

³⁴⁹ *Colonia Ara Claudia Agrippinensium*, a atual Colônia, Alemanha.

³⁵⁰ TÁCITO, *Annales*, 12, 42. “[...] *quam imperatore genitam, sororem eius qui rerum potitus sit et coniugem et matrem fuisse, unicum ad hunc diem exemplum est*”. Tradução de Leopoldo Pereira.

³⁵¹ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 5.

³⁵² PIR² D 129.

nascido. Após a queda de Messalina em 48 por seu casamento ilegal e complô com o aristocrata Caio Sílio, o liberto Palas, secretário de Cláudio, articulou seu casamento com o já idoso imperador, o que lhe abriu as portas da corte. Palas utilizou a vantagens da linhagem de Agripina como seu grande trunfo³⁵³, pois ela reunia em si a convergência entre duas linhas familiares que lentamente haviam se afastado, a Júlia, enquanto descendente de Augusto, e dos Cláudios, através de seu pai Germânico, algo valioso para um príncipe aclamado de modo tão conturbado pela ingerência dos pretorianos³⁵⁴. A despeito de sua linhagem, a entrada de Agripina na corte foi um processo essencialmente competitivo em que seu triunfo não estava garantido, pois além de ser sobrinha de Cláudio, portanto uma relação *essencialmente incestuosa*, outras candidatas se revelavam igualmente capazes de ocupar aquele espaço também por sua *nobilitas*: os libertos Calisto e Narciso propuseram ao príncipe, respectivamente, um casamento com Lólia Paulina, que havia sido a terceira esposa de Calígula e Aélia Paetina, que já havia sido esposa de Cláudio anteriormente³⁵⁵. A competição entre as mulheres era, também, uma competição entre libertos. Palas, porém, se mostrou o mais convincente. A ascensão de Agripina a uma condição ímpar nos mostra que a competição imperial por espaço cortesão envolvia plenamente as mulheres da família imperial e, quando comparadas Messalina e Agripina, esta última se mostrou uma competidora mais hábil no sentido de construir estratégias eficientes para alcançar seus fins políticos³⁵⁶. Uma vez alçada à condição imperial, Agripina deu início aos seus planos de domínio político pensando na sucessão de seu marido, o primeiro passo no processo que resultou na construção do que chamamos aqui de *círculo de Agripina*³⁵⁷.

O projeto de conquista do poder começou, efetivamente, com a adoção de Nero por Cláudio e seu casamento com Cláudia Otávia³⁵⁸, filha do idoso imperador e, portanto, irmã de Tibério Cláudio César Britânico³⁵⁹, filhos naturais do príncipe com Messalina. Para vencer a forte competição pelo domínio político, Agripina pôs a serviço de Nero (leia-se, a seu próprio serviço) dois indivíduos que compunham os representantes mais poderosos de seu círculo, somado a um terceiro já em posição elevada. Cada um deles alçados a postos destacados da

³⁵³ TÁCITO, *Annales*, 12, 2.

³⁵⁴ DRINKWATER, J. *op. cit.* 2019, p. 33.

³⁵⁵ União que gerou uma filha, a mais velha da prole do príncipe, Cláudia Antônia.

³⁵⁶ BÉDOYÈRE, G. *Domina: The Women Who Made Imperial Rome*. Londres: Yale University Press, 2018, p. 205.

³⁵⁷ O de número III da lista que elencamos no item 3.1. Para uma melhor compreensão das conexões familiares que compunham esses círculos, cf. **apêndice II**.

³⁵⁸ PIR² C 1110.

³⁵⁹ PIR² C 820.

governança por articulação prévia de Agripina: Sexto Afrânio Burro³⁶⁰, militar reputado pela tropa, garantiria a lealdade dos pretorianos, em substituição aos até então prefeitos Lúcio Lusius Geta³⁶¹ e Rúfrio Crispino³⁶², cujas inclinações, segundo Tácito, se dirigiam excessivamente à memória de Messalina e a seu filho, Britânico. Esta é uma das evidências que nos induz a pensar que, paralelo ao poder de Agripina, articulando-se da mesma maneira, estava o *círculo de Britânico*³⁶³, composto não só pelos prefeitos, mas por outros integrantes, incluso o liberto Narciso, adversário de Agripina. Cláudio fez de Geta Prefeito do Egito, em 54, poucos meses antes da ascensão de Nero. Crispino foi o primeiro marido de Popeia Sabina, a futura segunda esposa de Nero. A chefia da Guarda, tradicionalmente dividida entre dois comandantes, foi unificado nas mãos de Burro como meio de garantir a lealdade dos pretorianos. Na disputa pela liderança da Guarda Pretoriana, Agripina obteve sua primeira vitória sobre os cortesãos adeptos de Britânico. A matéria de competição era, efetivamente, pavimentar a sucessão de Cláudio.

Afrânio Burro, a despeito da condição a que foi elevado, tinha origens provinciais e dados sobre sua trajetória prévia são consideravelmente obscuras. Para Tácito, Agripina esperava como retribuição a absoluta lealdade do novo chefe da guarda³⁶⁴. Ou seja, a Augusta havia concedido ao militar um *beneficium* e esperava, assim, vincular Afrânio Burro a si própria e a seu grupo de apoiadores. Sexto Afrânio Burro foi um homem que construiu uma carreira discreta, mas segura entre os governos de Tibério e Cláudio, porém com conexões com a família imperial. Dados epigráficos indicam que Burro era natural da *Gallia Narbonensis* (especificamente de *Vasio Vocontiorum*)³⁶⁵ e desempenhou tanto funções militares quanto civis. Foi tribuno militar e *procurator*³⁶⁶ tanto de Lúvia quanto de Tibério, além de exercer o mesmo ofício durante a época de Cláudio³⁶⁷. O monumento epigráfico em questão celebra o prefeito Burro como *patronus* da cidade, o que mostra que sua ascensão social e política o tornou um cidadão ilustre localmente. McDermott acredita que Burro pertencia à elite gaulesa local e é provável que sua família tenha recebido a cidadania romana ainda na época da República, pois o nome gentílico *Afranius*, originalmente, provinha da Itália e teve como representante Lúcio Afrânio, cônsul no ano de 60 a.C. e militar destacado do campo pompeiano, indivíduo que também transitou pela Gália durante o período tardo-republicano, embora tal

³⁶⁰ PIR² A 441.

³⁶¹ PIR² L 435.

³⁶² PIR² R 169.

³⁶³ O de número VI da lista que elencamos no item 3.1.

³⁶⁴ TÁCITO, *Annales*, 12, 42.

³⁶⁵ Atual Vaison-la-Romaine.

³⁶⁶ Oficial responsável pela administração dos negócios privados do príncipe nas províncias.

³⁶⁷ *CIL XII 5842 = ILS 1321*

relação seja apenas conjectural. Provavelmente também pertenceu à ordem equestre³⁶⁸, aquela que era a via de acesso de provinciais às elites imperiais, conforme vimos no capítulo 1³⁶⁹. Por sua reputação de militar capaz, seu período de exercício como tribuno deve ter sido dos mais intensos, já que Tácito menciona que uma de suas mãos estava mutilada³⁷⁰, além de reconhecê-lo como homem de *egregiae militaris famae*³⁷¹.

Muito diferente de Sêneca, Burro nunca foi acusado de ambiguidades entre sua conduta e princípios morais, recebendo elogios unânimes por parte dos autores romanos. No entender de Rudich, Burro representou um desafio às concepções morais de Tácito no sentido de que o prefeito ilustrava o sucesso de um homem íntegro no interior de um governo considerado tirânico³⁷². A obscuridade de sua origem enquanto provincial gaulês, somada à reputação de lealdade para com os membros da família imperial tornam bastante compreensível sua escolha por parte de Agripina, que certamente o via como um sólido ponto de apoio para seus planos políticos, uma figura *confiável* num ambiente onde prevalecia uma feroz competição, mas obscuro o suficiente para saber a quem devia sua nova posição, algo que Tácito fez questão de enfatizar. Para John Matthews, a carreira de Burro é importante por trazer à luz questões fundamentais para uma história social e política das elites: o patronato local, as relações entre comunidades provinciais e a Capital, a cidadania nas províncias e a ascensão de elites provinciais na vida pública romana, temas de grande relevância na história imperial³⁷³.

A construção de uma rede patronal não terminou com Burro. Lúcio Aneu Sêneca³⁷⁴, o filósofo estoico, embora não tivesse posição de oficialidade, garantiu igualmente grande prestígio e reputação ao seu círculo e ao futuro imperador, naquilo que podemos chamar de *capital cultural*, ainda mais se pensarmos que, no âmbito do Império Romano, ter homens cultos na corte, a exemplo do que Augusto havia feito com poetas como Virgílio e Horácio, certamente trazia grandes benefícios perante a opinião pública das elites intelectuais de Roma. Sêneca, que havia sido relegado à ilha da Córsega nos tempos de Cláudio (em 41), por manobras de Messalina, acusado de adultério com Júlia Livila, foi reabilitado e só pode retornar à Capital

³⁶⁸ MCDERMOTT, W. C. Sextus Afranius Burrus. In: **Latomus**. T. 8, Fasc. 3/4, 1949, p. 234.

³⁶⁹ Cf. p. 46.

³⁷⁰ TÁCITO, *Annales*, 13, 14.

³⁷¹ TÁCITO, *Annales*, 12, 42.

³⁷² RUDICH, V. p. 14. Acreditamos que Tácito resolveu tal problema insinuando, segundo os muitos e sempre presentes rumores que circulavam em Roma, de que a virtude do prefeito era insuportável a Nero, que o envenenou em 62, ou seja, *tópos* clássico do relato taciteano: a virtude assassinada pela tirania, aspecto que sem dúvida podemos relacionar ao repertório do *quinquennium Neronis*. Sobre essa questão, cf. p. 182.

³⁷³ MATTHEWS, J. **Roman Perspectives**: Studies in Political and Cultural History of the First to Fifth Centuries. Swansea: The Classical Press of Wales, 2010, p. 92.

³⁷⁴ PIR² A 617.

por intermediação de Agripina em 49. Além do cargo de pretor e, posteriormente, ingresso nas fileiras senatoriais, Sêneca foi incumbido da tarefa de tutelar Nero em seus anos de adolescência, oferecendo a ele seus serviços intelectuais e, para a própria Agripina, aconselhamento. Ao conceder a Sêneca tal *beneficium*, a Augusta também esperava a fidelidade do filósofo³⁷⁵, algo que também obedece a uma lógica de funcionamento patronal. Ao construir seu próprio círculo, Agripina trouxe com Sêneca para o centro do poder todo o círculo dos Aneus, certamente beneficiários dessa nova aliança política.

Durante a época do Principado, os *Annaei*³⁷⁶ estavam longe de serem desconhecidos, a despeito de sua origem hispana, de Córdoba (*Baetica*), uma região consideravelmente urbanizada e sede do governo provincial, portanto uma cidade integrada culturalmente ao Império³⁷⁷. Pertencente à ordem equestre, Sêneca, o Velho, era membro da elite local, mas destacou-se grandemente em Roma no tempo de Augusto e Tibério por sua atividade retórica, autor de várias obras, incluindo uma hoje perdida *História de Roma*³⁷⁸. De seu casamento com Hélvia, mulher também de origem hispana, nasceram três filhos: Aneu Novato³⁷⁹, Lúcio Aneu Sêneca³⁸⁰ e Aneu Mela³⁸¹. Embora Sêneca tenha se tornado o mais famoso por conta de sua atividade filosófica, Novato e Mela igualmente se dirigiram à Roma e lá se estabeleceram para construir carreira política, algo que os distinguiu do pai, que, a despeito de suas atividades retóricas, nunca desejou ingressar nas fileiras senatoriais³⁸². Aneu Novato ingressou, por *adoptio*, na família de Júnio Gálio, retor de considerável renome em Roma, que fora amigo de Sêneca, o Velho. A partir desse momento, tomou o nome de *Lúcio Júnio Gálio Annaeano*, este último um indicativo de sua família de origem. O exemplo de Lúcio Júnio é indicativo da fluidez das elites romanas e de seu reintegrado esforço de manter, a qualquer custo, o *nomen* familiar, independente de sanguinidade. Não é possível saber ao certo se Lúcio Júnio também sofreu alguma penalidade quando da rejeição de Sêneca em 41, mas sabemos com certeza que sua carreira ganhou proeminência após o retorno do filósofo em 49 por intermediação de Agripina. Com efeito, Lúcio Júnio Gálio não só obteve *status* senatorial como também foi feito procônsul da Acaia em 51-52, passagem pelo governo provincial da Grécia que é atestada duplamente:

³⁷⁵ TÁCITO, *Annales*, 12, 8.

³⁷⁶ Cf. apêndice II para os Aneus (círculo IX).

³⁷⁷ VEYNE, P. *op. cit.*, 2015, p. 8.

³⁷⁸ *Controversiae* e *Suassoriae*, obras de conteúdo retórico e que chegaram completas até o presente.

³⁷⁹ PIR² I 757.

³⁸⁰ Sêneca *o jovem*, fórmula empregada para distinção entre pai retor e filho filósofo.

³⁸¹ PIR² A 613.

³⁸² GRIMAL, P. *op. cit.*, 1991, p. 53.

tanto por um insólito encontro com Paulo de Tarso, o evangelizador cristão³⁸³, quanto por documentação epigráfica, a chamada *Inscrição de Gálio* (ou Delfos, local onde foi encontrada), carta enviada por Cláudio aos habitantes da Grécia em que chama Gálio de *meu amigo procônsul*³⁸⁴, algo que indica uma relação mais próxima e amistosa com o príncipe do que aquela cultivada por Sêneca por conta do exílio sofrido. Aneu Mela, o mais jovem dos três irmãos, não foi tão bem sucedido quanto os demais membros da família na construção de uma carreira pública, já que permaneceu vinculado à ordem equestre, fato que levou Tácito a criticá-lo por sua aparente falta de ambição pois, ao mesmo tempo, optou por obter riquezas enquanto procurador de Nero nos anos subsequentes³⁸⁵. Aspecto importante de ser frisado, já que, numa sociedade pautada por uma ética da competitividade, não demonstrar ambição competitiva poderia ser objeto de censura. Mela, ainda assim, está atrelado à fama de seu ilustre filho, o poeta Marco Aneu Lucano³⁸⁶, também nascido em Córdoba e autor da *Farsália*, o grande poema épico sobre a guerra civil entre César e Pompeu.

Para além de seus dois irmãos, Sêneca é aquele cuja trajetória é, sem dúvida, a melhor documentada devido aos seus próprios escritos, o que nos permite visões bastante contrastantes com a natureza de suas obras morais. Na consolação que escreveu para sua mãe Hélvia logo após ser exilado, em 41, Sêneca diz de próprio punho que sua tia, uma irmã de Hélvia cujo nome não sabemos, o levou para Roma ainda jovem, de frágil saúde, e lá permaneceu sob os seus cuidados³⁸⁷. Esta tia era casada com Caio Galério³⁸⁸, que foi prefeito do Egito por quase dez anos (23-32) sob Tibério. Foi durante esse período que Sêneca viajou para Alexandria e percorreu o vale do Nilo. A estadia de Sêneca em Roma (e no Egito) sob a custódia da família de Galério já nos indica notáveis conexões familiares e proximidade com o poder imperial, o que lhe valeu grande favorecimento para o início de sua carreira. As conexões políticas de Galério levaram Pierre Grimal a propor que o jovem Sêneca, naqueles primeiros anos de Tibério, esteve associado ao círculo de Sejano, pois a nomeação de Galério deve ter contado com a anuência do prefeito todo-poderoso, sobretudo porque o próprio pai de Sejano havia exercido aquele mesmo cargo anteriormente³⁸⁹, fora o fato de compartilharem uma mesma origem hispana. A permanência de Galério no Egito parece ter acompanhado a fortuna política

³⁸³ Encontro que está registrado nos *Atos dos Apóstolos* quando da passagem de Tarso por Corinto. Cf. Atos, 18, 12-27.

³⁸⁴ SIG, II, 801d.

³⁸⁵ TÁCITO, *Annales*. 16, 17.

³⁸⁶ PIR² A 611.

³⁸⁷ SÊNECA, *Consolação a Hélvia*, 19, 2.

³⁸⁸ PIR² G 25.

³⁸⁹ GRIMAL, P. *op. cit.*, 1991, p. 54.

do prefeito, pois seu retorno à Roma, entre 31 e 32, também coincide com a queda e execução do prefeito, de forma que aquela antiga filiação teve um alto custo, o início tardio das carreiras políticas tanto de Sêneca quanto de Aneu Novato³⁹⁰. A despeito desse contexto conflituoso, sua tia ainda assim foi capaz de lhe garantir a entrada no *cursus honorum* com a concessão do *latus clavus* e o posto de questor³⁹¹. A partir de Calígula, Sêneca já detinha algum renome como orador, pois Dião Cássio nos informa que por pouco, dado o acometimento de uma enfermidade, se salvou das inúmeras execuções realizadas por aquele príncipe entre anos 37-41³⁹².

Nos primeiros meses do governo de Cláudio, ainda em 41, vemos Sêneca transitar entre os espaços do palácio imperial, o que o fez correr, naturalmente, novos riscos: com efeito, estava muito próximo das irmãs de Calígula, sobretudo de Júlia Livila, irmã da própria Agripina. Trânsito interessante se pensarmos que Sejano e seu círculo, ao qual esteve associado, foram adversários dos Germânicos. Tanto Júlia quanto Sêneca foram alvo das maquinações cortesãs de Messalina, sempre temerosa em relação às demais mulheres da casa imperial³⁹³. Acusados de adultério (que até pode ter sido concreto, embora não seja possível saber com certeza), que naquele período se configurava como uma relação criminosa segundo a *Lex Iulia de Adulteriis Coercendis*, promulgada por Augusto décadas antes, ambos foram condenados, ele ao desterro (*relegatio*) na Córsega, ela para a ilha Pandatária. A relação de proximidade de Sêneca com Livila, e posteriormente com Agripina, revela que, nos tempos de Calígula e Cláudio, o filósofo já estava inserido em um círculo aristocrático relativamente bem definido, centrado nos Germânicos, ferozes adversários de Messalina³⁹⁴. Ou seja, o exílio de Sêneca nada mais foi do que o fruto de um processo de competição acirrado entre dois grupos aristocráticos rivais em torno do imperador, na qual a zelosa imperatriz saiu vitoriosa. Se, anteriormente, Sêneca foi prejudicado por sua provável filiação com Sejano, agora, seu vínculo com as irmãs de Calígula novamente lhe trazia problemas.

Em 43, Sêneca escreveu que Cláudio intercedeu por sua vida e comutou sua pena em exílio, já que a pena inicial era extremamente rigorosa, a execução, o que lhe fez render louvores à *clementia* do príncipe e solicitação de retorno, conforme lemos em sua *Consolatio ad*

³⁹⁰ STEWART, Z. Sejanus, Gaetulicus and Seneca. *AJP*. Vol. 74, nº 1, 1953, p. 78-79. A vinculação dos Aneus com Sejano também é defendida por GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 70.

³⁹¹ SÊNECA, *Consolatio ad Helviam*, 19, 2.

³⁹² DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 59, 19.

³⁹³ DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 60, 8.

³⁹⁴ SHOTTER, D. *Nero*. Londres: Routledge, 1997, p. 8.

*Polybium*³⁹⁵. Dião Cássio afirma que, posteriormente, Sêneca se envergonhou profundamente de tê-lo feito e tentou suprir a circulação da obra³⁹⁶, algo condizente com os virulentos ataques que realizou à memória de Cláudio após a morte do príncipe em sua *Apocoloquintose*. O vínculo com as filhas de Germânico, por fim, lhe trouxe a sorte de volta quando da queda de Messalina, em 48, pois Agripina alcançaria a posição de imperatriz e, no ano seguinte, por intermediação dela, Sêneca pôde retornar, não só como tutor do jovem Nero, mas também indicado ao posto de pretor³⁹⁷, o que tornou possível seu avanço no *cursus honorum*.

Por fim, Marco Antônio Palas³⁹⁸, o liberto que exercia o ofício de *a rationibus* de Cláudio, era o homem que controlava as finanças imperiais³⁹⁹ e o responsável pela união de Agripina com o velho príncipe. Palas e seu irmão, Marco Antônio (ou Cláudio) Félix⁴⁰⁰, também um liberto, tinham origens gregas segundo Tácito, descendentes de reis da Arcádia⁴⁰¹ e foram escravos na casa de Antônia, a mãe do imperador. Palas é um exemplo de como um liberto pode, a despeito de seu nascimento escravo, ser visto como um verdadeiro aristocrata por sua imensa riqueza, detentor de uma fortuna de mais de trezentos milhões de sestércios⁴⁰², problemática que abordamos no primeiro capítulo a respeito do conceito de aristocracia no âmbito do Império Romano. Igualmente curiosa é a trajetória de seu irmão, Félix, feito procurador da Judeia por Cláudio (e permanecendo sob Nero) por volta de 52⁴⁰³, cargo tradicionalmente ocupado por equestres e exemplo de que libertos poderiam não só ser muito ricos, mas construir, igualmente, uma carreira na administração provincial, uma política que foi a marca mais presente do governo de Cláudio, algo que explica o ressentimento das elites diante da competitividade social dos libertos. Félix permaneceu no cargo mesmo após a aclamação de Nero, o que nos permite pensar que a influência de Palas junto a Agripina tenha sido fator decisivo para tal. Ainda assim, a administração de Félix na Judeia foi amplamente censurada por Tácito, que o acusou de excessivo despotismo e crueldade na repressão aos judeus⁴⁰⁴, um homem que “portava o poder de um rei, mas com os instintos de um escravo”. A alta posição

³⁹⁵ SÊNECA, *Consolação a Políbio*, 18, 9.

³⁹⁶ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 10.

³⁹⁷ TÁCITO, *Annales*, 12, 8.

³⁹⁸ PIR² A 828.

³⁹⁹ SYME, R. Antonius Pallas, M. In: HORNBLLOWER, S; SPAWFORTH, A; EIDINOW, E. (orgs.). *OCD*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 113.

⁴⁰⁰ PIR² A 828.

⁴⁰¹ TÁCITO, *Annales*, 12, 53. O que certamente era uma demonstração de *ancestralidade criativa*, já que forjar linhagens era prática comum até mesmo entre libertos influentes, que poderiam, assim, ter origens nobres, a despeito da mancha da escravidão.

⁴⁰² TÁCITO, *Annales*, 12, 53.

⁴⁰³ TÁCITO, *Annales*, 12, 54. JOSEFO, *Antiguidades Judaicas*, 20, 7, 1.

⁴⁰⁴ TÁCITO, *Annales*, 12, 54. Impressão que é confirmada nos *Atos dos Apóstolos*, na qual Félix se mostra um governante corrupto e inclinado a aceitar todo o tipo de suborno. Cf. *Atos*, 24, 26.

também lhe garantiu um generoso casamento com Drusila, neta de Cleópatra e Antônio⁴⁰⁵. Palas permaneceu como aliado de primeira ordem da imperatriz e atuou junto a Cláudio para a efetiva adoção de Nero⁴⁰⁶, além de ter considerado sua própria sobrevivência na corte, já que esteve intimamente envolvido na destruição de Messalina, o que lhe traria grandes riscos num eventual triunfo do círculo de Britânico⁴⁰⁷. A atuação em conjunto com Agripina gerou boatos acusatórios (talvez verdadeiros) de que a Augusta tinha o liberto como amante⁴⁰⁸. De qualquer modo, a imperatriz havia reunido sob os seus auspícios um conjunto altamente heterogêneo de homens, todos de origem provincial e com fortes vínculos com a *ordem equestre*, com exceção do último: um militar e procurador gaulês, um renomado filósofo hispano e um liberto multimilionário de origem grega.

No caso da elevação de Burro e Sêneca, além da sólida aliança com Palas, assim como na formação de outros círculos aristocráticos, é preciso compreender o papel das relações de patronato no seio da sociedade imperial, aspecto que mencionamos de passagem nos capítulos anteriores e, sobretudo, nas linhas acima. Isso se faz necessário no sentido de esclarecer a relação dialética entre competição (uma tendência sociológica à desunião ou à fragmentação social) e o patronato, com todos os favorecimentos dele oriundos (uma tendência igualmente sociológica à união e, de certa maneira, cooperação social, embora hierárquica). Desde os tempos republicanos, era prática social generalizada estabelecer laços estreitos de pessoalidade entre indivíduos de variados grupos sociais, num processo que punha em evidência toda uma terminologia própria, *patronus*, *cliens* ou, como já mencionamos anteriormente, *beneficium*, noções que automaticamente nos condicionam a perceber uma relação essencialmente assimétrica entre patrono e cliente: este último estava ligado a uma condição de dependência para com o seu patrono, devendo-lhe toda uma série de obrigações condicionadas pela *fides*, a exemplo das saudações matinais (*salutationes*), caso especialmente comum em relação aos libertos, conforme nos diz Veyne⁴⁰⁹. Contudo, essa concepção social de dependência social presente na literatura imperial era apenas uma das muitas formas de manifestação do patronato, porém não a única.

Numa perspectiva geral, Richard Saller vê no sistema de patronato um fenômeno típico das sociedades mediterrânicas, portanto um *fenômeno cultural* para muito além da política, seja

⁴⁰⁵ TÁCITO, *Histórias*, 5, 9.

⁴⁰⁶ TÁCITO, *Annales*, 12, 25.

⁴⁰⁷ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 33.

⁴⁰⁸ TÁCITO, *Annales*, 12, 65.

⁴⁰⁹ VEYNE, P. *op. cit.*, 2007 p. 96-97.

no passado romano ou na própria contemporaneidade, um processo que pode ser definido como uma troca *recíproca, pessoal e assimétrica* entre um indivíduo (o patrono) que usa de sua influência para proteger ou favorecer outro indivíduo (o cliente). Este último, por sua vez, fica atrelado ao seu patrono através da prestação de algum serviço⁴¹⁰. A relação patrono-cliente também pode ser encarada como uma espécie de “troca de presentes”, forma como muitos antropólogos a definem, pois o patronato não deixa de ser uma forma eficaz de coesão social num mundo onde os aparatos estatais eram mínimos, de forma a criar maior estabilidade social⁴¹¹. Em suma, estamos diante de um fenômeno complexo que também poderia ganhar contornos próprios segundo contextos específicos. Embora não seja nosso objetivo aqui discorrer de modo aprofundado sobre o *problema do patronato* na sociedade romana, algumas considerações se fazem necessárias, pois essa relação certamente tinha papel fundamental na construção de círculos aristocráticos socialmente ativos.

A questão produziu diferentes entendimentos entre os especialistas. De fato, o advento do poder imperial produziu um vencedor com capacidades e recursos extraordinários, aquilo que vimos no capítulo anterior, fato que levou Ronald Syme a propor que, a partir de Augusto, “a competição política foi esterilizada e regulada por um sistema de patronato e de nepotismo que a tudo penetrava”⁴¹². Discordamos dessa afirmação por várias razões. A primeira delas é que o patronato e a formação de redes de clientela e o favorecimento de amigos ou parentes eram intrínsecos à sociedade romana numa *longa duração*, desde tempos republicanos, ou seja, era uma prática social muito mais antiga e enraizada que precedia, portanto, o Principado. Nesse sentido, podemos dizer que a leitura dos estudiosos variou entre campos extremos: enquanto Syme nega a existência de competição e enfatiza as relações de patronato que se ramificavam a partir da figura do príncipe, Paul Petit inverteu a lógica ao afirmar que foram, justamente, as relações patronais que perderam espaço durante o Principado. Para Petit, o *consensus* necessário aos imperadores nada mais era do que uma forma de *clientela em larga escala*, pois era dever cívico do cliente votar (a exemplo dos *plebiscita* de Augusto) em seus patronos. A extensão de sua clientela a todo o mundo romano *enfraqueceu os elos pessoais*, pois ao se tornar institucionalizada à serviço de um único *princeps*, confundiu a lealdade entre cliente e patrono

⁴¹⁰ SALLER, R. **Personal Patronage Under the Early Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 1; VENTURINI, R. L. B. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. In: *Acta Scientiarum*. Vol. 23, 2001, p. 221.

⁴¹¹ GRIFFIN, M; INWOOD, B. Introduction. In: SENECA, L. A. **On Benefits**. Chicago: University of Chicago Press, 2011, p. 1.

⁴¹² SYME, R. **La Revolución Romana**. Madri: Crítica, 2011, p. 471.

com a lealdade do cidadão para com o Estado⁴¹³. Juízos extremos, nesse sentido, pouco nos ajudam a compreender as dinâmicas sociais aristocráticas durante a era dos imperadores. Discordamos das duas posições pelo simples fato de que nem uma nem outra desapareceram ou perderam importância, já que estavam profundamente enraizadas na cultura política romana. Crítico às ideias de Syme, Richard Saller observou que a competição política realmente deixou de estar presente nas assembleias votantes⁴¹⁴, que perderam gradativamente sua importância desde o século I a.C., mas se transferiu para outras arenas, nem deixou de existir⁴¹⁵.

Isso nos conduz a uma questão já há muito enfatizada pela historiografia, o problema do *patronato imperial*, a ideia de que toda a distribuição de honras e privilégios derivava exclusivamente do *princeps*, num sistema que se ramificava por toda a sociedade romana. Syme foi um dos maiores proponentes dessa tese, o que explica sua posição contrária à manutenção da competição no sistema do Principado⁴¹⁶, algo que, na linguagem de Ygor Klain Belchior, caracterizaria uma *ordem unipolar*⁴¹⁷. Porém, como notou o historiador, tal ordem apresenta sérias limitações quando se observam os escritos de Tácito. Com efeito, a obra do historiador romano nos permite observar que a pressuposição desse modelo não explica as razões das constantes conspirações para a derrubada dos príncipes governantes, nem figuras que atuam em aberta contrariedade aos desígnios do poder imperial e, muito menos, considera a existência de grupos e círculos políticos com diferentes perfis⁴¹⁸, o que se transforma numa leitura excessivamente limitante. Em nosso ponto de vista, devemos considerar que o patronato imperial de fato era amplo, poderoso e alcançava muitos horizontes, algo que o próprio Sêneca reconheceu ao afirmar que “os reis, [foram] postos pela Fortuna em posição que lhes permite conceder muitos dons, mas de receber muito poucos em troca e desiguais ao que foi oferecido”⁴¹⁹. Porém, de forma alguma era o único patronato possível. Nesse sentido, as fontes disponíveis, Tácito, em especial, nos mostram que os elos pessoais não só permaneceram importantes e atuantes como também *grandes e pequenos* patronatos poderiam muito bem

⁴¹³ PETIT, P. **Pax Romana**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1976, p. 143.

⁴¹⁴ Aspecto que, como vimos, levou Moses Finley a desconsiderar o Principado como um *regime político*. Cf. p. 120.

⁴¹⁵ SALLER, R. *op. cit.*, 1982, p. 120.

⁴¹⁶ SYME, R. *op. cit.* 2011, p. 450-471.

⁴¹⁷ BELCHIOR, Y. K. Ordem imperial e fronteiras, sob Nero, nos Anais de Tácito. In: **Temporalidades**. Vol. 3, nº 2, 2011, p. 131.

⁴¹⁸ *Ibid.*, 2011, p. 133; Cf. FAVERSANI, F. As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, A. G. (Org.). **Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

⁴¹⁹ SÊNECA, **Dos benefícios**, 5, 4, 2.

coexistir no seio da sociedade romana, algo que se estabelecia de forma *multipolar* e em consonância com a constituição de círculos aristocráticos.

Dessa maneira, compreendemos que não existe oposição entre competição e patronato pelo fato de que ambas poderiam muito bem coexistir, a competição poderia, inclusive, mobilizar as redes de patronato para fortalecer o alcance de um determinado fim político frente a grupos rivais. Isto é, de fato, o que observamos nas fontes disponíveis para o período do século I d.C., sobretudo para os tempos de Nero. Nesse sentido, vemos uma relação direta entre aristocracia e competição quando figuras do calibre de Agripina, Sêneca e outros fizeram justamente todo o esforço possível para reforçar suas redes patronais no processo de competição como forma de obtenção de segurança, *status* e hegemonia política sobre os demais círculos aristocráticos. No mais, podemos pensar que essas relações de proteção e favorecimento não ocorriam só na capital, mas estavam presentes, igualmente, em todos os cantos mais remotos do Império Romano. Na mesma linha de entendimento de Saller, L. Tacoma observou, a partir de exemplos de Pompeia, mas que pode ser igualmente válida para as elites imperiais, que a fluidez e a incerteza levavam a uma *rede de estrutura aberta*, na qual os indivíduos poderiam rapidamente mudar ou transferir seus laços pessoais⁴²⁰. Sêneca, num tom moralizante e pessimista, observou essa fluidez em termos negativos ao indicar a Lucílio que os clientes não mais buscavam um patrono por amizade desinteressada, mas somente por interesses mesquinhos⁴²¹.

Entre os grupos aristocráticos estabelecidos na capital do Império, as relações de dependência e a concessão de *beneficia* poderiam ser multifacetadas e produziam curiosas inversões sociais e, curiosamente, até mesmo uma clara matização da ideia de *assimetria*. Vimos anteriormente o caso de Palas, um liberto que, pela posição elevada que ocupava, estava em muito mais condições de patronizar indivíduos do que o contrário. Nesse sentido, vemos um liberto estar em plena igualdade, a despeito de seu *status*, com uma mulher aristocrática do nível de Agripina e capaz de lhe conceder um *beneficium* quando de seu casamento com Cláudio, dada sua proximidade com o imperador. Tácito usou o substantivo *fautor(or)*, correlacionado ao verbo *favere*, para indicar a natureza daquela relação, termo que implicava

⁴²⁰ TACOMA, L. *op. cit.*, 2020, p. 67.

⁴²¹ SÊNECA, **Cartas a Lucílio**, 2, 19, 4. Ao mesmo tempo, Sêneca não deixou de reconhecer que certos patronos, igualmente, descumpriam com seus deveres sociais ao desdenharem das saudações matinais de seus clientes, obrigados a esperar por horas seu patrono ainda sonolento ou que precisasse ser constantemente lembrado dos nomes dos clientes. Cf. SÊNECA, **Da brevidade da vida**, 14, 4.

favorecimento, proteção, apoio, patronização⁴²². Nesse sentido, *patronus* e *cliens* não são termos adequados para essas relações, até porque, como observa Richard Saller, ambas eram malvistas socialmente por indicarem inferioridade social e degradação⁴²³, muito embora pudessem igualmente ser usadas, já que Tácito abertamente a emprega para definir a relação que os Flávios mantinham com os Vitélhos⁴²⁴. Dessa forma, podemos elencar outras terminologias para descrever relações patronais de forma não pejorativa: além de *fautor*, podemos incluir *beneficium*, *officium*, *meritum* e *gratia*⁴²⁵. *Amicitia* também poderia ser usada para indicar a existência de elos patronais, mas sua multiplicidade de sentidos a torna mais complexa e exige uma compreensão mais rigorosa.

Tácito nos adverte com clareza que a elevação de Burro e Sêneca não foi um ato desprezível, mas uma concessão da parte de Agripina, que, por sua vez, esperava como retribuição a manutenção da devida *fides*. No caso do primeiro, Tácito não empregou a palavra *beneficium*, mas deixou claro que a elevação do militar gaulês a um alto comando foi obra pessoal sua (*extollere altius*)⁴²⁶. No caso de Sêneca, o termo *beneficium* é efetivamente empregado para designar a relação que se estabeleceu entre ambos⁴²⁷, já que o retorno do exílio na Córsega havia sido possível por intermediação pessoal de Agripina. Logicamente, a imperatriz esperava do filósofo a mesma postura atenta à *fides*. Nesse sentido, temos uma grande oportunidade de conhecer as relações de pessoalidade daquele período por meio dos escritos de um de seus participantes mais ativos, o próprio Sêneca, que não deixou de explorar o problema das trocas de *beneficia* entre os romanos em um tratado especialmente dedicado a esse tópico, o *De beneficiis*, datado, segundo Griffin, entre os anos 56 e 62⁴²⁸.

Nesse tratado, endereçado a um *amicus* de Sêneca, Ebúcio Liberal, o filósofo explora de que modo e em que condições os homens sábios devem oferecer ou receber *beneficia*, conselhos orientados numa perspectiva estoica, ou seja, como *deveriam ser* as relações de troca de favorecimentos, num sentido claramente pedagógico, pois cabe ao sábio reconhecer, enquanto exercício racional, como e quando conceder *beneficia*. Dentre benefícios de diferentes

⁴²² SARAIVA, *op. cit.*, 2006, p. 477. Na ocasião do casamento de Cláudio, Lólia Paulina foi patronizada por Calisto e Élia Pecina por Narciso.

⁴²³ SALLER, R. *op. cit.*, 1982, p. 9.

⁴²⁴ TÁCITO, *Histórias*, 3, 62.

⁴²⁵ SALLER, R. *op. cit.*, 1982, p. 15.

⁴²⁶ TÁCITO, *Annales*, 12, 42. “[...] *transfertur regimen cohortium ad Burrum Afranium, egregiae militaris famae, gnarum tamen cuius sponte praeficeretur. suum quoque fastigium Agrippina extollere altius...*”

⁴²⁷ TÁCITO, *Annales*, 12, 8. “[...] *quia Seneca fidus in Agrippinam memoria beneficii et infensus Claudio dolore iniuriae credebatur.*”

⁴²⁸ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 392.

naturezas, Sêneca reconhece que muitos deles podem se originar através de conexões familiares, relações de sangue ou parcerias de longa data⁴²⁹. Há também aqueles que são *úteis*: o dinheiro (em moderada medida) e o apoio a aqueles em busca de honras e avanços em suas carreiras, pois “nada é mais útil do que se fazer útil nessas esferas”⁴³⁰. Assim, conceder *beneficia* se torna, no pensamento do filósofo, uma expressão da *grandeza de alma* de um indivíduo. Nesse sentido, exprimir *gratia*, ou seja, agradecimentos ou gratidão deve ser a norma e seu oposto, a *ingratidão* para com um *beneficium* concedido, é igualado aos piores vícios⁴³¹. No *De beneficiis*, conceder ou receber benefícios é parte da *amicitia*, noção que faz sua aparição no texto do filósofo, ainda que de maneira secundária⁴³², pois é natural e recomendável sair em auxílio dos amigos quando necessário, contanto que o benefício concedido não comprometa a vida ou a dignidade daquele que o concede. O patronato, dessa maneira, com sua ênfase hierárquica (já que a amizade era vista como uma relação entre iguais, segundo Sêneca) não necessariamente implicava na existência de *amicitia*, mas a *amicitia* certamente poderia ser a razão de conceder favorecimentos e benefícios. Não só a amigos, mas a familiares e parentes próximos. Aqui, o nepotismo de que nos fala Syme realmente era intrínseco às relações de favorecimento, uma prática tomada de forma *absolutamente natural* no conjunto daquela sociedade, algo que, nos sistemas políticos atuais, seria considerado como uma forma de *corrupção*. Sêneca é ele próprio o melhor dos exemplos: sua investidura ao cargo de questor, o ponto inicial de sua carreira, se deu por conta das conexões familiares de sua tia e de Caio Galério, ou seja, pela concessão clara de um *beneficium*. Nesse sentido, a partir do que observamos nas fontes, é preciso reiterar que o favorecimento e o nepotismo são traços da cultura política romana, não uma *anomia* criada pelo regime do Principado.

Contudo, a amizade é uma noção importante e multifacetada, além de abrigar ambiguidades diversas, pois, para além de interesses políticos mais imediatos, nada impedia que círculos aristocráticos também fossem construídos por afeição verdadeira, por relações de intimidade e modos de vida compartilhados, ou seja, *poderia estar ou não na base de uma facção ou círculo social ou político*⁴³³. Nesse sentido, nos alinhamos ao que diz David Konstan no sentido de que “nem toda conexão entre patronos e protegidos é descrita como *amicitia*; quando esse é o caso, podemos supor que o par também é, ou deseja ser considerado, de

⁴²⁹ SÊNECA, *Dos Benefícios*, 1, 2, 4.

⁴³⁰ SÊNECA, *Dos benefícios*, 1, 2, 5.

⁴³¹ SÊNECA, *Dos benefícios*, 2, 30, 1.

⁴³² SÊNECA, *Dos benefícios*, 2, 15, 1.

⁴³³ BRUNT, P.A. *The Fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988, p. 367.

amigos”⁴³⁴. No *De beneficiis*, Sêneca estabelece vivamente uma relação de amizade afetuosa com Demétrio, o cínico, filósofo a quem rende grandes elogios por suas doutrinas⁴³⁵. À luz dessas considerações e da obra de Sêneca, escrita por um ativo participante nos eventos de seu tempo, beneficiário e beneficiador por excelência, Sêneca nos revela que, embora a noção de *amicitia* seja ampla o suficiente para conter diferentes tipos de relação, sejam elas por necessidade ou afeto verdadeiro, sabemos que o vínculo que Agripina estabeleceu com Burro e o próprio Sêneca não poderia ser considerada amizade no sentido íntimo do termo, já que as intenções da imperatriz eram, abertamente, políticas e práticas. Em todo caso, patronizar e ser patronizado eram as faces de uma mesma moeda.

Apesar de estar cercada de aliados no sentido de preservar o poder alcançado, o temor de que Cláudio voltasse a favorecer Britânico para a sucessão, a despeito da *adoptio* de Nero, levou Agripina a planejar a morte do imperador, recorrendo aos serviços de uma envenenadora profissional chamada Locusta. Todas as fontes disponíveis convergem no sentido de que a morte de Cláudio foi induzida por cogumelos envenenados, consumidos durante um jantar, mas o efeito desejado só foi alcançado por uma outra dose de veneno ministrado ao moribundo príncipe com a conviência de seu médico pessoal, o grego Xenofonte⁴³⁶, o que nos permite com absoluta certeza incluí-lo no círculo de colaboradores da imperatriz. A morte do príncipe nos leva a uma questão que não temos como responder categoricamente, mas que ainda assim deve ser feita: as fontes responsabilizam apenas Agripina pelo assassinato de Cláudio, mas e os demais associados da imperatriz, o prefeito Burro, o filósofo Sêneca e o liberto Palas? Tinham eles ciência do venefício ministrado ao príncipe? Não há como responder assertivamente a essa questão, mas é plausível pensar que sim, já que todos tinham papel chave na transição para o novo principado e, mais ainda, tinham acesso ao círculo mais íntimo de Cláudio. No caso particular de Sêneca, essa possibilidade se desenha de forma indireta, na *Apocoloquiose*, publicada logo após a morte do imperador.

Em nossa dissertação de mestrado, defendemos a posição de que Sêneca, ao construir suas teorias políticas, considerou o tiranicídio um ato legítimo para a salvação da *Res Publica*, ainda que de modo tácito⁴³⁷. Na *Apocoloquiose*, Sêneca recorreu à poética extraída diretamente das *Geórgicas* de Virgílio para insinuar tal ato: “mata-o: e no trono lhe suceda um

⁴³⁴ KONSTAN, D. *A amizade no mundo clássico*. São Paulo: Odysseus, 2005, p. 194

⁴³⁵ SÊNECA, *Dos benefícios*, 7, 2, 1.

⁴³⁶ TÁCITO, *Annales*, 12, 66.

⁴³⁷ COSTA JUNIOR, C. L. J. *Princeps sapiens et Clemens*: estoicismo e teoria política nos tempos de Nero a partir do tratado *De clementia* de Sêneca (54-68 d.C.). Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História - UFPR), p. 99.

outro mais digno”⁴³⁸. Desse modo, ao associarmos os acontecimentos daquele outubro de 54 com as ideias senequianas, consideramos não só possível como provável que Sêneca não só teve ciência do envenenamento de Cláudio, como ainda ofereceu uma *justificação ideológica* para seu assassinato, travestida de linguagem satírica. É mais um exemplo da relação ambígua do filósofo com os poderes estabelecidos, transitando entre a colaboração e a crítica, entre a *ação pragmática* e a *convicção moral*, ainda na época da relegação que sofreu, quando elogiou Cláudio na *Consolatio ad Polybium*, flexibilidade política que lhe valeu a reputação de *hipócrita*, o “ônus usual da multiplicidade” segundo Veyne⁴³⁹. As acusações posteriores lançadas contra o filósofo por um de seus adversários, Públio Suílio Rufo, episódio que veremos mais adiante, corroboram com as impressões do historiador francês. Ainda assim, Sêneca foi um filho de seu tempo e suas ambiguidades em relação ao poder imperial nada mais são do que reflexo das ambiguidades do próprio sistema político do Principado. A trajetória do filósofo nos mostra justamente aquilo que temos enfatizado desde o primeiro capítulo: que as posições de poder não estavam fixadas, mas em trânsito permanente entre grupos de poder conforme as necessidades de sobrevivência política se apresentavam. Sêneca poderia ser um estoico, mas era igualmente um aristocrata romano participando ativamente da competição imperial. O sucesso competitivo de Agripina lhe permitiu obter o poder que tanto almejava, mas a competição para mantê-lo tinha início a partir do momento em que Cláudio deu seu último suspiro. As medidas de Agripina nos mostram que a competição aristocrática envolvia uma profunda *racionalidade de ação*, o emprego de *estratégias* a serem executadas com a finalidade de vencer rivais que poderiam se pôr igualmente em movimento, dada a ocasião de vácuo de poder.

Este era, portanto, o estado de coisas no momento em que Nero assumiu o principado, no dia *três antes das calendas de outubro* (13 de outubro de 54). O que veio a seguir está narrado nas últimas linhas do livro XII dos Anais de Tácito: após ser tornada pública a morte de Cláudio, Nero, de apenas dezesseis anos, é conduzido à presença dos pretorianos, guiado por Afrânio Burro. No acampamento, a *Castra Pretoria*, Nero recebeu sua *acclamatio* militar. Além de dirigir palavras aos soldados, a tradicional *adlocutio*, elaboradas por Sêneca⁴⁴⁰, que se tornara o porta-voz público do imperador, Nero seguiu o exemplo de Cláudio ao distribuir um *donativum* aos soldados da Guarda, um meio de assegurar a lealdade daqueles soldados sempre

⁴³⁸ SÊNECA. *Apocoloquintose*, 3, 2. “*Dede neci, melior vacua sine regnet in aula*”. Tradução de Giulio Davide Leoni. No contexto da obra de Virgílio, a frase é empregada na prática da apicultura ao se relacionar com o controle dos zangões nas colmeias.

⁴³⁹ VEYNE, P. *Sêneca e o estoicismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 13.

⁴⁴⁰ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 3.

prontos a dirigir seu apoio a quem lhes garantisse os maiores benefícios. Tácito, contudo, menciona algo que tem sérias implicações. Houve quem reparasse na ausência de Britânico, o filho natural de Cláudio que foi preterido em favor de Nero, contudo não houve objeção formal à *acclamatio* do novo príncipe⁴⁴¹. Tal evidência nos coloca diante de algumas questões que merecem maiores considerações.

Anteriormente, mencionamos que Agripina competia com outro círculo aristocrático que também buscava construir a sucessão, aquele centrado em Britânico. Na corte, o filho natural de Cláudio tinha o apoio de Narciso⁴⁴², um dos libertos mais influentes (e rico, assim como seu rival Palas) do velho imperador e grande inimigo de Agripina. Vimos, igualmente, que Agripina articulou a saída dos antigos chefes pretorianos Lúcio Lusius Geta e Rúfrio Crispino em benefício de Burro pela simpatia de ambos à causa de Britânico, elementos que, vistos em conjunto, nos permitem afirmar que tal círculo realmente se organizou em paralelo ao da Augusta. Outra evidência nesse sentido foi a reconvocação de Geta à Roma da província que administrava (o Egito), não muito tempo depois da ascensão de Nero, talvez um ato de precaução dada a importância daquela província no fornecimento de grãos à capital. Ao mesmo tempo, não é difícil supor que antagonizassem Agripina pelas manobras que os afastaram da Prefeitura do Pretório e da proximidade com o príncipe. De forma ainda mais explícita e segura, para além do que é relatado no final do livro XII, Tácito menciona o caso do equestre Júlio Denso⁴⁴³, formalmente acusado nos últimos meses de 54 por sua adesão à causa de Britânico e prontamente perdoado por Nero⁴⁴⁴. Assim, quatro nomes surgem vinculados ao filho natural de Cláudio, mas possivelmente composto por muitos outros. O perfil social do grupo é majoritariamente equestre e, portanto, muito semelhante ao de Agripina, com a notável exceção de Narciso, que, dada a tenra idade de Britânico, estava no ambiente da corte em plenas condições de ser o mentor daquele círculo, buscando, no processo, não só sua própria sobrevivência política, mas também, assim como Agripina, *atuar como regente* de um futuro *princeps* extremamente jovem. Outro aspecto que nos auxilia a compreender as razões de ter existido um círculo centrado em Britânico são as emissões monetárias. Embora Nero tenha, por sua *adoptio*, recebido todas as titulações que tipicamente o enunciavam como *sucessor*, a exemplo de *Príncipe da Juventude*, sobretudo em Roma, onde há a centralidade de sua figura (Tipos 1, 2a, 2b, 2c)⁴⁴⁵, em algumas moedas, nas províncias, Britânico também aparece e, assim

⁴⁴¹ TÁCITO. *Annales*, 12, 69.

⁴⁴² PIR² N 23.

⁴⁴³ PIR² I 289.

⁴⁴⁴ TÁCITO. *Annales*, 13, 10.

⁴⁴⁵ Ver apêndice I.

como Nero, recebe o título de *César* (Tipo 3). Tal nome, que era hereditário entre os Júlio-Claudianos, passava de pai para filho e indicava aquele que seria, portanto, o futuro *princeps*, o que revela, apesar das desvantagens em relação a Nero, que Britânico permanecia *elegível* para a sucessão, a depender da vontade de Cláudio⁴⁴⁶. Logo, atuar em benefício da sucessão de Britânico, o que certamente traria grandes vantagens para quem o fizesse, era um cálculo natural. Isso explica a razão de muitos pretorianos hesitarem diante de Nero em sua *acclamatio*.



Figura 6: AE de Britânico César e Nero César (Tipo 3 – ver apêndice I)

Créditos: wildwinds.com

Todos esses indícios nos mostram que os temores de Agripina de perder a competição pelo poder não eram infundados: na hipótese de uma vitória do círculo centrado em Britânico, a chance de perder sua posição era razão suficiente para que a Augusta tomasse todos os cuidados necessários, o que efetivamente foi feito nos meses e dias que antecederam a morte de Cláudio⁴⁴⁷. Agripina percebeu que a divisão da Guarda Pretoriana em favor de dois candidatos ao Principado poderia ser desastrosa para seus planos, o que explica a modalidade de comando único em torno de Afrânio Burro. Desde a época de Tibério, os pretorianos ganharam considerável papel e influência nos assuntos políticos do Império. Estiveram presentes na conspiração que assassinou Calígula em 41. E os próprios pretorianos conduziram Cláudio ao poder, mediante o pagamento de um donativo à tropa. A Guarda Pretoriana se

⁴⁴⁶ Também não podemos desconsiderar a hipótese de o velho príncipe ter pensado num sistema de corregência, em que ambos governassem, algo que Augusto vislumbrou com seus netos Caio e Lucio e que se concretizou, efetivamente, com Marco Aurélio e Lúcio Vero. De qualquer maneira, dada a competitividade entre dois círculos tão antagônicos, tal plano jamais teria funcionado.

⁴⁴⁷ TÁCITO, *Annales*, 13, 66.

tornou, enquanto corpo militar, um agente político a ser seriamente considerado no processo de competição imperial, projetando poderosas figuras que, a depender do apoio que poderiam receber, se tornavam verdadeiros poderes paralelos. Ao aclamarem Nero, sabiam perfeitamente sua posição de *artífices* tanto na construção como na destruição de príncipes romanos. Dirigir-se ao corpo militar e garantir por que meios fossem sua lealdade se tornava uma necessidade incontornável, como nos mostra o exemplo abaixo, tipagem monetária que começou com Calígula e foi retomada por Nero⁴⁴⁸.



Figura 7: *Sestertius* de Nero e *Adlocutio* (Tipo 32a – ver apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

Há outro aspecto na aclamação de Nero que merece atenção. A relação patronal entre as imperatrizes e exército romano é uma questão que merece consideração especial e que foi particularmente negligenciado pela historiografia. Com efeito, existem sólidas evidências textuais, epigráficas e iconográficas da presença feminina, sobretudo da família imperial, nos ambientes militares. Há uma profusão de imagens de Júlia *Caesaris* (a filha de Augusto), Lúvia e Agripina, a Velha, em armas, itens decorativos militares (*phalerae*) e relevos funerários⁴⁴⁹. Nos textos, há evidências mais do que suficientes que exprimem o engajamento das mulheres da família imperial na manutenção da ordem militar e no bem-estar dos soldados. Tácito, por exemplo, menciona a relação de proximidade de Agripina, a Velha, avó de Nero, com os exércitos do Reno durante as campanhas contra Armínio, o líder germânico que havia imposto

⁴⁴⁸ SYDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 123-124.

⁴⁴⁹ TÖPFER, K. M. The Empress and her relationship to the Roman army. In: **Propylaeum**. Heidelberg, 2013, p. 1-2. Disponível em: <https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/volltexte/2013/1996>

uma severa derrota aos romanos alguns anos antes. Durante as operações militares (de 14-16 d.C.), rumores de que os exércitos se encontravam novamente cercados em território inimigo quase levaram à destruição da ponte erguida sobre o Reno, o que impediria o retorno das tropas à salvação. Porém, Agripina impediu tal decisão, fruto do temor generalizado, tomando para si as rédeas da situação, o que permitiu o retorno seguro das legiões, além de ser promotora de louvores aos soldados retornados. A esposa de Germânico também atuou como benfeitora dos legionários, fornecendo a eles vestimenta e remédios aos feridos, aspectos que levaram Tácito a comentar que “uma mulher revistava as tropas, tocava nas insígnias e fazia larguezas; [...] que Agripina já tinha nos exércitos mais autoridade que os comandantes e generais”⁴⁵⁰. A partir disso, fica evidente uma atuação que segue a lógica do sistema de patronato-clientela⁴⁵¹. A presença de Agripina, a Velha, junto aos soldados e a popularidade do próprio Germânico como comandante militar de grande sucesso nas campanhas germânicas trouxeram um enorme capital político para os filhos nascidos daquela união, tanto para Calígula, a pequena criança que havia se tornado um pequeno soldado a circular pelos acampamentos, o “Botinhas”, segundo Suetônio⁴⁵², quanto para suas irmãs, incluindo a própria Agripina, a Jovem. Nesse sentido, Agripina detinha posição ímpar entre os soldados mesmo após a morte de seus pais, a única remanescente entre todos seus irmãos e irmãs. O patronato, aqui, se manifesta de modo não menos evidente quando a Augusta, frequentemente, reiterava seu papel de autoridade perante os exércitos, alguém com poder de ser ouvida pelos militares em suas queixas e necessidades⁴⁵³. Tal relação de proximidade garantiu, pelo menos inicialmente, ainda que de forma um tanto insegura, dada a existência de Britânico, a transição de governo entre Cláudio e Nero.

3.3 O círculo Sêneca-Burro e o declínio do poder de Agripina

A presença de Agripina como governante efetiva nos meses iniciais do principado de Nero é atestada numa ampla gama de emissões monetárias que a colocam numa condição realmente ímpar em toda a história da casa Júlio-Claudiana⁴⁵⁴. E há uma tremenda justificação nisso, pois a conclusão mais óbvia, quando observamos aquela transição política do ano de 54, é a de que Nero jamais teria se tornado *princeps* sem o igual sucesso do círculo de Agripina como grupo dominante da política romana naquele momento, não só pela existência de

⁴⁵⁰ TÁCITO, *Annales*, 1, 69.

⁴⁵¹ TÖPFER, K. M. *op. cit.*, 2013, p. 3-4.

⁴⁵² SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 9.

⁴⁵³ TÁCITO, *Annales*, 13, 14.

⁴⁵⁴ SYDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 47.

Britânico, mas pela igual existência de outros competidores imbuídos de apoio aristocrático, senatorial ou militar que se aventurasse a reivindicar o Principado. É um aspecto importante que revela, assim como afirmamos no segundo capítulo, as limitações interpretativas de se entender aquele regime político como uma monarquia pura e simplesmente. No Império Romano, pelo menos durante o primeiro século da Era Cristã, governos só se efetivavam se estivessem apoiados em círculos aristocráticos suficientemente fortes para sustentá-los diante de outros, igualmente competitivos e articulados. E as moedas são testemunhas eloquentes desse sucesso político capitaneado pela imperatriz e seus apoiantes.

Tanto Agripina quanto Nero já eram apresentados nas emissões de Cláudio. Porém, a partir do *Dies Imperii* do novo príncipe, a condição de Agripina se tornou única entre todas as mulheres que, até então, estiveram no centro das decisões políticas do Império. O triunfo do círculo político encabeçado pela imperatriz se tornou a força que sustentava um príncipe com apenas dezesseis anos e, portanto, completamente inexperiente do ponto de vista político e diante de uma aristocracia ferozmente inclinada à competição por poder, o que certamente tornou a situação inicial do jovem Nero bastante precária. Britânico permanecia vinculado à corte nesses primeiros meses de principado, embora relegado a segundo plano, o que deve ter produzido, gradualmente, um natural esvaziamento de seu círculo, já que, num novo principado, tal pertencimento agora poderia ser perigoso. Porém, sua mera existência ainda poderia ser um polo de atração para setores mais competitivos das elites romanas num eventual descontentamento com Nero. No exercício diário das funções governamentais, certamente muito consciente dessas fragilidades, Agripina manteve um inquestionável domínio sobre as questões tanto internas quanto externas do Império Romano. No primeiro caso, para ojeriza do tradicionalista Tácito, Agripina manobrou para que o Senado se reunisse não na Cúria, espaço destinado a essa função desde os tempos da República, mas no próprio palácio imperial, para que assim pudesse acompanhar as deliberações sob a proteção de cortinas, sem ser vista pelos senadores⁴⁵⁵. No segundo, a Augusta tentou, igualmente, projetar sua imagem de soberana nas audiências que recepcionavam embaixadores estrangeiros, algo que Sêneca e Afrânio Burro discretamente impediram⁴⁵⁶, movidos pelo mesmíssimo senso de moralidade tradicionalista expressa por Tácito, ou seja, o princípio de que as esferas do poder não deveriam (em teoria, apenas) permitir a interferência de mulheres. Isso é um aspecto importante, pois já evidenciava uma tensão latente entre os membros do círculo de poder que ela tão cuidadosamente havia

⁴⁵⁵ TÁCITO, *Annales*, 13, 5.

⁴⁵⁶ TÁCITO, *Annales*, 13, 5.

construído ao longo dos anos anteriores. Ainda assim, não haveria equívoco em dizer que estamos diante de um *principado dualista*: mãe e filho eram regentes num mesmo patamar hierárquico e tal realidade foi reiterada publicamente.

O caso de Agripina nos mostra, além do mais, que a presença feminina na política romana só aumentou com o Principado: com efeito, o personalismo político dos príncipes significou, igualmente, um incremento considerável do papel das mulheres pertencentes à família imperial, a despeito da não existência de uma posição de oficialidade nos quadros do sistema político, dos cargos e ofícios que, segundo as regras do antigo modelo republicano, necessitavam ser exercidos apenas por homens. A projeção da *familia Caesaris* na administração justamente permitiu que mulheres ganhassem papéis públicos⁴⁵⁷, mesmo que extraoficialmente. Essa questão torna evidente o fato de que, como em todas as sociedades de tradição patriarcal, havia uma abundância de discursos e uma *retórica moralizante* que propunham qual *deveria ser* o lugar da mulher na sociedade, algo que vemos muito claramente em Tácito e na sua postura contrária à ingerência feminina nos assuntos políticos. Na ótica daquele autor, Agripina, Lúvia e outras mulheres eram verdadeiras *duces feminae* que usurpavam o *imperium* que cabia, naturalmente, aos homens, algo existente entre os bárbaros, mas que para os romanos era, essencialmente a expropriação de uma *auctoritas* que não lhes cabia⁴⁵⁸. Agripina segue o mesmo padrão da mulher romana que, ao se projetar numa atividade que, teoricamente, lhe era vetada, foram atacadas por se comportarem como homens⁴⁵⁹. Isso é comprovado perfeitamente através dos escritos de Sêneca, que pontuou o desejo de participação política feminina nos seguintes termos, bastante reveladores: “[...] já que não se permite às mulheres exercer cargos públicos, são ambiciosas através de seus filhos”⁴⁶⁰. Afirmção feita pelo filósofo ainda em seu exílio na Córsega, muito antes de seu ingresso no círculo da imperatriz.

Tais discursos patriarcais, porém, não necessariamente condicionavam a realidade prática do cotidiano ou *o modo como as coisas realmente eram*, o exercício do poder ou, a nível cotidiano, o protagonismo social. O fato é que as mulheres e suas formas de ação perante a sociedade não necessariamente se enquadravam em discursos restritivos produzidos a nível

⁴⁵⁷ JOLY, F. D; FAVERSANI, F. 2020, *op. cit.* p. 80.

⁴⁵⁸ SANTORO L'HOIR, F. *Tragedy, Rhetoric, and Historiography of Tacitus' Annales*. Michigan: Michigan University Press, 2006, p. 112-113.

⁴⁵⁹ DE LA VEGA. M. J. H. *Las emperatrices romanas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012, p. 17.

⁴⁶⁰ SÊNECA. *Consolação a Hélvia*, 14, 2. “*Viderint illae matres quae potentiam liberorum muliebri inpotentia exercent, quae, quia feminis honores non licet gerere, per illos ambitiosae sunt, quae patrimonia filiorum et exhauriunt et captant*”. Tradução de Cleonice van Raij.

teórico (e por homens, logicamente). O desejo de Agripina de exercer o poder ela própria, removendo de seu caminho possíveis obstáculos (leia-se, competido agressivamente) levou Tácito a qualifica-la como *mulier semper atrox*⁴⁶¹, uma caracterização nada lisonjeira. E a própria historiografia seguiu, em larga medida, o juízo de Tácito. Mommsen, por exemplo, pontuou que a emancipação feminina foi uma característica da “brilhante decadência” do fim da República⁴⁶². O próprio Cizek também não deixou de pontuar que Agripina se assemelhava a um “pai tirânico”, uma “mulher castradora”⁴⁶³. Agripina não seria, porém, a única a promover uma modalidade agressiva de competição. Do mesmo modo como a Augusta foi capaz de se beneficiar da morte de Messalina, igualmente sua posição de domínio no interior da casa imperial será também contestada, posteriormente, por Popeia Sabina, a segunda esposa de Nero, com desdobramentos particularmente sangrentos, o seu assassinato em 59. Para os historiadores e filósofos romanos, havia *exempla* igualmente opostos entre *boas* e *más* mulheres segundo a moralidade patriarcal romana⁴⁶⁴.

Evidências desse *principado de Agripina-Nero* podem ser observados em uma quantidade razoável de imagens, tanto em Roma quanto nas províncias. Pela primeira vez na história de Roma, a efígie de uma Augusta era posta lado a lado, numa condição de igualdade, com o príncipe em exercício, a exemplo do que vemos nesse *aureus* datado do ano de 54⁴⁶⁵. As inscrições ostentam orgulhosamente a condição de esposa e mãe de imperadores. Nas emissões provinciais, igualmente abundam as imagens de Agripina, associadas aos símbolos típicos do poder romano, a exemplo das águias. Se as moedas confirmam a posição de influência da imperatriz descritas pelas fontes escritas, também oferecem um contraponto a elas: longe de estar usurpando uma posição masculina, sua posição de igualdade diante de Nero a coloca numa posição de governante *plenamente legítima*.

⁴⁶¹ DE LA VEGA, M. J. H. **Las emperatrices romanas**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012, p. 52.

⁴⁶² MOMMSEN, T. **History of Rome**. Vol. 4, Parte 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 518.

⁴⁶³ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 32.

⁴⁶⁴ Sêneca oferece um excelente exemplo de retórica patriarcal quando elenca as qualidades morais de sua mãe, Hélvia, que se comportava como uma rigorosa matrona romana.

⁴⁶⁵ SYDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 47.



Figura 8: *Aureus* de Nero e Agripina (**Tipo 6b** – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*



Figura 9: *AE* de Agripina (**Tipo 6a** – ver apêndice I)

Créditos: Roman Provincial Coinage Online

Na distante cidade de Afrodísias, na Ásia Menor, a imperatriz romana era celebrada com toda a pompa e majestade associada à personificação da Abundância, laureando Nero e transmitindo uma clara mensagem: foi Agripina quem concedeu o poder ao filho, a arquiteta do novo principado. Essa é outra imagem que carrega consigo um enorme simbolismo que contraria a ideia de uma mulher usurpadora do poder político masculino. Pelo contrário, indica que a legitimidade de Nero parece estar muito mais ligada à condição de sua mãe do que ao fato de ter sido adotado por Cláudio para a sucessão.



Figura 10: *Sebasteion* de Afrodísias

Créditos: *wikimedia commons*

Ainda que a iconografia projete apenas a imagem de Agripina e Nero, devemos lembrar que esse triunfo imagético nada mais foi do que o sucesso do círculo da imperatriz como um todo. Entre os meses de outubro de 54 e inícios de 55, vemos o auge do círculo de Agripina

como grupo aristocrático dominante entre as competitivas elites romanas, mas isso mudou muito rapidamente. Com efeito, o círculo da imperatriz implodiu sob si mesmo com grande rapidez, pois sua ruptura e afastamento em relação ao círculo dos Aneus foi evidente. Logo, a Augusta se veria alijada do poder que tanto desejava exercer. Começava-se a esboçar um novo círculo aristocrático governante, dissidente daquele de Agripina, oriundo de suas entranhas, capitaneado por Sêneca e Afrânio Burro, assim como novas interações com outros círculos políticos que orbitavam o poder.

A despeito de Nero haver alcançado o Principado, Agripina seguiu mantendo uma política agressiva em relação a seus adversários pessoais e, nesse processo, orquestrou dois assassinatos, o do procônsul da Ásia, Marco Júnio Silano⁴⁶⁶, e do liberto Narciso, os “primeiros crimes do novo principado”, expressão empregada por Tácito⁴⁶⁷. O primeiro foi envenenado por intermédio de dois indivíduos, o equestre Públio Céler⁴⁶⁸ e pelo liberto imperial Hélio⁴⁶⁹, que ministraram o veneno a Silano durante um jantar. Já o antigo liberto de Cláudio foi compelido ao suicídio. Silano foi assassinado sem o conhecimento de Nero, Narciso contra a sua vontade⁴⁷⁰. Acerca de Públio Céler e de suas conexões sociais dispomos de poucas informações e sua origem é das mais obscuras, pois, além de não possuir um *nomen* gentilício reconhecido, tudo o que sabemos está restrito à sua atuação na Ásia e sua condição enquanto *eques romanus*, segundo Tácito. Há, porém, evidências epigráficas oriundas da ágora de Éfeso que indicam que a carreira de Céler foi construída nas províncias: é identificado como *procurator* e integrou a comitiva do senador Helvídio Prisco quando⁴⁷¹ este foi questor na Acaia⁴⁷² sob Cláudio. Hélio, por sua vez, liberto e igualmente *procurator* à serviço do imperador na Ásia, se tornou particularmente notório nos anos finais de Nero quando o príncipe se encontrava em viagem à Grécia, entre 66-67.

As mortes de Narciso e Silano indicam que Agripina tinha completa liberdade de ação, o poder efetivo de dar ordens e se fazer obedecida. Nero, até aquele momento, não contrariava qualquer decisão tomada pela mãe, algo compreensível dada sua juventude, mas as

⁴⁶⁶ PIR² I 833

⁴⁶⁷ TÁCITO, *Annales*, 13, 1.

⁴⁶⁸ PIR² C 625

⁴⁶⁹ PIR² H 55.

⁴⁷⁰ TÁCITO, *Annales*, 13, 1.

⁴⁷¹ Membro do círculo de Traseia Peto, conforme veremos adiante.

⁴⁷² ECK, W. P. Celerius, Procurator Asiae, und Tac., Ann. 13,1. In: CHASTAGNOL, A; DEMOUGIN, S; LEPPELEY, C. (Orgs.). *Splendidissima civitas: Études D’Historie Romaine en Hommage à François Jacques*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, p. 68. Prisco era genro do senador Traseia Peto, portanto pertencente ao círculo deste último, marcado pela prática do estoicismo.

circunstâncias de duas mortes agora punham Sêneca e Burro em conflito com Agripina. A competição aristocrática para manter o poder alcançado, questão quase sempre aliada a *rancores pessoais*, foi a razão para ordenar esses dois assassinatos. Narciso, como já mencionamos, era um adversário de longa data de Agripina e um apoiador de Britânico, portanto pertencente ao círculo político do filho natural de Cláudio, algo que certamente deve ter pesado no cálculo de Agripina, embora sua rivalidade com Narciso se originasse em tempos ainda mais remotos, quando do seu casamento com Cláudio, pois o liberto, além de ter apoiado Élia Pecina, uma rival, abertamente desencorajou o casamento com Agripina. O Assassinato de Marco Júnio Silano foi descrito como uma ação típica do *modus operandi* de Agripina do qual nos falou Cizek: o uso do subterfúgio, do venefício para eliminar um homem que a imperatriz via como um perigoso rival, não só por sua ancestralidade, como também por uma relação de ódios pessoais e vinganças por atos passados. Tácito menciona o fato de que Silano era tetravô de Augusto, um *nobilis* de alta estirpe, condição familiar que teria pesado na decisão de Agripina de planejar sua eliminação⁴⁷³. Contudo, a relação entre a Augusta e os Silanos já era problemática desde muito antes.

Com efeito, os *Iunii Silani*⁴⁷⁴ portavam um *nomen* bastante reconhecido e que evocava um passado prestigioso não só por sua conexão com a família imperial, mas por se tratar de uma linhagem consideravelmente *tradicional* no interior das elites romanas, um exemplo de *velha aristocracia hereditária* num ambiente cheio de competidores emergentes, *nobiles* por excelência. O *nomen* gentilício *Iunius* era antigo, um exemplo daquilo que Syme chamou de “aristocracia plebeia”⁴⁷⁵ por sua notável ascendência social no período tardo-republicano. Uma vez extinto o ramo dos *Iunii Bruti*, ferozes adversários dos Césares⁴⁷⁶, os *Silani* se tornaram um dos mais proeminentes ramos dessa grande *gens*. Com efeito, Syme distinguiu dois grandes ramos dessa família no período imperial, o A e o B⁴⁷⁷, ambos oriundos de indivíduos que participaram ativamente dos grandes eventos políticos daquele período, a exemplo de Marco Júnio Silano (ramo A), cuja trajetória é particularmente interessante por sua *transitoriedade*: apoiador inicial de Lépido, passou para o campo de Antônio, de Sexto Pompeu, voltou a apoiar Antônio e, por fim, Otaviano⁴⁷⁸. Apesar de seu passado, Marco Júnio Silano ascendeu

⁴⁷³ TÁCITO, *Annales*, 13, 1.

⁴⁷⁴ Ver apêndice II para os Silanos (círculo II).

⁴⁷⁵ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 300.

⁴⁷⁶ SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 282. Família de Marco Júnio Bruto, um dos assassinos de César. Pereceram nas guerras civis contra Antônio e Otaviano e nos seus desdobramentos posteriores, já que constituíram o grupo dos chamados *Liberatores*, derrotados em Fílipos (42 a.C.).

⁴⁷⁷ SYME, R. *op. cit.*, 1989, table IX.

⁴⁷⁸ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 398.

grandemente com Augusto: além de exercer o consulado (25 a.C.), o *princeps* elevou os *Iunii Silanii* à condição de patrícios, aspecto que abordamos no capítulo 1⁴⁷⁹, medida que foi tomada com o propósito de patronizar essas novas casas⁴⁸⁰. A influência e o prestígio dos Silanos nas décadas subsequentes ao governo de Augusto levaram Cizek a conceber um círculo específico em torno deles, justamente pela proeminência que alcançaram. O neto daquele Silano, Marco Júnio Silano Torquato, cônsul em 19 d.C., casou-se com Emília Lépidia, bisneta de Augusto (filha de Júlia, a Jovem), o que atrelou os *Silanii* tanto aos *Aemilii*, de origens patrícias, quanto à casa governante⁴⁸¹, união esta cujos descendentes estavam, segundo Syme, destinados “ao esplendor e à tribulação”⁴⁸².

Daquela união, nasceram três filhos e duas filhas: Marco Júnio Silano⁴⁸³, Décimo Silano Torquato⁴⁸⁴, Lúcio Silano⁴⁸⁵, Júnia Lépidia⁴⁸⁶ e Júnia Calvina⁴⁸⁷. Durante o governo de Cláudio, Agripina arquitetou o casamento de Nero com Otávia às custas de Lúcio Silano, destacado nas guerras da *Britannia* e agraciado com honras triunfais, ao qual estava já estava prometida anteriormente: Lúcio Silano e Júnia Calvina foram acusados de manterem uma relação incestuosa. O primeiro foi excluído da ordem senatoria por decreto de Lúcio Vitélio, grande aliado de Agripina, que exercia o cargo de *censor*. A segunda, exilada. Após ter sua reputação pública arruinada pelas articulações de Agripina, Lúcio Silano cometeu suicídio⁴⁸⁸ no ano de 49⁴⁸⁹. Pelo relato de Tácito, observamos que a morte e o exílio de dois membros do círculo dos Silanos abriram uma grande rivalidade com Agripina, que claramente os temia como poderosos competidores que eram, sobretudo porque, assim como ela, estavam ligados por vínculos de sangue à família de Augusto. Tal proximidade se revelou tanto um trunfo competitivo para uma família dotada de *nobilitas*, mas, ao mesmo tempo, um grande risco e os Silanos se tornaram alvos preferenciais de repressão do poder imperial, já que sua reputação (*existimatio*) atraía o

⁴⁷⁹ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 467.

⁴⁸⁰ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 300. DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 49, 43.

⁴⁸¹ SYME, R. *op. cit.*, 2011, p. 607.

⁴⁸² SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 188.

⁴⁸³ PIR² I 833

⁴⁸⁴ PIR² I 837

⁴⁸⁵ PIR² I 829.

⁴⁸⁶ PIR² I 861

⁴⁸⁷ PIR² I 856

⁴⁸⁸ TÁCITO, *Annales*, 12, 3-8.

⁴⁸⁹ A despeito de Agripina ter articulado a queda de Lúcio Silano, Sêneca, então aliado da imperatriz, lançou sobre Cláudio a culpa por sua morte e o exílio de Júnia Calvina, mais um dos muitos crimes do imperador elencados pelo filósofo. Aparentemente, a acusação de incesto se deu por um precedente mínimo, o fato de Silano ter elogiado publicamente a beleza de sua irmã, a quem todos chamavam de Vênus, chamando-a, ao invés disso, de Juno, irmã e esposa de Júpiter. O então marido de Calvina, Lúcio Vitéio, filho do censor que expulsou Lúcio Silano do Senado, do qual trataremos mais adiante, colaborou ativamente com Agripina para a ruína de sua esposa, o que nos indica que o círculo destes trabalhava ativamente a favor da imperatriz. Cf. SÊNECA, *Apocoloquintose*, 8, 2.

favor público enquanto candidatos de maior valor para o exercício do principado⁴⁹⁰. Após a morte de Cláudio, Agripina procedeu com o venefício ministrado por Hélio e Públio Céler pelo fato de que, perante a sempre ativa *opinião pública* de Roma, o irmão mais velho de Lúcio, Marco Júnio Silano, era visto como um homem maduro, um *nobilis* de alta estirpe e descendente de Augusto, ou seja, alguém mais apropriado ao poder do que Nero, um adolescente⁴⁹¹, embora Tácito reitere que Silano não tinha ambições de poder⁴⁹².

O caso de Marco Silano nos mostra que, independentemente de não existir uma disposição de ambição competitiva de sua parte, um aristocrata como ele estava preso à grandeza do *nomen* que portava e era *entendido pelo conjunto dos demais aristocratas* como um competidor, reputado enquanto tal mesmo que não desejasse sê-lo, algo que colaborava, igualmente, para arregimentar possíveis apoiadores numa possível reinvidicação ao poder imperial. Sêneca, curiosamente, sabia disso quando exortou Nero ao bom governo não muito tempo depois do assassinato de Silano: “Estás preso à tua proeminência”⁴⁹³. Dessa maneira, o assassinato nada mais foi do que uma expressão da competitividade entre o grande e prestigioso círculo dos Silanos com o emergente círculo de Agripina. Tem razão Rudich ao afirmar que a memória da morte violenta de membros da família terminava na formação de “ódios hereditários” para com os príncipes governantes⁴⁹⁴, um aspecto que potencializava ainda mais a competitividade aristocrática, algo que Agripina tinha plena consciência.

Os assassinatos de Narciso e, sobretudo, do *nobilis* Marco Júnio Silano não passaram despercebidos pela opinião pública e sinalizaram uma visível quebra de uma sempre instável *concordia publica*, aspecto que tratamos no capítulo 2⁴⁹⁵. No segundo caso, o assassinato de um *senador* de alto nascimento era algo particularmente problemático que relembra a violência dos tempos de Cláudio. Quando Tácito afirmou que “ia-se já pelo caminho das violências”⁴⁹⁶, temos justamente esse sentido expresso. A mesma *opinião pública* que projetava Marco Júnio Silano como um possível competidor, a despeito de não querer sê-lo, era a mesma que observava atentamente as ações do poder imperial, aspecto que Sêneca igualmente lembrou

⁴⁹⁰ RUDICH, V. *op. cit.*, 1993, p. 62.

⁴⁹¹ TÁCITO, *Annales*, 13, 1.

⁴⁹² De acordo com Tácito, Marco Júnio Silano era chamado de “carneiro de ouro” por Calígula justamente por não demonstrar ambições de poder, ou seja, pela falta de espírito competitivo. Outro exemplo, assim como o de Aneu Mela, que vimos anteriormente (cf. p. 142), que a inexistência de uma postura de competição entre aristocratas era recebida com censura e zombaria.

⁴⁹³ SÊNECA, *Da clemência*, 3, 6, 3. Tradução de Ingenborg Braren.

⁴⁹⁴ RUDICH, V. *op. cit.*, 1993, p. 130.

⁴⁹⁵ Cf. p. 92.

⁴⁹⁶ TÁCITO, *Annales*, 13, 2. Tradução de Leopoldo Pereira.

a Nero⁴⁹⁷. E, com efeito, podemos falar efetivamente de uma *opinião pública* em Roma, conceito que parece moderno, vinculado ao surgimento dos jornais e da imprensa, mas que pode ser pensado igualmente para as realidades romanas. Com efeito, boatos, rumores e a formação de uma *opinio* pública sobre como agiam imperadores, aristocratas, governadores e outras figuras de importância social eram fenômenos realmente definidores da política romana, pois as informações do que acontecia diariamente se difundiam não só entre os círculos aristocráticos, mas também entre a plebe de Roma, seja por vias verossímeis ou não, de forma que os boatos e rumores que percorriam a Cidade, mesmo que falsos ou deliberadamente manipulados, acabavam por se tornar “notícias improvisadas”, no dizer de Ygor Klain Belchior⁴⁹⁸. A tese da existência de uma opinião pública no mundo romano recebeu especial atenção em tempos recentes por parte de Cristina Rosillo-López, que se dedicou a estudar o fenômeno no período tardo-republicano. Para a historiadora, o fenômeno estaria ligado ao campo da *política informal*, para além da regularidade da lei e das instituições, na qual rumores e fofocas tinham papel fundamental na troca de informações, na formação de alianças políticas e na comunicação entre as elites e o povo⁴⁹⁹. Embora o ambiente político seja diferente no Principado, já que os processos eleitorais deixaram largamente de existir, podemos inferir que tal mecanismo de política informal permanece em larga medida válido e as notícias circulavam entre os círculos aristocráticos e pela plebe muito rapidamente, independentemente de qualquer tentativa de controle por parte do poder imperial⁵⁰⁰. Nero, inclusive, se viu às voltas com rumores durante todo o seu principado, conforme veremos adiante, boatos que agitavam tanto as aristocracias quanto a plebe urbana. A depender das ações políticas, os boatos (cuidadosamente colhidos pelos autores e reproduzidos em seus trabalhos, conforme vemos em Tácito) produziam sérias agitações entre a população de Roma, ou seja, manifestações ativas na *percepção política* dos habitantes da Capital, repercussões positivas ou negativas⁵⁰¹. Essa opinião pública bem poderia, assim, direcionar sua preferência para outros candidatos ao poder

⁴⁹⁷ SÊNECA, *Da clemência*, 3, 6, 1

⁴⁹⁸ BELCHIOR, Y. K. Boatos, opinião pública e assassinatos políticos: o caso de Júlio César. In: *Codex – Revista de Estudos Clássicos*. Vol. 7, nº 1, 2019, p. 85-86.

⁴⁹⁹ ROSILLO-LOPEZ, C. *Public Opinion and Politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 16-17.

⁵⁰⁰ Rosillo-Lopez defende uma posição mais restritiva sobre a opinião pública das elites durante os anos iniciais do Principado, limitada em larga medida ao ambiente da corte e policiada pelos príncipes, posições ao qual mostramos certa reserva. Cf. ROSILLO-LOPEZ, *op. cit.*, 2017, p. 229-235.

⁵⁰¹ Algo que volta a acontecer anos depois quando Agripina é assassinada por ordens de Nero. Na ocasião, Sêneca e Burro foram responsabilizados por sua inação ou incapacidade de controlar as ações do príncipe. Outro caso envolvendo boatos e opinião pública foi culpabilização de Nero pelo grande incêndio que arrasou amplas áreas de Roma em 64 surgiu justamente a partir de boatos e rumores que se espalharam pela Capital, levando Nero a envolver os cristãos, segundo Tácito.

imperial, expressar, assim, seus descontentamentos e posições, algo que punha grande pressão sobre os príncipes que, por sua vez, atuavam a todo custo para protegerem ao máximo sua contestável condição imperial.

Os casos de Silano e Narciso nos mostram outro aspecto da cultura política romana que não pode ser ignorado: embora a violência fosse um instrumento comum no trato com escravos ou subalternos, seu emprego arbitrário contra as próprias elites produzia grandes instabilidades. Os atos agressivos de Agripina, com grande potencial de produzir rupturas já nos primeiros momentos do novo principado, descontentaram seriamente Sêneca e Afrânio Burro, a despeito da aliança que mantiveram, até aquele momento, com a Augusta. E foi justamente a opinião pública e seu peso que promoveram uma mudança interna no então poderoso círculo de Agripina. Em nosso ponto de vista, os assassinatos de Narciso e Silano foram decisivos na ruptura dos dois regentes de Nero com a sua antiga patrona, embora não saibamos ao certo como se deu esse rompimento e em que momento, se ainda em 54 ou em janeiro de 55. O certo é que, a partir de fevereiro de 55⁵⁰², Agripina já se encontrava isolada de seu antigo grupo de apoiadores e seu círculo grandemente reduzido. A competição interna levou a uma luta na qual a Augusta acabou derrotada, justamente por seus correligionários mais próximos. O outrora poderoso círculo da imperatriz se partiu em dois grupos: ela própria e Palas de um lado, Sêneca e Burro do outro⁵⁰³. O círculo de Agripina seria ainda mais reduzido, pois Nero deu o golpe final no que restava da influência política de sua mãe, certamente sob orientação do filósofo, dispensando os serviços de Palas e o afastando da corte⁵⁰⁴. Abriu-se, da mesma forma, o primeiro grande conflito entre mãe e filho, igualmente uma *forma de competição* que permaneceu latente nos anos seguintes até a trágica morte de Agripina, em 59.

Assim, a partir daquele ano de 55, observamos um novo grupo aristocrático firmemente estabelecido e em pleno exercício da governança imperial, o *círculo dos Aneus*, ou também *círculo Sêneca-Burro*, já que o prefeito, a partir daquele momento, atuaria em conjunto com filósofo até sua morte, em 62⁵⁰⁵. A hegemonia desse grupo político esteve, sem dúvida, associada a um plano político que buscou amenizar ao máximo os efeitos deletérios da competição aristocrática mais extremada, promovendo a retórica da *clementia* como virtude moral norteadora das ações de Nero, no espírito da máxima preservação da *concordia publica*. Era, nesse sentido, uma ruptura inevitável, já que, do ponto de vista ideológico, o círculo dos

⁵⁰² DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 49.

⁵⁰³ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 60.

⁵⁰⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 14.

⁵⁰⁵ Rudich empregou essa nomenclatura para designar um governo conjunto. Cf. RUDICH, *op. cit.*, 1993, p. 10.

Aneus/Sêneca-Burro propunha obter alguma pacificação social, ao passo que Agripina era caracterizada por ações diretas e agressivas. É desse período que data a redação do *De clementia*, segundo a cronologia estabelecida por Mirian Griffin (dezembro de 55-dezembro de 56)⁵⁰⁶, tratado dirigido ao imperador como um encômio (em seus argumentos iniciais) e, não menos importante, por um vasto aconselhamento moral, que se converteu num exercício de teorização política do Principado, questões que abordamos em nosso trabalho anterior. Naquela ocasião, consideramos que o objetivo de Sêneca foi parte de um processo mais amplo de iniciação de Nero à prática filosófica, uma tentativa de induzir o jovem imperador à conversão estoica ao atrelar o exercício da *clementia* ao perfil do sábio (*sapiens*), pois ela requeria uma minuciosa *racionalização política* da parte do príncipe⁵⁰⁷.

É um aspecto importante que reforça a ideia de ruptura de Sêneca com Agripina, já que Suetônio nos informa que a imperatriz não desejava que o filósofo ensinasse doutrinas filosóficas a Nero⁵⁰⁸. Ao mesmo tempo, Tácito se mostra surpreso pelo fato de Sêneca e Burro terem se consorciado de modo tão harmonioso ao poder⁵⁰⁹, algo realmente curioso e que, em outras circunstâncias, dado o ímpeto competitivo, teria certamente produzido uma profunda rivalidade para alcançar a preferência de Nero. No *De clementia*, o próprio Sêneca não poupou elogios públicos à diligência de Burro⁵¹⁰, outra evidência direta desse grande acerto entre parceiros de regência. Griffin, por outro lado, vê no contexto social de ambos as origens dessa incomum afinidade: ambos provinciais oriundos da ordem equestre e que compartilhavam, logicamente, das visões políticas daquele grande grupo aristocrático⁵¹¹, de certa maneira uma continuação da mesma política de Agripina. De qualquer forma, o círculo dos Aneus, somado ao peso da autoridade do prefeito Afrânio Burro, era, a partir do relativo isolamento da imperatriz, a nova força política da corte, algo que, ironicamente, só pode ocorrer pelo fato dos estoicos terem sido catapultados ao centro do poder através do patronato de Agripina.

A proposta de tornar Nero um legítimo rei-filósofo é o cerne das ideias políticas de Sêneca e, ao mesmo tempo, segundo a correta perspectiva de Guarinello e Joly, a obtenção de uma *concordia* que fosse duradoura, uma ética política que trouxesse os demais setores e círculos

⁵⁰⁶ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 396.

⁵⁰⁷ COSTA JUNIOR, C. L. J. *op. cit.*, 2018, p. 51.

⁵⁰⁸ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 52.

⁵⁰⁹ TÁCITO, *Annales*, 13, 2.

⁵¹⁰ SÊNECA, *Da clemência*, 1, 1, 2.

⁵¹¹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 79.

das elites para um consenso de fins⁵¹². Para efetivar tal plano, indicava-se a Nero um *modo de conduta* que tornava necessário o comedimento em relação às paixões da alma, sobretudo a ira, elemento central na elaboração do ideal social do *bonus vir* romano, o que incluía, naturalmente, a construção ética do próprio príncipe como um bom governante no sentido clássico da *paideia* helenística⁵¹³. O discurso teórico de Sêneca, ao mesmo tempo, incorpora em sua ética política todos os paradoxos, ambiguidades e contradições do Principado: ensaiou uma modalidade de governo que pressupôs a preservação das elites e dos círculos senatoriais por meio de sua completa submissão a uma forma de monarquia filosófica, na qual não existe nenhuma noção de compartilhamento do poder, nenhuma colegialidade senatorial. Logo após sua aclamação pelos pretorianos, Nero se dirigiu ao Senado e, igualmente sob a tutela retórica de Sêneca, enfatizou em seu discurso inaugural o *tradicionalismo político*, a retórica da linha “augustana” de governo, já consolidada como princípio geral (embora abstrato e sem uma definição precisa) de bom governo, planos de compartilhamento do poder com os senadores, a não realização de julgamentos *intra cubiculum*⁵¹⁴ e separação entre a *Res Publica* e aquilo que era a *res privata* do príncipe⁵¹⁵. Braren notou, nesse sentido, que as ideias monárquicas expressas no *De clementia* representavam um completo abandono do que se propôs no naquele discurso⁵¹⁶, o que prova justamente a ideia de que a retórica do “modelo augustano” era útil como promessa inicial, mas logo abandonada em favor de novos projetos políticos, assim como ocorreu, efetivamente, em todos os principados desde Tibério.

Aqui, voltamos ao aspecto de que tratamos no capítulo 2, o da particularidade intrínseca de cada principado, pois tanto Tibério quanto Calígula ou Cláudio não eram Augusto⁵¹⁷. Tampouco Nero o seria. Ao mesmo tempo, Fábio Faversani nos mostra, tanto a partir da *Apocoloquintose* satírica de Cláudio quanto do *De clementia*, que é enganoso pensar a atuação política de Sêneca segundo um “ideal senatorial”: no primeiro caso, as elites senatoriais são vistas com desdém, como homens patéticos. No segundo, diante de um imperador-sol, os senadores não tinham nenhum papel a cumprir, não eram sequer “pequenas estrelas”, no dizer

⁵¹² GUARINELLO, N. JOLY, F. Ética e ambiguidade no Principado de Nero. In: BENOIT, H; FUNARI, P. **Ética e política no mundo antigo**. São Paulo: FAPESP-UNICAMP, 2001, p. 150.

⁵¹³ EHRHARDT, M. **O arquiteto social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado** a partir da *Historia Magistra vitae*. Tese de doutorado (UFPR), 2008, p. 77. Cf. também EHRHARDT, M. *Vir virtutis: a construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca*. Dissertação de mestrado (UFPR), 2001.

⁵¹⁴ Julgamentos realizados a portas fechadas, na presença do imperador e de seus conselheiros próximos, sem passar pelo Senado.

⁵¹⁵ TÁCITO, *Annales*, 13, 4.

⁵¹⁶ BRAREN, I. **Da clemência de Sêneca**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas – USP), 1985, p. 41-42.

⁵¹⁷ Cf. p. 123.

do autor⁵¹⁸. Sêneca era ele mesmo um senador, mas sua atuação como tal parece ter sido das mais insignificantes e não há nenhuma passagem nas fontes antigas que mencione sua presença no Senado durante o principado de Nero⁵¹⁹. E, numa escala maior, a atuação política do círculo dos Aneus contemplou fartamente os equestres e provinciais e pouquíssimo os senadores, como veremos mais adiante.

Mas os Aneus não foram, de forma alguma, a única força atuante na corte de Nero. Norberto Guarinello defendeu a posição de que as aristocracias vinculadas ao estoicismo, para muito além apenas de Sêneca, estavam presentes de modo participativo nos primeiros anos do príncipe, não como oposição, sentido geralmente evidenciado pela historiografia e marca de seus anos finais, mas como *colaboradores diligentes* com a chance única de concretizar seus ideais políticos. Assim, o projeto de governo centrado na *clementia* não foi, de forma alguma, uma *veleidade pessoal* de Sêneca, uma ideia surgida da simples individualidade do filósofo, ou seja, uma noção desconexa dos círculos maiores de pensamento romano durante aqueles anos iniciais de Nero⁵²⁰, mas um verdadeiro *programa político*. Foi, justamente, fruto da atuação desses círculos e seu desejo de concretizarem seus ideais políticos, o “sonho platônico” de uma utopia de origem filosófica. A tese de Guarinello é importante e nos alinhamos plenamente a ela no sentido de que a presença de Sêneca na corte do jovem príncipe estava em consonância, em maior ou menor grau, com a participação de outros círculos estoicos, aí inclusos o de Traseia Peto e o de Rubélio Plauto, através de seu mestre, Musônio Rufo, atuando no ambiente senatorial e também fora dele. A própria *gens Annaea* estava, por certo, no centro desse grande aglomerado de aristocratas que, dessa maneira, se tornaram os mandatários estoicos que agora dominavam a corte e ditavam os rumos políticos do Império Romano. É possível que o isolamento de Agripina tenha acelerado ainda mais essa aproximação dos estoicos com em relação a Nero e seus regentes. Tácito fez uma jocosa afirmação de que o jovem príncipe passava suas noites a ouvir debates entre filósofos⁵²¹, o que indica a presença desses indivíduos em trânsito pela corte. A partir de 55, estava claro que os estoicos, nome genérico para esse conjunto de círculos aristocráticos filosoficamente engajados, haviam ganhado a competição aristocrática de modo notavelmente rápido e assumiram a liderança política de forma a guiar, muito atentamente, as ações de Nero.

⁵¹⁸ FAVERSANI, F. **Estado e Sociedade no Alto Império Romano**. Ouro Preto: Editora UNIFOP, 2012, p. 139-140.

⁵¹⁹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 73-74.

⁵²⁰ GUARINELLO, N. Nero, o estoicismo e a historiografia. In: **Boletim do CPA**. Campinas, nº 1, 1996, p. 57-61.

⁵²¹ TÁCITO, *Annales*, 14, 16.

O círculo de Rubélio Plauto⁵²² é o único do grupo dos estoicos composto por *nobiles* de alta linhagem, uma evidência de que emergentes equestres e provinciais poderiam atuar politicamente em conjunto com velhos aristocratas de origem itálica, mesmo que, no quadro geral, imperasse um *status* de competitividade. Nesse caso, o *elo filosófico* predominava, o elemento de *solidariedade social* que congregava indivíduos tão heterogêneos. Com efeito, Plauto⁵²³, assim como Silano, era descendente de Augusto por lado de mãe, Júlia Lúvia⁵²⁴, que fora neta de Tibério e, portanto, vinculada aos Júlio-Claudianos. O pai, Caio Rubélio Blando, era um *homo novus* originário da ordem equestre, um emergente oriundo da região de Tíbur, uma verdadeira exceção, já que a casa Júlio-Claudiana raramente realizava matrimônios com famílias não pertencentes à alta *nobilitas*. Syme especulou que Tibério efetivou tal casamento (em 33) pelo fato do avô de Blando ter sido influente professor de retórica em Roma, portanto um meio de promoção de prestígio literário e artístico para a família imperial⁵²⁵. Se foi esse o caso, temos um exemplo de como as artes retóricas poderiam ser uma via de ascensão social, de certa maneira algo comum à trajetória de Sêneca. A despeito da origem obscura da *gens Rubelia*, seus membros alcançaram elevados postos na administração imperial durante o primeiro século da Era Cristã. Rubélio Plauto também consolidou sua posição social com um casamento influente ao unir-se com Antístia (também chamada Polita), filha do *nobilis* Lúcio Antístio Veto⁵²⁶, senador pertencente a uma antigüíssima família de origem plebeia, os *Antistii*. O casamento de Plauto, além de ser um indicativo social de que uniões exclusivas entre *nobiles* tornava o acesso àquele grupo algo extremamente difícil, embora não impossível, também ganhou elogios da parte de Tácito, que o caracterizou como uma relação baseada nas mais puras virtudes conjugais⁵²⁷. O caráter de Plauto, ao mesmo tempo, é descrito como austero, um praticante das doutrinas filosóficas estoicas, algo compatível com a retórica do *mos maiorum* e, sem dúvida alguma, no relato taciteano, um contraponto ético aos vícios de Nero.

A denominação de um círculo de Plauto, conforme estabeleceu Cizek, se justifica pelo fato do *nobilis* romano ter construído uma rede notável de *amici* filosoficamente engajados, o que incluía a família de Quinto Márcio Bareia Sorano, outro *nobilis* da antiga *gens Marcia*, do qual trataremos com mais detalhes no capítulo 4. Para além da alta aristocracia, as amizades de

⁵²² Ver apêndice II (círculo I).

⁵²³ PIR² R 115

⁵²⁴ Outra vítima dos complôs de Messalina, assim como Agripina e sua irmã, Júlia Livila, banida e executada durante o governo de Cláudio.

⁵²⁵ SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 173

⁵²⁶ PIR² A 776.

⁵²⁷ TÁCITO, *Annales*, 14, 22.

Plauto incluíam numerosos filósofos, uma tradição tipicamente helenística de conservar, no ambiente doméstico, a presença de homens dotados de *sapientia*, algo compatível com a noção romana de *gravitas*⁵²⁸. Um deles, em especial, ganhou grande relevância naquele período, a quem Plauto seguia enquanto *discípulo*: Caio Musônio Rufo⁵²⁹, equestre nascido na Etrúria, autor que deixou uma marca profunda no pensamento filosófico romano dos séculos I e II da Era Cristã por seu público altamente heterogêneo de ouvintes: para além de aristocratas senatoriais que seguiam, a exemplo do próprio Plauto, Musônio teve como discípulos o escravo Epiteto, Atenodoto⁵³⁰, Eufates de Tiro e, também, o orador Dião Crisóstomo, igualmente redator de tratados sobre a realeza que foram, décadas depois, dedicados ao imperador Trajano. Musônio, embora equestre, nunca construiu carreira política, optando apenas por ensinar preceitos estoicos aos seus discípulos através daquilo que pode ser descrito como *exemplum* socrático. Com efeito, do que conhecemos de suas ideias, Musônio compartilhava de perspectivas muito similares as de Sêneca. Dentre os fragmentos e discursos sobreviventes de seu pensamento filosófico, provavelmente obra de discípulos e redigidas em grego, Musônio Rufo defendeu a mesma vinculação entre *realeza* e *virtudes filosóficas*, a exemplo do que vemos em sua *diatribe* VIII, dedicada exclusivamente ao tema do porquê os reis devem estudar e praticar a filosofia. Nela, há a defesa de um determinado perfil político adequado a quem exerce a soberania, a saber: ser um *benfeitor* e *salvador* dos homens e uma *referência moral* da para os cidadãos, sábio e racional no sentido de distinguir o que é útil e conveniente aos seres humanos⁵³¹, elementos típicos de uma retórica de realeza helenística. Em especial, a noção grega de *filantropía* (*φιλανθρωπία*), justamente associada à ideia de uma *benfeitoria em prol de outros seres humanos*, converge para a noção senequiana de *clementia*⁵³².

Ao lado do Aneus e do grupo de Rubélio Plauto, temos, por fim, o círculo do senador Públio Clódio Traseia Peto⁵³³. Oriundo de uma aristocracia emergente itálica, nascido em *Patavium*, no norte da Península, Traseia tinha por nomen gentilício *Clodius*, uma variação de *Claudius*, mas sem nenhuma relação direta com os aristocráticos membros da família imperial, nem com qualquer outro ramo da alta aristocracia. Ao longo de sua trajetória, casou-se com Árria, a jovem, pertencente a uma família senatorial de origem itálica igualmente emergente,

⁵²⁸ SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 346.

⁵²⁹ PIR² M 753.

⁵³⁰ Mestre de Marco Cornélio Frontão que, por sua vez, foi tutor de Marco Aurélio.

⁵³¹ MUSÔNIO RUFO, *Dissertações*, 8, 10.

⁵³² Sobre as ideias de cunho ético defendidas por Musônio Rufo, Cf. OLIVEIRA, F. O pensamento de Musônio Rufo. In: *Máthesis*. Vol. 1, 1992, p. 89-107. Cf. também MUSONIO RUFO. *Disertaciones/Fragmentos Menores*. Trad. de Paloma Ortiz García. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

⁵³³ PIR² C 1187. Ver apêndice II (círculo VIII).

de origem etrusca. Os pais de Árria, Aulo Cecina Peto e Árria, a Velha, foram vítimas das repressões de Cláudio, pois participaram diretamente da rebelião militar de Lúcio Arrúncio Camilo Escriboniano, que tentou sem sucesso uma sublevação na Dalmácia (entre 41-42), mais uma das muitas contestações contra a elevação daquele príncipe. Ambos cometeram suicídio. Em uma demonstração de *fides* e *pietas* para com seu sogro, Traseia acrescentou *Paetus* ao seu próprio nome, uma clara forma de oposição passiva ao governo de Cláudio. Da união de Traseia Peto com Árria, a Jovem, nasceu Fânia, casada com o senador Helvídio Prisco, figura de grande destaque naquele contexto também por sua adesão aos princípios estoicos. Tanto Traseia Peto quanto seu genro, Helvídio Prisco, homens letrados, cultivaram um número notável de *amici* também filosoficamente engajados no estoicismo: além de Sêneca, o satirista etrusco Pérsio, que transitou entre a *domus* de Traseia e a escola de filosofia de Aneu Cornuto, o liberto de Sêneca. Também era próximo da família Pacônio Agripino, outro estoico cujos ensinamentos são em parte conhecidos graças aos comentários de Epiteto. Desenha-se, assim, um círculo de indivíduos razoavelmente coeso, com uma tradição de oposição aos príncipes, mas que, naquele contexto inicial de Nero, foi atraído para próximo do poder por articulação do regente Sêneca, compondo, assim, um conjunto amplo de apoiadores ideológicos no novo governo que se esboçava a partir daquele ano de 55.

A presença de homens como Sêneca, Plauto, Musônio Rufo, Traseia Peto e seu genro Helvídio Prisco em trânsito pela corte de Nero também nos mostra a importância das escolas filosóficas no Império Romano durante o primeiro século da Era Cristã. A permeabilidade das ideias e doutrinas originárias da Grécia entre as elites romanas foi tamanha que, no final do século II, até mesmo um imperador ganhou destaque por sua adesão à da filosofia, Marco Aurélio. O comportamento desses aristocratas é um tema relevante de ser abordado, já que questões doutrinárias foram fundamentais em sua atuação política e determinaram tanto sua ascensão como sua queda nos anos subsequentes. Em tempos recentes, autores como Pierre Hadot e John Cooper têm frisado, no contexto cultural da Antiguidade, a importância da filosofia enquanto um *modo de vida*, ou seja, como uma forma racionalmente guiada de viver pautada pela *rigoriedade lógica e disciplina de pensamento*⁵³⁴, portanto algo para além da elaboração acadêmica de conhecimentos teóricos ou conceituais, uma *tradição filosófica* iniciada por Sócrates. Nesse sentido, argumenta Cooper, as escolas filosóficas, que eram consideravelmente diversas e até mesmo conflitantes entre si sobre qual seria a forma mais

⁵³⁴ COOPER, J. **Pursuits of Wisdom: Six Ways of Life in Ancient Philosophy from Socrates to Plotinus**. Princeton University Press, 2012, p. 17.

indicada de se viver, propunham doutrinas morais para a obtenção da *melhor vida humana possível*⁵³⁵. Pierre Hadot, por sua vez, enfatizou a ideia de *conversão* na filosofia antiga, momento em que se realizava aquilo que o especialista francês chamou de “giro” ou “mudança de direção”, um abandono de sua existência prévia para um novo modo de vida, aspecto que não seria exclusivo da religião cristã, mas igualmente parte das escolas helenísticas de filosofia, sobretudo o estoicismo, o epicurismo e o neoplatonismo⁵³⁶, aspecto que mencionamos de passagem no primeiro capítulo⁵³⁷. A adesão a esses modos de vida filosoficamente orientados não deixou de atrair certos setores das aristocracias romanas, muito embora não possamos de forma alguma dizer que todos eles tenham sido *filósofos* no sentido estrito do termo: em nossa perspectiva, homens como Traseia Peto, Helvídio Prisco e Rubélio Plauto foram aderentes intelectualizados daquele modo de vida, mas não exatamente *filósofos*, rótulo que define melhor Sêneca e Musônio Rufo, seja pela extensa *obra escrita* que legaram, pelos conceitos teórico-doutrinários que produziram ou mesmo pelo ensino que exerceram ao longo de sua vida. De qualquer modo, temos uma *linguagem filosófica comum*, convergindo para um mesmo propósito político, que nada mais era do que guiar a juventude de Nero rumo ao melhor dos principados.

Assim, a partir dessas considerações sobre a presença da filosofia na corte de Nero, podemos concluir que, durante a vigência da hegemonia do círculo dos Aneus, ou também *Sêneca-Burro*, todos aqueles que possuíam alguma identificação com o estoicismo estavam, a partir daquele momento, mais próximos da órbita do poder imperial, ou, ao menos, numa situação de convergência com as propostas ideológicas do agora dominante círculo político da corte. Assim, temos uma profunda produção discursiva associada às ideias estoicas, a despeito das emissões monetárias neronianas não apresentarem nenhuma referência direta à virtude da *clementia*, conforme estudo e catalogação numismática realizado por Marilena Vizentin⁵³⁸. Ainda assim, podemos considerar que a *clementia* foi, de fato, uma proposta efetiva de projeto de governo, pois houve um considerável esforço entre os anos de predomínio do círculo de Sêneca-Burro em evitar ao máximo o uso da violência no trato com as aristocracias. Tácito ilustrou isso com exemplos: o equestre Júlio Denso, apoiador de Britânico, conforme vimos anteriormente⁵³⁹, foi denunciado e perdoado. O senador Carrinas Céler foi denunciado por um escravo, sob alegação desconhecida, e igualmente perdoado. Mais emblemático e eloquente é

⁵³⁵ COOPER, J. *op. cit.*, 2012, p. 18.

⁵³⁶ HADOT, P. *op. cit.*, 2014, p. 203.

⁵³⁷ Cf. p. 52.

⁵³⁸ VIZENTIN, M. *op. cit.*, 2005, p. 77.

⁵³⁹ Cf. p. 153.

o caso de Pláucio Laterano, acusado de adultério com Messalina e restituído ao Senado por Nero, restituição esta acompanhada de discursos na qual o príncipe reiterou publicamente a importância da *clementia*⁵⁴⁰. Afinal, Plauto fora acusado de adultério, assim como o próprio Sêneca havia sido nos tempos de Cláudio, aspecto que não deve ser menosprezado. Todas essas medidas, porém, não significaram necessariamente um incremento da estabilidade, como veremos mais adiante.

No decorrer daquele ano de 55, mesmo com a aliança de Sêneca e Burro manter um controle efetivo sobre a corte guiados por uma ideia de *clementia*, novas tensões emergiram, pois a competição aristocrática, nesse sentido, permanecia sempre latente. Nero passou a manter relação extraconjugal com uma liberta chamada Claudia Acté, o que desagradou imensamente Agripina, que rompeu relações com o filho. Nero, nesse sentido, aproximou-se ainda mais de Sêneca, segundo Tácito⁵⁴¹, o que fortaleceu a posição política do filósofo, que até pôs seu parente, Aneu Sereno, um dos destinatários de seus tratados morais⁵⁴², a acobertar a relação, sob o argumento de que era preferível uma relação extraconjugal com alguém de baixo nascimento do que comprometer a reputação de uma mulher da aristocracia, mais um exemplo da duplicidade do filósofo entre o discurso moral e a ação pragmática do uso político do adultério⁵⁴³. A remoção de Palas da corte⁵⁴⁴ não impediu a imperatriz de tentar reafirmar o seu controle sobre as ações de Nero e os assuntos da corte, o que a levou, aparentemente, a um antagonismo para com Sêneca e Burro. Agripina, que também se opunha à relação de Nero com Acté, lançou sobre o filho uma série de ameaças, conforme lemos em Tácito:

Depois disso Agripina irrompeu em ameaças e terrores, e nem os ouvidos do filho poupava, dizendo que Britânico já estava adulto, e era ele, digno e legítimo herdeiro do pai, que devia caber o império, ocupado agora por um intruso, um filho adotivo, que estava a injuriar sua mãe; que ela não estava longe de publicar o que se passava naquela casa infeliz [...]; que por favor dos deuses e providências suas, vivia ainda o enteado, e ela o levaria aos acampamentos, para que de uma parte fosse ouvida a filha de Germânico e de outra o decrepito Burro e o desterrado Sêneca, um com sua mão

⁵⁴⁰ TÁCITO, *Annales*, 13, 10-11.

⁵⁴¹ TÁCITO, *Annales*, 13, 13.

⁵⁴² PIR² A 618. A exemplo do *De tranquillitate animi*, na qual Sereno é o interlocutor de Sêneca. Não sabemos qual era exatamente o grau de parentesco de Sereno com Sêneca, apenas que pertenciam à mesma *gens*.

⁵⁴³ VEYNE, P. *Sêneca e o estoicismo*, p. 34

⁵⁴⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 14. Quanto ao seu irmão, Antônio Félix, há incerteza se permaneceu ou não como prefeito da Judeia naquela segunda metade da década de 50. A depender das fontes, a saída do posto teria ocorrido ainda em 55, portanto cronologicamente compatível com a remoção de Palas da corte. Outras fontes, porém, apontam apenas para o ano 60, quando Pórcio Festo assumiu seu lugar. Cf. GRIFFIN, M. op. cit., 1976, p. 449.

mutilada, outro, com sua língua declamatória, a reclamar o Governo do gênero humano⁵⁴⁵

A passagem acima é reveladora no sentido de que, a depender de como se delineava a competição aristocrática, mudanças radicais de alianças poderiam acontecer. Ao ameaçar Nero com seu apoio a Britânico, Agripina nos mostra que, a despeito do círculo do filho natural de Cláudio estar seriamente enfraquecido após a morte de Narciso e a saída de muitos apoiantes, a exemplo de Júlio Denso, permanecia Britânico como um ponto de convergência de aristocratas competitivos que visassem, de alguma forma, benefícios e acesso ao poder. Isso passou a incluir a própria Agripina. Além do mais, ficou exposto, mais uma vez, o protagonismo dos pretorianos, de certo modo transformados em árbitros da competição entre possíveis concorrentes. Além do mais, se esboça novamente outro aspecto do qual falamos anteriormente, o patronato do exército por parte de Agripina, cuja autoridade sobre os soldados permitiria “que se ouvisse a filha de Germânico”. O tom de antagonismo com Sêneca e Afrânio Burro revela que o rompimento entre os antigos aliados foi, de fato, profundo e carregado de ressentimentos pelo que seria uma *traição*, uma ruptura da *fides* que fundamentava aquela relação patronal. Não deixa de ser irônico, nesse sentido, que a postura autônoma de Sêneca e Burro, de certa forma, remetia à ideia de *ingratidão* tão explorada pelo filósofo no *De beneficiis*, um dos males sociais que envolviam a concessão não recíproca de favorecimentos, demonstração de que a competição aristocrática também envolvia a *quebra da reciprocidade* quando assim se fazia vantajosa, uma notável evidência de que convicções filosóficas nem sempre eram compatíveis com a realidade prática da política, aquilo do qual tratamos no item 3.1 sobre a fluidez patronato. Agripina, agora desfavorecida, buscaria novamente o apoio do exército que lhe era fiel. Ao mesmo tempo, Tácito revela que a Augusta era uma mulher que cultivava a escrita: estava a redigir um *livro de memórias* sobre sua família e as intrigas internas que testemunhara, obra que, infelizmente para nós, se perdeu no tempo⁵⁴⁶. A possibilidade de uma renovação do círculo de apoiadores de Britânico foi, segundo Tácito, a razão para Nero prontamente agir por

⁵⁴⁵ TÁCITO, *Annales*, 13, 14. “*Praeceptis posthac Agrippina ruere ad terrorem et minas, neque principis auribus abstinere, quo minus testaretur adultum iam esse Britannicum, veram dignamque stirpem suscipiendo patris imperio, quod insitus et adoptivus per iniurias matris exerceret. non abnuere se, quin cuncta infelicis domus mala patefierent, suae in primis nuptiae, suum veneficium: id solum diis et sibi provisum, quod viveret privignus. ituram cum illo in castra; audiretur hinc Germanici filia, in[de] debilis Burrus et exul Seneca, trunca scilicet manu et professoria lingua generis humani regimen expostulantes*”. Tradução de Leopoldo Pereira.

⁵⁴⁶ Tácito menciona que consultou o texto de Agripina na composição dos *Annales* (4, 53). As *Memórias* que foram publicadas por Agripina, embora perdidas, deram origem a um número expressivo de romances que especularam seu conteúdo. Pierre Grimal publicou, em 1992, um livro de ficção histórica com o título de *Memórias de Agripina*. Apenas um ano depois, em Portugal, a escritora e historiadora Seomara da Veiga Pereira seguiu o mesmo caminho com obra de mesmo nome.

temor de perder o seu poder: o envenenamento do filho de Cláudio. O *primeiro crime* de Nero teria sido concretizado por intermédio dos venenos de Locusta, a mesma que havia estado à serviço de Agripina quando da morte de Cláudio⁵⁴⁷. Não é possível ter certeza de que realmente se tratou de um venefício, já que o próprio Tácito nos revela que o rapaz tinha crises de epilepsia⁵⁴⁸. É fato que sintomas de envenenamento poderiam ser muito semelhantes aos de problemas naturais de saúde, o que, certamente, perante uma cidade cujos boatos circulavam de rua em rua, amplificados pela opinião pública, contribuía para a formação de narrativas de morte induzida.

Seja como for, natural ou induzida, o fato é que a morte de Britânico visivelmente eliminou uma séria concorrência ao domínio político de Nero. Assim como no caso de Marco Júnio Silano, Britânico estava igualmente preso à condição nobre e, portanto, competitiva que portava, mesmo que não exercesse ou não desejasse exercer o poder, pois era algo para além da vontade do próprio indivíduo. Findava-se, assim, o círculo de Britânico. Se a morte do rapaz foi provocada, então seu desaparecimento foi aceito como um ato legítimo por parte dos círculos estoicos, um meio de evitar a possibilidade de uma guerra civil⁵⁴⁹. Braren observou aquilo que pode ter sido uma *advertência* de Sêneca a Nero no *De clementia*, obra que foi escrita *posteriormente* à morte Britânico: “não fazer o mal mais do que uma só vez”⁵⁵⁰, uma recomendação de fato curiosa⁵⁵¹, mas altamente especulativa. De qualquer modo, Agripina estava agora politicamente ainda mais isolada e suas intenções de reconstruir a grandeza de seu antigo círculo se esvaneceram quase que completamente, o que de maneira nenhuma a dissuadiu de tentar reconstruí-lo. Tácito menciona os esforços redobrados da Augusta em receber amigos, tribunos e centuriões para reuniões secretas, captar recursos e reorganizar apoios, em claro desafio à autoridade do filho, cuja retaliação foi a retirada da guarda e o eventual confinamento da mãe numa casa distante da corte⁵⁵². As ações da imperatriz para reaver o poder perdido diante daqueles competidores que, outrora, foram seus aliados nos induzem a pensar que Syme estava correto ao enfatizar que as redes de intrigas políticas eram determinantes na busca por poder e influência⁵⁵³. As manobras de bastidores, as intrigas e conexões de patronato ou *amicitia* eram parte essencial no *modo prático* de como a competição era conduzida, algo extraído do próprio

⁵⁴⁷ TÁCITO, *Annales*, 13, 15.

⁵⁴⁸ TÁCITO, *Annales*, 13, 16.

⁵⁴⁹ GRIMAL, P. *Sêneca: as vie, son ouvre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948, p. 26.

⁵⁵⁰ SÊNECA. *Da clemência*, Pr, 2. 1.

⁵⁵¹ BRAREN, *op. cit.*, 1985, p. 31.

⁵⁵² TÁCITO, *Annales*, 13, 18.

⁵⁵³ SYME, R. *Tacitus*. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1958, p. 8.

Tácito: o autor romano, com efeito, fala das decisões tomadas em secreto, dos acertos realizados em ambientes privados, no interior das casas aristocráticas, longe dos olhares públicos, aspectos expressos na fórmula *arcana imperii*⁵⁵⁴. Por tais razões defendemos, anteriormente, que a casa de Agripina e de muitos outros aristocratas também eram espaços onde se planejavam cuidadosamente ações políticas, igualmente *espaços cortesãos*.

O abalo nas relações entre mãe e filho não deixa de ser notado, inclusive, nas emissões monetárias: nas oficinas de Roma, cessam os retratos conjuntos, permanecendo somente a efigie de Nero e, nas províncias, de Otávia (apêndice II - Tipos 8a-b). A fragilização do poder de Agripina, contudo, não trouxe necessariamente maior estabilidade ao principado de Nero, apenas significou um reordenamento da competição aristocrática em novas posições. Ainda em 55, vemos um episódio que demonstra com clareza a relação entre *competitividade* e *conjuracionismo*, a manifestação mais óbvia e natural da intriga: o complô para elevar Rubélio Plauto ao poder. Nesse sentido, as conjurações para remoção de um imperador do poder eram, assim, fruto de um ímpeto de competição, a despeito do governo até então ser conduzido moderadamente pelos estoicos ligados a Sêneca. Tácito dedica apenas algumas linhas à suposta conspiração de Plauto, mas o suficiente para vislumbrarmos os mecanismos políticos e sociais por detrás desse fenômeno.

A articuladora da conspiração foi Júnia Silana⁵⁵⁵, adversária de Agripina, a despeito de terem mantido, por muito tempo, uma relação de *amicitia*, sobretudo porque ambas foram, na época de Cláudio, adversárias de Messalina. Com efeito, Júnia Silana pertencia aos *Iunii Silanii*, mas a um ramo familiar diferente (ramo B) sem ligações diretas com os cinco irmãos do qual tratamos anteriormente, porém igualmente próximos aos Júlio-Claudianos. A linhagem de Silana é muito mais lacunosa do que aquela dos Silanos (ramo A)⁵⁵⁶, mas sua origem, segundo a *PIR* e Syme, remontaria a Caio Júnio Silano, *possivelmente* um irmão mais jovem daquele Marco Júnio Silano que transitou entre campos políticos diferentes durante a guerra civil e que foi cônsul no ano de 25 a.C. sob Augusto⁵⁵⁷. Da prole de Caio Silano, nasceu Marco Júnio Silano⁵⁵⁸, cônsul *suffectus* no ano de 15 e pai de duas filhas, Júnia Claudila⁵⁵⁹ e própria Júnia Silana. A proximidade com o poder trouxe prestígio, mas ao mesmo tempo riscos e violência:

⁵⁵⁴ Expressão que poderia abranger diferentes formas de manobras secretas de poder. TÁCITO, *Annales*, 1, 6; 2, 36.

⁵⁵⁵ *PIR*² I 864

⁵⁵⁶ Ver apêndice para os diferentes ramos A e B (círculo II).

⁵⁵⁷ *PIR*² I 824; SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 193

⁵⁵⁸ *PIR*² I 832

⁵⁵⁹ *PIR*² I 857

Claudila foi a primeira esposa de Calígula, porém faleceu antes de sua elevação ao principado, no ano de 37. Logo após, a despeito do príncipe ter sido seu genro, Marco Silano foi acusado (falsamente) de conspiração e obrigado a cometer suicídio, segundo Suetônio⁵⁶⁰. Nos tempos de Cláudio, um sobrinho de Marco Silano, Caio Ápio Júnio Silano, que fora cônsul sob Tibério no ano 28, quase morto por conspiração em 32, foi executado por Cláudio pela mesma razão exatos dez anos depois⁵⁶¹. Júnia Silana, a filha sobrevivente de Marco Silano, casou-se com Caio Sílio, o senador amante de Messalina, cuja conspiração já mencionamos anteriormente⁵⁶². Naquela ocasião, Messalina forçou Sílio a se divorciar de Silana e realizar o *simulacro de casamento* que resultaria em suas respectivas execuções logo após, evento que abriu caminho à ascensão de Agripina.

As razões do rompimento entre ambas, segundo Tácito, foi o fato de Agripina ter impedido o casamento de Silana com um jovem *nobilis*, Tito Séxtio Africano, por razões financeiras, de modo a não permitir que o jovem tivesse acesso à fortuna de Silana, que não possuía filhos⁵⁶³. Em situação de isolamento político e com sua relação de proximidade com Nero seriamente abalada, Agripina estava agora em frágeis condições, o que justamente aticava seus muitos adversários à ação. O episódio da conspiração de Silana nos mostra que a política imperial romana e sua competição não se baseavam apenas na busca por poder e prestígio, unicamente: era também uma arena de ódios, desavenças pessoais e vinganças por ofensas cometidas, elementos estimulantes da competição. Era uma atividade fortemente passional, na qual o choque de interesses poderia ter consequências sérias, muito diretas e agressivas. Ao ver Agripina em situação de isolamento, Silana viu uma oportunidade para atacar sua rival. Para se lançar contra sua adversária, Silana mobilizou sua clientela: Itúrio e Calvício, duas figuras obscuras, movidos sobretudo por interesses financeiros⁵⁶⁴, foram escolhidos para acusar formalmente a Augusta de conspirar a favor de Plauto para fazê-lo *princeps* e, não menos importante, como meio de implicação, casar-se com ele para reaver sua antiga condição de poder⁵⁶⁵, agora negada por Nero, Sêneca e Burro. A escolha de Plauto como um alvo não foi ao acaso, pois Silana certamente sabia de seu vínculo familiar com os Júlio-Claudianos e, por consequência, de sua legitimidade ao governo do Império e *favoritismo* em meio aos demais círculos aristocráticos. Os supostos planos do complô, porém, não puderam ser mantidos sob

⁵⁶⁰ SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 23.

⁵⁶¹ TÁCITO, *Annales*, 29, 11.

⁵⁶² TÁCITO, *Annales*, 13, 19.

⁵⁶³ TÁCITO, *Annales*, 13, 19.

⁵⁶⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 21.

⁵⁶⁵ TÁCITO, *Annales*, 13, 19.

discrição e, pela extensa rede de libertos da casa imperial, foram revelados a Nero⁵⁶⁶. O modo de agir de Silana evidencia com perfeição aquilo que defendemos anteriormente, a importância da mobilização das redes de patronato com vistas à competição.

Nero, além de buscar a pena capital para Plauto, pela primeira vez, vislumbrou a execução de sua mãe, algo que não deixou de refletir em Afrânio Burro, pois o imperador ainda via no chefe da Guarda um associado de Agripina⁵⁶⁷, sinal de que velhas lealdades não eram, de forma alguma, esquecidas. A despeito de mirar Agripina, a conspiração engendrada por Silana pôs em risco a hegemonia do círculo de Sêneca e Burro e também o próprio Plauto, próximo aos Aneus. Em primeiro lugar, a postura resoluta de Nero em buscar a morte dos implicados constitui um nítido contraste entre as ações concretas do príncipe e o encômio às qualidades morais dedicadas ao imperador por Sêneca nas primeiras linhas do *De clementia*, o seu “gostaria de não saber escrever” ao ter que confirmar a pena de alguns condenados⁵⁶⁸, característica que ficaria ainda mais evidente ao longo dos anos seguintes, sua disposição de lançar mão da violência para fins de reiteração competitiva de poder pessoal, modelo de governo que, ironicamente, era muito similar ao de sua mãe. Nesse sentido, Rudich aponta que, de certa maneira, Silana foi bem sucedida, ainda que parcialmente, já que a reação de Nero foi exatamente aquela esperada⁵⁶⁹. Agripina, porém, demonstrando uma notável habilidade política, foi capaz de reverter sua situação perante Nero e, com grande sucesso, fez o plano dos conspiradores se voltarem contra eles próprios⁵⁷⁰. Acreditamos que a conspiração de Silana tenha sido uma de muitas tentativas de reintroduzir, logo nos primeiros momentos do novo principado, ainda que sem sucesso, as acusações de *maiestas* que, até então, nos principados anteriores, promoveram a atuação de *delatores* e uma profusão de condenações à morte e ao exílio. Pelo relato que Tácito, a conspiração engendrada por Silana é um exemplo de *complot forjado*, cujo propósito era desencadear uma *reação repressiva* violenta do poder imperial contra aqueles que fossem acusados, no caso, Agripina e Plauto. Era, nesse sentido, uma *forma de instrumentalização* dos poderes repressores do príncipe na qual determinados círculos da elite recorriam ao imperador para destruir seus adversários competitivos. Voltaremos a essa questão no devido tempo, no capítulo 4.

⁵⁶⁶ TÁCITO, *Annales*, 13, 20.

⁵⁶⁷ TÁCITO, *Annales*, 13, 20.

⁵⁶⁸ SÊNECA, *Da clemência*, 1, 1, 2.

⁵⁶⁹ RUDICH, V. *op. cit.* 1993, p. 18.

⁵⁷⁰ TÁCITO, *Annales*, 13, 22.

A interferência de Sêneca nos parece determinante no desfecho pouco violento da conspiração de Silana, o que é compatível com sua proposta de uma *clementia* política ativa justamente nas ocasiões em que ela era mais necessária como forma de contenção da reação imperial, o que, a nosso ver, demonstra a força política dos estoicos no sentido de conseguir controlar as ações de Nero com relativo sucesso⁵⁷¹, além da fidelidade às linhas de atuação nos limites da *concordia publica*. Agripina, ao mesmo tempo, havia reiterado sua posição e salvado sua vida. Afrânio Burro permaneceu em suas funções de chefe da Guarda por intermediação direta de Sêneca. Com exceção de um liberto, Atímeto, todos os demais implicados sofreram penas relativamente leves: Silana foi exilada, Itúrio e Calvício relegados⁵⁷². Rubélio Plauto não sofreu nenhuma punição aparente, fato interessante por se tratar, do ponto de vista de sua linhagem familiar, de um forte competidor ao poder imperial. Embora Tácito não tenha explorado as razões dessa aparente leniência, consideramos que o ímpeto moderador de Sêneca tenha sido o fator fundamental na preservação de Plauto, por suas óbvias conexões estoicas com o círculo dos Aneus, com Musônio Rufo e, obviamente, com todos os demais estoicos. Em nosso ponto de vista, parece plausível pensar que Plauto acabou temporariamente protegido por conta de uma verdadeira rede de conexões, de certa maneira uma espécie de *escudo social*. Isso parece se confirmar sobretudo quando observamos que seu posterior assassinato se deu exatamente quando Sêneca e Burro perderam o poder que detinham na corte, o que ocorre no ano de 62. A coesão social desses círculos estoicos acabou por anular a disposição executória de Nero.

Outra suposta conspiração contra o príncipe foi revelada no mesmo ano, muito embora seus desdobramentos tenham sido pequenos e não houve repressão a nenhum indivíduo ou grupo político, exceto ao próprio denunciante. Peto, um negociante, acusou formalmente Burro e Palas afirmando que estes pretendiam depor Nero e substituí-lo por Fausto Cornélio Sula Félix⁵⁷³, um *nobilis* de alta estirpe, membro da patrícia *gens Cornelia*, descendente do ditador Sula e meio irmão de Messalina, pois ambos eram filhos de Domícia Lépidia, tia de Nero. Era, igualmente, marido de Cláudia Antônia, a primeira filha do imperador Cláudio (irmã de Otávia e Britânico) o que o tornava, portanto, cunhado do próprio Nero⁵⁷⁴. Repetia-se, assim, a mesma fórmula da conspiração anterior. O denunciante, Peto, seguindo os mesmos princípios

⁵⁷¹ Muito embora o possível assassinato de Britânico permaneça problemática nesse contexto.

⁵⁷² Em relação a Júnia Silana, Tácito fala em “*in exilium acta*”. Quanto aos dois clientes, o termo *relegatio* é empregado, o que indica que a penalidade de Silana foi mais dura e pode ter envolvido o confisco total ou parcial de sua riqueza. TÁCITO, *Annales*, 13, 22.

⁵⁷³ PIR² 1464

⁵⁷⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 23.

competitivos de Júnia Silana, era um negociante que promovia a venda de bens confiscados pelo poder imperial, atividade extremamente lucrativa em caso de repressão intensa contra acusados de conspiração, que sofriam não só a pena capital, mas igualmente a perda de seus bens. Peto, que se provou ainda mais corrupto por renovar falsos créditos devidos pelo tesouro imperial, acabou exilado⁵⁷⁵. Quando observadas em perspectiva, as duas supostas conspirações obedecem à mesma lógica. A primeira (de Silana) visava comprometer Agripina em seu momento de maior fragilidade às custas da legitimidade linhagística de Rubélio Plauto ao governo do Império. A segunda (de Peto), buscou comprometer antigos aliados de Agripina às custas da legitimidade de Fausto Cornélio Sula Félix. Por suas implicações, ambas as acusações tinham o poder de desestabilizar grandemente o poder hegemônico dos Aneus e de Afrânio Burro, que até recentemente estavam fortemente vinculados à imperatriz, um indicativo de como, embora internamente rompidos, Burro ainda era publicamente associado à imagem de Agripina. Ambas conspirações fracassaram em seus intentos, mas se tivessem sido bem sucedidas teriam *aberto a corte* a um novo círculo político hegemônico. Ao mesmo tempo, tanto Peto quanto Itúrio e Calvício são exemplos de que tentar mobilizar o poder imperial para fins repressivos poderia ser também uma atividade lucrativa. O desejo de ganhos pecuniários era, assim, mais um aspecto a inflamar o processo competitivo aristocrático. Embora tenha prevalecido a força política dos Aneus e de Afrânio Burro, todos esses elementos conflituosos nos mostram que a ideia de um *bom governo*, estável e harmonioso, pode ser posta em perspectiva, algo que ficou cristalizado na famosa expressão *Quinquennium Neronis*, os bons cinco anos de Nero.

3.3.1 Círculos aristocráticos e historiografia: *Quinquennium Neronis* e bom governo

O historiador romano Aurélio Victor, ao escrever uma concisa história do Império Romano, no século IV da Era Cristã, mais de duzentos anos após o período neroniano, afirmou que Trajano frequentemente se referia à grandeza inigualável dos primeiros cinco anos de governo de Nero⁵⁷⁶, sua política de engrandecimento da cidade de Roma e anexação de novas províncias que, até então, eram Estados-clientes do Império Romano, notadamente os Alpes Cócios e o Ponto. Estava cunhada, portanto, a expressão *Quinquennium Neronis* para designar, a princípio, mas não sem problemas interpretativos, os “bons anos de Nero”. Não se trata, dessa

⁵⁷⁵ TÁCITO, *Annales*, 13, 23.

⁵⁷⁶ AURÉLIO VICTOR, *Livro dos Césares*, 5, 2-3.

maneira, de uma designação contemporânea ao príncipe ou encontrada nas obras de Tácito, Suetônio ou Dião Cássio. A questão levantada pelas impressões de Aurélio Victor nos conduz a um aspecto particularmente interessante no sentido de pensarmos de que modo as fontes romanas do período imperial construíram imagens do poder centradas na dicotomia entre *bom governo* e *mau governo*, condicionadas, logicamente, pelos conflitos entre diferentes círculos aristocráticos que orbitavam Nero. Nesse sentido, a operacionalização teórica entre oposições era algo comum na visão de mundo dos antigos romanos. É possível dizer que Nero, ou qualquer outro príncipe romano, exerceu um *mau governo* em sentido plenamente objetivo? Assim como tantas outras questões, a resposta a essa questão está cheia de nuances. Em primeiro lugar, devemos ter em mente que o uso de dicotomias para estruturar bons ou maus governos, a nível discursivo, embora satisfatória aos romanos, não deixa de ser limitante para nós. A existência desses discursos dicotômicos pode nos levar, inclusive, a uma série de contradições.

A suposta menção de Trajano preservada pelo autor romano não define quando, exatamente, teve início ou fim o bom governo diante daqueles que foram, a rigor, os ruins. Os episódios elencados como símbolo de um ótimo governo por parte de Nero possuem variadas incongruências cronológicas, a saber: se ele começa em 54 e se estende até 59, quando do assassinato de Agripina, posição que, de certa maneira, se tornou relativamente popular justamente pela regência de Sêneca e Burro, portanto vinculada obrigatoriamente aos estoicos⁵⁷⁷, ou também poderia designar os anos finais, pois é na década de 60 da Era Cristã que as razões nomeadas por Aurélio Victor para indicar o bom governo acontecem, a revitalização do espaço urbano de Roma após o incêndio de 64, a anexação dos Alpes Cócios, que ocorreu também naquele ano, e do Ponto (ainda antes, em 63), problemas cronológicos que, não permitem identificar prontamente, com a suposta clareza que uma distinção aparentemente tão simples, quais seriam os momentos do bom ou do mau governo⁵⁷⁸. Não há qualquer referência a um *quinquennium* em Suetônio, nem um momento específico de ruptura entre o que seria o bom e o que seria o mau, já que, para o biógrafo, os vícios do príncipe foram sendo revelados gradualmente desde o começo de seu governo⁵⁷⁹. Dião Cássio, por sua vez, se limitou a dizer que, após o assassinato de Britânico, Sêneca e Burro já não mais se interessavam por controlar as ações de Nero, algo que foi reforçado pelo assassinato de Agripina⁵⁸⁰. Em Tácito, podemos entender uma ideia de ruptura entre 59 e 62, entre a morte da imperatriz e a ascensão

⁵⁷⁷ SHOTTER, D. *op. cit.*, 1997, p. 15.

⁵⁷⁸ FAVERSANI, F. *Quinquennium Neronis* e a ideia de um bom governo. In: **Phônix**. Vol. 20, nº 1, 2014, p. 158-163.

⁵⁷⁹ SUETÔNIO. **Vida de Nero**, 26-27.

⁵⁸⁰ DIÃO CÁSSIO. **História Romana**, 61, 7-11. GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 423-424.

do prefeito Tigelino, ou seja, tudo aquilo que é narrado no livro XIV dos *Annales*, de certa forma uma contraposição ao livro XIII, que justamente privilegiou as ações de Sêneca e Burro⁵⁸¹. Como poderemos observar, nada muito esclarecedor para fundamentarmos com clareza e precisão que momento exato foi o *quinquennium*.

Em suma, a partir do nosso ponto de vista, acreditamos que a ideia do *Quinquennium Neronis* esboça muito mais imagens do período neroniano recepcionadas no período tardo-antigo, quando passam a ser elaborados novos modelos narrativos e historiográficos sobre uma época que, em relação ao século IV, já se caracterizava como distante temporalmente. A expressão *quinquennium Neronis* é uma afirmação particular de Aurélio Victor, não compartilhada por outros epitomistas, a exemplo de Eutrópio e seu *Breviarium*, o que indica justamente uma intenção pessoal no sentido de *exortação moral*, de indicar que, mesmo na adolescência (no caso, a de Nero), a virtude deveria ser cultivada acima de qualquer outra preocupação, portanto um *fenômeno historiográfico*, no dizer de Moisés Antikeira⁵⁸². Nesse sentido, boa parte do esforço para compreender a questão passa pela árdua investigação sobre qual caminho, através da tradição literária, essa anedota percorreu até chegar ao epitomista do século IV.

O que observamos em Aurélio Victor é, portanto, um exemplo de como príncipes romanos e seus governos poderiam ser vistos ou entendidos de maneiras altamente contraditórias, a depender da posição do enunciador, de forma que se torna impossível pensar adequadamente um governo imperial apenas em termos absolutos de *bom* ou *mau*. E isso se dá por várias razões. Assim mencionamos no capítulo 2, temos uma historiografia que não pode ser ela própria dissociada da construção e da permanente reformulação de círculos aristocráticos e dos discursos igualmente competitivos produzidos por estes em variados momentos da história do Principado, pois a própria vida (e obra, naturalmente) dos autores estavam imersas naquilo que se dispuseram a narrar. Se julgássemos a época de Nero somente pelos escritos de Sêneca (ou de seus correligionários, a exemplo de Lucano), veríamos que jamais Nero estaria associado a qualquer modalidade de mau governo. O sério comprometimento dos Aneus e seus consorciados (Rubélio Plauto e Traseia Peto) com o principado de Nero e sua posterior queda e afastamento em relação ao príncipe está no cerne da gênese do *quinquennium Neronis*. E este

⁵⁸¹ Syme fez essa opção ao associar o *quinquennium* ao livro XIII. Cf. SYME, R. *op. cit.*, 1858, p. 262.

⁵⁸² ANTIQUEIRA, M. Aurélio Victor e o *quinquennium Neronis*. In: **História Unisinos**. Vol. 15, nº 3, 2011, p. 441.

é, em nossa perspectiva, o aspecto que mais importante de toda essa discussão historiográfica sobre os tais “bons anos de Nero”.

Diferentemente de Trajano, que se manteve próximo ao círculo senatorial de Tácito e Plínio, o Jovem, grandes vozes intelectuais daquele início de século II, proximidade esta que resultou em sua imagem de *optimus princeps*, Nero progressivamente se afastou daqueles círculos mais *intelectualmente engajados* das elites, dentre eles os ditos “estoicos”, sobretudo em seus anos finais, uma elite literária por excelência e cujas narrativas políticas encontraram grande difusão no século II. Como veremos adiante, isso se deu por razões competitivas, pois aqueles círculos intelectualizados claramente foram afastados do poder por outro círculo aristocrático altamente bem sucedido em seus esforços de consolidar uma posição política hegemônica, o grupo de Tigelino, que abertamente hostilizou os estoicos e os transformou em alvos políticos, aspecto relacionado ao que chamamos, genericamente, de *oposição estoica*, questão que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo. E isso explica, em grande parte, o surgimento da retórica do *quinquennium* recepcionada por Aurélio Victor em seu tempo. Nos parece particularmente instigante a perspectiva de Murray e Wiedemann sobre a questão. O primeiro especulou que a fórmula do *quinquennium* foi elaborada não por Trajano, mas por historiadores associados aos estoicos, particularmente na biografia de Traseia Peto escrita por Fábio Rústico, que fora amigo pessoal do biografado e também de Sêneca⁵⁸³. Para Murray, a criação do *quinquennium* durante o período dos Flávios foi uma espécie de *apologia* disseminada com o propósito de explicar um grande problema *a posteriori*, ou seja, como um aristocrata virtuoso como o senador Traseia Peto pode estar ao lado (assim como Sêneca) de um *mau governante*, uma forma de salvaguardar a memória de um homem que foi, efetivamente, um *colaborador* de Nero até, pelo menos, o assassinato de Agripina em 59⁵⁸⁴.

Wiedemann, na mesma linha, acredita que o *quinquennium* não está relacionado à política de construções de Nero ou aos sucessos militares alcançados na Armênia, mas sim justificar as ações de tantos senadores que denunciaram Nero como um “monstro”, mas que, em dado momento, estiveram prontos a dar seu suporte às políticas do príncipe. Assim, a ideia de um *quinquennium* seria um *mito*, uma forma de *propaganda* elaborada pelos grupos estoicos e uma lembrança de que Nero teve, de fato, popularidade entre outros círculos sociais⁵⁸⁵. Guarinello

⁵⁸³ Fonte que o próprio Tácito fez uso na composição de seus *Annales*. Cf. 13, 20.

⁵⁸⁴ MURRAY, O. The ‘Quinquennium Neronis’ and the Stoics. In: **HZAG**. Bd. 1, H 1, 1965, p. 56-61. Cf. também GRIFFIN, M. op. cit., 1976, p. 424-425.

⁵⁸⁵ WIEDEMANN, T. E. J. Tiberius to Nero. In: BOWMAN, A; CHAMPLIN, E; LINTOTT, A. (Orgs.). **The Cambridge Ancient History**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 244.

também se alinhou a essa perspectiva ao afirmar que os estoicos, após a morte de Nero, reelaboraram a memória de sua participação ativa no governo neroniano⁵⁸⁶. Isso se deu de modo contraditório, mas que operou tanto na construção da “tirania” de Nero, exemplificada na tragédia *Otávia*, quanto na necessidade de salvaguardar a memória daqueles senadores que colaboraram ativamente com o príncipe, naquele projeto de governo do qual já falamos anteriormente, daí a importância de estabelecer “os bons anos” de Nero. Trata-se, portanto de uma *disputa pela memória* tanto de Nero quanto daquelas elites estoicas que mudaram suas posições políticas durante o contexto dos anos de 54-68. Se os estoicos foram os grandes perdedores da competição política durante o contexto neroniano, foram os grandes vencedores na construção da narrativa política que triunfaria a respeito daqueles anos. A despeito de qual tenha sido a origem dessa noção, podemos observar que, *a posteriori*, Nero e seu governo jamais deixaram de ser revisitados por autores que, de uma forma ou de outra, ajudaram a construir diferentes perspectivas acerca do jovem *princeps* filho de Agripina. Concordamos com o argumento de Faversoni de o *quinquennium Neronis* se tornou capaz de carregar consigo diferentes repertórios sobre Nero, consensos e dissensos sobre o que é um *bom governo* ou um *mau governante*, um vocabulário polissêmico construído que não exprime um período historicamente determinado ou, também, um tipo de discurso que atravessou diversas temporalidades e grupos de interesse, de forma que tentar estabelecer qualquer sentido preciso ou definitivo para o *quinquennium* é um exercício infrutífero⁵⁸⁷.

Em nosso ponto de vista, as contradições que envolvem a retórica do *quinquennium* podem ser exemplificadas de outra maneira, através dos escritos do próprio Sêneca. As duas conspirações do qual tratamos anteriormente, descobertas naquele ano de 55, a de Silana (Rubélio Plauto) e Peto (Fausto Cornélio Sula), somada ao possível assassinato de Britânico, são exemplos de que a competição e a tensão latente não são intrínsecas apenas aos chamados *maus governos*. No capítulo anterior, enfatizamos que a inexistência de conjurações foi exceção na longa história dos principados romanos, mesmo naqueles considerados excelentes na ótica da literatura senatorial⁵⁸⁸. Sêneca, o grande protagonista daqueles tempos, talvez o homem mais poderoso do Império Romano tanto por sua imensa riqueza quanto por seu poder de orientar as

⁵⁸⁶ GUARINELLO, N. *op. cit.*, 1996, p. 61

⁵⁸⁷ FAVERSANI, F. *op. cit.*, 2014, p. 174-175. Há uma ampla historiografia sobre a construção literária da imagem de Nero nos textos antigos e modernos. Para um balanço dessa imagética, cf. COELHO, A. L. S. **As metamorfoses de Nero**: um estudo da construção da tradição literária sobre o último Júlio-Cláudio e o seu Principado. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFOP), 2021.

⁵⁸⁸ Cf. p. 125.

ações de Nero, considerou no seu *De clementia* que o conjuracionismo era um fenômeno *intrínseco ao mau governo*:

Uma devastação natural segue o rastro de tal tipo de homem [o tirano]: ódios, venenos e espadas. É assaltado por tão múltiplos perigos quanto os muitos homens para quem ele próprio é um perigo; algumas vezes é cercado por conspirações partidárias, porém em outras ocasiões por revolta pública⁵⁸⁹.

Quando confrontamos essas palavras do próprio filósofo e homem forte de Roma com a ideia de um *ótimo governo*, representada pela expressão *quinquennium Neronis*, não deixa de parecer irônico tantos episódios de *mau governo* naquele que se supunha, pelo menos *a posteriori*, dada a presença dos estoicos, como um *bom governo*. Como explicar a existência de conspiracionismo em um bom governo? Isso se deve ao fato de a competição aristocrática não se limitar apenas a um bom ou mau governo, mas ser justamente um elemento *constante* na organização social romana, um traço estruturante da própria cultura política imperial. Para além dessa dicotomia, o processo competitivo nos revela *os limites* da própria teoria política senequiana, pois os demais círculos aristocráticos, para além dos estoicos, poderiam não necessariamente compartilhar de uma ideia de *clementia* ou *concordia*, nem desejavam partilhar de um *consenso político* unitário e estável. A instabilidade, a *stásis*, tinha, portanto, seus usos e o príncipe não foi o único a empregá-la quando necessário.

3.4 Elites, favorecimentos e acusações

Entre os anos de 55 e 62, permaneceram Sêneca e Burro no controle dos assuntos de Estado, compondo um grande círculo aristocrático politicamente hegemônico na qual orbitavam outros círculos aristocráticos de afinidade estoica, a exemplo do grupo de Rubélio Plauto\Musônio Rufo e o de Traseia Peto e sua família. Tais círculos atuaram colaborativamente não só na corte, mas no próprio ambiente senatorial, questão que originou, conforme vimos antes, a retórica do *quinquennium Neronis*. Do ponto de vista da administração imperial, as informações sobre as ações políticas de Sêneca e Burro são escassas ou contraditórias. Dão

⁵⁸⁹ SÊNECA, *Da clemência*, 3, 23, 3. “*Matura talem virum a tergo sequitur aversio, odia, venena, gladii; tam multis periculis petitur, quam multorum ipse periculum est, privatisque non numquam consiliis, alias vero consternatione publica circumvenitur*”. Tradução de Ingeborg Braren.

Cássio afirmou, em tom de aprovação, que ambos conduziram os assuntos públicos da melhor maneira possível, seja na mudança de leis ou regulações existentes e na criação de novas⁵⁹⁰, embora não detalhe nenhuma delas em específico. No caso de Sêneca, uma possível atuação política oficial não pode ser descartada, já que o filósofo exerceu o cargo de cônsul *suffectus* no ano de 56⁵⁹¹. Tácito enumerou medidas pontuais tomadas justamente naquele ano específico: melhor regulação de atribuições jurídicas entre tribunais e pretores, esferas que estavam em conflito, além de fixar mais adequadamente o poder dos edis. Também são elencadas mudanças pontuais no sistema do *cursus honorum*⁵⁹². Naquele ano também foi discutida a questão da possível revogação da liberdade aos libertos acusados de ingratidão, conforme mencionamos no capítulo 1⁵⁹³, mas não há evidência de que Sêneca tenha participado de qualquer uma dessas resoluções, a despeito de sua condição consular e do fato de Nero ter levado a questão a seu conselho privado⁵⁹⁴. De qualquer modo, a participação de Sêneca nessas medidas é uma possibilidade instigante, mas hipotética.

Ainda que não possamos saber ao certo que participação efetiva Sêneca e Burro tiveram na administração oficial, podemos determinar com absoluta certeza que o círculo aristocrático capitaneado por ambos foi capaz de produzir um arranjo relativamente estável de poder, de moderar em algum grau a virulência da competição aristocrática em *níveis extraoficiais* da administração do Império. No processo de consolidação de seus respectivos poderes, tanto o prefeito como o filósofo trataram de fazer o mesmo que Agripina havia feito em relação a eles próprios, ou seja, cercar-se de aliados e protegidos a quem, a princípio, poderiam confiar. E isso não era nenhuma novidade. Amigos e familiares de Sêneca já haviam sido contemplados sob Cláudio, provavelmente por intermédio de Agripina na expectativa de que também seriam fiéis a ela⁵⁹⁵. O filósofo, nos anos subsequentes, foi ainda mais atuante no sentido de patronizar seus favoritos a posições elevadas na administração imperial, homem cujo arco de relações sociais e políticos era, sem dúvida, dos mais admiráveis por sua extensa rede de *amici* ou, em termos mais práticos, clientela. Voltamos, novamente, ao problema do patronato com propósitos competitivos. Vejamos alguns casos de indivíduos cuja carreira recebeu grande

⁵⁹⁰ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 4.

⁵⁹¹ GALLIVAN, P. Some comments on the Fasti for the reign of Nero. In: *CQ*. New Series. Vol. 24, nº 2, 1974, p. 291.

⁵⁹² TÁCITO, *Annales*, 13, 28-29.

⁵⁹³ Cf. p. 56.

⁵⁹⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 26-27.

⁵⁹⁵ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 78.

impulso naqueles anos de 55-62, indivíduos que poderiam tanto pertencer ao círculo dos Aneus/Sêneca-Burro quanto orbitá-lo.

O prefeito Burro parece ter elevado a uma condição privilegiada Lúcio Dúvio Avito⁵⁹⁶, gaulês igualmente originário de *Vasio Vocontiorum*. Avito construiu uma bem-sucedida carreira tanto nas províncias como em Roma: foi pretor, governador da Aquitânia, cônsul juntamente com Sêneca no ano de 56⁵⁹⁷ e, posteriormente, a partir de 58, encarregado da província e dos exércitos da *Germania Inferior*. Mas, para além do prefeito, foi Sêneca o mais pródigo a favorecer seus correligionários a postos de poder. Aneu Sereno, parente cuja relação exata com Sêneca é impossível de determinar, e que acobertou a relação extraconjugal de Nero com Cláudia Acté, é um bom exemplo. Sob os auspícios do filósofo, foi elevado ao posto de *Praefectus Vigilum*⁵⁹⁸ em data impossível de estabelecer com precisão, mas durante aqueles anos de predomínio político do círculo de Sêneca-Burro até sua morte, por consumo de cogumelos tóxicos, em 62⁵⁹⁹. O irmão mais velho de Sêneca, Aneu Novato (Júnio Gálio Aniano), alcançou o consulado em data incerta entre aqueles anos, talvez 55⁶⁰⁰ e, como já mencionamos antes⁶⁰¹, sua ascensão já remontava ao governo de Cláudio, quando exerceu o governo da Acaia. A proximidade com Sêneca também se converteu em proximidade com o próprio Nero: segundo Dião Cássio, Aneu Novato ganhou destaque quando o príncipe instituiu os jogos *Juvenais*, cuja performance do príncipe era pessoalmente anunciada em pleno palco por Novato⁶⁰². Lucano, por sua vez, filho de Aneu Mela, além da reputação de poeta que conjugava com Nero dos mesmos interesses literários, exerceu o cargo de questor entre 60 ou 61 enquanto seu pai cuidava, como procurador, dos *negotia* particulares do príncipe. Em suma, vemos que Nero estava amplamente cercado pelos Aneus tanto em esferas oficiais quanto privadas. A família da segunda esposa de Sêneca, Pompeia Paulina⁶⁰³, também parece ter gozado de amplos benefícios naquele período de hegemonia do filósofo. Paulina pertencia a uma família equestre de Arelate, na Gália⁶⁰⁴. Seu pai (sogro de Sêneca) era Pompeu Paulino, o

⁵⁹⁶ PIR² D 210

⁵⁹⁷ GALLIVAN, P. *op. cit.*, 1974, p. 291.

⁵⁹⁸ A chefia do corpo de soldados que se mantinham a postos para combater eventuais incêndios.

⁵⁹⁹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 79. A morte de Sereno aparenta ter sido acidental, pois não há indícios de envenenamento. Sêneca lamentou profundamente a morte de Sereno em suas epístolas a Lucílio. A carta em questão trata, justamente, da morte e do luto, temas relevantes nos ensinamentos estoicos. Cf. SÊNECA, **Cartas a Lucílio**, 7, 63, 14.

⁶⁰⁰ Griffin aceitou o ano de 55 para o consulado de Aneu Novato. Gallivan optou por não determinar uma data precisa. GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 78. GALLIVAN, P. *op. cit.*, 293.

⁶⁰¹ Cf. p. 141.

⁶⁰² DIÃO CÁSSIO. **História Romana**, 62, 20.

⁶⁰³ PIR² P 678.

⁶⁰⁴ PLÍNIO. **História natural**, 33, 143.

Velho⁶⁰⁵, e seu irmão Pompeu Paulino, o Jovem⁶⁰⁶. Este último governou a *Germania Inferior* até a posse de Lúcio Dúvio Avito, o protegido de Burro, um indicativo da importância de se controlar aquela província, certamente por razões militares, pois ela concentrava número expressivo de legiões. Assim como Antístio Veto na vizinha *Germania Superior*, Paulino foi igualmente ativo na construção de diques e outras atividades que evitassem a ociosidade dos soldados⁶⁰⁷.

Mas o governo dos anos iniciais de Nero observou, igualmente, a participação ativa dos demais grupos estoicos associados aos Aneus, outro indício que apoia sua articulação coordenada em amparar o jovem príncipe num projeto de governo. Além da destacada atuação senatorial, Traseia Peto foi cônsul *suffectus* junto com Sêneca e Dúvio Avito no ano de 56⁶⁰⁸. Naquele mesmo ano, o genro de Peto, o estoico Helvídio Prisco, exerceu o tribunato da plebe⁶⁰⁹, um indicativo de que o ano de 56 foi um dos anos de maior atividade e participação de indivíduos ligados aos círculos estoicos em postos oficiais de governança⁶¹⁰. Do grupo de Rubélio Plauto e Musônio, destacou-se a figura de Lúcio Antístio Veto, o sogro de Plauto. Além do posto de cônsul *ordinarius* junto com Nero em 55⁶¹¹, Veto construiu uma sólida carreira nas províncias naquele contexto: esteve no comando da *Germania Superior* e de suas legiões e promoveu amplas melhorias naquela província, sobretudo a construção de canais que interligassem os rios adjacentes ao Reno, de forma a facilitar a condução e a comunicação dos exércitos estacionados naquela área⁶¹². Mais tarde, já num período pouco favorável àqueles ligados aos estoicos, foi procônsul da Ásia⁶¹³. É importante ressaltar, a partir dos *fasti* do período neroniano, que embora os estoicos estivessem ocupando numerosos postos administrativos e, em última instância, a corte, tal domínio político poderia ser bem *permeável* e não era, de forma alguma, *absoluto*: outros indivíduos não associados aos círculos estoicos permaneciam competindo e alcançando, igualmente, cargos elevados e os postos provinciais. Ao mesmo tempo, nem o domínio político dos estoicos era capaz de inverter hierarquias tradicionais de poder: os dois *consulados ordinários*, os mais prestigiados, foram todos ocupados por *nobiles* no período que vai de 55 a 60, privilegiando, assim, a *velha aristocracia*,

⁶⁰⁵ PIR² P 634

⁶⁰⁶ PIR² P 633

⁶⁰⁷ TÁCITO, *Annales*, 13, 53.

⁶⁰⁸ GALLIVAN, *op. cit.*, 1974, 291.

⁶⁰⁹ TÁCITO, *Annales*, 13, 28.

⁶¹⁰ E o ano mais provável de redação de Sêneca do *De clementia*, outra evidência dessa atuação conjunta entre diferentes círculos estoicos, tanto a nível teórico quanto prático.

⁶¹¹ GALLIVAN, *op. cit.*, 1974, p. 290.

⁶¹² TÁCITO, *Annales*, 13, 53.

⁶¹³ TÁCITO, *Annales*, 16, 10.

a exemplo do próprio Antístio Veto que mencionamos acima⁶¹⁴. Todas essas questões nos indicam que, a partir do que tratamos anteriormente a respeito do patronato imperial, os quadros da administração romana durante o Principado eram amplos e jamais seria possível a um determinado círculo político monopolizar todos os cargos e ofícios existentes. A despeito do poder e influência dos Aneus, outras casas e círculos permaneciam atuando e se articulando de forma independente, buscando, naturalmente, seus próprios fins políticos.

Em meados de 55, após a descoberta da suposta conspiração de Júnia Silana, novos apontamentos foram realizados. Agripina, embora estivesse ainda em posição frágil, mas reconciliada temporariamente com Nero, conseguiu indicar seu aliado Lúcio Fênio Rufo⁶¹⁵ para a prefeitura da *Annona*, posição ocupada até então pelo sogro de Sêneca, Paulino, o Velho. Agripina parece ter sido, igualmente, a responsável pela nomeação de Públio Anteio Rufo⁶¹⁶ para o governo da Síria, pois este, assim como Fênio, também pertencia ao grupo de protegidos da imperatriz, mas foi mantido em Roma, o que nos indica que, embora reconciliados, Nero aparentemente não confiava nos aliados de sua mãe⁶¹⁷, algo que faz sentido se pensarmos que, assim como a *Germania Inferior*, a Síria era uma província igualmente importante pelas legiões lá estacionadas. De qualquer modo, foram as últimas indicações de Agripina, evidência do relativo declínio do poder de seu círculo político. Ainda assim, a influência da imperatriz estava longe de ser neutralizada e, se não poderia garantir a *presença* de certos indivíduos com postos influentes na governança imperial, bem poderia garantir sua *ausência*, caso específico de dois futuros príncipes: Sérvio Sulpício Galba e Tito Flávio Vespasiano. O primeiro, um *nobilis* de linhagem antiga, membro da patrícia *gens Sulpicia*, rejeitou manter relações amorosas com Agripina entre os anos de 41-42 e teve sua carreira paralisada por toda a década de 50, nomeado por Nero para o governo da *Hispania Tarraconensis* apenas em 60, ou seja, depois do assassinato da imperatriz e por temer o prestígio de Galba⁶¹⁸. O segundo, atrelado ao círculo dos Vitélios e por suas conexões pessoais com Narciso, feroz adversário de Agripina, só pode exercer o governo da África também após a morte da imperatriz⁶¹⁹.

⁶¹⁴ GINSBURG, J. Nero's Consular Policy. In: **AJAH**. Georgia Press, 2017, p. 51. Os emergentes provinciais ou itálicos sem renome geralmente ascendiam aos postos consulares secundários, os *suffecti* ou *designati*, a exemplo de Sêneca e outros que mencionamos anteriormente.

⁶¹⁵ PIR² F 102.

⁶¹⁶ PIR² A 731.

⁶¹⁷ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 116-117.

⁶¹⁸ PLUTARCO. **Vida de Galba**, 20.

⁶¹⁹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 116.

Sêneca parece ter sido responsável direto pela indicação de pelo menos um nome após o caso Silana, muito embora não haja afirmação concreta nesse sentido por parte de Tácito. Porém, o perfil do homem em questão pode muito bem ser um indício dessa possibilidade. O astrólogo Tibério Cláudio Balbilo, oriundo da ordem equestre, descendente da realza de Comagene e reputado como grande erudito, foi encarregado do governo do Egito⁶²⁰ no lugar do supramencionado Lúcio Lusius Geta⁶²¹, província que governou até o ano 59⁶²². Sêneca teceu grandes elogios à sabedoria de Balbilo em suas *Naturales Quaestiones*, chamando-o de “o melhor dos homens e o mais sábio conhecedor de raros gêneros literários”⁶²³. Outro caso relevante que reitera a dificuldade de se distinguir os tênues limites entre o patronato e *amicitia* é o de Lucílio Júnior, equestre e o destinatário-interlocutor de suas *Epístolas*, das *Naturales Quaestiones* e do *De providentia*. Sêneca menciona de passagem em suas cartas a procuradoria da Sicília por parte de Lucílio entre os anos 63 e 64⁶²⁴, anos em que a influência política de Sêneca já se encontrava seriamente comprometida, pois já se encontrava fora da vida pública. Por fim, um futuro imperador também foi pessoalmente agraciado pelo patronato de Sêneca. Marco Sálvio Otão⁶²⁵, um dos *amici principis* mais próximos de Nero e companheiro de longa data de juventude⁶²⁶, era casado com Popeia Sabina, mulher influente que se tornaria amante e futura esposa de Nero. O estabelecimento de uma relação amorosa entre o príncipe e Popeia nos anos seguintes (58 adiante) pôs Otão em uma delicada situação, mas sua vida foi poupada por direta intervenção de Sêneca, que convenceu Nero a enviar seu antigo amigo para governar a distante Lusitânia. Plutarco é quem nos informa dessa intervenção direta do filósofo a favor de Otão⁶²⁷, que permaneceu em sua província até a guerra civil de 69.

A partir de tais considerações, vemos que Sêneca foi, de fato, um homem dotado de extensa clientela, um indivíduo notável por estabelecer conexões sócio-políticas nos mais variados locais do Império Romano, até mesmo na distante Alexandria, no Egito, algo que pode ser deduzido de sua epístola 77 quando anuncia a Lucílio, de passagem, o recebimento de cartas

⁶²⁰ TÁCITO, *Annales*, 13, 22. GRIMAL, *op. cit.*, 1948, p. 25.

⁶²¹ O antigo prefeito do Pretório e membro do círculo de Britânico.

⁶²² BASTIANINI, G. Lista dei prefetti d'Egitto. In: *ZPE*. Bd. 17, 1975, p. 273.

⁶²³ SÊNECA, *Naturales Quaestiones*, IV, 2, 13. “*uirorum optimus perfectusque in omni litterarum genere rarissime*”. O tema do livro IV das *NQ* reclama a autoridade de Balbilo justamente por envolver o Egito: o fenômeno das cheias anuais do Nilo.

⁶²⁴ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 4, 31, 9-10.

⁶²⁵ PIR² S 143

⁶²⁶ TÁCITO, *Annales*, 13, 12.

⁶²⁷ PLUTARCO. *Vida de Galba*, 20. Há um equívoco na PIR² no verbete relativo a Sêneca (A 617), na qual os redatores informam a mesma passagem de Plutarco, mas pensando se tratar de Sérvio Sulpício Galba como *amicus* do filósofo ao invés de Otão.

de “seu pessoal” acerca dos negócios que lá mantinha⁶²⁸. Além dos muitos clientes anônimos, figuras ilustres no campo da poesia e da literatura frequentaram seus círculos sociais, ou foram efetivamente seus dependentes, elemento que indica grande prestígio social, algo que também era valioso nos mecanismos de competição social. O poeta e epigramista Marcial, igualmente nascido na Hispânia, parece ter frequentado os espaços domésticos de Sêneca, embora não seja consenso entre os especialistas se o filósofo foi, de fato, patrono de Marcial⁶²⁹. Pérsio, como já havíamos mencionados anteriormente, também esteve igualmente inserido nesse ambiente estoico, assim como o historiador Fábio Rústico, amigo de Sêneca⁶³⁰, autor que Tácito considerou o mais “eloquente dos modernos, assim como Lívio para os antigos”⁶³¹, um dos possíveis elaboradores do repertório do *quinquennium Neronis*, como vimos antes⁶³².

O fato, porém, do círculo dos Aneus ou Sêneca-Burro deter enorme influência política junto a Nero não necessariamente indica que seu poder era incontestável. O domínio político hegemônico de um grupo específico, seja o de Agripina ou os Aneus, não significava controle absoluto ou total sobre todos os assuntos de estado, pois sempre havia outros círculos igualmente ativos em paralelo, atuando e se articulando de modo autônomo em busca de seus fins políticos e proeminência. Vimos anteriormente que, nas duas supostas conjurações do ano de 55, antigos aliados de Agripina foram alvos preferenciais de denúncias, um instrumento valioso na tentativa de derrubar adversários de posições elevadas de poder, na expectativa de que o poder imperial criasse um ambiente de repressão e, com isso, abrir caminho a outros competidores ávidos por proeminência assumirem seu lugar. Após Agripina, Palas, Burro, Plauto e Sula receberem acusações de *seditio* ou conspiração, foi a vez de Sêneca ser publicamente acusado, no ano de 58. O acusador, Públio Suílio Rufo, assim apresentou seus argumentos contra Sêneca, muito embora não seja possível circunscrever com exatidão em qual *crimen* o filósofo teria incorrido. As palavras de Suílio foram reproduzidas por Tácito nos seguintes termos:

⁶²⁸ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 9, 77, 1-3.

⁶²⁹ Marcial chegou a Roma pela primeira vez em 64, quando Sêneca já estava retirado da vida política. O filósofo é mencionado em poemas de autoria de Marcial, que justamente reiteram a riqueza detida pelo filósofo e seu papel de patrono influente. No século XIX, Ludwig Friedländer, a partir dessas constatações, lançou a ideia de Marcial como cliente efetivo dos *Annaei*, inclusive propondo que a propriedade de Nomentum, na qual o poeta se refere com frequência em suas, teria sido concedida a ele por Sêneca. Essa perspectiva foi criticada por Marc Kleijwegt por estar baseada em precárias evidências. Para a ideia de Marcial como *cliens* de Sêneca, cf. FRIEDLÄNDER, L. *M. Valerii Martialis Epigramaton Libri*. Leipzig: Verlag von Hirzel, 1886, p. 4-5. Para a crítica, cf. KLEIJWEGT, M. A Question of Patronage: Seneca and Martial. In: *AC*. Vol. 42, nº 1, 1999, p. 105-119.

⁶³⁰ TÁCITO, *Annales*, 13, 20.

⁶³¹ TÁCITO, *Agrícola*, 10.

⁶³² Cf. p. 185.

[...] acusou Sêneca de perseguir os amigos de Cláudio, sob o qual foi exilado com justiça. Repetia que, afeito a inúteis estudos e às declarações de escola, ele por inveja nutria ódio contra os que exerciam vigorosa e incorrupta eloquência na defesa dos cidadãos; que ele fora questor de Germânico e Sêneca o corruptor de sua filha; que não era mais repreensível receber dos litigantes o estipêndio espontâneo de um trabalho honrado do que conspurcar o tálamo das mulheres ilustres; que nenhuma filosofia, nenhuns preceitos de moral poderiam render trezentos milhões de sestércios em quatro anos de valimento; que em Roma vivia ele a armar aos testamentos de ricos sem herdeiros, e na Itália e nas províncias a exercer opressões de excessivas usuras; que ele Suílio, com seu trabalho, módicos rendimentos alcançava...⁶³³

Em primeiro lugar, se trata de um vívido contraste entre as práticas políticas de Sêneca e seus ensinamentos morais tão bem ilustrados em suas cartas e tratados. Porém, no contexto dessa contenda pública, estava a renovação de um antigo *senatus-consultum*, ainda da época republicana, a *Lex Cincia*, que impedia que oradores profissionais recebessem dinheiro por sua atuação nos tribunais. Era, de fato, uma questão amplamente debatida e polêmica desde a época de Cláudio, quando aquela regra foi afrouxada. Tácito dá a entender que a renovação daquela lei durante os anos de Nero mirou especificamente a atuação de Suílio⁶³⁴ e tais acusações públicas contra Sêneca nos indicam que o filósofo, de alguma forma, esteve envolvido na decisão de se renovar a aplicação mais rígida da *Lex Cincia*⁶³⁵. Daí compreende-se as motivações de Suílio: se Sêneca poderia enriquecer por sua posição na corte, por que ele não poderia obter remuneração através de seu ofício de orador, naquilo que hoje chamaríamos de *atividade advocatícia*? Contudo, para além dessa questão, reside outro aspecto a ser considerado. Suílio havia sido um *delator profissional* nos tempos de Cláudio e muito próximo daquele príncipe que, por sua vez, havia exilado Sêneca, daí a acusação deste ser um “perseguidor dos amigos de Cláudio” quando da mudança de regime.

Com efeito, Públio Suílio Rufo, que, segundo Tácito, gozava da “liberdade de uma idade avançada”, estava associado a outro grande círculo político elencado por Cizek, o de Cneu Domício Corbulão⁶³⁶, um dos mais prestigiados militares de seu tempo, que era meio irmão de

⁶³³ TÁCITO, *Annales*, 13, 42. “et Senecam increpans infensum amicis Claudii, sub quo iustissimum exilium pertulisset. simul studiis inertibus et iuvenum imperitiae suetum vivere iis, qui vividam et incorruptam eloquentiam tuendis civibus exercerent. se quaestorem Germanici, illum domus eius adulterum fuisse. an gravius aestimandum sponte litigatoris praemium honestae operae adsequi quam corrumpere cubacula principum feminarum? qua sapientia, quibus philosophorum praeceptis intra quadriennium regiae amicitiae ter milies sestertium paravisset? Romae testamenta et orbos velut indagine eius capi, Italiam et provincias immenso faenore hauriri: at sibi labore quaesitam et modicam pecuniam esse.” Tradução de Leopoldo Pereira.

⁶³⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 42.

⁶³⁵ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 60.

⁶³⁶ PIR² D 142.

Suílio. Ambos eram filhos de Vistília, mulher que viveu nos tempos de Augusto e que se tornou particularmente famosa entre os meios aristocráticos por ter tido *sete filhos* ao longo de *seis diferentes casamentos*, algo que não deixou de chamar a atenção de Plínio, o Velho, que justamente forneceu as informações relativas à prole⁶³⁷. A fertilidade de Vistília levou Syme a chamá-la de “a dama dos seis maridos”, um exemplo coerente (e ao mesmo tempo contraditório) com o que almejava o programa de regeneração moral augustano⁶³⁸. Dentre seus inúmeros filhos, nos interessa aqui três deles: o próprio Públio Suílio Rufo⁶³⁹; Cneu Domício Corbulão e Milônia Cesônia. A despeito de serem todos filhos de uma mesma mãe, suas trajetórias políticas seguiram caminhos tão distintos e foram tão pouco coerentes com as ações coordenadas que seriam esperadas para um conceito de círculo aristocrático que Syme, diferentemente de Cizek, não os entendeu como um grupo político, mas sim como uma “coleção” de indivíduos⁶⁴⁰.

Milônia Cesônia, a filha mais nova, foi a quarta e última esposa de Calígula, brutalmente assassinada juntamente com seu marido e filha na conspiração que vitimou aquele príncipe, em 41⁶⁴¹. Cneu Domício Corbulão, por outro lado, sobreviveu aos tumultos da morte violenta de seu cunhado, destacando-se consideravelmente em postos administrativos e militares durante o governo de Cláudio, exercendo o governo da *Germania Inferior*, em 47, local onde conduziu campanhas militares bem sucedidas contra as tribos germânicas e que lhe valeram honras triunfais. Barrado por Cláudio, que o impediu de continuar suas campanhas, Corbulão ironizou a “antiga felicidade dos generais romanos”, um exemplo de postura competitiva ainda calcada na tradição republicana, conforme vimos no capítulo 2⁶⁴². Também teria exercido o proconsulado da Ásia logo após, em data incerta. Quando da aclamação de Nero, em outubro de 54, Agripina, Sêneca e Burro defrontaram-se com uma séria crise no oriente, pois o rei arsácida Vologases I da Pártia ambicionava entronar Tiridates, seu irmão, como rei da Armênia, tradicional estado-cliente romano. Naquela ocasião, Tácito nos indica que a ameaça de uma guerra levou a opinião pública romana a considerar como reagiria ao desafio que se apresentava um príncipe tão jovem, dependente de uma mulher e que delegava os ofícios militares para seus

⁶³⁷ PLÍNIO. *História Natural*, 7, 5, 39.

⁶³⁸ SYME, R. Domitius Corbulo. In: BADIAN, E. (Org.). *Roman Papers*. Vol. II. Oxford: Clarendon Press, 1979, p. 805.

⁶³⁹ PIR² S 970

⁶⁴⁰ SYME, R. *op. cit.*, 1979, p. 823. O juízo de Syme a respeito faz sentido, mas optamos por manter a nomenclatura de um “círculo de Corbulão”, seguindo, assim, a ideia de Cizek, pensando muito mais na família do general, que desempenhou papel central nos anos finais de Nero na chamada conspiração de Viniciano, tema do próximo capítulo.

⁶⁴¹ JOSEFO. *Antiguidades Judaicas*, 19, 2, 4.

⁶⁴² TÁCITO, *Annales*, 11, 18-20. Cf. p. 98.

regentes⁶⁴³. A resposta foi o envio de Corbulão para o oriente, enquanto *legatus* para a Capadócia e Galácia, província com fácil acesso à Armênia e amplas condições de recrutamento⁶⁴⁴, medida que Syme decididamente creditou a Sêneca e Burro⁶⁴⁵, não só pelo *mérito* oriundo de suas *qualidades pessoais*, algo que pontuamos nos capítulos anteriores como um princípio ideológico fundamental entre as elites romanas, mas também, segundo as especulações de Syme, por suas origens *possivelmente gaulesas*, já que seu *nomen* gentilício, *Domitius*, compartilhado com outros indivíduos provadamente oriundos da Gália Narbonense, indicam origem na extensa clientela que os Domícios Enobarbos, os antepassados paternos de Nero⁶⁴⁶, tinham naquela região. Assim, Syme enquadraria a ascensão de Corbulão no espectro maior de provinciais gauleses privilegiados pelo patronato de Afrânio Burro e dos Aneus, a exemplo de Lúcio Dúvio Avito e Pompeu Paulino⁶⁴⁷. A despeito dos preparativos realizados, hostilidades efetivas vieram a eclodir somente quatro anos depois, no ano de 58, justamente no momento em que Sêneca e Suílio promoviam sua contenda. Enquanto isso, Corbulão cruzava o Eufrates com suas legiões e obtinha vitórias expressivas contra Tiridates, a exemplo da captura de Artaxata, antiga capital dos armênios⁶⁴⁸. Tais vitórias foram publicizadas em emissões provinciais em que Nero é intitulado *armeniaco* (Tipo 7). Assim, os sucessos externos claramente contrastavam com as perturbações internas.

Se Corbulão fez seu prestígio nos campos de batalha, seu irmão, Públio Suílio Rufo, seguiu caminho diferente e, como o próprio Tácito nos indica, já era idoso quando apresentou suas acusações contra Sêneca. O jovem Suílio foi um dos destinatários das cartas de exílio de Ovídio, que era casado com Perila, enteada do poeta. Numa das epístolas vindas da distante Tomis, no Mar Negro, Ovídio elogia suas habilidades oratórias e implora que seu “quase sogro” interceda por seu retorno à Roma junto a Germânico⁶⁴⁹, proximidade política confirmada no orgulho de Suílio de ter sido, naquela mesma época, o questor daquele grande general, vínculo que ele mesmo declarou em sua acusação contra Sêneca. Aliás, assim como este, Suílio também aparenta ter estado próximo o suficiente do poder para sofrer com a competitividade mais agressiva, pois também foi exilado no tempo de Tibério, acusado de vender sentenças e enviado para uma ilha não identificada. Voltou à Roma após a aclamação de Calígula, mas se

⁶⁴³ TÁCITO, *Annales*, 13, 6. “

⁶⁴⁴ GOLDSWORTHY, A. *In the Name of Rome*. New Haven: Yale University Press, 2016, p. 310.

⁶⁴⁵ SYME, R. *op. cit.*, 1979, p. 823.

⁶⁴⁶ Cf. p. 137.

⁶⁴⁷ SYME, R. *op. cit.*, 1979, p. 814-815.

⁶⁴⁸ TÁCITO, *Annales*, 13, 41.

⁶⁴⁹ OVÍDIO. *Cartas Pônticas*, 4, 8.

reaproximou do poder apenas durante o governo de Cláudio, proximidade esta que o tornou “prepotente, venal e próspero na amizade que cultivava com o príncipe, mas nunca para algo bom”, no dizer Tácito⁶⁵⁰. E o tom negativo do historiador romano se justificou no fato de Suílio ter se tornado um hábil *delator professional*, um tipo de figura que se tornou comum durante o período imperial, sobretudo a partir de Tibério, indivíduo que se encarregava de *informar* e *acusar*, formalmente, possíveis adversários do imperador sob alegações reais ou imaginárias, atos realizados ou palavras proferidas contra o príncipe, atividade que se tornou *remunerada* e que frequentemente terminava com os acusados sendo executados por traição (*maiestas*). A proximidade com o poder igualmente alavancou sua carreira. Syme pontua que Suílio obteve o consulado em 43 ou 45⁶⁵¹. O filho que teve com Perila, a enteada de Ovídio, Marco Suílio Nerulino, foi cônsul no ano 50⁶⁵², temporalidade que revela uma notável capacidade de aproveitar oportunidades e um indicativo de que as delações não eram só lucrativas, mas igualmente um *instrumento de competição social* a serviço da própria ascensão política, já que Suílio não tinha nenhuma ancestralidade ou distinção.

Nos tempos de Cláudio, Suílio encontrou um momento favorável para se dedicar à delação: diante de um príncipe altamente contestado e que sofreu com o conspiracionismo latente, os acusados que eram delatados por Suílio, senadores e equestres, geralmente enfrentavam julgamentos *intra cubiculum* presididos pelo próprio Cláudio⁶⁵³ e geralmente acabavam banidos ou mortos. Tácito afirma que o sucesso de Suílio encorajou outros a fazerem o mesmo, o que deu, certamente, espaço para a atuação de outros delatores e, por consequência, na promoção de *denuncismo desenfreado* entre os meios políticos, algo que fez Tácito intitulá-lo autor das “sevícias de Cláudio”⁶⁵⁴. As atividades de Suílio levaram os senadores a pressionar pela renovação da *Lex Cincia* muito antes do imbróglio com Sêneca, numa tentativa de conter suas ações, algo que não vingou pois o hábil orador, que tinha acesso privilegiado ao príncipe, foi capaz de convencer Cláudio a evitar a penalização retroativa e limitar a dez mil sestércios os honorários da atividade advocatícia dos oradores⁶⁵⁵. A lista das vítimas de suas delações é generosa: dentre elas, uma das mais eloquentes foi justamente seu meio irmão Quinto Pompônio Segundo, ao qual fez severos e virulentos ataques. Quinto, para salvar a si mesmo, juntou-se à

⁶⁵⁰ TÁCITO, *Annales*, 4, 31 “[...] *praepotentem, venalem et Claudii principis amicitia diu prospere, numquam bene usum*”.

⁶⁵¹ SYME, R. *op. cit.*, 1979, p. 807.

⁶⁵² SYME, R. *op. cit.*, 1979, p. 807. GALLIVAN, P. The Fasti for the Reign of Claudius. In: *CQ*. Vol. 28, nº 2, 1978, p. 409.

⁶⁵³ TÁCITO, *Annales*, 11, 1-2.

⁶⁵⁴ TÁCITO, *Annales*, 13, 43.

⁶⁵⁵ TÁCITO, *Annales*, 11, 5-7.

rebelião militar de Lúcio Arrúncio Camilo Escriboniano contra Cláudio, em 42, e possivelmente acabou morto em seguida. Outra vítima de suas delações foi Júlia Livia, a mãe de Rubélio Plauto, que era inimiga de Messalina⁶⁵⁶. No processo de consolidação de sua reputação de delator, Suílio acumulou fortuna, mas a decadência chegou após a morte de Cláudio, já que, com a mudança de regime político, suas delações perderam receptividade no novo principado. Ao observarmos as trajetórias de Corbulão e Suílio em perspectiva, entende-se a razão de Syme não ter os ter considerado um grupo ou círculo político efetivo e coeso: as carreiras de ambos parecem ter seguido caminhos distintos de tal forma que não há evidência de que sequer fossem íntimos, ou que mantivessem algum *elo fraternal* ou de *amicitia*, a despeito de terem nascido do ventre de uma mesma mãe, Vistília. Enquanto o primeiro contou com a anuência dos Aneus na consolidação de sua carreira, o segundo se opôs a eles veementemente.

A partir da trajetória prévia de Suílio, qual teria sido sua motivação em acusar publicamente Sêneca? Todo o contexto da acusação é vago, pois Tácito não se preocupou em explicar em que circunstâncias elas se deram. Não há como ter certeza, por exemplo, se se tratou de uma *acusação formal*, ou seja, se Sêneca foi efetivamente *processado* ou se foi apenas uma acusação pública, nem o local onde foi feita, se no Senado ou num tribunal⁶⁵⁷. O conteúdo das acusações também é impreciso, talvez o mais substancial fosse o de adultério, embora não saibamos se foi aquele ao qual foi punido com o exílio na Córsega nos tempos de Cláudio, com Júlia Livia, ou se foi uma acusação nova, desta vez com Agripina, esta última possibilidade reforçada por Dião Cássio⁶⁵⁸. Também não é possível saber ao certo que tipo de influência teve Sêneca entre os senadores para renovar a *Lex Cincia*. Para além da questão e das afirmações de *hipocrisia moralista* em relação ao filósofo, acreditamos que, a partir de sua atuação prévia como delator, o que fez dele, sem dúvida, um *agitador político*, seu grande objetivo foi comprometer publicamente Sêneca, desestabilizando a posição hegemônica do círculo dos Aneus da mesma forma como Júnio Silano e Peto anteriormente fizeram, na esperança de que Nero aceitasse tais acusações e, constrangido pela sempre atuante *opinião pública*, destituísse seus regentes de sua posição de poder, espaço cortesão que prontamente seria ocupado por outros círculos aristocráticos prontos a aproveitar as novas oportunidades que certamente se abririam. Precisamos, dessa maneira, observar o caso Suílio dentro desse *contexto de agitação competitiva* aristocrática na qual indivíduos ou grupos ambiciosos buscavam se aproximar do príncipe por meio de intrigas e articulações com o propósito de derrubar aqueles em condição

⁶⁵⁶ TÁCITO, *Annales*, 13, 43.

⁶⁵⁷ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 74-75.

⁶⁵⁸ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 10.

de poder. Ao mesmo em que os Aneus eram um polo de atração para os demais círculos de afinidade estoica, outros grupos, porém, buscavam tomar seu lugar. Suílio, que havia caído nas boas graças de Cláudio por meio de sua atividade de delator, agora tentava usar da mesma estratégia para obter o apoio de Nero, porém seu intento fracassou completamente e, assim como Silana e Peto foram punidos por moverem processos levianos, Suílio terminou da mesma maneira. A acusação de que Sêneca perseguia os antigos amigos de Cláudio nos parece um exagero, visto que ele próprio, Suílio, até aquele momento, não havia sofrido qualquer ataque ou punição por suas atividades prévias de delator, nem qualquer antigo aliado de Cláudio impedido de exercer postos administrativos ou avançar em suas carreiras⁶⁵⁹. Aliás, numa perspectiva maior, naqueles quatro primeiros anos de Nero, vemos os Aneus atuando politicamente no sentido contrário, com o claro propósito de tentar refrear a mão repressora do imperador diante de acusações de conspiração forjadas, buscando manter uma frágil *concordia* em meio a uma aristocracia fortemente inclinada à competitividade disruptiva.

Independentemente de ter sido uma acusação formal, Sêneca encarou as acusações como algo grave e tomou providências que o tornaram de acusado a acusador. O desenrolar do caso Suílio, porém, nos mostra que todo aristocrata romano, filósofo estoico ou não, era um *competidor político* por irremediável obrigatoriedade: para defender sua posição junto a Nero e salvaguardar a hegemonia do círculo dos Aneus, Sêneca moveu processo formal contra Suílio e se pôs a buscar acusadores que delatassem seus crimes quando foi governador da Ásia, seja por espoliação dos provinciais, *repetundae* (extorsão de bens ou propriedades)⁶⁶⁰, e desvio de fundos públicos, *peculatus*, além de buscar, em Roma, testemunhas que o incriminassem por seu passado de delator, atividade acusatória que resultou na morte ou no prejuízo de inúmeras indivíduos, senadores e equestres⁶⁶¹. No decorrer do processo, Suílio se defendeu afirmando que apenas cumprira ordens de Cláudio, mas Nero interveio alegando que nada constava nos registros de seu predecessor, o que fez Suílio transferir a responsabilidade de sua atividade para Messalina, de forma que sua defesa, segundo Tácito, caiu por terra. Foi condenado ao exílio nas ilhas Baleares e perdeu metade de seus bens.

Assim como mencionamos anteriormente, no processo competitivo, a fraqueza e o isolamento de um indivíduo eram oportunidades que seus adversários facilmente poderiam aproveitar. Uma vez condenado Suílio, seus antigos adversários agora se reuniam para

⁶⁵⁹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 97-98.

⁶⁶⁰ BAUMAN, R. A. **Crime and Punishment in Ancient Rome**. Londres: Routledge, 2004, p. 22.

⁶⁶¹ TÁCITO, *Annales*, 13, 43.

processar até mesmo seu filho, Marco Suílio Nerulino, por supostos crimes de *repetundae*, acusações que foram rejeitadas por Nero, que julgou “satisfeita a vingança”⁶⁶². Vingança (*ultio*) é um termo empregado frequentemente nos textos de Tácito e muito adequado para exprimir a virulência nas relações que estabeleciam entre aristocratas naquele contexto. Sêneca, o estoico, estava vingado. Outros quiseram também, mas não puderam. Se o objetivo de Suílio foi tentar mobilizar os poderes do príncipe para destituir Sêneca e seus aliados de uma posição hegemônica, seu plano resultou, assim como os de Silano e Peto anteriormente, em completo fracasso, além de ter se tornado alvo de seus inúmeros inimigos acumulados durante tantos anos. Não só isso, Nero reafirmou a legitimidade do círculo dos Aneus como grupo dominante. As graves acusações de hipocrisia moral feitas por Suílio parecem ter afetado Sêneca de forma honesta e incitado seu trabalho intelectual, pois ecos dessa discussão são perceptíveis em seu tratado *De vita beata*, na qual tentou justificar, senão conciliar, sua condição pessoal de *praedives* com os aspectos doutrinários do estoicismo⁶⁶³.

3.5 O assassinato de Agripina e a fragilização dos Aneus

A despeito dessa reafirmação pública de confiança em Sêneca por parte de Nero, o ano de 59 pode ser considerado o marco inicial do fim da hegemonia do círculo de Sêneca-Burro, pois naquele ano se deu o assassinato de Agripina, ação que teve um tremendo impacto sobre os círculos aristocráticos que, até então, atuavam na corte. A concretização do “matricídio” comprometeu gravemente a autoridade dos regentes e a sua capacidade de manter as rédeas do poder diante daquilo que foi uma tremenda quebra da *concordia publica*, algo semelhante ao efeito dos assassinatos de Narciso e Silano, ainda em 54. Somado a isso, a ordem de matar a própria mãe gerou uma impressão de conduta brutal e moralmente condenável mesmo numa sociedade inclinada à violência social como a romana. Foi um fato tanto inédito quanto nunca mais repetido na história do Principado o assassinato de uma Augusta ordenado pelo próprio filho. Tácito se ocupou da morte de Agripina no início de seu XIV livro, descrevendo uma primeira tentativa de assassinato através de uma simulação de naufrágio através de um navio sabotado, de forma a se parecer um acidente, mas que fracassou, se é que realmente ocorreu⁶⁶⁴. Contudo, a eliminação da imperatriz exigiu mais do que isso: alertado por Sêneca e Burro que os militares da guarda não cumpririam tal ordem, por seus vínculos patronais com a Augusta e

⁶⁶² TÁCITO, *Annales*, 13, 43.

⁶⁶³ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 306-309.

⁶⁶⁴ TÁCITO, *Annales*, 14, 5.

à memória de Germânico, Nero foi obrigado a forjar um falso crime de *seditio* contra sua mãe e recorrer ao chefe da frota de Miseno, o liberto Aniceto, um antigo tutor de Nero e desafeto de Agripina, para orquestrar o assassinato, algo que, segundo Tácito, foi realizado com pleno conhecimento de Sêneca e Afrânio Burro, embora não necessariamente com sua aprovação⁶⁶⁵. A morte da imperatriz pôs fim a uma década de construção de um bem sucedido círculo aristocrático, mas muitos de seus antigos apoiadores permaneceram, algo que teria consequências dramáticas nos anos consecutivos.

Assim como Messalina nos tempos de Cláudio, Agripina perseguiu e triunfou sobre suas adversárias, promovendo a morte ou o exílio de outras mulheres que entendia como possíveis rivais, a exemplo de Lólia Paulina e Domícia Lépidia⁶⁶⁶. Porém, as razões que levaram à morte da imperatriz não devem ser resumidas pura e simplesmente a uma “monstruosidade” pessoal de Nero, que certamente buscava reafirmar a própria *auctoritas* num contexto de tutela, mas como uma obra arquitetada por muitos outros para além do próprio príncipe. Tanto Tácito quanto Dião Cássio são unânimes no sentido de indicar que uma das encorajadoras, senão articuladoras do fim de Agripina, foi a então amante de Nero, Popeia Sabina⁶⁶⁷, desejosa de elevar-se à condição imperial através de seu matrimônio com o príncipe, mas barrada em suas intenções por Agripina. Popeia, assim, a acusou de conspirar contra Nero e usar de sua influência a favor de Otávia⁶⁶⁸. A outrora poderosa Augusta estava ela própria, agora, diante da dura realidade de ser suprimida por uma rival emergente igualmente habilidosa nas artes da intriga palaciana. Muito mais do que qualquer aspecto moralizador que possa ser extraído da queda de Agripina, estamos diante de uma morte causada, essencialmente, pela implacável *lógica competitiva* das mulheres da corte que, partilhando das típicas ambiguidades do Principado, viam como natural seu acesso à casa imperial, um tipo de movimento aristocrático cíclico que perpassava quaisquer considerações éticas individuais e que estimulava a repressão e a violência.

Assim como Agripina é entendida como uma mulher *atrox*, como vimos anteriormente, Popeia Sabina tampouco recebeu retrato melhor. Tácito a qualificou (ou desqualificou) como

⁶⁶⁵ TÁCITO, *Annales*, 14, 5-9. Dião Cássio, que em seus relatos se mostra hostil a Sêneca, afirma o matricídio contou sim com o incentivo efetivo de Sêneca, já que era, essencialmente, um bajulador desejoso em não perder sua primazia em relação a Nero. Cf. DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 12.

⁶⁶⁶ A primeira foi sua concorrente ao casamento com Cláudio (cf. p. 138) e a segunda a tia de Nero, irmã de Domício Enobarbo, o pai natural do príncipe, a quem acusou de realizar práticas mágicas, executada em 54, antes da aclamação de Nero.

⁶⁶⁷ PIR² P 850 Cf. p. 192.

⁶⁶⁸ TÁCITO, *Annales*, 14, 1; DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 12.

alguém “*quae semper odio, tum et metu atrox*”⁶⁶⁹, ou seja, empregou os mesmos termos que havia usado para descrever Agripina. As origens dessa mulher ilustre por sua beleza são ilustrativas da ascensão e queda de aristocratas em meio à competição política no Principado. Filha de Tito Ólio, um amigo e colaborador de Sejano que cometeu suicídio após sua conspiração contra Tibério, mudou seu nome de Ólia para Popeia em referência ao seu avô materno Caio Popeu Sabino, um *homo novus* célebre por ter recebido honras consulares e triunfais nos tempos de Augusto⁶⁷⁰. Um curioso exemplo de *damnatio memoriae* auto infligida visando apagar um passado de colaboração com um conspirador. Sua mãe, Popeia Sabina, a Velha, mulher elogiada por sua beleza tal qual sua filha, foi uma das vítimas das perseguições de Messalina, que cometeu suicídio após ser acusada pelo então ativo delator Públio Suílio Rufo (o mesmo acusador de Sêneca) de adultério com Valério Asiático, um dos rivais do imperador Cláudio⁶⁷¹. O primeiro marido de Popeia Sabina foi Rúfrio Crispino, chefe pretoriano de Cláudio que fez parte dos apoiadores de Britânico, conforme vimos anteriormente⁶⁷². Porém, foi por intermédio de seu segundo marido, Marco Sálvio Otão, então amigo pessoal do príncipe, que Popeia foi introduzida na corte e, logo após, por volta de 58, tornou-se amante de Nero. Em 59, Agripina é assassinada. As datas, nesse sentido, são eloquentes.

Seja como for, a morte brutal de Agripina representou um duro golpe no projeto de uma *clementia* política conforme pensada por Sêneca e pelos estoicos. O fim da Augusta produziu as primeiras fricções internas entre aqueles grandes círculos aristocráticos filosoficamente engajados que, até então, estiveram comprometidos com a causa do príncipe. Ao Senado foram enviadas cartas justificatórias acusando Agripina de conspiração e, mais importante ainda, conforme já enfatizamos, do crime de desejar *governar como um homem*, pois exigira juramentos de lealdade aos soldados, ao povo e ao Senado; que se tornara uma *persona* inconveniente por querer imiscuir-se na recepção a embaixadores e, também, que fora responsável pelos crimes cometidos por Cláudio. Para além das justificativas apresentadas, coube a Sêneca o *onus político* desse assassinato, pois o atuante regente parecia agora, através de seu silêncio ou colaboração passiva, legitimar as ações de Nero⁶⁷³. A própria plebe de Roma não deixou de se manifestar em rejeição ao ato cometido, seguindo a lógica dos rumores que

⁶⁶⁹ TÁCITO, *Annales*, 14, 61.

⁶⁷⁰ SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 178.

⁶⁷¹ TÁCITO, *Annales*, 11, 2. Questão que também pode ter influenciado na condenação ao exílio de Suílio, algo que certamente deve ter sido visto com bons olhos por Popeia Sabina, agora vingada por sua mãe.

⁶⁷² Cf. p. 139, 153.

⁶⁷³ TÁCITO, *Annales*, 14, 11.

percorriam as ruas de Roma e que o chamavam abertamente de *matricida*⁶⁷⁴, um duro impacto vindo de uma mobilizada (e certamente indignada) opinião pública.

Tácito afirma que Traseia Peto se retirou em silêncio do Senado quando da leitura da carta de Nero⁶⁷⁵, um ato de independência em relação aos demais senadores que aceitaram a narrativa e se apressaram na realização de preces públicas pela salvação do príncipe. Acreditamos que o ato simbólico de Traseia Peto teve implicações muito maiores e mais práticas. A desaprovação em relação à quebra da *concordia*, por convicções morais, foi manifestada pelo afastamento efetivo de seu círculo da corte, ou seja, Traseia e seu grupo *publicamente abandonaram* o antigo projeto coletivo dos estoicos capitaneado pelos Aneus, deixando Sêneca mais frágil em sua posição hegemônica na corte⁶⁷⁶. Se a morte anterior de Britânico, caso realmente tenha sido assassinado, havia sido relevada por Traseia Peto e seu círculo como algo incontornável para a manutenção da *pax*, o matricídio de Agripina era algo completamente diferente⁶⁷⁷. A execução da própria mãe não era algo tolerável em uma sociedade na qual a figura materna tinha papel sagrado no interior da *familia*, conforme a legislação moral proposta por Augusto⁶⁷⁸. Aqui, novamente, a perda de uma rede de apoio, o *escudo social* cumpriu sua parte: ao carecer de *amici*, nem a impecável linhagem de Agripina a salvou⁶⁷⁹.

E o progressivo afastamento de Traseia e seu círculo não foi o único problema com o qual Sêneca e seu aliado de primeira ordem, Afrânio Burro, tiveram que lidar. É preciso, com efeito, observar o assassinato de Agripina dentre de um contexto maior em que Nero cada vez mais tomava decisões autonomamente, não necessariamente em concordância com aquilo que Sêneca e Burro propunham. A relação amorosa que mantinha com Popeia Sabina aparenta ter contribuído nesse sentido, segundo Tácito⁶⁸⁰, além, claro, do natural amadurecimento dos anos pós-adolescência. Essa maior independência decisória estava ligada ao claro propósito de construir seu próprio *estilo de principado* de modo não necessariamente convergente com os planos ideológicos dos estoicos que o apoiavam até então, aspecto que enfatizamos no capítulo 2. Isso não significa que Nero fosse, naqueles primeiros de governo, apenas um príncipe politicamente passivo ou excluído das decisões tomadas por seus *rectores*. É justamente aquilo que Tácito e Dião Cássio enfatizam em seus relatos, um imperador completamente

⁶⁷⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 16.

⁶⁷⁵ TÁCITO, *Annales*, 14, 12.

⁶⁷⁶ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 81.

⁶⁷⁷ RUDICH, V. *op. cit.* 1993, p. 36

⁶⁷⁸ SHOTTER, D. *op. cit.*, 1997, p. 14.

⁶⁷⁹ SHOTTER, D. *op. cit.*, 1997, p. 24.

⁶⁸⁰ TÁCITO, *Annales*, 14, 1.

desinteressado do exercício do poder, voltado unicamente a atividades indignas ou irrelevantes, quando não criminosas. O fato, porém, é que se Nero, até então, consentia e se mostrava afinado em relação aos planos políticos e patronais de Sêneca e de Afrânio Burro, isso começa a mudar a partir do início da década de 60, ou seja, estamos diante de uma progressiva *ruptura ideológica* que levaria ao declínio da hegemonia dos Aneus e promoveria, pelas *novas preferências* imperiais, a ascensão de outros grupos aristocráticos. É bastante representativo dessa tomada de posição as censuras morais de Tácito ao *histrionismo* de Nero, que passou a correr com carros guiados por cavalos no circo localizado no vale Vaticano, sob os olhares do *populus*, e a promover festividades e competições artísticas ao modo grego. As performances artísticas de Nero começam, igualmente, a ganhar espaço em suas emissões monetárias, outro indicativo dessa mudança de rumos políticos, ao associar-se à imagem do deus Apolo Citaredo (Tipos 13a-d). Segundo Tácito, as concessões de Sêneca e Burro eram inúteis, pois “já não podiam mais contê-lo”⁶⁸¹. O que ganhava contornos mais nítidos, para o desagrado de Tácito, era o *modelo neroniano de governo*, cujas características trataremos com mais detalhes no capítulo seguinte.



Figura 11: AE/As de Nero como Apolo Citaredo (Tipo 13a – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

⁶⁸¹ TÁCITO, *Annales*, 14, 14.

Para além dessa questão, outros eventos narrados por Tácito também nos mostram como o poder imperial estava sempre consolidado de modo frágil e contestável perante os demais círculos aristocráticos. A aparição de um cometa, datado pelo autor romano no ano de 60, teve um significativo impacto sobre a opinião pública de Roma, que se manifestou através da já notória difusão de rumores sobre uma possível mudança de governo, um sinal de transformações por vir⁶⁸². O relato de portentos e augúrios é um aspecto que se faz presente de modo generalizado na historiografia antiga, elemento não só retórico, que dava dramaticidade ao relato, como também uma expressão real de sentimentos humanos⁶⁸³. O respeito aos presságios não deve ser visto como uma irracionalidade antiga, mas como algo próprio ao sistema cosmológico e à cultura política romana, questão relevante se pensarmos que, no mundo contemporâneo, toda a relação entre aquilo que era *res sacra* e política já não mais existe, enterrada pela laicidade generalizada surgida a partir do século XIX. Tácito mostrou certo desprezo por tal ideia, que caracterizou como mera *vulgi opinio*. Sêneca, porém, confirma as palavras de Tácito ao dizer, em suas *Naturales Quaestiones*, que o avistamento de cometas causava terrores em um número não pequeno de pessoas⁶⁸⁴. Sêneca, porém, numa passagem conciliatória, não deixou de indicar que aquele portento, por se dar durante o governo de Nero, mudou a má reputação dos cometas⁶⁸⁵. A identidade do cometa em questão é um mistério, mas há outras fontes que confirmam sua passagem pelos céus do Império Romano. Plínio, o Velho também se manifestou a respeito⁶⁸⁶, embora seja difícil saber se ambos se referem ao cometa daquele ano ou à passagem de outro em ano posterior, já que Tácito menciona uma nova aparição em 64⁶⁸⁷. A permanência de astrólogos nas cortes romanas é outro indicativo do quão importante era o devido cuidado com os fenômenos celestes e as inquietações que aparições inesperadas eram capazes de provocar, a exemplo da figura de Tibério Cláudio Balbilo, aquele que foi indicado para o governo do Egito em 55⁶⁸⁸. Os *prodigia*, enquanto condicionantes, não podem ser menosprezados, pois tinham outra dimensão que nos interessa particularmente, a capacidade de agitar as elites e seu *ímpeto competitivo*, algo que acabava por ter grandes consequências no modo como aqueles círculos aristocráticos se relacionavam com o poder imperial. Tácito afirma que Nero, nessas ocasiões, reiterava seu poder através do sacrifício de

⁶⁸² TÁCITO, *Annales*, 14, 22.

⁶⁸³ CARVALHO, M. M. História, presságios memoráveis e a morte do imperador Juliano na obra de Amiano Marcelino (390-392 D.C.). In: *História (São Paulo)*. Vol. 39, 2020, p. 9.

⁶⁸⁴ SÊNECA, *Naturales Quaestiones*, 7, 1.1, 5.

⁶⁸⁵ SÊNECA, *Naturales Quaestiones*, 7, 17.1, 2.

⁶⁸⁶ PLÍNIO. *História Natural*, 2, 92.

⁶⁸⁷ TÁCITO, *Annales*, 15, 47.

⁶⁸⁸ Cf. p. 192.

sangue nobre, seguindo um conselho que, supostamente, Balbilo lhe teria oferecido, segundo Suetônio, que também registrou a passagem de cometas⁶⁸⁹. É possível que se trate de exagero retórico da parte dos dois autores, mas que toca num problema, certamente, muito real de competitividade.

A partir de Tácito, podemos observar que o cometa produziu grandes inquietações e novos rumores passaram a agitar a opinião pública de Roma sobre possíveis mudanças de regime político. Tais rumores apontavam que Rubélio Plauto poderia ser, mais uma vez, uma alternativa política a Nero, competidor político que se tornava, assim, um *polo de atração* para outros aristocratas que bem poderiam direcionar suas preferências para homens da estirpe de Plauto. Nero, naturalmente, sentiu-se ameaçado e recomendou a Plauto que saísse de Roma e se transferisse para uma de suas propriedades na Ásia. Tomado pelo temor de se confrontar diretamente com o príncipe, o aristocrata retirou-se para aquela província com sua esposa, Antístia e alguns familiares, além de seu mestre, Musônio Rufo, de certa maneira uma espécie de autoexílio. Tácito reitera frequentemente de que Plauto buscava deliberadamente não se projetar como competidor ao poder imperial, mas seu esforço em desaparecer dos olhares públicos resultava em efeito contrário, pois mais em evidência ficava, mais comentava-se a seu respeito. Plauto, porém, não foi o único *nobilis* a sair de Roma. Ainda antes, em 58, no mesmo contexto da contenda entre Suílio e Sêneca, um liberto imperial chamado Grapto⁶⁹⁰ acusou Fausto Cornélio Sula Félix, o cunhado de Nero anteriormente implicado na conspiração de Peto, de armar uma emboscada contra o príncipe na via Flamínia, já que Nero frequentemente se deslocava em direção à ponte Mílvia por este ser um local de divertimentos noturnos⁶⁹¹. No parece ter sido um julgamento *intra cubiculum*, já que as provas eram pouco convincentes, Sula foi condenado e relegado para Massília⁶⁹². Tácito não explicitou as razões que levaram Grapto a forjar tais acusações, mas insinuou que o liberto, um veterano que habitava o palácio imperial desde Tibério, portanto astuto conhecedor dos temores dos príncipes, o fez com o intuito de obter alguma vantagem, algo compatível com o *modus operandi* competitivo que se verificou nas conspirações anteriores.

A saída de Rubélio Plauto e Musônio Rufo de Roma, somada ao afastamento de Traseia Peto e seu círculo no ano anterior, certamente contribuíram para enfraquecer a posição de Sêneca, cada vez mais isolado em sua atividade de regência. Tais afastamentos, porém, não

⁶⁸⁹ SUETÔNIO. *Vida de Nero*, 36.

⁶⁹⁰ PIR² I 347

⁶⁹¹ TÁCITO, *Annales*, 13, 47.

⁶⁹² Atual Marselha, no sul da França.

significaram um fim abrupto no poder dos Aneus, que permaneceram ainda assim consideravelmente influentes e próximos de Nero até meados de 65, quando da descoberta da conspiração de Pisão. Porém, novos competidores políticos emergiram nesse contexto inicial dos anos 60 buscando um lugar de primazia junto ao príncipe, questão que trataremos a seguir.

CAPÍTULO IV – O ANOS FINAIS DE NERO (62-68)

4.1 Vitélios, Flávios e o círculo de Tigelino

Os anos compreendidos entre 60 e 65 marcaram profundas mudanças no perfil político do governo de Nero. Para além da ênfase das performances públicas do príncipe em corridas de circo e competições de canto e poesia, que demarcam com clareza um estilo próprio de principado, há uma perceptiva mudança na composição dos círculos aristocráticos que emergem nesse contexto. Um indício dessa mudança é a ressurgência do círculo dos Vitélios, originário na figura de Lúcio Vitélio, homem notável pela arte da prosperidade política durante o governo de três príncipes, Tibério, Calígula e Cláudio, círculo que foi considerado, como vimos no início do capítulo 3, por Griffin e Syme⁶⁹³. Lúcio Vitélio, um aristocrata emergente nascido na Campânia, foi cônsul pela primeira vez sob Tibério (em 34) e muito próximo de Calígula, além de ter sido um dos incentivadores de suas práticas teocráticas, algo que criou uma nova tendência naquele estilo de principado⁶⁹⁴. Sobreviveu à conjura que matou o príncipe e foi mais duas vezes cônsul sob Cláudio e Messalina (em 43 e 47), a quem se mantinha igualmente próximo. Quando da execução de Messalina, Vitélio foi o articulador senatorial que permitiu a oficialização do casamento incestuoso de Cláudio com Agripina, o que lhe rendeu igual proximidade com a nova Augusta. As habilidades políticas de Vitélio e sua notável capacidade articuladora lhe permitiram ser próximo tanto de Agripina, a quem havia beneficiado, quanto de Narciso, o liberto odiado pela nova imperatriz, com quem mantinha sólida aliança. Ao morrer, ainda antes da aclamação de Nero, Vitélio deixou dois filhos, Aulo Vitélio e Lúcio Vitélio e um círculo aristocrático em relativo declínio, eclipsado na transição para o novo principado. O primeiro foi um apoiador entusiástico de Nero e de suas performances cênicas⁶⁹⁵, ao mesmo tempo em que viria a ser aclamado príncipe no conturbado ano de 69, de certa maneira a coroação de uma trajetória familiar tão próxima ao poder imperial. O segundo também foi um íntimo colaborador de Cláudio e Agripina, pois fora casado com Júnia Calvina e foi um dos articuladores, em consonância com Agripina, da acusação de incesto que recaiu sobre sua esposa e o irmão desta, Lúcio Silano, no contexto do casamento de Nero e Otávia, o que acarretou no exílio de Calvina e na morte de Silano⁶⁹⁶.

⁶⁹³ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 453-454; SYME, R. *op. cit.*, 1988, 117-118. Ver apêndice II (círculo V).

⁶⁹⁴ WINTERLING, A. *op. cit.*, 2011, sem página. SUETÔNIO. **Vida de Vitélio**, 2.

⁶⁹⁵ SUETÔNIO, **Vida de Vitélio**, 11.

⁶⁹⁶ Cf. p. 164.

Porém, tão importante quanto a linhagem dos Vitélios, é o amplo círculo de indivíduos a quem estes patronizavam e que ganharam destaque a partir daquele contexto. Tácito, com efeito, descreve que a *gens* Flávia, chefiada por Vespasiano, era *cliente* dos Vitélios desde os tempos de Cláudio⁶⁹⁷, outra família itálica de origens humildes⁶⁹⁸. Naquele período, possivelmente pelas próprias conexões de Vitélio (o pai), Vespasiano foi amigo e dependente do liberto Narciso, que, durante as atividades militares de Cláudio, lhe concedeu a *gratia* de uma indicação para o comando de uma legião, primeiramente na Germânia, depois na Britânia, onde demonstrou ser um militar capaz e digno de honras triunfais⁶⁹⁹. Ainda antes, fora um leal apoiador de Calígula, tal qual seu patrono⁷⁰⁰. Tanto Vitélios quanto Flávios permaneceram nas sombras até o início dos anos 60, Vespasiano, segundo Tácito, por temer Agripina, já que fora tão próximo de Narciso⁷⁰¹. A despeito de condições tão ruins, Vespasiano ainda pode introduzir seu primogênito na corte, o futuro imperador Tito, que tinha idade semelhante à de Britânico e ambos se tornaram grandes amigos. Segundo Suetônio, Tito estava presente no jantar em que Britânico foi supostamente assassinado, consumindo, inclusive, uma pequena parte do veneno servido⁷⁰². Para além desse fato, podemos pensar que a proximidade com Narciso e com o filho natural de Cláudio, ou seja, com o *círculo de Britânico*, talvez tenha sido outro fator igualmente decisivo para sua marginalização política naquele contexto. Porém, a partir do ano de 61, há uma notável presença de indivíduos ligados aos Vitélios e Flávios em posições de poder, a exemplo de Públio Petronio Turpiliano⁷⁰³ e Lúcio Cesênio Peto⁷⁰⁴, empossados cônsules ordinários⁷⁰⁵. O primeiro, a despeito de sua origem familiar obscura, os *Petronii*, teve como ancestral Vitélia⁷⁰⁶, uma tia de Lúcio Vitélio (o pai). Já Cesênio Peto foi o primeiro *homo novus* a exercer o consulado desde o ano de 49 e era casado com Flávia Sabina, sobrinha de Vespasiano. Ambos representam um grande contraste com a política consular de Nero até aquele momento, que havia privilegiado os *nobiles* da alta aristocracia senatorial. Após seus respectivos consulados, ambos receberam o governo de províncias particularmente prestigiosas pelas atividades militares que lá eram conduzidas, Turpiliano a Britânia, recém pacificada após a rebelião da rainha Boudica, e Cesênio Peto a Capadócia. Este último passou a rivalizar

⁶⁹⁷ TÁCITO, *Histórias*, 3, 66.

⁶⁹⁸ SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 1-3.

⁶⁹⁹ SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 4.

⁷⁰⁰ Cf. p. 124.

⁷⁰¹ SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 4. Cf. p. 191.

⁷⁰² SUETÔNIO, *Vida de Tito*, 3.

⁷⁰³ PIR² P 315

⁷⁰⁴ PIR² C 173.

⁷⁰⁵ GALLIVAN, P. *op. cit.*, 1974, p. 291.

⁷⁰⁶ TÁCITO, *Annales*, 3, 49.

fortemente com Cneu Domício Corbulão, que conduzia operações militares contra Tiridates e seu irmão, o rei parta Vologases I, desde o ano de 58, uma demonstração viva de que a competição militar entre dois generais ainda era possível nos moldes dos antigos generais republicanos. Nos combates subsequentes, porém, Cesênio Peto demonstrou pouca habilidade marcial e foi fragorosamente derrotado pelos partas na batalha de Randéia, que ocorreu no ano seguinte (62), algo que não acarretou grandes consequências para sua trajetória posterior, despeito do peso da derrota nas fontes. O próprio Vespasiano pode avançar em sua carreira, pois obteve o proconsulado da África em 62. Seu irmão, Tito Flávio Sabino, foi elevado ao posto de *Praefectus Urbi* ainda em 61, em substituição a Pedânio Segundo, assassinado por um de seus escravos. Todos esses elementos, somado ao desaparecimento de Agripina, permitiu novo protagonismo do círculo dos Vitélis, cujo avanço nos indica um reiterado desejo de voltar a competir por espaço político na corte.

Se Vespasiano permaneceu às margens da política por conta da proeminência de Agripina, Aulo Vitélio e seu irmão, Lúcio, igualmente permaneceram distantes do dominante círculo dos Aneus durante os anos de 54 a 60. Sêneca e Burro, segundo Griffin, parecem ter desprezado profundamente os Vitélis e o juízo da historiadora parece estar correto quando se observam as críticas públicas do filósofo a Lúcio Vitélio (o pai), ao qual considerava um “mestre da arte da adulação”, conforme lemos nas *Naturales Quaestiones*⁷⁰⁷, algo compatível com o fato de que, enquanto Sêneca permanecia exilado na Córsega, Vitélio gozava da proximidade com Cláudio e Messalina⁷⁰⁸. Sêneca, igualmente, ridicularizou o pai de Petrônio Turpiliano na *Apocoloquintose* afirmando ter sido ele outro bajulador a serviço de Cláudio⁷⁰⁹. A partir de tais constatações, reiteramos algo que já havíamos afirmado antes, a existência de *rancores pessoais* que produziam movimentos de afastamento ou aproximação conforme os círculos aristocráticos ascendiam ou declinavam em influência política. Syme também especulou que o já idoso Sérvio Sulpício Galba, outro antigo desafeto de Agripina⁷¹⁰, foi, *possivelmente*, indicado para o governo da *Hispania Tarraconensis* naquele mesmo contexto (60-61) por algum grau de influência dos Vitélis, muito embora Plutarco indique que Nero, por ainda “não temer os cidadãos destacados”, o fez governador por sua natureza branda⁷¹¹. Galba, a despeito de seus hábitos austeros, que lembravam antigas virtudes, também não tinha

⁷⁰⁷ SÊNECA. *Quaestiones Naturales*, 4, 3, 5.

⁷⁰⁸ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 454.

⁷⁰⁹ SÊNECA. *Apocoloquintose*, 14, 2.

⁷¹⁰ Cf. p. 191.

⁷¹¹ PLUTARCO, *Vida de Galba*, 3. Tradução de Gilson César Cardoso.

nenhuma proximidade aparente com os Aneus, o que torna plausível a posição de Syme⁷¹². Ali permaneceria até a morte de Nero e sua aclamação em 68. Assim, a partir do círculo dos Vitélios e de seus correligionários Flávios, temos a ressurgência de uma *aristocracia claudiana*, um grupo que, embora poderoso no passado, permaneceu à margem da hegemonia de Sêneca e Burro e, agora, voltava ao espectro competitivo com todas as suas forças.

O ano seguinte, 62, marcou ainda mais avanços nesse sentido e representa um claro divisor de águas no âmbito dos círculos de poder que orbitavam a corte imperial, momento dramático no conjunto da narrativa taciteana, quando, no juízo do historiador romano, além de se perverter em histrião, “Nero se inclinava aos piores”⁷¹³. Além dos Vitélios e Flávios, um novo grupo hegemônico emergiu com grande força entre os anos de 62 e 68. Com efeito, temos o fim completo do domínio do círculo Sêneca-Burro, cujo poder de congregar outros círculos aristocráticos para um relativo consenso de fins já estava em pleno declínio desde o assassinato de Agripina, em 59, fato que levou ao afastamento do círculo de Traséia Peto e agravado pelo autoexílio de Rubélio Plauto e Musônio Rufo na Ásia. Ao mesmo tempo, a despeito de Nero continuar casado com Otávia, a presença de Popeia Sabina também impulsionou tais mudanças, algo que produziria tensões e conflitos que o próprio Sêneca não tardou a reconhecer. Em primeiro lugar, temos a morte de Afrânio Burro, o Prefeito, vítima de uma doença que lhe afetou a garganta, o que lhe dificultava a respiração. Na descrição da morte de Burro, Tácito lança mão dos típicos rumores que circularam e não deixou de considerar que seu falecimento envolveu um crime aos moldes agripinianos, um envenenamento, pois Nero havia ordenado que lhe fosse ministrado algum tipo de tratamento médico, sem sucesso⁷¹⁴. A exemplo do que vimos anteriormente com Britânico, a grande questão nas fontes antigas é a linha tênue que separa os sintomas de doenças reais com rumores de crimes. A partir do relato do autor romano, o pressuposto de um envenenamento é implausível, já que Burro havia desenvolvido um estranho inchaço na região da garganta, sintoma que aponta para algum tipo de câncer ou grave doença letal. Daí o fato de que o uso de algum remédio, com intenções de cura, poderia se tornar uma questionável evidência de envenenamento por parte da sempre viva e atenta *opinião pública* de Roma. Seja como for, a morte do prefeito e a perda progressiva de seus aliados levou Sêneca a buscar seu afastamento da corte, uma decisão que pode não ter sido só um cálculo político, mas também uma imposição da realidade: o filósofo era, igualmente, um homem idoso

⁷¹² SYME, R. *op. cit.*, 1988, p. 177.

⁷¹³ TÁCITO, *Annales*, 14, 52. “Nero ad deteriores inclinabat”. Aspecto que nos remete ao problema anteriormente exposto do *quinquennium Neronis* e da existência de um “ponto de ruptura” entre o bom e o mau governo, questão que se apresentou de modo diverso na historiografia romana. Cf. p. 182.

⁷¹⁴ TÁCITO, *Annales*, 14, 51.

e, pelo que lemos em suas cartas, cronicamente doente dos pulmões, moléstia que lhe acompanhou por grande parte da vida⁷¹⁵.

Como era de costume, repetindo o mesmo padrão de comportamento competitivo que vimos em relação a Agripina, quando seu círculo decaiu, o esvaziamento do grupo e a perda da colaboração de outros membros igualmente poderosos, a exemplo de Burro, deixou Sêneca numa condição de fragilidade prontamente percebida por seus muitos adversários, o *onus natural* de exercer influência política numa posição privilegiada e de proximidade com o príncipe, o que fez do filósofo alvo preferencial por aqueles ávidos em derrubá-lo e lucrar com sua queda, muito embora Tácito não tenha se preocupado em dizer quem eram esses adversários. Os argumentos que foram apresentados contra Sêneca se assemelhavam muito aos de Suílio quando de sua denúncia em 58: acumulava grandes fortunas e era visto como um empecilho ao livre exercício do poder por parte de Nero⁷¹⁶. Neste último caso, o mesmo argumento que Popeia Sabina também havia enunciado, ela mesma uma força em ascensão na corte neroniana, o que nos induz a pensar que a futura imperatriz de Nero não cultivava simpatias por Sêneca ou pelos Aneus.

Dessa maneira Sêneca, diante de um príncipe que já dava demonstrações de autonomia deliberativa e era decididamente impulsionado nesse sentido, optou por retirar-se da vida pública e resguardar-se a partir dos preceitos do *otium cum dignitate*, formulação ética de raízes ciceronianas na qual o filósofo se dispunha a uma vida de estudos e descanso em suas inúmeras propriedades campestres espalhadas pelo Lácio e Campânia. Sêneca dedicou um tratado ao tema, o *De otio*, cujo tom pessimista em relação às condições da *res publica corrupta*, que não pode ser resgatada de seus males⁷¹⁷, indica que somente uma vida retirada pode ser útil na busca da sabedoria, de serviço à república maior, à *cosmopolis*. Sem nunca mencionar seu tempo, Sêneca apela ao exemplo de Sócrates, condenado por seus pares atenienses⁷¹⁸, argumento na qual subjaz a ideia de que a presença de filósofos na política poderia ser origem de grandes desgostos. É tentador ver tal obra como reflexo de sua saída da corte e do fim dos projetos políticos que haviam sido conduzidos junto a Nero naqueles oito anos de hegemonia política dos círculos estoicos. Porém, a datação precisa de quando tal obra foi redigida é virtualmente impossível de estabelecer com segurança. O nome do indivíduo a quem fora endereçada, aspecto fundamental na datação, não sobreviveu, de forma que tal pessimismo político poderia

⁷¹⁵ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 6, 54, 1-4.

⁷¹⁶ TÁCITO, *Annales*, 14, 52.

⁷¹⁷ SÊNECA, *Do ócio*, 3, 2.

⁷¹⁸ SÊNECA, *Do ócio*, 8, 1.

ser oriundo de episódios prévios de sua vida, ainda sob Cláudio ou, também, um tema geral sem relação imediata com sua trajetória⁷¹⁹. De qualquer maneira, Sêneca voltaria a se justificar nos anos seguintes numa obra cuja cronologia não é fonte de grandes controvérsias, apresentando os melhores propósitos, um claro exemplo de que retirar-se da corte, da proximidade com o príncipe, era uma tarefa difícil: “[...] o homem sincero e puro que abandona o senado, o foro e todos os demais cargos administrativos do Estado, esse homem só sente estima pelo príncipe que lhe permite a libertação”⁷²⁰. Contudo, sair da vida pública não necessariamente significava sair da vida política do Império, pois a *ausência* também era uma forma de *presença* e, igualmente, um recurso de competição que, embora visasse a permanência sob discrição, acabava por surtir efeito contrário. Sêneca, Rubélio Plauto e Traseia Peto são três exemplos de que sair das vistas públicas no Império Romano era também uma forma de ser notado pelos demais círculos aristocráticos, de transmitir uma mensagem política, mesmo que não desejada, enquanto *efeito colateral*. Tal medida criava notáveis problemas para a reputação de Nero, o que justifica a passagem acima e a resistência do príncipe em permitir seu afastamento da *domus Caesaris*. No mais, é provável que a saída de cena de Sêneca, um provincial que havia privilegiado sobretudo equestres e outros provinciais, alheio às tradições senatoriais, conforme vimos no capítulo anterior, tenha sido bem recebida por muitos senadores⁷²¹.

Ainda assim, embora dramática pelo relato de Tácito, a saída de Sêneca da corte não necessariamente afastou os Aneus do centro do poder, pois muitos de seus membros ainda permaneceram em posição próxima a Nero, ao menos até o ano de 65, de forma que não podemos falar de uma ruptura ou queda abrupta daquele círculo aristocrático. Com efeito, apenas Sêneca saía de cena, mas seus irmãos permaneciam em postos importantes: Aneu Mela continuaria a exercer a procuradoria dos assuntos privados de Nero pelos anos subsequentes. Amigos do filósofo, a exemplo de Lucílio Júnior, ainda ascenderiam por influência sua, mesmo que à distância. Mas o poder efetivo de direcionar as ações de Nero estava, a partir dali, encerrado completamente. Era o fim da hegemonia estoica que, até então, havia sido central nos assuntos públicos do Império. Qualquer projeto político centrado numa ideia de *clementia* filosófica agora estava terminada. Era claro que Nero não desejava ser um *rei filósofo*, que tal proposta não mais era atraente e que seu principado tomava outros rumos. De agora em diante,

⁷¹⁹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, 316-317; 396; 399.

⁷²⁰ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 8, 73, 4. “*At ille vir sincerus ac purus, qui reliquit et curiam et forum et omnem administrationem rei publicae ut ad ampliora secederet, diligit eos per quos hoc ei facere tuto licet solusque illis gratuitum testimonium reddit et magnam rem nescientibus debet*”. Tradução de J. A. Segurado e Campos.

⁷²¹ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 188-189.

os círculos aristocráticos associados ao estoicismo seriam gradativamente lançados para longe do centro do poder imperial, mas se manteriam ativos particularmente entre os senadores, particularmente o grupo de Traseia Peto.

A morte de Burro levou Nero pôr à frente da Prefeitura do Pretório dois homens que compartilhariam o comando da Guarda a partir daquele momento, o que permitiu a novos indivíduos alcançarem grande proeminência: Lúcio Fênio Rufo⁷²² e Ofônio Tigelino⁷²³, encerrando a modalidade de comando único que prevalecera até então. Voltou-se, assim, a uma prática mais tradicional de divisão de comando⁷²⁴. O primeiro havia sido um membro do círculo de Agripina, segundo lemos em Tácito⁷²⁵. Até aquele momento, havia desempenhado a função de Prefeito da *Anonna* justamente por indicação da velha Augusta, um de seus últimos favorecimentos no ano de 55 logo após a descoberta da suposta conspiração engendrada por Júnia Silana⁷²⁶. Era, pois um homem experiente e sua figura é elogiada pelo historiador romano. Tigelino, porém, é um nome novo na narrativa do principado de Nero e suas origens impõem ao historiador uma série de desafios para compreender sua bem sucedida ascensão política, sobretudo por conta da situação extremamente lacunar das fontes disponíveis e da ausência de uma cronologia bem delimitada para os postos administrativos que exerceu ao longo de sua carreira.

Ofônio (ou Sofrônio) Tigelino era um verdadeiramente um emergente dentre os emergentes, cujas origens até mesmo Tácito descreveu como obscuras⁷²⁷, mas, ao que tudo indica, seu pai era de Agrigento, na Sicília. Nos tempos de Calígula, Tigelino já estava próximo da família imperial o suficiente para ser exilado, no ano de 39, por manter uma relação extraconjugal com e Agripina (e talvez também a irmã, Júlia Livila), que, naquele momento, era casada com Domício Enobarbo, o pai natural de Nero⁷²⁸. Nos anos subsequentes, Tigelino permaneceu em discretas condições, exercendo a atividade de pescador na Grécia (onde estava exilado) e, mais tarde, quando pôde retornar por permissão de Cláudio, dedicou-se à criação de cavalos no sul da Itália, na Calábria e Apúlia, atividade que permitiu formar uma relação de *amicitia* com Nero, que mantinha interesse comum em cavalos e corridas de circo. Griffin especula que o encontro entre ambos pode ter acontecido na casa da tia de Nero, Domícia

⁷²² PIR² F 102.

⁷²³ PIR² O 91; TÁCITO, *Annales*, 14, 51.

⁷²⁴ Tradição que remetia a Augusto. Sobre as razões da divisão, cf. DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 52, 23.

⁷²⁵ TÁCITO, *Annales*, 14, 57

⁷²⁶ Cf. p. 178.

⁷²⁷ TÁCITO, *Histórias*, I, 72.

⁷²⁸ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 59, 23.

Lépida, onde o príncipe viveu por muitos anos durante o exílio de Agripina, localizada justamente na Calábria, uma possibilidade instigante como ponto de convergência entre ambos⁷²⁹. Melhor documentada é sua carreira nos anos de maturidade: foi elevado ao cargo de *Praefectus Vigilum* (após a morte de Aneu Sereno) em 62 e, ainda naquele ano, foi alçado ao posto de Prefeito do Pretório devido à morte de Afrânio Burro, uma ascensão extraordinária que não escapou ao juízo crítico de Tácito: “todos os prêmios que derivam da virtude ele conquistou pelos vícios de um rápido curso”⁷³⁰. Embora a trajetória de Tigelino seja lacunosa, sabemos com certeza que sua ascensão se deu por intermediação de Nero, que provavelmente o beneficiou por seu *status* de *amicus principis* oriundo de um interesse mútuo em particular. Nesse sentido, é curioso que sua primeira conexão política documentada tenha sido, justamente, com Agripina, o que, certamente, poderia lhe valer a mesma acusação que era imputada a Fênio Rufo, pois ambos foram homens ligados à imperatriz. Contudo, ao que parece, Tigelino foi suficientemente bem sucedido em seu esforço de renegar seus antigos elos com a mãe do Príncipe: fez questão de reiterar que, diferentemente da lealdade hesitante de Burro, seu predecessor, a dele era por completo⁷³¹. No processo competitivo entre aristocratas, as contingências políticas tinham o poder de produzir tanto o esquecimento das relações passadas quanto a lembrança delas, faces de uma mesma moeda. Evocá-las em momentos oportunos poderia ser a razão de sucesso ou fracasso no jogo competitivo, a exemplo do que vimos também com a família paterna de Popeia Sabina e suas antigas conexões com Sejano⁷³².

Nos escritos de Tácito, Tigelino perfila como autêntico vilão, um homem criminoso por sua conduta na queda de homens ilustres, um indivíduo com uma enorme influência sobre as ações de Nero, a despeito a autonomia política da qual o príncipe já gozava. Tácito deixou clara essa influência ao dizer que “[Tigelino] corrompeu Nero a tal ponto que o fez disposto à maldade”⁷³³. Opiniões semelhantes foram esboçadas por Dião Cássio⁷³⁴. Muitos desses juízos permaneceram na moderna historiografia, a exemplo do que vemos na obra de Rudich, que o qualificou como “odioso”⁷³⁵. Shotter o chama frequentemente de “vicioso”⁷³⁶. É tentador seguir os passos de Tácito e de outros e dualizar moralmente o prefeito com Sêneca, algo que as fontes

⁷²⁹ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 448.

⁷³⁰ TÁCITO, *Histórias*, I, 72. “[...] *praefecturam vigilum et praetorii et alia praemia virtutum, quia velocius erat, vitiis adeptus...*”.

⁷³¹ TÁCITO, *Annales*, 14, 57.

⁷³² Cf. p. 201-202.

⁷³³ TÁCITO, *Histórias*, I, 72. “[...] *corrupto ad omne facinus Nerone...*”.

⁷³⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 13.

⁷³⁵ RUDICH, V. *op. cit.*, 1993, p. 30. “*Hateful Tigellinus*”.

⁷³⁶ SHOTTER, D. *op. cit.*, 1997, p. 24 e 61. “*Vicious Tigellinus*”.

antigas fazem como regra, parte essencial do próprio gênero da história antiga. É também o que vemos em Syme, cujo juízo foi ainda mais ácido do que o de Rudich e Shotter, que afirmou Tigelino ser o mais “aberto, vergonhoso e dramático substituto de Sêneca”⁷³⁷. Porém, tais comparativos morais são problemáticos e pouco explicativos. Tigelino, nesse sentido, era um homem cujas origens humildes o tornavam um competidor habilidoso frente a uma elite senatorial tradicionalista, pelos meios que fossem, alguém que, em termos práticos, tinha pouco a perder ao adotar uma postura de *competitividade acirrada*. Para além do juízo moral do autor romano ou de historiadores atuais, além de qualquer consideração acerca de bondade ou maldade, ficamos com os fatos: pelos meios que fossem, Tigelino detinha a total confiança de Nero e foi seu braço direito até o final trágico do príncipe em 68.

Tigelino, a partir daquele momento, foi o grande articulador do novo círculo aristocrático que dominou a corte de Nero entre os anos de 62 a 68, a despeito de compartilhar a guarda com Fênio Rufo, que permaneceu numa situação muito mais frágil politicamente, dada sua relação anterior com os aliados de Agripina, aspecto que seus adversários estavam sempre dispostos a lembrar. O próprio Tigelino realizou consideráveis esforços no sentido de reduzir a influência de Rufo perante Nero, numa clara postura competitiva⁷³⁸. Podemos, portanto, falar a partir de agora de um *círculo de Tigelino*⁷³⁹, pois efetivamente veremos o chefe da Guarda se tornar o novo homem forte da corte de Nero. Eugen Cizek nunca reconheceu um círculo político capitaneado por Tigelino em sua tabulação, mas consideramos que seu papel central entre os anos de 62-68, somado a outros poderosos aliados que estiveram a seu lado, nos permite afirmar que estamos diante de um grupo político coeso e determinado a manter seu *status* dominante e vencer seus possíveis adversários no jogo competitivo da alta sociedade imperial romana. Aqui, voltamos ao fato de que alcançar as esferas mais elevadas do poder era parte essencial da competição, mas manter o poder e o *status* obtido exigia continuar a competir contra possíveis emergentes que, eventualmente, se apresentariam para desafiar a hegemonia obtida. Tigelino foi o mentor do antagonismo que se estabeleceu em relação ao muito heterogêneo grupo dos estoicos que, até então, dominava o espaço da corte.

Vários indícios nos mostram que Tigelino efetivamente estava à frente de um círculo coeso e organizado, pois se apoiava, em primeiro lugar, numa relação bastante próxima com Popeia Sabina, outra emergente na corte, já que o novo prefeito devotou grande esforço para

⁷³⁷ SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 387.

⁷³⁸ TÁCITO, *Annales*, 14, 57.

⁷³⁹ Ver apêndice II (círculo X).

concretizar o divórcio do príncipe com Otávia. Não é possível afirmar que Popeia pertencesse, efetivamente, ao grupo de Tigelino, dado o fato de que sua relação amorosa com Nero era anterior à ascensão do prefeito, assim como também não é possível estabelecer com segurança se a amante do príncipe teve alguma relação com a elevação de Tigelino. Porém, é certo que ambos estavam plenamente alinhados em seus objetivos. E essa aliança entre Tigelino e Popeia Sabina rendeu grandes frutos, da mesma forma como, anteriormente, Sêneca e Burro foram capazes de se alinhar harmoniosamente em vistas de um objetivo comum. Drinkwater observou que o discurso de ambos estava plenamente alinhado no sentido de incentivar a *autonomia decisória* de Nero, o que, logicamente, pressupunha desalojar os antigos regentes⁷⁴⁰, de pôr abaixo a velha ordem cortesã e estabelecer uma inteiramente nova. A morte de Afrânio Burro em 62 e a elevação de Tigelino ao posto de prefeito concretizaram tais planos, muito embora os Aneus se mostrassem ainda assim influentes junto a Nero nas figuras de Aneu Mela, seu filho Lucano e Júnio Galio. Assim, o panorama político iniciado naquele ano de 62 nos mostra que a *transição* de um círculo hegemônico para outro, dos Aneus para o de Tigelino, andava a passos cada vez mais rápidos e se concretizaria definitivamente na conspiração de Pisão, em 65, quando os Aneus são completamente expurgados, processo que envolveu ativamente o prefeito Tigelino. Sêneca, a despeito de ter criado um círculo poderoso e influente, caiu por um *golpe de competitividade* diante de um novo grupo altamente engajado e disposto a abrir caminho rumo à corte pelas vias que fossem necessárias. Sêneca e Burro foram uma força política considerável durante oito anos, de 54 até aquele ano de 62, um período de tempo consideravelmente longo quando pensamos na instabilidade intrínseca das elites imperiais. A sobrevivência dos Aneus, que contornaram duas conspirações (a de Silana e Peto, em 55), além das agitações de Suílio, em 58, demonstram que, apesar de ter sido um círculo bem sucedido, nenhum grupo poderia garantir sua permanência nos espaços da corte de forma definitiva. A ética cortesã romana era, assim, das mais complexas, pois o sucesso de Tigelino e Popeia Sabina só poderia ser concretizado com o prejuízo político de Sêneca e seus aliados.

Se o perfil político do círculo dos Aneus/Sêneca-Burro era o de tentar impor algum controle sobre os efeitos nocivos da *stásis* extremada, mesmo que de forma limitada, como as conspirações e acusações públicas nos mostraram, agora a postura era justamente contrária, a do conflito como a própria razão de consolidação de domínio político, um *estado permanente de conflito* como conduta política geral⁷⁴¹. Por seu acesso privilegiado a Nero, Tigelino poderia

⁷⁴⁰ DRINKWATER, J. *op. cit.*, p. 137.

⁷⁴¹ Sobre essa discussão, cf. p. 62.

capitalizar as ações do príncipe a seu favor e a favor de seu grupo, ao mesmo tempo em que Nero tinha, a partir de agora, colaboradores mais do que dispostos a satisfazer seus planos políticos. Após sua nomeação como prefeito pretoriano, Tigelino procedeu de modo já esperado no sentido de trazer seus correligionários para o centro da arena política, aquilo que todos os poderosos círculos precedentes haviam feito. O prefeito era sogro de Cossutiano Capito⁷⁴², senador e orador de grande habilidade que atuava destacadamente em tribunais. Por sua atividade advocatícia, era igualmente um crítico da supramencionada *Lex Cincia* e, durante o governo de Cláudio, foi muito próximo de Públio Suílio Rufo, o delator acusador de Sêneca⁷⁴³. Capito exerceu o governo da Cilícia e, no ano 57, foi acusado perante os senadores por representantes daquela província por espoliar as elites locais (*repetundae*), julgado culpado e logo após expulso do Senado, episódio que foi mais tarde satirizado por Juvenal, que chamou o governador, jocosamente, de “pirata da Cilícia”⁷⁴⁴. Naquela ocasião, os representantes da Cilícia obtiveram o entusiástico apoio de Traseia Peto contra Capito, o que certamente colaborou para sua queda. Ambos se tornaram ferozes inimigos a partir daquele momento, uma das rivalidades mais virulentas que Tácito registrou em seus escritos. Tigelino fez uso de sua influência junto a Nero e conseguiu a restituição de seu genro ao Senado⁷⁴⁵. A relação entre ambos é um aspecto relevante no sentido de pensarmos que, uma vez alçado às mais altas esferas do poder, Tigelino imediatamente procedeu na direção de fortalecer sua posição ao agregar gente de sua confiança entre os tradicionais e fechados grupos senatoriais, não raro compostos por *nobiles* de linhagens antigas, além de aumentar seu prestígio pessoal através da ligação com a ordem senatorial, já que seu nascimento era humilde⁷⁴⁶. Dessa maneira, temos um grupo articulado tanto na corte de Nero quanto no Senado, pois Capito efetivamente se tornou, nos anos consecutivos, uma *liderança senatorial* das mais atuantes, outra demonstração de um *método de ação* bem definido e altamente competitivo.

Assim como o próprio Tigelino, Cossutiano Capito também não desfrutava de boa reputação nas fontes antigas, igualmente visto como um verdadeiro oportunista e corrupto, já que, nos anos subsequentes, se tornaria um dos mais bem sucedidos *delatores* a serviço de Nero (e de seu sogro, naturalmente). Porém, se observamos sua trajetória pelo viés da competição, é

⁷⁴² PIR² C 1543. Ofônia é, possivelmente, o nome da filha de Tigelino casada com Cossutiano Capito, conforme as regras típicas de nomenclatura romanas para mulheres, embora não exista segurança nessa afirmação. Cf. PIR² O 92.

⁷⁴³ TÁCITO, *Annales*, 11, 6.

⁷⁴⁴ JUVENAL, *Sátiras*, 8, 92-94.

⁷⁴⁵ TÁCITO, *Annales*, 14, 48.

⁷⁴⁶ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 92.

correta a avaliação de Rudich de que homens como Capito pertenciam a um grupo engenhoso e dinâmico, pois tinham pouco ou nenhum espaço no ambiente da política senatorial, daí sua opção por formas de ascensão moralmente ambíguas, no aproveitamento de oportunidades de enriquecimento atrelados ao poder dos imperadores, que recorriam aos seus serviços quando necessário, algo que também trazia seus riscos: poderiam ser descartados tão rápido quando ascenderam se não fossem mais vistos como úteis⁷⁴⁷. E, de fato, isso procede. Quando da morte de Nero, Capito deixa de ser mencionado nas fontes, desaparece sem deixar rastros, possivelmente executado por ordens de Galba ou Otão, algo comum quando ocorria uma transição de regime, que geralmente abrangia a pronta eliminação dos colaboradores mais próximos do antigo príncipe. O mesmo pode ser pensado para Tigelino, seu sogro, ambos emergentes obscuros cuja ascensão não era só difícil frente a uma sociedade altamente hierarquizada, mas também porque manter o poder e a influência alcançada era mais difícil ainda frente a um universo de círculos e casas aristocráticas altamente competitivas e outros emergentes igualmente dispostos a empregar os mesmos métodos de ação.

Outra evidência da coerência do círculo de Tigelino foi sua capacidade de atuar em conjunto com outros círculos aristocráticos próximos, o que incluía os Vitélios e os Flávios, também pouco simpáticos a Sêneca e Burro, cuja ascensão também convergia com o sucesso de Tigelino, grupos que, conforme vimos a partir de Griffin e Syme, emergiam poderosos ainda no ano anterior. A chegada desse círculo ao poder, associados à figura de Popeia Sabina, aparentemente levou a uma profunda mudança de rumos políticos. Drinkwater afirmou que, nesse contexto de 61-62, houve uma atuação coordenada entre esses círculos com um projeto político que visava reiterar sua própria posição através da realização de atividades militares nas fronteiras, algo que engrandeceria igualmente Nero perante a opinião pública de Roma. Isso explica o envio de Lúcio Cesênio Peto, vinculado à família de Vespasiano, para a Capadócia, com o objetivo de provincializar a Armênia e resolver definitivamente as instabilidades daquela região disputada entre romanos e partas, esforços que resultaram em seu fracasso em Randeia⁷⁴⁸. Porém, Drinkwater também creditou a esses círculos outras operações militares que estavam em curso na Mésia, com resultados muito mais promissores, através de seu governador, Tibério Pláucio Silvano Eliano, que combateu vitoriosamente os sármatas no Danúbio, assentando populações transdanubianas em território romano, além submeter as colônias gregas de Tiras e Ólbia e o reino de Bósforo, tornando o Mar Negro, igualmente, uma extensão do

⁷⁴⁷ RUDICH, V. *op. cit.*, 1993, p. 23.

⁷⁴⁸ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 137.

“*mare nostrum*”⁷⁴⁹, uma política que, no juízo de Cizek, foi um meio termo entre o *imperium sine fine* e a política estritamente defensiva de Augusto⁷⁵⁰, algo que certamente contraria a afirmação de Suetônio de que Nero não desejou dilatar as fronteiras imperiais⁷⁵¹. De nossa parte, embora as conexões familiares e os propósitos sejam claros no caso de Cesênio Peto, acreditamos que vincular Silvano Eliano às políticas de Tigelino e Popeia seja algo mais complicado, dada a pouca disponibilidade de fontes para seu mandato na Mésia e não haver nenhuma certeza se este teve início ainda sob o domínio de Sêneca-Burro ou após⁷⁵².

De qualquer maneira, há, de fato, um claro incremento das ações militares externas no contexto dos anos 60-68. O próprio Nero parece ter estado plenamente afinado com essa política, já que Tácito nos indica que o príncipe concebeu realizar campanhas de conquista na África e no Cáucaso⁷⁵³, o que resultou no recrutamento de uma nova legião em solo itálico⁷⁵⁴ (a *Legio I Itálica*), questão que pode estar associada a outra tipagem monetária com símbolos legionários (ver Tipo 38)⁷⁵⁵. Um contraste com o pensamento de Sêneca, que em seus escritos sempre viu com desconfiança empreendimentos de conquista militar, ao qual associava à desmedida, recomendação que deixou claro a Nero no seu *De clementia*, sobretudo ao exemplificar sua posição através da crítica à figura de Alexandre, o grande⁷⁵⁶. Ao mesmo tempo, internamente, Nero parece ter introduzido mudanças no perfil do consulado. Se durante o período de vigência de Sêneca e Burro os cônsules ordinários foram todos *nobiles* de famílias altamente tradicionais⁷⁵⁷, sob os auspícios de Tigelino e Popeia o número de homens novos aumentou, algo que teve início com o próprio Cesênio Peto, em 61. Os cônsules no período de 61-68 tinham origens sociais muito mais variadas, o que indica uma política de promoção de elites emergentes ou meritórias⁷⁵⁸.

A despeito dessas mudanças em curso, Nero permanecia casado com Otávia, que detinha grande popularidade entre a plebe de Roma, um sério entrave à ascensão de Popeia Sabina. É

⁷⁴⁹ *Ibid.*, 2019, p. 139-140.

⁷⁵⁰ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 339.

⁷⁵¹ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 18.

⁷⁵² PIR² P 480. O governo de Silvano Eliano é obscuro pela ausência de documentação sobre sua trajetória, mas certamente um homem tão bem sucedido quanto Domício Corbulão ou Suetônio Paulino, que reprimiu na Britânia a rebelião de Boudica. Largamente ignorado por Tácito, Dião Cássio e Suetônio, suas atividades no Danúbio são conhecidas sobretudo por documentação epigráfica, de difícil datação.

⁷⁵³ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 19; DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 63, 8.

⁷⁵⁴ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 19.

⁷⁵⁵ Sydenham relacionou tal emissão com a revolta de Vindex. SYNDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 130-131.

⁷⁵⁶ SÊNECA, *Da clemência*, 3, 23, 1; *Cartas a Lucílio*, 10, 83, 19. Suetônio recorda que Nero nomeou a nova legião de “falange de Alexandre”, um claro exemplo do distanciamento ideológico do príncipe em relação aos projetos políticos de Sêneca. SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 19.

⁷⁵⁷ Cf. p. 190.

⁷⁵⁸ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 145; GINSBURG, J. *op. cit.*, 2017, p. 51.

preciso lembrar que fora, justamente, Agripina a articular seu casamento com Nero, ação competitivamente calculada às custas dos Silanos e que Agripina fez questão de preservar a qualquer custo. Naquele ano de 62, Nero efetivou seu divórcio e se casou com Popeia, apresentando como justificativa a suposta esterilidade da esposa. Popeia, ainda assim, induziu os escravos à serviço de Otávia a denunciarem a imperatriz por relações ilícitas com um flautista alexandrino chamado Êucero, ou seja, forjar uma acusação de adultério que comprometeria Otávia segundo as penas previstas pela *lex* de repressão a essa modalidade de crime. Escravas, por sua condição legal, foram torturadas para obter uma delação, o que efetivamente ocorreu. Ao seguirmos a narrativa de Tácito, Tigelino presidiu o processo com bastante diligência na busca por informações comprometedoras, a ponto de algumas escravas torturadas, que permaneceram fiéis a Otávia, insultarem o prefeito ao afirmarem que as partes íntimas de sua senhora eram mais limpas do que a boca do prefeito⁷⁵⁹. O afastamento de Otávia da corte provocou tumultos de um grande número de populares, que manifestaram seu apreço pela imperatriz subindo ao monte Capitolino carregando suas estátuas e derrubando as de Popeia. Ao mesmo tempo, conseguiram entrar na casa de Nero no monte Palatino e só foram expulsos através do uso da violência. O malfadado casamento nos mostra mais um paradoxo do Principado: na ótica de Nero, seu casamento era assunto seu, uma *questão privada*, na qual imperavam seus interesses particulares, sobretudo no que diz respeito à sucessão. Na ótica do *populus*, seu casamento era uma *questão pública*. A revolta dos populares é uma evidência do engajamento político da plebe e da sua disposição em pressionar os poderes estabelecidos, de fazer valer sua vontade. Popeia, por sua vez, não temia apenas os plebeus revoltados, mas também possíveis represálias de *clientes* de Otávia, breve observação de Tácito que volta a nos indicar a importância das relações patronais no processo competitivo, por isso pressionou Nero até conseguir efetivar seu casamento⁷⁶⁰. Para tal, o príncipe recrutou Aniceto, o militar que havia executado o assassinato de Agripina, para confessar que manteve relação adúltera com Otávia e, assim, condená-la definitivamente. Enquanto Aniceto sofreu um exílio leve na Sardenha, Otávia foi enviada para a ilha Pandatária nas piores condições e obrigada a se suicidar⁷⁶¹. A reação negativa da plebe urbana de Roma e os temores de que Otávia fosse veículo de legitimação para um futuro marido explicam as razões do divórcio ter levado três anos para se concretizar. As infelicidades e desgostos da imperatriz foram objeto da tragédia

⁷⁵⁹ TÁCITO, *Annales*, 14, 60.

⁷⁶⁰ TÁCITO, *Annales*, 14, 61.

⁷⁶¹ TÁCITO, *Annales*, 14, 62-63.

praetexta Otávia, supostamente escrita por Cornuto após a morte de Nero, conforme mencionamos anteriormente⁷⁶².

Para além da participação do prefeito para elevar Popeia Sabina à condição de Augusta e de, junto dela, atuarem dentro dos planos políticos que vimos até o momento, Tácito foi especialmente enfático no sentido de responsabilizar Tigelino por estabelecer, a partir daquele ano de 62, uma postura agressiva de antagonismo e animosidade ao amplo espectro de indivíduos filosoficamente engajados não só no estoicismo, mas também a outras vertentes correlatas de filosofia. Tigelino teria sido, assim, o mentor de uma outra *linha política*, cuja atuação agora visava a destruir, sistematicamente, todos os adversários de Nero, mas em especial os estoicos:

[Tigelino queria] ganhar a cumplicidade do príncipe, e por isso pôs-se a escrutar os receios íntimos dele. Conhecendo que temia principalmente Plauto e Sila, desterrados havia pouco, aquele para a Ásia e este para a Gália Narbonense, lembrava-lhe que ambos eram nobres e estavam vizinhos, um do exército do oriente, outro da Germânia; [...] [que] só pensava na segurança de Nero; que em Roma ele presente podia tomar todas as cautelas, mas como reprimir qualquer movimento em tão longínquas paragens? E fazia ver que as Gálias estavam esperançadas em um nome ditatório e a Ásia não menos no de um neto de Druso; que Sila era pobre e por isso mesmo devia ser audaz, e fingia indolência, enquanto não se oferecia oportunidade para uma aventura; que Plauto, muito rico, nem mesmo simulava desejo de inatividade, mas que ostentava imitação dos costumes antigos romanos, seguindo ainda a seita arrogante dos Estoicos, que torna os homens sediciosos e agitadores⁷⁶³.

A passagem acima reforça o discurso taciteano de que Tigelino foi o “corruptor” de Nero, conforme vimos na questão da vilania do prefeito, induzindo-o a más ações. Contudo, consideramos que ela representa um curso de ação bem pensado, uma estratégia competitiva que permitia a reiteração do poder alcançado junto ao príncipe por meio do *uso deliberado do estímulo ao conflito*, o que fez de Tigelino um verdadeiro *arrivista*, no dizer de Drinkwater⁷⁶⁴. Para tanto, o prefeito escolheu como alvos dois adversários já temidos por Nero e envolvidos

⁷⁶² Cf. p. 130.

⁷⁶³ TÁCITO, *Annales*, 14, 57. “*validiorque in dies Tigellinus et malas artes, quibus solis pollebat, gratiores ratus, si principem societate scelerum obstringeret, metus eius rimatur; compertoque Plautum et Sullam maxime timeri, Plautum in Asiam, Sullam in Galliam Narbonensem nuper amotos, nobilitatem eorum et propinquos huic Orientis, illi Germaniae exercitus commemorat. non se, ut Burrum, diversas spes, sed solam incolumitatem Neronis spectare; cui caveri utcumque ab urbanis insidiis praesenti o[pe]ra: longinquos motus quonam modo comprimi posse? erectas Gallias ad nomen dictatorium, nec minus suspensos Asiae populos claritudine avi Drusi. Sullam inopem, unde praecipuam audaciam, et simulatione segnitiae, dum temeritati locum reperiret. Plautum magnis opibus ne fingere quidem cupidinem otii, sed veterum Romanorum imitamenta praeferre, adsumpta etiam Stoicorum adrogantia sectaque, quae turbidos et negotiorum adpetentes faciat*”. Tradução de Leopoldo Pereira.

⁷⁶⁴ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 93.

em conspirações anteriores para estimular a permanente insegurança do príncipe. Afinal, e não sem razão, ambos possuíam a devida legitimidade linhagística para o exercício do Principado, algo poderoso se pensarmos em um Nero jovem e inexperiente, aclamado por intermediação de outros, por maquinações de Agripina, uma mulher que, pelo discurso oficial do próprio Nero, era uma conspiradora justificadamente punida. Os temores do príncipe, longe de significarem qualquer tipo de *paranoia*, eram reais pela própria natureza do principado nos termos daquilo que abordamos no capítulo 2. Nesse sentido, Nero não foi de forma alguma corrompido, como pressupõe Tácito, nem permaneceu em condição de passividade diante das ações de outros, mas considerou que o projeto político de Tigelino lhe era particularmente vantajoso, uma verdadeira *convergência de interesses*. Mas o discurso de Tigelino deixa outro elemento claro: Sula e Plauto não eram, de forma alguma, as únicas ameaças ao domínio de Nero. Ao afirmar o perigo que a *stoicorum adrogantia* representava à segurança do príncipe, Tigelino deixou uma porta aberta para a eliminação de muitos outros e, nos anos subsequentes, ele e seu círculo atuaram ativamente na queda daqueles aristocratas que estavam vinculados de alguma maneira a doutrinas filosóficas. Griffin notou, com razão, que em nenhum momento prévio ao ano de 62 houve menção a qualquer “perigo estoico” quando dos exílios de Plauto e Sula, o que reforça a autoria de Tigelino em tais planos, também uma forma de contribuir para o afastamento de Sêneca, já que Nero, segundo a pesquisadora, estava “sem dúvida cansado dos conselhos estoicos que recebia até então”⁷⁶⁵. Assim, a “arrogante seita dos estoicos” se tornou dali para diante um alvo em potencial no processo de consolidação do poder do prefeito, uma máquina de promover inseguranças reais ou imaginárias contra um Nero às voltas com temores de conspiração e que, de fato, vieram a ocorrer.

Tigelino soube criar todo um aparato retórico hostil à filosofia dos grandes círculos aristocráticos que, até então, haviam sido o pilar do poder político de Nero. Mas por quais razões Tigelino escolheu os estoicos como adversários a serem combatidos como ameaça em potencial a Nero? Essa é uma questão delicada, já que a trajetória prévia do prefeito não o liga a nenhum estoico ou a qualquer vertente filosófica. A estratégia de combate à “insubordinação” estoica parece estar ligada, em nosso entendimento, a uma *medida de oportunidade*: o combate aos estoicos oferecia capitalização política por meio da *criação de um inimigo* que se fazia, supostamente, ameaçador e que deveria ser suprimido a qualquer custo, ligados a possíveis sedições que também poderiam pôr em risco a segurança de Nero. Na realidade, uma forma de competição altamente eficiente que ressuscitava o velho *tabu catonista* contrário a perniciosas

⁷⁶⁵ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 175.

influências “estrangeiras”, um verdadeiro anacronismo para a época num império helenístico por excelência, mas muito útil como artifício para criação de animosidades com claros fins políticos. Nesse sentido, Tigelino foi capaz de explorar as ambiguidades do Principado a seu favor, promovendo um tipo de competitividade agressiva que reiterava sua posição pessoal a todo o momento frente a um príncipe igualmente necessitado de permanente legitimação. As origens humildes de Tigelino e sua ascensão por favorecimento pessoal do príncipe nos mostram que sua queda poderia ser rápida se outros competidores se apresentassem ou se, porventura, Nero fosse efetivamente derrubado por conspiradores, o que o levaria a perder sua posição e sua vida, o que de fato aconteceu após a morte de Nero, em 68, quando Tigelino foi executado por ordens de Otão. Diferentemente de Sêneca, que era extremamente rico, pertencente à ordem senatorial, reputado e cheio de conexões sociais, Tigelino não dispunha de nada disso, muito embora fossem ambos emergentes. A retórica do perigo de filósofos insubordinados foi tão bem sucedida que chegou a sobreviver por muito mais tempo, mesmo após a morte de Tigelino, pois se manteve viva durante toda a época dos Flávios, sobretudo com Vespasiano e Domiciano, um grupo que, não coincidentemente, atuou em grande sintonia com Tigelino naqueles finais de Nero.

É a partir de Tigelino e de suas linhas de atuação política na corte que começa a se esboçar aquilo que os historiadores comumente intitulam, não sem polêmicas e imprecisões, como “oposição estoica” ou “perseguição aos filósofos”, caracterizada por exílios e condenações à morte, aspectos que discutiremos mais adiante. A partir de tais linhas de ação, medidas foram prontamente tomadas: em Marselha, Sula foi assassinado por agentes de Nero enquanto jantava e sua cabeça foi, posteriormente, levada ao imperador. A esposa de Sula, Cláudia Antônia, foi igualmente executada, mas só posteriormente (após a conspiração de Pisão em 65) pelas mesmas razões que motivaram a destruição de sua irmã, Otávia: impedir que possíveis novos maridos ganhassem legitimidade política ao exercício do principado, assim como deu ao próprio Sula⁷⁶⁶. Já a morte de Rubélio Plauto, autoexilado na Ásia, foi cercada por rumores de sedição dos exércitos do oriente, sob o comando de Corbulão, que supostamente o receberiam e o auxiliariam em opor-se a Nero numa guerra civil, relato dramático construído por Tácito que Griffin observou como parte da retórica de que a *crudelitas* de Nero, sozinha, estava a destruir a *pax* e a *concordia* do mundo romano, prestes a explodir em rebelião aberta, algo completamente implausível⁷⁶⁷. Contudo, Plauto recebeu encorajamentos dessa natureza por

⁷⁶⁶ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 35; GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 193-194.

⁷⁶⁷ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 85.

parte de seu sogro, Lúcio Antístio Veto, que reclamou para seu genro uma morte que não fosse “a de um covarde”, numa postura adequada à retórica do *mos maiorum* de defesa inflexível de sua *dignitas*. Afinal, o *nomen* de Plauto poderia congregiar muitos apoiadores, que certamente deveriam ser numerosos. Porém, em flagrante contraste ético, prevaleceu sua resolução filosófica de *bem morrer* segundo os princípios da filosofia estoica: aconselhado por Musônio Rufo e por outro filósofo de identidade obscura, Cerânio, foi achado morto enquanto praticava seus exercícios físicos⁷⁶⁸.

Após essas execuções, muito embora Sula não tenha tido, a rigor, qualquer relação com o estoicismo, cabendo tal rótulo apenas a Plauto, a retórica da *stoicorum adrogantia* permaneceu, em linhas gerais, apenas como retórica de animosidade até 65, quando se torna também ações concretas dirigidas aos antigos mestres da corte de Nero nos desdobramentos da conspiração de Pisão. O círculo de Rubélio Plauto perdia, assim, sua maior liderança aristocrática, mas seus membros permaneceram atuantes e se dispersaram pelos demais grupos estoicos, mantendo-se nas vizinhanças dos Aneus ou, também, no de Traseia Peto, a exemplo de Musônio Rufo, que retornou à Roma logo após a morte de Plauto. Assim como ocorrera com Agripina, Nero se limitou a apresentar suas justificativas por carta aos senadores, afirmando ter se tratado de ações que visavam à manutenção da ordem pública. Aneu Cornuto, o possível autor da tragédia *Otávia*, a despeito do texto conter um tom profundamente anti-neroniano, ironicamente foi capaz de captar aquilo que certamente foi a perspectiva de Nero sobre a questão, pressionado pela competitividade socialmente agregadora de dois aristocratas com plena legitimidade linhagística e, no caso de Plauto, grande riqueza, capazes de mobilizar outros para sua causa, a despeito de Tácito afirmar que não buscavam, de forma alguma, se projetar como pretendentes ao poder:

Desterrados para longe, o exílio não dobrou Plauto e Sula, cujo furor pertinaz arma os ministros do crime para minha morte. Como ainda existe um grande devotamento para com os ausentes, em nossa Cidade, que nutre as esperanças dos banidos, é preciso que esses inimigos suspeitos sejam afastados de mim por meio da espada⁷⁶⁹.

⁷⁶⁸ TÁCITO, *Annales*, 14, 58. O contraste ético mostra que Veto, embora pertencesse a um círculo estoico, não era ele mesmo um, um bom exemplo da diversidade interna desses círculos.

⁷⁶⁹ PSEUDO-SÊNECA, *Otávia*, 465. “*Exilia non fregere summotos procul; Plautum atque Sullam, pertinax quorum furor; armat ministros sceleris in caedem meam; absentium cum maneat etiam ingens fauor in urbe nostra, qui fouet spes exulum. tollantur hostes ense suspecti mihi*”. Tradução de Zélia de Almeida Cardoso.

Os nomes dos dois senadores deveriam, então, sofrer *damnatio memoriae*, pois seriam retirados da ordem senatorial, medida que Tácito descreveu como “uma zombaria ainda mais grave” do que a morte a eles infligida, um ataque à memória de dois homens virtuosos⁷⁷⁰. Tácito também acusou Nero de envenenar o então idoso Palas, o antigo aliado de Agripina, com o propósito de se apoderar de sua imensa fortuna⁷⁷¹. Independentemente de ter sido ou não envenenamento, o caso de Palas nos mostra a necessidade premente de Nero de obter recursos financeiros para custear seus inúmeros projetos.

4.2 *Maiestas* e instrumentalização competitiva das *leges*

Após sua reentrada nas fileiras senatoriais, pelas graças de Tigelino, Cossutiano Capito partiu para a ação: denunciou por crime de *lesa majestade* o pretor Antístio Sosiano⁷⁷², que havia sido tribuno da plebe em 56. Antístio recitou versos injuriosos contra Nero num banquete na casa de Marco Estório Escápula⁷⁷³, que havia sido cônsul em 59. Capito não deixou de aproveitar a oportunidade para criar um precedente e Tácito nos indica que, a partir daquele momento, estava reintroduzida a temida *lex maiestatis*⁷⁷⁴, dispositivo legal utilizado para punir casos que envolvessem atos de traição ou ofensas contra o príncipe. A questão foi levada ao Senado e produziu uma acalorada discussão sobre que penalidade deveria ser imputada a Antístio Sosiano, situação que, como veremos adiante, gerou grande mobilização dos senadores, tanto contrários quanto favoráveis ao pretor. Porém, antes, é preciso estabelecer com mais rigor do que se tratava essa lei e qual seu uso durante a época do Principado.

O tema sobre a *lex maiestatis* e seus impactos sobre a aristocracia romana é consideravelmente amplo e produziu uma extensa historiografia. Nos limitaremos, portanto, a apresentar em linhas gerais as características dessa lei e sua aplicabilidade durante o Principado romano para os objetivos que aqui propomos, ou seja, como ela condicionou a competitividade dos círculos aristocráticos no período neroniano. As origens desse dispositivo legal remontavam ao período republicano, pois todo e qualquer ato de violência contra as instituições vigentes e seus representantes, os magistrados, aqueles dotados legitimamente de *imperium*, estavam sujeitos à aplicação de penalidades específicas, enquadradas sob o nome de *maiestas*

⁷⁷⁰ TÁCITO, *Annales*, 59.

⁷⁷¹ TÁCITO, *Annales*, 65.

⁷⁷² PIR² A 766

⁷⁷³ PIR² O 162.

⁷⁷⁴ TÁCITO, *Annales*, 14, 48.

ou, também, *perduellio*, que lidavam, em linhas gerais, com atos de traição (em casos internos) ou outras ações que degradassem a abstrata noção de majestade do Povo romano (*maiestas minuta Populi Romani*), a exemplo de fracassos militares externos⁷⁷⁵. O próprio Tácito recorda sua utilização em tempos mais remotos, na qual *maiestas* compreendia delitos diversos, tais quais render traiçoeiramente um exército ao inimigo, promover sedição ou outros atos que afrontassem a grandeza (daí a raiz de *magnus*) do povo romano⁷⁷⁶.

A partir do Principado, a lei de *maiestas* permanece formalmente com o mesmo significado, mas com o acréscimo de que ela se aproximava de um verdadeiro sacrilégio, a julgarmos pela definição de Ulpiano⁷⁷⁷, na qual o jurisconsulto do século III a identifica como “*Ad legem Iuliam maiestatis*”, o que implica inevitável reformulação, via *senatusconsulta*, sob César ou Augusto e certamente enriquecida ao longo dos séculos seguintes. E, com efeito, vemos que, durante o Principado, *maiestas Populi romani* passa igualmente a compreender ofensas diversas ou atos de traição contra os príncipes, já que o ataque a um imperador era entendido como um *ataque* ou *ato de traição* ao corpo cívico como um todo, contra o próprio Estado romano⁷⁷⁸. Tácito nos informa que Augusto, provavelmente no âmbito das reformulações que foram realizadas, passou a aplicá-la não somente para atos, mas também para casos em que se pronunciavam *palavras injuriosas* não só contra o príncipe, mas contra outros indivíduos ilustres⁷⁷⁹ dotados de *auctoritas*. Sob os príncipes, as condenações por *maiestas* se tornaram ainda mais passíveis de condenações à morte ao invés de exílio ou relegação. Os condenados tinham seus bens tomados pelo *fiscus* imperial e seus nomes removidos dos registros públicos, aquilo que modernamente chamamos de *damnatio memoriae*⁷⁸⁰. Com efeito, foi o que aconteceu com Plauto e Sula, como vimos antes. O suicídio antecipado à penalidade igualmente não garantia que sua aplicação não pudesse ser póstuma⁷⁸¹. A partir do governo dos príncipes, o Senado foi fortalecido enquanto corte judicial para julgar tais atos, a exemplo do que vimos, no capítulo 2, no documento relativo ao *SCPP*⁷⁸², fato que

⁷⁷⁵ LINTOTT, A. *op. cit.*, 1999, p. 159-160.

⁷⁷⁶ TÁCITO, *Annales*, 1, 72.

⁷⁷⁷ ULPIANO, *Digesto*, 48, 4, 1.

⁷⁷⁸ BAUMAN, R. A. *op. cit.*, 2004, p. 13.

⁷⁷⁹ TÁCITO, *Annales*, 1, 72.

⁷⁸⁰ HORNBLLOWER, S; SPAWFORTH, A; EIDINOW, E. *op. cit.*, 2012, p. 888-889.

⁷⁸¹ BAUMAN, R. A. *op. cit.*, 2004, p.

⁷⁸² Cf. p. 102-103.

se dava em consonância com a corte imperial⁷⁸³. Eis o contexto maior da denúncia promovida por Cossutiano Capito contra o pretor Antístio.

A partir de Tácito e Dião Cássio, podemos observar que, no curso dos principados de Tibério a Nero, a reintrodução da *lex maiestatis* produziu, com bastante clareza, um ciclo inicial de relativa tolerância política e, a partir de sua introdução e reforço, uma fase posterior de repressão que durava até o fim do governo em questão, justamente quando as contestações aristocráticas, expressas através do conjuracionismo, floresciam com mais intensidade, ou seja, existe uma clara relação entre *maiestas* e competitividade aristocrática. Há, portanto, um padrão que pode ser identificado no uso dessa legislação. Dião Cássio identificou a reintrodução dos julgamentos por *maiestas* no tempo de Tibério a partir dos anos 20⁷⁸⁴, na qual era considerado crime qualquer discurso ou palavra injuriosa contra ele próprio, Tibério, Augusto ou Livia. A partir da ascensão de Sejano, já que Tibério se retirou para Capri em 26, acusações de *maiestas* se proliferaram ainda mais como instrumento de eliminação política de rivais. Bauman notou que foi Sejano, justamente, aquele a transformar a *lex maiestatis* num instrumento *criativo de governo*, que até mesmo empregava agentes provocadores para estimular em adversários políticos comportamentos de traição que resultassem em autoincriminação⁷⁸⁵. Após a morte de Tibério, em 37, Calígula adotou uma postura inicial de abertura e pôs fim aos casos de *maiestas*, o que deu abertura para críticas públicas à memória de Tibério⁷⁸⁶, mas em 39 a *lex maiestatis* foi reintroduzida⁷⁸⁷, o que levou à muitas condenações até seu assassinato, em 41. Cláudio repetiu o mesmo ciclo de seu predecessor ao abolir, logo em seus primeiros anos de governo, casos que envolvessem *maiestas*, seja por atos ou palavras difamatórias, retirando condenados que seriam executados da prisão e avaliando casos específicos em que, efetivamente, a execução da penalidade fosse necessária⁷⁸⁸. Mas, a partir de 42, tiveram início as execuções incentivadas, em grande medida, por ações de libertos e por maquinções de Messalina, introduzindo outra inovação, os julgamentos realizados no interior das dependências pessoais do príncipe no palácio imperial, presididos pelo próprio Cláudio e na presença de poucos cortesãos, os chamados processos *intra cubiculum*⁷⁸⁹, do qual já mencionamos anteriormente⁷⁹⁰.

⁷⁸³ SOUZA, D. M. R. *As cortes de justiça senatorial e imperial na cidade de Roma nos relatos de Tácito e Plínio, o jovem (séculos I-II d.C.)*. Tese de doutorado (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP), 2019, p. 125-131.

⁷⁸⁴ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 57, 19.

⁷⁸⁵ BAUMAN, R. A. *op. cit.*, 2004, p. 62.

⁷⁸⁶ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 59, 4.

⁷⁸⁷ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 59, 11.

⁷⁸⁸ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 60, 3-4.

⁷⁸⁹ BAUMAN, R. A. *op. cit.*, 2004, p. 74.

⁷⁹⁰ Cf. p. 169, 197.

Em 54, quando da *acclamatio* de Nero, repetiram-se as promessas de pacificação política. A partir dessas constatações, percebemos que o uso enfático da lei de *maiestas* é associado, entre os autores antigos, à ideia da *tiranização imperial*, um recurso fundamental na repressão política a adversários, aspecto que a historiografia enfatizou, mas sempre a partir da perspectiva do poder dos príncipes. Sem dúvida alguma a proliferação de acusações de *maiestas* está ligada às contestações permanentes ao poder imperial no âmbito das ambiguidades do Principado. Mas ela não pode ser observada apenas como sintoma de uma postura meramente reativa do poder imperial frente aos seus adversários.

Em tempos recentes, as reformulações e os usos da *lex maiestatis* passaram a ser analisadas sob uma nova ótica, para além da figura do imperador. A aristocracia passou a ser compreendida como grupo ativo na construção de um novo panorama jurídico no Principado, já que este, para João Victor Freitas, era “um regime jurisdicional vivo, em que as fronteiras entre aquilo que estava ou não de acordo com a lei e a legitimidade eram constantemente negociadas”⁷⁹¹. Em sua tese recente, Freitas evidenciou como o crime de *maiestas* bem poderia ser *apropriada* para a competição aristocrática⁷⁹², algo que não é tão evidente num primeiro momento, mas que se torna mais claro quando observamos com atenção os relatos dos historiadores romanos. E *apropriação* é um termo adequado, já que os aristocratas, divididos e ambiciosos, reiteraram seu uso com o claro objetivo de *atacar outros aristocratas* competidores. Vejamos o que diz Freitas sobre o assunto:

Mesmo em momentos em que a extrema opressão das aristocracias senatoriais e equestres são retratadas, como nos anos finais dos governos de Tibério e Caio, por exemplo, os julgamentos de *maiestas* aparecem continuamente criando espaços ambivalentes para as disputas que foram utilizados para perseguições e busca de benefícios rápidos e ilegítimos com a queda de outros aristocratas. A dinâmica dos processos de *maiestas*, assim, não pode ser simplesmente qualificada como instrumentos de crueldade e tirania de imperadores loucos e (ou) incompetentes, ou pela incapacidade ou omissão desses mesmos imperadores diante de auxiliares ambiciosos. A mecânica era mais complexa, multidirecional e envolveu múltiplos sujeitos, dentro e fora da casa imperial, tanto como vítimas como beneficiários de injustiças e abusos. Da mesma maneira, a aplicação eficiente da *maiestas* produziu benefícios tanto para a casa imperial quanto para os diferentes setores da aristocracia⁷⁹³.

⁷⁹¹ FREITAS, J. V. **O crimen maiestatis e o principado romano (27 a.C. – 68 d.C.): conflito, competição e representação**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFOP), 2021, p. 166.

⁷⁹² *Ibid.*, 2021, p. 166.

⁷⁹³ *Ibid.*, 2021, p. 319.

A partir das ideias acima, podemos falar de uma *instrumentalização* da *lex maiestatis* para fins de competição social, um processo que contou enfaticamente com a participação dos círculos aristocráticos que tinham muito a ganhar com a destruição de seus rivais políticos. Nesse sentido, as aristocracias eram tanto as promotoras quanto as vítimas, como bem nos indicou Freitas acima. Além disso, conjuntamente ao uso (ou abuso) competitivo das *leges*, mostrou-se fundamental naquele contexto o trabalho dos *delatores*, homens que se apresentavam como denunciante, informantes ou acusadores contra supostos criminosos e os traziam à justiça.

Rutledge indica que o termo carrega certas complexidades, oriundo da frase *nomen deferre*, e poderia significar tanto aqueles que *forneciam informações* quanto aqueles que realizavam *acusação formal* perante os tribunais de justiça, já que os indivíduos que denunciavam outros indivíduos ante um magistrado poderiam ser, ainda que não obrigatoriamente, os mesmos que conduziram o processo de acusação⁷⁹⁴. Embora não muito comum no período de Augusto, seu emprego se torna generalizado em autores como Quintiliano, Tácito, Plínio, o Jovem, Suetônio e Juvenal, na passagem do século I para o II, o que nos induz a pensar que tal vocabulário se desenvolveu concomitante ao próprio fenômeno histórico das *delationes* nos principados Júlio-Claudianos. Não só isso, Rutledge nos mostra que, em autores como Tácito, a figura do delator é entendida de modo negativo e preconceituoso, como um indivíduo *oportunist*, *carreirista* e disposto a cooperar com a *tiranía imperial* e contra os interesses senatoriais, contra a *própria moralidade*, uma atividade *não romana* ou que se assemelhava a uma *doença*⁷⁹⁵, de forma que há uma retórica que vilanizou a atuação dos delatores como uma verdadeira *anomalia* nos processos políticos do Principado, daí o péssimo retrato de homens como Cossutiano Capito e outros oradores que empregavam seus talentos retóricos para fins de *denúncia*, uma evidência de como a atividade oratória se tornou fundamental na cultura jurídica romana, *retorização* que foi muito bem descrita por Tácito em outro opúsculo de sua autoria, o *Diálogo dos oradores*. No contexto taciteano, a dualização moral da aristocracia seria evidenciada pela atuação dos delatores, que constituiriam um grupo de poucos e fortes (*pauci et validi*) em confronto com os muitos e bons (*multi*

⁷⁹⁴ RUTLEDGE, S. **Imperial Inquisitions**: Prosecutors and Informants from Tiberius to Domitian. Londres: Routledge, 2001, p. 9.

⁷⁹⁵ *Ibid.*, 2001, p. 10-14

bonique), os aristocratas senatoriais vítimas de suas armações⁷⁹⁶. Como vimos no capítulo 2, trata-se de uma tomada de posição no jogo da competitividade aristocrática⁷⁹⁷.

Contudo, essa imagem carregada de caracteres negativos é problemática, já que a atuação de delatores e acusadores não foi uma invenção do principado, mas uma tradição originária da própria República enquanto costume e prática. Um dos aspectos mais enfatizados no perfil típico dos delatores é o seu *desejo de ganho*, algo que, a despeito do elemento retórico, era uma realidade concreta: com efeito, os delatores poderiam ser *financeiramente recompensados* por acusações que resultassem em condenação efetiva, uma prática igualmente de origem republicana que buscava, assim, salvaguardar a ordem política vigente e que permaneceu durante o principado, mesmo sob a autoridade de príncipes considerados bons, a exemplo de Trajano⁷⁹⁸. Acusações diversas poderiam resultar em ganhos igualmente diversos, conforme lei estabelecida ou de forma contingente, conforme a ofensa cometida: delatores que acusassem eventuais crimes de *maiestas* poderiam receber como recompensa até *um quarto* dos bens pertencentes ao indivíduo condenado, senão mais, sendo os outros três quartos tomados para o *aerarium* público ou para o *fiscus* privado do príncipe⁷⁹⁹. Outros crimes poderiam resultar em lucratividade menor, a exemplo de acusações de *repetundae*⁸⁰⁰. A remuneração destinada a delatores fez de alguns deles muito ricos: Públio Suílio Rufo, o acusador de Sêneca, em seus tempos áureos de delator sob Cláudio, era capaz de angariar até quatrocentos mil sestércios por caso⁸⁰¹, o que explica a afirmação de Tácito de que muitos outros seguiam tal exemplo. Ao mesmo tempo, a atividade dos delatores não tinha apenas caráter deletério, já que sua existência também poderia resultar em vantagens públicas, a exemplo do saneamento da administração provincial, que muito se beneficiava daquela atividade, já que permitia refrear a corrupção⁸⁰². Trata-se, portanto, de um fenômeno cultural e multifacetado, enraizado nas próprias tradições políticas romanas numa temporalidade de longa duração.

Porém, acima dessas considerações, Rutledge chama nossa atenção para outro aspecto da atuação dos delatores que nos é particularmente útil: seu emprego nos conflitos entre diferentes grupos políticos em disputa, algo que está para além de considerações moralizadoras, enquanto *mecanismo social*. Desde Tibério, as aristocracias usaram e abusaram das delações, geralmente

⁷⁹⁶ TÁCITO, *Histórias*, 4, 43.

⁷⁹⁷ Cf. p. 118.

⁷⁹⁸ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 365.

⁷⁹⁹ Segundo Suetônio, Nero fixou nesses valores os possíveis ganhos dos delatores. SUETÔNIO. *Vida de Nero*,

⁸⁰⁰ RUTLEDGE, S. *op. cit.* p. 40.

⁸⁰¹ TÁCITO, *Annales*, 11, 5.

⁸⁰² *Ibid.*, 2001, p. 67. Cossutiano Capito e seu julgamento por *repetundae* em 57 são exemplos disso.

envolvendo acusações de *maiestas* para destruir seus adversários sem necessariamente haver, da parte do príncipe, qualquer intervenção efetiva⁸⁰³, muito embora o poder imperial também se beneficiasse delas para sua própria sobrevivência política, sobretudo em casos em que houvesse suspeitas de conjuração. Temos, nesse sentido, uma atuação autônoma, para além da vontade do *princeps*. Nesse sentido, tem razão Drinkwater ao afirmar que os casos abrangendo delatores envolviam acusações de aristocratas por outros aristocratas, seja por causas genuínas ou com o propósito de ganhar os favores do príncipe, que era, assim, trazido para centro da questão⁸⁰⁴. Embora as delações pudessem pôr em causa acusações *legítimas*, sua politização competitiva poderia, de fato, causar grandes instabilidades. Ao somarmos a possibilidade de obtenção de grandes riquezas oriundas dos bens dos acusados, enriquecimento que permitia rápida ascensão social, aquilo que Bauman chamou de uma verdadeira *indústria*⁸⁰⁵, somado ao divisionismo incorrigível daquelas elites, incluindo *ódios pessoais* e *rivalidades virulentas*, temos um ambiente particularmente propício ao *denuncismo desenfreado*, uma expressão eloquente da competitividade aristocrática naquele contexto, um fenômeno que estava para além das dicotomias entre bons e maus governos ou entre a boa e má aristocracia. E isso pode ser facilmente demonstrado.

Quando observamos, em perspectiva, os anos iniciais de Nero, vemos como a própria aristocracia, por meio de delatores, se mobilizou para que a reintrodução do crime de *maiestas* ocorresse ainda antes do imbróglia envolvendo os versos caluniosos de Antístio. Vimos, no capítulo anterior, que logo após a aclamação do jovem *princeps*, ainda nos últimos meses de 54, acusações foram lançadas por um escravo contra o senador Carrinas Céler, passagem breve que não indica qual o conteúdo da acusação e nem a quem pertencia o escravo em questão, que certamente não atuou por conta própria, tamanha a clivagem social entre ambos, mas mobilizado por algum adversário do senador ao qual desconhecemos⁸⁰⁶. Mais importante ainda, outra acusação pública foi feita contra o equestre Júlio Denso, membro do círculo de Britânico, dada sua lealdade prévia⁸⁰⁷. Os mecanismos competitivos relacionados ao *crimen maiestatis* são visíveis aqui: recém aclamado Nero, setores da aristocracia que desejavam se aproximar do novo príncipe atuaram contra aqueles indivíduos que poderiam ser entendidos com rivais do imperador, supostos *inimigos* da nova ordem. Embora Tácito não tenha adentrado em detalhes, nos parece absolutamente certo que, naquele momento, delatores estavam em efervescente

⁸⁰³ *Ibid.*, 2001, p. 91.

⁸⁰⁴ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 366.

⁸⁰⁵ BAUMAN, R. A. *op. cit.*, 2004, p. 178.

⁸⁰⁶ Cf. p. 174.

⁸⁰⁷ Cf. p. 153, 174.

atividade, ainda mais se pensarmos que o círculo de Britânico permanecia como um alvo preferencial para que delatores pressionarem pela reintrodução da *maiestas*⁸⁰⁸. Era, dessa maneira, uma sinalização de que a vigilância contra qualquer dissidência poderia vir da própria aristocracia que, ao buscar sua projeção junto a Nero, o fazia *às custas de seus pares*. Nesse caso acima, há uma instrumentalização competitiva da *lex maiestatis* para fins de *colaboração*, mas esse certamente não era o único caso possível.

Júnia Silana, inimiga de Agripina, fez seus clientes Itúrio e Calvício atuarem como *delatores* contra a imperatriz no ano seguinte (55), mas, nessa situação, aproximar-se de Nero não era necessariamente um objetivo, mas sim promover *vingança pessoal* através da *instrumentalização dos poderes punitivos do príncipe*, aspecto que também já havíamos frisado no capítulo anterior. Em sua competição social com Agripina, Silana esperava que Nero aceitasse (e aceitou, efetivamente) as acusações e executasse sua mãe por *sedition* ou conspiração, crime cuja natureza estava atrelada invariavelmente ao crime de *maiestas*, o que nos indica com clareza qual foi a real natureza daquela acusação provavelmente espúria, algo que não teve maiores desdobramentos por conta da atuação decisiva do círculo de Sêneca. No final, como vimos, foi a vingança de Agripina que triunfou, pois ao desconsiderar a acusação, os delatores foram punidos por *calúnia*, um risco ao qual todos os que promoviam delações estavam sujeitos quando os esforços de acusação não resultavam como esperado, ou seja, também corriam sérios riscos de serem penalizados por sua atuação, pois *calumnia* poderia, igualmente, resultar em pena capital, algo que aconteceu com certa frequência⁸⁰⁹. Nesse caso, temos um exemplo de como a instrumentalização da *maiestas* se tornava uma arma para os círculos aristocráticos competirem entre si, buscando a destruição de seus adversários por meio de uma reação repressora dos príncipes. O mesmo se repetiu na conspiração movida por Peto, o negociador de bens confiscados corrupto, que atuou como delator buscando não vingança, mas enriquecimento pessoal pelos desdobramentos de um movimento de repressão. Afinal, a fortuna do liberto Palas, acusado de *sedition*, representava uma grande oportunidade de rendimentos para uma delação bem sucedida, mas o intento novamente fracassou.

Mas a *lex maiestatis* não era o único meio legal a ser instrumentalizado pelas competitivas elites romanas e que punham delatores em frenética atividade. As leis de coerção ao adultério, instituídas por Augusto, foram amplamente empregadas de modo similar com o intuito de

⁸⁰⁸ RUTLEDGE, S. *op. cit.*, 2001, p. 152.

⁸⁰⁹ BAUMAN, R. A. *op. cit.*, 2004, p. 63.

eliminar possíveis rivais no competitivo espaço da corte⁸¹⁰, algo potencializado pelo fato da legislação augustana representar uma clara intrusão na vida privada da aristocracia, o que se tornou uma oportunidade para a atuação de delatores que, a princípio, também recebiam recompensas por denúncias dessa natureza⁸¹¹. A politização de casos envolvendo adultério foram uma das grandes marcas da corte Júlio-Claudiana. Se necessário, delatores eram arregimentados para promoverem a acusação. Messalina e Agripina foram notórias instrumentalizadoras dessa lei, que punia tanto adultérios reais como imaginários enquanto prática corriqueira de intriga cortesã, assim como igualmente vítimas, já que seus adversários também estavam prontos a utilizar os mesmos instrumentos. Possíveis crimes ligados à administração provincial, *repetundae*, igualmente poderiam servir como base para comprometer rivais. Sêneca, o estoico, fez uso de delatores para destruir seu adversário Suílio em 58 justamente enviando-os para a Ásia, província que fora governada por Suílio, para angariar provas de sua má conduta na administração provincial⁸¹². Práticas mágicas e consultas astrológicas desautorizadas também poderiam ser exploradas nesse sentido, sobretudo em uma sociedade permeada por crenças sobrenaturais, na qual praticar certas formas de magia era algo visto com desconfiança, com penalidades severas⁸¹³. Agripina, ainda antes da aclamação de seu filho, em 54, conseguiu a execução de Domícia Lépidia, tia paterna de Nero, sob tal alegação, já que ambas disputavam influência sobre o jovem príncipe ainda adolescente⁸¹⁴. Apuleio de Madaura é outro bom exemplo de como magia poderia conduzir um indivíduo aos tribunais.

Dessa maneira, podemos ver o *denuncismo* amplamente estimulado pela existência de delatores ávidos por prestígio e ascensão social como um traço fundamental nas relações jurídicas e de poder na cultura imperial romana. Trata-se de um fenômeno intrínseco ao modo como os romanos conduziam suas práticas jurídico-políticas, um fenômeno que se explica pela fluidez daquele sistema que, diferente dos atuais poderes judiciais modernos, não estava fundamentado numa carta constitucional escrita, nem era dotado de instituições regulatórias capazes de impedir a instrumentalização política das *leges*, muito embora houvessem medidas que tentassem coibir a proliferação de falsas acusações, a exemplo da supracitada penalidade por *calumnia*. O próprio poder imperial se transforma num veículo de repressão aristocrática a ser evocado pelas próprias aristocracias. Dessa maneira, o estímulo a denúncias e delações cumpria papel chave na competição entre aqueles círculos, promovendo relações sociais

⁸¹⁰ SOUZA, D. M. R. *op. cit.*, 2019, p. 105.

⁸¹¹ RUTLEDGE, S. *op. cit.*, 2001, p. 56-58.

⁸¹² Cf. p. 199.

⁸¹³ RUTLEDGE, S. *op. cit.*, 2001, p. 88-89.

⁸¹⁴ TÁCITO, *Annales*, 12, 65.

agressivas e um ambiente de intensa repressão que não era necessariamente estimulada pela pretensa *tiranía* dos príncipes, mas fruto da própria conduta política das aristocracias em permanente choque entre si. Sêneca, observador e participante de tais processos, que recorreu a delatores para competir politicamente, também comentou com propriedade o panorama que se estabelecia: “Tudo é pesar, alarme, confusão. [...] Não se vai em segurança nem a banquetes, em que a língua deve ser cuidadosamente policiada até pelos ébrios, nem a espetáculos, dos quais se investiga material para incriminar e comprometer”⁸¹⁵. É um testemunho importante que explica grandemente o que ocorreu a Antístio naquele banquete do ano de 62. Voltemos, assim, ao caso do pretor.

A denúncia de Cossutiano Capito contra Antístio produziu um amplo debate sobre qual penalidade deveria ser imposta ao acusado e dividiu profundamente os senadores. Houve a defesa de que o pretor deveria ser penalizado com a morte, medida que ganhou apoio entusiástico de Aulo Vitélio. É impossível, dada a insuficiência das fontes, estabelecer com precisão o perfil político do Senado no ano de 62, individualizando-se seus membros, mas não é equivocado dizer que, naquele momento, havia entre os senadores vozes ativas e lideranças de destaque capazes de arregimentar um número significativo de membros da Cúria para certos fins políticos. Alguns, naturalmente, alinhavam-se aos interesses do príncipe, como o exemplo anterior de Vitélio, sob a clássica alegação de bajulação e covardia, outros alinhavam-se de modo independente conforme as circunstâncias. Tácito, porém, evidenciou o papel ativo de Traseia Peto e seu círculo senatorial na contramão de se condenar o pretor à morte, intervenção ativa, segundo Tácito, que salvou a vida de Antístio, muito embora o pretor tenha sido condenado a perder seus bens e ser exilado para uma ilha não nomeada. Na retórica de Traseia, carregada de uma profunda ironia, sob Nero, um “notável príncipe”, as leis bastavam para coibir atos injuriosos, de forma que não era necessária a demonstração de crueldade gratuita, mas sim uma demonstração de *clementia publica*. A menção de Traseia à clemência nos revela um eco daquele antigo programa de governo que envolveu Sêneca e os demais estoicos.

Nesse contexto, tal virtude se tornou um campo de disputa retórica. Segundo Tácito, o julgamento de Antístio tinha características de uma grande *mise-en-scène*: ao votarem pela pena capital, Nero engrandeceria sua imagem de *princeps clemens* no sentido de usar suas atribuições de Tribuno da Plebe para vetar a medida tomada pelos senadores⁸¹⁶, o que torna inevitável

⁸¹⁵ SÊNECA. *Da clemência*, 3, 24, 2. “*Omnia maesta, trepida, confusa; [...] non convivia securi ineunt, in quibus lingua sollicita etiam ebriis custodienda est, non spectacula, ex quibus materia criminis ac periculi quaeritur*”. Tradução de Ingeborg Braren.

⁸¹⁶ TÁCITO, *Annales*, 14, 48.

pensarmos que a delação de Antístio foi uma ação coordenada entre Cossutiano Capito e Nero para um mesmo fim em que ambos tinham muito a ganhar. Drinkwater acredita que se tratou de um episódio de “relações públicas”, no sentido de que a acusação foi feita sob os auspícios de Tigelino, sogro de Cossutiano, com o propósito de, assim, beneficiar a imagem pública de Nero. Com efeito, não parece ter partido de Nero, a vítima dos versos injuriosos, a iniciativa de mover processo contra o aristocrata Antístio, mas sim de um aristocrata que se punha como favorável ao príncipe, o que ilustra perfeitamente aquilo que argumentamos anteriormente sobre as delações. Ao mesmo tempo, nos mostra que a *provocação ao conflito*, o estímulo à *stásis*, se torna um poderoso meio de competição social. Capito, ao agir como agente de seu sogro, tinha também muito a ganhar com a condenação de Antístio, sobretudo pelos possíveis retornos financeiros. Tratou-se, assim, de uma demonstração de força da parte de Tigelino e Popeia Sabina, plenamente dispostos a controlar os rumos do principado neroniano⁸¹⁷. A menção a Aulo Vitélio nos mostra que, nesses planos, Tigelino era plenamente capaz de atuar em conjunto com outros círculos. Porém, o plano fracassou diante da postura enérgica de Traseia Peto, que ao intervir a favor do pretor, fez recair sobre sua pessoa e ao seu grupo a reputação da *clementia*. As animosidades entre aqueles círculos aristocráticos em plena competição foi se aprofundando ainda mais.

O papel ativo de Traseia Peto nos prova o erro que é ver o Senado romano do primeiro século da Era Cristã coma uma simples assembleia desprovida de poder decisório, uma instituição anacrônica ou fossilizada, somente disposta à subserviência em relação ao poder imperial. O senador, com efeito, desde os tempos da hegemonia de Sêneca e Burro reclamava para o Senado um papel de maior relevância na governança imperial, manifestando publicamente suas opiniões em diversos momentos⁸¹⁸. Logo após os eventos envolvendo Antístio, Traseia Peto destacou-se novamente na elaboração de medidas que coibissem abusos cometidos por membros das elites provinciais, resolução que contou com a aprovação e apoio do próprio Nero⁸¹⁹. O fato de o Senado ter exercido poderes reais nos indica que a mobilização interna por parte de vozes de liderança, a exemplo de Traseia Peto, poderia obter bons resultados. Porém, o mesmo é válido para Cossutiano Capito, igualmente uma liderança incontestável na Cúria. A despeito disso, o caso de *maiestas* envolvendo Antístio fez de Traseia Peto e Cossutiano Capito inimigos irreconciliáveis, o que evidencia, mais uma vez, que as relações políticas eram também um espetáculo passional de vinganças e enfrentamentos abertos

⁸¹⁷ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 188.

⁸¹⁸ TÁCITO, *Annales*, 13, 49.

⁸¹⁹ TÁCITO, *Annales*, 15, 20-22.

consideravelmente virulentos. Ao mesmo tempo, foi criando uma brecha e um antagonismo cada vez maior entre os círculos estoicos, antigos regentes e aliados de Nero, e o crescente grupo de Tigelino, então o braço direito do imperador.

A reintrodução da acusação de *maiestas* envolvendo Antístio, uma vez que fora efetivada, teve efeitos imediatos e outros delatores passaram a tentar a sorte. Ainda naquele ano de 62, na esteira do caso anterior, uma nova acusação de mesma natureza foi feita contra Aulo Dídio Galo Fabrício Veiento⁸²⁰, processado por Túlio Gemino pela publicação de certos escritos difamatórios contra senadores e sacerdotes, algo agravado por outro delito, o de vender favores do príncipe no direito de pleitear dignidades. Nero assumiu o caso e, uma vez provada a culpa, Veiento foi banido da Itália e os livros queimados. O caso é um enigma, já que tanto a figura de Veiento quanto a de Túlio Gemino são difíceis de interligar com os círculos aristocráticos que elencamos, ou seja, suas conexões sociais são pouco claras. A princípio, Nero não aparenta ter atuado fora do que era esperado do poder imperial desde Augusto, no sentido de proteger a *dignitas* de aristocratas senatoriais e membros dos colégios sacerdotais⁸²¹. Sabemos, com efeito, que Veiento havia sido parte do círculo de amigos íntimos de Nero, mas é impossível saber se houve, de fato, motivação política em sua acusação. Veiento retornaria de seu exílio após a morte de Nero e se tornaria amigo de Domiciano e Nerva. Nem Sêneca escapou de uma acusação formal, mencionada no fim do livro XIV de forma consideravelmente obscura, talvez por alguma corruptela nos manuscritos originais. Um certo Romano, um indivíduo cuja identidade é impossível de identificar, possivelmente um liberto da corte imperial⁸²², acusou o filósofo de ser apoiador de Calpúrnio Pisão, aquele que chefiaria a grande conspiração contra Nero em 65, um episódio, aparentemente, fora do seu devido contexto no relato taciteano. Embora o ambiente fosse favorável para acusar estoicos, a passagem realmente contradiz informações que Tácito apresenta no livro subsequente, o XV⁸²³.

Em 63, Popeia Sabina deu à luz uma menina, chamada Cláudia Augusta, que, porém, não viveu mais do que quatro meses e foi deificada logo após⁸²⁴. Quando do seu nascimento, em

⁸²⁰ PIR² F 91.

⁸²¹ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 105.

⁸²² PIR² R 80.

⁸²³ Griffin considerou tal passagem uma “absurdidade”, uma tentativa de Tácito conectar os eventos de 62 com a conspiração de Pisão, de maneira a dar a impressão, retórica, de um império prestes a explodir em rebelião contra a tirania de Nero. GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 85. Syme também considerou um erro de Tácito. SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 745. Rudich postulou que as fontes usadas por Tácito podem ter sido consideravelmente obscuras, o que o fez não ter certeza sobre o episódio em questão. RUDICH, V. *op. cit.*, 1993, p. 72. Na mesma linha, DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 200-201.

⁸²⁴ TÁCITO, *Annales*, 15, 23.

Âncio, senadores e outras figuras de autoridade foram convidados a permanecer na presença de Nero, mas Traseia Peto não foi contemplado, uma demonstração de que o senador já não gozava da *amicitia* do príncipe, possivelmente por articulação de Tigelino e seu genro. Tácito afirma que, em meio a um ambiente mais belicoso, Sêneca, ausente da vida pública, ainda assim atuou no sentido de tentar amenizar as tensões promovendo, no espaço privado de sua casa, uma reconciliação entre Traseia e Nero⁸²⁵, uma espécie de intermediação para fins de pacificação. O fato, mencionado muito brevemente pelo autor romano, parece indicar um esforço maior e consciente de mediação cujo propósito era o de defender seus *amici* com alguma vinculação filosófica da política agressiva de Tigelino, Capito e Popeia Sabina. Essa intervenção se torna ainda mais importante e expressiva na possibilidade de o próprio filósofo ter se manifestado publicamente a respeito. Griffin acredita que, nas cartas de Sêneca endereçadas a Lucílio, redigidas justamente naqueles anos de afastamento (62-64), há uma apologia dos filósofos e da filosofia, uma espécie de sinalização a Nero buscando apaziguamento ou justificação, sobretudo na epístola. 73⁸²⁶, na qual Sêneca faz a seguinte afirmação:

Em minha opinião laboram em erro aqueles que pensam serem os fiéis praticantes da filosofia homens insolentes e obstinados, que apenas sentem desprezo pelos magistrados, aos reis, a todos enfim a quem cabe o encargo da administração pública. É precisamente o contrário que se passa: nenhuma classe de pessoas lhes tem maior gratidão e com toda a justiça, pois os seus préstimos são os mais notórios do que aos filósofos, aos quais proporcionam as benesses de uma vida de ócio e tranquilidade⁸²⁷.

O tom da carta de Sêneca parece, assim, efetivamente dialogar com o contexto, uma resposta com palavras compatíveis ao que lemos no trecho de Tácito que destacamos mais acima relacionado à “*adrogantia stoicorum*”, além de confirmar a existência de um clima de tensão crescente entre o círculo de Tigelino e os círculos estoicos, desencadeados após a eliminação sumária de Rubélio Plauto e da rivalidade entre Traseia Peto e Cossutiano Capito. Não só isso, apresenta uma reiterada justificação própria no sentido de confirmar sua opção por uma vida de ócio, afastado de uma corte já muito distinta daquela dos primeiros anos de Nero.

⁸²⁵ TÁCITO, *Annales*, 15, 23.

⁸²⁶ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1976, p. 363.

⁸²⁷ SÊNECA, *Cartas a Lucílio*, 8, 73, 1. “*Errare mihi videntur qui existimant philosophiae fideliter deditos contumaces esse ac refractarios, contemptores magistratuum aut regum eorumve per quos publica administrantur. Ex contrario enim nulli adversus illos gratiores sunt, nec immerito; nullis enim plus praestant quam quibus frui tranquillo otio licet.*”. Tradução de J. A. Segurado e Campos.

Em 64, outra condenação é narrada por Tácito, a de Décimo Júnio Silano Torquato, irmão de Marco Júnio Silano, assassinado por ordem de Agripina em 54, e de Lúcio Silano, que cometeu suicídio igualmente por manobras daquela imperatriz ainda nos tempos de Cláudio. Se o círculo de Rubélio foi o alvo anteriormente, agora era vez dos Silanos. Entraram em cena os *delatores*, mobilizados para processar Silano por reiterar publicamente seu vínculo dinástico com Augusto, além de usar seus amplos recursos para supostamente distribuir posições num futuro governo, nomeando aliados para cargos próprios e exclusivos da administração imperial, *ab epistulis, a libellis, a rationibus*, dentre outros. Os libertos de Silano foram presos e podemos supor que tenham delatado seu patrono, a despeito da lei o proibir, mas que era possível em casos graves de *maiestas*, sobretudo quando envolvia conspiração⁸²⁸. Não houve tempo para uma condenação formal, já que Silano cometeu suicídio logo após. A morte de Silano representou mais um golpe contra uma família particularmente visada e a participação de Tigelino como seu proponente não pode ser descartada se pensarmos no conteúdo de suas propostas políticas de livrar Nero de todos os seus adversários, mesmo que o acusado não tivesse nenhuma relação aparente com o estoicismo. Ao que tudo indica, as acusações eram espúrias, mas repetiu-se aquilo que se verificou em 62 quando o pretor Antístio foi acusado de injúria: formalizava-se acusação para que, posteriormente, Nero fizesse uso de sua *clementia* como forma de engrandecimento de sua imagem pessoal, ainda mais se pensarmos que Nero perdoaria um *nobilis* acusado de conspiração.

Assim como no caso anterior, o objetivo fracassou e Silano cometeu suicídio antes mesmo de qualquer reação por parte do poder imperial. Trata-se de uma demonstração de arrivismo político que é compatível com as propostas de Tigelino. De qualquer modo, a despeito do fracasso de mais um episódio de “relações públicas”, o caso de Torquato Silano nos mostra, mais uma vez, que sua *linhagem nobre* era um problema muito maior e, mesmo que não desejasse abertamente o poder, seu *nomen* o transformava num formidável competidor político capaz de unir ancestralidade com uma imensa fortuna pessoal, algo que certamente atrairia apoiadores para sua causa, aspectos que tratamos no capítulo anterior, algo válido para os Silanos, Plauto, Sula, Britânico e todos aqueles que poderiam ser polos de atração. Se pensarmos nas estruturas do principado, na insegurança permanente do príncipe governante e na projeção social de primeira grandeza dos Silanos, vemos com clareza que o exercício do poder por parte de Nero não estava garantido. O temor de que os Silanos se projetassem como príncipes uniu Agripina e Nero num mesmo esforço político, o de conter, nem que fosse pela

⁸²⁸ RUTLEDGE, S. *op. cit.*, 2001, p. 30-31.

força, o favoritismo do Silanos como possíveis alternativas políticas. Ao mesmo tempo, o príncipe escolhia Nápoles para sua primeira performance de canto e música efetivamente pública, para além do palácio imperial, cidade que foi escolhida por sua população de origem grega⁸²⁹, outra evidência de um helenismo político que ganhava cada vez mais intensidade.

Outro fator importante para instabilidades políticas no ano de 64 foi o emblemático *incêndio de Roma*, um dos piores e mais destrutivos de sua história, que arrasou grandes porções da Cidade. Com efeito, a tragédia daquele ano ganharia destaque como o *Grande Incêndio* e sua proliferação por várias regiões da cidade de Roma permaneceu, sem dúvida, no imaginário popular de um Nero ensandecido tocando cítara e cristãos martirizados, muito embora fosse um tipo de ocorrência extremamente comum numa cidade cujas estruturas precárias facilitavam a proliferação do fogo. O incêndio começou nas imediações do *Circus Maximus* entre os montes Palatino e Célio no dia quatorze antes das calendas de agosto (19 de julho). Após consumir todo o circo, as chamas se espalharam por conta dos materiais altamente inflamáveis que compunham as estruturas das casas, galgando tanto áreas altas quanto baixas. O fogo não distinguiu entre ricos e pobres: tanto as insulas populares quanto casas aristocráticas, além do próprio palácio imperial, foram consumidos totalmente. Templos e outros monumentos públicos também foram destruídos. Os efeitos da tragédia relatados por Tácito não devem ser, de forma alguma, tomados como mera dramaticidade retórica. Os mortos, feridos e desabrigados devem ter sido realmente numerosos e o evento todo certamente foi muito impactante sobre a população de Roma, uma cidade populosa e com poucos meios de combate a incêndios, a despeito da existência de um corpo de combate às chamas, os *vigiles*, exemplo do quão recorrente era o problema. Porém, pelo relato do autor romano, ao invés de combaterem o incêndio, os *vigiles* estavam mais interessados em promover pilhagens⁸³⁰. O mapa abaixo revela por si só a gravidade daquele incêndio de 64.

⁸²⁹ TÁCITO, *Annales*, 15, 33.

⁸³⁰ TÁCITO, *Annales*, 15, 38-41.

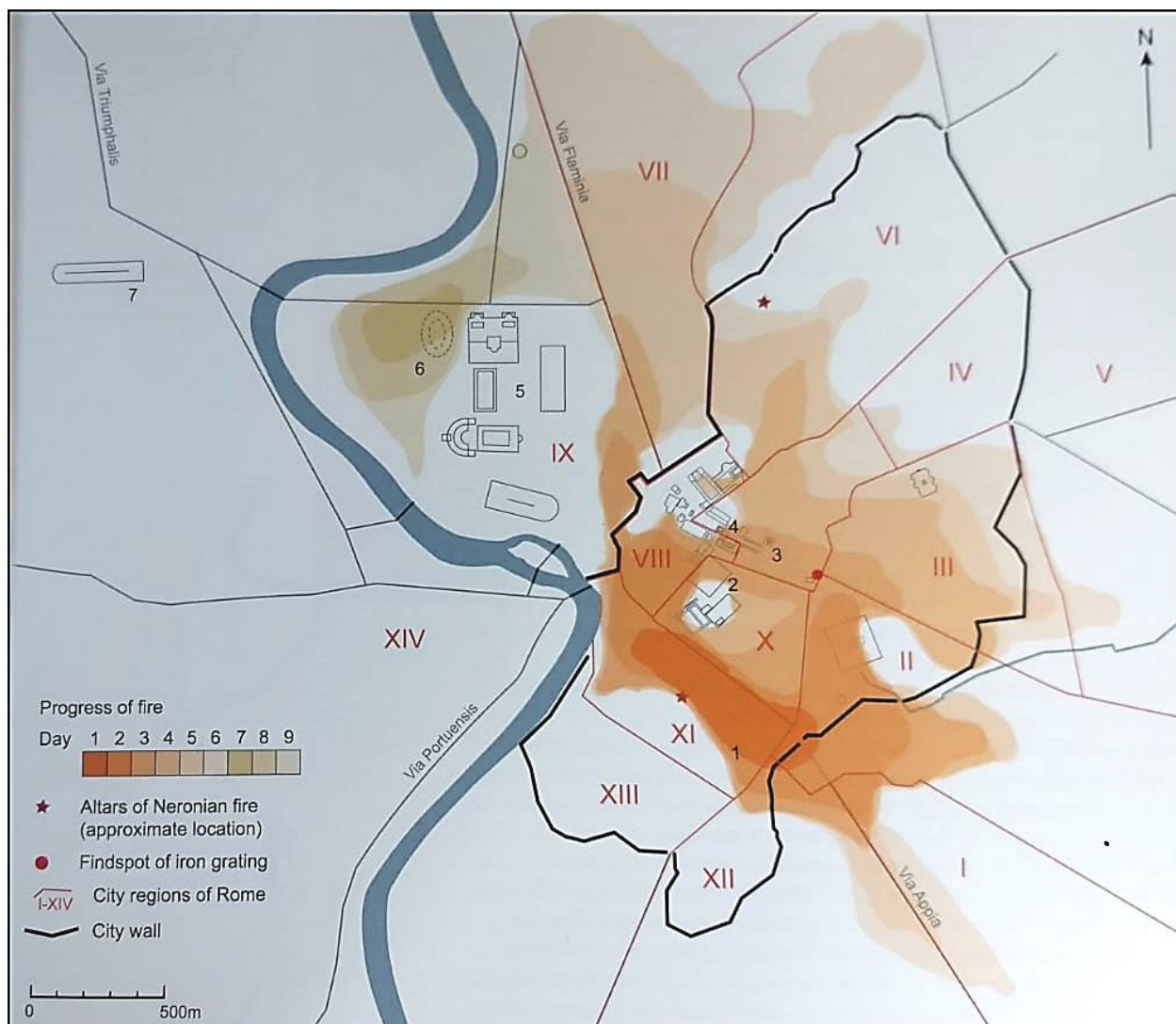


Figura 12: O incêndio de Roma (64 d.C.)

Créditos: OPPER, T. *Nero: the Man Behind the Myth*. Londres: The British Museum Press, 2021, p. 199.

Tácito menciona o fato de Nero ter sido responsabilizado pelo incêndio em rumores que percorreram as ruas e vielas de uma Roma destruída, sem, contudo, afirmá-lo categoricamente, questão que produziu uma das mais clássicas imagens da suposta tirania insana do imperador, o ato de tocar cítara enquanto a cidade ardia em chamas, rememorando a mítica queda de Troia. É possível que tais rumores tenham surgido do fato de Nero ter, posteriormente, transformado o incêndio em matéria poética em suas performances⁸³¹. Com efeito, não vemos tal argumento em Tácito, mas somente em outras fontes, sobretudo aquelas posteriores, Dião Cássio em especial⁸³², muito embora Suetônio, contemporâneo de Tácito, tenha dado credibilidade a esse

⁸³¹ OPPER, T. *op. cit.*, 2021, p. 211-212.

⁸³² DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 62, 17.

rumor e o transmitiu em sua biografia do imperador romano⁸³³. Tácito nos informa que Nero estava em Âncio, cidade litorânea ao sul de Roma e local de seu nascimento quando as chamas começaram e voltou assim que percebeu a gravidade dos acontecimentos, quando setores dos palácios imperiais foram igualmente consumidos, além de promover auxílio aos que estavam desabrigados. Tigelino foi, igualmente, culpabilizado por supostamente reacender o fogo em muitas áreas conforme orientação de Nero⁸³⁴. Os *rumores* aqui cumprem papel fundamental na discussão, não só pelo episódio da transformação de cristãos em supostos incendiários⁸³⁵, mas também pelos impactos da desgraça entre os círculos aristocráticos romanos, que certamente viram suas luxuosas *domus* serem devoradas pelas chamas. Os monumentais projetos de reconstrução de Roma parecem ter estado no âmago desses rumores, algo que mobilizou a opinião pública em torno da possibilidade de o príncipe ter buscado, deliberadamente, abrir espaço para novos conjuntos arquitetônicos, sobretudo para seu novo *palatium*, chamada por Suetônio de *Domus Aurea*, a *Casa Dourada*⁸³⁶. Ainda assim, a renovação arquitetônica não se limitou aos complexos imperiais, mas a toda a cidade de Roma.

As emissões monetárias são testemunhas dessas rápidas mudanças. A necessidade de se reiterar a grandeza da Cidade num momento de crise parece ter dado especial importância a uma série de *sestertii* e *dupondii* que portavam a deusa Roma entronada⁸³⁷ (ver Tipos 15a-h). Templos foram reconstruídos, a exemplo do altar de Vesta, outro símbolo que apelava à tradição (ver Tipo 23). A superação do desastre também pode estar associada ao repertório da Vitória, segundo Sydenham (ver Tipos 20a-e)⁸³⁸. A despeito dos discursos triunfalistas, durante o processo de renovação, os rumores continuaram a prosperar. Tanto o incêndio quanto os ataques à figura de Nero causaram uma sensível fragilização de sua posição enquanto *princeps* diante dos competitivos círculos aristocráticos. A crise do incêndio e a destruição de grandes casas aristocráticas, somada a outros fatores, certamente estão ligados à conspiração de Pisão, que foi descoberta no ano seguinte, dois episódios que Tácito não relaciona entre si, mas que estão,

⁸³³ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 38.

⁸³⁴ TÁCITO, *Annales*, 14, 39.

⁸³⁵ Tema consideravelmente popular por apresentar a emergência do cristianismo no seio da sociedade imperial romana. Pollini propôs uma leitura ousada de que os cristãos podem sim ter tido responsabilidade no incêndio através de grupos com comportamento proselitista zeloso. POLLINI, J. Burning Rome, Burning Christians. In: BARTSCH, S; FREUNDENBURG, K; LITTLEWOOD, C. (Orgs.). *The Cambridge Companion to the Age of Nero*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 213-236. Em posição contrária, que minimiza a ideia de uma perseguição aos cristãos, cf. SHAW, B. The Myth of the Neronian Persecution. In: *JRS*. Vol. 105, 2015, p. 73-100.

⁸³⁶ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 38.

⁸³⁷ SYDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 87.

⁸³⁸ *Ibid.*, 1982, p. 104-105.

ainda assim, conectados⁸³⁹, já que, em nossa perspectiva, a instabilidade subsequente e a momentânea perda de popularidade de Nero encorajaram os conspiradores a agir, conforme veremos adiante. Antes de tratarmos disso, porém, convém observar o papel de Nero na reformulação da cidade e como isso fez parte não só na construção de um *estilo próprio de principado* como também esteve na tentativa, sempre de ordem competitiva, de superar as ambiguidades e inseguranças do sistema imperial.

4.3 Uma monarquia faraônica?

As consequências do incêndio de 64 e o grande projeto arquitetônico implementado no centro de Roma nos anos subsequentes, embora não restritos apenas à *Domus Aurea*, nos induzem a refletir sobre a natureza do principado neroniano e seu simbolismo imagético, estético e artístico, questões onipresentes em variadas fontes literárias e arqueológicas relativas àquele imperador, cujo retrato acabou calcado na ideia do excesso moral tão conhecido do público contemporâneo. Acreditamos que o plano simbólico do governo neroniano também seja revelador de como se exprimiam as relações de competição entre a aristocracia e o imperador, sobretudo no sentido de mostrar como o poder imperial reiterava sua posição hegemônica diante dos demais grupos ávidos por acesso ao principado. Em 1972 o historiador francês Pierre Grimal lançou em seus trabalhos uma ousada tese acerca da natureza do domínio político de Nero e, por extensão, de toda a casa Júlio-Claudiana num artigo intitulado *Le De Clementia et la royauté solaire de Nerón*. Grimal, leitor atento de Tácito, Suetônio, Dião Cássio e Sêneca, considerou que as ações de Nero sempre foram entendidas como meras bizarrices, um julgamento sumário incapaz de responder satisfatoriamente à complexidade do assunto⁸⁴⁰. Atos supostamente bizarros eram, na realidade, calcados numa racionalidade intrínseca de governo, portanto um cálculo político a ser considerado com mais propriedade. Nesse sentido, vemos Nero usar de uma linguagem cultural helenístico-oriental que certamente condicionou suas ações políticas, o que não poderia ser diferente em uma civilização helenística por excelência. Porém, Grimal foi um pouco mais adiante em sua análise, ideias que provocaram um intenso debate historiográfico nos anos subsequentes à publicação de seu texto.

⁸³⁹ POLLINI, J. *op. cit.*, 2017, p. 222.

⁸⁴⁰ GRIMAL, P. *Le De Clementia et la royauté solaire de Nerón*. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, ano 116, nº 1, 1972, p. 225.

Em linhas gerais, Grimal observou um perfil egípcializante entre os imperadores da casa Júlio-Claudiana, questão que remontaria aos próprios Otaviano e Marco Antônio, ambos com estreitas ligações com o Egito, indicativos da constituição progressiva de uma *monarquia ou realeza solar* que encontrou seu maior desenvolvimento com Nero, pois as simbologias ligadas ao sol estariam no bojo dessa tradição. Calígula, segundo Grimal, estabeleceu vínculos com os deuses do Nilo, sobretudo com o culto à Isis⁸⁴¹. Até mesmo a literatura do período neroniano teria consolidado a ideia da monarquia solar com suas referências à luminosidade quase divina do príncipe: Sêneca teria sido um dos maiores promotores dessa virada teocrática de Nero: fez alusões a essas características tanto no *De clementia* quanto na *Apocoloquintose*, obras que, como vimos previamente, pertencem justamente aos primeiros dois anos de principado de Nero. O filósofo, nesse sentido, teria imitado em seus escritos fórmulas e hinos egípcios tão antigos quanto aqueles identificados em nome do faraó Tutmés IV. Grimal, portanto, entendeu essa *monarquia solar* de Nero como uma construção ideológica, na qual os imperadores romanos assimilaram em seu perfil político a tradição faraônica egípcia e cuja culminância ou amadurecimento se deu justamente com o filho de Agripina⁸⁴². A tese da monarquia ou realeza solar de Nero foi posteriormente criticada por Griffin no sentido de que todos os elementos pontuados por Grimal, a *Domus Aurea*, o Colosso de Nero e a imagética solar não são evidências suficientes para estabelecer com segurança a ideia de uma monarquia divina ou teocrática introduzida por Nero, apenas uma expressão do que seria o “gosto pela adulação e bajulação”, uma tendência de representar a posição do *princeps* como muito acima da dos demais homens. Isto apontava para o absolutismo, concepção buscada por Nero para demonstrar um estilo de vida grandioso que nenhuma outra pessoa poderia obter⁸⁴³. Mais recentemente, outras críticas se somaram em relação à tese de Grimal sob o argumento de se tratar de uma generalização, uma leitura apressada que não distingue a percepção provincial egípcia do poder imperial (régia e faraônica) daquela existente em Roma⁸⁴⁴.

Concordamos com a crítica de Griffin em relação às limitações da tese de Grimal e com sua ideia de que Nero buscava um estilo de vida grandiloquente que supunha uma condição

⁸⁴¹ O que incluiria a retórica do “milagre de Ânzio”, a associação do sol com o momento de nascimento de Nero. SUETÔNIO. *Vida de Nero*, 6.

⁸⁴² GRIMAL, P. *op. cit.*, 1972, p. 226-229. Cizek também se alinhou a essa tese ao propor que um modelo de monarquia oriental, derivada de Marco Antônio, foi amplamente recebida e cultivada pelos seus netos, os membros da casa de Germânico. CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 75-76.

⁸⁴³ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 218.

⁸⁴⁴ BRANDÃO, J. L. L. A Ekphrasis suetoniana da domus aurea. In: OLIVEIRA, F; TEIXEIRA, C; DIAS, B. P. (Orgs.). *Espaços e paisagens: antiguidade clássica e heranças contemporâneas*. Vol. 1 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 227.

superior à dos demais cidadãos romanos, muito embora a autora também enfatize a clássica noção do “absolutismo neroniano”. Porém, discordamos da afirmação de que se tratava apenas de um *gosto para a adulação*, sem maiores desdobramentos. Trata-se de uma visão limitadora. Apesar da tese de Grimal ter caído num relativo esquecimento, consideramos que ela foi meritória no sentido de apontar para um fator importante: o perfil simbólico do principado de Nero, algo que foi, em nosso ponto de vista, uma grande e necessária novidade em meio a considerações comuns pautadas pelo uso indiscriminado de adjetivos centrados na suposta *loucura*, *extravagância* ou *despotismo* de Nero. Não precisamos aceitar a ideia de uma *monarquia solar* ou *teocrática*, ou as alegações realmente questionáveis de que Sêneca e outros autores tinham por referência ideológica antigos hinos egípcios, mas devemos reconhecer a pertinência do problema e o fato de que evidências arqueológicas e literárias apontam sim para uma deliberada política de associação com os cultos solares tão populares entre os habitantes do Império Romano naqueles primeiros séculos da Era Cristã, somado a um estilo de vida monumental, cujo propósito era efetivamente o de indicar uma posição única diante do corpo aristocrático de Roma, uma reafirmação (frágil) de que o príncipe estava *acima* da disposição competitiva das aristocracias.

É importante salientar que a construção da *Domus Aurea*, a partir do incêndio de 64, esteve inserido num plano de grandes construções muito mais amplo e que, de forma alguma, se limitou ao grande palácio. Este, porém, foi sua expressão mais grandiosa. O novo *palatium* de Nero era, na realidade um grande conjunto de edifícios de diferentes dimensões localizados entre os montes Palatino e Esquilino, uma enorme vila suburbana no centro de Roma, dotada de lagos, vinhedos, jardins e outras áreas para promoção do *otium*, locais abertos aos quais o público tinha amplo acesso⁸⁴⁵. Em especial, a construção do Pavilhão localizado no monte Ópio se destaca por suas muitas salas e cômodos ricamente decorados, além da área mais conhecida atualmente, a sala octogonal, que era iluminada por um *oculus* cujas características se assemelham ao do Panteão de Adriano. Na área do vestibulo, uma gigantesca estátua do próprio príncipe foi erguida, o *colosso de Nero*. Do ponto de vista dos autores antigos, é curioso notar que a construção e o gigantismo do palácio de Nero produziram discursos contendo variadas invectivas contra a extravagância e o luxo, associadas à licenciosidade do imperador. O próprio Adriano, décadas mais tarde, faria o mesmo em Tívoli, porém sem receber as mesmas críticas. Contudo, o programa de grandes construções de Nero não se limitou de forma alguma ao seu

⁸⁴⁵ LA ROCCA, E. Staging Nero: Public Imagery and the Domus Aurea. In: BARTSCH, S; FREUNDENBURG, K; LITTLEWOOD, C. (Orgs.). **The Cambridge Companion to the Age of Nero**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 206.

complexo palaciano e teve início ainda antes do incêndio. Ginásios, aquedutos, termas, um grande templo dedicado ao imperador Cláudio no Célio, além de um vasto mercado de alimentos, o *Macellum Magnum* (ver Tipo 24), fizeram parte do engrandecimento arquitetônico da cidade, destinados ao grande público, uma política que não era nada nova, mas que remetia aos planos de Augusto de transformar “uma cidade de tijolos em uma de mármore”, no dizer de Suetônio⁸⁴⁶. Algumas dessas construções, a exemplo dos ginásios, estimulavam um estilo de vida helenizante que dividia profundamente as elites, algumas adeptas desses prazeres, outras, compostas por filósofos e tradicionalistas, como corrupção e viciosidade patrocinadas pelo príncipe⁸⁴⁷. Tácito é um exemplo desse último perfil ao lamentar profundamente “a extinção dos antigos costumes, substituídos por práticas estrangeiras” que corrompiam os jovens romanos⁸⁴⁸. Contraditoriamente, um dos aspectos do *quinquennium Neronis*, do bom governo de Nero, foi justamente seu programa de construções, a exemplo do que vimos no capítulo anterior⁸⁴⁹. Marcial não deixou de notar, jocosamente, como a tradição anti-neroniana estava em permanente conflito com os benefícios que o príncipe promoveu em Roma: “o que pode ser pior do que Nero? O que pode ser melhor do que as termas de Nero?”⁸⁵⁰



Figura 13: *Dupondius* de Nero e o *Macellum Magnum* (Tipo 24 – ver Apêndice I)

Créditos: wildwinds.com

⁸⁴⁶ SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 28.

⁸⁴⁷ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 44.

⁸⁴⁸ TÁCITO, *Annales*, 14, 20.

⁸⁴⁹ Cf. p. 182.

⁸⁵⁰ MARCIAL, *Epigramas*. 7, 34. “*Quid Nerone peius? Quid thermis melius Neronianis?*”.

Se no âmbito da arquitetura vemos um sentido de grandeza e monumentalidade, há outros elementos que nos indicam uma política consciente de afirmação *teomórfica* ou imitativa da divindade (*imitatio dei*), intimamente atrelado aos cultos solares, uma tendência que se acentuou ainda mais nos séculos seguintes, seja no campo da literatura ou da iconografia. Sêneca, com efeito, em seus escritos redigidos nos primeiros anos de Nero, fez variadas alusões à luminosidade do jovem *princeps* e sua relação com o Sol, além do otimismo de uma *época áurea* que teria início com aquele governo, aspecto que nos faz pensar nas *potencialidades* que o filósofo e seus círculos aristocráticos correlatos observaram ao tutelar a juventude do príncipe. Na *Apocoloquintose*, Sêneca compôs os seguintes versos: “[...] o Sol cintilante o universo saúda, pra fora das barreiras guiando com ímpeto o carro; assim o novo César aparece, aclamado por Roma agora será Nero: desprende-se a luz do seu rosto, do cândido pescoço guarnecido por longos cabelos”⁸⁵¹. No *De clementia*, novas alusões à luminosidade do príncipe, que irradia sua luz como o Sol ilumina a terra: “[...] a ti [Nero] não é dado esconder-se mais do que ao sol. Existe muita luz à tua volta, para ela convergem os olhos de todos e, se julgas poder mostrar-te, elevas-te”⁸⁵². Ao mesmo tempo, o filósofo fez questão de pôr Nero lado a lado com os deuses, ainda que seu objetivo fosse moral e pedagógico⁸⁵³, mas que, de certa maneira, corrobora com a tese de Grimal de que Sêneca foi um incentivador efetivo desse programa teomórfico. O mesmo pode ser observado nas *éclogas* de Calpúrnio Sículo⁸⁵⁴, que igualmente anunciou uma nova *aurea aetas* para o Império Romano, sem, contudo, nomear Nero diretamente⁸⁵⁵. *Clementia* e *Pax* são as marcas do novo tempo⁸⁵⁶ e o príncipe já é entendido como um verdadeiro “*deus que governa os povos*”⁸⁵⁷.

A partir desses elementos, não há dúvidas de que as associações entre Nero e a luminosidade solar se tornaram um *tópos* recorrente na literatura neroniana, a exemplo do que também vemos em Lucano, sobrinho de Sêneca e membro do círculo dos Aneus, que igualmente pôs Nero a “conduzir de Febo a biga flamígera e luzir com chama errante a terra”⁸⁵⁸.

⁸⁵¹ SÊNECA, *Apocoloquintose*, 4, 1. “*Sol aspicit orbem lucidus, et primos a carcere concitat axes: talis Caesar adest, talem iam Roma Neronem aspiciet. Flagrat nitidus fulgore remisso vultus, et adfuso cervix formosa capillo*”. Tradução de Giulio Davide Leoni.

⁸⁵² SÊNECA, *Da clemência*, 3, 6, 4. “*tibi non magis quam soli latere contingit. Multa circa te lux est, omnium in istam conversi oculi sunt; prodire te putas? Oriris*”. Tradução de Ingeborg Braren.

⁸⁵³ SÊNECA, *Da clemência*, 3, 17, 9.

⁸⁵⁴ Há polêmicas quanto ao período de vida de Sículo, mas nos alinhamos à historiografia que vê no poeta um autor neroniano.

⁸⁵⁵ CALPÚRNIO SÍCULO, *Éclogas*, 1, 40.

⁸⁵⁶ CALPÚRNIO SÍCULO, *Éclogas*, 55-60.

⁸⁵⁷ CALPÚRNIO SÍCULO, *Éclogas*, 45-50. “*populos deus ipse reget*”. Elemento que já se encontrava na literatura augustana, a exemplo de Ovídio. Cf. p. 97.

⁸⁵⁸ LUCANO, *Farsália*, 1, 46-50. “[...] *flammigeros Phoebi conscendere currus telluremque*”. Tradução de Brunno Vieira.

Nero transfigurado em Apolo, como vimos anteriormente, também fez parte do repertório numismático, outras atribuições daquele deus prediletas do príncipe, o canto, a música e a poesia⁸⁵⁹. Outro aspecto importante é a transformação da imagética imperial, com a apresentação do busto do imperador portando a *corona radiata* ainda em vida, regra iconográfica que, até então, era aplicada somente aos imperadores divinizados *post mortem*, a exemplo da moeda de Tibério emitida em referência a Augusto e ao Altar da Providência, que mostramos no capítulo 2⁸⁶⁰. Vemos que a *corona* que Nero traja nada mais é do que uma *tiara* ou *diadema* que simboliza a luminosidade do príncipe, mais um elemento que o atrelava aos deuses Helios e a Apolo, este último vinculado a Augusto e ao templo que construiu dedicado ao deus no Palatino⁸⁶¹:



Figura 14: *Dupondius* de Nero e *corona radiata* (Tipo 20c – ver apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

Nero, portanto, rompe com uma tradição tácita, ou seja, deu mais um pequeno passo ao estabelecer vínculos mais estreitos com o simbolismo da *basileia* helenística e, assim, no próprio processo de monarquização do Principado, questão que vimos no capítulo 2. O uso desse símbolo comumente associado à *basileia* mantinha-se como regra nas províncias, mas era uma inovação nas cunhagens de Roma, que alcançaram um patamar de *beleza estética* sem precedentes, cuidados que demonstram uma séria preocupação com a *excelência artística*

⁸⁵⁹ Cf. p. 204. (ver Tipos 13a-d).

⁸⁶⁰ Cf. p. 96.

⁸⁶¹ SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 29.

daquelas emissões⁸⁶². A despeito de terem sido pouco numerosas, possivelmente uma forma de *experimentação*, já que elas compõem, quantitativamente, apenas uma pequena fração distribuída entre várias tipagens diferentes, certamente sua aparição e circulação tiveram o seu impacto nas sensibilidades políticas dos círculos aristocráticos mais enraizados no princípio do *primus inter pares*⁸⁶³, sobretudo aqueles que transitavam pelos círculos senatoriais (ver Tipos 13c, 14b, 15d-f, 18c, 20a, 20c-d, 24, 30). Nenhum imperador posterior a Nero abdicou do mesmo direito de portar um símbolo tão importante ainda em vida.



Figura 15: *Dupondius* de Nero e *corona radiata* (Tipo 15f – ver Apêndice I)

Créditos: Münzkabinett Berlin

Ao mesmo tempo, tais emissões são notáveis por nos mostrarem o envelhecimento progressivo do imperador, cujo retrato ganha feições adultas, diferentemente daquelas dos anos 54-60 (Tipos 1-9c), uma iconografia que reunia, paradoxalmente, glorificação simbólica com realismo naturalista. Mas não só o Colosso ou as moedas são testemunhas das transformações iconográficas de Nero. O seguinte altar, dedicado aos deuses *Sol* e *Luna* por um escravo do príncipe chamado Eumolpo, que se apresenta como responsável pelo mobiliário da *Domus Aurea* (*supellectile domus auriae*), carrega consigo uma face que apresenta notável semelhança com o de Nero, além de portar os mesmos raios análogos aos encontrados nas moedas. Eumolpo dedicou este altar conjuntamente com sua filha, Cláudia Palas, muito provavelmente em algum

⁸⁶² SYDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 34.

⁸⁶³ LA ROCCA, E. *op. cit.*, 2017, p. 200.

templo de Roma⁸⁶⁴, aspecto relevante, do ponto de vista social, da vida religiosa dos escravos domésticos romanos no século I da Era Cristã. Este pequeno exemplo nos indica que houve uma verdadeira profusão de imagens de Nero, associadas ao Sol, por todos os cantos de Roma e, quem sabe, muito além.



Figura 16: Monumento de Eumolpo (século I da Era Cristã)

Créditos: BORG, B. E. *Roman Tombs and the Art of Commemoration: Contextual Approaches to Funerary Customs in the Second Century CE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 215.

Diante de tantas evidências, consideramos que estamos diante de um grande projeto político que, deliberadamente, buscava construir uma imagem heroica do príncipe, sem, contudo, atrever-se às mesmas pretensões teocráticas de Calígula. Ainda assim, a despeito dessa política imitativa da divindade, Nero rechaçou fortemente qualquer pretensão teocrática, pois,

⁸⁶⁴ *CIL* VI 3719 = *ILS* 1774.

logo após a descoberta da conspiração de Pisão, que será analisada no próximo item, houve uma proposta senatorial, de autoria de Anício Cerialis, de se construir um templo ao *deus Nero*, o que foi negado pelo príncipe⁸⁶⁵. O príncipe, assim, seguiu a tradição. Não só isso, mas também o deus *Sol*, cujo templo estava localizado nas proximidades do *Circus Maximus*, recebeu generosas oferendas no contexto posterior à conspiração⁸⁶⁶, outro indicativo das preferências teológicas do imperador, fenômeno que ganharia ainda mais destaque no século III. Dessa maneira, vemos que a proposta de um culto ao deus Nero partiu da própria aristocracia, o que justamente nos indica sua participação efetiva na construção da “tirania despótica” daquele príncipe. Ainda assim, o culto imperial tinha uma *natureza aberta* e poderia muito bem ser enriquecido com novos elementos simbólicos oriundos das tradições solares helenísticas, o que permitia a Nero criar uma imagem que pressupunha, por consequência, uma desigualdade: o príncipe estava acima de todos os demais círculos ou grupos aristocráticos, justamente a falência da ideia de um *primeiro entre iguais*. Ao equalizar-se com os heróis homéricos, Nero estabeleceu um princípio de superioridade que, invariavelmente, se aproximou da *basileia*⁸⁶⁷. Estamos, assim, diante de uma grande riqueza iconográfica e ideológica que, de forma alguma, pode ser ignorada como mera *pretensão adulatoria*, mas carregada de intencionalidades e propósitos muito bem calculados enquanto *projeto político*.

Cizek compreendeu tais concepções de poder através da ideia de uma *reforma axiológica*, marca do neronismo, uma tentativa de reformular a sociedade romana em suas bases e superar os tabus herdados dos ancestrais⁸⁶⁸. Todos os aspectos que mencionamos nas páginas anteriores seriam etapas reformadoras na transformação das mentalidades, um campo a ser retrabalhado por meio da ênfase na *agôn* e no *luxus*, dois conceitos definidores do neronismo. O primeiro termo, de origem grega, enfatizaria o aspecto *lúdico*, centrado nas competições artísticas e atléticas. O segundo estaria orientado no *fausto* e no *esplendor*, o que implicava, naturalmente, na ressignificação do luxo, não mais um tabu a ser combatido⁸⁶⁹. Logo, o neronismo estaria ligado a um modelo de sociedade fortemente hedonista, por isso mesmo tão conflitante com a tradição do *mos maiorum*. Trata-se de uma resposta ambiciosa, porém é impossível saber se Nero realmente concebeu planos tão amplos e profundos de reformas sociais, muito provavelmente não⁸⁷⁰. Porém, é possível afirmar que Nero, efetivamente, lançou mão da

⁸⁶⁵ TÁCITO, *Annales*, 15, 74.

⁸⁶⁶ TÁCITO, *Annales*, 15, 74.

⁸⁶⁷ CHAMPLIN, E. *Nero*. Cambridge: Harvard University Press, 2003, p. 111.

⁸⁶⁸ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 21-22.

⁸⁶⁹ *Ibid.*, 1982, p. 161-165.

⁸⁷⁰ DRINKWATER, J. *op. cit.*, 2019, p. 376.

inovação para reformular as bases ideológico-imagéticas de seu poder e direcionou seus esforços numa clara tentativa de criar um modelo próprio de principado mais próximo, embora hibridizado com tradições romanas, da *basileia* greco-helenística. Estamos diante de uma das muitas *tendências monarquizantes* que se verificaram entre os séculos I e III. A despeito disso, o principado de Nero jamais poderia ser descrito como uma *monarquia plena*. A conjuntura histórica daquele contexto ainda não permitia tal possibilidade.

Acreditamos que um caminho interpretativo possível para essa questão reside justamente na necessidade competitiva do príncipe em se estabelecer como alguém simbolicamente superior aos demais aristocratas romanos. A simbologia e o teomorfismo helenístico-solar e da luminosidade, aliado a um estilo de vida grandiloquente em que se pressupõe uma *hierarquia não dita*, mas muito concreta, tinha por pressuposto a superação (sem sucesso) de uma condição de insegurança legitimatória, característica do principado, conforme analisamos no capítulo 2 a partir das ideias de Aloys Winterling⁸⁷¹. Nero, o “novo Apolo”, pautava sua conduta pessoal e performances atlético-artísticas nos *exempla* de heróis homéricos como Aquiles e Heitor. A poesia neroniana tinha por temática predileta Troia e seus protagonistas. Um esforço de pôr fim, portanto, às ambiguidades que fragilizavam o principado diante de uma aristocracia altamente competitiva e contestadora do poder imperial. Estamos diante de uma tentativa planejada e racionalizada de *superar a condição de competição*, projetando-se grandiosamente diante do corpo social de Roma, transmitindo a mensagem de que Nero era, de fato, o símile de um *herói* das antigas tradições arcaicas gregas. De fato, o príncipe se apresentava como alguém dotado de um estilo de vida muito além das possibilidades de seus pares aristocratas, mas ainda assim dentro do sistema de valores da própria aristocracia: Nero buscava que seus interesses por atletismo e artes também contribuíssem para elevar sua *auctoritas* pessoal e a *dignitas* aristocrática⁸⁷². Não deixou de lado, igualmente, a busca por prestígio e legitimidade dentro da própria retórica do *mos maiorum*: valores marciais também foram contemplados e o príncipe fez questão de se apresentar como líder vitorioso na guerra, elemento tradicional da cultura política romana. O conflito armênio, que se desenrolava desde 58 com as campanhas de Domício Corbulão, lhe ofereceu essa oportunidade: Nero aceitou que Tiridates, irmão de Vologases I, rei dos partas, assumisse o trono da Armênia, mas impôs como condição a permanência daquele reino como estado-cliente romano. As condições foram aceitas e ofereceram a Nero uma dupla vantagem, a de celebrar tanto a *guerra* quanto a *paz*: as vitórias

⁸⁷¹ Cf. p. 126.

⁸⁷² DRINKWATER, J. op. cit., 2019, p. 376.

obtidas por Corbulão, a despeito do fiasco de Cesênio Peto em Randéia, foram publicizadas na construção de um arco do triunfo no alto do monte Capitolino, edificação que foi apresentada numa tipagem monetária específica (ver Tipo 19). Ao mesmo tempo, a paz também foi comemorada com o fechamento simbólico das portas do templo de Jano (ver Tipos 18a-e).



Figura 17: *Sestertius* de Nero e Arco do Triunfo (Tipo 19 – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*



Figura 18: *Aureus* de Nero e templo de Jano (Tipo 18a – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

Em suma, na construção e consolidação desse projeto de principado, diferentes elementos e correntes simbólicas convergiram, desde os elementos místicos dos cultos solares até os princípios cosmológicos estoicos que permeavam o culto imperial, passando, igualmente, por aspectos tradicionais da cultura republicana, um principado monarquizante hibridizado entre

tradições romanas e helenísticas. Ao mesmo tempo, havia pleno espaço para *contradições internas* nesse processo, já que Tigelino, ao mesmo tempo em que Nero introduzia inovações, também erguia *tabus catonistas* do passado para tornar estoicos e outros adeptos de doutrinas filosóficas verdadeiros *inimigos públicos* do imperador.

4.4 Conjuracionismo e competitividade aristocrática

A despeito de todas essas transformações e da elaboração de um estilo de principado que pressupunha a superioridade absoluta da *auctoritas* de Nero perante as aristocracias, Tácito dedicou toda a segunda metade do livro XV dos *Annales* ao relato daquela que foi, com toda certeza, um dos episódios conjuracionistas mais amplos de todo o século I, tão organizado quanto aquele que levou ao assassinato de Calígula décadas antes. E, de fato, os conspiradores parecem ter deliberadamente se inspirado naquele episódio. A conspiração de Pisão, descoberta no ano de 65, é mencionada também por Suetônio e Dião Cássio⁸⁷³, mas de forma demasiadamente breve. Assim, é Tácito que nos oferece maiores detalhes acerca de quem eram e que buscavam os conjurados, um grupo heterogêneo formado não só senadores e cavaleiros, mas também por mulheres⁸⁷⁴. A narrativa do autor romano também nos permite compreender mais profundamente o *modus operandi* da construção de conjuras com o propósito de matar imperadores, quais os procedimentos tomados e de que forma ela crescia entre grupos políticos tão diversos. Quando ela foi desbaratada, poucos foram os círculos aristocráticos que permaneceram incólumes à intensa repressão que se seguiu, muito mais profunda do que as esporádicas execuções promovidas até então. Entre os anos de 65 e 66 o principado de Nero conheceu tempos difíceis e a violência recrudesceu. Ao mesmo tempo, é preciso verificar, dentro do que as fontes permitem, qual foi, efetivamente, a abrangência dessa violência e se ela pode realmente ser creditada apenas ao poder imperial. Acreditamos que não, já que recorrer a meios violentos como forma de competição foi um traço das próprias aristocracias, de forma que esta é inseparável de todo o aparato de repressão instituído por Nero, que passou mais do que nunca a zelar pela manutenção de seu poder pessoal. Como vimos no capítulo 2, o processo competitivo está nas entranhas do conspiracionismo romano, pois ela tanto movia os conspiradores em sua empreitada arriscada, num jogo de tudo ou nada, quanto movia, igualmente, a mão repressora do príncipe para preservar seu poder e sua vida.

⁸⁷³ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 36; DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 24.

⁸⁷⁴ TÁCITO, *Annales*, 15, 48.

Tácito reconhece as dificuldades em saber quem foram os primeiros instigadores daquele movimento no qual participaram militares da Guarda Pretoriana, senadores, equestres e até mesmo uma liberta. Aparentemente, o autor romano parece apontar para os pretorianos como os primeiros sediciosos⁸⁷⁵. Porém, os conjurados tiveram como líder Caio Calpúrnio Pisão⁸⁷⁶, homem que portava um *nomen* familiar de considerável peso político por sua antiguidade, um *nobilis* tal qual os *Iunii Silani* e os *Cornelii Sullae*. Tácito nos diz que a conspiração não surgiu através de sua articulação pessoal⁸⁷⁷, ou seja, Pisão parece ter aproveitado a oportunidade que os demais conjurados lhe apresentaram para tornar-se *princeps* após a eliminação de Nero. Temos, assim, um movimento amplo e *multicausal*, com inúmeros objetivos, mas todos passavam pele assassinato de Nero. A escolha de Pisão é compreensível quando olhamos para seu contexto familiar, tanto nas décadas prévias ao movimento quanto nas décadas subsequentes. Os *Calpurnii Pisones*⁸⁷⁸ tinham um *nomen* antigo, embora a família tivesse origens plebeias, mas, ainda assim, remontavam ao século III a.C.. Com efeito, os *Pisones* tiveram participação ativa em muitos episódios importantes na longa história da República romana, através do exercício de inúmeros consulados. Júlio César foi casado com uma Calpúrnica, sua última esposa quando foi assassinado, igualmente por meio de uma gigantesca rede conjuracionista.

No período imperial, os *Calpurni Pisones*, altamente prestigiados e muito ricos, estavam próximos de Augusto e estiveram envolvidos com o florescente círculo de poetas que transitaram pela casa do *princeps*. Horácio dedicou sua *Arte Poética* para Lúcio Calpúrnio Pisão, chamado *Pontifex* (cônsul em 15 a.C.), muito provavelmente o proprietário da grandiosa *Vila dos Papiros*, localizada em Herculano. Sob Tibério, outros membros da mesma *gens*, Lúcio Calpúrnio Pisão, o *Augure* (cônsul em 1 a.C.) e seu irmão, Cneu Calpúrnio Pisão, já se apresentavam como hostis ao poder imperial, sobretudo porque Cneu Pisão foi acusado de envenenar Germânico, o pai de Agripina, quando este foi governador da Síria, com quem mantinha profunda inimizade e competição⁸⁷⁹, a despeito de Germânico ter sido adotado como sucessor por Tibério. Houve uma grave possibilidade de guerra civil, já que centuriões das legiões sírias estavam plenamente dispostos a aclamar Cneu Pisão como seu príncipe⁸⁸⁰. De volta a Roma, porém, foi acusado pelo suposto venefício e julgado no Senado, processo que

⁸⁷⁵ TÁCITO, *Annales*, 15, 48.

⁸⁷⁶ PIR² C 284.

⁸⁷⁷ TÁCITO, *Annales*, 15, 49.

⁸⁷⁸ Ver apêndice II (círculo VII)

⁸⁷⁹ TÁCITO, *Annales*, 2, 57.

⁸⁸⁰ TÁCITO, *Annales*, 2, 76.

deu origem ao documento que analisamos no capítulo 2, o *SCPP*⁸⁸¹. Cneu Pisão foi condenado e cometeu suicídio apesar da ampla defesa que recebeu por parte de seu irmão, o Águre, episódio relatado também por Tácito⁸⁸². Marco Pisão, seu filho, foi igualmente relegado e destituído da ordem senatorial.

É possível, embora não seja certo, que Caio Calpúrnio Pisão, o conspirador, tenha sido descendente desses Pisões, talvez um filho ou sobrinho daquele Marco, segundo os redatores da *PIR*, algo problemático pelas muitas lacunas na genealogia da família. O conspirador também enfrentou dificuldades sob Calígula, que ao se interessar por Lúvia Orestila, até então sua esposa, forçou a separação de ambos, mas os exilou logo após por acusação de adultério⁸⁸³, só retornando à Roma a partir do governo de Cláudio. Caio Pisão não era o único de sua *gens* a se destacar durante o período neroniano. Lúcio Calpúrnio Pisão⁸⁸⁴, talvez um irmão ou primo do conspirador, foi cônsul no ano de 57 (durante a hegemonia de Sêneca e Burro) mas não esteve envolvido na conjura para matar Nero, nem foi acusado na repressão subsequente, porém foi morto durante a guerra civil por aliados de Vespasiano, no ano 70⁸⁸⁵. Ao mesmo tempo, dois descendentes daquele Lúcio Calpúrnio Pisão, o *Pontífice*, também atuaram como competidores incansáveis em busca do poder imperial: o primeiro, Lúcio Calpúrnio Pisão Fúgio Liciniano, alçado à posição de herdeiro de Galba através da sua adoção como sucessor, em 69⁸⁸⁶, logo após assassinado por ordens de Otão; o segundo, Caio Calpúrnio Piso Crasso Frúgio Liciniano, que conspirou duplamente contra Nerva e Trajano e foi executado por Adriano. Em suma, temos uma *gens* que emergiu poderosamente nos últimos anos de Nero e permaneceu competindo por acesso ao poder até o início do século II, durante os chamados *bons governos*, que também não hesitaram em relegar e executar tão ávido competidor ao principado. Se dermos crédito aos relatos da *História Augusta*, temos um Pisão aclamado imperador por suas tropas no contexto das usurpações verificadas durante o governo de Galieno, em pleno século III⁸⁸⁷. A despeito da *nobilitas* de sua linhagem, o retrato de Caio Calpúrnio Pisão não é dos melhores em Tácito: homem cordial e de bom trato, mas indolente com os vícios e os prazeres⁸⁸⁸, igualmente adepto de artes cênicas, pois atuava em tragédias⁸⁸⁹. Mas o

⁸⁸¹ Cf. p. 103.

⁸⁸² TÁCITO, *Annales*, 3, 11-18.

⁸⁸³ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 59, 8; SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 25.

⁸⁸⁴ *PIR*² C 294.

⁸⁸⁵ TÁCITO, *Histórias*, 4, 50.

⁸⁸⁶ SUETÔNIO, *Vida de Galba*, 17.

⁸⁸⁷ TREBÉLIO PÓLIO, *História Augusta* (Galieno), 2.

⁸⁸⁸ TÁCITO, *Annales*, 15, 48.

⁸⁸⁹ TÁCITO, *Annales*, 15, 65.

retrato que o autor romano esboça pode não ser o único. Calpúrnio Sículo, o poeta que mencionamos no item anterior, que anunciou a nova era dourada de Nero, também redigiu um encômio, intitulado *Laus Pisonis*, possivelmente dedicado ao conspirador, na qual se desenha um homem de grande virtude, dotado de qualidades oratórias e também artísticas⁸⁹⁰, embora não se saiba ao certo se a figura louvada no poema seja realmente Caio Pisão ou seu parente cônsul em 57, Lúcio Pisão. Também não existe certeza sobre a autoria de Sículo.

A princípio, a postura mais ativa na consolidação do complô ficou a cargo dos militares da Guarda, homens que claramente demonstraram grande entusiasmo na condução do plano de matar Nero: Súbrio Flávio, um tribuno e Sulpício Asper, um centurião, os primeiros e mais antigos conjurados mencionados por Tácito⁸⁹¹. Os planos logo ganharam aderência de senadores e equestres: Pláucio Laterano, que era cônsul *designatus*, o mesmo que foi alvo da clemência de Nero em 54, quando exilado por adultério⁸⁹², juntou-se aos conspiradores não por razões pessoais, mas por uma noção abstrata de “amor à República”, segundo Tácito, um suposto *desinteresse pessoal*. Já Aneu Lucano aderiu ao grupo por ódio pessoal a Nero, já que o imperador era seu rival literário e impedia que o poeta publicasse seus versos. No caso deste último, vemos que a competitividade literária poderia produzir ressentimentos tanto quanto a política, pois o *reconhecimento público* era o objetivo dos poetas. De uma relação amigável e laudatória, como vemos nas primeiras linhas do seu poema *Farsália*, houve uma notável degradação da *amicitia* entre ambos, sobretudo se Nero tentou negar a Lucano o direito ao reconhecimento público. Assim, com a exceção de Laterano, Tácito parece nos indicar que todos os membros mais engajados nutriam *grande ressentimento* pelo príncipe, o verdadeiro combustível de suas ações. A conjura recebeu a adesão de mais senadores, a exemplo de Flávio Cevino e Agrânio Quinciano, também mais por razões de ódios e vinganças do que por causas políticas em si. O fato de se converterem em conjurados contra Nero não garantiu grande reputação na ótica do severo Tácito: Cevino é retratado como um homem letárgico, enquanto Quinciano é chamado de efeminado, uma vítima rancorosa de versos satíricos escritos e difundidos por Nero⁸⁹³, fato que o expunha ao ridículo perante os demais círculos senatoriais, algo terrível se pensarmos que a sociedade romana era, em grande medida, a *sociedade da reputação*. Assim, a partir do que vimos no capítulo 2⁸⁹⁴, o conspiracionismo era a única saída

⁸⁹⁰ CALPÚRNIO SÍCULO, *Laus Pisonis*, 70-80; 160-175. Assim como Nero, o autor do encômio igualmente remete iguala os dons artísticos de Pisão aos heróis homéricos, Aquiles em especial.

⁸⁹¹ TÁCITO, *Annales*, 15, 49.

⁸⁹² Cf. p. 175.

⁸⁹³ TÁCITO, *Annales*, 15, 49

⁸⁹⁴ Cf. p. 104.

para vingar ofensas pessoais, já que o príncipe não poderia ser trazido à juízo, algo que exaltava os ânimos competitivos dos demais aristocratas que se viam insultados pelas ações do imperador.

Mas os conspiradores estavam, ainda assim, divididos sobre o que fazer após matarem Nero. Pisão era um líder frágil e sua figura parece não ter sido consensual entre seus companheiros, além de nutrir temores de que outros competidores passassem à frente como preferidos. Tácito nos mostra algo extremamente relevante no interior dos planos dos conjurados: a competição aristocrática se fazia presente até mesmo onde deveria haver, teoricamente, ações coordenadas. Com efeito, Pisão temia que seus companheiros de conjura preferissem os Silanos ou o cônsul *ordinarius* daquele ano, Marco Júlio Vestino Ático⁸⁹⁵, competidores que tinham, a princípio, o mesmo grau de *nobilitas* que os *Pisones*. O que reunia os conjurados, naquele momento inicial, era muito mais o desejo de matar o príncipe do que a clareza do que aconteceria após o ato que certamente entendiam como tiranicídio. A despeito das possíveis desavenças internas, uma vez estabelecido o núcleo inicial de conspiradores com um objetivo imediato em vista, matar Nero, passava-se à fase de *recrutamento de novos conjurados*, momento crítico que exigia compartilhar o segredo a um número maior de pessoas, o que aumentava as chances de vazamento das informações e de descoberta dos conjurados, com grande risco para todos. Vimos isso anteriormente na suposta conspiração movida por Silana em 55, quando a informação vazou por atuação de libertos⁸⁹⁶. Mas, a despeito dos riscos, o grupo cresceu. Equestres foram engajados na conjura (Túlio Senecião, Cervário Próculo, Vulcácio Ararico, Júlio Tugurino, Munácio Grato, Antônio Natal, Márcio Festo e provavelmente muitos outros que Tácito talvez não tenha mencionado em seu relato)⁸⁹⁷. De todos, Senecião era, talvez, um dos mais importantes justamente por ser amigo íntimo de Nero, fator nada desprezível se o propósito era ganhar o maior acesso ao príncipe que fosse possível. Aqui, o conceito de *dissimulatio* pensado por Rudich se torna explicativo, já que o conspirador seria obrigado a viver de modo duplo, ou seja, a aparentar uma relação de amizade disfarçando um profundo ódio pessoal e o temor de ser descoberto, algo que certamente impunha grande pressão sobre aqueles indivíduos. Mais militares da Guarda foram recrutados para a conjura (tribunos Grânio Silvano e Estácio Próximo, além dos centuriões Máximo Escauro e Vêneto Paulo). A despeito do número expressivo dos pretorianos envolvidos, somente tribunos e centuriões não eram suficientes para dar andamento a planos tão ousados, o que os levou a

⁸⁹⁵ TÁCITO, *Annales*, 15, 52.

⁸⁹⁶ Cf. p. 180.

⁸⁹⁷ TÁCITO, *Annales*, 15, 50

recrutar o apoio do prefeito Fênio Rufo para a causa⁸⁹⁸. Rufo havia sido eclipsado por Tigelino e seu círculo, a força motriz do governo de Nero a partir de 62, o que nos permite afirmar com absoluta certeza que prevalecia, entre ambos, uma firme rivalidade competitiva na qual Tigelino acabou vitorioso, a perfeita antítese da capacidade que Sêneca e Burro tiveram, anteriormente, de se consorciarem ao poder. Desde aquele ano, Rufo era acusado de ser leal à memória de Agripina, argumento agravado deliberadamente pelo próprio Tigelino, que usava de sua influência junto ao príncipe para alimentar ainda mais a indisposição contra o seu rival.

Tácito se mostra surpreso com o fato de uma mulher liberta, chamada Epícaris, ter se envolvido numa conjura na qual predominavam homens de grande poder, riqueza e *status* social. A liberta, uma amante de Lucano, tentou induzir comandantes da frota de Miseno a aderir à conjura, em especial Volúcio Próculo, homem que demonstrava insatisfação com Nero por ter participado do assassinato de Agripina e ter recebido poucas recompensas por tais ações. Epícaris, porém, falhou nesse intento, o que representava um primeiro perigo para os conjurados, que se apressaram a escolher o momento em que deveriam agir, na época da *Cerealia*, uma festividade de caráter agrícola que se realizava por volta de 19 de abril, quando eram promovidos jogos no *Circus*, atividades apreciadas por Nero e que o obrigariam a deixar a segurança do espaço palaciano, exposição que aumentaria as chances de sucesso do ataque. Pisão, por temer outros *nobiles* competidores, sabia plenamente que sua ascensão ao poder só se efetivaria se fosse capaz de se unir à *familia Caesaris*, de modo que seu objetivo, após matar Nero, seria casar-se com Cláudia Antônia, a viúva de Cornélio Sula Félix, assassinado em 62 e a única filha sobrevivente do imperador Cláudio, um claro esforço de legitimidade para o futuro principado⁸⁹⁹. A conspiração cresceu de tal modo que acabou por desabar sob seu próprio peso e por indecisão de como deveriam matar o príncipe. Foi um dos libertos do senador Flávio Cevino, Milico, que vazou a informação, ávido para ser recompensado, juntamente com sua esposa⁹⁰⁰. Assim, ambos se dirigiram aos Jardins de Servílio⁹⁰¹ e revelaram tudo o que sabiam primeiramente ao liberto Epafrodito, que os conduziu à presença do próprio Nero⁹⁰². A partir dali a conjura foi sendo gradualmente descoberta conforme foram conduzidas as prisões e interrogatórios. As delações subsequentes foram revelando novos nomes, muitos deles

⁸⁹⁸ TÁCITO, *Annales*, 15, 50

⁸⁹⁹ TÁCITO, *Annales*, 15, 53

⁹⁰⁰ TÁCITO, *Annales*, 15, 54.

⁹⁰¹ Jardim que se localizava no caminho para o porto de Óstia, na região do monte Aventino.

⁹⁰² TÁCITO, *Annales*, 15, 55

possivelmente sem qualquer relação com a conjura ou que, no máximo, tiveram consciência de sua existência:

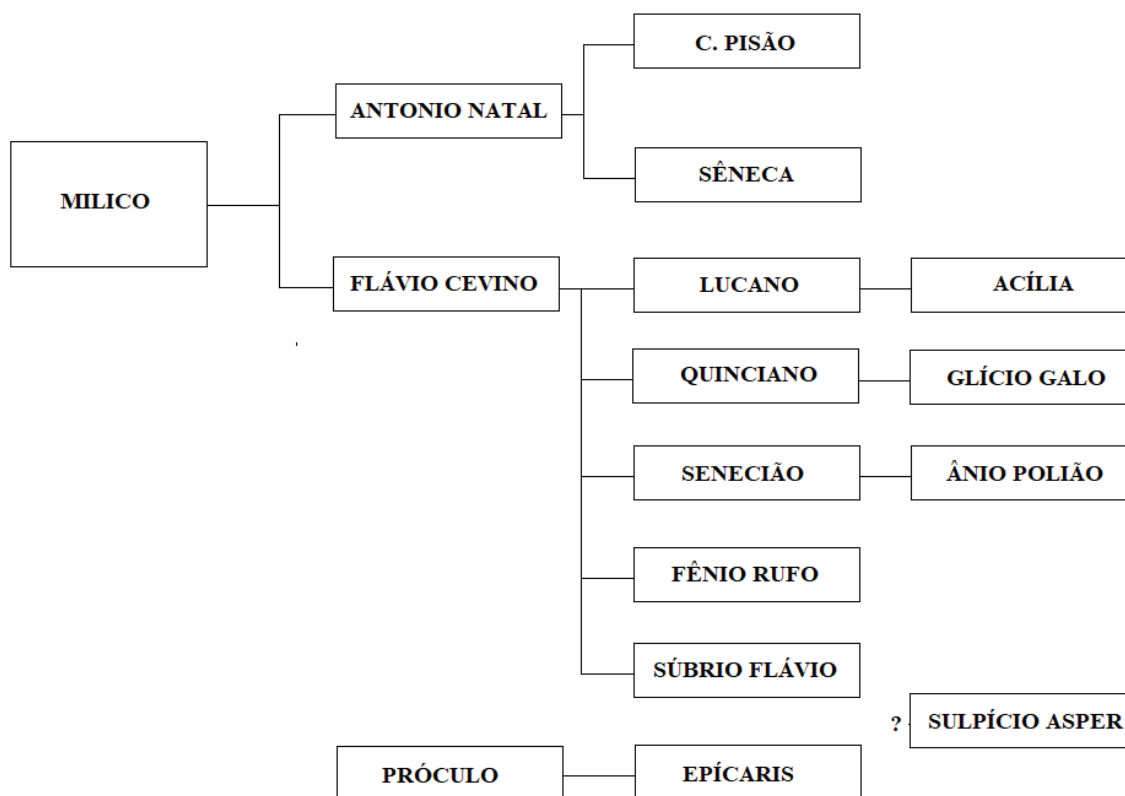


Figura 19: As delações dos conjurados

A partir do quadro acima, vemos a ordem das delações. Pisão e Sêneca optaram pelo suicídio, abrindo suas próprias veias. O primeiro foi censurado por escolher morrer ao invés de se lançar ousadamente contra Nero, fato que Tácito entendeu como covardia da parte de Pisão, imitada por quase todos os demais conjurados. A morte do filósofo, em especial, ocupa espaço considerável no texto de Tácito, certamente por se tratar de uma das vozes intelectuais das mais notáveis, igualmente imbuída de uma *pedagogia do morrer*, questão que o projetou como um êmulo de Sócrates⁹⁰³. Sêneca e Pisão eram conhecidos um do outro e se visitavam com frequência, aspecto também revelador por nos indicar o grau de proximidade e convívio desses

⁹⁰³ TÁCITO, *Annales*, 15, 61-64; DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 25. Paulina, sua esposa, embora disposta, foi impedida de cometer suicídio.

indivíduos, a despeito de pertencerem a círculos aristocráticos distintos, uma evidência da *permeabilidade* daqueles grupos, da *flexibilidade* de suas fronteiras. No relato de Tácito, Sêneca indicou o fato de que sua sobrevivência dependia da preservação de Pisão, uma frase breve que produziu grandes ambiguidades sobre sua participação efetiva ou não na conjuração⁹⁰⁴. A partir das evidências disponíveis, nos parece certo que Sêneca *sabia da existência* da conjura⁹⁰⁵. Porém, mais importante do que isso, é o fato de Tigelino e Popeia Sabina estarem presentes quando Nero decidiu pela morte do filósofo, um detalhe presente na narrativa de Tácito que não pode ser ignorado. Com efeito, acreditamos que o papel do prefeito e de sua influência sobre Nero na decisão de qual seria o destino do filósofo foi fundamental e coerente com as propostas de combate à *adrogantia stoicorum* tomadas até aquele momento, mas somente agora efetivada com toda força, o que foi permitido pela existência da conjuração como justificativa para condenações e mortes em larga escala. Nesse sentido, Tigelino teve participação ativa nos interrogatórios e na repressão que se seguiu à descoberta da conspiração, além do fato de ter estado ao lado do príncipe a todo o momento, certamente exercendo sua influência na condução dos processos e também tomando posição sobre quem perdoar ou condenar. Mas Sêneca não foi o único dos Aneus a perecer. Nos dias e meses subsequentes, Lucano, que escolheu morrer como seu tio, delatou até mesmo sua própria mãe, Acília, Tácito mostra-se indignado pelo fato dos conspiradores, para tentarem salvar suas vidas, delatarem até mesmo seus melhores amigos, a exemplo de Senecião e Quinciano, que expuseram os nomes de Ânio Polião e Glício Galo⁹⁰⁶. O primeiro era filho de um notório conspirador e rebelde que liderou a conjura que matou Calígula e igualmente tentou destruir Cláudio, contexto familiar que pode indicar engajamento real na conjura. Polião foi exilado, mas seu papel na conspiração possui desdobramentos que veremos mais adiante.

A conspiração do ano de 65 teve uma característica incomum diante de outras que se verificaram durante o período imperial: sua extensão foi tamanha que muitos dos envolvidos não imediatamente denunciados, que por sorte não tiveram seus nomes comprometidos por delatores (premiados ou sob tortura), participaram ativamente na repressão a seus antigos companheiros de conjura, num impressionante exercício de *dissimulatio*. O prefeito Fênio Rufo é o exemplo mais expressivo de conspirador que reprimia ferozmente seus antigos companheiros, pois não só disfarçou seus antigos vínculos como também impediu que Súbrio

⁹⁰⁴ TÁCITO, *Annales*, 15, 60.

⁹⁰⁵ Dião Cássio afirmou que Sêneca foi um ativamente um dos conjurados. DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 24

⁹⁰⁶ TÁCITO, *Annales*, 15, 56.

Flávio, um dos conjurados mais ousados (e elogiados por Tácito) matasse Nero durante a condução dos interrogatórios, numa tentativa desesperada de resolver a situação⁹⁰⁷. Rufo, porém, acabou igualmente delatado por Flávio Cevino e executado logo após. O próprio Cevino, a despeito de ter sido um generoso delator, não exatamente se beneficiou de suas confissões e acabou igualmente executado, além de muitos outros que Tácito não identificou os nomes⁹⁰⁸. Maior resistência coube aos militares da guarda. Sulpício Ásper morreu corajosamente, acusando Nero de muitos crimes⁹⁰⁹. Súbrio fez uma contundente confissão, alegações que nos oferecem algumas pistas sobre as razões de tantos pretorianos aderirem à conjura: odiava Nero por ser um *histrião* e *condutor de carros* no circo, além de ser *incendiário* e *assassino da própria esposa e mãe*⁹¹⁰. Súbrio também relevou disputas internas dos conjurados, pois detestava Pisão e chegou a propor a ideia de que, após a morte de Nero, também ele fosse morto e Sêneca aclamado príncipe, sob a alegação de que Pisão também era ator de tragédias, algo não muito diferente do histrionismo de Nero⁹¹¹. Sem dúvida um militar altamente tradicionalista.

A partir das alegações de Flávio Súbrio, podemos tecer algumas conclusões. A conjura de fato aparenta ter nascido entre os militares da Guarda Pretoriana, algo que já ocorrera anteriormente com Calígula. Tanto as acusações de Súbrio quanto de Sulpício nos mostram que os militares buscaram *vingança* contra Nero, sobretudo por guardarem a *memória de Agripina*, a quem se mantiveram fiéis, talvez não todos, mas certamente uma parcela não pequena dos pretorianos, já que a morte da Augusta e de sua protegida na corte, Otávia, nos parecem ser as únicas alternativas que se enquadram satisfatoriamente na categoria de *crimes*⁹¹². No capítulo anterior, analisamos a questão do patronato feminino do exército e de como as mulheres da família imperial atuavam como benfeitoras dos exércitos⁹¹³. Nesse sentido, a conspiração de Pisão seria, dentre outras razões, um *desdobramento* do assassinato da imperatriz, ocorrido em 59. Se Nero havia arcado com o *custo moral* de ordenar a morte de sua mãe, agora arcava com o *custo político* daquela ação. O mesmo não pode ser descartado em relação a Fênio Rufo, igualmente um antigo protegido de Agripina, que além das antigas lealdades somava entre suas insatisfações a posição secundária em relação a Tigelino na chefia

⁹⁰⁷ TÁCITO, *Annales*, 15, 58

⁹⁰⁸ TÁCITO, *Annales*, 15, 70

⁹⁰⁹ TÁCITO, *Annales*, 15, 68.

⁹¹⁰ TÁCITO, *Annales*, 15, 67; DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 24.

⁹¹¹ TÁCITO, *Annales*, 15, 65.

⁹¹² Os demais executados até 65, os Silanos, Plauto e Sula Félix tinham pouca ou nenhuma popularidade entre os exércitos, então é provável que suas mortes não tenham sido fator relevante para os conspiradores.

⁹¹³ Cf. p. 155.

dos pretorianos. Ao desejo de vingança dos militares se somaram os ódios e rivalidades entre o príncipe e certos senadores, causados por insultos pessoais derivados de ridicularização satírica, a exemplo do que ocorre com Agrânio Quinciano. A acusação de *incendiário* nos remete aos eventos do ano anterior, quando Roma ardeu em chamas. As perdas materiais, somadas aos rumores de que Nero foi o promotor da destruição da cidade, podem indicar que os sediciosos realmente acreditaram nos boatos, já que Nero pode, a partir dali, expandir seus planos urbanísticos numa escala ainda maior. A competição por glória poética foi o combustível da participação de Lucano, o único membro do círculo dos Aneus realmente ativo na conjura, ainda mais se dermos crédito ao relato taciteano de que o poeta se viu oprimido pelas interdições de Nero de tornar pública suas composições. Por fim, entre os *nobiles*, a competitividade aristocrática por excelência, já que Pisão realmente concebeu a ideia de substituir Nero no exercício do principado e atuou para tal, oportunidade única que os militares lhe ofereceram e prontamente aproveitada, ainda que sua posição fosse contestável internamente aos conjurados. O histórico de sua família nos indica com clareza que os *Calpurnii Pisones* se transformaram em poderosos pretendentes ao poder imperial e lutaram por tal objetivo por várias gerações. Quando observamos tais questões, a ideia central de Tácito da conjura como uma reação à “tirania de Nero” cai por terra: vingança, ódios pessoais e competição aristocrática pelo poder foram as múltiplas causas do fracassado atentado à vida de Nero⁹¹⁴.

O movimento de repressão aos conjurados tinha outra característica de suma importância que permitia ao poder imperial punir um grande número de indivíduos que fossem vistos como indesejáveis, uma eficiente ferramenta de eliminação de competidores aristocráticos sob pretensa justificativa, aquilo que podemos chamar de *mecanismo de implicação*. Tal mecanismo se baseava no princípio de que qualquer contato com alguns dos condenados já pressupunha, como a própria ideia exprime, numa *condição de suspeição*. Tácito percebeu seu pleno funcionamento nos desdobramentos posteriores à conjura. Assim, era crime ter encontrado fortuitamente ou conversado com um conjurado, ter participado de banquetes ou espetáculos na presença de conjurados, enfim, tudo poderia ser *accipi pro crimini*.⁹¹⁵ E, na busca por implicados, culpados ou não, Tigelino pode operar livremente na eliminação de todos aqueles a quem entendia como seus rivais pessoais, sobretudo os estoicos, que não tiveram, a rigor, qualquer participação efetiva na conjura, salvo Lucano, muito embora seu *status* como

⁹¹⁴ Cizek também observou a possibilidade de setores aristocráticos tradicionalistas, que rejeitavam as inovações simbólicas do principado neroniano, terem aderido à conjura, uma competição, portanto, entre o novo e o tradicional. CIZEK, *op. cit.*, 1982, 259.

⁹¹⁵ TÁCITO, *Annales*, 15, 58.

estoico possa ser amplamente discutido. Através do mecanismo de implicação, se estabeleceu uma repressão particularmente severa sobre os antigos círculos estoicos que estiveram, até aquele momento, próximos a Sêneca e aos Aneus, muito embora não tenham sido os únicos. O senador Décimo Júnio Nívio Prisco e sua esposa Artória Flacila foram exilados, já que ambos eram amigos de Sêneca. Junto a eles, foram igualmente exiladas ou relegadas outras notáveis figuras da intelectualidade romana, nomeadamente Virgínio Flávio e Musônio Rufo, o primeiro um professor de gramática, um dos mestres de Pérsio, o outro o antigo mestre de Rubélio Plauto, que havia retornado a Roma após a execução deste, em 62. Segundo Tácito, foram justamente os preceitos que Musônio ensinava que lhe valeram o exílio, o que converge para a retórica anti-estoica de Tigelino. Aos exilados coube habitar as áridas e despojadas ilhas do Egeu⁹¹⁶, sobretudo Giaro, que Tácito descreveu como “desprovida de vida e cultivos humanos”⁹¹⁷. A conjuração também forneceu a Nero meios de eliminar homens que mantiveram ou mantinham alguma relação amorosa com mulheres que interessavam ao príncipe. Rúfrio Crispino, antigo marido de Popeia Sabina, prefeito do Pretório de Cláudio e membro do círculo de Britânico⁹¹⁸, foi exilado para a Sardenha e lá forçado a se suicidar no ano seguinte⁹¹⁹. Já o cônsul Ático Vestino foi executado por ter se casado com Estatília Messalina, que era amante de Nero e seria sua futura esposa após a morte de Popeia, ainda naquele ano de 65. Tácito reitera que Vestino sabia da relação amorosa entre Estatília e Nero, mas casou-se com ela mesmo assim, ato compreendido como uma provocação ao príncipe⁹²⁰. Não devemos menosprezar o clima de medo e insegurança que se abateu sobre Roma nos dias e meses consecutivos à descoberta da conjura. O episódio da conspiração de Pisão escancara o uso e o abuso de julgamentos *intra cubiculum*, processos que davam a Tigelino e Popeia Sabina amplos poderes de decisão sobre quem deveria viver ou morrer.

Nero permaneceu vivo, mas Tigelino e seu círculo foram os grandes triunfantes naqueles meses após abril de 65. Se o imperador já detinha considerável confiança no prefeito, agora ela era absoluta, aquilo que justamente fora seu objetivo desde o princípio. Em primeiro lugar, vemos Nero reafirmar sua *auctoritas* sobre os pretorianos, não só purgados de seus elementos dissidentes, mas cortejados com mais um *donativum* de dois mil *sestércios* por cabeça, além de gratuidade na distribuição do trigo. Por ter se tratado de uma vasta conjuração, a derrota dos conspiradores não deixou de receber grande visibilidade imagética nas emissões monetárias.

⁹¹⁶ TÁCITO, *Annales*, 15, 71.

⁹¹⁷ TÁCITO, *Annales*, 3, 69. “*insulam Gyarum immitem et sine cultu hominum esse*”.

⁹¹⁸ Cf. p. 139, 153.

⁹¹⁹ TÁCITO, *Annales*, 16, 17.

⁹²⁰ TÁCITO, *Annales*, 15, 68

Três tipagens se destacam naquele período de 65-66, todas elas ligadas à *Securitas*, à *Salus* e ao papel Guardião (*Custos*) de Júpiter (ver Tipos 29, 30 e 31), emissões que Sydenham associou como alusões à conspiração de Pisão⁹²¹.



Figura 20: *Aureus* de Nero e Júpiter Custos (Tipo 31 – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*



Figura 21: *Aureus* de Nero e *Salus* (Tipo 29 – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

Embora Tácito tenha exposto um número considerável de conjurados ou supostos conjurados executados ou exilados, o autor romano também pôs em evidência aqueles que permaneceram leais ao príncipe. Após convocação do Senado, receberam especial distinção

⁹²¹ SYDENHAM, E. *op. cit.*, 1982, p. 118-120

Públio Petrônio Turpiliano, consular no ano de 61, Marco Coceio Nerva, que era pretor⁹²² e o próprio Tigelino, os três agraciados com a concessão da *ornamenta triumphalia*. Nerva e Tigelino, em especial, teriam estátuas suas erigidas no palácio imperial. Outro aristocrata a receber distinção com foi Caio Ninfídio Sabino. Todos eles revelam uma profunda articulação aristocrática a serviço de Nero, na qual o prefeito detinha incontentável papel de liderança. Turpiliano era membro do círculo dos Vitélios e havia governado a Britânia. Vimos que Aulo Vitélio era um fervoroso apoiador de Nero, conforme o julgamento prévio do pretor Antístio por *maiestas*⁹²³. Nerva é um nome novo no relato taciteano relativo ao período neroniano, o futuro príncipe aclamado após a morte de Domiciano, em 96. *Amicus* próximo de Vespasiano e dos Flávios, igualmente consorciados aos Vitélios, o futuro imperador que emergiu como campeão senatorial em sua velhice após o assassinato de Domiciano, com efeito, teve uma notável progressão política em sua carreira e, podemos dizer, foi um *verdadeiro sobrevivente*, de certa maneira um camaleão de múltiplas cores, um homem que soube conduzir a si mesmo num ambiente competitivo de forma magistral, considerando que a cada mudança de principado um número expressivo de antigos colaboradores era eliminado. Após a morte de Nero, o leal Nerva sobreviveu ao turbilhão dos anos 69-70 e a todos os Flávios, além de ter sobrevivido, após sua aclamação, a outro conspirador da família dos Pisões, conforme vimos anteriormente. Ainda assim, os anos antecedentes ao seu governo nos mostram um homem muito distante daquele ideal senatorial que a historiografia posterior construiu em torno de sua figura, louvado por Tácito como aquele que soube equilibrar o Principado e a *libertas*. Aliás, é notável o silêncio de Tácito sobre a participação de Nerva como aliado de Nero nos *Annales*, justamente porque suas honras triunfais significaram a destruição de um bom número de senadores e nobres. Nerva demonstrou ser, igualmente, um fiel colaborador de Domiciano nos anos subsequentes, outro alegado tirano, postura que nos revela um homem pragmático que soube competir magistralmente no ambiente dos círculos aristocráticos, mudando suas alianças sempre que necessário, evitando ser morto no processo e ainda alcançando o próprio principado como coroação de uma longa trajetória política.

Já Ninfídio Sabino é um bom exemplo de emergente nos mesmos termos de Tigelino e Cossutiano Capito, homem que galgou cada oportunidade que a proximidade com o poder lhe forneceu e, no processo, se tornou um habilidoso competidor político. No caso, a queda de tantos aristocratas abriu espaço para sua atuação, embora Tácito não mencione qual foi

⁹²² PIR² C 1227.

⁹²³ Cf. p. 226.

exatamente seu papel na repressão aos conjurados. Sabino alegava ser um filho bastardo de Calígula⁹²⁴ e seu perfil agradou a Nero de tal forma que o fez chefe dos pretorianos, já que o posto de Fênio Rufo estava vago, dividindo a chefia da Guarda com Tigelino. Com efeito, este último havia encontrado um adversário à altura, pois após a morte de Nero, em 68, foi Sabino o articulador de sua queda, além de ter usado sua suposta paternidade imperial como justificativa linhagística para pleitear sua aclamação junto aos pretorianos. Porém, foi morto pelos soldados que comandava, que optaram pelas garantias de Galba⁹²⁵.

Os últimos meses do ano de 65 foram marcados pela morte de Popeia Sabina e por novos expurgos promovidos por Nero contra membros de círculos aristocráticos que via como perigosos, condenações que podem ser considerados desdobramentos da conspiração de Pisão. Popeia, que estava grávida outra vez, morreu possivelmente por complicações da gestação, muito embora Tácito e Dião Cássio afirmem que Nero a agrediu, afirmações questionáveis pela sua posição anti-neroniana⁹²⁶. A morte da imperatriz abriu caminho para o terceiro casamento de Nero, com Estatília Messalina, viúva do executado cônsul Ático Vestino, união que também foi publicamente celebrada com emissões monetárias que enfatizavam a retórica da *Concordia*, conforme vimos no capítulo 2⁹²⁷ (Tipos 28 e 36). Ainda assim, a morte de Popeia foi profundamente lamentada por Nero, que deificou tanto a mãe quanto sua filha nascida em 63 e morta logo após (Tipo 22).



Figura 22: AE de Nero e Popeia (Tipo 21b – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*

⁹²⁴ TÁCITO, *Annales*, 15, 72.

⁹²⁵ PLUTARCO, *Vida de Galba*, 9-14.

⁹²⁶ TÁCITO, *Annales*, 16, 6; DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 27.

⁹²⁷ Cf. p. 93.



Figura 23: *AE* de Diva Cláudia e Diva Popeia (Tipo 22 – ver Apêndice I)

Créditos: *wildwinds.com*



Figura 24: *AE* de Nero e Estatília Messalina (Tipo 27 – ver Apêndice I)

Créditos: Roman Provincial Coins Online

Porém, a narrativa de Tácito prossegue muito mais focada na exposição de novas condenações à morte. O ambiente de intensa repressão permitiu um grande acirramento da competitividade aristocrática, através de dois aspectos: o *mecanismo de implicação* não só permitiu a Nero expandir acusações de *maiestas* contra qualquer suposto sedicioso, como também permitiu o denunciismo e a proliferação de delatores, o que dava margem para vinganças e ódios pessoais se transformarem em uma *stásis* profunda, na qual os aristocratas romanos buscavam destruir uns aos outros sem necessariamente a intervenção do príncipe no processo. Tácito exemplifica o recrudescimento dessa competitividade destrutiva através de Aneu Novato (Júnio Gálio Aniano), o irmão mais velho de Sêneca. Após ao suicídio do filósofo e de Lucano, os Aneus estavam mais fragilizados do que nunca, situação que incitava à ação

seus adversários. Salieno Clemente⁹²⁸, indivíduo ao qual não há informações sobre suas conexões sociais, talvez atrelado de alguma forma ao círculo de Tigelino, acusou diante no Senado Aneu Novato de ser *inimigo público* e um *parricida*, esta última acusação bastante curiosa, já que implica a participação de Novato num possível assassinato de seu pai adotivo, muito embora Tácito não tenha explorado mais atentamente o caso. Foi necessária a enérgica intervenção dos senadores para pacificar a situação⁹²⁹, o que nos mostra até mesmo um esforço institucional na tentativa de limitar os agravantes mais sérios da competição aristocrática. O caso, que terminou inconcluso, é uma prova de que a competitividade social e política se estabelecia para além da tradicional distinção entre público e privado e permeava ambos os níveis sociais. Aneu Novato, porém não sobreviveria por muito tempo.

O mesmo ímpeto dos aristocratas de aproveitar um momento de instabilidade para promover vinganças pessoais também pôs a família do já morto Rubélio Plauto em sérios problemas, já que não dispunham mais de qualquer *escudo social* construído na articulação com outros círculos aristocráticos. Antístia Polita, sua viúva, guardava luto público permanente pela morte de seu esposo. Ao mesmo tempo, seu pai, Lúcio Antístio Veto, dada suas conexões familiares, altamente suspeitas perante o poder imperial, permanecia como alvo fácil para seus adversários políticos, prontos para aproveitarem seu momento de fragilidade. Foi acusado (Tácito não especifica o crime) por um liberto de sua casa, chamado Fortunato, homem financeiramente falido que desejava lucrar com a acusação. Juntou-se ao liberto um antigo desafeto de Veto dos tempos em que governou a Ásia, Cláudio Demiano, preso naquela ocasião por corrupção e, agora, liberado por Nero para buscar sua vingança. Polita, corajosamente, suplicou a Nero pela vida de seu pai, que fora seu companheiro de consulado (em 55), mas tal pedido foi negado. A própria Polita, seu pai Veto e a sogra deste, Séxtia, cometeram suicídio ao abrirem suas veias antes mesmo da condenação, oficializada posteriormente⁹³⁰. Nesse caso, Nero não foi o promotor pessoal da violência, apenas seu beneficiário passivo. A atuação dos delatores e o desejo de ganhos e vinganças cumpriram sua parte no processo num ambiente saturado de competidores que vislumbravam todas as oportunidades que o momento de repressão oferecia. Outros exemplos menores também são oferecidos. Um cavaleiro, Públio Galo, que fora amigo do antigo prefeito Fênio Rufo, também foi acusado por um liberto de um crime não especificado. A relação de *amicitia* forneceu a implicação e o liberto atuou como delator. O resultado foi a pena de interdição de água e fogo para Galo e a recompensa, ainda

⁹²⁸ PIR² S 74

⁹²⁹ TÁCITO, *Annales*, 15, 73.

⁹³⁰ TÁCITO, *Annales*, 16, 10-11.

que pequena, trouxe uma vantagem ao liberto: poderia, a partir daquele momento, se sentar no teatro nas fileiras destinadas a indivíduos de *status* superior. O exemplo anterior de Milico, o de Fortunato e este último nos mostram que os libertos, que mantinham uma relação complexa com seus patronos, poderiam igualmente se beneficiar do momento para obterem sua liberdade definitiva, não mais presos às obrigações que deviam ao seu antigo senhor, ou simplesmente enriquecer, dadas as circunstâncias⁹³¹. Assim, por meio da delação e da repressão aos patronos, obtinham sua verdadeira *emancipação social*.

Ao mesmo tempo, Nero permanecia temendo o formidável poder de competição dos Silanos. Vimos que, entre os conjurados, até Pisão os temia e competia para não perder sua posição para Lúcio Júnio Silano Torquatus⁹³², filho de Marco Júnio Silano, cuja morte foi ordenada por Agripina em 54, logo após a aclamação de Nero⁹³³ e sobrinho de Décimo Silano, morto em 64 pela acusação de distribuir ofícios exclusivos da corte para seus favoritos⁹³⁴. O rapaz, órfão de pai, havia sido criado na casa de Júnio Lépida, sua tia casada com Caio Cássio Longino⁹³⁵, jurista de grande prestígio e, pelo seu *nomen* familiar, descendente da *gens* Cássia, dotada de grande *nobilitas*, homem velho e cego⁹³⁶. Nero, pessoalmente, acusou a todos perante o Senado de *seditione*, pois, supostamente, Lúcio repetia a mesma ação de seu tio, o de distribuir postos da corte a seus favoritos. Caio Cássio foi acusado de reverenciar seu ancestral, o assassino de Júlio César. Quanto a Lépida, acusou-a de incesto com seu sobrinho e de praticar artes mágicas⁹³⁷. Tácito faz o leitor crer que tais crimes eram fictícios, porém o Senado votou pela condenação de todos. Cássio foi exilado para a Sardenha, retornando a Roma somente após a morte de Nero. O destino de Lépida é incerto (provável morte) e Lúcio Silano Torquato, que deveria ser exilado em Naxos, nas ilhas gregas, terminou morto em confronto com os guardas pretorianos que Nero enviou para forçar seu suicídio, *in pugna caderet*, no dizer de Tácito⁹³⁸. O ímpeto de Nero (assim como fora também o de Agripina) para se livrar da competitividade oferecida pelos Silanos resultou na destruição daquela *gens* que, por mais de um século, foi um das mais prestigiadas da *nobilitas* romana. O ramo A daquela família estava, agora, extinto por

⁹³¹ VEYNE, P. *op. cit.*, 2007, p. 96.

⁹³² PIR² I 838.

⁹³³ Cf. p. 162.

⁹³⁴ Cf. p. 239 (Ver círculo II).

⁹³⁵ PIR² C 501.

⁹³⁶ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 37.

⁹³⁷ TÁCITO, *Annales*, 16, 7-8.

⁹³⁸ TÁCITO, *Annales*, 16, 9.

linha masculina. permanecendo apenas Júnio Calvínia, que fora casada com um dos irmãos Vitélios e exilada por forjado crime de adultério com seu irmão nos tempos de Cláudio.

4.5 Oposição estoica?

O ano de 66 foi marcado por novas disputas aristocráticas e por uma nova conspiração desbaratada para tirar a vida de Nero. Aneu Mela, irmão de Sêneca e pai de Lucano, também foi alvo de acusadores, sobretudo pela riqueza que havia acumulado ao longo dos anos exercendo a procuradoria dos assuntos privados de Nero. Aqui, novamente, a competição aristocrática se manifestou contra outro indivíduo pertencente a um círculo sob suspeita do poder imperial, outra oportunidade para delatores talentosos. Mela foi acusado por Fábio Romano⁹³⁹, homem obscuro, antigo amigo de seu filho Lucano e uma carta forjada foi apresentada confessando sua participação na conjuração. O padrão segue o mesmo de casos anteriores: o acusador, que deveria ter alguma rixa pessoal com Mela, acusa-o e obtém sua condenação. Além do próprio Romano, Nero, outra vez, foi beneficiário passivo, assim como Tigelino e Cossutiano Capito, igualmente contemplados no testamento de Mela, que assim esperava salvar uma parte de seu patrimônio. Mela seguiu o mesmo método de morte de Sêneca⁹⁴⁰. Tigelino e Cossutiano Capito estavam mais ricos. Tigelino também articulou a morte de Caio Petrônio, o possível autor do *Satíricon*, com quem abertamente competia na corte de Nero, sobretudo em matéria de luxos e requintes. O prefeito se valeu da amizade que Petrônio cultivara com o senador conspirador Flávio Cevino e, ao mesmo tempo, subornou um escravo para promover a delação. Petrônio, condenado, igualmente abriu suas veias. Diferentemente de Mela, não deixou nenhuma disposição testamentária a favor de Tigelino⁹⁴¹.

Porém, o mais importante daquele momento foi o julgamento dos estoicos Traseia Peto e Quinto Márcio Bareia Sorano, este último um *amicus* do falecido Rubélio Plauto⁹⁴². Segundo Tácito, Cossutiano Capito guardava grande rancor por Traseia Peto, rivalidade competitiva que foi crescendo desde sua condenação por *repetundae* por espoliar os provinciais da Cilícia, em 57, passando pelo caso do pretor Antístio, em 62, ambas ocasiões onde Traseia esteve em franco confronto com Capito. Assim, nasceu uma rivalidade altamente destrutiva. Cossutiano Capito recebeu a ajuda de Tito Clódio Éprio Marcelo, outro orador extremamente habilidoso que, pelo

⁹³⁹ PIR² F 60

⁹⁴⁰ TÁCITO, *Annales*, 16, 17.

⁹⁴¹ TÁCITO, *Annales*, 16, 18-20.

⁹⁴² Ver apêndice II (círculo I)

alinhamento retórico anto-estoico, pode muito bem ser inserido no círculo de Tigelino. Ambos os delatores receberam apoio tácito de Nero, que igualmente desprezava Traseia desde seu protesto contra o assassinato de Agripina, em 59, quando saiu do Senado, deixando clara sua posição e se afastando do então dominante círculo de Sêneca-Burro. Outras queixas contra o senador foram sendo acumuladas no caminho: impediu a uma condenação severa para Antístio em 62; recusou participar dos funerais de Popeia, morta no ano anterior; que desprezava participar os jogos Juvenais de Nero e privilegiava atuar em tragédias em sua terra natal, *Patavium*, com o qual mantinha grande apreço⁹⁴³. Esta última informação por parte de Tácito é reveladora por mostrar as contradições de sua narrativa, os *limites do moralismo taciteano*, já que tanto Nero quanto Pisão, o conspirador, são vistos como histriões por se dedicarem aos palcos, porém Traseia, apesar de fazer o mesmo, é ainda assim, *virtuoso*. Porém, o que contou como acusação formal foi seu afastamento das assembleias senatoriais por mais de três anos, justamente o homem que havia proposto tão eloquentemente a autonomia e a relevância senatorial, o que implicava estar longe da Cúria desde o ano 63, momento em que supostamente teria feito uma reconciliação com Nero na casa de Sêneca, conforme vimos anteriormente⁹⁴⁴.

O julgamento dos dois aristocratas estoicos ocorreu numa atmosfera extremamente tensa entre apoiadores de Capito e Marcelo e os de Traseia e Bareia Sorano, um quadro de conflito civil extremamente agudo. Nero ordenou que várias coortes pretorianas permanecessem a postos nas adjacências da Cúria, o que produziu um ar de intimidação entre os senadores que por ali passavam. Isso já indicava a disposição do que Nero esperava do julgamento, porém, ainda assim, o próprio Senado estava profundamente dividido. A retórica anti-estoica de Tigelino floresceu sobretudo nas acusações de Marcelo contra Traseia: sua ausência dos deveres públicos senatoriais se configurava, segundo o acusador, de *seditione* e *desejo de guerra civil*, portanto um traidor e inimigo público, que *odiava os príncipes* e, no caso dos funerais de Popeia, demonstrava *impiedade* em relação à *consecratio* da falecida imperatriz⁹⁴⁵. Já Bareia Sorano recebeu acusações de Ostório Escápula de que promovia igualmente sedição e interesses contrários aos do príncipe na província da Ásia, região que havia anteriormente governado. Serviu de testemunha contra Sorano um delator, seu antigo cliente e mestre estoico Públio Egnácio Céler que, segundo Tácito, foi subornado para realizar seu depoimento, portanto um *mau estoico*, vil e hipócrita, no juízo do historiador⁹⁴⁶. A filha de Sorano, Servília, foi

⁹⁴³ TÁCITO, *Annales*, 16, 21.

⁹⁴⁴ Cf. p. 238.

⁹⁴⁵ TÁCITO, *Annales*, 16, 27-29.

⁹⁴⁶ TÁCITO, *Annales*, 16, 32.

igualmente acusada de consultar ilegalmente astrólogos e realizar artes mágicas para prejudicar Nero. Para comprometer ainda mais Sorano, Servília era casada com o conspirador Ânio Polião, exilado no ano anterior por participação na conjura de Pisão⁹⁴⁷. Marcelo explorou retoricamente o julgamento moldando-o conforme o contexto da época de Júlio César, na qual o príncipe era ameaçado pelo zelo sedicioso de um Catão, o Jovem e, mesmo já exilado Cássio Longino, o jurista cego, os “êmulos de Bruto” ainda deveriam ser severamente punidos. Traseia Peto, Bareia Sorano e Servília foram condenados à morte. Mas outras condenações se seguiram: Helvídio Prisco, genro de Traseia, e Pacônio Agripino, o filósofo, foram exilados⁹⁴⁸. O ritual da morte de Traseia seguiu o exemplo de Sêneca: optou por abrir suas veias e realizar uma libação a *Júpiter Libertador* na presença de Demétrio, o filósofo cínico (que também seria banido, logo após). Cossutiano Capito e Éprio Marcelo, com aquelas condenações, obtiveram lucros estonteantes pelo caso ter sido uma acusação de *maiestas* bem sucedida: cada um deles recebeu a quantia de cinco milhões de sestércios, Ostório Escápula um milhão e o posto de questor⁹⁴⁹. Cossutiano Capito estava, além de vingado, muito rico.

A morte e o exílio de aderentes do estoicismo merecem aqui atenção mais detalhada, já que, a partir dos anos 65-66 até a morte de Domiciano, em 96, ou seja, num período de trinta anos, se verifica uma particular animosidade contra esses indivíduos, causadas por razões diversas, aquilo que recebeu o nome na historiografia de “oposição estoica” ao governo dos príncipes, ou, também, “perseguição aos filósofos”, uma tese surgida no século XIX nas obras do historiador Gaston Boissier na qual um grupo de indivíduos, dotados de um *alto senso de moralidade*, os “mártires estoicos”, se recusavam a se submeter à *tiranía imperial*⁹⁵⁰. Da ideia original de Boissier surgiram leituras excessivamente apressadas de que os estoicos formariam um bloco de *opositores republicanos* ao poder imperial, já que a trajetória de Traseia Peto, fundamentada na autonomia senatorial, indicaria um suposto desejo de *restauração da velha ordem*, a destituição do principado, leitura anacrônica que foi prontamente criticada por M. Rostovtzeff, nos anos 20, que embora tenha aceitado a ideia de uma oposição estoica, evidenciou, ao mesmo tempo, que ela jamais foi contrária ao sistema imperial em si mesmo, já que as propostas políticas daquela vertente filosófica eram, desde suas raízes gregas, convergentes com a construção da *basileia*, da realeza filosófica, portanto uma corrente

⁹⁴⁷ TÁCITO, *Annales*, 16, 22-31.

⁹⁴⁸ Além do satirista Cúrcio Montano, outra figura cuja trajetória é pouco documentada. Cf. HORNBLLOWER, S.; SPAWFORTH, A; EIDINOW, E. *OCD*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 400.

⁹⁴⁹ TÁCITO, *Annales*, 16, 43-35.

⁹⁵⁰ TOYNBEE, J. M. C. Dictators and Philosophers in the First Century A.D. In: *Greece and Rome*. Vol. 13, nº 38-39, 1944, p. 43.

amplamente anti-republicana em essência. Para o autor russo, a oposição de estoicos ao governo dos Césares se encaixava num quadro mais amplo, de forte oposição senatorial como um todo, sobretudo a imperadores como Vespasiano, recém aclamados e carentes de legitimidade⁹⁵¹. O que justificaria as mortes e exílios de estoicos (e seus correlatos cínicos) era sua postura de pregadores populares, *filósofos de rua*, que agitavam as massas e os possíveis perigos de seus discursos centrados na retórica da *tiranía*⁹⁵². As críticas a essa ideia de oposição centrada no estoicismo, porém, foram ainda mais amplas nas décadas posteriores.

Em tempos recentes, houve um questionamento à própria existência de uma *oposição estoica*. Nessa linha, Griffin pontuou em seus trabalhos que as repressões imperiais não distinguiram estoicos de não estoicos, a exemplo de Plauto, que era estoico, e de Sula Félix, que não era aderente de nenhuma doutrina filosófica, mortos simultaneamente no ano de 62. Assim, segundo a autora, estoicos foram condenados por *razões políticas* independentemente das doutrinas que optavam em seguir, muito embora Griffin reconheça que as ideias estoicas estavam claramente *sob suspeição*. Ainda assim, mesmo que houvesse da parte de Plauto, Traseia ou Musônio Rufo *desaprovação* ao governo de Nero, isso não significava necessariamente *oposição*⁹⁵³. Na contramão de Griffin, na defesa de uma oposição estoica, está Ronald Syme. O historiador neozelandês viu em Traseia Peto e seus associados verdadeiros *herdeiros* dos “nobres romanos” do período tardo-republicano, Catão e os *Liberatores*, que atuaram politicamente orientados por doutrinas morais, estoicas e epicuristas, em busca da *libertas* de seu grupo político, algo que Traseia também fez nos termos de seu próprio tempo⁹⁵⁴. De nossa parte, a partir das fontes, nos parece razoável pensar que há, de fato, uma oposição estoica durante aquele período de trinta anos, muito embora, por ser um fenômeno complexo e mutável, permaneceremos centrado nos anos de Nero. Porém, tanto Griffin quanto Syme apresentam algumas ideias que não são necessariamente opostas.

Devemos, antes de mais nada, compreender que os estoicos nunca foram *oposicionistas ativos* de Nero, jamais atuaram em confronto direto com o imperador⁹⁵⁵ e, como analisamos no capítulo 3, pertenceram efetivamente à regência capitaneada por Sêneca que controlou a corte do príncipe em seu período de juventude. Vimos, na questão do *quinquennium Neronis*, que os

⁹⁵¹ ROSTOVTZEFF, M. *op. cit.*, 1957, p. 114.

⁹⁵² *Ibid.*, 1957, p. 115.

⁹⁵³ GRIFFIN, M. *op. cit.*, 1984, p. 171-173.

⁹⁵⁴ SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 557-558.

⁹⁵⁵ No caso do pretor Antístio, a intervenção de Traseia não inocentou o réu, apenas abrandou sua pena. Nero, ainda assim, tomou aquilo por ofensa por não poder exercer sua *clementia* publicamente. Foi um episódio claramente competitivo, mas que não se configura como ação ativa contra Nero.

autores estoicos fizeram questão de reiterar, posteriormente, sua relação apenas com os anos “bons” de Nero, portanto forma de apologia por participação como colaboradores diligentes daquele príncipe⁹⁵⁶. Portanto, não foram *apenas* opositores. Também enfatizamos anteriormente que, no episódio da conspiração de Pisão, não houve nenhum estoico envolvido entre os conjurados, salvo Lucano, que se engajou não por convicção filosófica, mas por vingança e competição pessoal, o que dá razão às ideias de Griffin. Nos desdobramentos daquela fatídica conjura, os estoicos condenados não se lançaram à revolta, mas aceitaram resignadamente a morte que lhes foi imposta.

Há, porém, uma *oposição moral* ao príncipe que não pode ser negada. Isso explica a simbólica saída de Traseia do Senado em 59 quando Agripina foi executada, e posteriormente seu desaparecimento por completo do ambiente senatorial entre 63 e 66. Os atos de Traseia Peto, em contrariedade às ações violentas de Nero, não passavam pela participação em conjuras, mas se fundamentavam no *desengajamento político*, oriundo da *desaprovação moral*. Estamos falando, portanto, de uma *oposição passiva* às ações de Nero e, também, ao grupo de Tigelino, que claramente os venceu no disputado processo competitivo da corte. O afastamento como fórmula de protesto é um tipo de oposição que Cizek notou aproximar grandemente Sêneca e Traseia⁹⁵⁷. Ao mesmo tempo, o ato final de ambos, o de realizar libações a *Júpiter Libertador*, parece realmente invocar a ideia de *libertas*, não em um sentido político, como nos diz Syme, que viu no senador um êmulo dos antigos *Liberatores*, mas sim como *liberdade interior*, filosoficamente concebia e magistralmente expressa numa afirmação de Traseia conservada por Dião Cássio: “Nero pode me matar, mas não pode me ferir”⁹⁵⁸. Temos, assim, um perfil distinto daquele ativo, conjuratório, que mobilizou *nobiles*, equestres e militares dispostos à ação espetacular e violenta. Mas, ainda assim, uma oposição. Outro aspecto que deve ser lembrado é o de que não podemos ver sob o rótulo de “oposição estoica” um bloco fechado de oposicionistas, já que o exemplo de Públio Egnácio Céler, o delator de Barea Sorano, nos mostra que estoicos também poderiam colaborar com Cossutiano Capito e Nero em franca contrariedade aos interesses de Traseia e seu grupo. O retrato de mau estoico creditado a ele é juízo pessoal de Tácito, algo que fica claro nos anos subsequentes, sob Vespasiano, quando Céler foi processado por Musônio Rufo com claro propósito de vingar Barea Sorano e sua família. Naquela ocasião, Demétrio, o cínico, que fora justamente amigo de Traseia e Sêneca,

⁹⁵⁶ Cf. p. 185.

⁹⁵⁷ CIZEK, E. *op. cit.*, 1982, p. 235.

⁹⁵⁸ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 61, 15.

saiu em defesa de Céler⁹⁵⁹, uma inegável evidência de que estoicos, apesar de suas doutrinas, também poderiam competir politicamente entre si e se dividir em diferentes campos de atuação.

Ao mesmo tempo, Tigelino, como afirmamos nas páginas acima, foi o grande estimulador de ações que visavam os estoicos, o criador da retórica da “*stoicorum adrogantia*”, que em grande medida foi parte de seu projeto político de criação de animosidades. Era uma *retórica de oportunidade*, com o objetivo de garantir sua posição de destaque junto a Nero, uma estratégia competitiva para sobreviver politicamente na corte. Ao promover um *perigo iminente dos sediciosos* (que, ironicamente, não foram os estoicos), Tigelino tornou aqueles indivíduos filosoficamente engajados em alvos prediletos para acusadores e delatores, que viram neles uma grande oportunidade (competitiva) para ganhar prestígio e riqueza, aquilo que seu genro, Cossutiano Capito, fez com grande habilidade em conjunto com muitos outros. Se até 65 as ideias de Tigelino foram apenas retóricas, a conspiração de Pisão deu a oportunidade para transformá-las em prática, algo agravado pelo fato de que os estoicos, embora não fossem eles próprios conjurados, tinham entre suas conexões sociais muitos dos conspiradores ativos, o que, a princípio, deu razão a Tigelino, já que o mecanismo de implicação permitia arrolar muitos indivíduos como conspiradores, falsos ou verdadeiros. Foram, dessa maneira, *vítimas indiretas* da repressão que se seguiu. As ideias de desconfiança promovidas por Tigelino em relação aos filósofos e seus associados se difundiram de tal maneira que passaram a pautar os rumos dos principados seguintes, sobretudo a partir de Vespasiano, algo que, talvez, nem mesmo o próprio Tigelino poderia imaginar.

4.6 O fim do Principado de Nero

Em meio às crescentes tensões entre círculos aristocráticos, Nero recebeu em Roma a grande comitiva de Tiridates, que seria entronado rei cliente da Armênia após o fim das hostilidades com os partos no oriente. Foram realizadas grandes festividades com toda a pompa, segundo Tácito, que afirmou ter sido uma oportunidade para Nero ocultar suas ações⁹⁶⁰. Ainda assim, a permanência do rei na Cidade foi acompanhada por multidões e celebrações de todo o tipo, sobretudo no Fórum, ricamente decorado, onde Nero pôs o diadema sobre a cabeça de Tiridates⁹⁶¹, fechando assim o *dia dourado* de Roma⁹⁶². No final do ano de 66, Nero deu início

⁹⁵⁹ TÁCITO, *Histórias*, 4, 40.

⁹⁶⁰ TÁCITO, *Annales*, 16, 23-24.

⁹⁶¹ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 63, 1.

⁹⁶² CHAMPLIN, E. *op. cit.*, 2003, p. 140.

ao seu *tour* pela Grécia, viagem que foi realizada com o propósito de participar das competições atléticas e artísticas das cidades gregas, o que fez Dião Cássio lamentar o fato de que ilustres romanos se dirigiram à Grécia para fazer guerra, Nero iria para ser histrião⁹⁶³. As emissões monetárias locais registraram o *adventus* de Nero em Patras e outras cidades, além de ter recebido dos gregos o título de Júpiter (ou Zeus) libertador (Tipos 33, 34 e 35). Não sabemos em que contexto exato, já que o relato taciteano termina incompleto no livro XVI, mas em algum momento entre o julgamento de Traseia e Sorano e sua partida para o solo helênico, houve a descoberta de uma nova conspiração, extremamente mal documentada, já que sabemos de sua existência apenas por uma menção fortuita de Suetônio, que distinguiu a conjura de Pisão daquela que teria sido movida por Ânio Viniciano a partir da cidade de *Beneventum*⁹⁶⁴. Não há uma cronologia organizada para esses eventos, mas sabemos que foi uma conspiração bem menor em proporção do que aquela liderada por Pisão. Contudo, sua descoberta levou à ruína do círculo de Domício Corbulão, o festejado general que havia triunfado no oriente sobre armênios e partas.

Ânio Viniciano⁹⁶⁵ era genro de Domício Corbulão e havia lutado na Armênia sob o comando de seu sogro enquanto comandante (*legatus*) da *V Legião Macedônica*, destacando-se, inclusive, como negociador nas conversações realizadas com o rei Tiridates que resultaram no acordo de paz⁹⁶⁶. Também participou da escolta daquele rei em sua viagem à Roma⁹⁶⁷. Porém, mais importante que sua carreira militar, era sua ancestralidade e conexões familiares. Viniciano era irmão de Ânio Polião, o marido conspirador exilado de Servília e genro de Barea Sorano⁹⁶⁸. Viniciano e Polião eram filhos de um notório adversário dos Césares, Lúcio Ânio Viniciano, um dos líderes mais reputados da grande conspiração que matou Calígula, em 41. Sob Cláudio, conjuntamente com Escriboniano, planejou uma rebelião na Dalmácia que por pouco não pôs fim ao governo daquele príncipe, mas o fracasso do movimento não deixou outra alternativa senão o suicídio⁹⁶⁹. A trajetória de conspirador não deixou de influenciar, portanto, seus filhos e compreende-se, assim, a razão de Nero temer a delação que revelou o nome de Ânio Polião como conjurador ao lado de Pisão. Mas um genro atrelado a uma família de conspiradores não era o único fator de risco para Corbulão. Sua esposa, Cássia Longina, era

⁹⁶³ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 63, 8.

⁹⁶⁴ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 36.

⁹⁶⁵ PIR² A 700. Ver apêndice II (círculo IV)

⁹⁶⁶ TÁCITO, *Annales*, 15, 28.

⁹⁶⁷ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 62, 23.

⁹⁶⁸ SYME, R. *op. cit.*, 1958, p. 560.

⁹⁶⁹ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 60, 15. A mesma rebelião que vitimou os sogros de Traseia Peto e o meio irmão de Corbulão, Quinto Pompônio Segundo.

filha de Cássio Longino e Júnia Lépidia, portanto atrelado a outros indivíduos que também já haviam sido punidos por conspiração. Longina, inclusive, deu a Corbulão uma outra filha que se tornaria esposa do imperador Domiciano, anos mais tarde. O contexto familiar de Corbulão nos leva a uma questão difícil de ser respondida por conta da falta de documentação. Não sabemos, assim, se Ânio Viniciano deu início a uma conspiração própria, talvez movido pelo desejo de vingança, oriundo do zelo familiar, pelo exílio do irmão e morte de Servília e Barea Sorano, ou se tais conexões familiares apenas lhe tornaram mais um implicado na vasta teia de conjurados supostos ou reais que participaram da conspiração de Pisão, logo mais um de seus inúmeros desdobramentos. Cizek acredita que a conspiração tinha por objetivo elevar Corbulão ao principado, algo perfeitamente plausível por seus méritos militares no oriente⁹⁷⁰.

De qualquer modo, a execução de Viniciano tornou a situação de Corbulão insustentável. Após a morte do conspirador, Nero, que estava na Grécia, acompanhado de Tigelino, convocou Corbulão a se apresentar e, logo após sua chegada em solo grego, foi convocado a se suicidar, ordens que seguiu sem hesitação⁹⁷¹. O caso envolvendo Corbulão nos revela que o fato de ter se tornado um comandante prestigiado, talvez o mais importante de seu tempo, não foi razão principal para sua queda, muito embora, na ótica de Nero, um possível (senão provável conspirador) ter o comando de tantos exércitos certamente seria algo a ser temido. Porém, outras grandes lideranças militares prestigiadas, a exemplo de Suetônio Paulino, que derrotou a rainha Boudica na Britânia, não foram molestados. De certa maneira, o próprio Corbulão, ao aceitar sua condenação, recusou sua condição de *competidor político*, já que tinha tudo para sê-lo.

Ainda em 66, sérios distúrbios na Judéia levaram o governador da Síria, Céstio Galo, a ser fragorosamente derrotado na batalha de Beth Horon. A província se ergueu prontamente em rebelião logo após. Ao saber do levante dos judeus, Nero escolheu para o comando das legiões orientais Vespasiano, que havia acompanhado a comitiva do príncipe em seu *tour* pela Grécia⁹⁷². Esta é, com efeito, uma informação importante. Vespasiano e seu irmão, Flávio Sabino⁹⁷³, foram durante muito tempo clientes dos Vitélis. Assim como seus patronos, estiveram mais próximos de Nero a partir dos anos 60-61, atuando em consonância com o emergente círculo de Tigelino. Tal proximidade lhe rendeu bons frutos e sua presença entre os seletos acompanhantes de Nero ao território grego nos mostra o quanto sua influência havia aumentado. Nesse sentido, a queda de Corbulão foi amplamente benéfica para Vespasiano, já

⁹⁷⁰ CIZEK, *op. cit.*, 1982, p. 268.

⁹⁷¹ DIÃO CÁSSIO, **História Romana**, 63, 17.

⁹⁷² SUETÔNIO, **Vida de Vespasiano**, 4.

⁹⁷³ Ver apêndice II (círculo V).

que, se tivesse vivido, Corbulão teria sido a escolha natural para o comando no oriente. Desse modo, é muito provável que Tigelino tenha sido o arquiteto da nomeação de Vespasiano para aquele comando, de forma que a condenação de Corbulão naquele exato contexto pode não ter sido questão de coincidência. Os Flávios, nesse sentido, representam outro grupo cujo talento competitivo era dos mais notáveis: naqueles anos de 60-68, souberam se afastar gradualmente dos Vitéllos, algo que se tornou possível através da aproximação com Tigelino. Ao mesmo tempo, também foram capazes de se afastar do então perigoso círculo dos estoicos, já que Tácito nos informa que Vespasiano era amigo de Traseia e Bareia Sorano⁹⁷⁴. Um feito, sem dúvida, impressionante.

Após Nero realizar seu percurso pelos jogos e competições, recebendo aclamações e até mesmo propondo a construção de um canal no istmo de Corinto, o retorno à Roma se deu entre o final de 67 e o início de 68. O liberto Hélio, o mesmo que havia sido um dos responsáveis pelos envenenamentos promovidos por Agripina⁹⁷⁵, havia permanecido na Cidade como autoridade máxima no período de permanência de Nero na Grécia. Por temer novos conspiradores, Hélio pressionou pelo retorno do príncipe⁹⁷⁶. Enquanto Tigelino esteve com Nero na Grécia, Ninfídio Sabino teve tempo suficiente para consolidar seu comando sobre a Guarda Pretoriana e garantir a queda de seu rival, tal qual este havia feito com Fênio Rufo. Ainda naquele ano de 68, Nero estava em Nápoles quando recebeu a notícia de que Júlio Vindex havia se revoltado na Gália⁹⁷⁷. Era o começo do fim de seu principado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que as aristocracias romanas da época do Principado eram pautadas por um profundo senso de competitividade sócio-política herdado de seus ancestrais do período republicano, fator decisivo quando observamos as instabilidades associadas ao regime do Principado. Para tanto, partimos de um pressuposto fundamental sobre a natureza das elites romanas, oligárquicas desde suas origens, a despeito de sua permanente renovação, de que jamais se constituíram de modo homogêneo ou interligadas a qualquer noção de classe social no sentido contemporâneo do termo. Elites igualmente competitivas enquanto traço fundamental de sua visão de mundo, de sua cultura política de matriz republicana, traços

⁹⁷⁴ TÁCITO, *Histórias*, 4, 7.

⁹⁷⁵ Cf. p. 136, 162.

⁹⁷⁶ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 63, 19.

⁹⁷⁷ SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 40.

que indicavam as origens de Roma enquanto *cidade-estado* dotada de uma estrutura político-social que lhe era particular e que se tornou cidade global a partir do processo expansionista que lhe deu o controle do mundo mediterrânico. De suas bases republicanas, ergueu-se uma nova estrutura de poder, o Principado, regime político autocrático que flertou com as realidades helenísticas do oriente, mas incapaz de assumir efetivamente tal forma, pois seus elementos republicanos ainda se faziam presentes e, sobretudo, condicionavam a elite a ver seu papel participativo ainda como uma realidade concreta, o que dava àquele tipo de governo características tão singulares, de nuances que dificilmente podem ser entendidas sob rótulo generalizador de *monarquia*. Naquele sistema, complexo e inclinado à violência, o príncipe exercia um poder no mínimo contraditório, mas que ainda assim funcionava sob intensa pressão e contestação daquelas aristocracias sempre prontas a indicar aos príncipes sua inerente contradição. Por ser um sistema aberto, bastava a um candidato ao sumo poder possuir os devidos recursos e as necessárias redes de apoio aristocrático para fazer valer sua reivindicação ao Principado, nem que fosse pela via conspiratória.

Durante a vigência do Principado, as elites romanas também cumpriram papel fundamental no sentido de estabelecer barreiras às ações políticas do *princeps*, cujos poderes, conforme vimos, estavam longe de qualquer similaridade com noções de *monarquia absolutista* ou de *poderes ilimitados*, aspectos que a historiografia tão insistentemente pôs em evidência durante tanto tempo, de Gibbon até os dias atuais. No lugar de um pretense imperador que tudo podia, vimos com mais clareza variados e fluidos círculos aristocráticos que competiam entre si em vários níveis, seja para alcançar as antigas e prestigiadas magistraturas ou, também, para exercer domínio sobre os espaços cortesãos, uma evolução da *domus* privada do príncipe e, junto a ele, determinar políticas e rumos para o Império Romano. Nessa ótica, Nero não tomava decisões sozinho, não realizava apontamentos para postos administrativos a partir de considerações puramente individuais, mas seguia conselhos ou indicações de seus *amici* e aliados próximos, num sistema que empregava relações patronais, sem, contudo, anular outras redes e círculos aristocráticos que se articulavam *fora da corte*, de maneira autônoma. É claro que, nesse processo, o patronato imperial se tornava objeto de disputa e competição por parte dos círculos aristocráticos, que criavam meios para ascender ou derrubar seus adversários. Nesse sistema, delegar e compartilhar poderes era inevitável. Ao mesmo tempo, a busca pela proximidade para com o imperador estimulava um tipo de competição que poderia ganhar contornos dramáticos e bastante agressivos.

A partir dessas ideias e de conceito de círculo aristocrático, analisamos as fontes relativas ao principado de Nero e observamos a ascensão e queda de três grandes círculos aristocráticos, em consonância com outros sete que poderiam se alinhar aos círculos dominantes por afinidade ideológica ou por objetivos comuns. Agripina, cuja vida foi marcada por altos e baixos, soube pavimentar seu próprio domínio político ao assegurar a sucessão de Cláudio por seu filho, porém, no interior de sua própria rede patronal, emergiram aqueles que seriam seus adversários e que prontamente lhes marginalizaram na corte, embora não pudessem removê-la completamente por razão de sua condição de Augusta, numa disposição competitiva que não mais permitiu manter o poder de decisão que tanto desejava. Assim, ironicamente, o sucesso de Agripina catapultou os grupos estoicos ao poder de tutelar o jovem e inexperiente Nero. Vieram, portanto, a reboque da imperatriz e se estabeleceram às custas de seu declínio. O sucesso do círculo dos Aneus, ao lado do prefeito Afrânio Burro, aproximou outros círculos estoicos do poder, já que compartilhavam de uma linhagem comum. Nesse ínterim, propuseram que Nero se tornasse um verdadeiro rei-filósofo, planos materializados no *De clementia* de Sêneca e nas concepções de realza de Musônio Rufo. Contudo, a natureza instável da aristocracia (justamente porque competitiva) se revelou mesmo com aqueles círculos buscando apaziguar formas mais virulentas de competição. As acusações de conspiração, que envolviam o temido crime de *maiestas*, buscavam instrumentalizar os poderes repressivos do príncipe para vingança pessoal, ódios e rancores, elementos inseparáveis do processo competitivo. A atuação de delatores, uma prática de longa duração na cultura política desde a República, levava a competição a um patamar ainda mais grave, a uma *stásis* ainda mais profunda, sobretudo porque estavam atreladas à possibilidade de obtenção de lucros caso fossem bem sucedidas, algo que sempre implicava em risco para quem o fazia, já que as penas por calúnia poderiam ser igualmente severas.

O progressivo amadurecimento de Nero e sua busca por autonomia decisória, parte das razões que o levaram a ordenar a morte de Agripina, também impuseram visíveis mudanças. Estava claro que o príncipe não exatamente desejava seguir os caminhos políticos traçados pelos estoicos e seu desejo de criar um principado distinto dos existentes até então mudaram os rumos da corte. A morte da imperatriz desmoralizou e conseqüentemente fragilizou os estoicos, que foram competitivamente suplantados pelo emergente prefeito Tigelino. Este, por sua vez, de origens consideravelmente obscuras, ascendeu socialmente graças aos interesses em comum que compartilhava com Nero. Tigelino, que dependia inteiramente de Nero para sua própria sobrevivência política, articulou seu círculo de aliados conjuntamente com seu genro, o orador

Cossutiano Capito, outro emergente sem distinções aparentes. Nos anos finais de Nero, a ação conjunta de ambos promoveu o conflito como arma de sustentação política, ao mesmo tempo em que setores da aristocracia, encorajados pela crise do grande incêndio de 64, promoveram uma conspiração em larga escala, sem sucesso, no ano seguinte. O fracasso da conjura de Pisão criou um ambiente repressivo favorável para delações, vinganças pessoais e eliminação de desafetos, lutas políticas que não envolviam somente o príncipe e seu aparato repressivo, mas igualmente as aristocracias. Ao mesmo tempo em que conspiradores tramavam o fim de seu governo, Nero inovava na construção de um principado caracterizado pela promoção ideológica de simbolismos solares e helenísticos, pautado pela emulação de tradições atléticas e artísticas de origem grega, elementos altamente controversos diante do tradicionalismo de certos setores da aristocracia romana, setores estes aos quais pertencia Tácito.

Embora as propostas de um principado teomórfico (mas não teocrático) tenham sido uma tentativa de superar as ambiguidades intrínsecas do sistema do principado ao instituir um regime político que flertava com a monarquia (mas nunca chegou a sê-lo de fato), isso não impediu que as contestações aristocráticas permanecessem. A competição pelo sumo poder girava apenas em torno do príncipe e das famílias de maior prestígio que constituíam a *nobilitas*, dotadas de ancestralidade ilustre e orgulho da tradição inerente ao seu *nomen*, isso quando não ligadas à própria família imperial. Os *Iunii Silanii*, *Calpurni Pisones*, *Cornelii Sullae* e *Rubelii Plauti* constituíam uma formidável elite aristocrática, altamente competitiva com os Júlio-Claudianos, até mesmo quando não o desejavam, caso dos Silanos. A morte violenta de Calígula por conspiradores, a elevação irregular de Cláudio e a rebelião de Escriboniano, que pelo relato de Dião Cássio quase levaram o velho príncipe a renunciar⁹⁷⁸, nos mostram que a substituição daqueles imperadores oriundos da linhagem direta de Augusto era um horizonte plenamente plausível para os conspiradores aristocratas e estes se mobilizaram para isso também sob Nero. A conspiração de 65, que embora não tenha começado como uma conjura de *nobiles*, mas sim de militares em busca de vingança por Agripina, logo se transformou em uma com o acréscimo de Pisão e sua esperança de dar início a um novo principado. Os temores de Nero de perder o poder para um Pisão ou para um Silano eram reais e isso explica a intensidade da repressão que se seguiu à conjura. Cláudio sobreviveu a uma grande rebelião aristocrática, Nero não foi capaz de sobreviver à revolta de Vindex. A aclamação de Sérvio Sulpício Galba é singular nesse sentido, o homem que depôs Nero, o último Júlio-Claudiano, naquele ano de 68. Relativamente isolado em sua província hispânica e contando inicialmente apenas com uma única legião,

⁹⁷⁸ DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 60, 15.

diante das dezenas que Nero ainda comandava, algo que impressiona por sua aparente implausibilidade. Assim, a falência do principado neroniano não estava de forma alguma pré-determinada, nem era inevitável, já que esta é, em essência, a retórica de autores como Tácito: um golpe ousado de competitividade aristocrática (Syme o chamou de *ambição senil*⁹⁷⁹) somada a erros em sequência cometidos por Nero, sobretudo pelo descuido com as legiões do Reno⁹⁸⁰, que acabaram por dirigir seu apoio a outro possível candidato ao Império, seu comandante Lúcio Vergínio Rufo, que recusou a oferta. Galba, porém, de contestador competitivo do poder imperial, se tornou ele próprio contestado, aquela difícil posição que antes coube a Nero. Assim como seu predecessor, igualmente não sustentou seu principado diante de novos golpes de competitividade aristocrática. Assim foi até o sucesso de Vespasiano, que só pode se alçar à condição imperial graças ao estímulo que sua carreira recebeu por Cláudio e Nero.

Justamente abaixo desses *nobiles*, vinham as aristocracias emergentes, aquelas que competiam não pelo principado (embora o caso do emergente Vespasiano tenha aberto essa possibilidade, posteriormente), mas por acesso ao Príncipe e desejo de pautar suas políticas. É o caso do provincial Sêneca, aliado de primeira ordem de outros emergentes provinciais gauleses, Afrânio Burro e seu sogro, Pompeu Paulino. A mesma origem provincial e o pertencimento à ordem equestre eram elementos que criavam solidariedades patronais. Era uma elite dinâmica que, apesar de não possuir ancestralidade ilustre, poderia ser imensamente mais rica e do que qualquer *nobilis*. Ainda assim, quando olhamos para aqueles círculos as elites neronianas, vemos que o perfil delas ainda era *predominantemente itálico*. Dos círculos estoicos, somente o de Sêneca representava solidamente provinciais, só que grandemente restritos a hispânicos e gauleses narbonenses. Todos os demais, salvo a indefinição da origem de Domício Corbulão, nos mostram aristocratas nascidos em solo itálico. Ainda assim, o processo de ascensão dos provinciais estava em marcha. Públio Egnácio Céler, o estoico que delatou Bareia Sorano, era originário de Berytus, na Fenícia. O seu exemplo nos mostra outra tendência nessa ascensão de provinciais, a presença de gregos e orientais entre as elites romanas, outro fenômeno que já estava em marcha, mas que no período neroniano ainda se restringe ao grande corpo dos libertos imperiais, a exemplo de Palas, Calisto e outros nomes a serviço da *domus* de Cláudio e Nero. Os libertos da corte atuavam como competidores dotados de um grande senso de orgulho em relação a sua condição, de maneira que podem ser muito bem considerados como aristocratas, dada sua riqueza e poder de patronizar figuras

⁹⁷⁹ SYME, R. *op. cit.*, 1989, p. 280.

⁹⁸⁰ *Ibid.*, 1989, p. 280.

importantes. Narciso, por exemplo, concedeu *beneficia* a Vespasiano. Palas foi capaz de ser patrono de Agripina antes de seu casamento com Cláudio, quando a situação se inverteu. Eis, portanto, os modos da competição aristocrática nos tempos de Nero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

APIANO. **Roman History**. Vol. I. Trad. de Horace White. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1972.

APIANO. **Roman History**. Vol. III: The Civil Wars, Books 1-3.26. Trad. de Horace White. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1913.

CALPÚRNIO SÍCULO. **Minor Latin Poets**. Vol. I Trad. De J. Wight Duff e Arnold M. Duff. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1934.

EUTRÓPIO; AURÉLIO VÍCTOR, **Breviario/Libro de los Césares**. Trad. de Emma Falque. Madri: Gredos, 2008.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1985.

DIÃO CÁSSIO. **Roman History**. Vol.VI- VIII. Trad. de Earnest Cary, Herbert B. Foster. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1917.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Roman Antiquities**. Vol. II-III. Trad. de Earnest Cary. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1939.

CÍCERO. Da República. In: **Os pensadores**. Trad. de Amador Cisneiros. São Paulo: Abril Cultural, 198º, p. 137-180.

CÍCERO. **Brutus**. Trad. de Olavo Vinícius Barbosa de Almeida. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas – USP), 2014.

CIL. **Corpus Inscriptionum Latinarum**. Berlim: Akademie Verlag, 1863-.

FLÁVIO JOSEFO. **Jewish Antiquities**. Vol. IX. Trad. de Louis H. Feldman. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1965.

GROAG, E; STEIN, A. **Prosopographia Imperii Romani**. 2ª Edição. Vol. 1-7. Berlim: Walter De Gruyter, 1933-.

HOMERO, **Ilíada**. Vol. I. Trad. de Haroldo de Campos. São Paulo: Benvirá, 2010.

- JUSTINIANO. **Digesto**. Vol. I e IV. Trad. de Alan Watson. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- JUVENAL; PÉRSIO. **Satires**. Trad. de G. G. Ramsay. Londres: William Heinemann, 1928.
- JUVENAL. **Sátiras**. Trad. de Francisco Antônio Martins Bastos. Rio de Janeiro: Ediouro: sem data.
- LUCANO. **Farsália**: cantos de I a V. Trad. de Brunno G. Vieira. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- MANÍLIO. **Astronômicas**. Trad. de Marcelo Vieira Fernandes. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas – USP), 2006.
- MARCIAL, **Epigrams**. Vol. I. Trad. de Walter C. A. Ker. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1919.
- MUSÔNIO RUFO. **Dissertationes/Fragmentos menores**. Trad. de Paloma Ortiz García. Madri: Gredos, 1995.
- OVÍDIO, **Cartas pônticas**. Trad. de Geraldo José Albino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PETRÔNIO. **Satíricon**. Trad. de Cláudio Aquati. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- PLATÃO, **República**. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian
- PLÍNIO. **Natural History**. Vol. I-X. Trad. de H. Rackham. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1938.
- POLÍBIO. **História**. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.
- PSEUDO-SÊNECA. **Otávia**. Trad. de Zélia de Almeida Cardoso. São Paulo: Madamu, 2021.
- SALÚSTIO. **Fragments of the Histories. Letters to Caesar**. Trad. de John T. Ramsey. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 2015.
- SIG. **Sylloge Inscriptionum Graecarum**. Berlim: Lipsiae, 1915.
- PLUTARCO. **Vida Paralelas**. Vol. II e V. Tradução de Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, 1992.
- POTTER, D. S; DAMON, C. **Senatus Consultum de Cn. Pisone Patre**. Trad. de Cynthia Damon. In: **The American Journal of Philology**. Vol. 120, nº 1, 1999, p. 13-42.

SÊNECA; SALÚSTIO. **Tratado sobre a clemência, A conjuração de Catilina, A guerra de Jugurta**. Trad. de Ingeborg Braren e Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990.

SÊNECA. **Cartas a Lucílio**. Trad. de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2014.

SÊNECA. **Moral Essays**. Vol. I. Trad. de John Basore. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1928.

SÊNECA. Apocoloquintose. In: **Os pensadores**. Trad. de Giulio Davide Leoni. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.249-260.

SÊNECA. **Cartas** consolatórias. Trad. de Cleonice Furtado van Raij. Campinas: Pontes, 1992.

SÊNECA. **On Benefits**. Trad. de Miriam Griffin e Brad Inwood. Chicago: Chicago University Press, 2011.

SÊNECA. **Natural Questions**. Trad. de Harry M. Hine. Chicago: Chicago University Press, 2010.

SUETÔNIO. **Lives of the Caesars, Lives of Illustrious Men: Grammarians and Rhetoricians. Poets. Lives of Pliny the Elder and Passienus Crispus**. Vol. I-II. Trad. de J. C. Rolfe. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1914.

TÁCITO. **The Histories, The Annals**. Vol. I-IV. Trad. de Clifford Moore e John Jackson. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1962.

TÁCITO. **Anais**. Trad. de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro: Ediouro, sem data.

TÁCITO. **Agrícola, Germania, Diálogo sobre los oradores**. Trad. de J. M. Requejo. Madri: Gredos, 1981.

TITO LÍVIO. **História de Roma**. Vol. I. Trad. de Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, 1989.

TREBÉLIO PÓLIO. **História Augusta**. Trad. de David Magie. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1998.

VELEIO PATÉRCULO. **Compendium of Roman History. Res Gestae Divi Augusti**. Trad. de Frederick W. Shipley. Cambridge: Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1924.

VELEIO PATÉRCULO. **História Romana**. Trad. de Maria Asunción Sánchez Manzano. Madri: Gredos, 2001.

Bibliografia:

ADCOCK, F. E. **Roman Political Ideas and Practice**. Michigan: Michigan University Press, 1972.

ALFÖLDY, G. **Historia Social de Roma**. Madri: Alianza Editorial, 1987.

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANTIQUERA, M. Aurélio Victor e o *quinquennium Neronis*. In: História Unisinos. Vol. 15, nº 3, 2011, p. 437-445.

ARENDT, H. **O que é política?** São Paulo: Bertrand Brasil, 2021.

BASTIANINI, G. Lista dei prefetti d'Egitto. In: **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**. Bd. 17, 1975, p. 263-328.

BARROS, J. A. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BAUMAN, R. A. **Crime and Punishment in Ancient Rome**. Londres: Routledge, 2004.

BEARD, M. **SPQR**: Uma história da Roma Antiga. São Paulo: Crítica, 2017.

BÉDOYÈRE, G. **Domina**: The Women Who Made Imperial Rome. Londres: Yale University Press, 2018.

BELCHIOR, Y. K. **Tácito e o principado de Nero**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História - UFOP), 2012.

_____. Ordem imperial e fronteiras, sob Nero, nos Anais de Tácito. In: **Temporalidades**. Vol. 3, nº 2, 2011, p. 127-144.

_____. Boatos, opinião pública e assassinatos políticos: o caso de Júlio César. In: **Codex: Revista de Estudos Clássicos**. Vol. 7, nº 1, 2019, p. 78-91.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J; SIRINELLI, J. F. (Orgs.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.

BORG, B. E. **Roman Tombs and the Art of Commemoration**: Contextual Approaches to Funerary Customs in the Second Century CE. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BOWERSOCK, G. W. **Greek Sophists in the Roman Empire**. Oxford: Clarendon Press, 1969.

BURKE, P. **O que é história cultural?** São Paulo: Zahar, 2004.

BRANDÃO, J. L. L. A *Ekphrasis suetoniana* da *domus aurea*. In: OLIVEIRA, F; TEIXEIRA, C; DIAS, B. P. (Orgs.). **Espaços e paisagens**: antiguidade clássica e heranças contemporâneas. Vol. 1 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 223-230.

BRANDÃO, J. F; LEÃO, D. O Principado de Augusto. In: BRANDÃO, J. L; OLIVEIRA, F. (Orgs.). **História de Roma Antiga**. Vol. II. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 13-46.

BRAREN, I. **Da clemência de Sêneca**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas – USP), 1985.

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982.

BRUNT, P.A. *Lex de Imperio Vespasiani*. In: **The Journal of Roman Studies**. Vol. 67, 1977, p 95-116.

_____. *The Fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

BURNETT, A; AMANDRY, M; RIPOLLES, P. P. **Roman Provincial Coinage**. Vol. I. Londres: The British Museum Press, 2015.

CAMPOS, C. E. C. O *princeps* Otávio Augusto e a sua trajetória no poder romano: considerações sobre suas funções no consulado e no senado (I AEC – I EC). In: **Diálogos Mediterrânicos**, nº 16, 2019, p. 5-21.

CAMERON, A. The Date and Identity of Macrobius. In: **The Journal of Roman Studies**. Vol. 56, Pts. 1-2, 1966, p. 25-38.

CARDOSO, Z. A. **A literatura latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

CARVALHO, M. M. História, presságios memoráveis e a morte do imperador Juliano na obra de Amiano Marcelino (390-392 D.C.). In: **História (São Paulo)**. Vol. 39, 2020, p. 1-18.

CHAMPLIN, E. **Nero**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

CORASSIN, M. L. Sêneca entre a colaboração e a oposição. In: **Letras Clássicas**, nº 3, 1999, p. 275-285.

CORRÊA, L. P. **Da Apoteose à *Damnatio Memoriae***: as virtudes e os vícios do imperador Cláudio segundo “A Apocoloquintose do Divino Cláudio” de Sêneca (século I d.C.). Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – UFPR), 2011

COSTA JUNIOR, C. L. J. **Princeps sapiens et Clemens**: estoicismo e teoria política nos tempos de Nero a partir do tratado *De clementia* de Sêneca (54-68 d.C.). Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História - UFPR), 2018.

_____. Império e imagem do poder na Antiguidade Tardia: o 'De regno', de Sinésio de Cirene, entre o 'Dominato' e o Principado. In: **Romanitas**. nº 17, p. 70-90.

COOPER, J. **Pursuits of Wisdom**: Six Ways of Life in Ancient Philosophy from Socrates to Plotinus. Princeton University Press, 2012.

CIZEK, E. **Nerón**. Paris: Fayard, 1982.

COULANGES, F. A **Cidade Antiga**. Curitiba: Hemus, 2000.

DE LA VEGA, M. J. H. **El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

_____. **Las emperatrices romanas**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012, p. 17.

DIAS, M. Q. Entre *senatores* e *principes*: formas historiográficas e atuação política no Principado. In: **Romanitas**, nº 7, 2016, p. 104-125.

DRINKWATER, J. **Nero: Emperor and Court**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

EHRHARDT, M. **O arquiteto social**: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *Historia Magistra Vitae*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História - UFPR), 2008.

ECK, W. The *Prosopographia Imperii Romani* and the Prosopographical Method. In: CAMERON, A. **Fifty Years of Prosopography: The Later Roman Empire, Byzantium and Beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 11-22.

_____. Imperial Administration and Epigraphy: In Defense of Prosopography. In: BOWMAN, A; COTTON, H; GOODMAN, M; PRICE, S. (Orgs.). **Representations of Empire: Rome and the Mediterranean World**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 131-152.

_____. Celerius, Procurator Asiae, und Tac., Ann. 13,1. In: CHASTAGNOL, A; DEMOUGIN, S; LEPPELEY, C. (Orgs.). **Splendidissima civitas: Études D'Histoire Romaine en Hommage à François Jacques**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, p. 67-78.

ESTEVES, A. Díon Cássio: um Historiador no Reino de Ferro. In: SEBASTIANI, B; RODRIGUES JUNIOR, F; COSTA E SILVA, B. **Problemas de Historiografia Helenística**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 193-207.

FARIAS JÚNIOR, J. P. Cultura Política na Antiguidade. In: **Espaço Acadêmico**, nº 97, 2009, p. 59-64.

FAVERSANI, F. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. In: **Mare Nostrum**, Vol. 4, nº 4, 2013, p. 100-111.

_____. *Quinquennium Neronis* e a ideia de um bom governo. In: **Phônix**. Vol. 20, nº 1, 2014, p. 158-177.

_____. Estado e Sociedade no Alto Império Romano. Ouro Preto: Editora UNIFOP, 2012.

FLOWER, H. **Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

FREITAS, J. V. **O crimen maiestatis e o principado romano (27 a.C. – 68 d.C.): conflito, competição e representação**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFOP), 2021.

FRIGHETTO, R. **Antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). In: **Anos 90**. v. 22, nº 42, p. 239–272.

FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2006.

FINLEY, M. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. **La Economía en la antigüedad**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. **Politics in the Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GALINSKY, K. **Augustan Culture: An Interpretative Introduction**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GALLIVAN, P. Some comments on the Fasti for the reign of Nero. In: **The Classical Quarterly**, New Series. Vol. 24, nº 2, 1974, p. 290-311.

GALLIVAN, P. The Fasti for the Reign of Claudius. In: **The Classical Quarterly**. Vol. 28, nº 2, 1978, p. 407-426.

GARRAFFONI, R. **Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas**. São Paulo: Annablume, 2005.

GELZER, M. **The Roman Nobility**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. Ed. Abreviada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GILL, C. A Escola no período imperial romano. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estoicos**. São Paulo: Odysseus, 2006.

GINSBURG, J. Nero's Consular Policy. In: **American Journal of Ancient History**. Piscataway: Georgia Press, 2017, p. 51-68.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GOLDSWORTHY, A. In the Name of Rome. New Haven: Yale University Press, 2016.

GONÇALVES, A. T. M; OLIVEIRA, R. S. A ordem astral: a ação do princeps Otávio Augusto pela legitimidade do seu poder. In: **Hélade**. Vol. 3, nº 1, 2017, p. 10-25.

GRIFFIN, M; INWOOD, B. Introduction. In: SENECA, L. A. **On Benefits**. Chicago: University of Chicago Press, 2011, p. 1.

GRIFFIN, M. **Nero: The End of a Dynasty**. Nova York: Routledge, 1984.

_____. **Seneca: a Philosopher in Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

_____. Claudius in Tacitus. In: **The Classical Quarterly**. Vol. 40, nº 2, 1990, p. 482-501.

GRIMAL, P. **El Siglo de Augusto**. Madri: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

_____. Le De Clementia et la royauté solaire de Nerón. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, ano 116, nº 1, 1972, pp. 225-229.

_____. **História de Roma**. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. **Sénèque ou la conscience de l'empire**. Paris: Fayard, 1991.

_____. **Sénèque: as vie, son oeuvre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948

GUARINELLO, N. Nero, o estoicismo e a historiografia. In: **Boletim do CPA**. Campinas, nº 1, 1996, p. 53-64.

_____. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, P. P; SILVA, M. A. (Orgs.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume, 2009.

GUARINELLO, N. JOLY, F. Ética e ambiguidade no Principado de Nero. In: BENOIT, H; FUNARI, P. **Ética e política no mundo antigo**. São Paulo: FAPESP-UNICAMP, 2001.

HADOT, P. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. São Paulo: É Realizações, 2014.

HANSEN, M. **Polis: An Introduction to the Ancient City-States**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HAMMER, D. The Roman Republic and the Crisis of American Democracy: Echoes of the Past. In: **Polis** (Brill), nº 95, 2020, p. 95-122.

HAMMOND, M. *Res olim dissociabiles: Principatus ac libertas: Liberty under the Early Roman Empire*. In: **Harvard Studies in Classical Philology**. Vol. 67, 1963, p. 93-113.

HAYNES, H. **The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome**. Los Angeles: University of California Press, 2003.

HEINZ, F. Introdução. In: HEINZ, F. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7-16.

HENDERSON, B. W. **The Life and Principate of the Emperor Nero**. Londres: Methuen e Co, 1903.

HIJMANS JR. B. L. Review: L'époque de Néron et ses controverses idéologiques by E. Cizek. In: **Mnemosyne**. Fourth Series, Vol. 31, Fasc. 1, 1978, p. 102-107.

HILL, H. *Nobilitas* in the Imperial Period. In: **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. Bd. 18, H. 2, 1969, p. 230-250.

HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and Empire**. Abingdon: Routledge, 2005.

HOPKINS, K; BURTON, G. Ambition and Withdrawal: the Senatorial Aristocracy under the Emperors. In: **Death and Renewal: Sociological Studies in Roman History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 120-200.

HORNBLOWER, S; SPAWFORTH, A; EIDINOW, E. **The Oxford Classical Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

JOLY, F. D. **Tácito e a metáfora da escravidão**. São Paulo: Edusp, 2004.

JOLY, F. D; FAVERSANI, F. Tácito, sua Vida de Agrícola, e a competição aristocrática no Alto Império Romano. In: **Mnemosine**. Vol. 4, nº 1, 2013, p. 133-147.

JOLY, F. D; FAVERSANI, F. Os Júlio-Cláudios. In: In: BRANDÃO, J. L; OLIVEIRA, F. (Orgs.). **História de Roma Antiga**. Vol. II. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 79-96.

JOHNSON, A; COLEMAN-NORTON, P. R; BOURNE, F. **Ancient Roman Statutes**. Austin: University of Texas Press, 1961.

KEAVENEY, A. **The Army in the Roman Revolution**. Nova York: Routledge, 2007.

KONSTAN, D. A amizade no mundo antigo. São Paulo: Odysseus, 2005.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. São Paulo: Zahar, 1986.

LA ROCCA, E. Staging Nero: Public Imagery and the Domus Aurea. In: BARTSCH, S; FREUNDENBURG, K; LITTLEWOOD, C. (Orgs.). **The Cambridge Companion to the Age of Nero**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 195-212.

LE ROUX, P. **Império Romano**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEME, A. **O pensamento político de Suetônio em “A vida dos doze Césares” (séc. II d.C.): a crítica ao poder absoluto do príncipe romano**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História - UFPR), 2015.

LEVICK, B. **Claudius**. Londres: Bastford, 1990.

LIMA NETO, B. M. Ascensão social e conflitos políticos na África Proconsular: o caso dos *Aemilii* e os *Sicinii* em Oea (séc. II d.C.). In: **De Rebus Antiquis**. Nº 7, Ano VII, 2017, p. 69-85.

LINTOTT, A. **The Constitution of the Roman Republic**. Oxford: Clarendon Press, 1999.

LOURENÇO, F. **Les idées politiques et morales de Pline l’Ancien**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

MCDERMOTT, W. C. Sextus Afranius Burrus. In: **Latomus**. T 8, Fasc. 3/4, p. 229-254.

MARTINS, P. **Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto**. São Paulo: Edusp, 2011.

MARROU, H. I. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Aster, sem data.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTHEWS, J. **Roman Perspectives: Studies in Political and Cultural History of the First to Fifth Centuries**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2010.

MENDES, N. M. Política e Identidade em Roma Republicana. In: FUNARI, P. P; SILVA, M. A. (Orgs.). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V; MENDES, N. M. (Orgs.). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Vitória: Mauad, 2006, p. 21-52.

MILLAR, F. The Roman City-State under the Emperors, 29 B.C.-69 A.D.. In: COTTON, H. M; ROGERS, G. M. (Orgs.). **Rome, the Greek World, and the East: the Roman Republic and**

the Augustan Revolution. Vol. 1. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, p. 360-376.

_____. **The Emperor in the Roman World**. Londres: Duckworth, 1977.

_____. Triunvirate and Principate. In: **The Journal of Roman Studies**. Vol. 63, 1973, p. 50-67.

_____. The Emperor, the Senate and the Provinces. In: **The Journal of Roman Studies**. Vol. 56, 1966, p. 156-166.

MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MONTEIRO, L. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da sociologia e da história. In: **Sociedade e Cultura**, vol. 12, nº 1, 2009, p. 25-32.

MOSCA, G. **Elementi di Scienza Politica**. Turim: Fratelli Bocca Editori, 1923.

NICOLET, C. O cidadão e o político. In: GIARDINA, A. (Org.). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 21-48.

NOREÑA, C. F. **Imperial Ideals in the Roman West: Representation, Circulation, Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

OLIVER, R. Tacitean “Nobilitas”. In: **Illinois Classical Studies**. Vol. 3, 1978, p. 238-261.

OPPER, T. **Nero: the Man Behind the Myth**. Londres: The British Museum Press, 2021.

STADLER, T. O. **Império Romano em cartas**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. **Por uma noção de história em Plínio, o velho (Séc. I d.C.)**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – UFPR), 2015.

MODANEZ, H. S. **História da República Romana**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOMMSEN, T; DEMANDT, B; DEMANDT, A. **A History of Rome under the Emperors**. Nova York: Routledge, 1992.

MOMMSEN, T. **History of Rome**. Vol. 4, Partes 1 e 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MURRAY, O. The ‘Quinquennium Neronis’ and the Stoics. In: **Zeitschrift für Alte Geschichte**. Bd. 1, H 1, 1965, p. 41-61.

PEACOCK, D. The Roman Period. In: SHAW, I. (Org.) **The Oxford History of Ancient Roman Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 414-436.

PETIT, P. **Pax Romana**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1976.

PETERSEN, L. H. The Baker, His Tomb, His Wife, and Her Breadbasket: The Monument of Eurysaces in Rome. In: **The Art Bulletin**. Vol. 85, nº 2, 2003, p. 230-257.

POLLINI, J. Burning Rome, Burning Christians. In: BARTSCH, S; FREUNDENBURG, K; LITTLEWOOD, C. (Orgs.). **The Cambridge Companion to the Age of Nero**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 213-236.

ROSENSTEIN, N. **Imperatores Victi**: Military Defeat and Aristocratic Competition in the Middle and Late Republic. Los Angeles: University of California Press, 1990.

ROSILLO-LOPEZ, C. **Public Opinion and Politics in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ROSTOVITZ, M. **The Social and Economic History of the Roman Empire**. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1957.

RUDICH, V. **Political Dissidence under Nero**: The Price of Dissimulation. Nova York: Routledge, 1993.

RUTLEDGE, S. **Imperial Inquisitions**: Prosecutors and Informants from Tiberius to Domitian. Londres: Routledge, 2001.

SAILOR, D. **Writing and Empire in Tacitus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SALLER, R. **Personal Patronage Under the Early Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SANTORO L'HOIR, F. **Tragedy, Rhetoric, and Historiography of Tacitus' *Annales***. Michigan: Michigan University Press, 2006.

SARAIVA, F. R. **Dicionário latino-português**. Belo Horizonte: Garnier, 2006.

SEBASTIANI, B. Lideranças e crises da democracia antiga em Heródoto, Tucídides, Xenofonte e Políbio. In: **Ágora**. Vol. 23, 2021, p. 11-32.

SHERK, R. K. **The Roman Empire**: Augustus to Hadrian. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SHOTTER, D. **Nero**. Londres: Routledge, 1997.

SILVA, G. V. Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado. In: **Politeia**. Vol. 1, nº 1, 2001, p. 29-51.

SILVA, C. F. P; LEITE, L. R. Reinventing the concept of homo novus in Rome: Cicero as Horace's role model. In: **Tópoi**. Rio de Janeiro, v. 21, nº 45, 2020, p. 602-619.

SOUZA, D. M. R. **As cortes de justiça senatorial e imperial na cidade de Roma nos relatos de Tácito e Plínio, o jovem** (séculos I-II d.C.). Tese de doutorado (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP), 2019.

STEWART, Z. Sejanus, Gaetulicus and Seneca. **The American Journal of Philology**. Vol. 74, nº 1, 1953, p. 70-85.

SUTHERLAND, C. H. V; R. A. G. CARSON. **Roman Imperial Coinage**. Vol. I. Londres: Spink Books, 1984.

SYME, R. **Roman Papers**. Vol. I-VI. Oxford: Clarendon Press, 1979-1991.

_____. **La Revolución Romana**. Madri: Crítica, 2011.

_____. **Tacitus**. Vol. I-II. Oxford: Clarendon Press, 1958.

_____. **The Augustan Aristocracy**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

SYDENHAM, E. **The Coinage of Nero**. Nova York: Sanford J. Durst, 1982.

TACOMA, L. Roman Elite Mobility Under the Principate. In: WEES, H; FISCHER, N. (Orgs.). **Aristocracy in Antiquity: Redefining Greek and Roman Elites**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2015, p. 125-146.

_____. **Roman Political Culture: Seven Studies of the Senate and City Councils of Italy from the first to the Sixth Century AD**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

TALBERT, R. **The Senate of Imperial Rome**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

TÖPFER, K. M. The Empress and her relationship to the Roman army. In: **Propylaeum**. Heidelberg, 2013, p. 1-7. Disponível em: <https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/volltexte/2013/1996>

TOYNBEE, J. M. C. Dictators and Philosophers in the First Century A.D. In: **Greece and Rome**. Vol. 13, nº 38-39, 1944, p. 43-58.

TUCHMAN, B. **A prática da história**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

VENDRAMINI, D. S. Movilidad Social en el Imperio Romano Tardío. In: RODRIGUEZ, G. (Org.). **Cuestiones de Historia Medieval**. Vol. 1. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – Universidad Católica Argentina, 2011, p. 57-88.

_____. Paideia y poder imperial en Amiano Marcelino. In: **Espaço Plural**. Ano 15, nº 30, 2014, p. 48-61.

VENTURINI, R. L. B. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. In: **Acta Scientiarum**. Vol. 23, 2001, p. 215-222.

VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÉS, P; DUBY, G. **História da vida privada**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Sexo e Poder em Roma**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Sêneca e o estoicismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

_____. **O Império greco-romano**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009

_____. **Pão e circo**. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. A história conceitual. In: LE GOFF, J; NORA, P. (Orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 64-88.

VIZENTIN, M. **Imagens do poder em Sêneca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

WALLACE-HADRILL, A. *Civilis Princeps*: Between Citizen and King. In: **The Journal of Roman Studies**. Vol. 72, 1982, p. 32-48.

_____. The Roman Imperial Court: Seen and Unseen in the Performance of Power. In: DUINDAM, J; TÜLAY, A; KUNT, M. (Orgs.). **Royal Courts in Dynastic States and Empires: A Global Perspective**. Vol I. Leiden: Brill, 2001, p. 91-102.

_____. The Imperial Court. In: BOWMAN, A; CHAMPLIN, E; LINTOTT, A. (Orgs.). **The Cambridge Ancient History**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 283-308.

WEES, H; FISCHER, N. The Trouble with Aristocracy. In: WEES, H; FISCHER, N. (Orgs.). **Aristocracy in Antiquity: Redefining Greek and Roman Elites**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2015, p. 1-58.

WEES, H. Rivalry in history: an introduction. In: FISHER, N; WEES, H. **Competition in the Ancient World**. (Orgs.) Swansea: The Classical Press of Wales, 2011, p. 1-32.

WIEDEMANN, T. E. J. Tiberius to Nero. In: BOWMAN, A; CHAMPLIN, E; LINTOTT, A. (Orgs.). **The Cambridge Ancient History**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 198-241.

WINTERLING, A. A Loucura imperial na Roma Antiga. In: **História (São Paulo)**. Vol. 31, nº 1, 2012, p. 4-26.

_____. **Caligula**. Berkeley e Los Angeles: California University Press, 2011.

WIRSZUBSKI, C. **Libertas as a Political idea at Rome during the Late Republic and Early Principate**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

WOOLF, G. **Roma: a história de um império**. São Paulo: Cultrix, 2017.

_____. **Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ZETZEL, J. E. G. Cicero and the Scipionic Circle. In: **Harvard Studies in Classical Philology**. Vol. 76, 1972, p. 173-179.

APÊNDICE I – CONJUNTO NUMISMÁTICO DO PERÍODO NERONIANO

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
1	 wildwinds.com	TI. CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TRIB. POT. P. P. Busto de Cláudio à direita Tibério Cláudio César Augusto Germanico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Pai da Pátria	NERO CLAVD. CAES. DRVSVS GERM. PRINC. IVVENT. Busto de Nero à esquerda Nero Cláudio César Druso Germanico Príncipe da Juventude	<i>Aureus</i> 50-54 d.C. Sob Cláudio Roma RIC P² 82 BMCRE I 79 Cohen 4 Syd. I, 1
2(a)	 RPC vol. I	NERONI CLAVD. CAES. DRVSO GERM. Busto de Nero à esquerda Nero Cláudio César Druso Germanico	COS. DES. PRINC. IVVENT. Escudo laureado Consul Designado, Príncipe da Juventude	<i>AR Tetradracma</i> 50-51 d.C. Sob Cláudio Éfeso ou Pérgamo RIC P² 121 RPC I 2225 BMC 236 Cohen 82 Syd. IX(a), 1
2(b)	 wildwinds.com	NERONI CLAVDIO DRVSO GERM. COS. DESIGN. Busto de Nero à direita Nero Cláudio Druso Germanico Côsul Designado	EQV ESTER OR DO PRINCIPI IVVENT. Escudo e lança Ordem equestre Príncipe de Juventude	<i>AE Sesterius</i> 51 d.C. Sob Cláudio Trácia RIC P² 108 BMCRE I 37, 4 Cohen 99 Syd. IX(b), 6

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
2(c)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAES. DRVSVS GERM. PRINC. IIVENT. Busto de Nero à esquerda Nero Cláudio César Druso Germanico Príncipe da Juventude	SACERD. COOPT. IN OMN. CONL. SVPR NVM. EX. SC. <i>Simpulum</i> sobre Tripode, <i>Lituus</i> sobre <i>Patera</i> Nero, sacerdote eleito para todos os <i>Collegia Sacerdotum</i> (<i>Pontifices</i> , <i>Augures</i> , <i>Quindecenviri Sacrorum</i> , <i>Epulones</i>)	<i>Aureus</i> 50-54 d.C. Sob Cláudio Roma RIC I ² 76 BMCRE I 84 Cohen 311 Syd. IX(c), 7
3	 RPC Vol. I	BPETANNIKOC KAICAP Busto de Britânico à direita Britânico César	NEPOC KAIC. Busto de Nero à direita Nero César	<i>AE</i> 50-54 d.C. Sob Cláudio Pérgamo RPC I 2371 Syd. II
4	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. IMP Busto de Nero à direita Nero César Augusto Imperador	PONTIF. MAX. TR. P. II P. P. Pontífice Máximo, Poder Tribunício II vezes, Pai da Pátria. Coroa Cívica EX S.C. Decreto do Senado	<i>Aureus</i> 55-56 d.C. Roma RIC I ² 8 BMCRE I 9 Cohen 204 Syd. X, 2

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
5	 RPC Vol. I	NERO CLAVD. DI. CLAVD. F. CAESAR AVG. GERMA. Busto de Nero à direita Nero Cláudio, filho do Divino Cláudio César Augusto Germânico	DIVOS CLAVD. AVGVST. GERMANIC. PATER AVG. Busto do divino Cláudio à direita Divo Cláudio Augusto Germânico, Pai de [Nero] Augusto	<i>AR Dracma</i> 54-68 d.C. Cesareia na Capadócia RPC I 3653 BMC 174 Syd. III, 6
6(a)	 RPC Vol. I	ΑΓΡΙΠΠΕΙΝΑ ΣΕΒΑΣΤΗ Busto de Agripina à direita Agripina Augusta	ΓΑΙΟΥ ΠΟΣΤΟΜΟΥ ΛΑΟΔΙΚΕΩΝ Águia Gaio Póstumo [magistrado] Laodiceia	<i>AE</i> 50-59 d.C. Laodiceia na Frigia RPC I 2918 BMC 174 Syd. IV(a), 18
6(b)	 wildwinds.com	AGRPP. AVG. DIVI CLAVD. NERONIS CAES. MATER Bustos de Agripina e Nero frente a frente. Agripina Augusta, esposa do divino Cláudio, mãe de Nero César	NERONI CLAVD. DIVI F. CAES. AVG. GERM. IMP. TR. P. Nero, filho do divino Cláudio, César Augusto Germânico, Imperador, Poder Tribunício Coroa Cívica EX S.C. Decreto do Senado	<i>Aureus</i> 54 d.C. Roma RIC I 2 3 BMCRE I 2 Cohen 6 Syd. IV(b), 23

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
7	 MANTIS/American Numismatic Society	NERO CLAVD. DIVI CLAVD. F. CAESAR AVG. GERMANI. Busto de Nero à direita Nero Cláudio, filho do Divino Cláudio, César Augusto Germânico	ARME NIAC. Vitória em posição à direita Armeníaco	<i>AR Hemidracma</i> 59-60 d.C. Cesareia na Capadócia RIC I² 616 BMCER I 406 RPC I 3644 Cohen 32 Syd. XI, 1
8(a)	 wildwinds.com	OKTAOYIA ΣΕΒΑΣΤΗ Busto diademado de Otávia à direita Otávia Augusta	HPA ΠΙΕΠΙΝΘΙΩΝ Estátua da Deusa Hera de Samos à esquerda	<i>AE</i> 54-62 d.C. Perinto (Trácia) RPC I 1755 Syd. V(a), 4
8(b)	 wildwinds.com	NERO CLAV. CAES. AVG. IMP. LVPINO VOLVMNIO II Busto de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Imperador Lurino e Volumnio, <i>Duumviris</i>	NERO CLAVD CAES AVG IMP ET OCTAVIA AVGVSTI Bustos de Otávia e Nero frente a frente Crescente e estrela Nero Cláudio César Augusto Imperador e Otávia Augusta	<i>AE</i> Cnossos (Creta) 55-60 d.C. RPC I 1006 Syd. V(b)

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
9(a)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. IMP. Busto de Nero à direita Nero César Augusto Imperador	PONTIF. MAX. TR. P. VII COS. III P. P. Ceres em posição à esquerda empunhando duas espigas de grãos e cetro longo Pontífice Máximo, Poder Tribunício 7 vezes, Cônsul 4 vezes e Pai da Pátria EX. SC. Decreto do Senado	<i>Aureus</i> 60 d.C. Roma RIC I ² 23 BMCRE I 25 Cohen 217 Syd. XIV(a), 1
9(b)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. IMP. Busto de Nero à direita Nero César Augusto Imperador	PONTIF. MAX. TR. P. VII COS. III Marte (ou Virtus) à esquerda, com adaga e lança Pontífice Máximo, Poder Tribunício 7 vezes, Cônsul 4 vezes EX. SC. Decreto do Senado	<i>Aureus</i> 60 d.C. Roma RIC I ² 25 BMCRE I 27 Cohen 219 Syd. XIV(b), 6
9(c)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. IMP. Busto de Nero à direita Nero César Augusto Imperador	PONTIF. MAX. TR. P. VII COS. III P. P. Roma(?) em posição à esquerda e com paramento militar Escudo nas mãos Pontífice Máximo, Poder Tribunício 7 vezes, Cônsul 4 vezes EX. SC. Decreto do Senado	<i>Denarius</i> 60 d.C. Roma RIC I ² 28 BMCRE I 30 Cohen 222 Syd. XIV(c), 14

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
10(a)	 wildwinds.com	NERO CLAV. CAE. AVG. GER. Coruja e altar (Minerva) Nero Cláudio César Augusto Germânico	P. M. TR. P. IMP. P. P. Ramo de Oliveira Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria, Decreto do Senado S. C. Decreto do Senado	<i>AE Quadrans</i> 62-68 d.C. Roma RIC I² 260 Cohen 185 Syd. XV(a), 4
10(b)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. Elmo sobre coluna, lança ao fundo e escudo à direita (Minerva) Nero Cláudio César Augusto	GER. P. M. TRP. IMP. P. P. Ramo de Oliveira Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria S. C. Decreto do Senado	<i>AE Quadrans</i> 62-68 d.C. Roma RIC I² 250 Syd. XV(b), 8
10(c)	 British Museum	NERO CLAV. CAE. AVG. GER. Coruja e altar (Minerva) Nero Cláudio César Augusto Germânico	P. M. TR. P. IMP. P. P. Elmo sobre coluna, lança ao fundo e escudo à direita Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria S. C. Decreto do Senado	<i>AE Quadrans</i> 62-68 d.C. Roma RIC I² 322 Cohen 183 Syd. XV(c), 16, 21

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
11	 wildwinds.com	NERO CAES. AVG. IMP. Busto de Nero laureado à direita Nero César Augusto Imperador	CER. QVINQ. ROM. CO. Mesa decorada sobre o qual repousa urna e coroa de louros Das competições Quinquenais de Roma S. C. Decreto do Senado	<i>AE Semis</i> 62-68 d.C. Roma RIC P 233 BMCRE I 261 Cohen 47 Syd. XVI, 2
12	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	ARA PACIS Altar da Paz com dupla porta S. C. Decreto do Senado	<i>AE As</i> 59-68 d.C. Lugdunum RIC P 458 BMCRE I 361 Cohen 27 Syd. XII, 1
13(a)	 wildwinds.com	NERO CLAVDIVS CAESAR AVG. GERMANIC. Busto de Nero à esquerda Nero Cláudio César Augusto Germânico	PONTIF. MAX. TR. P. IMP. P. P. Nero trajado como Apolo tocando cítara, posição à direita Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	<i>AE As</i> 62-68 d.C. Roma RIC P 81 BMCRE I 235 Cohen 197 Syd. XVII(a), 3

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
13(b)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERMANICV. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico	PONTIF. MAX. TR. POT. IMP. P. P. Nero trajado como Apolo tocando cítara, posição à direita Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria S. C. Decreto do Senado	<i>AE As</i> 64 d.C. Lugdunum RIC P 414 Syd. XVII(b)
13(c)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERMANI. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico	PONTIF. MAX. TR. P. IMP. P. P. Nero trajado como Apolo tocando cítara, posição à direita Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria S. C. Decreto do Senado Exergo em I	<i>AE As</i> 64 d.C. Roma RIC P 205 BMCRE I 254 Cohen 203 Syd. XVII(c), 23
13(d)	 British Museum	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	Sem legenda Nero trajado como Apolo tocando cítara, posição à direita	<i>AE As</i> 62 d.C. Roma RIC P 75 BMCRE I 238 Cohen 354 Syd. XVII(d) 29

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
14(a)	 wildwinds.com	IMP. NERO CAESAR AVG. P. P. MAX. TR. P. P. P. Busto de Nero à esquerda Imperador Nero César Augusto, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Pai da Pátria	GENIO AVGVSTI Gênio do imperador em ato de sacrifício, <i>patera</i> e cornucópia Gênio de Augusto S. C. Decreto do Senado	<i>AE As</i> 66 d.C. Lugdunum RIC P 534 BMCRE I 371 Cohen 104 Syd. XVIII(a), 7
14(b)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	GENIO AVGVSTI Gênio do imperador em ato de sacrifício, <i>patera</i> e cornucópia Gênio de Augusto S. C. Decreto do Senado Exergo em I	<i>AE As</i> 64 d.C. Roma RIC P 215 BMCRE I 251 Cohen 108 Syd. XVIII(b), 11
15(a)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça à esquerda, empunhando adaga e Vitória	<i>Aureus</i> 64-66 d.C. Roma RIC P 54 BMCRE I 81 Cohen 257 Syd. XIX(a), 1

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
15(b)	 wildwinds.com	IMP. NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. XIII P. P. Busto laureado de Nero à esquerda Imperador Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio 12 vezes, Pai da Pátria	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça à esquerda, empunhando lança e Vitória. Armas ao redor S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 67 d.C. Roma RIC P 361 Syd. XIX(b)
15(c)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à esquerda Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça à esquerda, empunhando Vitória e um escudo com a cabeça de Medusa S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 65 d.C. Roma Syd. XIX(c), 33a
15(d)	 SEM IMAGEM	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça, empunhando coroa S. C. Decreto do Senado	<i>AE Dupondius</i> 60-68 d.C. Roma Syd. XIX(d), 34

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
15(e)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça empunhando coroa e adaga S. C. Decreto do Senado	<i>AE Dupondius</i> 62-68 d.C. Roma RIC P² 296 BMCRE I 206 Cohen 280 Syd. XIX(e) 37
15(f)	 Münzkabinett Berlin	IMP. NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. XIII P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Imperador Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio 13 vezes, Pai da Pátria	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça empunhando coroa e lança S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterius</i> 62-68 d.C. Roma RIC P² 365 Cohen 283 Syd. XIX(f), 42
15(g)	 wildwinds.com	IMP. NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. XIII P. P. Busto laureado de Nero à direita Imperador Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio 13 vezes, Pai da Pátria	ROMA (exergo) Deusa Roma sentada sobre couraça, empunhando lança e escudo S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterius</i> 67 d.C. Roma RIC P² 356 BMCRE I 115 Cohen 284 Syd. XIX(g), 43

TIPO	MOEDA - IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
15(h)	 wildwinds.com	IMP. NERO CAESAR AVG. Busto de Nero à direita Imperador Nero César Augusto	PONTIF. MAX. TR. P. P. P. Deusa Roma sentada sobre couraça, empunhando coroa e adaga Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Pai da Pátria S. C. (em exergo) Decreto do Senado	<i>AE Semis</i> 66 d.C. Lugdunum RIC P 554 Syd. XIX(h), 65
16	 British Museum	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à esquerda Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	ANNONA AVGVSTI CERES Deusa Ceres entronada, posição à esquerda, empunhando cetro e espigas de grãos. Diante dela, a Abundância, empunhando cornucópia. Entre elas, altar, <i>modius</i> e a proa de um barco mercante <i>Annona</i> de Augusto, Ceres S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 63-64 d.C. Roma RIC P 138 BMCRE I 129 Cohen 15 Syd. XX, 3
17(a)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	CONG. I DAT. POP. Nero sentado em cadeira curul à esquerda sobre plataforma. A frente, um homem sentado distribui benefícios a um homem, nas escadas, carregando criança. Ao fundo, as estátuas de Minerva e Liberdade Primeiro <i>congiarium</i> oferecido ao povo S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 63 d.C. Roma RIC P 153 Cohen 69 Syd. XXI, 2

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
17(b)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à esquerda Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	CONG. II DAT. POP. R. Nero sentado em cadeira curul à esquerda sobre plataforma. A frente, um homem sentado distribui benefícios a um homem, nas escadas, carregando criança. Ao fundo, as estátuas de Minerva e Liberdade Segundo <i>congiarium</i> oferecido ao povo romano	<i>AE Sesterlius</i> 63 d.C. Roma RIC P 100 Cohen 72 Syd. XXI(b), 6
17(c)	 wildwinds.com	NERO CLAVDIVS CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	CONG. II DAT. POP. Nero sentado em cadeira curul à direita sobre plataforma. Ao seu lado, prefeito militar em pé. Abaixo, soldado e homem togado. Estátua de Minerva ao fundo Segundo <i>congiarium</i> oferecido ao povo romano S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterlius</i> 64-66 d.C. Roma RIC P 160 BMCRE I 139 Cohen 78 Syd. XXI(c), 14
18(a)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	IANVM CLVSIT PACE P. R. TERRA MARIQ. PARTA. Templo de Jano de portas fechadas em posição frontal A paz do Povo Romano por terra e mar. Portas do templo de Jano fechadas	<i>Aureus</i> 65 d.C. Roma RIC P 50 BMCRE I 66 Cohen 114 Syd. XXII(a), 1

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
18(b)	 wildwinds.com	NERO CLAVDIVS CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero laureado à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	PACE P. R. TERRA MARIQ. PARTA IANVM CLVSIT Templo de Jano de portas fechadas em posição lateral à esquerda A paz do Povo Romano por terra e mar. Portas do templo de Jano fechadas S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterlius</i> 64-66 d.C. Roma RIC P 270 Cohen 134 Syd. XXII(b), 5
18(c)	 wildwinds.com	NERO CLAVDIVS CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	PACE P. R. TERRA MARIQ. PARTA IANVM CLVSIT Templo de Jano de portas fechadas em posição lateral à direita A paz do Povo Romano por terra e mar. Portas do templo de Jano fechadas S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterlius</i> 65 d.C. Roma RIC P 286 Syd. XXII(c)
18(d)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. GERM. IMP. Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto Germânico, Imperador	PACE P. R. VBIQ. PARTA IANVM CLVSIT Templo de Jano de portas fechadas em posição lateral à esquerda A paz do Povo Romano por terra e mar. Portas do templo de Jano fechadas S. C. Decreto do Senado	<i>AE As</i> 64-66 d.C. Roma RIC P 309 Cohen 164 Syd. XXII(d), 44

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
18(e)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. GERM. IMP. Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto Germânico, Imperador	PACE P. R. VBIQ. PARTA IANVM CLVSIT Templo de Jano de portas fechadas em posição à direita A paz do Povo Romano por terra e mar. Portas do templo de Jano fechadas S. C. Decreto do Senado	<i>AE As</i> 64-66 d.C. Roma RIC I² 306 BMCRE I 227 Cohen 171 Syd. XXII(e), 53
19	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	Arco triunfal em perspectiva. No alto, quadriga conduzida por Nero. Ao seu lado, à esquerda, a Paz e, à direita, Vitória alada. Corpo do edifício decorado com esculturas, baixos-relevos e guirlanda. A esquerda, estátua colossal de Marte em pedestal entre duas colunas S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesteritius</i> 64 d.C. Roma RIC I² 143 Cohen 306-308 Syd. XXIII, 1
20(a)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. IM. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	VICTORIA AVGVSTI Vitória alada avançando à esquerda, empunhando coroa e ramo de palmeira Vitória de Augusto	<i>AE Dupondius</i> 63 d.C. Roma RIC I² 116 BMCRE I 221 Syd. XXIV(a), 2

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
20(b)	  wildwinds.com	IMP. NERO CAESAR AVG. P. P. MAX. TR. P. P. P. Busto laureado de Nero à direita Imperador Nero César Augusto, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Pai da Pátria	VICTORIA AVGVSTI Vitória alada avançando à esquerda, empunhando coroa e ramo de palmeira Vitória de Augusto S. C. Decreto do Senado	<i>AE Dupondius</i> 66 d.C. Lugdunum RIC I² 522 BMCRE I 355 Cohen 343 Syd. XXIV(b), 10
20(c)	  wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	VICTORIA AVGVSTI Vitória alada avançando à esquerda, empunhando coroa e ramo de palmeira Vitória de Augusto S. C. Decreto do Senado II em exergo	<i>AE Dupondius</i> 64 d.C. Roma RIC I² 196 BMCRE I 214 Syd. XXIV(c), 15a
20(d)	  wildwinds.com	NERO CLAVDIVS CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	VICTORIA AVGVSTI Vitória alada avançando à direita, empunhando coroa e ramo de palmeira Vitória de Augusto S. C. Decreto do Senado II em exergo	<i>AE Dupondius</i> 63-66 d.C. Roma RIC I² 204 Cohen [350] Syd. XXIV(d), 22

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
20(e)	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. GERM. IMP. Busto laureado de Nero à esquerda Nero César Augusto Germânico, Imperador	Vitória alada avançando à esquerda com escudo inscrito SPQR (<i>Senatus Populusque Romanus</i>) S. C. Decreto do Senado	<i>AE As</i> 63-66 d.C. Roma RIC P 313 BMCRE I 245 Cohen 289 Syd. XXIV(e), 25
21(a)	 wildwinds.com	POPÉIA AVGVSTA Busto diademado de Popéia à direita Popéia Augusta	Π-Ε Símbolos da deusa Ísis, chifres e disco solar entre espigas de grãos centrados em coroa de louros	<i>AE</i> 62-65 d.C. Perinto RPC I 1756 Syd. VI(a), 2
21(b)	 wildwinds.com	NERON KAAΥΔΙOC KAICAP CEBACTOC Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto	ΠΟΠΠΑΙΑΝ CEBACTHΝ ΘΥΑΤΙΡΗΝΟΙ Busto de Popéia à direita Popéia Augusta Tiatira	<i>AE</i> 62-65 d.C. Tiatira RPC I 2383 Syd. VI(b), 11

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
22	 	DIVA CLAUD. NER. F. Templo circular hexastilo com estátua de Cláudia ao centro Divina Cláudia, Filha de Nero	DIVA POPPAEA AVG. Templo de duas colunas e estátua de Popéia sentada à esquerda Divina Popéia Augusta	<i>AE</i> 65 d.C. Cesareia Filipe, Síria RPC I 4846 Syd. VII, 1
23	 	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	VESTA Templo circular em hexastilo com Vesta entronada ao centro, empunhando cetro	<i>Aureus</i> 65-66 d.C. Roma RIC I² 61 BMCRE I 101 Cohen 334 Syd. XXV, 1
24	 	NERO CLAUD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	MAC. AVG. Mercado com domo central sobre entrada principal e dois andares sustentados por colunatas. <i>Macellum</i> de Augusto S. C. Decreto do Senado II em exergo	<i>AE Dupondius</i> 65-66 d.C. Roma RIC P 184 Cohen 130 Syd. XXVI, 6

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
25	 wildwinds.com	NERO CLAUD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	AVGVSTI S. POR OST. C. Perspectiva do porto de Óstia com oito navios em seu interior. No alto, farol e estátua de Netuno sobre sua estrutura. Abaixo, o Tibre reclinado Augusto, Porto de Óstia S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 64-65 d.C. Roma RIC P 178 BMCRE I 131 Cohen 38 Syd. XXVII, 8
26(a)	 wildwinds.com	NERO CLAUD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	DECVRSIO Nero cavalgando à direita e empunhando lança, seguido de cavaleiro carregando estandarte S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 65 d.C. Roma RIC P 167 Syd. XXVIII(a), 2
26(b)	 wildwinds.com	NERO CLAUDIVS CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunício, Imperador, Pai da Pátria	DECVRSIO Nero cavalgando à esquerda e empunhando lança, seguido de cavaleiro carregando estandarte S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sestertius</i> 65 d.C. Roma RIC P 165 BMCRE I 148 Cohen 91 Syd. XXVIII(b), 14

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
26(c)	 Münzkabinett Berlin	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	DECVRSIO Nero cavalgando à direita, seguido e precedido por dois soldados a pé. O que está adiante empunha um estandarte	<i>AE Sesterlius</i> 65 d.C. Roma RIC P 105 Syd. XXVIII(c)
27	 RPC Vol. I	NEPQN MECCAEINA Busto laureado de Nero à direita e busto diademado de Estátia Messalina à esquerda, face a face. Nero e Messalina	IOYAIOC HΓHCIPΠOC YTIATTHNQN TP Culto e estátua de Ártemis Anaitis Ioulios Hegesippos, Hypaepa	<i>AE</i> 66-68 d.C. Hypaepa (Lídia) RPC I 2545 Syd. VIII, 1
28	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	CONCORDIA AVGVSTA Concórdia entronada à esquerda, empunhando <i>patra</i> e cornucópia Concórdia Augusta	<i>Aureus</i> 66 d.C. Roma RIC P 48 BMCRE I 62 Cohen 66 Syd. XXXII, 1

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
29	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	SALVS (em exergo) Salus entronada à esquerda empunhando <i>patera</i>	<i>Aureus</i> 66-68 d.C. Roma RIC I^o 59 BMCRE I 87 Cohen 313 Syd. XXXIII, 1
30	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto de Nero à direita portando <i>corona radiata</i> Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	SECVRITAS AVGVSTI <i>Securitas</i> entronada à direita empunhando lança. Ao lado dela, à direita, um altar decorado Segurança de Augusto S. C. Decreto do Senado II em exergo	<i>AE dupondius</i> 66 d.C. Roma RIC I^o 191 Cohen 326 Syd. XXXIV, 14
31	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	IVPPITER CVSTOS Júpiter entronado à esquerda empunhando <i>fulmen</i> e cetro Júpiter Guardião	<i>Aureus</i> 66-68 d.C. Roma RIC I^o 52 Cohen 118 Syd. XXXV, 1

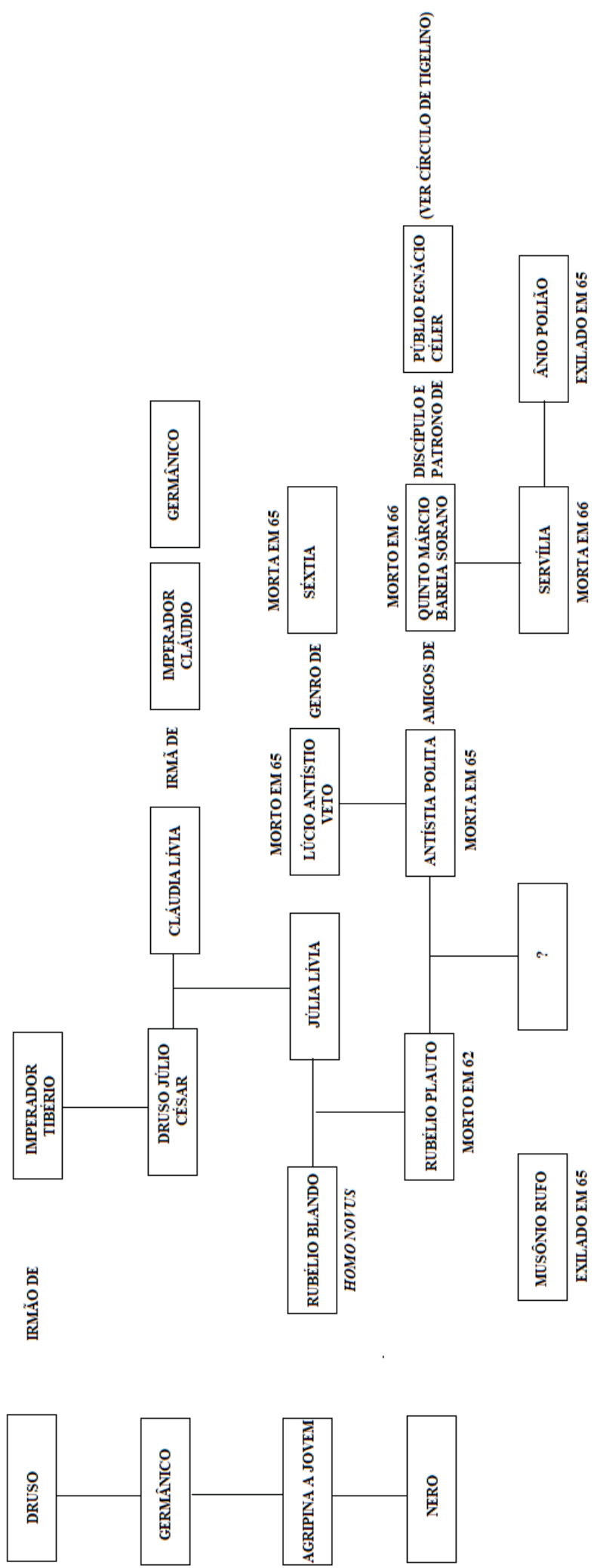
TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
32(a)	 wildwinds.com	NERO CLAVD. CAESAR AVG. GER. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à esquerda Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	ADLOCVT. COH. Nero em pé sobre um estrado, acompanhado do prefeito militar. Posição discursiva do príncipe, que se dirige a três soldados no nível inferior. Templo tetraestilo ao fundo Discurso às coortes S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterius</i> 66 d.C. Lugdunum RIC P 388 Cohen 3 Syd. XXXVI(a), 3
32(b)	 wildwinds.com	NERO CLAVDIVS CAESAR AVG. GERM. P. M. TR. P. IMP. P. P. Busto laureado de Nero à direita Nero Cláudio César Augusto Germânico, Pontífice Máximo, Poder Tribunicio, Imperador, Pai da Pátria	ADLOCVT. COH. Nero em pé sobre um estrado, acompanhado do prefeito militar. Posição discursiva do príncipe, que se dirige a três soldados no nível inferior. Discurso às coortes S. C. Decreto do Senado	<i>AE Sesterius</i> 66 d.C. Roma RIC P 135 BMCRE I 124 Cohen 10 Syd. XXXVI(b), 12
33	 wildwinds.com	NERO CAESAR AVG. GERM. Busto de Nero à esquerda portando <i>corona radiata</i> Nero César Augusto Germânico	ADVENTVS AVGVSTI Navio de nove remos ao centro. Viagem de Nero à Grécia em 66 d.C. O Advento de Augusto C. P. <i>Colonia Patrae</i>	<i>AE As</i> 66 d.C. Patras (Grécia) RPC I 1265 Syd. XXXVII

TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
34	SEM IMAGEM	NERO CLAUDIVS CAES. AVG. Busto laureado de Nero à direita	LEIBERTAS Liberdade em posição à direita	<i>Aureus</i> 67-68 d.C. Roma(?) Cohen 125 Syd. XXXVIII
35	 RPC Vol. I	NERO CAESAR AVG. GERM. Busto de Nero à esquerda portando <i>corona radiata</i> Nero César Augusto Germânico	IVPPITER LIBERATOR Júpiter em posição à esquerda, empunhando cetro e águia Júpiter Libertador C. P. <i>Colonia Patrae</i>	<i>AE</i> 66-67 d.C. Patras (Grécia) RPC I 1279 Cohen 418 Syd. XXXIX, 3
36	 <i>wildwinds.com</i>	NERO CAESAR AVGVSTVS Busto laureado de Nero à direita Nero César Augusto	AVGVSTVS AVGVSTA Nero Augusto à esquerda empunhando <i>patera</i> e cetro. Estatília Messalina Augusta empunhando <i>patera</i> e cornucópia Augusto, Augusta	<i>Aureus</i> 67-68 d.C. Roma RIC I² 44 BMCRE I 52 Cohen 42 Syd. XL, 1

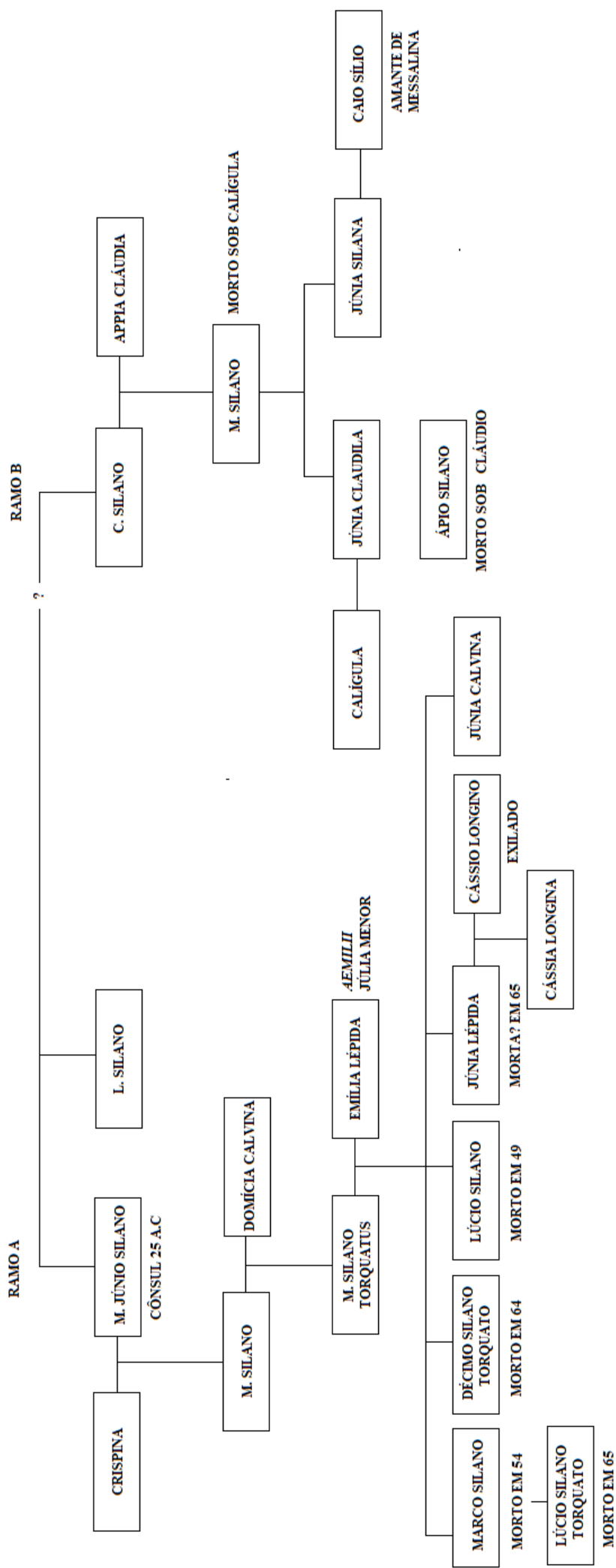
TIPO	MOEDA – IMAGEM	ANVERSO	REVERSO	REFERÊNCIAS
37	 wildwinds.com	NERO CAESAR Busto laureado de Nero à direita Nero César	AVGVSTVS GERMANICVS Nero em posição frontal e cabeça radiada, empunhando Vitória e ramo de palmeira Augusto Germânico	<i>Aureus</i> 67-68 d.C. Roma RIC I² 46 BMCRE I 57 Cohen 44 Syd. XLI, 1
38	 wildwinds.com	IMP. NERO CAESAR AVG. P. P. Busto laureado de Nero à esquerda Imperador Nero César Augusto, Pai da Pátria	Sem legendas Símbolos legionários, águia ao centro e estandartes militares	<i>Denarius</i> 67-68 d.C. Roma RIC I² 68 BMCRE I 107 Cohen 366 Syd. XLII, 2

APÊNDICE II – OS CÍRCULOS ARISTOCRÁTICOS

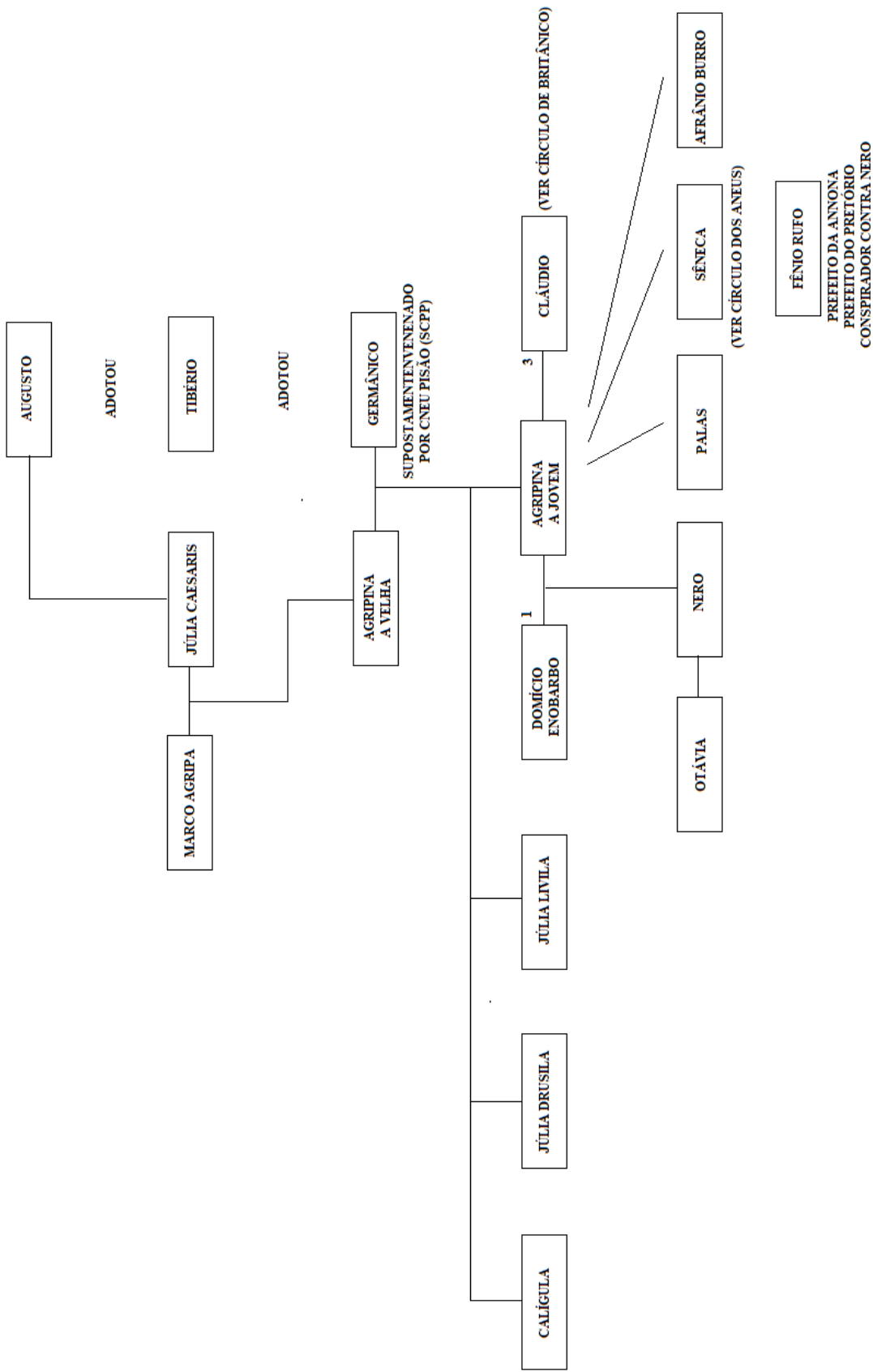
CÍRCULO I – RUBÉLIO PLAUTO



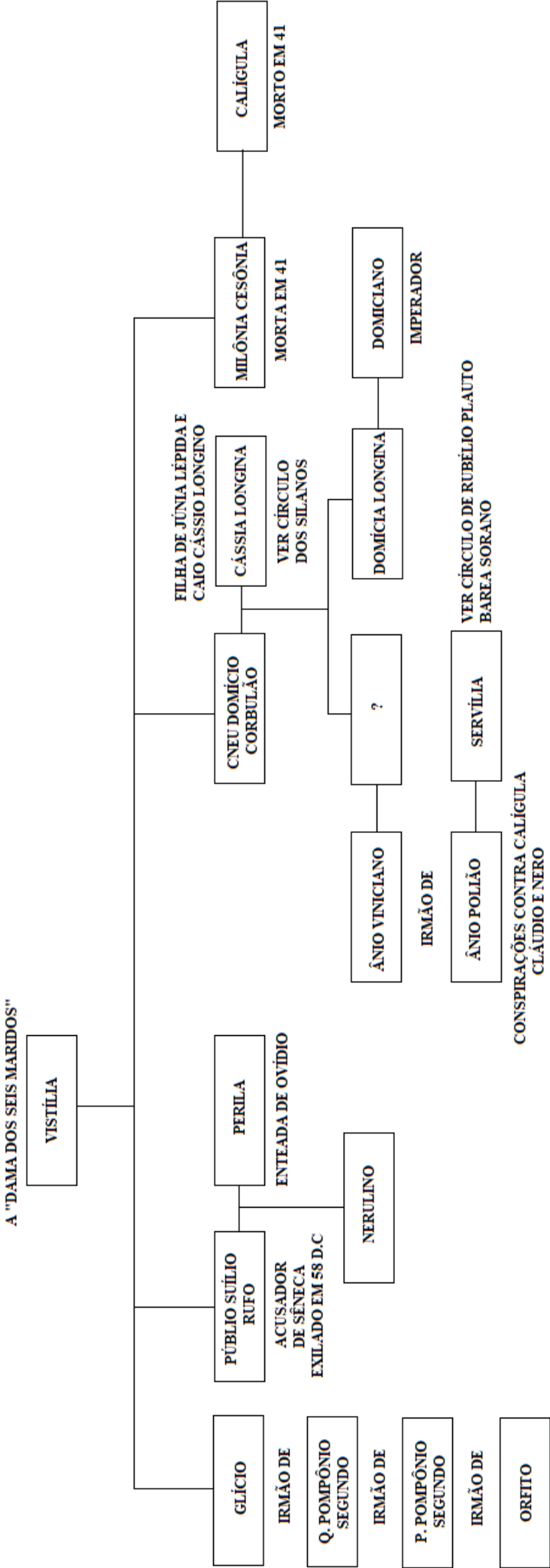
CÍRCULO II – SILANOS



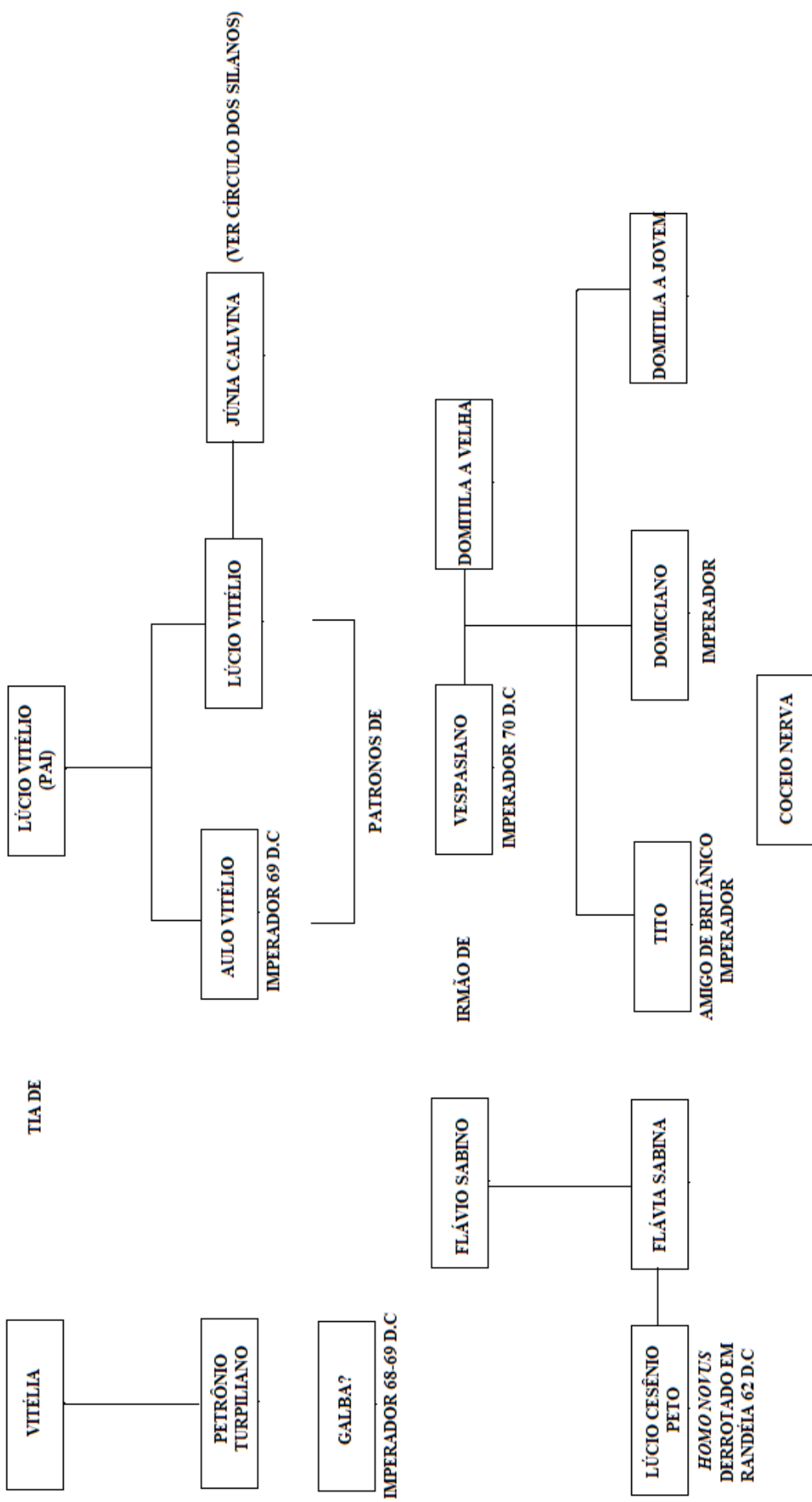
CÍRCULO III – AGRIPINA



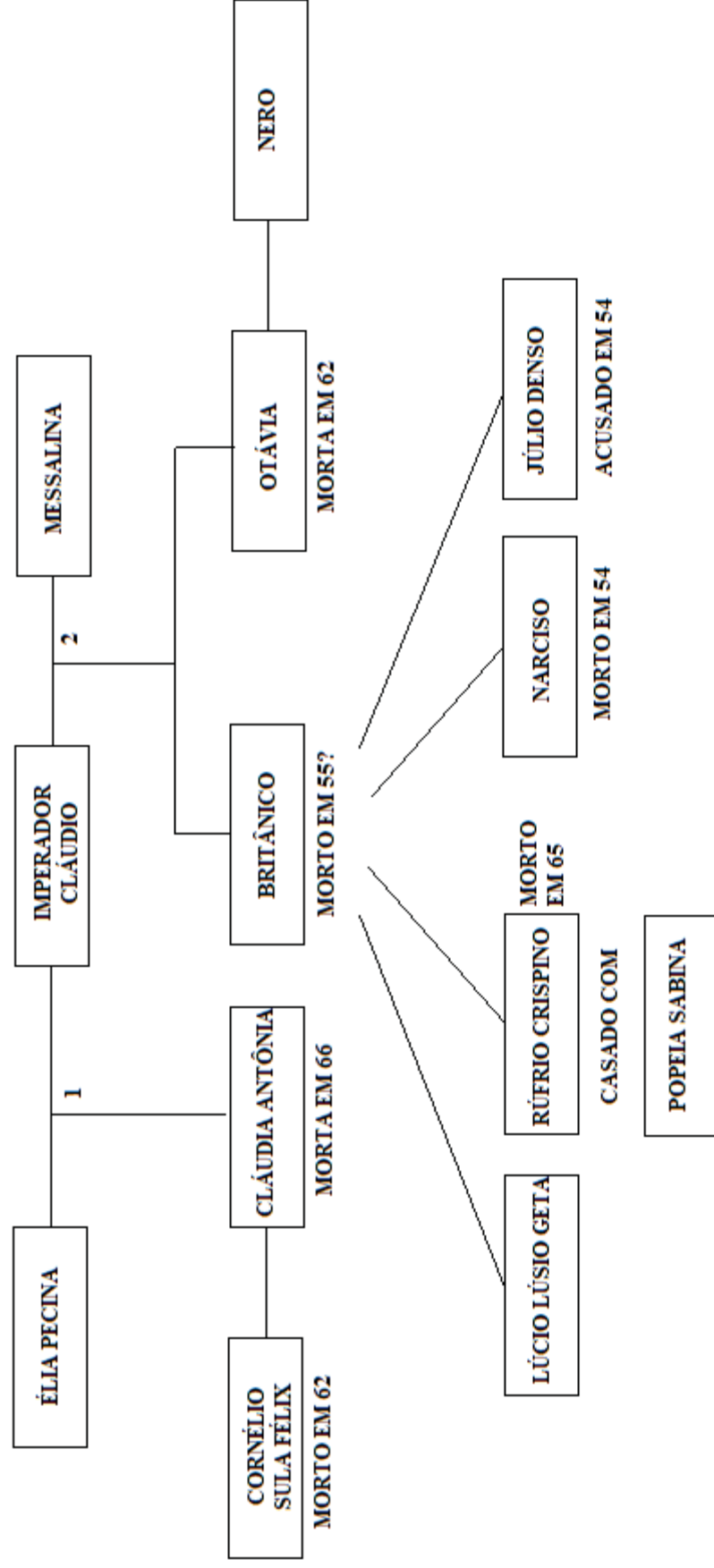
CÍRCULO IV – CORBULÃO



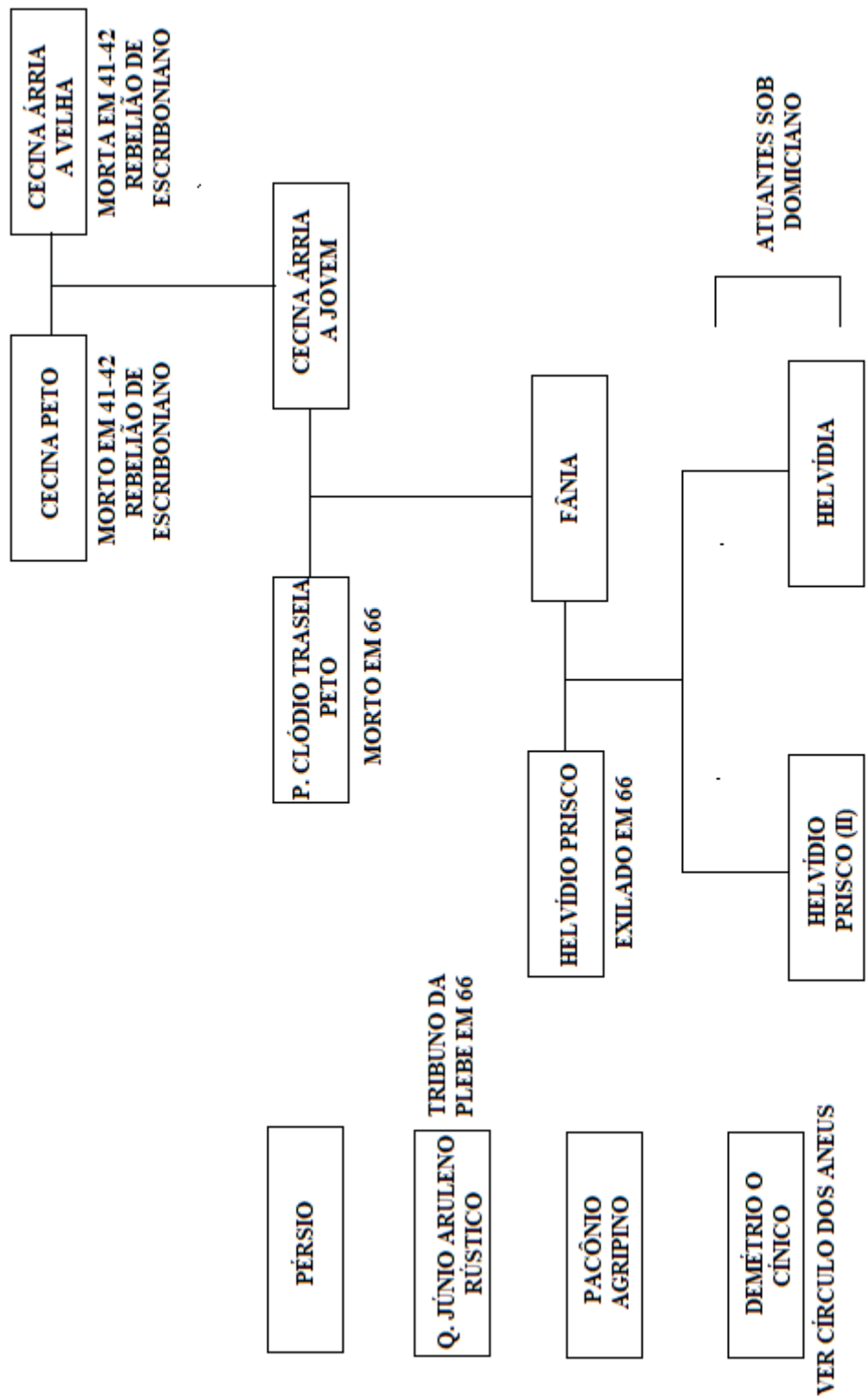
CÍRCULO V – VITÉLIOS-FLÁVIOS



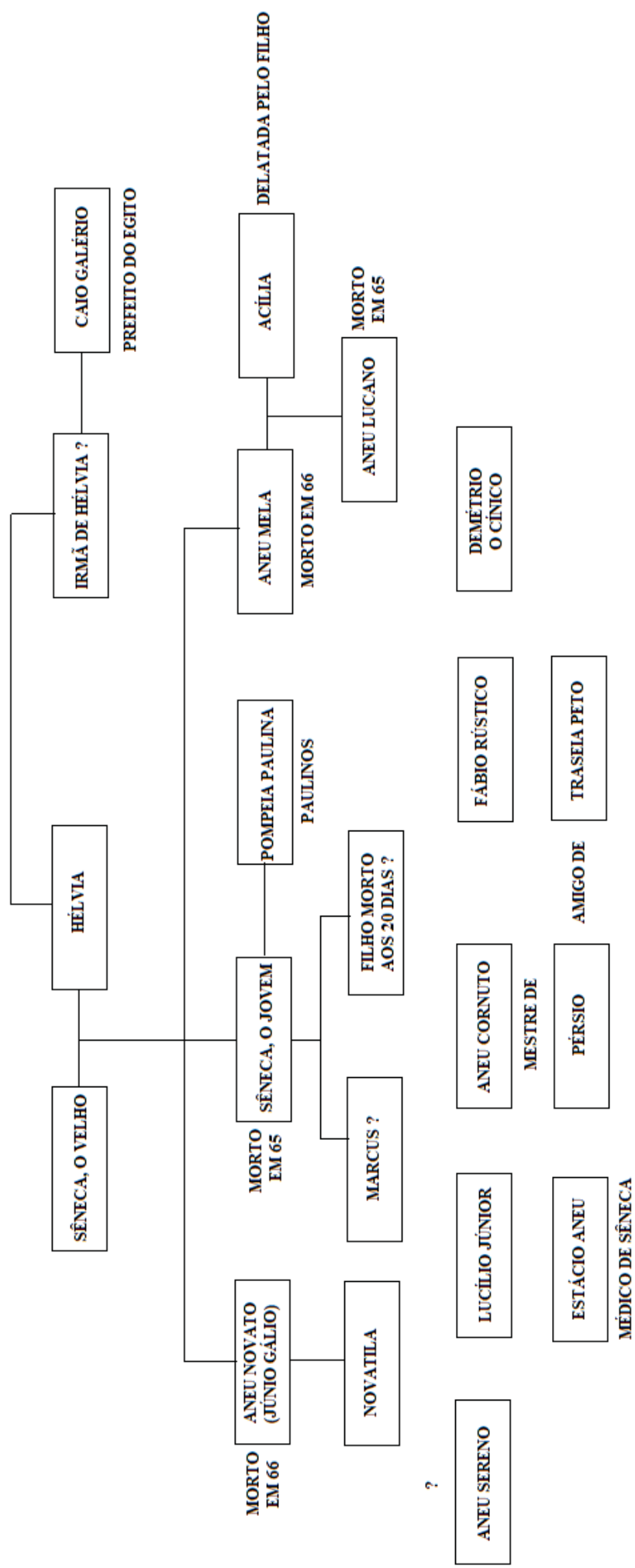
CÍRCULO VI – BRITÂNICO



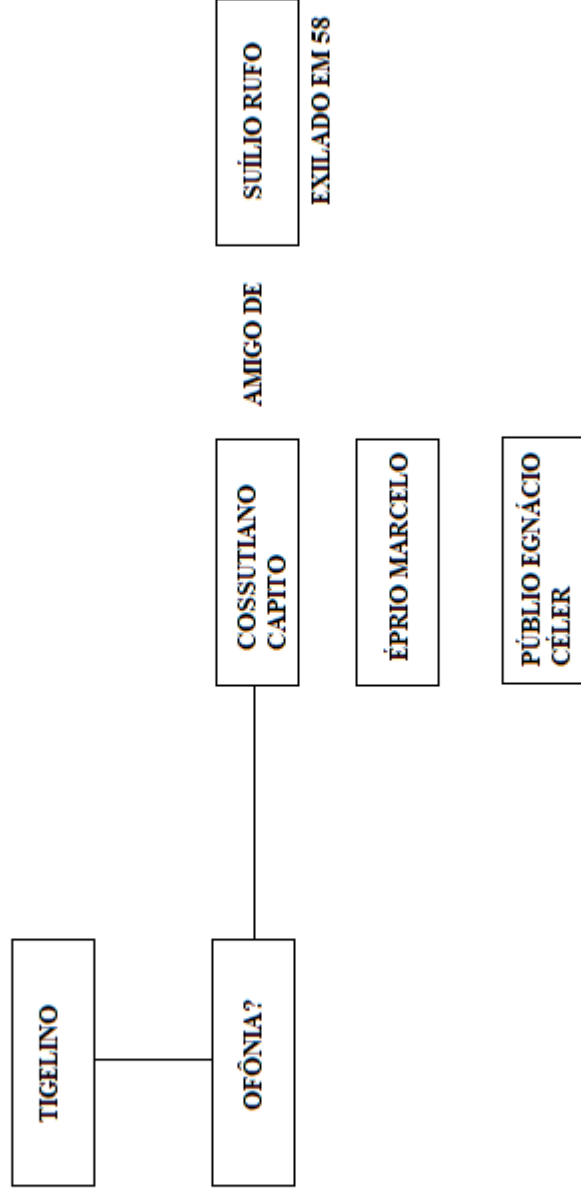
CÍRCULO VIII – TRASEIA PETO



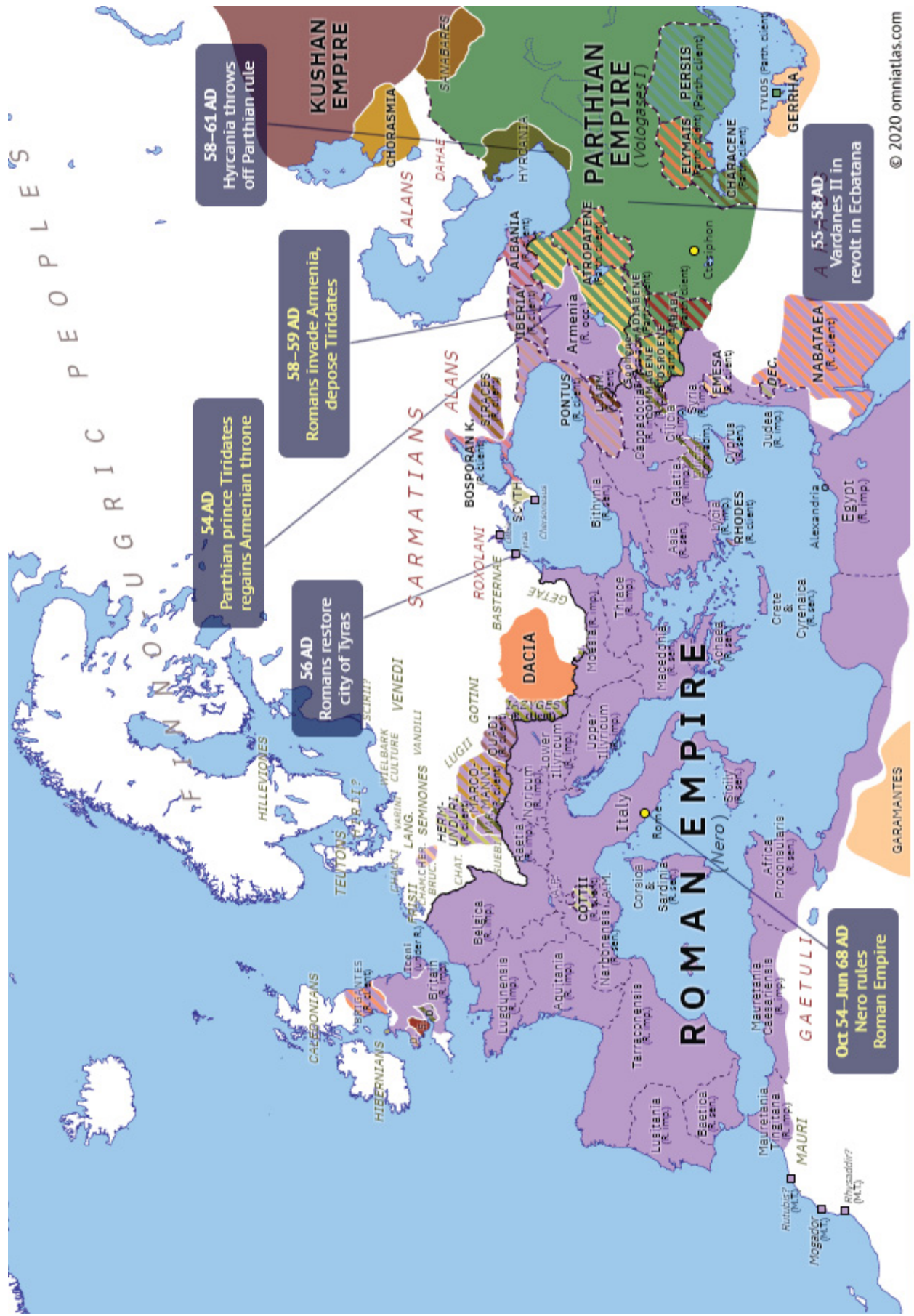
CÍRCULO IX – ANEUS



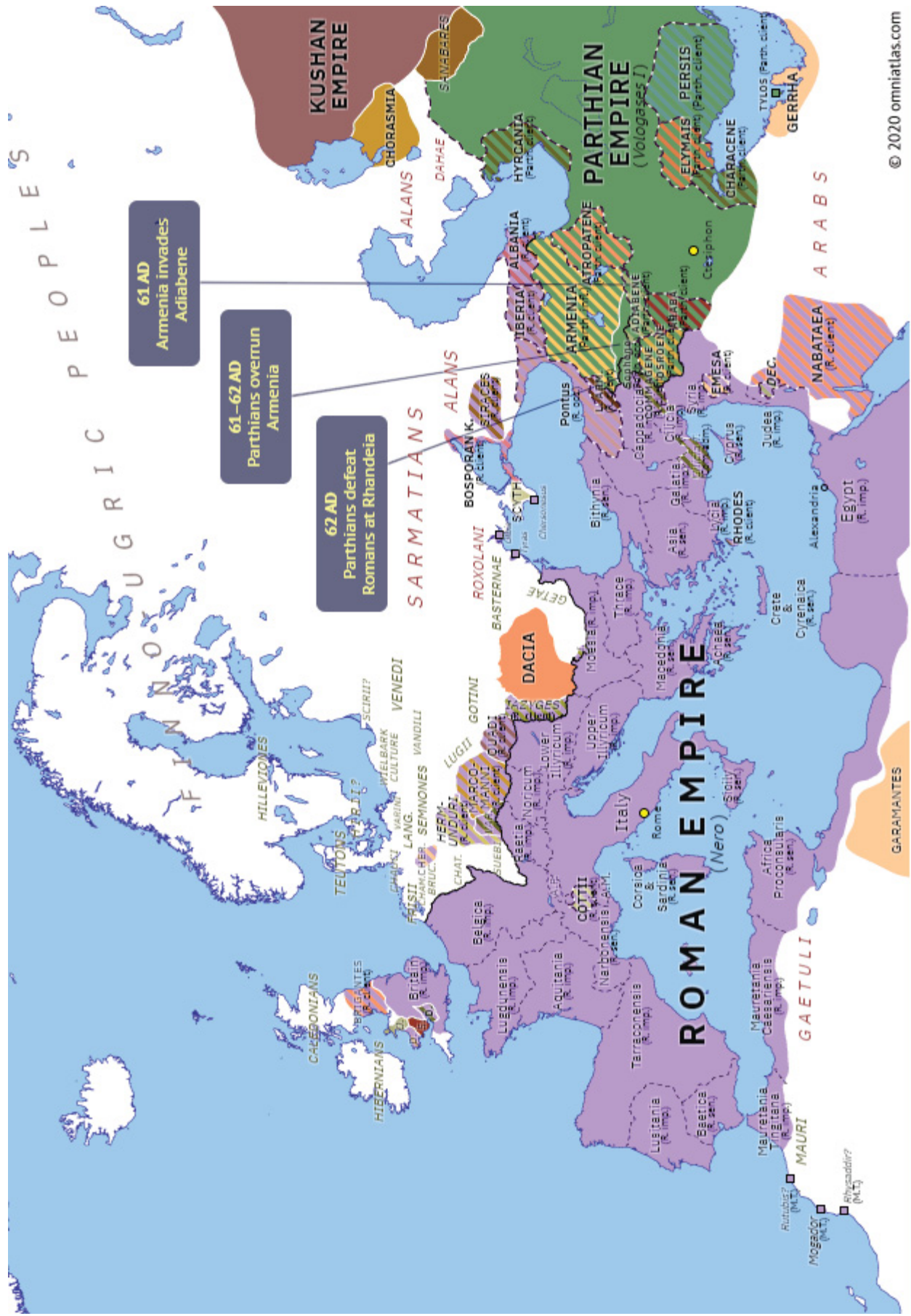
CÍRCULO X – TIGELINO



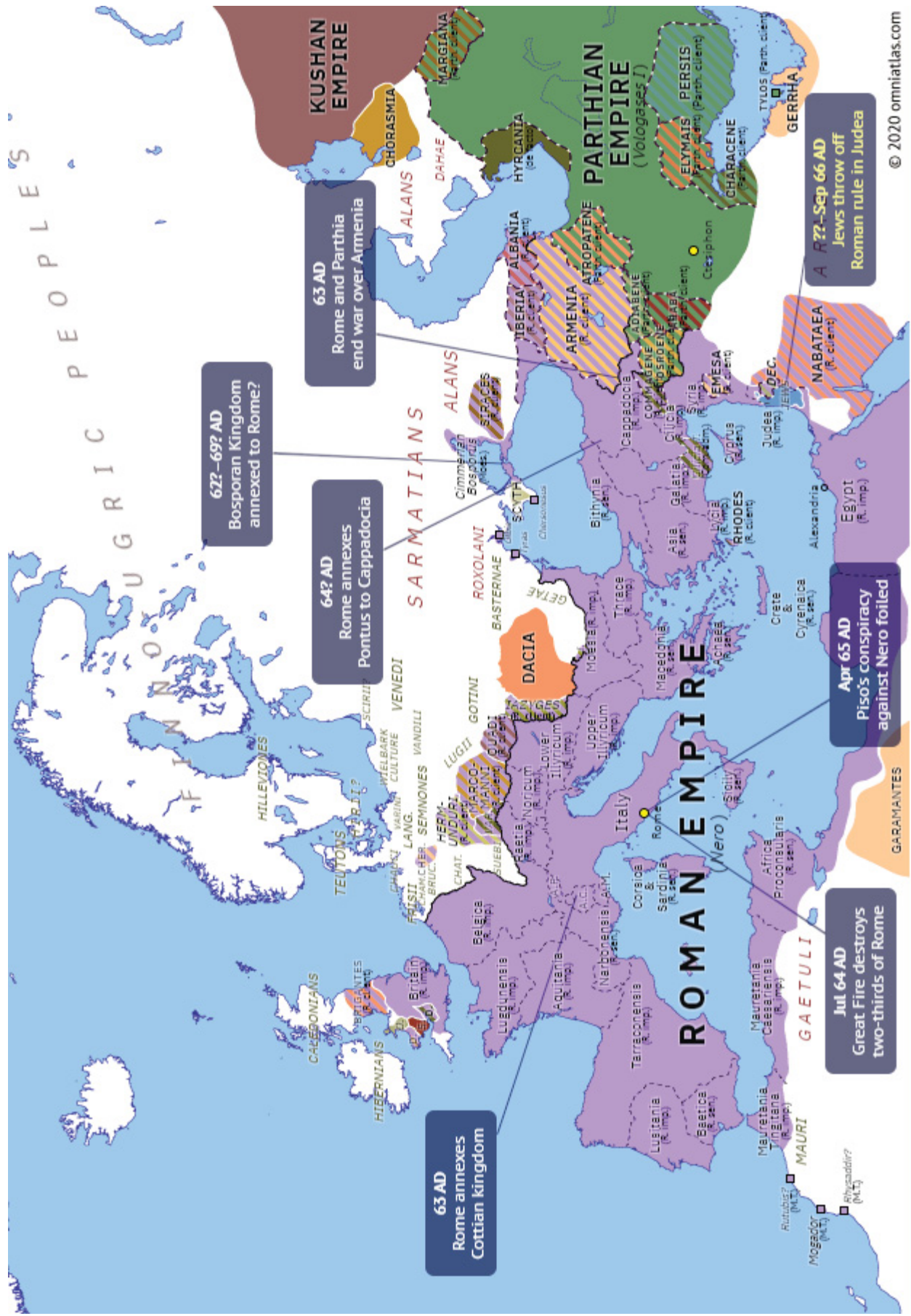
ANEXOS



O Império Romano (54-59) - Créditos: OMNIATLAS (adaptado)



O Império Romano (62) - Créditos: OMNIA TLAS (adaptado)



O Império Romano (63-66) - Créditos: OMNIATLAS (adaptado)

O Império Romano (68) - Créditos: OMNIATLAS (adaptado)